

Os Dízimos no Final do Antigo Regime: Aspectos Económicos e Sociais (Minho, 1820-1834)

Daniel Ribeiro Alves



A Colegiada de Guimarães, a Igreja de Bravães e a paisagem agrícola do Lindoso (fotos do autor)

Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX-XX (secção do século XIX)
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
Orientador: Prof. Doutor Luís Nuno Espinha da Silveira

Dezembro de 2001

Índice

Índice	2
Agradecimentos	4
1. Introdução	7
2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime.....	27
2.1. Administração civil e administração eclesiástica	27
2.1.1. A divisão administrativa civil.....	28
2.1.2. A estrutura administrativa do Arcebispado de Braga.....	36
2.2. População no Minho	49
3. Dízimos e Produção Agrícola.....	53
3.1. Dízimos em Géneros	55
3.1.1. Dízimos Prediais.....	56
3.1.2. Dízimos Mistos.....	73
3.2. Dízimos em Dinheiro	82
3.3. Cobrança de dízimos vs. cobrança de impostos	83
4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos.....	89
4.1. Tipologia e geografia dos interessados.....	95
4.2. Clero e instituições religiosas	102
4.2.1. O clero paroquial	102
4.2.2. A hierarquia diocesana	108
4.2.2.1. A Mitra Primaz	109
4.2.2.2. O Cabido Primaz e as colegiadas	110
4.2.2.3. Dignidades e cónegos	115
4.2.2.4. O seminário diocesano	120
4.2.3. Conventos e Mosteiros	122
4.2.4. A Igreja Patriarcal de Lisboa	127
4.3. Indivíduos e instituições laicas	129
4.3.1. Nobreza e comendas	129
4.3.2. Coroa	136
4.3.3. As Casas do Infantado e de Bragança	138
4.3.4. A Universidade de Coimbra	140
4.4. O “dízimo de Deus”	142
4.4.1. As despesas com o culto divino.....	143
4.4.2. As fábricas das igrejas	143
4.4.3. A assistência aos pobres	145
5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos	149
5.1. Administração directa ou arrendamento.....	150
5.2. Administração directa e funcionários	154
5.3. Os contratos de arrendamento	158
5.3.1. As normas das Constituições.....	158
5.3.2. A realidade dos contratos	159
5.3.2.1. Tipologia.....	160
5.3.2.2. Duração.....	165
5.3.2.3. Locais de realização.....	170
5.3.2.4. Datas de realização	172
5.3.2.5. Datas de início e fim	175
5.3.2.6. Datas dos pagamentos	182
5.3.2.7. Os valores dos contratos e o lucro dos rendeiros.....	183
5.3.2.8. As outras cláusulas dos contratos	198

Índice

5.3.2.8.1. As condições impostas aos rendeiros	199
5.3.2.8.2. As garantias exigidas pelos proprietários	207
5.3.2.8.3. A burocracia	210
5.4. Os rendeiros dos dízimos.....	211
5.4.1. Residência e raio de acção.....	212
5.4.2. Idade e estado civil	219
5.4.3. Profissões.....	221
5.4.4. Outras actividades e interesses: esboço de uma elite de rendeiros.....	234
5.4.5. Sócios, fiadores e família: a gestão dos contratos de dízimos.....	245
5.4.6. Um grande contratador de dízimos: João Ferreira Troca	253
6. Conclusão	262
7. Fontes e Bibliografia	289
7.1. Fontes Manuscritas	289
7.2. Fontes Impressas	295
7.3. Obras Gerais	298
7.4. Estudos e Artigos.....	300
Anexos.....	323
1 – Descrição e crítica das fontes	323
2 – Metodologia.....	334
3 – Lista dos rendeiros.....	342
Índice de Gráficos.....	350
Índice de Mapas.....	350
Índice de Quadros.....	350

Agradecimentos

O interesse pela História Económica e Social do final do Antigo Regime começou fruto de um trabalho de inventariação sumária de parte do Arquivo Histórico Parlamentar, a pedido do Prof. Doutor Luís Espinha da Silveira, ainda no decorrer do último ano de licenciatura. O trabalho acabou por ser mais estimulante do que no início poderia parecer, essencialmente, pela descoberta de uma fonte sobre o arcebispado de Braga ao tempo das primeiras Cortes Constituintes. Documentação que irei ter oportunidade de tratar, pelo menos parcialmente, nesta dissertação.

Este interesse evoluiu no âmbito de um trabalho para a cadeira de História de Portugal, no qual foi feita uma primeira abordagem à referida fonte. A ele veio juntar-se, mais tarde, novo convite do Prof. Doutor Luís Espinha da Silveira, desta feita, para colaborar como bolseiro no projecto de investigação “Dízimos e Produção Agrícola na Primeira Metade do Século XIX” financiado pela, então, JNICT. Nasceu aqui a ideia da realização do mestrado e desta tese que agora vê a luz do dia. Um pouco mais tarde do que tinha previsto inicialmente, é certo, em grande medida devido a questões pessoais e que levaram a algumas interrupções, por vezes longas, nos trabalhos de recolha de informação e análise dos dados.

Apesar das contrariedades, esta dissertação apresenta-se como o fruto de algum trabalho da minha parte, mas, essencialmente, de grandes doses de paciência, de constantes estímulos e orientações, de preciosas indicações e esclarecimentos e de demonstrações de amizade de um conjunto de pessoas que quero aqui lembrar. Familiares, amigos, colegas, um rol de estimadas ajudas e contribuições, certamente, algumas serão esquecidas pelo que, desde já, peço desculpa por lapsos de memória resultantes da emoção de ver surgir, finalmente, um “filho” há tanto tempo aguardado.

Agradecimentos

O primeiro agradecimento não podia deixar de ir para o Prof. Doutor Luís Silveira que ao longo destes anos, pacientemente, atentamente, sempre me estimulou, orientou e aconselhou de modo a que esta tese navegasse, na medida do possível, de forma segura a bom porto. Nos momentos de aflição, e foram alguns, foi mais do que um orientador, foi um amigo.

As pessoas que nomearei de seguida contribuíram igualmente, embora de formas diferenciadas, é certo, para a realização deste trabalho. Todas foram decisivas num determinado momento desta caminhada e é esse percurso que fica expresso na ordem dos agradecimentos.

Aos colegas de mestrado, Isabel, Lurdes, Nuno e Arnaldo, deixo um abraço. Eu deveria ter sido o primeiro a terminar, estão recordados?

No início da formulação e planificação desta tese foi preciosa a ajuda da Dr.^a Ana Mouta Faria que, gentilmente, me guiou pelos meandros do mundo eclesiástico de finais do Antigo Regime.

Uma palavra de apreço para a competência e o calor humano da Dr.^a Olinda e da Dr.^a Clotilde, sempre disponíveis e que em muito contribuíram para um elevado índice de produtividade nas minhas curtas estadias no Minho.

Pela oportunidade única, pela generosidade e disponibilidade, um agradecimento especial ao Prof. Doutor Ramón Villares que me possibilitou uma estadia, em todos os sentidos, enriquecedora, esclarecedora e produtiva na Universidade de Santiago de Compostela.

Um beijinho para a Dr.^a Maria da Luz, pela sua amizade e carinho e pelo constante incentivo.

Agradecimentos

Na recta final desta dissertação a ajuda do Prof. Doutor Nuno Monteiro foi importante no esclarecimento de algumas dúvidas e pela cedência de uma fonte de informação que se revelou preciosa para a conclusão de um dos capítulos.

Por fim, um agradecimento a quem desde o início me acompanhou. Um grande beijo à minha mulher pela paciência e pelo apoio nas horas difíceis. Outro para a restante família pelo carinho, em particular para os meus pais. Um abraço para todos os amigos que ao longo do tempo foram ouvindo os meus “estou quase”, “já falta pouco”! Um abraço muito especial para a Pureza e o Joaquim a quem fico a dever as viagens por essa terra maravilhosa que é o Minho. Uma última lembrança e a mais significativa de todas, que me perdoem os restantes, vai para a Maria Beatriz: “xá vou” entregar a tese, filha!

1. Introdução

1. Introdução

O dízimo que encontramos no final do Antigo Regime é o resultado de uma longa evolução, através da qual o peso dos séculos, as transformações institucionais, económicas e sociais foram influenciando em vários aspectos. Convém aqui caracterizar, em linhas gerais, essa prestação e a forma como ela era encarada nas vésperas da sua abolição, época que será objecto deste trabalho¹.

O dízimo representou em Portugal, ao longo dos tempos, na grande maioria dos casos, um valor de 10% sobre a produção agrícola e o trabalho humano². Os chamados dízimos reais ou prediais cobravam-se dos mais variados produtos agrícolas. Os mistos eram constituídos pelo dízimo dos animais e dos produtos de origem animal. Havia ainda os dízimos pessoais ou conhecenças que recaíam sobre o fruto do trabalho humano, de várias profissões, como, por exemplo, “almocreves, notários, professores, médicos e advogados, etc.”³. A cobrança podia ser feita em géneros, em dinheiro ou mista (conjugando-se géneros e dinheiro). Na maioria dos casos a colecta era em

¹ No texto ficam apenas registados os aspectos gerais do dízimo. Para um desenvolvimento dessas questões veja-se Aurélio de Oliveira, A Abadia de Tibães, 1630-80/1813. Propriedade, exploração e produção agrícolas do Vale do Cávado durante o Antigo Regime, Porto, 1979, pp. 364 a 378. Para a análise do dízimo numa perspectiva abrangente em relação a toda a Cristandade veja-se Angel I. Fernández González, A fiscalidade eclesiástica en Galicia, 1750-1850, Universidade de Santiago de Compostela, 1995, pp. 36 a 49.

² Isto mesmo vem referido nas constituições sinodais do bispado de Braga, impressas nos finais do século XVII e que ainda vigoravam no século XX. Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas no anno de 1639 pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião De Mato e Noronha: E mandadas imprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa, Lisboa, 1697, pp. 379 e 380. Também Aurélio de Oliveira aponta para essa percentagem. Cf. A Abadia de Tibães..., pp. 367, 371 e 372.

³ Cf. Constituições Sinodais..., pp. 384 a 386. Quanto à divisão entre dízimos reais, mistos e pessoais seguimos Aurélio de Oliveira, A Abadia de Tibães..., pág. 370 e AAVV, Dicionário de História de Portugal (DHP), (dir.) Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, Vol. II, pág. 328 “Dízimo Eclesiástico”. Veja-se ainda Roger J. P. Kain e Hugh C. Prince, The Tithe Surveys of England and Wales, Cambridge, University Press, 1985, pág. 7 e António Franquelim Sampaio Neiva Soares, A Arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550 - 1700), Braga, Universidade do Minho, Vol. I, 1993, pág. 122.

1. Introdução

géneros e apenas nos dízimos pessoais o dinheiro terá representado um papel relevante⁴. Os métodos dessa cobrança podiam ser dois: administração directa, quando os proprietários das dizimarias, através dos seus funcionários, de procuradores ou eles mesmos, faziam a recolha dos dízimos; arrendamento, quando essa colecta era contratada com um rendeiro, ficando este, através de um pagamento acordado, com o direito de proceder à cobrança. Neste caso eram feitos contratos verbais ou escritos (mais frequentes) onde se definiam as formas de pagamento e os direitos e garantias dos rendeiros e proprietários⁵.

No final do Antigo Regime, esta prestação eclesiástica estava já significativamente alterada. Não nos seus fundamentos e características, mas nos fins a que se destinava, como teremos oportunidade de demonstrar. Este desvio dos dízimos, que atingiu com maior significado as tarefas de assistência e solidariedade a que a princípio se destinavam, foi um factor que contribuiu para que a instituição decimal fosse, por vezes, contestada, essencialmente, nos finais do Antigo Regime. Conflitualidade essa, contudo, que em Portugal não parece ter assumido o carácter de uma resistência sistemática ao pagamento dos dízimos por parte do campesinato ou, mesmo, que estes fossem permanentemente contestados⁶.

⁴ Cf. Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães...*, pág. 374; Emmanuel Le Roy Ladurie e Joseph Goy, *Tithe & Agrarian History from the Fourteenth to the Nineteenth Century*, Cambridge, University Press, 1982, pp. 15 e 16. No caso inglês os pagamentos em géneros parecem declinar a partir de meados do século XVII. Cf. Roger Kain e Hugh Prince, *The Tithe Surveys of England and Wales*, pp. 12 e 13.

⁵ Aqui seguimos no essencial Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães...*, pp. 374 a 378. Ver ainda Fernanda Paula Sousa Maia, *O Mosteiro de Bustelo: propriedade e produção agrícola no Antigo Regime (1638 - 1670 e 1710 - 1821)*, Porto, Universidade Portucalense, 1991, pp. 187 e 188; Célia Maria Taborda da Silva, *O Mosteiro de Ganfei*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1994, pp. 152 e 153.

⁶ O estudo sobre a conflitualidade gerada em torno do dízimo teria sido interessante de realizar, mas afastava-se dos objectivos traçados para este trabalho. Além disso, a necessidade de recolha de um maior número de fontes para uma conveniente abordagem da questão e a manifesta falta de tempo levaram a que não se tratasse esta problemática. A ela fazem algumas referências Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, Tomo III, pág. 118 e Tomo V, pp. 80 e 81; Albert Silbert, *Le Problème Agraire Portugais au Temps des Premières Cortès Libérales*, Paris, PUF, 1968, pp. 33, 197-198 e 233-234; Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães...*, pp. 378 a 395; José Tengarrinha, *Movimentos Populares Agrários em Portugal*, Mem-Martins, Europa-América, 1994, Vol. II, pág. 91; e Margarida Sobral Neto, *Terra e Conflito: região de Coimbra (1700-1834)*, Viseu, 1997, pp. 152-153 e 274-276. Para a Galiza veja-se, por exemplo,

1. Introdução

O facto de só serem abolidos com a instauração do liberalismo em Portugal quer significar que o Antigo Regime, pela sua própria estrutura económica e social, dificultava essa opção, mas quer dizer, também, que a religiosidade era ainda levada em conta em muitos aspectos da vida e que a influência da Igreja, de toda a sua estrutura e membros, era enorme na sociedade portuguesa. Seria necessário, então, um corte com o passado, acompanhado da crescente laicização dos meios sociais e políticos, que se pode observar desde os inícios do século XIX, para levar por diante a sua reforma e posterior abolição⁷.

A Coroa, logo no início do século, esboçou uma tentativa de reforma, que não passou disso mesmo. O objectivo não era acabar com o dízimo, mas, reformando-o, dar um impulso à agricultura⁸. Aliás, mesmo no século XVIII já tinham sido feitas algumas experiências neste sentido. Por exemplo, por alvará de 13 de Outubro de 1770, os dízimos foram perdoados por 10 anos aos habitantes de Porto Santo⁹. A Carta Régia de 7 de Março de 1810 publicava algumas medidas para melhorar o comércio, a indústria e a agricultura. Entre elas projectava-se fixar os dízimos, “a fim que as Terras não soffrão hum gravame intoleravel”. Fazia-se, contudo, a ressalva de que “tudo deve fazer-se lentamente”. Porém, logo em 17 de Setembro de 1810, por portaria, foi necessário esclarecer a carta régia. Esta tinha sido mal interpretada e era alvo de abusos. Estes eram particularmente notórios em relação aos dízimos, tendo algumas pessoas invocado a mesma para deixarem de os pagar. Contudo, o rei vinha reafirmar que nem tinha

AAVV, *Galicia Historia*, (dir.) Francisco Rodríguez Iglesias, Coruña, Hercules de Ediciones, Vol. III, 1991, pág. 364 e Angel I. Fernández González, *A fiscalidade eclesiástica...*, pp. 57, 58, 356, 358 a 363.

⁷ Cf. José Eduardo Horta Correia, *Liberalismo e Catolicismo. O problema congreganista (1820 - 1823)*, Coimbra, 1974, pp. 17 a 63; Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães...*, pág. 388, 399 e 400; A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, 3.^a edição, Lisboa, Palas Editores, Vol. III, 1986, pág. 113; Vítor Neto, “O Estado e a Igreja”, in *História de Portugal*, (dir.) José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. V, 1993, pp. 265 e 266.

⁸ Nem a extinção poderia ser o objectivo de um Estado que, através da décima eclesiástica, tinha nos dízimos “uma das mais importantes fontes de receita”. Cf. José Viriato Capela, “Igreja, Sociedade e Estado...”, pp. 460 a 463 e 465.

1. Introdução

suprimido os dízimos nem pretendia suprimi-los, apenas projectava fixá-los “para que seja mais fácil a sua solução, e mais livre dos abusos que podem commetter, tanto os que os pagão, como os que os recebem.” Reafirmava-se que, quanto ao pagamento do dízimo, nada tinha sido alterado¹⁰.

Os liberais, em parte influenciados pelo espírito da Revolução Francesa e, mais de perto, pela experiência espanhola, tomaram medidas para uma reforma dos dízimos logo em 1821-1823¹¹. No entanto, uma vez mais não procuraram acabar com esta prestação, que alguns fisiocratas apontavam como muito gravosa para a economia nacional, mas sim canalizá-la para os objectivos do Estado¹².

Com isto os liberais esperavam, também, aliviar um pouco as populações, pois o facto de grande parte dos párocos receberem cóngruas, por vezes, diminutas, levava a que exigissem certos direitos, como o pé-de-altar e estola, para custear o culto e os sacramentos religiosos e mesmo, em alguns casos, para a sua própria sustentação¹³. No fundo, quem concorria para este fim com os dízimos era depois obrigado a uma segunda contribuição.

⁹ Cf. Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, Esboço de um dicionário jurídico, teórico e prático remissivo às leis compiladas extravagantes, Lisboa, Vol. I, 1825-27, Dízimo.

¹⁰ Cf. António Delgado da Silva, Colecção de Legislação Portuguesa, p. 858-860 e 912-913.

¹¹ Cf. Ana Mouta Faria, “A condição do clero português durante a primeira experiência de implantação do liberalismo: as influências do processo revolucionário francês e seus limites”, in Revista Portuguesa de História, 1987, pp. 307 e seguintes. A proximidade cronológica das revoluções liberais em Espanha e Portugal por certo contribuiu para tal iniciativa. Vide Esteban Canales, “Hacienda, Iglesia y diezmos durante el Trienio Constitucional”, in O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX, Lisboa, Sá da Costa, Vol. I, 1981, pp. 201 a 219.

¹² As teorias de autores como Domingos Vandelli, Luís Ferrari de Mordau, Bacelar Chichorro ou Rodrigues de Brito davam preponderância ao desenvolvimento da agricultura, para que depois essa dinâmica se transmitisse aos restantes sectores económicos, em especial à indústria. Uma das causas para a estagnação do mundo agrário era precisamente o dízimo e os direitos senhoriais. Cf. Vitorino Magalhães Godinho, Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa, pp. 117 a 131; José Luís Cardoso, O Pensamento Económico em Portugal nos Finais do Século XVIII 1780-1808, Lisboa, Editorial Estampa, 1989, pp. 103-120. Uma mesma noção em relação aos dízimos e ao seu papel nocivo para a economia tinha o responsável pela sua abolição, Mouzinho da Silveira. Cf. Miriam Halpern Pereira (coord.), Mouzinho da Silveira. Obras, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. I, 1989, pág. 227. Quanto às intenções de manter os dízimos veja-se Ana Mouta Faria, “A condição do clero português...”, pág. 318 e José Tengarrinha, Movimentos Populares..., vol. II, pp. 145-146.

¹³ Vide Fernando de Sousa, O clero da diocese do Porto ao tempo das Cortes Constituintes, Porto, 1979, pág. 13; José Viriato Capela, Os rendimentos dos párocos..., pp. 2, 3 e 4; Ana Mouta Faria, “Função da carreira eclesiástica...”, pp. 30 e 44, *Idem*, “A condição do clero português...”, pág. 312.

1. Introdução

Logo em 18 de Abril de 1821, foi apresentado um parecer no Parlamento que estabelecia que os abades que recebiam dízimos e os reitores e vigários que recebiam de cômgrua mais de 200\$000 réis não podiam exigir outros "direitos" aos fregueses¹⁴.

No seguimento, foi preparado um "Plano para a Nova Divisão das Paróquias e Estabelecimento de Cômgruas Para Sustentação dos Ministros e Despesas do Culto Divino"¹⁵. Entretanto, em circular datada de 17 de Maio de 1821 é feito um amplo inquérito sobre as paróquias, o clero paroquial e os seus rendimentos, referindo-se os que provinham dos dízimos e os que tinham outra origem, como os direitos de pé-de-altar e estola¹⁶. A preocupação de regular os rendimentos do clero seguiu a 28 do mesmo mês com o requerimento às Cortes para que interviessem e estabelecessem cômgruas adequadas aos párocos¹⁷; e a 26 de Junho, com a discussão de uma proposta para que aos párocos fosse estabelecida uma cômgrua mais elevada e justa retirada dos dízimos¹⁸. Estes trabalhos das Cortes eram acompanhados pela chegada à Comissão Eclesiástica de várias queixas sobre as cômgruas e os encargos suportados pelas populações¹⁹.

¹⁴ Cf. Diário das Cortes Gerais e Constituintes da Nação Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, Tomo I, pág. 615.

¹⁵ Cf. Ana Mouta Faria, "A condição do clero português...", pág. 316 e 317.

¹⁶ Esta circular esteve na origem de vários mapas estatísticos sobre os rendimentos das igrejas do Arcebispado de Braga que utilizaremos neste trabalho. Circular essa que se encontra no Arquivo Histórico Parlamentar (AHP), Secção I-II, caixa 72, doc. 2. Esta necessidade de conhecer ao certo os montantes do dízimo e os rendimentos do clero era algo sentido mesmo fora do parlamento. Vejam-se Memórias para as Cortes Luzitanas em 1821 que comprehendem Corpos Regulares d'hum, e d'outro Sexo, Ordens Militares, Corpo Ecclesiastico, Bispos, Abbades, Dizimos, Bullas, Inquizição, Justiça, Tropa, Pensões, Economia, e Policia, Lisboa, Imprensa Nacional, 1821, pág. 19. Não deixa de ser curioso que o inquérito de 1836 sobre os dízimos, que está na base desta tese, seja em muitos aspectos semelhante ao tipo de inquérito que é pedido nesta memória.

¹⁷ Cf. Diário das cortes..., Tomo I, pp. 1057 a 1058.

¹⁸ *Idem*, pp. 1346 e 1347.

¹⁹ Vide AHP, Secção I-II, caixa 7, docs. 11, 36, 37, 38, 44, 52, 55 e 58; caixa 9, docs. 22, 23 e 24. Nestas queixas é referida a insuficiência das cômgruas para uma "aceitável" subsistência dos párocos, sendo por vezes requerido um aumento da mesmas. É apontado também que as cômgruas, sendo fixas, não permitiam acompanhar a subida do nível de vida. Daí a necessidade dos outros direitos, os quais são referidos em algumas petições, ao mesmo tempo que se afirma que eram mais um encargo para as populações. Em relação às cômgruas, Ana Mouta Faria apresenta também alguns exemplos de petições. Cf. "A condição do clero português...", pág. 317.

1. Introdução

Destas discussões resultaram o decreto de 23 de Julho de 1822, que suprimiu os "Votos de Santiago" em Braga²⁰, e a apresentação de um projecto para uma melhor distribuição dos dízimos, na óptica liberal, feita em sessão parlamentar de 16 de Setembro de 1822²¹. Composto por 25 artigos, procurava-se com ele regular os rendimentos do clero paroquial e estabelecer uma "correcta" aplicação dos dízimos, nomeadamente para a fábrica das igrejas. Eram suprimidos os benefícios simples e estipulada a união de freguesias com menos de 100 fogos e que ficassem próximas, entre outras medidas²². No conjunto, estas pretendiam uma melhor distribuição dos dízimos, que iria permitir, não só o desvio do excedente para as dívidas da Fazenda, mas também uma repartição mais equitativa dos mesmos, procurando assim melhorar a situação económica do clero paroquial²³.

Nesse sentido iam os decretos de 25 de Maio de 1821, onde se estabelecia que os rendimentos eclesiásticos podiam ser aplicados à "amortização da dívida pública", e de 28 de Junho que, para além do mesmo objectivo, "criava uma nova décima" sobre os rendimentos líquidos do clero que fossem superiores a 600\$00 réis²⁴.

O objectivo nesta primeira experiência liberal não era extinguir os dízimos, mas sim adequá-los às necessidades do novo sistema emergente: a resolução das dificuldades da Fazenda Pública e a conquista de uma extensa base social de apoio.

²⁰ Cf. José Viriato Capela, *Os votos de Santiago no Arcebispado de Braga*, Braga, 1979, pág. 61. Este autor faz aqui a história desta prestação eclesiástica desde a sua origem até à abolição nas cortes vintistas.

²¹ Cf. *Diário das Cortes...*, Tomo VII, pp. 429 a 446.

²² Que em grande parte eram o resultado do inquérito de 1821.

²³ Esta preocupação com o clero paroquial é apontada por José Eduardo Horta Correia, *Liberalismo e Catolicismo...*, pp. 51 a 63. As tentativas de melhorar as condições do clero português datavam já de 1795. Cf. José Viriato Capela, *Os rendimentos dos párocos...*, pág. 10. Sobre as dificuldades financeiras do Estado veja-se Luís Espinha da Silveira, "Aspectos da evolução das finanças públicas portuguesas nas primeiras décadas do século XIX (1800 - 27)", in *Análise Social*, n.º 97, 1987, pp. 505 a 529. Sobre as condições do clero português e as medidas dos liberais do triénio veja-se Ana Mouta Faria, "A condição do clero português...", pp. 311 e 312.

²⁴ Ana Mouta Faria, *Idem*, pp. 311 e 312. Iguais preocupações com as dificuldades da Fazenda tinham os liberais espanhóis, mas também com a agricultura e com uma redução dos dízimos, sem esquecerem um projecto de dotação dos párocos com congruas suficientes. Cf. Esteban Canales, "Hacienda, Iglesia y diezmos...", pp. 201 a 219.

1. Introdução

Ficaram-se, porém, os liberais pelas intenções, pois na sequência da "Vilafrancada" tudo ficaria na mesma²⁵.

No segundo período constitucional, de 1826 a 1828, o problema dos dízimos e dos rendimentos do clero não parece ter preocupado as classes dirigentes. Aliás, segundo Maria Helena Carvalho dos Santos, que analisou os debates parlamentares naquele período, as questões sobre a Igreja, o clero, as cômruas ou os dízimos não foram muito importantes para as Cortes²⁶. Não deixou, porém, de haver algum interesse. O dízimo estava mal aplicado, era recebido por quem não devia e daqui resultavam injustiças para o clero paroquial e para as populações e dificuldades para as igrejas que eram esquecidas pelos “dizimadores” e estavam em mau estado. Para este fim específico chegou mesmo a ser elaborado um projecto da autoria do deputado Borges Carneiro, que foi apresentado na sessão da Câmara dos Deputados de 11 de Dezembro de 1826²⁷. As afirmações sobre as injustiças na distribuição dos dízimos foram proferidas por vários outros parlamentares, na sessão de 6 de Março de 1827, numa discussão motivada por uma petição de um pároco para que lhe fosse aumentada a cômrua²⁸. Porém, apesar de se esgrimirem os mesmos argumentos usados no triénio liberal, rapidamente o problema saiu da agenda política.

Este só voltaria a colocar-se no decorrer da guerra civil, já no governo da regência de D. Pedro instalada nos Açores. Neste participou Mouzinho da Silveira, nas pastas da Fazenda e da Justiça. Foi a partir da Terceira que tomou algumas das medidas que

²⁵ Vide Isabel Nobre Vargues e Luís Reis Torgal, “Da revolução à contra-revolução: vintismo e absolutismo. O exílio político”, in *História de Portugal*, (dir) José Mattoso, Vol. V, pág. 67.

²⁶ Cf. Maria Helena Carvalho dos Santos, *A 2ª experiência constitucional portuguesa, 1826-1828*, Dissertação de Doutoramento em Estudos Portugueses apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988, policopiado, pp. 813 a 1102.

²⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa*, 1826, pág. 1315.

²⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa*, 1827, pp. 416 e 417.

1. Introdução

levariam, mais tarde, ao fim "institucional" do Antigo Regime: foram restringidos os morgadios e reduzidos os conventos, os dízimos e direitos senhoriais²⁹.

Em meados de 1832 partiram os liberais em direcção ao Porto. Aí prosseguiram as actividades legislativas, tendo em vista a instalação do novo regime. Mouzinho da Silveira alargou, então, a todo o país as medidas tomadas nos Açores e suprimiu "para todo o reino os dízimos", por decreto datado de 30 de Julho de 1832³⁰.

Tanto em Portugal como no estrangeiro, a utilização do dízimo pelos historiadores não é novidade. Efectivamente, o recurso às fontes decimais para a história económica é levado a cabo há já algumas décadas. De forma sistemática e organizada, os trabalhos sobre os dízimos começaram nos anos 60 em França. Em 1963, o Centre National de la Recherche Scientifique propôs o levantamento das séries decimais por forma a se estudarem as flutuações da produção agrícola. Nos anos seguintes e pelo menos até à década de 80, esta foi a directriz que orientou a maioria dos trabalhos que então se elaboraram. Pioneiro destes foi o de Emmanuel Le Roy Ladurie, *Os Camponeses do Languedoc*, datado de 1966, onde o dízimo foi usado como indicador das tendências de evolução da produção. Este primeiro avanço veio encorajar outros esforços e no Congresso Nacional de Historiadores Economistas Franceses realizado em Paris, em Janeiro de 1969, foram já apresentados diversos estudos reunidos depois em *Les fluctuations du produit de la dîme* organizado por Joseph Goy e Emmanuel Le Roy Ladurie em 1972.

Ao mesmo tempo, as contribuições para a história da agricultura com base nos dízimos foram sendo levadas a cabo em vários países como a Hungria, a Bélgica ou a

²⁹ António Martins da Silva, "A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo", in *História de Portugal*, (dir.) José Mattoso, Vol. V, pp. 89 e 90.

1. Introdução

Inglaterra, entre outros. Porém, há que destacar o caso particular da Espanha, não só pela qualidade e quantidade de trabalhos realizados sobre o assunto, mas, também, porque os mesmos permitem, em especial os dedicados à Galiza, uma abordagem comparativa com o que se passava no Norte de Portugal. São diversos os historiadores que se dedicaram à temática a partir, essencialmente, de meados dos anos 60. Neste caso, temos de realçar os estudos desenvolvidos por Gonzalo Anes Alvarez sobre as crises agrárias espanholas³¹ e por Antonio Eiras Roel sobre história agrária da Galiza³², de que resultaria a organização das jornadas de metodologia da Universidade de Santiago de Compostela em 1973. Aí foram apresentados diversos trabalhos, essencialmente, sobre os casos espanhol e francês editados dois anos depois³³.

Partindo destes dois conjuntos de textos, foi então decidido alargar o âmbito geográfico e temporal daquela problemática, mais uma vez, sob a coordenação de Joseph Goy e Emmanuel Le Roy Ladurie, o que deu origem a uma série de contributos apresentados na conferência de Junho-Julho de 1977, em França, preparativa do 7º Congresso Internacional de História Económica, realizado em Edimburgo no ano seguinte³⁴. Apareceram então estudos sobre diversos países, como a Alemanha, a Irlanda, a Grã-Bretanha, a Bélgica, a Hungria e a Itália, entre outros. Portugal esteve

³⁰ *Idem*, pág. 90, 94 e 95. Sobre a importância da legislação de Mouzinho da Silveira e do papel da mesma na vitória do liberalismo veja-se *DHP*, Vol. V, pp. 584 a 589 e Miriam Halpern Pereira (coord.), *Mouzinho da Silveira. Obras*, Vol. I, pp. 21-294, em especial, 223 a 266.

³¹ “Las crisis vitícolas. Cosechas, diezmos y precios en la comarca aviense. Resultados de una primera confrontación”, in *Boletín de la Universidad Compostelana*, n.º 75-76 (1967-68), pp. 251-268 e *Las crisis agrarias en la España moderna*, Madrid, 1970.

³² Alguns dos seus trabalhos foram reunidos em António Eiras Roel *et alli*, *Las Fuentes e los Métodos. 15 trabajos de historia cuantitativa serial de Galicia*, Santiago, 1977.

³³ AAVV, *Actas de las I jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas. III - Historia Moderna*, Santiago de Compostela, 1975.

³⁴ As comunicações a esta conferência foram editadas em 1982. Cf. *Prestations paysannes, dîmes, rente foncière et mouvement de la production agricole à l'époque préindustrielle*, (org.) Joseph Goy e Emmanuel Le Roy Ladurie, Paris, Mouton Éditeur, 2 Volumes. No mesmo ano os mesmos autores publicaram *Tithe & Agrarian History from the Fourteenth to the Nineteenth Century*, Cambridge, University Press. Apresentam aqui um resumo das comunicações atrás referidas e um estudo comparado da evolução da produção agrícola em vários países.

1. Introdução

representado com o trabalho de Aurélio de Oliveira sobre os dízimos da Abadia de Tibães³⁵.

No entanto, a maioria destas investigações, apesar de usarem os dízimos como fonte privilegiada, restringiam o seu objecto à questão da produção e da produtividade agrícola e à evolução das suas tendências, o que já não era pouco. Era, porém, uma análise redutora, pois os dízimos tinham e têm muito mais para oferecer do que apenas uma perspectiva sobre a agricultura. Efectivamente, logo nos dois primeiros conjuntos de trabalhos apresentados em Paris e na Galiza apontavam-se outras perspectivas e abordagens. No primeiro caso, pode servir de exemplo o artigo de Micheline Baulant³⁶, onde se estudou a forma como os dízimos se distribuíam pelos vários interessados e as complexas relações que se estabeleciam entre eles em algumas paróquias da região de Paris. Do segundo caso, destacam-se, em nosso entender, António Eiras Roel e Angel García Sanz³⁷. O primeiro autor estuda, não só, a problemática da repartição social do dízimo mas, também, a questão das suas formas de administração, tratando, inclusive, do estudo social dos rendeiros.

Apesar de serem poucas as referências a trabalhos que se afastassem da temática principal e de alguns resultarem mesmo de investigações superficiais, estavam lançadas as bases para novas abordagens³⁸. Logo nos anos 70 elas aparecem, com os estudos de Manuel Garzon Pareja sobre os dízimos do reino de Granada nos seus vários aspectos

³⁵ “Dîmes et mouvement de la production agricole. Le Nord-Ouest portugais, 1626-1821”, in *Prestations paysannes...*, Vol. I, pp. 463 a 477.

³⁶ “Du bon usage des dîmes dans la région parisienne”, in *Les fluctuations du produit de la dîme*, (org.) Joseph Goy e Emmanuel Le Roy Ladurie, Paris, Mouton & Co, 1972, pp. 25 a 39.

³⁷ Respectivamente “Evolucion del producto decimal en Galicia a finales del Antiguo Regimen: primeras series diezmales”, in *Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Históricas. III - Historia Moderna*, Santiago de Compostela, 1975, pp. 51 a 90 e “Los Diezmos del Obispado de Segovia del Siglo XV al XIX: problemas de método, modos de percepcion y regimenes sucesivos de explotacion”, in *Actas de las I Jornadas...*, pp. 143 a 152.

³⁸ A perspectiva da historiografia espanhola sobre dízimos que agora se apresenta e que não pretende ser exaustiva, pois a quantidade de estudos produzidos é bastante razoável, fica, em grande medida, a dever-se ao professor Ramón Villares, da Universidade de Santiago de Compostela, que gentilmente nos possibilitou uma estadia na mesma, por forma a desenvolvermos a nossa investigação. A ele, mais uma vez, agradecemos o tempo que nos dispensou e a amabilidade com que nos recebeu.

1. Introdução

económicos e sociais³⁹ e com um artigo de Jaime Garcia Lombardero-Viñas sobre a influência daquela prestação eclesiástica na economia do clero galego⁴⁰. Apesar de apontarem já algumas das tendências futuras na utilização das fontes decimais, estes esforços não tiveram desenvolvimento imediato, em parte, fruto da falta de um maior número de estudos de base que só iriam ser levados a cabo um pouco mais tarde.

Efectivamente, nos anos 80 continuaram as investigações sobre a caracterização do dízimo em diversas regiões espanholas. Neste particular é de referir o contributo de José António Alvarez Vázquez sobre Zamora e, essencialmente, a tese de Maria Dolores Muñoz Dueñas sobre o dízimo do bispado de Córdoba⁴¹. Como resultado destes esforços ficou a conhecer-se melhor as várias cambiantes regionais que apresentava o dízimo e a sua evolução ao longo da Idade Moderna até à abolição do mesmo, já, no século XIX. Esta foi, aliás, outra das preocupações da historiografia espanhola nesta década, pois são diversos os estudos dedicados à problemática da abolição do dízimo conjugados com a análise das políticas de desamortização⁴². Especificamente, sobre o processo que conduziu à abolição do dízimo são de realçar os artigos de Esteban Canales.

³⁹ Cf. Diezmos y tributos del Clero de Granada, Granada, 1974 e Tributos Campesinos a la Iglesia en el Reino de Granada, Granada, 1977.

⁴⁰ Cf. “Hacia una Historia economica de las nacionalidades. Datos para el estudio de la estructura del poder economico del clero galego en el siglo XVIII”, in Hacienda Pública Española, 38, 1976, pp. 101 a 109.

⁴¹ Cf. respectivamente Los Diezmos en Zamora. (1500-1840), Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1984 e El diezmo en el obispado de Córdoba. (1750-1845), Córdoba, Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1988. Veja-se também o estudo de Miguel Ángel Melón Jiménez, “Los diezmos de la diócesis de Coria (1566-1773)”, in Studia Historica. Historia Moderna, Vol. V, Universidad de Salamanca, 1987, pp. 177 a 191.

⁴² Cf. Esteban Canales, “Hacienda, Iglesia y diezmos durante el Trienio Constitucional”, in O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX, Lisboa, Sá da Costa, Vol. I, 1981 e “Diezmos y Revolución Burguesa en España”, in Historia Agraria de la España Contemporánea, (eds.) Ángel García Sanz y Ramon Garrabou, Barcelona, Editorial Crítica, Vol. I, 1985, pp. 245 a 274; Ramón Villares Paz, “La economía del clero regular gallego ante la desamortización”, in Cuadernos de Estudios Gallegos, XXXII (96-97), Santiago de Compostela, 1981, pp. 81 a 139; María Dolores Muñoz Dueñas, “Desamortización y abolición del diezmo en Córdoba”, in Desamortización y Hacienda Pública, Madrid, Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentacion e Ministério de Economia y Hacienda, Tomo II, 1986, pp. 499 a 521 e Pedro Lago Peñas, “A abolición do décimo en Galicia”, in Donos de seu. Estudios de historia agraria de Galicia, (ed.) Ramón Villares, Barcelona, Sotelo Blanco, 1988, pp. 21 a 77.

1. Introdução

Nos finais da década de 80 nota-se uma nova viragem na temática abordada que dá, agora, ênfase ao estudo da influência e peso relativo do dízimo na vida económica de várias instituições eclesiásticas, tanto seculares como regulares. É o caso de trabalhos sobre as rendas e património de diversos cabidos, mitras⁴³ e mosteiros⁴⁴. São particularmente inovadores os elaborados por Concepción Burgo López e Ofelia Rey Castelao. Em quase todos é realçado o papel fundamental que o dízimo desempenhava na economia eclesiástica, sendo este facto particularmente relevante quanto às instituições diocesanas, com a excepção da mitra de Santiago de Compostela.

Actualmente assiste-se ao trabalhar de novas vertentes na história dos dízimos. Em primeiro lugar, já se deu início a abordagens de conjunto, procurando apreender o peso relativo da prestação decimal e a sua repartição social tendo em vista, não só, as instituições eclesiásticas, mas todos os interessados no dízimo⁴⁵. Em segundo lugar, surge o estudo dos conflitos gerados em torno do dízimo e da fuga ao seu pagamento.

⁴³ Luis Carlos García Figuerola, La economía del cabildo salmantino del siglo XVIII, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1989; Manuel Martín Riego, Diezmos eclesiásticos, renta y gastos de la mesa arzobispal hispalense (1750-1800), Sevilla, 1990; Ofelia Rey Castelao, “Estructura y evolución de una economía rentista de Antiguo Régimen: La Mitra Arzobispal de Santiago”, in Compostellanum, XXXV, Santiago de Compostela, 1990, pp. 459 a 488 e M. Concepción Burgo López, “La estructura económica del cabildo de Lugo a finales del siglo XVIII”, in Obradoiro de Historia Moderna, nº 2, Universidade de Santiago de Compostela, 1993, pp. 65-83.

⁴⁴ Cf. Pegerto Saavedra Fernández, “La economía del monasterio de Carracedo, ca. 1700-1834”, in Studia Historica. Historia Moderna, Vol. V, Universidad de Salamanca, 1987, pp. 241-282; José Luis Hernanz Elvira e Fernando Jiménez de la Hera, “Estructuración de la renta feudal en los conventos de la Orden Militar de Santiago a fines del Antiguo Régimen”, in Señorio y Feudalismo en la Península Ibérica, (eds.) Esteban Sarasa Sánchez e Eliseo Serrano Martín, Zaragoza, Institución «Fernando El Católico», Volume III, 1993, pp. 527 a 545; M. Concepción Burgo López, “Política económica y gestión administrativa en las entidades monásticas femeninas”, in I Congreso Internacional del Monacato Femenino en España, Portugal y América, 1492-1992, Universidad de León, Secretariado de Publicaciones, Volume II, 1993, pp. 569 a 585; Ofelia Rey Castelao, “Las economías monásticas femeninas ante la crisis del Antiguo Régimen”, in I Congreso Internacional del Monacato Femenino..., Volume II, pp. 105 a 130 e Francisco José Álvarez Fernández, “Aproximación al análisis de una economía monástica: Santa María de Sandoval (1800-1835)”, in Estudios Humanísticos. Geografía, Historia, Arte, nº 16, Universidad de León, 1994, pp. 181 a 204.

⁴⁵ Cf. Ofelia Rey Castelao, “El reparto social del diezmo en Galicia”, in Obradoiro de Historia Moderna, nº1, Universidade de Santiago de Compostela, 1992, pp. 145-162.

1. Introdução

Procura-se, ainda, compreender melhor as consequências para a agricultura da abolição do dízimo⁴⁶.

Esta última perspectiva preocupou igualmente os historiadores em Inglaterra, onde o dízimo não foi abolido, mas sim comutado, em 1836, tendo permanecido em vigor até ao século XX. Neste particular, o trabalho de Roger Kain e Hugh Prince é inovador, inclusive, ao nível da metodologia usada que recorre à informática e à cartografia⁴⁷.

Se em Espanha – foi neste país que detivemos uma grande parte da nossa atenção – a produção historiográfica sobre a temática dos dízimos é bastante razoável, já o mesmo não podemos dizer em relação a Portugal. Como vimos, uma primeira abordagem foi levada a cabo por Aurélio de Oliveira. O artigo sobre os dízimos da Abadia de Tibães que levou a Paris foi a apresentação da sua tese de doutoramento sobre aquela instituição beneditina⁴⁸. Trabalho pioneiro, teve ecos pouco significativos nos anos seguintes, em parte pelas dificuldades de encontrar séries documentais de boa qualidade. As exceções à regra foram poucas, destacando-se os estudos de Joaquim Romero de Magalhães sobre a produção agrícola do Algarve⁴⁹ e um pequeno texto de João Nunes de Oliveira sobre a região de Viseu⁵⁰.

Porém, já nos finais dos anos 80 e inícios dos anos 90 surgiram novos contributos, mais uma vez impulsionados por Aurélio de Oliveira, continuando a dar-se ênfase à evolução da produção agrícola e a tratar casos de mosteiros beneditinos: o de Bustelo,

⁴⁶ Estas duas vertentes e também a anterior podem ser exemplarmente verificadas na tese de doutoramento, ainda por publicar, de Angel I. Fernández González, *A fiscalidade eclesiástica...*.

⁴⁷ Roger J. P. Kain e Hugh Prince, *The Tithe Surveys of England and Wales*, Cambridge, University Press, 1985.

⁴⁸ Cf. *A Abadia de Tibães...*. O mesmo autor voltaria ao tema três anos depois através do trabalho “Contabilidade Monástica e Produção Agrícola durante o Antigo Regime: os Dízimos do Mosteiro de Santo Tirso. 1626-1821”, in *Actas do Colóquio de História Local e Regional*, Santo Tirso, 1982, pp. 131 a 179.

⁴⁹ Cf. “Alguns aspectos da produção agrícola no Algarve: fins do século XVIII – princípios do século XIX”, in *Revista Portuguesa de História*, n.º 22, 1985, pp. 1 a 29 e *O Algarve Económico 1600-1773*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 161-193.

1. Introdução

por Fernanda Paula Sousa Maia, e o de Ganfei, por Célia Maria Taborda da Silva, são os que se evidenciam⁵¹. Além deste grupo de investigação podemos referir ainda os trabalhos de Inês Amorim e Margarida Sobral Neto⁵². Numa perspectiva diferente e, ao mesmo tempo, próxima dos objectivos que nos propusemos, temos, por fim, de chamar a atenção para os estudos de Viriato Capela sobre os dízimos, a sua distribuição social e os rendimentos do clero no final do Antigo Regime, igualmente, dedicados à região minhota⁵³.

Como podemos verificar, mal ultrapassam uma dezena as referências ao tema na historiografia portuguesa recente. Em relação a esta o que poderemos destacar? Essencialmente, que se cingiu ao estudo da produção agrícola e ao da importância do dízimo como fonte de rendimento para determinadas entidades monásticas e, na maioria dos casos, abarcando apenas os séculos XVII e XVIII. As incursões pelo século XIX param, quase invariavelmente, no triénio vintista. Quanto ao tratamento de outros assuntos ligados ao dízimo, como, por exemplo, os arrendamentos de que era alvo ou os indivíduos que neles participavam, bem como a participação dos leigos nesta prestação religiosa, em especial no final do Antigo Regime, continuam, em grande medida, por fazer⁵⁴.

⁵⁰ Cf. A produção agrícola de Viseu entre 1550 e 1700, Câmara Municipal de Viseu, 1990.

⁵¹ Cf. Fernanda Paula Sousa Maia, O Mosteiro de Bustelo... e Célia Maria Taborda da Silva, O Mosteiro de Ganfei. Ver ainda Maria Cecília Encabo y Valenciano, O Mosteiro de Rendufe. Propriedade e Produção agrícola (1629-1674 e 1713-1822), Porto, 1993.

⁵² Cf. Inês Amorim, O Mosteiro de Grijó. Senhorio e Propriedade: 1560-1720 (formação, estrutura e exploração do seu domínio), Braga, Edição da Autora, 1997; Margarida Sobral Neto, Terra e Conflito: região de Coimbra (1700-1834), Viseu, 1997.

⁵³ Cf. Os rendimentos dos párocos do concelho e arciprestado de Barcelos nos fins do Antigo Regime e durante o séc. XIX, separata de Barcellos Revista, Barcelos, 2 (1), 1984 e “Igreja, Sociedade e Estado...”, pp. 421 a 488.

⁵⁴ Excepção feita ao já citado estudo de Viriato Capela, “Igreja, Sociedade e Estado...” e à análise dos rendimentos da aristocracia levada a cabo por Nuno Gonçalo Monteiro. Cf. “Os rendimentos da aristocracia portuguesa na crise do Antigo Regime”, in Análise Social, n.º 111, 1991, pp. 361 a 384 e O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832), Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

1. Introdução

É evidente que se estudaram as características dos dízimos e as suas formas de cobrança e administração, mas, essencialmente, dos que pertenciam às casas regulares⁵⁵. Porém, poderão estes casos ser encarados como regra geral, quando sabemos que eram muitos e diversos os interesses e interessados na prestação decimal?

Também o grupo dos rendeiros foi abordado, em especial, por Fernanda Paula Sousa Maia, em finais dos anos 80, princípios de 90⁵⁶, e mais recentemente por Fernando Taveira da Fonseca⁵⁷, mas desconhecemos, para o início do século XIX e para o Minho, outros desenvolvimentos no estudo de um grupo extenso e diversificado de indivíduos que detinham um papel muito importante na economia e sociedade ao nível local e, em alguns casos, mesmo regional⁵⁸.

Da mesma forma, continua por efectuar uma análise de conjunto dos vários detentores de direitos sobre os dízimos e das relações que se estabeleciam entre eles, em especial, no período final do Absolutismo e procurar com isso apreender as posições relativas dos diversos interesses em presença e a forma como foram afectados pela lei de extinção de Mouzinho da Silveira.

Estas e outras lacunas puderam, em parte, ser colmatadas nos últimos anos com o desenvolvimento do projecto sobre dízimos e produção agrícola orientado pelo Prof.

⁵⁵ Neste aspecto é exemplar o trabalho de Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães...*, pp. 364 a 378. Nas páginas 395 a 403 dá-nos igualmente uma visão geral sobre a importância do dízimo para outras entidades e sobre a complicada teia de interesses que se estabeleciam em redor dele.

⁵⁶ Cf. “Um episódio de especulação com cereais em finais do séc. XVIII”, in *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, Vol. IV, 1989, pp. 321 a 325 e “A Renda e o Rendeiro na Época Moderna. Breve estudo sociológico”, in *Señorio y Feudalismo en la Península Ibérica*, (eds.) Esteban Sarasa Sánchez e Eliseo Serrano Martín, Zaragoza, Institución «Fernando El Católico», Volume III, 1993, pp. 631 a 648.

⁵⁷ Cf. *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo Social e Económico*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1995, pp. 700-714.

⁵⁸ A importância social destes indivíduos foi referida por Albert Silbert para o Alentejo. Cf. *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l’Ancien Régime*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Vol. II, 1978, pp. 779-783. Uma chamada de atenção para a necessidade do seu estudo foi feita por Viriato Capela em *O Minho e os seus municípios. Estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal*, Braga, Universidade do Minho, 1995, pág. 36.

1. Introdução

Doutor Luís Espinha da Silveira. No decorrer dessa investigação surgiu a oportunidade de elaborarmos trabalhos sobre as regiões de Braga e Viana do Castelo⁵⁹.

O que iremos procurar, agora, nesta dissertação é desenvolver esses mesmos estudos iniciais, encarando numa perspectiva de conjunto toda a problemática económica e social dos dízimos no final do Antigo Regime, essencialmente, entre 1820 e 1834, numa área que corresponde, *grosso modo*, às antigas comarcas eclesiásticas de Braga e Valença.

Um estudo condicionado, em parte, pelo esforço já desenvolvido e pelas fontes utilizadas. Poderíamos ter alargado a área geográfica e fazer esta investigação para a totalidade do Arcebispado de Braga. Se a princípio colocámos esta hipótese, depressa verificámos que ela não seria exequível, pois as fontes que o permitiriam fazer, relativas ao futuro distrito de Vila Real, apresentavam bastantes lacunas. De qualquer modo, tendo em conta a perspectiva da realidade eclesiástica, na qual se inseria o dízimo, pareceu-nos adequado tratar somente Valença e Braga. Estas duas comarcas constituíam um todo coerente e homogéneo e outras regiões que apresentavam uma certa continuidade geográfica, como o Porto ou Bragança, não se integravam na totalidade no espaço institucional do bispado bracarense. A área escolhida tinha a vantagem adicional de representar uma vasta região, rica em termos económicos e sociais, o que permitiu uma análise, também ela, enriquecida e diversificada.

Mas porquê estudar o problema a partir do Triénio Liberal? Inicialmente, as fontes que tínhamos eram relativas aos anos de 1827 a 1831. Pensamos, contudo, que se justificava recuar até 1820, primeiro, pelo facto da primeira experiência liberal

⁵⁹ Cf. Os últimos 5 anos dos dízimos: produção agrícola, rendimentos e relações sociais na região de Braga no final do Antigo Regime, Lisboa, policopiado, 1996 e Os últimos 5 anos dos dízimos: produção agrícola, rendimentos e relações sociais na região de Viana no final do Antigo Regime, Lisboa, policopiado, 1996. No âmbito do mesmo projecto foram ainda realizados mais dois trabalhos. Cf. Dulce Freire, Os dízimos no distrito de Lisboa: os últimos cinco anos (1827-1831), Lisboa, policopiado, 1996 e

1. Introdução

representar uma clara ruptura com o passado e, depois, pela possibilidade que tivemos de utilização de outras fontes, algumas delas, produzidas, inclusive, no período revolucionário. Os liberais do triénio tentaram uma reforma ampla da Igreja e nesta estavam incluídos, como vimos, tanto os dízimos como os direitos paroquiais. É certo que com a “Vilafrancada” tudo regressou ao passado, mas as medidas das cortes vintistas foram um prenúncio do que se iria tornar efectivo após 1832. E porquê estender este estudo até ao final da Guerra Civil? Esta opção ficou a dever-se ao facto de ter sido possível verificar nas fontes que a abolição dos dízimos em 1832 não passou além das palavras do decreto de Mouzinho, tornando-se efectiva, apenas, com a vitória definitiva do Liberalismo. A visão do período que decorre entre 1820 e 1834 é fundamental para compreender as medidas tomadas ainda no decorrer da guerra civil.

Essa visão é possibilitada por fontes que abrangem uma vasta área, coerente em termos geográficos e administrativos, e que representam um corte temporal curto e bem definido: inquéritos sistemáticos e bastante abrangentes, organizados ao nível da mais pequena célula administrativa eclesiástica, a paróquia, e com um manancial de informação que de outra forma, através de fontes dispersas, seria muito difícil de recolher.

A principal base documental deste trabalho é constituída pelo inquérito, mandado executar por portaria de 29 de Novembro de 1836, sobre os dízimos cobrados nos anos de 1827 a 1831 e cujas respostas se encontram no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (AHMF), Tesouro Público⁶⁰. Os dados foram recolhidos ao nível da freguesia e para cada uma existe informação sobre os produtos dizimados e as suas quantidades

Arnaldo Silva, Os dízimos nas vésperas da sua abolição: produção agrícola, rendimentos e relações sociais na região de Coimbra (1827-1831), Lisboa, policopiado, 1996.

⁶⁰ Efectivamente, nas caixas 4306 e 4308 do AHMF encontram-se as respostas dos distritos de Braga e Viana.

1. Introdução

ao longo de cinco anos; os interessados na partilha dos dízimos e as cotas em que essa partilha era feita; os encargos impostos ao produto decimal, com a grande excepção dos fiscais; os métodos de cobrança, arrecadação e administração dos produtos e sobre os empregados nessa administração, quando era directa, ou sobre os rendeiros, quando se arrendavam os dízimos.

Para a região em causa e para os anos a que se reporta não temos conhecimento de uma fonte que se apresente tão sistemática e completa e através da qual se consiga uma análise tão abrangente sobre a problemática do dízimo no final do Antigo Regime⁶¹.

Outra fonte importante encontra-se no Arquivo Histórico Parlamentar, na Secção I e II, em conjunto com documentação da chamada “Comissão Eclesiástica”. Corresponde a um inquérito sobre as paróquias e os seus rendimentos mandado efectuar pelas Cortes Constituintes, através da circular de 17 de Maio de 1821, na sequência das discussões parlamentares sobre os dízimos e a dotação do clero e com ele dever-se-iam recolher informações “sobre o estado das Parochias, e a importancia e applicação dos Dizimos”, tendo em vista “extinguir (...) os direitos de estola e pé de altar” e “aumentar as congruas” dos párocos⁶². Apesar de cobrir diversas zonas do país, só para o Arcebispado de Braga é que se encontram respostas sistemáticas que permitem, mesmo, a reconstituição da quase totalidade daquela arquidiocese e das suas divisões internas. Esta fonte foi essencialmente utilizada como complemento da primeira.

Se com estes dois inquéritos foi possível reconstituir o sistema de cobrança e distribuição do dízimo e mesmo a produção agrícola, para desenvolvermos outros aspectos relacionados com uma melhor identificação dos agentes envolvidos neste processo, fossem eles os preceptores dos dízimos, os funcionários da cobrança ou os

⁶¹ Porém, a sua análise não está isenta de problemas. Para uma melhor caracterização deste inquérito, para uma crítica à validade do mesmo e para a apresentação da metodologia seguida no seu tratamento veja-se o Anexo 1.

1. Introdução

rendeiros, foi necessário procurar outras fontes, tanto no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), como nos arquivos distritais e municipais do Minho.

No IAN/TT foram consultados os núcleos do Desembargo do Paço, das Chancelarias de D. João VI, D. Miguel e D. Pedro IV e do Registo Geral de Mercês de D. Maria II. Recolhemos, ainda, informações preciosas do arquivo da Casa do Infantado e nos acervos da Igreja Patriarcal de Lisboa, das Comendas das Ordens Militares e das Congregações Religiosas.

Tendo em conta o âmbito territorial do trabalho, foi necessária uma pesquisa no Minho que se centrou nos arquivos distritais de Braga e Viana do Castelo e no arquivo municipal de Guimarães. As principais fontes consultadas foram os fundos notariais e de instituições, religiosas ou não, de âmbito local e regional⁶³.

Pelo que ficou exposto, pensamos poder apresentar um quadro geral sobre a cobrança dos dízimos no final do Antigo Regime, dando particular atenção a três aspectos: a ligação desta prestação com a produção agrícola, a circulação e distribuição social dos rendimentos gerados pelos dízimos e o sistema de cobrança dos mesmos estudando, neste caso, os rendeiros.

Para isso procurar-se-á, em primeiro lugar, aclarar alguns aspectos relacionados com a área a estudar, o que constitui a matéria do primeiro capítulo. Proceder-se-á aí à caracterização das comarcas eclesiásticas de Braga e Valença, particularmente, em termos administrativos e demográficos.

⁶² A ele fizemos referência no texto supra e nota 16. A crítica a esta mesma fonte é feita, igualmente, no Anexo 1.

⁶³ Uma melhor caracterização do conjunto de fontes utilizadas, bem como a sua crítica e a descrição da metodologia usada, será feita à medida que formos avançando pelos diferentes capítulos e, essencialmente, nos anexos.

1. Introdução

Seguir-se-á a análise da produção agrícola em géneros e em dinheiro com base nos valores da cobrança decimal. Será estabelecida a posição relativa de cada produto e grupo de produtos, tentando, de forma cautelosa, uma aproximação ao conjunto da produção, apontando as diferenças concelhias e comparando produções, tendo por base, essencialmente, os factores geográficos.

O capítulo seguinte, intitulado “A Distribuição Social do Produto dos Dízimos”, será dedicado à análise da repartição da renda decimal pelos vários interessados. Serão analisadas com maior detalhe as participações de cada um destes, fazendo-se uma separação entre eclesiásticos e laicos. Dentro destes dois grandes conjuntos serão estudadas diferentes entidades e grupos de indivíduos, com destaque para a Igreja Patriarcal de Lisboa, a Casa do Infantado, a Universidade de Coimbra e a Nobreza Titular. Um último ponto será dedicado à tentativa de verificar se os dízimos eram aplicados no culto divino, nas fábricas das igrejas e na assistência aos pobres.

No último capítulo será dado um especial destaque ao “Sistema de Cobrança dos Dízimos”: por administração directa, ressaltando diversos funcionários encarregues da mesma, ou por arrendamento, destacando-se, então, o grupo dos rendeiros, importante em termos sociais e económicos e de grande influência ao nível local, regional e, mesmo, nacional.

Espera-se, assim, dar um pequeno contributo para uma melhor compreensão do peso e importância dos dízimos na economia e sociedade do Minho no final do Antigo Regime.

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

Cremos ser oportuno, antes de passarmos à análise dos dados dos inquéritos, aclarar alguns aspectos relacionados com a área a estudar, *grosso modo*, o Minho na passagem do Antigo Regime para o Liberalismo. Nesta caracterização da região minhota será da máxima importância estabelecer de forma precisa a organização do espaço. Por um lado, pelos problemas de tratamento da fonte principal, o inquérito de 1836, estruturado a partir de concepções administrativas pós-Revolução Liberal e com a qual se pretende retratar uma realidade de Antigo Regime. Por outro, porque convém não esquecer que o dízimo estava intimamente ligado à Igreja e que esta tinha uma estrutura humana e administrativa muito própria que influía de forma significativa na cobrança e distribuição daquela prestação.

2.1. Administração civil e administração eclesiástica

A área abrangida pelo inquérito de 1836 na província do Minho corresponde, numa visão simplificada, às antigas comarcas civis de Valença, Braga e a parte das de Viana, Guimarães e Barcelos ou às comarcas eclesiásticas de Braga e Valença. Temos já aqui uma primeira dificuldade: falamos das comarcas de Antigo Regime porque os dados respeitam aos anos de 1827 a 1831, porém, os mesmos foram recolhidos com base na nova divisão administrativa, saída da lei de 25 de Abril de 1835, que estabelecia os distritos, e do decreto de 6 de Novembro de 1836 que procedeu à reforma dos concelhos e consequente diminuição do seu número⁶⁴.

⁶⁴ Cf. Luís Nuno Espinha da Silveira, *Território e Poder*, Cascais, Patrimonia, 1997, pp. 90-95, 144 e 145.

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

Se estávamos a procurar retratar uma realidade de Antigo Regime tínhamos, à partida, duas opções: ou tratar os dados apenas ao nível da freguesia, onde, apesar de tudo, não ocorreram alterações muito significativas, ou agrupar a informação pelos concelhos e distritos posteriores a 1836, no fundo, utilizando a divisão administrativa que nos era imposta pela fonte. A primeira tinha a desvantagem óbvia de não permitir agregar dados e, com isso, dificultar a análise pelo excessivo parcelamento da informação. A segunda resultava numa deturpação anacrónica, pois as diferenças entre as divisões administrativas do Antigo Regime e do Liberalismo são evidentes.

Surgiu-nos, então, uma terceira hipótese, apenas possibilitada pelos resultados das investigações mais recentes sobre esta temática. A solução passou pela reconstituição da estrutura administrativa de Antigo Regime a partir da freguesia e pela transposição dos dados da fonte a esse nível, de modo a ser depois possível agregar e trabalhar os mesmos, não com os concelhos e distritos de 1836-1842, mas com os concelhos e comarcas de 1826. Esta operação foi possibilitada pela utilização do *SIGMA – Sistema de Informação Geográfica e Modelação de Dados Aplicado à História de Portugal*, desenvolvido por uma equipa de investigação coordenada pelo Prof. Doutor Luís Espinha da Silveira, e cujos resultados foram recentemente disponibilizados na Internet. A utilização deste sistema facilitou ainda o tratamento dos dados do inquérito de 1821 e do censo de 1801, tendo este último sido, agora, alvo de uma edição crítica⁶⁵.

2.1.1. A divisão administrativa civil

O inquérito de 1836 procurava retratar a cobrança dos dízimos nos distritos de Braga e Viana. No caso de Braga responderam aos quesitos os concelhos de Aboim da

⁶⁵ Veja-se *Idem* (coord.), <http://www.fcsh.unl.pt/atlas>.

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

Nóbrega, Amares, Braga, Esposende, Fafe, Guimarães, Prado, Póvoa de Lanhoso, Vieira e Vila Nova de Famalicão. Do concelho de S. Marta de Bouro temos respostas apenas da freguesia de S. Maria de Bouro. Do distrito de Viana responderam todos os 13 concelhos. As exceções foram apenas as freguesias de Aguião e Rio de Moinhos, no concelho de Arcos de Valdevez, e de Torre, em Viana do Castelo.

O distrito de Viana encontrava-se, então, praticamente completo, mas no de Braga faltavam áreas importantes constituídas pelos municípios de Barcelos, Cabeceiras de Basto, Celourico de Basto, Penela, Pico de Regalados, Terras de Bouro e Vila Chã e Larim. Resultavam as informações num total de 607 freguesias.

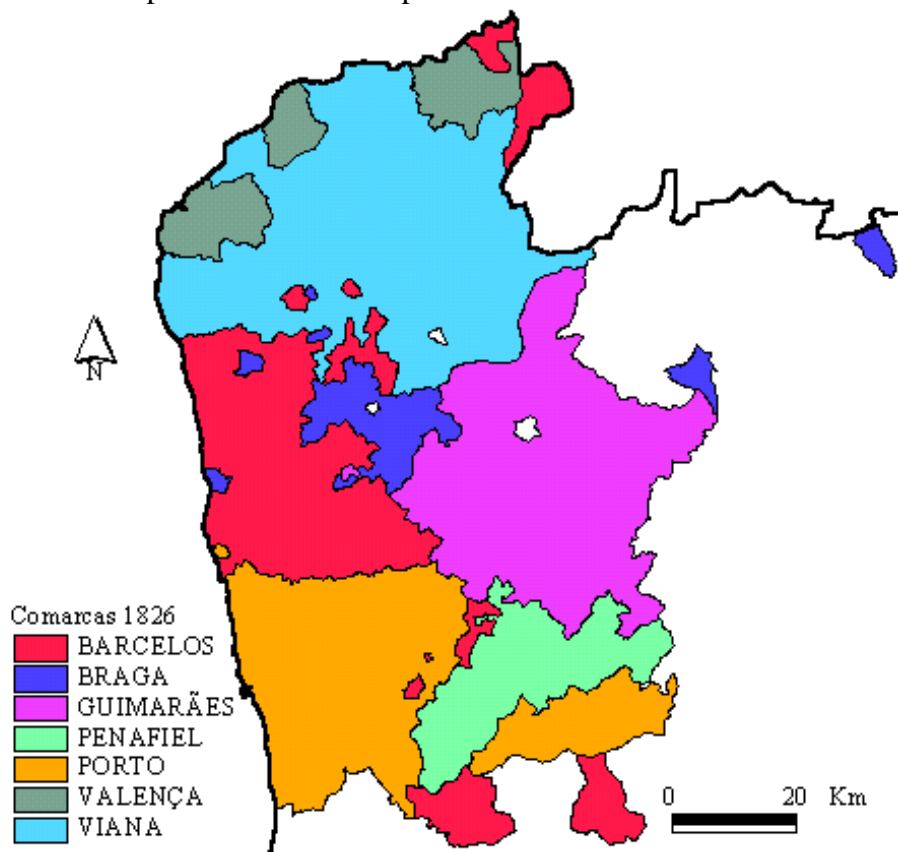
A que concelhos e comarcas de Antigo Regime correspondiam estes dois distritos da Revolução Liberal? A resposta é dada através da divisão administrativa de 1826, muito próxima da época cuja realidade o inquérito procurava retratar.

Os territórios de ambos os distritos pertenciam, e nisso não houve alterações significativas, à província do Minho. Esta era, em 1826, constituída por 7 comarcas: Barcelos, Braga, Guimarães, Penafiel, Porto, Valença e Viana. Estas tinham uma configuração bem mais complexa que os distritos posteriores, como se pode comprovar pelo mapa 1. Eram caracterizadas por descontinuidades geográficas e encravamentos, cujo expoente máximo era Barcelos. Porém, o mesmo se verificava nas comarcas de Braga, Porto e Valença⁶⁶.

⁶⁶ Neste mapa não está representada a totalidade da comarca de Barcelos, que tinha alguns territórios encravados na província da Beira. Sobre a descontinuidade territorial das comarcas veja-se Luís Nuno Espinha da Silveira, *Território e Poder*, pp. 28 a 36.

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

Mapa 1 - Comarcas da província do Minho em 1826



Fonte: Sistema de Informação Geográfica e Modelação de Dados Aplicado à História de Portugal (SIGMA).

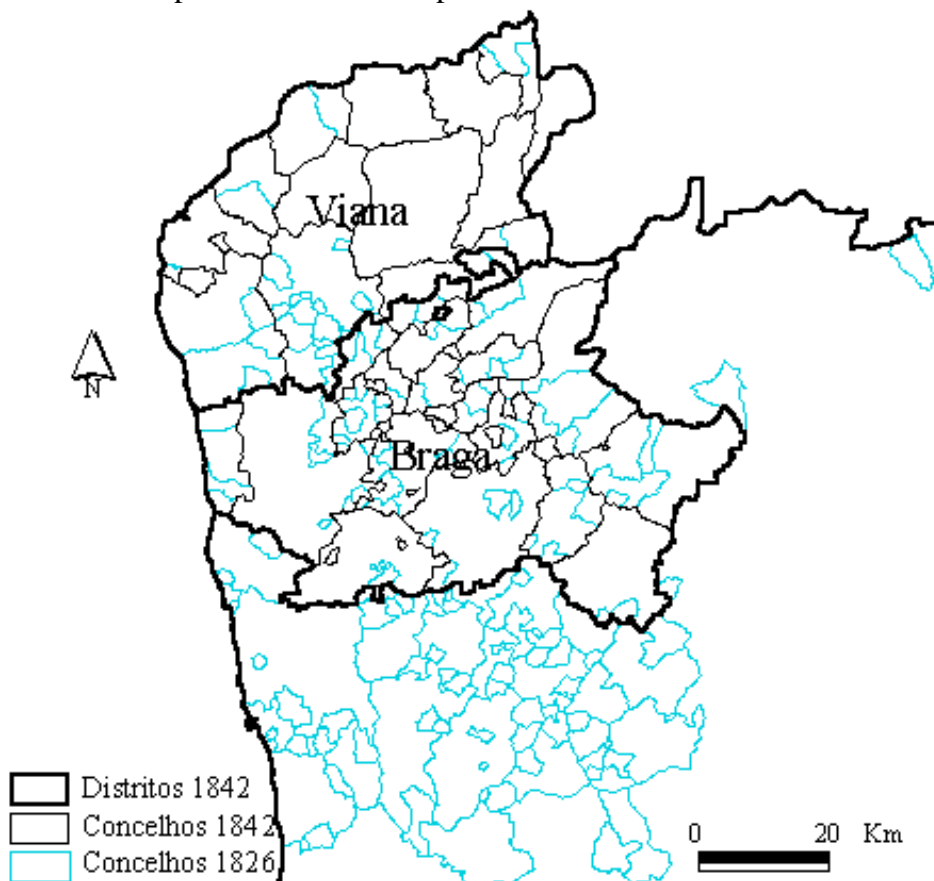
Abaixo das comarcas encontramos os concelhos, também eles impregnados da “irracionalidade” geográfica que caracterizava aquelas, embora em menor grau. Se, mais uma vez, fizermos a comparação com a divisão administrativa de 1842, podemos destacar a profunda reforma que sofreram os concelhos diminuindo em número e aumentando em área entre o Antigo Regime e o Liberalismo (mapa 2).

É com base na divisão administrativa de 1826, estruturada em comarcas e concelhos, que iremos estudar a cobrança dos dízimos no final do Antigo Regime. Não fazemos referência às freguesias de 1826, pois estas só com o Liberalismo passaram a integrar o sistema administrativo civil e, mesmo assim, não de forma definitiva. Não o fazemos, igualmente, porque as diferenças entre os dois momentos, 1826 e 1842, são

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

pouco significativas, ou seja, o número de freguesias manteve-se relativamente estável nesta evolução, por contraste com os concelhos⁶⁷ (mapa 3).

Mapa 2 - Concelhos da província do Minho em 1826



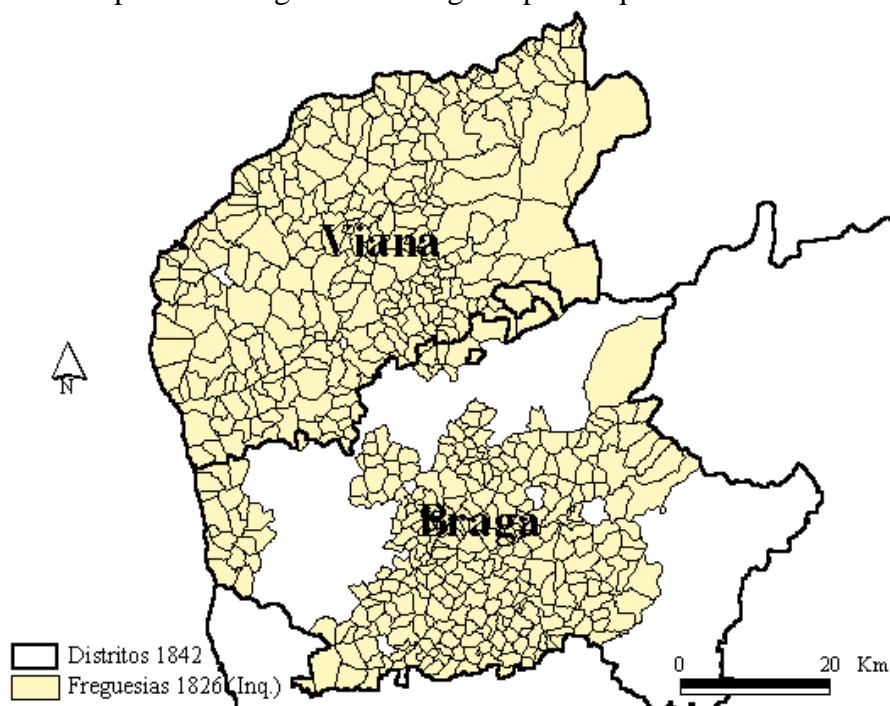
Fonte: SIGMA.

Se observarmos o quadro 1, vemos que as 607 freguesias do inquérito se distribuíam por 63 concelhos em 1826. É óbvia a diferença em relação à situação posterior, não só no número, pois na nossa fonte eram indicados somente 24, mas também quanto à dimensão dos municípios. No Antigo Regime, a par de grandes concelhos, com muitas freguesias, encontramos outros, minúsculos, muitos dos quais constituídos por apenas uma paróquia, correspondendo, alguns, a pequenos coutos (mapas 2 e 4 e quadro 1). As principais lacunas resultam dos concelhos de Barcelos e Guimarães, apesar de só serem verdadeiramente significativas no primeiro.

⁶⁷ Sobre esta questão veja-se Luís Nuno Espinha da Silveira, *Território e Poder*, pp. 124 a 128.

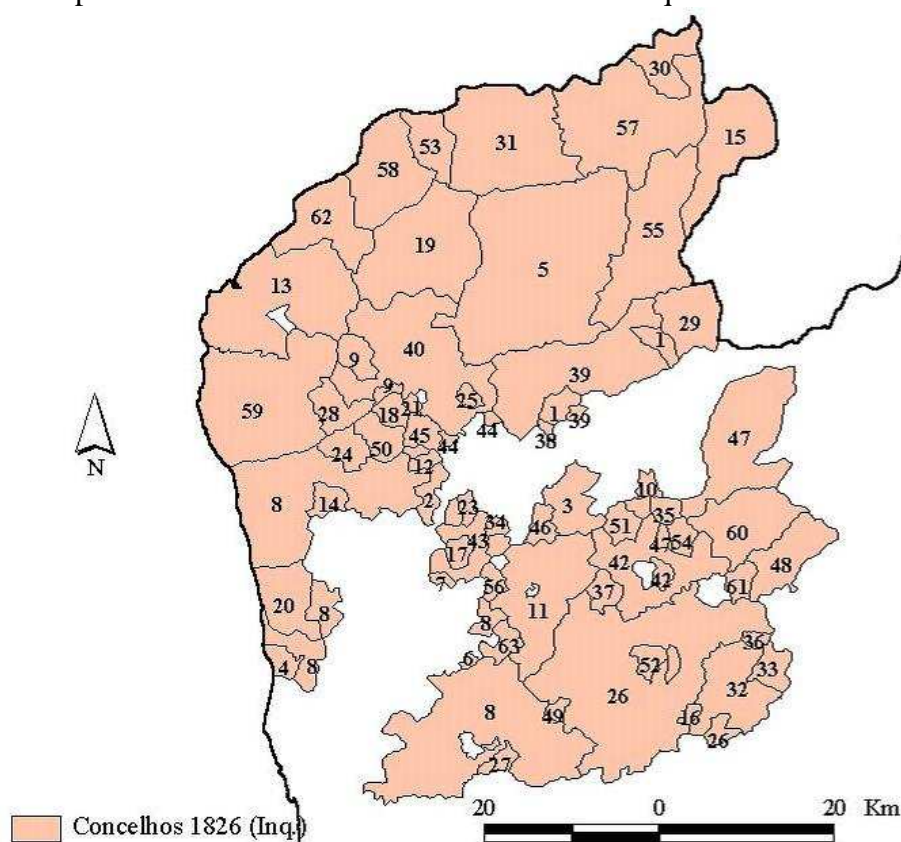
2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Viana no final do Antigo Regime

Mapa 3 - As freguesias abrangidas pelo inquérito de 1836



Fontes: SIGMA e Inquérito de 1836.

Mapa 4 - Os concelhos de 1826 com dados do inquérito de 1836*



Fontes: SIGMA e Inquérito de 1836.

* Ver correspondência dos códigos dos concelhos no quadro 1.

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

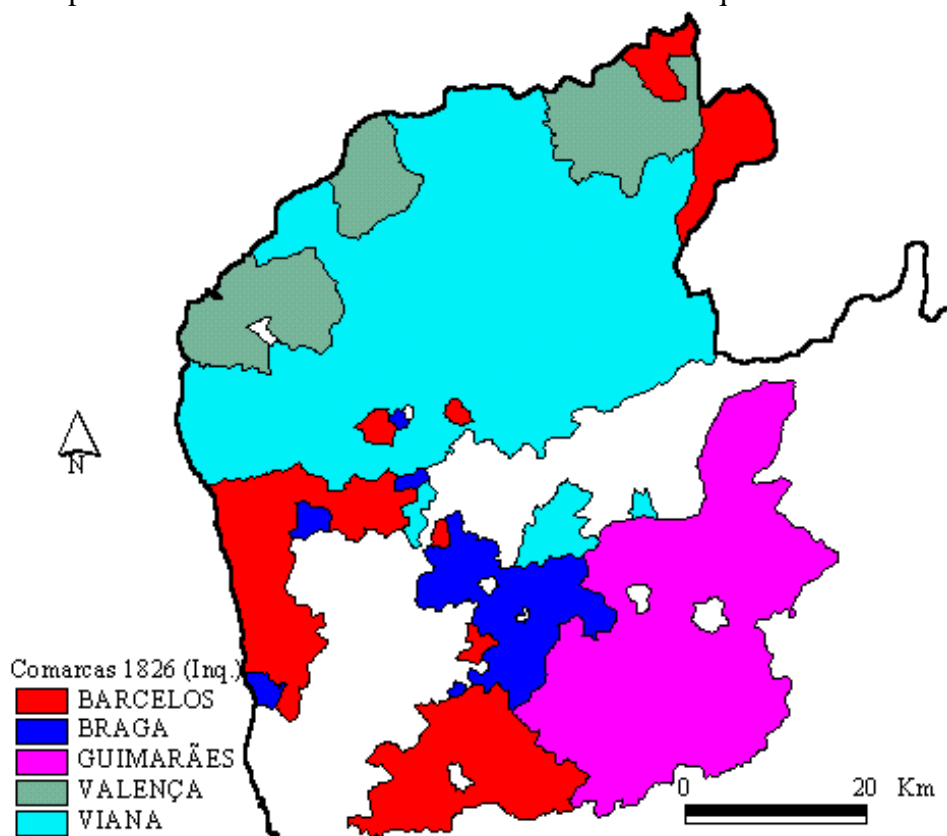
1 - N.º de freguesias e área dos concelhos de 1826 com dados do inquérito de 1836

Códigos	Concelhos	Total Freg.	Freg. C/dados*	% Freg. C/dados	Área (Km2)**
1	ABOIM DA NÓBREGA (COUTO)	2	2	100,00	23,72
2	ALBERGARIA	8	5	62,50	16,18
3	AMARES	14	13	92,86	36,79
4	APÚLIA	1	1	100,00	10,59
5	ARCOS DE VALDEVEZ	49	49	100,00	320,74
6	ARENTIM (COUTO)	1	1	100,00	2,48
7	AZEVEDO (COUTO)	1	1	100,00	3,29
8	BARCELOS	190	84	44,21	438,08
9	BERTIANDOS (COUTO)	3	3	100,00	20,77
10	BOURO (COUTO)	1	1	100,00	6,37
11	BRAGA	36	36	100,00	110,34
12	CABAÇOS (COUTO)	1	1	100,00	5,80
13	CAMINHA	20	20	100,00	158,06
14	CAPAREIROS (COUTO)	2	2	100,00	12,17
15	CASTRO LABOREIRO	1	1	100,00	87,58
16	CEPÃES	1	1	100,00	3,86
17	CERVÃES (COUTO)	2	1	50,00	8,97
18	CORRELHÃ (COUTO)	2	2	100,00	11,68
19	COURA	21	21	100,00	137,79
20	ESPOSENDE	8	8	100,00	44,44
21	FEITOSA (COUTO)	1	1	100,00	3,11
22	FONTE ARCADA (COUTO)	1	1	100,00	6,16
23	FREIRIZ (COUTO)	1	1	100,00	11,25
24	GERAZ DO LIMA	4	4	100,00	19,15
25	GONDUFE (COUTO)	1	1	100,00	5,86
26	GUIMARÃES	102	84	82,35	316,76
27	LANDIM	8	5	62,50	14,99
28	LANHESES	4	4	100,00	24,43
29	LINDOSO	1	1	100,00	47,27
30	MELGAÇO	8	8	100,00	37,10
31	MONÇÃO	23	23	100,00	148,88
32	MONTE LONGO	11	11	100,00	66,01
33	MOREIRA DE REI (COUTO)	1	1	100,00	16,92
34	MOURE (COUTO)	2	1	50,00	4,75
35	PARADA DE BOURO (COUTO)	1	1	100,00	8,96
36	PEDRAÍDO (COUTO)	1	1	100,00	4,84
37	PEDRALVA (COUTO)	2	2	100,00	13,21
38	PICO DE REGALADOS	20	1	5,00	2,67
39	PONTE DA BARCA	28	28	100,00	142,88
40	PONTE DE LIMA	23	21	91,30	161,32
41	PORTELA DE PENELA	10	2	20,00	4,85
42	PÓVOA DE LANHOSO	20	19	95,00	79,32
43	PRADO (COUTO)	13	7	53,85	27,69
44	QUEIJADA E BOALHOSA (COUTO)	2	2	100,00	5,02
45	REBORDÕES	2	2	100,00	14,32
46	RENDUFE (COUTO)	5	5	100,00	16,54
47	RIBEIRA DE SOAZ	9	9	100,00	126,19
48	ROÇAS	2	2	100,00	48,66
49	RONFE	1	1	100,00	4,78
50	S ESTEVÃO DA FACHA	2	2	100,00	20,27
51	S JOÃO DE REI	4	4	100,00	14,07
52	S TORCATO (COUTO)	1	1	100,00	10,58
53	SANFINS (COUTO)	5	5	100,00	31,85
54	SERZEDELO (COUTO)	1	1	100,00	10,44
55	SOAJO	3	3	100,00	128,74
56	TIBÃES (COUTO)	5	3	60,00	8,18
57	VALADARES	18	18	100,00	167,47
58	VALENÇA	12	11	91,67	82,98
59	VIANA	20	18	90,00	173,31
60	VIEIRA	7	7	100,00	69,21
61	VILA BOA DE RODA	1	1	100,00	11,39
62	VILA NOVA DA CERVEIRA	13	13	100,00	65,13
63	VIMIEIRO	5	5	100,00	12,71
TOTAL		768	594	77,34	3649,92

* Freguesias cartografadas com dados; ** Área total das freguesias cartografadas com dados

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

Mapa 5 - As comarcas civis de 1826 com dados do inquérito de 1836



Fontes: SIGMA e Inquérito de 1836.

2 - N.º de freguesias e área das comarcas de 1826 com dados do inquérito de 1836

Comarcas	Total Freg.	Freg. C/dados*	% Freg. C/dados	Área (Km2)**
VIANA	274	225	82,12	1559,38
GUIMARÃES	245	146	59,59	802,89
BARCELOS	279	111	39,78	644,59
VALENÇA	50	49	98,00	408,51
BRAGA	79	63	79,75	234,54
TOTAL	927	594	64,08	3649,92

* Freguesias com dados cartografadas; ** Área total das freguesias com dados cartografadas

As freguesias abrangidas pelo inquérito de 1836 correspondiam à quase totalidade da comarca de Valença, a uma grande parte das de Viana e Braga, a mais de metade da de Guimarães e a pouco mais de um terço das freguesias que em 1826 faziam parte da comarca de Barcelos (quadro 2 e mapa 5)⁶⁸.

⁶⁸ Confrontar estes dados com os que são publicados por Luís Silveira, *Território e Poder*, CD-ROM. Nessa comparação é necessário levar em linha de conta que algumas freguesias que são registadas individualmente no inquérito de 1836, em especial, as urbanas, correspondiam a duas, três ou, por vezes, mais freguesias em 1826. Veja-se o exemplo da cidade de Guimarães que era constituída por 4 freguesias, N. S^a da Oliveira, S. Miguel do Castelo, S. Paio e S. Sebastião, e cuja informação, no inquérito de 1836,

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

A transposição de dados não esteve isenta de problemas. Das 607 freguesias presentes no inquérito de 1836, para 5 não foi possível identificar freguesias correspondentes em 1826, pelo que não pudemos utilizar os seus dados nos cálculos sobre a produção agrícola. Ao nível da cartografia as lacunas são um pouco maiores, pois das 602 freguesias identificadas só conseguimos cartografar as 594 declaradas nos quadros anteriores. Chamamos, contudo, a atenção que esta lacuna foi devidamente identificada e que corresponde a apenas 2,14% do total das paróquias, em geral, de pequenas dimensões, pelo que pensamos não ter real significado numa, não mais que hipotética, distorção dos dados.

Como seria natural foi a divisão administrativa de 1826 que utilizámos para os cálculos, análises e cartografia. Temos, contudo, de fazer uma ressalva, pois no que diz respeito às duas primeiras vertentes apenas trabalhámos e apresentamos dados ao nível do concelho. O facto de não o fazermos ao nível da freguesia já atrás foi explicado. Podíamos, contudo, ter optado por utilizar também as comarcas. Não o fizemos pelo facto da própria geografia das comarcas civis, caracterizada por descontinuidades e encravamentos, não aconselhar a sua utilização para análises comparativas ao nível da produção agrícola (mapa 5). Apesar de também os concelhos sofrerem esta realidade ela resultava “menos importante do que no caso das comarcas”⁶⁹. Justificava-se, talvez, trabalhar os dados de acordo com a divisão eclesiástica. Porém, também aqui, as características geográficas das áreas visitacionais, como veremos de seguida, não o aconselhavam. Os concelhos apresentavam-se, assim, como a circunscrição, a nosso ver, mais adequada ao tratamento e apresentação da informação, tanto no caso da

aparece num único registo correspondente à “Villa de Guimarães”. Algo semelhante acontecia com Viana.

⁶⁹ Estas características são demonstradas por Luís Silveira, *Território e Poder*, pp. 30-35 e 37-43 (em especial mapa n.º 5 e páginas 34 e 40). Quanto às dificuldades de utilização das comarcas para análise estatísticas veja-se Luís Nuno Espinha da Silveira, “A organização do território e o estudo da população,

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

produção agrícola, que permitia comparações entre os municípios e com dados de monografias sobre a região, como no estudo dos rendeiros, para os quais tínhamos dados sobre a sua residência. Já para a distribuição e circulação do produto dos dízimos recorreremos, preferencialmente, à divisão eclesiástica.

2.1.2. A estrutura administrativa do Arcebispado de Braga

O arcebispado de Braga situa-se na região norte do país e abrangia, em finais do Antigo Regime, uma extensa área que, *grosso modo*, correspondia a grande parte do Minho e de Trás-os-Montes. Se compararmos, por exemplo, com os distritos actuais, vemos que aquela diocese ocupava os de Viana, Braga e Vila Real, parte do Porto e quase metade de Bragança. Era constituída por cerca de 1290 freguesias e tinha uma área total de aproximadamente 11578 km² (mapa 6)⁷⁰.

Como podemos verificar, o arcebispado correspondia a um espaço bastante uniforme, sem descontinuidades e com poucos encravamentos. Estes resumiam-se aos isentos de Poiares, de Refóios do Lima e de Fiães e a uma freguesia junto à fronteira com a Galiza que pertencia à diocese de Ourense⁷¹.

O facto de ser uma diocese extensa tornava-a difícil de governar. No sentido de minorar esse problema, o arcebispado foi sendo dividido, desde a Idade Média, em várias circunscrições. As maiores eram as comarcas eclesiásticas, sendo administradas por um vigário que respondia directamente perante o bispo. Em 1460 eram apenas duas, Braga e Trás-os-Montes. Entre 1505 e 1532 esta última dividiu-se em três: Bragança,

1801-1849”, in Luís Nuno Espinha da Silveira (coord.), Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849. Edição Crítica, Lisboa, INE, Vol. I, 2001, pp. 27.

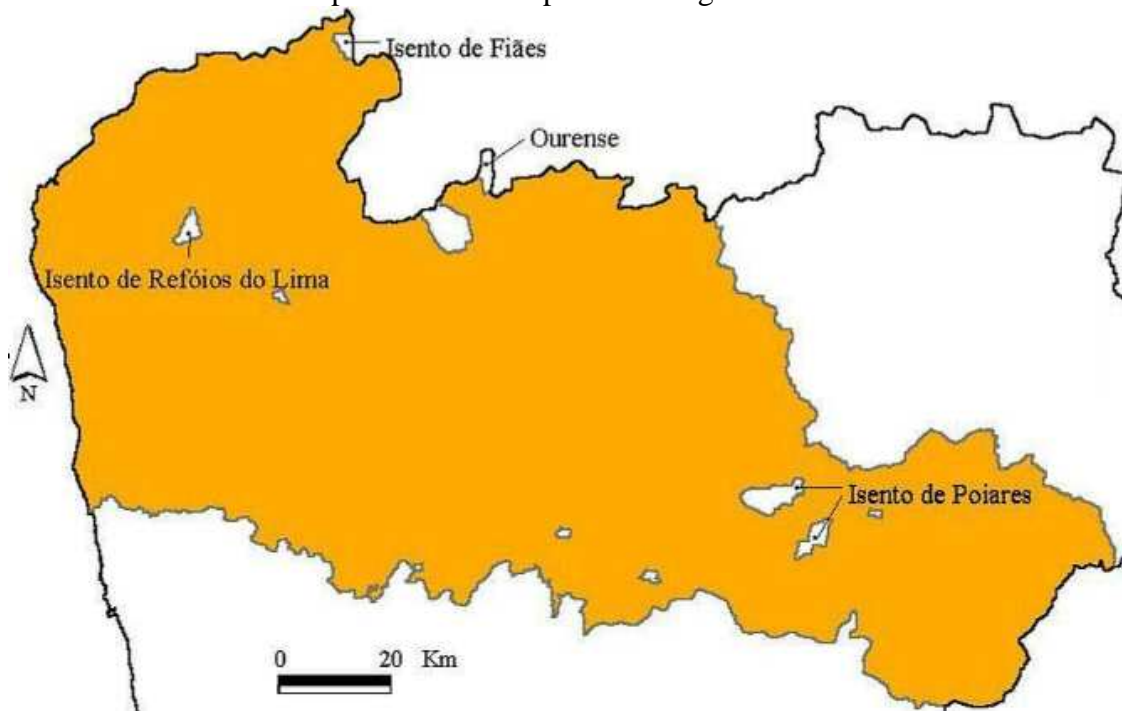
⁷⁰ Veja-se www.fcsh.unl.pt/atlas. Estes valores referem-se a 1801 e, apesar de poderem existir diferenças no quadro agora traçado, quando chegamos a 1827-31 a relativa estabilidade no número de freguesias que compõem a diocese desde o século XVII leva a considerar essas alterações como pouco significativas.

⁷¹ Os restantes espaços em branco correspondem a áreas que não foi possível cartografar.

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

Chaves e Vila Real. Em 1512 foi incorporada a de Valença. Aquando da criação da diocese de Miranda (a partir de 1545), a maior parte da comarca eclesiástica de Bragança passou para o novo bispado e o restante ficou a constituir a comarca de Torre de Moncorvo.

Mapa 6 - O Arcebispado de Braga em 1801



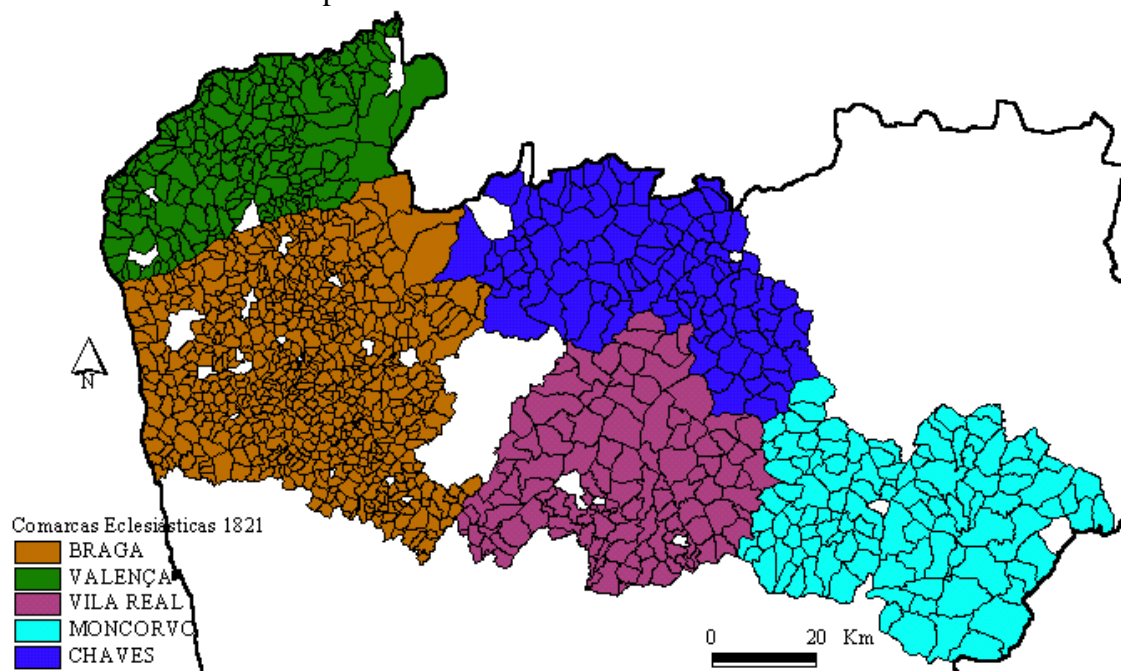
Fontes: *SIGMA* e Inquérito de 1821.

Assim, a partir de meados do século XVI e até 1834 a arquidiocese de Braga era constituída por 5 comarcas: Braga, Valença, Vila Real, Chaves e Torre de Moncorvo⁷². Foi possível verificar a manutenção desta divisão eclesiástica em 1821 e definir parcialmente os seus contornos, como podemos verificar no mapa 7⁷³.

⁷² Cf. António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga...*, Vol. I, 1993, pág. 41.

⁷³ As lacunas deste mapa e dos seguintes, para além dos isentos e das áreas que não foi possível cartografar e que ficaram registadas no mapa 6, correspondem a falta de informação na fonte. Esta reconstituição, bem como as seguintes, foi feita através dos dados do inquérito sobre as paróquias de 1821 e utilizando o *SIGMA*. Cf. Arquivo Histórico Parlamentar (AHP), Secção I-II, cx. 7, 8, 10 e 26.

Mapa 7 - As comarcas eclesiásticas em 1821



Fontes: SIGMA e Inquérito de 1821.

A área do arcebispado de Braga a que se referem os dados do inquérito de 1836 consiste, fundamentalmente, nas comarcas eclesiásticas de Braga e Valença. As informações disponíveis não abrangem a totalidade da área destas, sendo maiores as lacunas em Braga. Incluem igualmente dois isentos: Fiães e Refóios do Lima. Para além disso houve ainda 3 freguesias para as quais temos informações, mas que não conseguimos identificar a comarca eclesiástica a que pertenciam.

Pelo que podemos verificar, as comarcas mantinham as características de uniformidade da diocese e, mesmo levando em conta as lacunas do inquérito de 1821, aparentam não ter encravamentos entre si. Afastavam-se, assim, claramente das comarcas civis de que já falámos.

Estas circunscrições intermédias resultavam do agrupamento de outras mais pequenas e de características bem diferentes: as áreas visitacionais. Como o bispo não conseguia visitar toda a diocese no exercício das suas funções pastorais e administrativas, estabeleceram-se, ainda antes das comarcas, os arcediagados e os

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

arciprestados, territórios constituídos por várias paróquias e administrados pelos arcediagos e arciprestes que tinham por função auxiliar o bispo e, ao mesmo tempo, governar espiritualmente as populações que lhes tinham sido confiadas. No entanto, também estas divisões sofreram alterações várias e os seus territórios foram sendo modificados, aparecendo novas visitas, nem todas ligadas a um arcediago ou arcipreste. Com a divisão, no século XII, das mesas episcopal e capitular da diocese, parte das visitas passaram a ser obrigação do cabido e dos seus membros e verificou-se que algumas destas circunscrições capitulares tomaram o nome das suas dignidades⁷⁴. Segundo António Franquelim Neiva Soares “com o decorrer dos tempos algumas destas circunscrições mudaram de nome e quase todas padeceram grandes alterações territoriais (...)” Assim, para cada época torna-se necessário definir estas novas divisões internas da arquidiocese “com documentação própria.”⁷⁵

No início do século XVIII, o arcebispado tinha 1288 paróquias, distribuídas por 25 áreas de visita. Na segunda metade do mesmo século as áreas visitacionais eram já 39, pois tinha-se dado a subdivisão de algumas zonas arcebispaís em duas e, depois, em três partes. Estas áreas tinham a sua designação própria “consoante a pessoa ou a instituição detentora do direito ordinário de visita”⁷⁶.

Já verificámos o número de paróquias existentes nos inícios do século XIX. Em 1802, estas agrupavam-se em 40 áreas visitacionais⁷⁷. Através do inquérito de 1821 foi possível também contabilizar e cartografar as mesmas. Correspondiam igualmente a 40 e, para além de outras pequenas lacunas, só não encontrámos informação para as visitas da Primeira e Segunda Parte de Basto, que competiam ao arcebispo, e para a do Mestre-

⁷⁴ Cf. DHP, Vol. I, pág. 410, “Cabido”; António Franquelim Sampaio Neiva Soares, A Arquidiocese de Braga..., Vol. I, pp. 40-41.

⁷⁵ Cf. António Franquelim Sampaio Neiva Soares, A Arquidiocese de Braga..., Vol. I, pp. 40-41.

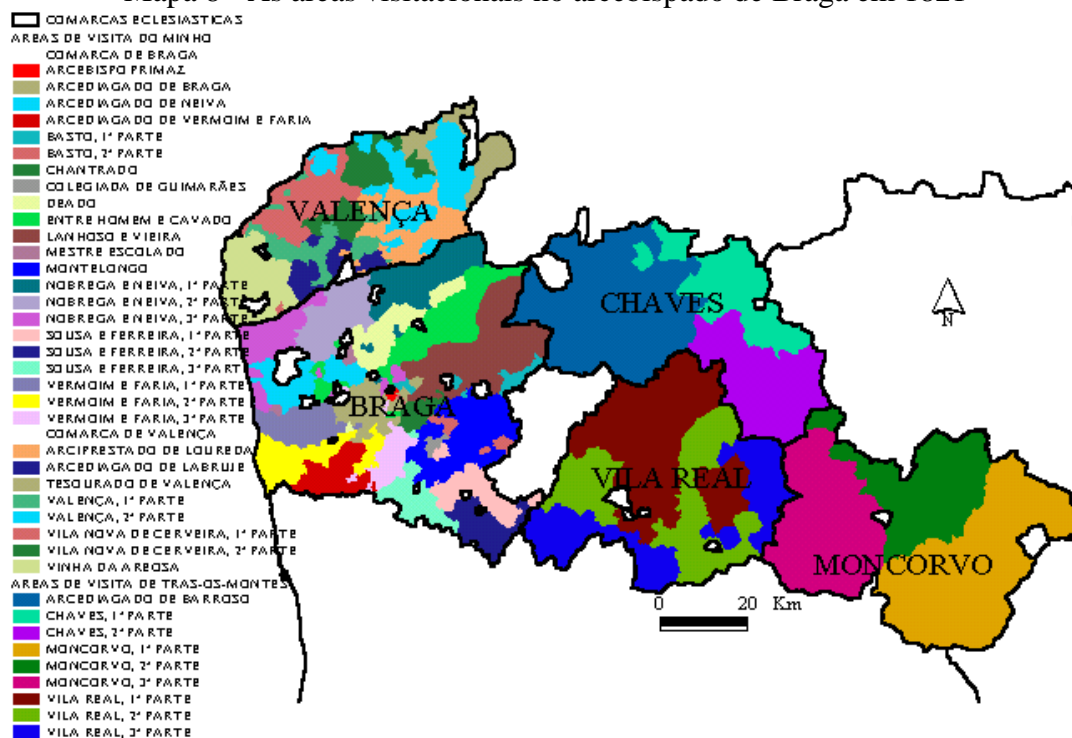
⁷⁶ Cf. *Idem*, pp. 43, 81, 84 e 85.

⁷⁷ Temos conhecimento do seu número e designação através de um documento, datado de 1802, que, de forma casual, encontrámos no Arquivo Histórico Parlamentar. Cf. AHP, Secção I-II, cx. 110, doc. 11.

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

Escolado, da responsabilidade, como o nome indica, do Mestre-Escola do Cabido de Braga⁷⁸ (mapa 8).

Mapa 8 - As áreas visitacionais no arcebispado de Braga em 1821



Fontes: SIGMA e Inquérito de 1821.

Se as comarcas eclesiásticas eram circunscrições contínuas e sem encravamentos de maior, onde se nota alguma coerência na organização espacial (que vai estar presente na divisão administrativa civil, apenas, a partir de 1835 com a instituição dos distritos), já no nível seguinte, nas áreas visitacionais, essa característica perde-se em razão, sem dúvida, da evolução histórica que resumimos acima. Estas divisões correspondiam, como se disse, a privilégios, dependiam do número de dignidades existentes em determinado momento no cabido, ou mesmo, da correlação de forças entre o bispo e as outras entidades centrais do governo da diocese, nomeadamente, o cabido e as colegiadas. Neste caso, a divisão eclesiástica assemelhava-se em tudo à divisão

⁷⁸ Lacunas essas que correspondem a parte dos espaços em branco do mapa 8 e às quais já nos referimos na nota 73. Cf. AHP, Secção I-II, caixas 7, 8, 10 e 26.

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

administrativa de Antigo Regime, com a profusão e complexidade geográfica das comarcas civis.

Estas áreas visitacionais eram, na sua maioria, descontínuas e, no fundo, correspondiam a uma partilha de privilégios pelas várias entidades encarregues das visitas, pois estas recebiam uma pequena pensão de cada freguesia que visitavam e, em alguns casos, os dízimos das mesmas. Estas visitas representavam para os visitantes trabalho, obrigações, deveres para com as populações, o clero paroquial e os bispos, mas eram, também, fontes de avultados rendimentos⁷⁹.

Destacamos de seguida as áreas de visita nas comarcas de Braga e Valença, pois é para estas que temos dados sobre a cobrança dos dízimos entre 1827 e 1831 (mapa 9; quadros 3 e 4).

As áreas que eram visitadas pelos membros do cabido e das colegiadas recebiam o nome das dignidades que as detinham. Era o caso, por exemplo, do arcediagado de Braga, do arcediagado de Labruje, do tesourado de Valença, do chantrado, do deado ou do mestre-escolado. As que competiam ao arcebispo ou ao cabido levavam o nome de terras ou rios geograficamente próximos da área de visita e eram por vezes divididas em “partes”.

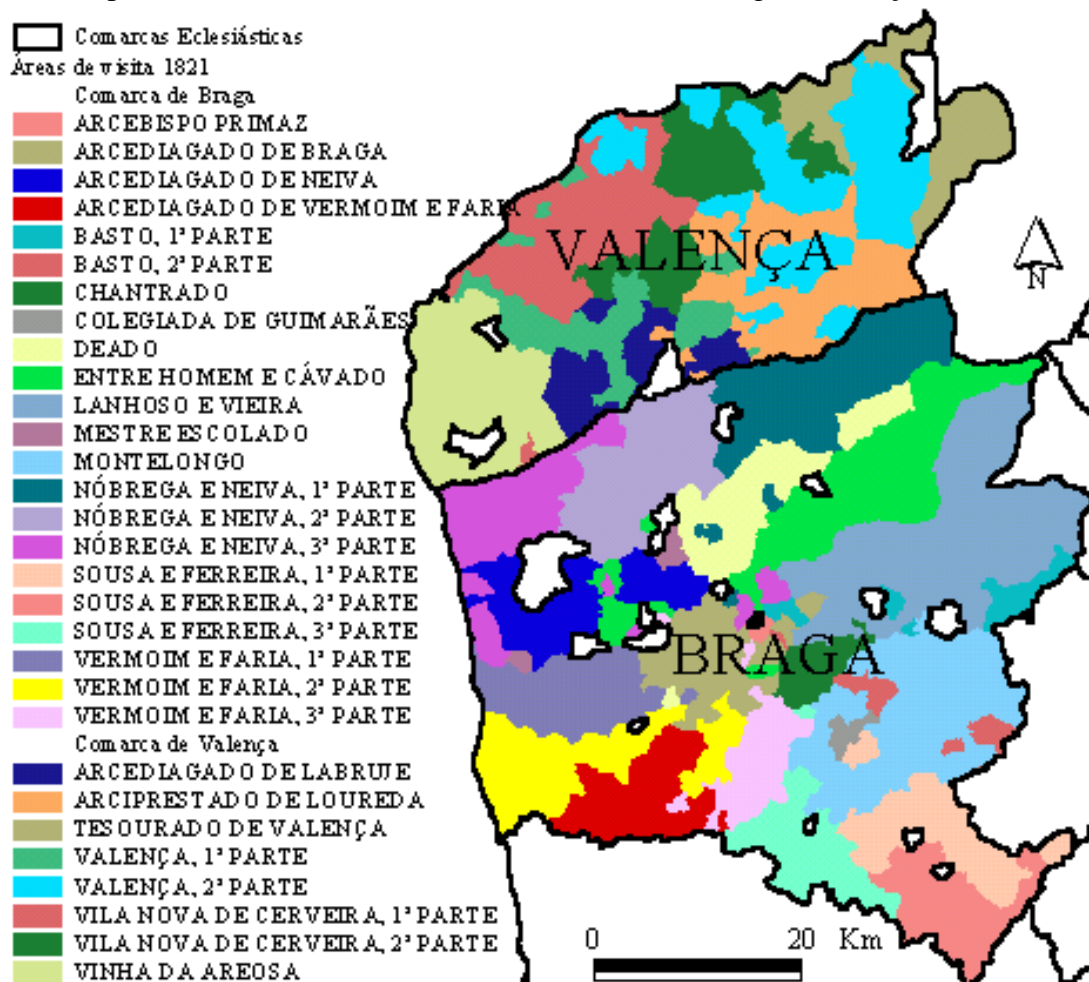
Nestas duas comarcas, mais do que nas de Trás-os-Montes, estavam em conflito um maior número de interesses, representados na presença do cabido e de várias colegiadas importantes como a de Guimarães e a de Valença. Verificamos, então, que o desenho das respectivas circunscrições de visita era confuso, correspondendo, acima de tudo, a critérios de privilégio e partilha de poder e não tanto a uma gestão racional das atribuições administrativas e pastorais que lhes estavam subjacentes (mapas 8 e 9).

⁷⁹ Este aspecto será mais desenvolvido no capítulo sobre a distribuição social dos dízimos.

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

Poder que, como iremos desenvolver no capítulo relativo à circulação do produto decimal, era não só espiritual e administrativo, mas também económico.

Mapa 9 - As visitas nas comarcas eclesiásticas de Braga e Valença em 1821



Fontes: SIGMA e Inquérito de 1821.

Como exemplo dessa partilha de poder nas visitas e dos conflitos que poderia gerar, apontamos as do Arcebispo Primaz e da Colegiada de Guimarães. Ao inquérito de 1821 esta colegiada respondeu em mapa próprio com a relação das suas visitas. Acontece que nos das visitas da responsabilidade do arcebispo, a sua “visita pessoal” e as da comarca de Vila Real, aparecem muitas paróquias comuns, em particular as da cidade de Guimarães. Esta duplicidade resultava de conflitos de jurisdição que opunham

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

a colegiada aos arcebispos já desde a Idade Média e que no final do Antigo Regime não estavam de todo sanados⁸⁰.

3 - Comarca eclesiástica de Braga – média anual de dízimos por visita (1827-31)

Visitas*	Visitadores	Freg.	Freg. C/dados	Dízimos (mil réis)
MONTELONGO	Cabido de Braga	72	70	28932,723
NÓBREGA E NEIVA, 3ª PARTE	Arcebispo	32	29	17785,172
LANHOSO E VIEIRA	Cabido de Braga	51	47	17086,927
NÓBREGA E NEIVA, 1ª PARTE	Arcebispo	35	30	15998,868
NÓBREGA E NEIVA, 2ª PARTE	Arcebispo	36	26	10918,308
VERMOIM E FARIA, 3ª PARTE	Arcebispo	31	29	10126,570
ENTRE HOMEM E CÁVADO	Cabido de Braga	51	23	9046,057
ARCEDIAGADO DE BRAGA	Dignidade do cabido de Braga	49	32	8146,642
ARCEDIAGADO DE VERMOIM E FARIA	Dignidade do cabido de Braga	27	20	8088,366
CHANTRADO	Dignidade do cabido de Braga	13	13	4561,337
VERMOIM E FARIA, 2ª PARTE	Arcebispo	33	10	3330,909
COLEGIADA DE GUIMARÃES	Colegiada de Guimarães	9	6	3093,276
VERMOIM E FARIA, 1ª PARTE	Arcebispo	33	6	3082,098
BASTO, 2ª PARTE	Arcebispo	**	5	2848,803
ARCEDIAGADO DE NEIVA	Dignidade do cabido de Braga	26	11	2514,681
SOUSA E FERREIRA, 3ª PARTE	Arcebispo	32	9	2453,403
BASTO, 1ª PARTE	Arcebispo	**	5	2029,640
DEADO	Dignidade do cabido de Braga	43	7	1902,537
SOUSA E FERREIRA, 1ª PARTE	Arcebispo	33	2	994,154
ARCEBISPO PRIMAZ	Arcebispo	5	5	878,780
MESTRE ESCOLADO	Dignidade do cabido de Braga	**	5	870,002
21	Totais	611	390	154689,251

* A visita da 2ª Parte de Sousa e Ferreira não é referida no quadro por não existirem freguesias com dados. Era constituída por 34 freguesias.

** Não existe informação para 1821. Sabemos que as freguesias apontadas pertencem às visitas nomeadas através de uma relação do Arquivo Distrital de Braga para os inícios do século XIX. Cf. VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome de, *Inventário das Visitas e Devassas*, Braga, Arquivo Distrital de Braga, 1986.

Temos, então, para a comarca eclesiástica de Braga 21 áreas de visitação, ficando-se Valença pelas 8. Distribuímos por elas a cobrança dos dízimos que apurámos através dos dados do inquérito de 1836. Indicámos igualmente a entidade responsável pela visita e, também, o número de freguesias com dados para cada uma das visitas, sendo

⁸⁰ Cf. António Franquelim Sampaio Neiva Soares, “Conflitos jurisdicionais entre a Colegiada e o Arcebispo de Braga (Século XIII a 1831)”, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Vol. II, Guimarães, pág. 15 a 23. O mesmo autor em *A Arquidiocese de Braga...*, Vol. I, pág. 84-85 indica que a cidade de Guimarães, em inícios do século XVIII, era alvo de uma visita “mista” feita pelo Arcebispo e pela Colegiada de Guimarães. Neste caso, optámos por manter as freguesias de Guimarães na visita da Colegiada, ficando a visita pessoal do Arcebispo resumida às freguesias da cidade de Braga. Tendo em conta um documento de 1802 que contém uma lista das visitas cremos ser esta uma opção correcta pois aí é indicada a visita da “Cidade” de Braga. Cf. AHP, cx. 110, doc. 11. Quanto às

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

que algumas ficaram incompletas, uma vez que eram constituídas por outras freguesias que não foram abrangidas pelo referido inquérito (quadros 3 e 4). No quadro 5 apontamos os valores relativos aos isentos e no quadro 6 fica registado o total de dízimos cobrado nas três freguesias para as quais desconhecemos a(s) respectiva(s) visita(s).

4 - Comarca eclesiástica de Valença – média anual de dízimos por visita (1827-31)

Visitas	Visitadores	Freg.	Freg. C/dados	Dízimos (mil réis)
VINHA DA AREOSA	Colegiada de Valença	32	30	15627,746
ARCIPRESTADO DE LOUREDA	Dignidade do cabido de Braga	29	29	14618,364
VILA NOVA DE CERVEIRA, 1ª PARTE	Arcebispo	33	33	12321,426
VALENÇA, 2ª PARTE	Arcebispo	27	27	11694,778
VILA NOVA DE CERVEIRA, 2ª PARTE	Arcebispo	33	33	11620,756
ARCEDIAGADO DE LABRUJE	Dignidade do cabido de Braga	21	21	9424,519
VALENÇA, 1ª PARTE	Arcebispo	17	17	8178,825
TESOURADO DE VALENÇA	Dignidade da colegiada de Valença	17	17	5412,661
8	Totais	209	207	88899,076

5 - Isentos – rendimentos (mil réis)

Comarca Eclesiástica	Isentos	Freg.	Freg. C/dados	Dízimos
VALENÇA	ISENTO DE REFÓIOS DO LIMA	2	1	1348,160
VALENÇA	ISENTO DE FIÃES	1	1	155,300
Total	2	3	2	1503,460

6 - Desconhecidas – rendimentos (mil réis)

Comarca Eclesiástica	Visitas	Freg.	Dízimos
Desconhecida	Desconhecida	3	1947,285

Apesar dos dados serem parcelares, em particular para Braga, podemos verificar que nestas duas comarcas o arcebispo tinha, de facto, de dividir o seu poder com entidades bastante privilegiadas, nomeadamente, o cabido de Braga e os seus membros. Não deixa de ser significativo que a primeira dessas áreas de visita, tanto em número de freguesias, como em dízimos cobrados, seja da responsabilidade do cabido.

paróquias repetidas em Vila Real, optámos por não as atribuir à colegiada, mas mantê-las nas visitas das diferentes partes em que aquela comarca eclesiástica se dividia.

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

Cremos residir aqui, em parte, a explicação para as posições relativas que ocupam a Mitra, como representante do arcebispo, e o cabido de Braga na distribuição do produto dos dízimos de que nos ocuparemos em capítulo próprio.

Para além de partilhar poder pastoral e económico com o cabido e as colegiadas, o arcebispo tinha de o fazer, também, no caso das comarcas de Braga e Valença, com os mosteiros de Santa Maria de Refóios do Lima e Santa Maria de Fiães, responsáveis pelos isentos respectivos (quadro 5). O primeiro, inclusive, acumulando com o privilégio da isenção de visita diocesana nas duas freguesias que constituíam o isento, cobrava dízimos, também, em Crasto, Cuide de Vila Verde, Germil e Vila Nova de Muia, o que o colocava como a casa regular mais rendosa da região estudada entre 1827 e 1831⁸¹.

As visitas eram, então, proveitosas do ponto de vista económico, mas eram, também, essenciais para a administração espiritual e pastoral, pois permitiam inquirir, de paróquia em paróquia, sobre o estado do culto, das igrejas e do próprio clero paroquial, entre outros aspectos. As visitas e os responsáveis pelas mesmas apresentavam-se, assim, como intermediários privilegiados e essenciais entre a cabeça da diocese e as células mais pequenas da organização eclesiástica, as paróquias.

Era a este nível que actuava o clero paroquial, que se enquadravam as populações e se estabelecia a relação mais duradoura destas com a Igreja. As pessoas nasciam numa determinada paróquia, aí eram baptizadas, aí confessavam os seus pecados, aí casavam, aí eram enterradas. No entanto, a função da paróquia e do clero respectivo, se era essencialmente espiritual, necessitava de uma base material. Para tal as populações contribuía com as primícias, as oblatas, o pé-de-altar e estola e outras prestações, mas, principalmente, com o dízimo.

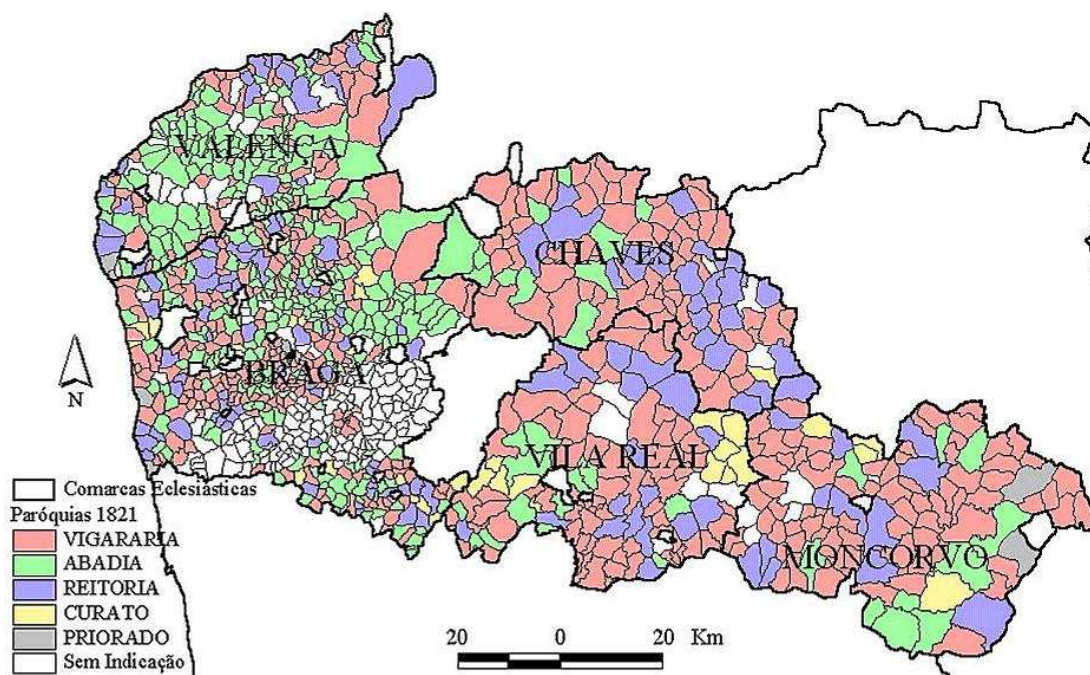
⁸¹ Veja-se quadro 35 do capítulo sobre a circulação dos dízimos.

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

A paróquia era assim a estrutura de referência das populações no Antigo Regime, sobretudo, devido à fraca mobilidade geográfica que caracterizou o nosso território durante este período e à fraca implantação dos poderes centrais ao nível local⁸².

Estas paróquias tinham uma tipologia própria, em parte relacionada com a fundação das mesmas. Podiam ser abadias, priorados, reitorias, vigararias ou curatos. As abadias estariam ligadas a uma origem beneditina, enquanto os priorados teriam recebido mais influências dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho⁸³. Não é de estranhar, por isso, que a diocese de Braga, em particular a região das comarcas de Braga e Valença que vai ocupar a nossa atenção, sendo uma zona de forte influência beneditina, tenha uma ocorrência muito significativa de abadias (mapa 10).

Mapa 10 - Tipos de paróquias na diocese de Braga em 1821



Fontes: SIGMA e Inquérito de 1821.

⁸² Cf. Luís Silveira, *Território e Poder*, pp. 25-28 e 48-49.

⁸³ Cf. Joaquim Carvalho e José Pedro Paiva, *A diocese de Coimbra no séc. XVIII. População, oragos, padroados e títulos dos párocos*, separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 11, Coimbra, Faculdade de Letras, 1989, pp. 235-236.

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

Porém, no conjunto do arcebispado e para as 1227 paróquias abrangidas pelo inquérito de 1821, as vigararias estavam em maioria, representando quase 42% do total (quadro 7), fenómeno que era mais visível nas comarcas de Chaves, Vila Real e Moncorvo (mapa 10). Tal implantação não é de estranhar, uma vez que era nessas comarcas que o arcebispo controlava a maioria das visitas. Estas paróquias aparentam, assim, estar relacionadas não só com uma provável fundação pelo prelado, mas também com a presença dos seus representantes, os vigários.

7 - Arcebispado de Braga – Tipo de paróquias (1821)

Tipo	N.º	%
VIGARARIA	514	41,89
ABADIA	330	26,89
REITORIA	138	11,25
CURATO	42	3,42
PRIORADO	9	0,73
Sem Indicação	194	15,81
Total	1227	100,00

A esta tipologia correspondia depois uma determinada hierarquia honorífica e institucional, ocupando as abadias e priorados as posições cimeiras. Reitorias, vigararias e curatos apresentavam-se num nível inferior, sendo, muitas delas, anexas, filiais ou sufragâneas das primeiras. Resultava este facto, não só de naquelas estarem fundadas as igrejas matrizes, mas também dos respectivos párocos (abades e priores) serem os únicos a receber directamente os dízimos das suas paróquias, enquanto os restantes (reitores, vigários e curas) recebiam somente uma cômgrua⁸⁴.

Era, assim, uma hierarquia estabelecida em termos institucionais, mas também económicos. Sabemos que na Galiza, por exemplo, as paróquias eram valorizadas de acordo com os dízimos que lhe pertenciam, com o valor dos seus bens patrimoniais e

⁸⁴ Cf. Joaquim Carvalho e José Pedro Paiva, *A diocese de Coimbra...*, pág. 236; José António Santos, *As Freguesias. História e Actualidade*, Lisboa, Celta Editora, 1995, pág. 30. O estudo dos rendimentos do clero paroquial será desenvolvido no capítulo sobre a distribuição e circulação do dízimo.

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

com a quantidade de direitos paroquiais que pagavam as populações⁸⁵. Procurámos verificar esses aspectos para as freguesias com dados no inquérito de 1836, juntando-lhe a tipologia das paróquias dada em 1821 e achando a média de dízimos cobrados entre 1827-31. Os resultados apresentam-se no quadro 8.

8 - Média anual de dízimos cobrados por tipo de paróquia (1827-31)

Tipo	N.º*	Dízimos (mil réis)
PRIORADO	6	1102,887
REITORIA	51	642,173
ABADIA	204	416,206
CURATO	12	394,885
VIGARARIA	179	332,455
<i>Sem Indicação</i>	<i>145</i>	<i>408,346</i>
Total	597	

* O total de paróquias equivale àquelas para as quais encontramos correspondência entre os inquéritos de 1821 e 1836.

Aparentemente, a hierarquia que estabelecemos acima parece deixar de fazer sentido. Apesar dos priorados se manterem no topo, as abadias ficam bastante abaixo com valores muito inferiores, mesmo, em relação às reitorias. Porém, este quadro não nos dá uma visão completa da problemática. Uma vez que só abades e priores recebiam os dízimos directamente e, em muitos casos, tinham ainda acesso aos que eram cobrados em reitorias, vigararias ou curatos anexos, estas posições relativas eram substancialmente alteradas. E, se tivermos em conta os rendimentos realmente à disposição do clero paroquial⁸⁶, vemos que efectivamente assim acontecia, saindo reforçada a ideia e a ordem expressas acima, ou seja, a hierarquia institucional dos tipos de paróquias reflectia-se depois numa hierarquia de “riqueza” dos párocos que estavam à frente das mesmas.

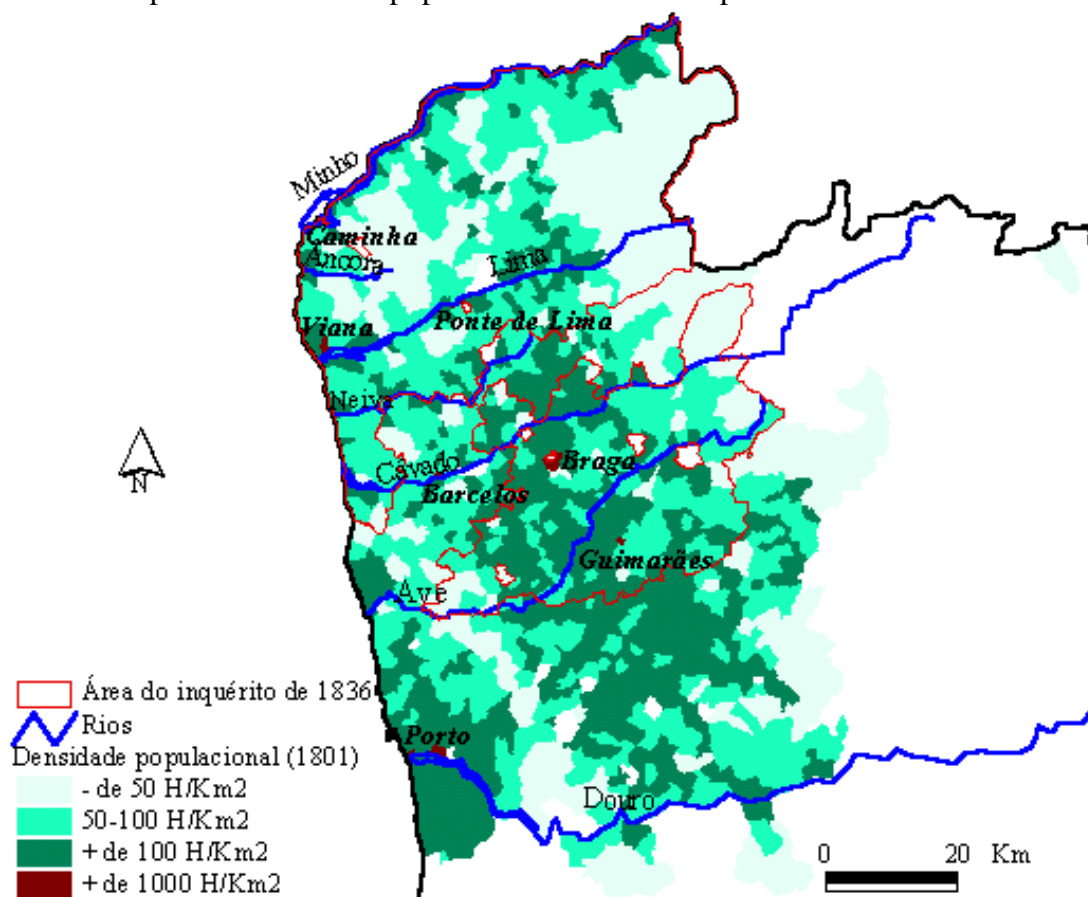
⁸⁵ Cf. Francisco Rodríguez Iglesias (dir.), *Galicia Historia*, Coruña, Hercules de Ediciones, Vol. III, 1991, pág. 409.

⁸⁶ Veja-se o texto sobre o clero paroquial no capítulo sobre a circulação dos dízimos e, em particular, os dados do quadro 39.

2.2. População no Minho

Já de longa data o Minho era uma região atractiva para os homens, pelas suas condições naturais. No entanto, a fixação das populações deveu-se também a razões históricas, tendo o processo da Reconquista influenciado de forma determinante o futuro quadro populacional minhoto.

Mapa 11 - Densidade populacional em 1801 na província do Minho*



Fontes: SIGMA e Direcção Geral do Ambiente, *Atlas do Ambiente*.

* Por freguesias. Neste mapa não está representada a totalidade da província, pois esta, devido à comarca de Barcelos, tinha alguns territórios encravados na província da Beira (veja-se nota 66).

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

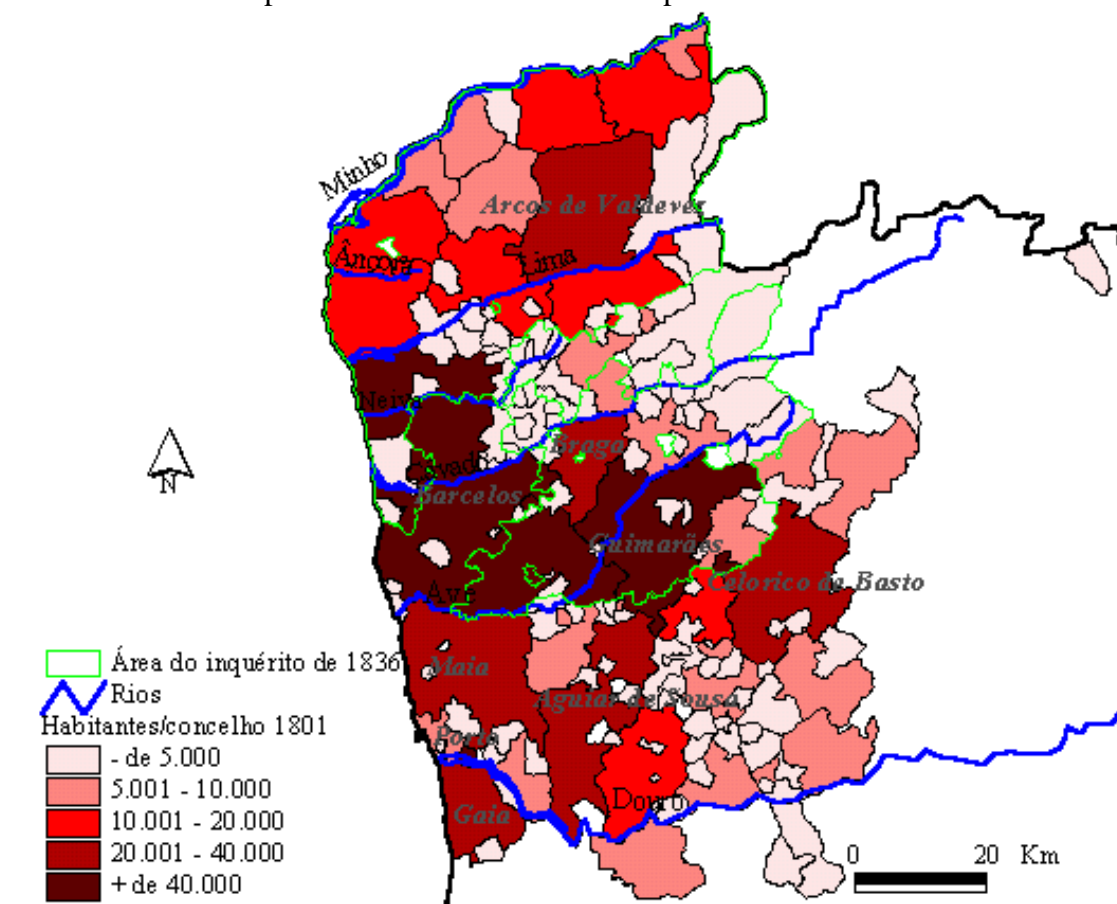
Este caracterizava-se por uma forte densidade populacional que, no entanto, apresentava alguns contrastes (mapa 11)⁸⁷. A densidade média da província correspondia, em 1801, a cerca de 94 habitantes por km², o que contrastava significativamente com a média do total do país que rondava os 32 hab/Km².

O principal factor atractivo para a população era, cremos, a rede hidrográfica minhota. Os rios Minho, Lima, Cávado, Ave e Douro eram os grandes pólos de atracção. Esta distribuição preferencial da população ao longo dos cursos de água é um fenómeno particularmente evidente para os dois primeiros rios, mas é também visível no caso de rios mais pequenos, como o Neiva, por exemplo. Por sua vez, a densidade tinha o seu ponto mais baixo na região de serra entre os rios Minho e Lima e, essencialmente, no interior montanhoso.

Tendo, novamente, em conta os dados do censo de 1801, podemos ficar com uma ideia da distribuição dessa população nos concelhos minhotos (mapa 12). Barcelos é o único a ultrapassar os 50.000 habitantes, seguindo-se o Porto e Guimarães, com valores acima dos 40 mil. Com mais de 20.000 habitantes destacavam-se Braga, Maia, Gaia, Celorico de Basto e Arcos de Valdevez. Ainda com valores significativos, acima dos 16 mil, encontramos Viana e Penafiel. Dos restantes concelhos, um pequeno grupo, essencialmente, do Alto Minho rondava os 10 mil, mas o mais relevante é verificar que uma grande maioria não chegava sequer aos 5 mil habitantes. Neste grupo encontramos, essencialmente, pequenos coutos e honras e um conjunto de concelhos do interior, a norte do rio Ave.

⁸⁷ No tratamento desta questão adoptámos os critérios estabelecidos, para a mesma região, por Fernando de Sousa e Jorge Fernandes Alves, Alto Minho. População e Economia nos finais de Setecentos, Lisboa, Editorial Presença, 1997, pág. 31-34.

Mapa 12 - Habitantes em 1801 na província do Minho*



Fontes: SIGMA e Direcção Geral do Ambiente, *Atlas do Ambiente*.

* Por concelhos. Neste mapa não está representada a totalidade da província, pois esta, devido à comarca de Barcelos, tinha alguns territórios encravados na província da Beira (veja-se nota 66).

Era uma distribuição muito desigual, fruto da geografia da região, mas que resultava também da presença ou não dos grandes aglomerados populacionais urbanos. Neste caso, são de destacar Braga, Guimarães, Viana do Castelo e, também, Caminha e Ponte de Lima, com valores de densidade populacional muito superiores à média provincial. Igualmente com valores significativos, mas já fora da área abrangida pelo nosso inquérito, encontramos Barcelos e, claro, o Porto (mapa 11).

9 - Evolução da população na área abrangida pelo inquérito de 1836

Ano	Fogos	Habitantes
1801*	79497	309087
1821**	80666	314597
1828***	84310	332196

Fontes: * Censo de 1801 e SIGMA

** Inquérito de 1821 (Hab. = fogos X 3,9)

*** Cf. nota 88

2. As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime

População que tendia a aumentar no final do Antigo Regime a um ritmo superior ao do resto do país, pelo menos no que diz respeito à área abrangida pelo inquérito de 1836, como se pode observar pelo quadro 9. Efectivamente, a taxa de crescimento médio anual para Portugal, entre 1801 e 1828, foi de cerca de 0,11%. Para as nossas 607 freguesias encontramos um valor que ronda os 0,25% ao ano (quadro 9)⁸⁸.

⁸⁸ Do conjunto dos dados, os mais fiáveis são, sem dúvida, os de 1801. Veja-se Fernando de Sousa, A população portuguesa nos inícios do século XIX, Porto, Vol. I, 1979; Luís Espinha da Silveira, Território e Poder, Cascais, Patrimonia Historica, 1997, pág. 142 e *Idem* (coord.), Os Recenseamentos da População Portuguesa.... Os de 1821 correspondem aos dados do inquérito desse ano, que temos vindo a analisar, onde encontramos informações quanto ao número de fogos por paróquia. Fogos esses que foram contados pelos párocos, como o foram no censo de 1801 e no “mapa n.º 1, anexo ao decreto eleitoral de 3 de Junho de 1834”, que está na base dos dados para 1828 e aos quais tivemos acesso através do *SIGMA*. Veja-se Luís Espinha da Silveira, Território e Poder, pp. 19 a 22 e 141 a 143. Porém, no caso do inquérito de 1821 é provável que os valores obtidos não sejam os mais fiáveis, tendo em conta os objectivos a que se propunham os liberais: mexer na estrutura das paróquias, “unir as demasiadamente pequenas (...) ou dividir as grandes”, ou seja, em última análise, tocar numa estrutura secular que, como vimos, apresentava uma certa estabilidade. Cf. AHP, Secção I-II, cx. 72, doc. 2.

3. Dízimos e Produção Agrícola

Os dízimos têm sido usados para estabelecer os valores da produção agrícola, uma vez que a sua taxa representa, pelo menos teoricamente, 1/10 dessa mesma produção⁸⁹. Quer através da multiplicação simples dos seus valores, quando são declarados em géneros, quer através da "deflação", quando são apontados em dinheiro e se tem acesso aos preços, é possível chegar a um cálculo aproximado da produção bruta e dos índices de produtividade, neste caso, quando também se conseguem obter dados sobre a mão-de-obra e/ou as áreas de cultivo⁹⁰.

Em parte, tal seria possível com as informações de que dispomos. No inquérito de 1836 os dízimos são contabilizados, essencialmente, em géneros. As referências a dízimos em dinheiro são poucas e, por vezes, confusas, representando sempre valores pouco significativos, como teremos oportunidade de verificar. O facto de termos as quantidades cobradas dos diferentes produtos permitir-nos-ia, à partida, calcular a produção bruta, bastando para isso multiplicar os valores recolhidos por 10. Contudo, o inquérito, neste ponto, não é totalmente fiável. Foi mandado fazer 4 anos depois dos dízimos terem sido extintos, elaborado ao longo de 6 anos e, por vezes, recorrendo a informações orais ou a "cálculos aproximados". Verificámos, todavia, através da comparação com monografias sobre a região, que as percentagens encontradas e as posições relativas das várias produções eram utilizáveis, no sentido de estabelecer um

⁸⁹ Veja-se para Portugal o trabalho pioneiro de Aurélio de Oliveira sobre a abadia de Tibães e, mais recentemente, os estudos de Fernanda Paula Sousa Maia e Célia Maria Taborda da Silva sobre mosteiros minhotos, já citados atrás. No entanto, o uso das séries decimais no estrangeiro data já dos anos 50, tendo-se desenvolvido com maior relevo nas décadas seguintes, como é indicado por Emmanuel Le Roy Ladurie e Joseph Goy, *Tithe & Agrarian History...*, pp. 3 a 9. A importância dos dízimos como fonte para o estudo da agricultura é igualmente realçado por Roger Kain e Hugh Prince na obra, já citada, *The Tithe Surveys of England and Wales*.

⁹⁰ Veja-se alguns apontamentos sobre as várias metodologias possíveis para o estudo dos dízimos em Emmanuel Le Roy Ladurie e Joseph Goy, *Tithe & Agrarian History...*, pp. 36 a 53; Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães...*, pp. 416 a 421; Fernanda Paula Sousa Maia, *O Mosteiro de Bustelo...*, pp. 189 e 190; Célia Maria Taborda da Silva, *O Mosteiro de Ganfei*, pp. 154 e 155.

3. Dízimos e Produção Agrícola

quadro aproximado da produção agrícola minhota nos finais do Antigo Regime (1827-1831) e é deste modo que têm de ser entendidos os valores indicados⁹¹.

Porém, para realizarmos essa análise foi necessário adaptar as nossas informações. A fonte apontava os géneros de acordo com as antigas medidas concelhias, anteriores à uniformização da década de 1860, que variavam muito de município para município. Para podermos comparar as produções entre os concelhos e, também, para confrontarmos esses dados com outros disponíveis em algumas monografias, convertemos todas as medidas para o sistema decimal e é, então, em litros ou quilos que apresentaremos, num primeiro momento, os números da cobrança dos dízimos⁹². Num segundo momento, será apresentado o valor em réis dos dízimos cobrados. Para proceder a este cálculo utilizámos os preços que eram fornecidos com o próprio inquérito, ou, à falta destes, os preços camarários que recolhemos em diversos arquivos municipais. No sentido de minorar os efeitos de uma, possível, falta de qualidade dos dados quantitativos, optámos por calcular valores e quantidades médias anuais para cada concelho e é sobre esses dados que iremos de seguida trabalhar, tentando observar quais as principais produções, o seu peso relativo e a sua distribuição na região, em termos indicativos⁹³.

⁹¹ O desenvolvimento sobre a crítica das fontes e a metodologia utilizada para o seu tratamento será feito em anexo. Em relação à produção bruta e à sua evolução, as dificuldades no uso do dízimo são apontadas por diversos autores. Veja-se Joaquim Romero de Magalhães, *O Algarve Económico...*, pág. 190, onde este autor afirma algum cepticismo em relação à utilização do dízimo como índice directo da produção. Também Margarida Sobral Neto, *Terra e Conflito...*, Viseu, 1997, pág. 99 refere a dificuldade de utilizar os dízimos para este fim, em especial, quando apenas temos contratos de arrendamento, uma vez que na constituição dos valores destes entravam outros factores que não só a expectativa sobre a produção.

⁹² Houve medidas que não foi possível converter e outras que optámos por manter. A indicação dessas excepções será feita à medida que forem surgindo os dados respectivos.

⁹³ Uma vez mais, chamamos a atenção que a crítica das fontes e descrição pormenorizada da metodologia será feita em anexo. As fontes utilizadas neste capítulo e que estão na base dos quadros aqui apresentados referem-se quase exclusivamente aos resultados do inquérito de 1836 para Braga e Viana e que se encontram em ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixas 4306 e 4308, pelo que só faremos referência às fontes em casos especiais ou quando forem utilizadas outras.

3.1. Dízimos em Géneros

As constituições sinodais de Braga, no século XVII, ao falarem sobre os dízimos, apontavam os prediais como os que resultavam da “eyra, & lagar”, *grosso modo*, os cereais, o vinho e o azeite⁹⁴. Referiam-se depois aos dízimos dos animais e produtos derivados, a que acrescentavam os frutos e a madeira⁹⁵. Por fim, eram apontados os produtos hortícolas, a erva “& cousas semelhantes”⁹⁶. Tendo em conta esta informação, elaborámos a seguinte tipologia, partindo da distinção entre dízimos prediais e mistos, usada por vários autores.

Assim, nos dízimos prediais acrescentámos outros produtos, dando origem aos seguintes subgrupos: os cereais, como o milho (painço, alvo, miúdo e milho), o centeio, o trigo, a cevada, a aveia e o meado, mistura de dois cereais que as fontes parecem apontar como sendo o milho e o centeio⁹⁷; os produtos do lagar, como o vinho, com a sua variante, o mosto, e o azeite; os hortícolas, como o feijão, o chicharro, a cebola e o alho; os frutos, como a castanha, a noz e a maçã; a palha, a lenha e o linho; e, por fim, o sal.

Nos dízimos mistos incluímos, por sua vez, gado diverso, como os carneiros, os cabritos, os porcos e os leitões e as bestas (provavelmente, gado muar); aves de capoeira, como os frangos, as galinhas e os capões; peixes, como a lampreia, o sável e a

⁹⁴ Cf. *Constituições Sinodais...*, pág. 381.

⁹⁵ Eram alvo do dízimo, o gado, os patos, as galinhas e outras “aves criadas à mão”, os “poldros, machos, & jumentos” com um ano de idade, os bezerros e o gado miúdo, as colmeias, o mel, a cera, o queijo, a manteiga, as natas, o leite que não fosse usado para fazer estes derivados, a lã, a fruta, a castanha, a bolota e a madeira para venda. Cf. *Constituições Sinodais...*, pág. 384-386.

⁹⁶ Cf. *Constituições Sinodais...*, pág. 389.

⁹⁷ Efectivamente em determinadas freguesias, é referida a mistura destes dois cereais quando é respondido o 3.º quesito respeitante aos pagamentos efectuados aos interessados nos dízimos. Cf. ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa n.º 4306, mapas de Ponte de Lima, Arcos de Valdevez, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Coura, Valença e Monção. Apesar do meado só ser referido, na cobrança, em Barcelos, Valença e Prado (Couto) optámos por aquela constituição da mistura, uma vez que é a única com suporte nas fontes sendo igualmente referida por Célia Maria Taborda da Silva, neste caso com a designação de “segunda”. Cf. *O Mosteiro de Ganfei*, pág. 133.

3. Dízimos e Produção Agrícola

pescada; e produtos de origem animal, como a marrã (carne de porco fresca), a lã, a cera, o mel, a manteiga e os ovos.

3.1.1. Dízimos Prediais

São os dízimos prediais, sem sombra de dúvida, que representam a maior fatia de rendimento desta prestação, em toda a região, considerados ao nível das freguesias ou dos concelhos.

Porém, deste conjunto de géneros há que destacar os cereais, cujas quantidades e valores traduzem a importância que a produção cerealífera detinha na zona. Outros produtos também relevantes são o vinho, o feijão, a castanha e o linho. Os restantes são de fraca expressão na cobrança dos dízimos, aparecendo alguns, pontualmente, em certas freguesias.

10 - Dízimos dos cereais: totais e percentagens

Cereais	Litros	%
Milho*	6755502	85,13
Centeio	905120	11,41
Trigo	203881	2,57
Meado	60009	0,75
Cevada	9720	0,12
Aveia	1361	0,02
TOTAL	7935593	100,00

* Foram contabilizadas todas as variedades de milho referidas nas fontes, o mesmo acontecendo nos quadros seguintes.

No grupo dos cereais temos de destacar três: o milho, o centeio e o trigo. O primeiro é referido nas fontes sob várias designações que correspondem, essencialmente, a duas espécies. De um lado, o “milho alvo”, o “miúdo” e o “painço” que podem ser identificados com a variedade de milho conhecida e cultivada no mundo

3. Dízimos e Produção Agrícola

mediterrâneo desde longa data⁹⁸; de outro, o “milho” e o “milhão”, representando o milho grosso ou maís, introduzido em Portugal no século XVI⁹⁹. Este último rapidamente ganhou terreno em relação aos restantes cereais e no século XIX, no Minho, era claramente predominante¹⁰⁰.

11 - Dízimo do milho (litros)

Concelho nome	Milho	%Mi
GUIMARÃES	848653	12,56
BARCELOS	803184	11,89
ARCOS DE VALDEVEZ	634407	9,39
PONTE DE LIMA	374353	5,54
COURA	334561	4,95
MONÇÃO	313450	4,64
VIANA	305691	4,53
CAMINHA	263117	3,89
VALENÇA	234023	3,46
BRAGA	219002	3,24
VALADARES	218219	3,23
PONTE DA BARCA	211423	3,13
VILA NOVA DA CERVEIRA	208573	3,09
PÓVOA DE LANHOSO	192126	2,84
MONTE LONGO	128329	1,90
ESPOSENDE	100666	1,49
AMARES	93792	1,39
VIEIRA	88916	1,32
MELGAÇO	76333	1,13
SANFINS (COUTO)	70806	1,05
<i>Outros</i>	<i>1035878</i>	<i>15,34</i>
TOTAL	6755502	100,00

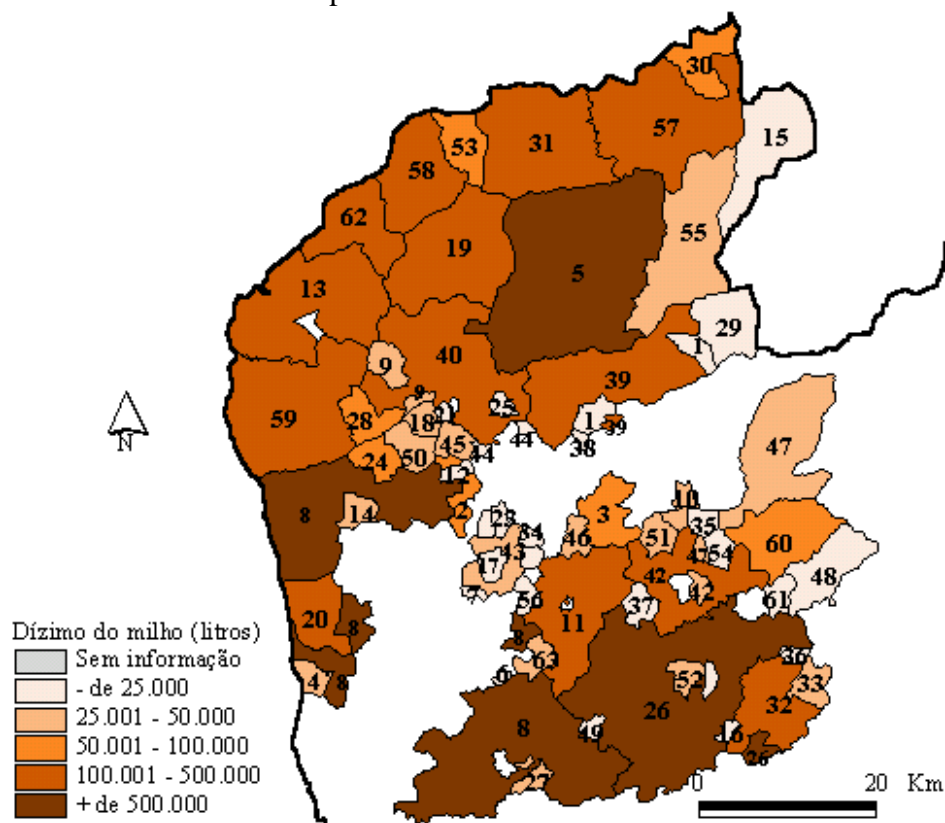
⁹⁸ Cf. DHP, Vol. IV, pág. 294.

⁹⁹ A identificação com o milho grosso ou maís prende-se com dois factores: por um lado, o facto da palavra “milho”, quando normalmente “não se lhe junta termo qualitativo”, dever entender-se por “grosso” (Diccionario Encyclopedico ou Novo Diccionário da Lingua Portuguesa, Lisboa, Vol. II, 1868, pág. 571 (Milho)); por outro lado, a própria observação das fontes permitiu apontar para a equiparação dos dois termos, uma vez que nas freguesias onde é indicado o “milho” não aparecem referências a “milhão” e vice-versa. Veja-se ainda DHP, Vol. IV, pp. 295 a 300.

¹⁰⁰ Em relato contemporâneo é referida a importância do milho na região. Cf. Custódio José Gomes de Vilas-Boas, Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do século XVIII, António Cruz (publicação), Porto, Universidade do Porto, 1970, pág. 99. Quanto à sua introdução e generalização veja-se DHP, Vol. IV, pp. 295 a 300 (Milho). A sua relevância na região é destacada, entre outros, por Orlando Ribeiro, Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico, pp. 115 a 117; José Viriato Capela, Entre Douro e Minho 1750-1830. Finanças, administração e bloqueamentos estruturais no Portugal moderno, (Tese de Doutoramento), Braga, 1987, pág. 5; Rui Graça Feijó, Liberalismo..., pp. 164 e 165; António Franquelim Sampaio Neiva Soares, A Arquidiocese de Braga..., Vol. I, pág. 14.

3. Dízimos e Produção Agrícola

Mapa 13 - Dízimo do milho*



Fontes: SIGMA e Inquérito de 1836.

* Ver correspondência dos códigos dos concelhos no quadro 1.

Em conjunto, as várias espécies de milho, de onde ressalta o último apontado, representam cerca de 85% das quantidades anuais de dízimos cobrados, quando comparados com os restantes grãos (quadro 10). Esta percentagem média anual entre 1827 e 1831 parece apontar para uma subida gradual da importância do cultivo do milho na região, desde finais do século XVIII e que se vai estender até meados de XIX. As boas condições da terra e do clima, a alta produtividade e o próprio factor cultural, ligado ao consumo das populações, para tal devem ter contribuído¹⁰¹.

¹⁰¹ Cf. Rui Graça Feijó, *Liberalismo...*, pp. 164 e 165 e Célia Maria Taborda da Silva, *O Mosteiro de Ganfei*, pág. 133. Apesar de já termos referido que é complicada, pelas características do inquérito e do próprio dízimo, fazer uma aproximação à produção real, bruta ou líquida, pensamos no entanto que a quase coincidência da percentagem do peso do milho em relação àquelas que são apresentadas por Feijó, vem realçar a validade do uso destas fontes para o estudo da produção agrícola. Em relação ao peso avassalador do milho no conjunto da produção agrícola da região, numa data um pouco posterior, veja-se Jaime Reis, "Aspectos económicos de Viana do Castelo...", pág. 166. Em relação à subida do peso do milho compare-se a percentagem encontrada agora com a que é indicada por Viriato Capela para os finais do século XVIII (78,2%). Cf. José Viriato Capela, *Entre Douro e Minho 1750-1830...*, pág. 8.

3. Dízimos e Produção Agrícola

Efectivamente, o milho ou o milho branco aparece referido em todos os concelhos, sempre com valores bastante acima do milho branco ou miúdo e dos restantes cereais. No entanto, apenas Ponte de Lima e Coura apontam cobranças para o milho miúdo, sendo o branco objecto de dízimos somente em Ponte de Lima, Viana do Castelo e Ponte da Barca. Como seria de esperar são os concelhos com cotas de altitude mais elevadas, caso de Melgaço, Soajo e Castro Laboreiro, que apresentam um menor valor para o dízimo do milho, ficando-se aquele último pelos 778 litros. A maioria dos concelhos têm rendimentos deste cereal que medeiam entre os 100 mil e os 400 mil litros anuais (quadro 11). Do conjunto são de destacar Guimarães, Barcelos e Arcos de Valdevez com valores acima dos 600.000, para o que contribui, por certo, a extensa área ocupada pelos mesmos e a posição privilegiada que detêm em relação à rede hidrográfica da região (mapa 13).

Os quase 7 milhões de litros em dízimos representados pelo milho colocam-no em primeiro lugar no conjunto dos cereais e mesmo em relação a todos os outros géneros referidos no inquérito, como teremos oportunidade de verificar.

A seguir ao milho, o cereal mais representado é o centeio, com cerca de 11% do volume total de cobranças deste grupo (quadro 10). De novo, são os três maiores concelhos apontados acima que aparecem na frente, destacando-se agora Barcelos (quadro 12). O facto deste grão resistir melhor à altitude e às diferenças climáticas pode explicar a posição de Castro Laboreiro que tem em dízimos de centeio quase 27000 litros, em comparação com os valores reduzidos que são indicados para o milho (778 litros)¹⁰². Igualmente, cremos que aquelas características ajudam a clarificar a posição ocupada por aquele cereal na região minhota, pois apresenta um rendimento superior ao do trigo, não tendo, ao que parece, sido afectado de forma significativa pela introdução

3. Dízimos e Produção Agrícola

do milho mais¹⁰³. Não são indicados dízimos deste cereal apenas no couto de Arentim (mapa 14).

12 - Dízimo do centeio (litros)

Concelho nome	Centeio	%Ce
BARCELOS	151483	16,74
GUIMARÃES	115318	12,74
ARCOS DE VALDEVEZ	68330	7,55
BRAGA	57006	6,30
PONTE DE LIMA	39349	4,35
COURA	38051	4,20
VIANA	36647	4,05
PONTE DA BARCA	29845	3,30
CASTRO LABOREIRO	26764	2,96
MONÇÃO	25203	2,78
PÓVOA DE LANHOSO	21377	2,36
VALADARES	20721	2,29
CAMINHA	19576	2,16
MONTE LONGO	19147	2,12
ESPOSENDE	17449	1,93
VALENÇA	17121	1,89
VILA NOVA DA CERVEIRA	16716	1,85
AMARES	13324	1,47
CAPAREIROS (COUTO)	10995	1,21
PRADO (COUTO)	10272	1,13
LANDIM	9864	1,09
SANFINS (COUTO)	9431	1,04
GERAZ DO LIMA	9321	1,03
<i>Outros</i>	<i>121810</i>	<i>13,46</i>
TOTAL	905120	100,00

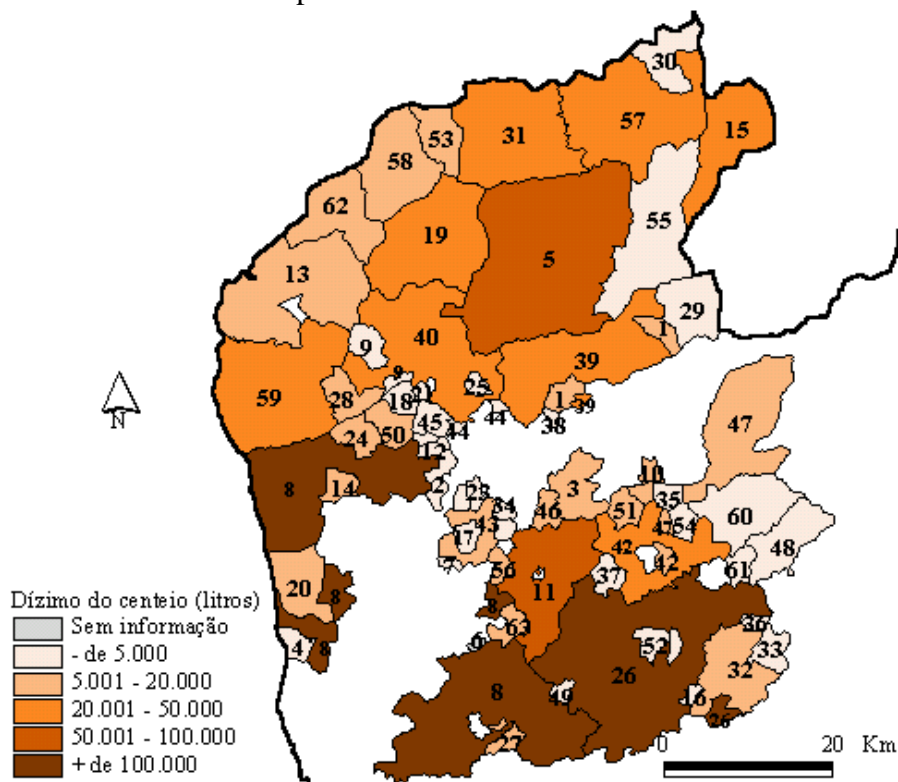
A diferença de valores do milho em relação ao trigo é igualmente relevante, representando este apenas 2,57% do total dos cereais (quadro 10). Na cobrança de dízimo de trigo destacam-se claramente Viana e Arcos de Valdevez com pouco mais de 40 mil litros. Dos restantes concelhos ressaltam, essencialmente, os do Alto Minho, casos de Monção, Ponte da Barca ou Coura, por exemplo (mapa 15 e quadro 13). De notar, ainda, que 15 concelhos apresentam valores pouco significativos, abaixo dos 500

¹⁰² De referir que este concelho não apresenta qualquer registo de cobrança de dízimos de outros cereais. Esta posição privilegiada de Castro Laboreiro em relação à produção de centeio é realçada também por

3. Dízimos e Produção Agrícola

litros, ou mesmo residuais, abaixo dos 50 litros. Por fim, em 25 concelhos, na sua maioria, de pequena dimensão, não é feita qualquer referência ao trigo (mapa 15 e quadro 13).

Mapa 14 - Dízimo do centeio*



Fontes: SIGMA e Inquérito de 1836.

* Ver correspondência dos códigos dos concelhos no quadro 1.

Sendo uma cultura afectada pela forte pluviosidade, é natural que nesta região apareça numa posição relativamente modesta, possivelmente, influenciada também pela crescente disseminação do milho. No entanto, é uma produção abrangente geograficamente, mesmo tendo em conta as excepções apontadas, facto que hipoteticamente talvez possa ser explicado pelo relativo protecçãoismo de que era alvo desde 1821¹⁰⁴ e por razões culturais.

Jaime Reis, “Aspectos económicos...”, pág. 166.

¹⁰³ Cf. DHP, Vol. II, pp. 38-39 e Célia Maria Taborda da Silva, *O Mosteiro de Ganfei*, pág. 24.

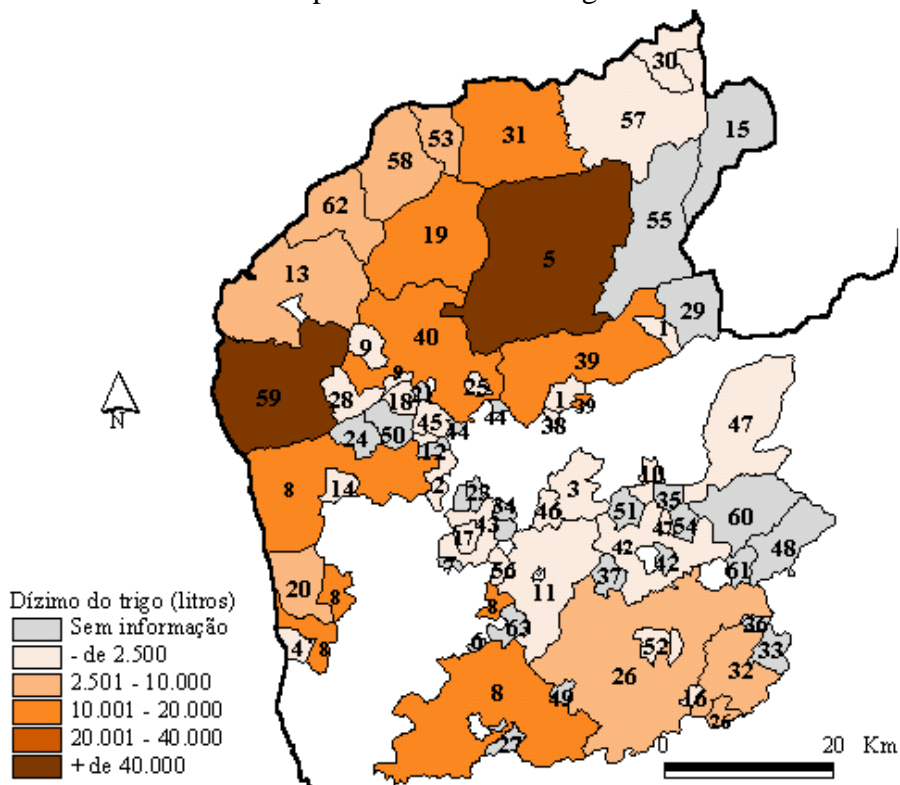
¹⁰⁴ Cf. DHP, Vol. VI, pp. 211 e 212.

3. Dízimos e Produção Agrícola

13 - Dízimo do trigo (litros)

Concelho nome	Trigo	%Tr
VIANA	49042	24,05
ARCOS DE VALDEVEZ	41354	20,28
BARCELOS	15135	7,42
MONÇÃO	14588	7,16
PONTE DA BARCA	11274	5,53
COURA	10307	5,06
PONTE DE LIMA	9363	4,59
VALENÇA	8715	4,27
CAMINHA	6407	3,14
MONTE LONGO	6069	2,98
ESPOSENDE	5895	2,89
VILA NOVA DA CERVEIRA	4978	2,44
GUIMARÃES	3692	1,81
SANFINS (COUTO)	3034	1,49
MELGAÇO	2478	1,22
TIBÃES [COUTO]	2270	1,11
ABOIM DA NOBREGA [COUTO]	1871	0,92
VALADARES	1711	0,84
ALBERGARIA	1384	0,68
BRAGA	964	0,47
<i>Outros</i>	<i>3350</i>	<i>1,64</i>
TOTAL	203881	100,00

Mapa 15 - Dízimo do trigo*



Fontes: *SIGMA* e Inquérito de 1836.

* Ver correspondência dos códigos dos concelhos no quadro 1.

3. Dízimos e Produção Agrícola

Logo a seguir aos cereais encontramos o vinho e o mosto, como os produtos mais representativos, a que correspondiam mais de 3,7 milhões de litros anuais em dízimos cobrados (quadro 14)¹⁰⁵.

14 - Dízimo do vinho e do mosto (litros)

Concelho nome	Vinho	% Vi	Mosto	% Mo	TOTAL	% Total
GUIMARÃES	416108	27,00	14815	0,68	430924	11,55
ARCOS DE VALDEVEZ			417295	19,06	417295	11,19
BARCELOS	114411	7,42	250805	11,46	365216	9,79
PONTE DE LIMA			312181	14,26	312181	8,37
PONTE DA BARCA			307038	14,02	307038	8,23
BRAGA	245295	15,91			245295	6,58
MOREIRA DE REI (COUTO)	153660	9,97			153660	4,12
MONÇÃO	138313	8,97			138313	3,71
VALENÇA			108653	4,96	108653	2,91
VIANA	97744	6,34			97744	2,62
PÓVOA DE LANHOSO	1911	0,12	94379	4,31	96290	2,58
VALADARES	83811	5,44			83811	2,25
CAMINHA	57269	3,72	17640	0,81	74909	2,01
VILA NOVA DA CERVEIRA			74189	3,39	74189	1,99
MONTE LONGO			73832	3,37	73832	1,98
AMARES			66891	3,06	66891	1,79
SANFINS (COUTO)			66846	3,05	66846	1,79
MELGAÇO	55134	3,58			55134	1,48
BOURO [COUTO]	54120	3,51			54120	1,45
<i>Outros</i>	<i>123520</i>	<i>8,01</i>	<i>384666</i>	<i>17,57</i>	<i>508186</i>	<i>13,62</i>
TOTAL	1541297	100,00	2189231	100,00	3730528	100,00

No Minho, a vinha ocupava um lugar de destaque, em especial, a que era plantada através da técnica da “vinha de enforcado” que não exigia nem muito trabalho, nem muita terra. Era assim um processo mais “popular”, que produzia mais vinho, quando comparado com outros, e que não exigia grandes investimentos de capital¹⁰⁶. O vinho

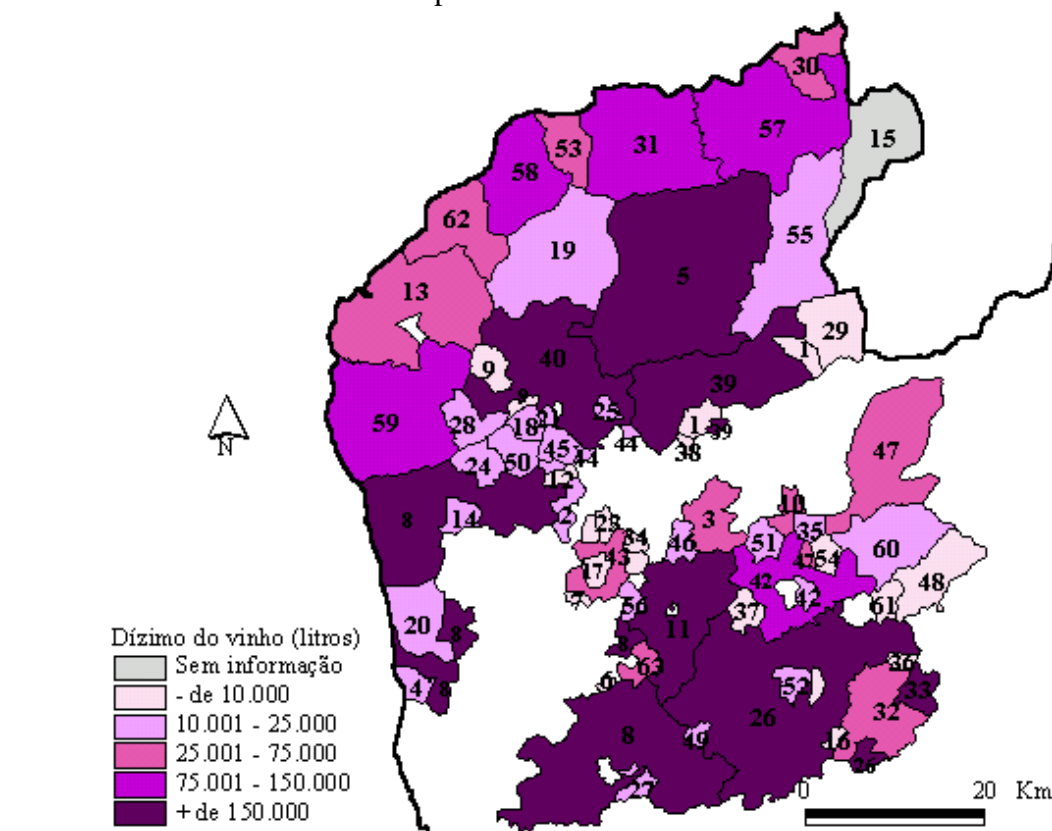
¹⁰⁵ O mesmo é apontado por Rui Graça Feijó que coloca a produção vinícola entre as três principais da região de Viana, logo, a seguir ao milho. Cf. *Liberalismo...*, pp. 173 a 182.

¹⁰⁶ Rui Graça Feijó, *Liberalismo...*, pp. 173 e 174.

3. Dízimos e Produção Agrícola

seria, provavelmente, “verde” como era característico da região e destinar-se-ia maioritariamente ao consumo local e regional¹⁰⁷.

Mapa 16 - Dízimo do vinho*



Fontes: SIGMA e Inquérito de 1836.

* Ver correspondência dos códigos dos concelhos no quadro 1.

Apenas o concelho de Castro Laboreiro não indica cobranças sobre o vinho. Outros apresentam percentagens insignificantes na análise de conjunto da região. São, maioritariamente, pequenos concelhos e do interior, como Pico de Regalados, Lindoso ou mesmo Soajo. Em relação a este último, com perto de 20.000 litros, é curioso observar que, em 1840, é apontado como não produtor de vinho, tendo que o importar. O contrário, porém, acontecia com Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, que são três dos principais concelhos no dízimo do vinho, na qualidade de mosto, e que

¹⁰⁷ Cf. Rui Graça Feijó, *Liberalismo...*, pp. 174 e 175 e Célia Maria Taborda da Silva, *O Mosteiro de Ganfei*, pág. 139.

3. Dízimos e Produção Agrícola

naquela data exportavam parte da sua produção para os concelhos limítrofes e mesmo para Braga¹⁰⁸.

Em relação à cobrança do dízimo não pudemos deixar de reparar que, na maioria dos casos, os concelhos que apresentam valores para o vinho, não os indicam para o mosto e vice-versa. Tal poderá estar relacionado com o costume de certas paróquias, pois ao nível das freguesias nunca era indicada a cobrança das duas espécies em simultâneo.

15 - Dízimo do azeite (litros)

Concelho nome	Azeite	% Az
GUIMARÃES	1479	15,65
VALENÇA	893	9,45
BARCELOS	797	8,43
MONÇÃO	758	8,02
BOURO [COUTO]	600	6,35
VIEIRA	573	6,06
RIBEIRA DE SOAZ	527	5,57
PÓVOA DE LANHOSO	504	5,33
CAPAREIROS (COUTO)	420	4,45
MOREIRA DE REI (COUTO)	402	4,25
AMARES	269	2,85
CABAÇOS (COUTO)	245	2,59
PONTE DE LIMA	223	2,36
S JOÃO DE REI	162	1,71
PONTE DA BARCA	151	1,59
FONTE ARCADA [COUTO]	134	1,42
GERAZ DO LIMA	125	1,32
SANFINS (COUTO)	116	1,23
AZEVEDO (COUTO)	111	1,17
PRADO (COUTO)	111	1,17
BRAGA	108	1,14
ROÇAS	103	1,08
CERVÃES (COUTO)	101	1,07
<i>Outros</i>	<i>543</i>	<i>5,74</i>
TOTAL	9453	100,00

Por contraste com o vinho, o azeite apresenta-se como um produto pouco significativo. De notar que as quantidades apuradas não chegam a representar 0,3% dos

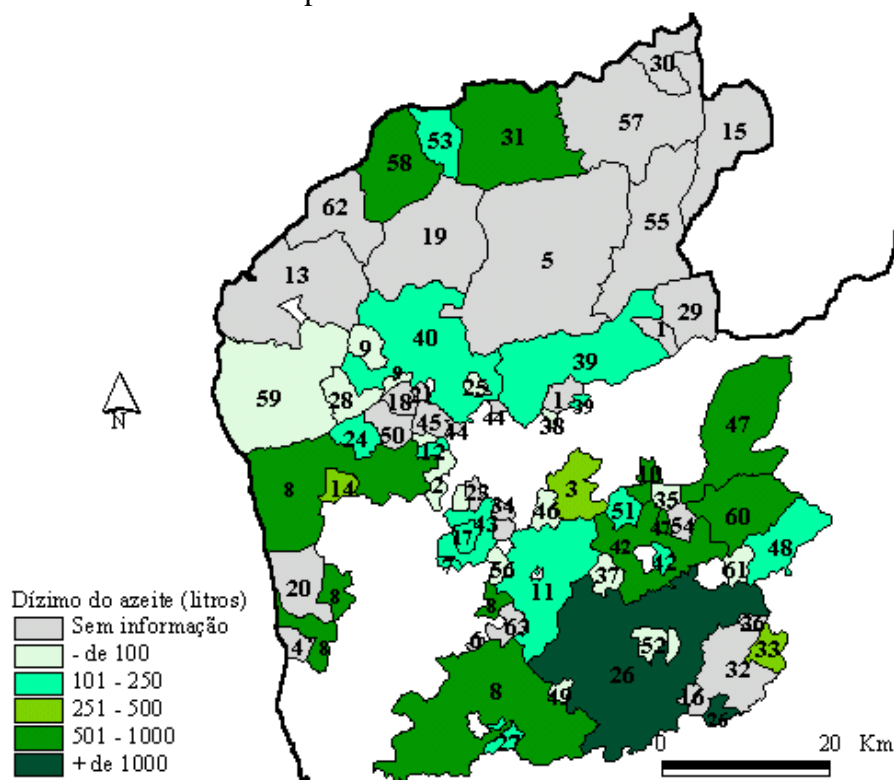
¹⁰⁸ Cf. Rui Graça Feijó, Liberalismo..., pág. 176.

3. Dízimos e Produção Agrícola

valores do vinho (quadros 14 e 15). Destaca-se, essencialmente, o concelho de Guimarães que representa mais de 15% do total de dízimo de azeite. Para este produto 24 concelhos não apresentam qualquer valor de cobrança (mapa 17). Uma última nota para a presença de pequenos concelhos, alguns sede de casas religiosas importantes na região, como é o caso de S. Maria de Bouro, o que poderá indiciar uma política de plantação de olival levada a cabo ou incentivada por essas instituições.

Porém, as quantidades reduzidas que apresenta vêm reforçar a ideia de que a produção de azeite tinha um papel secundário na economia agrária minhota, não chegando possivelmente a suprir as necessidades da região¹⁰⁹, que se prendiam não só com a alimentação, mas também com os “serviços litúrgicos”¹¹⁰.

Mapa 17 - Dízimo do azeite*



Fontes: SIGMA e Inquérito de 1836.

* Ver correspondência dos códigos dos concelhos no quadro 1.

¹⁰⁹ Veja-se José David Gomes Justino, *A formação...*, Vol. I, pág. 55 (mapa onde são referidos números para o azeite); Orlando Ribeiro, *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, pág. 18 e mapas IV (é apontada a fraca expressão dos olivais no Minho) e Célia Maria Taborda da Silva, *O Mosteiro de Ganfe*, pág. 143.

¹¹⁰ Cf. Avelino de Jesus da Costa, “Constituições Diocesanas Portuguesas dos Séculos XIV e XV”, in *Bracara Augusta*, Braga, Câmara Municipal de Braga, Vol. XXXI, 1977, pág. 55 e Célia Maria Taborda da Silva, *O Mosteiro de Ganfe*, pág. 143.

3. Dízimos e Produção Agrícola

O feijão é um produto agrícola com um nível significativo de cobrança de dízimos (quadro 16). É uma cultura plantada em combinação com o milho, o que talvez possa explicar a sua dispersão geográfica¹¹¹. Aliás, se fizermos uma comparação simples entre os quadros 11 e 16 e os mapas 13 e 18, verificamos que os três primeiros concelhos repetem as suas posições em ambos os produtos e que, dos vinte concelhos indicados para o feijão, apenas três não aparecem na lista dos vinte mais representativos do milho.

16 - Dízimo do feijão (litros)

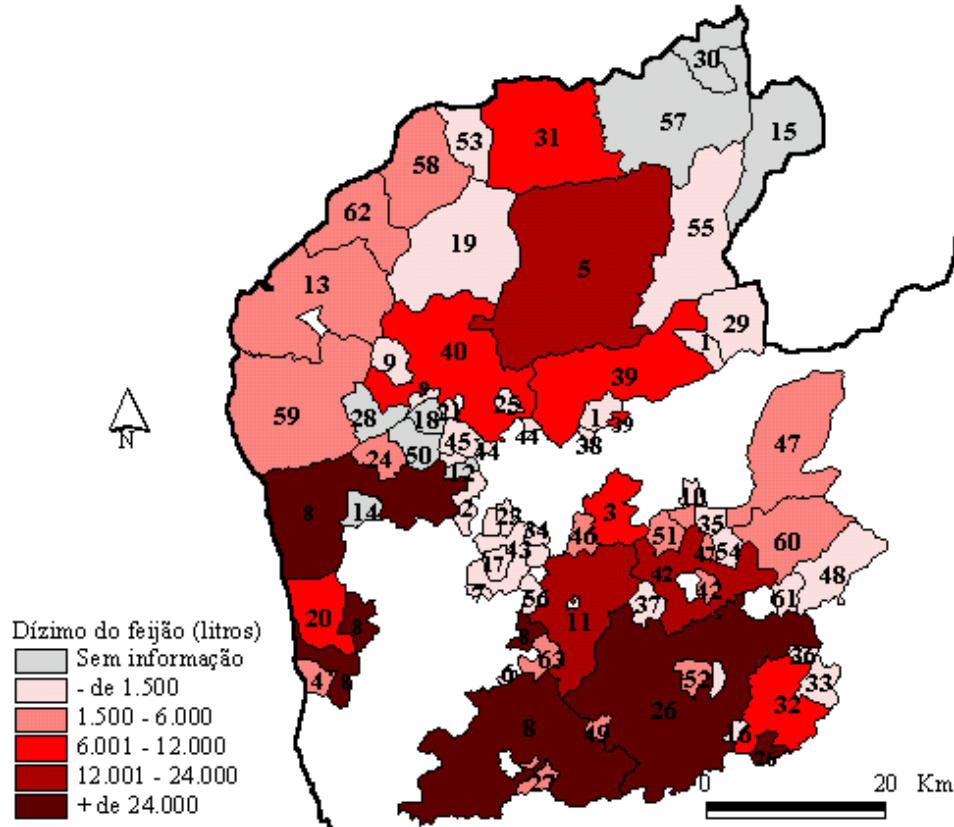
Concelho nome	Feijão	%Fe
GUIMARÃES	63967	23,72
BARCELOS	42096	15,61
ARCOS DE VALDEVEZ	22873	8,48
BRAGA	18898	7,01
PÓVOA DE LANHOSO	12734	4,72
MONTE LONGO	10765	3,99
PONTE DA BARCA	9602	3,56
PONTE DE LIMA	8414	3,12
AMARES	7774	2,88
MONÇÃO	6314	2,34
ESPOSENDE	6306	2,34
CAMINHA	4424	1,64
VIANA	4214	1,56
S TORCATO (COUTO)	4086	1,52
VILA NOVA DA CERVEIRA	3928	1,46
VALENÇA	3576	1,33
RENDUFE (COUTO)	3421	1,27
LANDIM	3097	1,15
VIEIRA	3048	1,13
RONFE	2847	1,06
<i>Outros</i>	<i>27264</i>	<i>10,11</i>
TOTAL	269650	100,00

Há ainda a referir um conjunto de 8 concelhos para os quais não existe qualquer referência ao dízimo do feijão, destacando-se, entre outros, Melgaço, Valadares e, uma vez mais, Castro Laboreiro (mapa 18).

¹¹¹ Cf. Célia Maria Taborda da Silva, O Mosteiro de Ganfei, pág. 146.

3. Dízimos e Produção Agrícola

Mapa 18 - Dízimo do feijão*



Fontes: SIGMA e Inquérito de 1836.

* Ver correspondência dos códigos dos concelhos no quadro 1.

À medida que subimos o "anfiteatro" minhoto, o pinheiro vai cedendo lugar aos carvalhos e castanheiros, apresentando-se, assim, a castanha como uma produção relevante¹¹². Estranhámos, por isso, não se encontrarem entre os concelhos onde se cobravam dízimos deste produto a quase totalidade dos que se situavam entre os rios Lima e Minho. A exceção é Monção, contudo, com um valor insignificante (quadro 17 e mapa 19). Estaria este facto relacionado com uma determinada isenção, em relação a este produto, na área da comarca eclesiástica de Valença? A correspondência geográfica assim parece apontar, mas ficamos apenas pela hipótese, pois as fontes são mudas a este respeito.

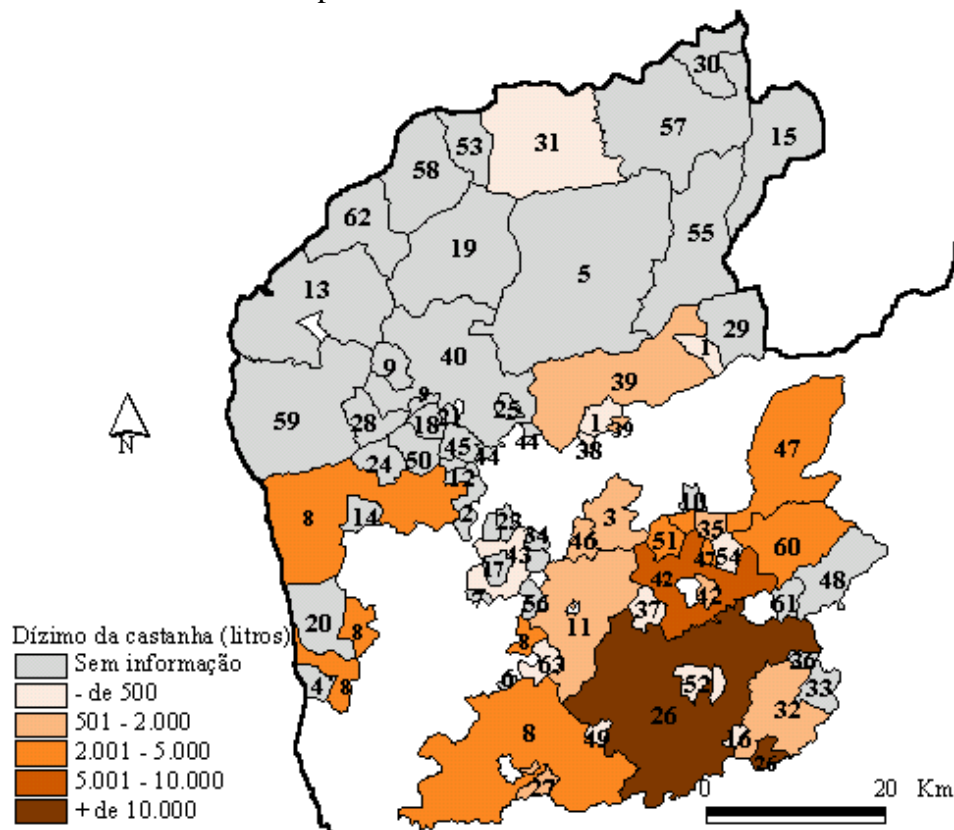
¹¹² Esta descrição coincide com a apresentada por Custódio José Gomes de Vilas Boas quando escreveu sobre Esposende nos inícios do século XIX. Cf. *Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do Antigo Regime*, (publicado) António Cruz, Porto, Universidade do Porto, 1970, pp. 92 a 99. Veja-se ainda Orlando Ribeiro, *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, pág. 112; *Idem*, *Entre Douro e Minho*, Universidade do Porto, 1987, pág. 7; António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga...*, Vol. I, pág. 14; Célia Maria Taborda da Silva, *O Mosteiro de Ganfei*, pág. 24

3. Dízimos e Produção Agrícola

17 - Dízimo da castanha e da noz (litros)

Concelho nome	Castanha	%Ca	Noz	%No
GUIMARÃES	20079	41,47	813	45,11
PÓVOA DE LANHOSO	6131	12,66		
BARCELOS	3922	8,10	642	35,62
RIBEIRA DE SOAZ	3217	6,64	176	9,79
S JOÃO DE REI	2771	5,72		
VIEIRA	2077	4,29	85	4,73
MONTE LONGO	1766	3,65		
AMARES	1439	2,97		
BRAGA	1431	2,96	19	1,07
PARADA DE BOURO (COUTO)	1273	2,63	27	1,52
RENDUFE (COUTO)	976	2,02		
FONTE ARCADA [COUTO]	694	1,43		
LANDIM	661	1,36		
PONTE DA BARCA	511	1,05		
CEPÃES	492	1,02		
RONFE	392	0,81		
S TORCATO (COUTO)	221	0,46	39	2,16
<i>Outros</i>	368	0,77		
TOTAL	48422	100,00	1801	100,00

Mapa 19 - Dízimo da castanha*



Fontes: SIGMA e Inquérito de 1836.

* Ver correspondência dos códigos dos concelhos no quadro 1.

3. Dízimos e Produção Agrícola

Em 38 concelhos não é indicado qualquer valor para a castanha. Dos restantes ressaltam alguns do interior, como Póvoa de Lanhoso, Ribeira de Soaz, S. João de Rei e Vieira, e, uma vez mais, sobressai Guimarães que, tanto para esta, como para a noz, representa percentagens superiores a 40% do total apurado (quadro 17 e mapa 19). Este último produto apenas é alvo de cobrança de dízimos em 7 concelhos e com valores muito baixos, destacando-se, para além de Guimarães, apenas Barcelos (quadro 17).

18 - Dízimo do linho

Mãos			Kg		
Concelho nome	Linho	%Li	Concelho nome	Linho	%Li
VALENÇA	9425	26,32	CAMINHA	656	82,21
MELGAÇO	5798	16,19	AMARES	108	13,53
VIANA	5172	14,44	RENDUFE (COUTO)	34	4,26
GUIMARÃES	3879	10,83	TOTAL	798	100,00
BARCELOS	3044	8,50	Cordas		
ARCOS DE VALDEVEZ	2832	7,91	Concelho nome	Linho	%Li
PONTE DA BARCA	1101	3,07	VILA NOVA DA CERVEIRA	38	50,66
LANHESES	591	1,65	COURA	37	49,34
BRAGA	495	1,38	TOTAL	75	100,00
VALADARES	480	1,34	Feixes		
SANFINS (COUTO)	422	1,18	Concelho nome	Linho	
GERAZ DO LIMA	362	1,01	MONÇÃO	7	
<i>Outros</i>	2204	6,16	Varas		
TOTAL	35805	100,00	Concelho nome	Linho	
			VALADARES	22	

Nas respostas ao inquérito, o linho apresenta características muito específicas. Na maioria dos concelhos é apontado em “mãos”, medida para a qual não encontrámos equivalência¹¹³. Para além disso, existem 16 concelhos que não indicam qualquer valor para este produto. Nos restantes, são diversas as “medidas” apontadas: em Caminha, Amares e no couto de Rendufe são contabilizados em arráteis que foi depois possível converter em quilos; para Vila Nova de Cerveira e Coura são referidas “cordas”; em

¹¹³ A não ser que era um “molho que se pode abranger com a mão”. Cf. António de Moraes Silva, Novo dicionário da língua portuguesa, Lisboa, Editorial Confluência, Vol. III, 1980, pág. 433 (Mão).

3. Dízimos e Produção Agrícola

Valadares aparece em varas e em Monção é indicado o “feixe” como medida para este produto¹¹⁴ (quadro 18).

Como é óbvio, todas estas diferenças representaram dificuldades acrescidas na análise da produção de parte dos concelhos do inquérito. Porém, para a grande maioria elas foram atenuadas pelo facto dos preços do linho serem apontados igualmente em “mãos”, o que permitiu a inclusão dos seus valores na perspectiva de conjunto sobre os rendimentos dos concelhos.

Quando contabilizado em mãos, é Valença que se destaca juntamente com Melgaço e Viana. Guimarães, Barcelos e Arcos de Valdevez indicam também valores significativos.

Este produto encontrava no Minho condições muito favoráveis ao seu desenvolvimento, como o clima ameno e a abundância de água, pelo que o seu papel era relevante na indústria têxtil regional, em especial de Braga, e no fabrico caseiro do tradicional “bragal”¹¹⁵. Talvez resida aqui a justificação para o facto do negociante bracarense Manuel José Ribeiro da Silva, um grande rendeiro de dízimos desta época, no subarrendamento das rendas da igreja de Penso (S Estevão), celebrado em Junho de 1826, ter reservado para si todo o linho que se cobrasse na freguesia¹¹⁶.

São necessárias, ainda, algumas palavras sobre o dízimo de outros produtos menos representativos, como era o caso da cebola, dos alhos, da maçã, da palha ou da lenha, pois a sua inclusão no inquérito pode estar relacionada com o costume das paróquias, como já foi apontado noutros casos. Pode ser significativo também o facto de estes géneros serem menos importantes na economia agrária da região e daí resultar um

¹¹⁴ Em relação às “Cordas” e “Feixes” também não foi possível encontrar uma equivalência em medidas. Cf. *Diccionario Encyclopédico...*, Vol. I, pág. 729 (Côrda) e Vol. II, pág. 30 (Feixe).

¹¹⁵ Cf. Jaime Reis, “Aspectos económicos...”, pág. 154; Valentim Alexandre, “Um momento crucial do subdesenvolvimento português...”, pp. 14 e 15; Orlando Ribeiro, *Entre Douro e Minho*, pp. 5, 6 e 8.

3. Dízimos e Produção Agrícola

certo “desinteresse” pelos mesmos por parte das entidades que cobravam os dízimos. Porém, não deixa de ser importante fazer referência a estes “produtos”, pelo simples facto de aparecerem, o que permite, uma vez mais, verificar quão apertada e gravosa era a malha de cobrança dos dízimos.

Pensamos ser útil, por fim, fornecer uma visão de conjunto das várias produções, bem como da sua contribuição para o total dos dízimos prediais, o que nos vai permitir igualmente sistematizar algumas ideias expostas atrás. Para procedermos a esta análise convertemos as quantidades de dízimos cobrados dos vários géneros em dinheiro, utilizando os preços fornecidos pelo inquérito de 1836 ou os preços camarários de vários municípios minhotos¹¹⁷.

Os cereais destacam-se claramente, contribuindo por si só com quase dois terços dos dízimos prediais (quadro 19). O vinho cobrado equivalia a mais de 72 contos de réis, representando, por sua vez, quase um terço do total.

19 - Dízimos Prediais (mil réis)

Produtos	Dinheiro	%
Cereais	150615,958	64,09
Vinho	72143,661	30,70
Feijão	6021,016	2,56
Castanha	2050,209	0,87
Linho	2045,621	0,87
Azeite	1682,325	0,72
Cebola	195,150	0,08
Lenha	103,674	0,04
Palha	102,563	0,04
Noz	40,416	0,02
Alho	4,932	0,00
Total	235005,527	100,00

¹¹⁶ Cf. ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 177, fl 37-38.

¹¹⁷ Neste total não são contabilizados o sal, os chicharos, as maçãs, o linho, quando na fonte não aparecia em mãos, e a palha, quando não aparecia em feixes, pois para estes géneros não foi possível encontrar

3. Dízimos e Produção Agrícola

Quando somados, podemos constatar que os cereais (em especial, o milho) e o vinho, com cerca de 94% dos dízimos prediais, constituem a base, primeiro, sem qualquer dúvida, da cobrança dos dízimos no Minho, segundo, com relativa certeza, da produção agrícola da região, terceiro, por diversos testemunhos, da dieta alimentar das populações minhotas. Certeza esta atestada pelo facto de quase sempre os pagamentos efectuados ao clero paroquial, quando em géneros, incluírem estes dois produtos. Exemplo, entre outros, são os 2 alqueires de trigo, os 50 alqueires de milho e os 12 cabaços de vinho que recebia o vigário da freguesia de Parada do Monte, concelho de Valadares, como parte da sua cóngrua¹¹⁸.

Destaca-se ainda o feijão, cultura que exige pouco trabalho e que “servia como óptimo alimento”¹¹⁹, representando o seu dízimo médio anual, nos anos de 1827-31, mais de 6 contos de réis. Os restantes produtos têm um peso meramente residual, não sendo significativos no total de dízimos prediais cobrados. Realce apenas para os três géneros que ainda ultrapassam o conto de réis, o que acontece, cremos, pela importância que desempenhavam na alimentação (castanha e azeite), na indústria (linho) e nos serviços litúrgicos e iluminação (azeite) (quadro 19).

3.1.2. Dízimos Mistos

Passemos agora a analisar o segundo grupo em que dividimos os dízimos, que corresponde, em síntese, ao que recaía sobre a pecuária, a pesca e os produtos de origem animal.

preços. Exceptuando, possivelmente, o caso do linho, não cremos que esta perspectiva seja afectada por causa da não inclusão destes produtos.

¹¹⁸ Cf. ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa n.º 4306, mapa de Valadares. Esta situação era idêntica noutros casos, mudando apenas as quantidades.

¹¹⁹ Cf. Célia Maria Taborda da Silva, *O Mosteiro de Ganfei*, pág. 146.

3. Dízimos e Produção Agrícola

Em relação à primeira são referidos no inquérito diversos animais, como o frango, a galinha e o capão, o porco e o leitão, o cabrito e o carneiro. Um primeiro aspecto a realçar destes dízimos é que são menos abrangentes, em termos geográficos, do que os anteriores, em especial comparando com os cereais, o vinho e o feijão. Em unidades cobradas ressaltam, sem dúvida, as aves de capoeira.

20 - Dízimo do frango (unidades)

Concelho nome	Frango	%Fr
ARCOS DE VALDEVEZ	3197	42,02
BARCELOS	1061	13,95
GUIMARÃES	923	12,13
VALENÇA	511	6,72
BRAGA	366	4,81
PÓVOA DE LANHOSO	319	4,19
PONTE DA BARCA	175	2,30
RIBEIRA DE SOAZ	168	2,21
AMARES	124	1,63
S JOÃO DE REI	99	1,30
CAMINHA	78	1,03
<i>Outros</i>	587	7,72
TOTAL	7608	100,00

21 - Dízimo da galinha e do capão (unidades)

Concelho nome	Galinha	%Ga	Capão	%Ca
BARCELOS	200	75,76	4	66,67
CAMINHA	40	15,15		
GUIMARÃES	6	2,27		
VIMIEIRO	6	2,27		
PRADO (COUTO)	5	1,89	2	33,33
PÓVOA DE LANHOSO	5	1,89		
VALENÇA	2	0,76		
TOTAL	264	100,00	6	100

O predomínio deste dízimo, em especial do frango, e a sua relativa dispersão geográfica resulta, cremos, das facilidades de criação deste animais e, possivelmente, de uma certa preferência gastronómica (quadros 20 e 21). Aliás, esta preferência começaria logo pelos eclesiásticos, com particular destaque para os cabidos que exigiam pagamentos aos rendeiros dos dízimos em frangos ou galinhas, normalmente, a efectuar

3. Dízimos e Produção Agrícola

antes do Natal. Como exemplo, veja-se o contrato de arrendamento das rendas da igreja de S. Julião de Parada de Bouro, feito entre o beneficiado Manuel Pires e José da Silva, lavrador, em 1827, onde o primeiro, entre outras coisas, exigia o pagamento de frangos¹²⁰.

Arcos de Valdevez destaca-se do conjunto de concelhos, com mais de 40% do dízimo do frango. Em relação aos restantes, não deixa de ser curioso reparar nas posições ocupadas por Barcelos, Guimarães, Valença e Braga, quatro localidades que eram sede de outros tantos cabidos ou colegiadas. De referir, ainda, que não se cobrava dízimo do frango em 32 concelhos, na sua maioria, de pequena dimensão.

22 - Dízimo do porco e do leitão (unidades)

Concelho nome	Porco	%Po	Concelho nome	Leitão	%Le
BARCELOS	338	40,43	GUIMARÃES	161	93,60
ARCOS DE VALDEVEZ	139	16,60	BARCELOS	4	2,33
RIBEIRA DE SOAZ	105	12,57	RONFE	3	1,74
PÓVOA DE LANHOSO	70	8,38	S TORCATO (COUTO)	2	1,16
AMARES	41	4,95	RENDUFE (COUTO)	2	1,16
PONTE DA BARCA	37	4,48	TOTAL	172	100,00
VIEIRA	37	4,38			
LANDIM	14	1,68			
S JOÃO DE REI	13	1,58			
GUIMARÃES	13	1,51			
RENDUFE (COUTO)	9	1,04			
VIANA	7	0,89			
FONTE ARCADA [COUTO]	7	0,79			
GONDUFE (COUTO)	4	0,53			
PONTE DE LIMA	1	0,14			
TOTAL	835	100,00			

O dízimo do porco aparecia em apenas 15 concelhos, em 17 se contarmos os dois onde apenas se cobrava do leitão, Ronfe e S. Torcato (quadro 22). No caso do porco ressalta o concelho de Barcelos, logo seguido de Arcos de Valdevez e Ribeira de Soaz.

¹²⁰ Cf. ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 178, fl 76-77. O mesmo se passava em Zamora e na Galiza, no bispado de Mondoñedo. Cf. José Antonio Alvarez Vázquez, *Los Diezmos en Zamora. (1500-1840)*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1984, p. 123 e 124; Pegerto Saavedra Fernández, *Economía, Política y Sociedad en Galicia: La provincia de Mondoñedo 1480-1830*, Santiago, 1985, p. 549. Em ambos os casos as exigências partiam dos cabidos respectivos.

3. Dízimos e Produção Agrícola

Este último concelho, aparentemente, tinha na pecuária uma das suas actividades económicas mais importantes. Quase não é referenciado quando falamos de dízimos prediais, porém, aparece por diversas vezes em lugar de destaque, como iremos ver nos quadros seguintes, nos dízimos sobre animais e produtos de origem animal.

23 - Dízimo do carneiro (unidades)

Concelho nome	Carneiro	%Ca
GUIMARÃES	156	29,63
BARCELOS	146	27,73
VIEIRA	87	16,50
RIBEIRA DE SOAZ	32	6,03
PÓVOA DE LANHOSO	21	3,91
CAMINHA	13	2,50
SOAJO	11	2,09
VALENÇA	8	1,52
GERAZ DO LIMA	8	1,44
PONTE DA BARCA	7	1,25
<i>Outros</i>	<i>39</i>	<i>7,40</i>
TOTAL	527	100,00

Numa posição mais modesta aparece o dízimo do carneiro, apesar de apresentar uma relativa dispersão geográfica, destacando-se os concelhos de Guimarães, Barcelos, Vieira e Ribeira de Soaz (quadro 23). Deste animal não apontam qualquer dízimo 38 concelhos. Ressaltam, contudo, alguns do interior, como os dois últimos mencionados e também Póvoa de Lanhoso e Soajo.

Já com números relativamente mais significativos aparece o cabrito, o que nos parece natural tendo em atenção que, especialmente, o Alto Minho é caracterizado por cotas de altitude, em média, elevadas e que este animal apresenta uma predisposição para o habitat de montanha.

Neste dízimo é, então, relevante destacar os concelhos de Castro Laboreiro, Vieira e Soajo nas três posições imediatamente a seguir a Arcos de Valdevez que, uma vez mais, sobressai com quase 60% do total do dízimo de cabritos (quadro 24). São 41 os concelhos que não apresentam valores neste caso.

3. Dízimos e Produção Agrícola

24 - Dízimo do cabrito (unidades)

Concelho nome	Cabrito	%Ca
ARCOS DE VALDEVEZ	529	59,60
CASTRO LABOREIRO	104	11,71
VIEIRA	34	3,78
SOAJO	31	3,47
PONTE DA BARCA	30	3,40
RIBEIRA DE SOAZ	26	2,93
VALENÇA	20	2,27
SANFINS (COUTO)	14	1,58
GERAZ DO LIMA	14	1,55
PÓVOA DE LANHOSO	14	1,55
VILA NOVA DA CERVEIRA	13	1,49
AMARES	12	1,31
S JOÃO DE REI	11	1,19
<i>Outros</i>	37	4,17
TOTAL	888	100,00

Apesar de se apresentar em crise desde finais do século XVIII, a actividade piscatória recebeu em 1802 e 1830 alguns incentivos régios, aparentemente, de resultado duvidoso¹²¹. Essa crise não será certamente a causa directa da escassa presença do pescado nesta prestação eclesiástica, provavelmente, mais ligada ao costume de cada freguesia, mas deve ter representado, de algum modo, um entrave a uma cobrança de dízimos mais significativa¹²².

Nesta actividade, no entanto, é necessário distinguir a pesca de mar e a de rio. A primeira é representada somente pela pescada que, significativamente, só apresenta valores para a freguesia de São Romão do Neiva, situada junto ao litoral, na margem norte do rio Neiva (quadro 25).

¹²¹ Cf. *DHP*, Vol. V., pág. 67 (Pescarias). Sobre “a situação de paralisia na pesca” e “a perda da dinâmica piscatória” falam também Fernando de Sousa e Jorge Fernandes Alves, referindo-se ao litoral do Alto Minho. Cf. *Alto Minho...*, pp. 79-80.

¹²² A reforçar esta ideia veja-se os números do imposto sobre o pescado, apresentados por David Justino, para o período de 1848-52. O que era cobrado no litoral minhoto, em conjunto com o rio Minho, não chega a representar 9% do total nacional desse imposto. Cf. *A formação...*, Vol. I, pp. 71 a 73.

3. Dízimos e Produção Agrícola

25 - Dízimo do pescado (unidades)

Concelho nome	Pescada	Lampreia	%La	Sável	%Sa
VILA NOVA DA CERVEIRA				260	67,36
VALENÇA				120	31,09
BARCELOS	10	3280	97,27		
MELGAÇO		92	2,73	6	1,55
TOTAL	10	3372	100,00	386	100,00

A segunda está presente através da lampreia e do sável. Apesar da extensa rede hidrográfica do Minho, as referências a este pescado fazem destacar apenas os rios Minho e Cávado, nas margens dos quais se situam as freguesias que apresentam valores para este dízimo: Remoães e Melgaço, pertencentes a este concelho, e Fão, do concelho de Barcelos, para a lampreia; novamente Remoães, Campos, Cristelo Covo, estas duas do concelho de Valença, e, por fim, Vila Nova de Cerveira para o sável (quadro 25).

Por último, cumpre-nos dedicar alguma atenção ao dízimo dos produtos de origem animal. São apontados a marrã (carne de porco fresca), a lã, a manteiga, a cera, o mel e os ovos.

A manteiga e os ovos são alvo do dízimo somente na freguesia de Banho, concelho de Barcelos, com uma média anual de cerca de 4 quilos e 36 unidades, respectivamente. Provavelmente resultado de uma dieta alimentar um pouco mais exigente do pároco local¹²³!

Quanto à marrã, cobrada em algumas freguesias dos concelhos de Braga e Barcelos e, em especial, no couto do Prado, pouco podemos acrescentar ao que temos referido sobre o facto dos dízimos, em especial os que menos peso tinham na economia

¹²³ De qualquer forma, a produção de manteiga, pelo menos na região de Viana, não parece ter-se desenvolvido antes de finais do século XIX. Cf. Rui Graça Feijó, *Liberalismo...*, pág. 186.

3. Dízimos e Produção Agrícola

da região, variarem de localidade para localidade. Algo que era comum também na Galiza e noutras regiões espanholas¹²⁴.

26 - Dízimo da lã (quilogramas)

Concelho nome	Lã	%Lã
CAMINHA	88	45,83
VIANA	75	39,06
CAPAREIROS (COUTO)	10	5,21
BARCELOS	8	4,17
VALENÇA	8	4,17
GUIMARÃES	3	1,56
TOTAL	192	100,00

Em relação ao dízimo da lã, este distribue-se essencialmente por Caminha e Viana (quadro 26). O destaque destas duas localidades, ambas com portos comerciais relativamente activos, poderá significar que este dízimo seria cobrado no acto de transacção? Fica apenas a hipótese, pois as fontes não nos elucidam.

27 - Dízimo do mel (litros) e da cera (quilogramas)

Concelho nome	Mel	%Me
PÓVOA DE LANHOSO	36	22,78
VIANA	36	22,78
CAMINHA	25	15,82
VIEIRA	17	10,76
RIBEIRA DE SOAZ	14	8,86
BERTIANDOS (COUTO)	12	7,59
PONTE DE LIMA	6	3,80
GUIMARÃES	5	3,16
BARCELOS	3	1,90
PARADA DE BOURO (COUTO)	2	1,27
BRAGA	2	1,27
TOTAL	158	100,00

Concelho nome	Cera	%Ce
RIBEIRA DE SOAZ	14	87,50
VIANA	1	6,25
CAMINHA	1	6,25
TOTAL	16	100,00

Os outros dois produtos, o mel e a cera, estão ligados à apicultura e aparecem em poucos concelhos, em especial a cera (quadro 27). Esta, aliás, só é cobrada em Amonde (Viana) e Arga de S. João (Caminha) para além de Ribeira de Soaz.

¹²⁴ António Eiras Roel, “Evolucion del producto decimal en Galicia a finales del Antiguo Regimen: primeras series diezmales”, in Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias

3. Dízimos e Produção Agrícola

A apicultura era uma actividade pouco desenvolvida em Portugal, com técnicas e práticas que se mantinham quase inalteradas desde a Idade Média e que só começaram a ser alvo de inovações nos finais do século XIX. A produção manteve-se quase exclusivamente para autoconsumo até meados de oitocentos, sendo ainda de registar que no mel se assistiu a um aumento da produção, ao contrário da cera que estagnou ou diminuiu ao longo da centúria¹²⁵. De destacar, ainda, que era uma actividade mais produtiva no sul do que no norte do país¹²⁶.

28 - Dízimos Mistos (mil réis)

Produtos	Dinheiro	%
Porco	10251,389	85,19
Lampreia	629,080	5,23
Frango	496,993	4,13
Carneiro	218,002	1,81
Cabrito	166,602	1,38
Leitão	70,796	0,59
Galinha	56,468	0,47
Sável	45,380	0,38
Lã	34,493	0,29
Mel	33,031	0,27
Manteiga	14,246	0,12
Cera	12,486	0,10
Marrã	1,924	0,02
Capão	1,368	0,01
Pescada	1,136	0,01
Ovos	0,151	0,00
Total	12033,545	100,00

Nos dízimos mistos, tendo em conta o seu valor em dinheiro¹²⁷, aparece em primeiro lugar o porco, representando mais de 85% do valor total (quadro 28). A posição da lampreia é de destacar, mas resulta, sobretudo, das quantidades excepcionais que são apresentadas na freguesia de Fão, concelho de Barcelos. Realce ainda para o

Históricas. III - Historia Moderna, Santiago de Compostela, 1975, p. 54; José Antonio Alvarez Vázquez, Los Diezmos en Zamora..., pág. 52 e Angel I. Fernández González, A fiscalidade eclesiástica..., p. 59.

¹²⁵ Carlos R. Ramos e Luís Pita, “A Apicultura em Portugal no Século XIX”, in AAVV, Vipasca. Arqueologia e História, Aljustrel, Câmara Municipal de Aljustrel, n.º 6, 1997, pp. 55-94.

¹²⁶ Cf. José David Gomes Justino, A formação..., Vol. I, pág. 71 e nota anterior.

3. Dízimos e Produção Agrícola

frango, o carneiro e o cabrito. O primeiro, em termos de quantidades cobradas era, claramente, o principal alvo dos dízimos. Porém, o seu valor unitário relega-o para terceiro lugar.

Numa visão de conjunto, há então que realçar que a cobrança de dízimos dos animais se centrava, essencialmente, nas aves de capoeira, no gado caprino, ovino e suíno. O peixe tinha também, apesar de tudo, algum significado, se não nas unidades cobradas, pelo menos no valor que podia atingir no mercado. Já os produtos de origem animal tinham pouco peso no conjunto deste tipo de dízimos, sendo que alguns apareciam apenas em paróquias isoladas, fruto, essencialmente, de costumes e tradições locais e não reflectindo um qualquer nível de produção.

O que, aparentemente, parece estranho é o facto de não serem nunca declarados valores para o gado bovino. Apesar de no Minho a produção pecuária não ser uma actividade principal, nem ter sofrido um grande desenvolvimento ao longo do século XIX, destacava-se a criação de bovinos¹²⁸.

Os dízimos mistos reflectem assim, a nosso ver, mais uma visão de uma dieta alimentar do que de uma produção efectiva e, para tal, bastará observar os primeiros oito produtos do quadro 28 e constatar que ainda hoje constituem a base da alimentação nos meios rurais minhotos. Por sua vez, o gado bovino não era alvo de *dízimo em géneros* porque, simplesmente, não era a função de produção de carne aquela que primordialmente se atribuía a este gado, mas, sim, a função de tracção nos trabalhos agrícolas. Essa mesma utilização é apontada para a segunda metade do século XIX, pelo que é bem provável que assim fosse nos anos agora estudados¹²⁹. Porém, como teremos oportunidade de verificar no sub-capítulo seguinte, não deixava de ser alvo de *dízimo em dinheiro*.

¹²⁷ Neste cálculo não aparecem as bestas por não termos encontrado preços para estes animais.

¹²⁸ Cf. Rui Graça Feijó, *Liberalismo...*, pp. 182 a 184.

3.2. Dízimos em Dinheiro

Em algumas freguesias são apontados valores de dízimos em réis. São, na maior parte dos casos, pequenas quantias que as fontes permitiram identificar como sendo referentes à prestação da “S. Joaneira”. Nesta eram incluídos os dízimos de alguns géneros e produtos da terra ou da produção pecuária, substituídos por dinheiro¹³⁰. Apesar de serem variados os géneros abrangidos por esta prestação, ela nunca inclui os principais, como os cereais e o vinho. Pelo contrário, são apontados, por exemplo, em algumas freguesias de Ponte da Barca, produtos que não aparecem nos restantes dízimos, como é o caso dos bezerros, dos enxames ou dos anhos¹³¹.

Porém, noutros casos ficamos sem saber se os valores em dinheiro se referem a uma suposta taxa de substituição dos géneros ou se corresponderiam àquilo a que as constituições do arcebispado chamavam de “conhecenças”, percentagens fixas para cada profissão, ocupação ou negócio, também chamados dízimos pessoais¹³².

Perante esta dificuldade e porque os seus valores são relativamente baixos, optámos por não os levar em linha de conta. O que podemos referir em relação às prestações em dinheiro é que estas representavam sempre um reduzido papel no total dos rendimentos decimais dos concelhos, em média cerca de 1%. A cobrança dos dízimos em dinheiro, no final do Antigo Regime, era preterida em relação à cobrança em géneros, podendo mesmo dizer-se que a situação era claramente inversa à verificada,

¹²⁹ Cf. Rui Graça Feijó, *Liberalismo...*, pp. 185-186.

¹³⁰ Prática prevista, aliás, nas próprias constituições sinodais. Cf. *Constituições Sinodais...*, p. 384-385.

¹³¹ Cf. ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa 4306, Ponte da Barca.

¹³² Cf. *Constituições Sinodais...*, pp. 386 a 389. Esta última designação é frequente em diversos estudos. Veja-se, entre outros, Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães...*, pág. 370; DHP, Vol. II, pág. 328 “Dízimos Eclesiásticos” e António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga...*, Vol. I, pág. 122.

3. Dízimos e Produção Agrícola

por exemplo, em Inglaterra, onde os dízimos em dinheiro pareciam estar a ganhar terreno¹³³.

3.3. Cobrança de dízimos vs. cobrança de impostos

Por fim, pensamos ser útil uma sistematização do que fomos referindo ao longo deste capítulo e procurar perceber a importância económica/financeira desta prestação eclesiástica. Ao mesmo tempo, apresentaremos uma visão geral da posição relativa dos dízimos prediais e mistos dentro dos concelhos e destes entre si¹³⁴.

29 - Concelhos: rendimento anual (mil réis)

Concelho nome	Reais	%	Mistos	%	Total	%	% T*
BARCELOS	28871,399	85,16	5032,439	14,84	33903,838	100	13,72
GUIMARÃES	30463,909	98,86	351,733	1,14	30815,642	100	12,47
ARCOS DE VALDEVEZ	24034,996	92,45	1963,266	7,55	25998,262	100	10,52
PONTE DA BARCA	14917,648	97,47	387,380	2,53	15305,028	100	6,20
VIANA	11565,395	98,84	135,274	1,16	11700,669	100	4,74
BRAGA	11435,708	99,75	29,223	0,25	11464,931	100	4,64
PONTE DE LIMA	11370,786	99,78	25,588	0,22	11396,374	100	4,61
MONÇÃO	9258,978	100,00	0,000	0,00	9258,978	100	3,75
COURA	7768,441	100,00	0,000	0,00	7768,441	100	3,14
PÓVOA DE LANHOSO	6740,103	88,21	900,959	11,79	7641,062	100	3,09
CAMINHA	7431,186	99,28	54,004	0,72	7485,190	100	3,03
VALADARES	5558,270	100,00	0,000	0,00	5558,270	100	2,25
MONTE LONGO	5072,311	100,00	0,000	0,00	5072,311	100	2,05
VALENÇA	4646,162	99,38	29,000	0,62	4675,162	100	1,89
MOREIRA DE REI (COUTO)	4640,178	100,00	0,000	0,00	4640,178	100	1,88
VILA NOVA DA CERVEIRA	4381,651	99,12	38,740	0,88	4420,391	100	1,79
AMARES	3691,004	87,46	529,256	12,54	4220,260	100	1,71
ESPOSENDE	3167,166	100,00	0,000	0,00	3167,166	100	1,28
RIBEIRA DE SOAZ	1636,498	54,87	1345,952	45,13	2982,450	100	1,21
VIEIRA	2395,206	82,66	502,476	17,34	2897,682	100	1,17
MELGAÇO	2746,244	99,63	10,304	0,37	2756,548	100	1,12
<i>Outros</i>	33212,289	97,94	697,950	2,06	33910,239	100	13,73
Total	235005,526	95,13	12033,545	4,87	247039,071	100	100,00

* Percentagem do total de cada concelho em relação ao total geral.

¹³³ Cf. Roger Kain e Hugh Prince, *The Tithe Surveys of England and Wales*, pp. 12 e 13.

¹³⁴ Para tal calculámos, uma vez mais, o valor dos géneros em réis através dos preços já diversas vezes referidos. As exceções a este cálculo ficaram apontadas no texto supra, notas 117 e 127. Tendo em conta as quantidades e o peso relativo destes produtos, pensamos que a sua não inclusão não influi nas percentagens de conjunto apresentadas.

3. Dízimos e Produção Agrícola

Já vimos que os dízimos pagos em dinheiro ocupavam um lugar discreto no conjunto. Em relação aos mistos acontecia sensivelmente o mesmo, sendo de destacar somente os casos de Ribeira de Soaz, Vieira, Barcelos, Amares e Póvoa de Lanhoso, onde ultrapassavam os 10%, acontecendo o mesmo num ou outro concelho mais pequeno. Em 27 concelhos não eram indicados quaisquer valores para os dízimos mistos.

Efectivamente eram os dízimos prediais, fundamentalmente os cereais e o vinho, que mais contribuíam para o total, com valores sempre acima dos 80% em quase todos os concelhos, superiores a 90% na sua maioria, apresentando mesmo em alguns uma percentagem de 100%. A grande excepção é Ribeira de Soaz que tem valores muito próximos para os dois tipos de dízimos.

Com as devidas cautelas, através dos valores da cobrança dos dízimos para 1827-1831, pensamos ficar com um quadro aproximado da agricultura do Minho no final do Antigo Regime. Cremos ser possível tal perspectiva pois os dados recolhidos em diversos estudos que se debruçam sobre esta província não são significativamente diferentes, como fomos observando ao longo do capítulo, e, na maioria dos casos, corroboram as percentagens que fomos apresentando e as principais ideias expostas.

No fundo, os géneros que faziam mover a economia da região, que dinamizavam as trocas comerciais e os mercados, que serviam de base à estrutura alimentar das populações eram o alvo preferencial da cobrança dos dízimos¹³⁵.

Realçamos, ainda, a existência de uma grande variedade de produtos que eram alvo da cobrança de dízimos. Uns eram comuns a todas ou a uma grande maioria das

¹³⁵ Quanto a este último aspecto, bastará fazer uma comparação simples entre os produtos que aparecem nos primeiros lugares nos quadros 19 e 28 e os que são declarados por Custódio Jozé Gomes de Villaboas, em 1800, como fazendo parte da ementa habitual do minhoto: “pão de milho e centeyo; hum pobre caldo de feijão ou couves; vinho verde; algumas vezes carne de porco, bacalhao ou sardinhas”. Cf. Fernando de Sousa e Jorge Fernandes Alves, *Alto Minho...*, pág. 70.

3. *Dízimos e Produção Agrícola*

freguesias, outros apareciam apenas em determinadas áreas ou mesmo somente em paróquias isoladas. É certo que os dízimos variavam de freguesia para freguesia, de acordo com o costume, nem sempre se cobravam das mesmas espécies. Porém, nas constituições da diocese bracarense elaboradas no século XVII a lista de produtos que, em teoria, deveria ser abrangida é extensa e exaustiva. Pensamos não ser de todo impossível que essas referências, por vezes, isoladas a alguns produtos detectadas nos finais do Antigo Regime sejam, também, fruto de um “esquecimento”, mais ou menos, consciente por parte das autoridades eclesiásticas (leia-se, párocos!), procurando deste modo aliviar as populações desses encargos menores, mantendo-as, porém, fiéis ao cumprimento da obrigação de pagar “em cada dez um” dos produtos realmente importantes, os da “eyra, & lagar”¹³⁶.

Vejamos, então, como ficava distribuída geograficamente esta cobrança/produção (mapa 20). Numa primeira análise, simplista, verificamos que são os três maiores concelhos do inquérito, tanto em número de freguesias, como em área, que ocupam os lugares cimeiros: Barcelos, Guimarães e Arcos de Valdevez (quadro 29)¹³⁷. Destacam-se dos restantes, representando em conjunto mais de 1/3 dos dízimos cobrados, a que corresponderia, por certo, uma posição semelhante em termos de produção agrícola. Em relação a Barcelos, é necessário chamar a atenção para a descontinuidade geográfica que o caracterizava. Para o conjunto dos três, convém referir que se encontram, no fundo, em posições geográficas muito vantajosas para a agricultura. Ocupam áreas que detém uma rede hidrográfica abundante, ligada a três dos principais rios do Minho

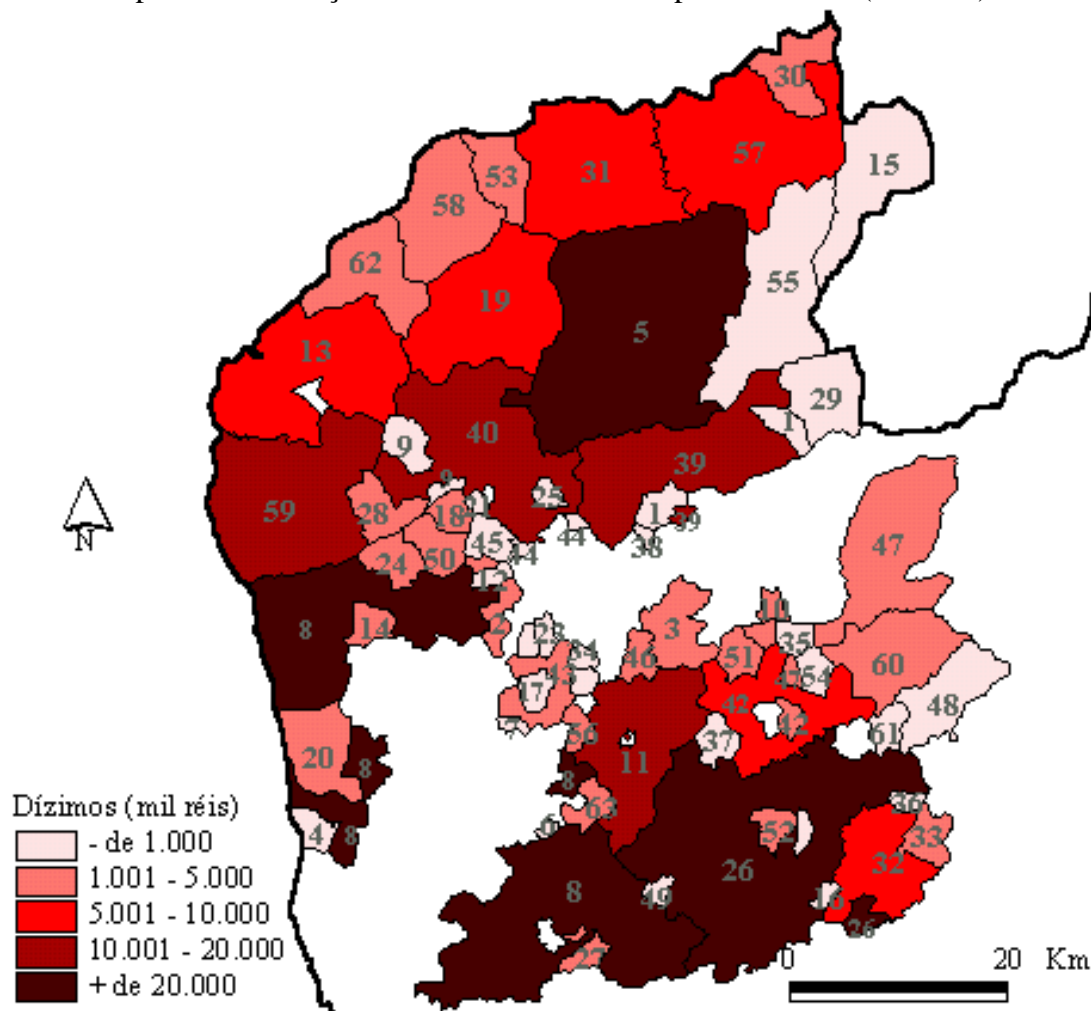
¹³⁶ Uma “negociação” semelhante ocorria, aliás, na vizinha Espanha na diocese de Zamora, pelo menos, desde o século XV. Cf. José Antonio Alvarez Vázquez, *Los Diezmos en Zamora...*, p. 52.

¹³⁷ Esta é, como não podia deixar de ser, uma análise grosseira da questão, pois as áreas e o n.º de freguesias podem não ter qualquer relação directa ou indirecta com os níveis de produção ou produtividade dos solos agrícolas que as compõem. Não deixa contudo de ser um indicador tendo em conta os objectivos que foram propostos no início deste capítulo.

3. Dízimos e Produção Agrícola

(Lima, Cávado e Ave). A somar a este factor está o facto de, apenas em casos pontuais, ultrapassarem a cota média de altitude de 400 metros, podendo encontrar-se no território por eles ocupados alguns dos mais férteis vales da região.

Mapa 20 - Cobrança média anual de dízimos por concelhos (1827-31)*



Fontes: SIGMA e Inquérito de 1836.

* Ver correspondência dos códigos dos concelhos no quadro 1.

Podemos ainda realçar um segundo grupo, composto pelos concelhos de Ponte da Barca, Viana, Braga e Ponte de Lima, com percentagens entre 4 e 6%, permitindo-nos classificá-los de “secundários” no quadro da produção agrícola dos municípios de finais do Antigo Regime (quadro 29). Beneficiavam de condições geográficas semelhantes, porém, a área dos mesmos, mais pequena, poderá ter alguma influência na posição que ocupam.

3. Dízimos e Produção Agrícola

Abaixo destes, um grupo de concelhos com percentagens ainda acima de 1% e que perdem, em parte, as características geográficas apontadas para os mencionados atrás, ao mesmo tempo que ocupam áreas relativamente mais reduzidas. Por fim, uma miríade de minúsculos concelhos que, em termos individuais, representavam valores e percentagens insignificantes.

O montante total de cobrança de dízimos na região agora estudada, mesmo considerando que está subavaliado no inquérito de 1836, pode ser apontado como um valor elevado¹³⁸. Se o compararmos com o que o Estado, na mesma altura ou poucos anos depois, conseguia cobrar em impostos directos, particularmente com a décima, podemos ficar com uma ideia da importância dos dízimos e da sua eficácia “fiscal” no final do Antigo Regime.

Em 1827, a receita total do Estado português em décimas foi de 377.973\$404 réis¹³⁹. Por sua vez, os dízimos cobrados, apenas, nas comarcas eclesiásticas de Braga e Valença ascenderam a uma média anual, entre 1827 e 1831, de cerca de 247.039\$071 (quadro 29), ou seja, representavam 65,36% do principal imposto directo do Reino!

No orçamento para 1828, para a província do Minho é declarada uma receita provável, em décimas, de 93.267\$482 réis¹⁴⁰. Mais uma vez o valor dos dízimos surpreende, pois desta feita verifica-se que corresponde a uma cobrança quase três vezes

¹³⁸ Tínhamos ficado com a ideia de subavaliação quando procedemos à crítica das fontes, pois as referências feitas ao inquérito por alguns autores iam nesse sentido. Cf. Miguel de Bulhões, A Fazenda Pública de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, pág. 19-20; Jaime Reis, “Aspectos económicos de Viana do Castelo...”, pp. 157-158 (estes aspectos serão desenvolvidos em anexo). Para além disso, a comparação que fizemos dos valores declarados no inquérito com os de alguns contratos de arrendamento levou-nos a essa conclusão, pois, em grande parte, os primeiros eram inferiores ou muito próximos dos segundos, o que se afigurava improvável tendo em conta as características do sistema de cobrança dos dízimos e, em especial, o lucro dos rendeiros, como teremos oportunidade de verificar no último capítulo.

¹³⁹ Cf. Relatório apresentado na Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa em 11 de Fevereiro de 1828 pelo Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios da Fazenda Manoel António de Carvalho..., Lisboa, Imprensa Regia, 1828.

¹⁴⁰ Cf. nota anterior.

3. Dízimos e Produção Agrícola

superior ao que o Estado previa arrecadar com aquele imposto numa área geográfica aproximada.

Ainda com os dados da décima, analisemos o ano de 1835-36, tendo presente já a nova realidade administrativa. Assim, para os distritos de Braga e Viana, os mesmos que estão na base do inquérito de 1836, são declarados 94.245\$035 réis em décimas dos prédios, novamente, um valor muito inferior ao que nas mesmas circunscrições era obtido pela prestação decimal eclesiástica, cerca de 10 anos antes¹⁴¹.

Uma última comparação, usando dados a um nível local, referentes a um único concelho, a título de exemplo. No quadro 29 Vila Nova de Cerveira apresenta um volume médio anual de cobrança de dízimos superior a 4 contos e 400 mil réis, entre 1827 e 1831. No mesmo período, a câmara municipal desta vila tem de receita anual uma média de 534\$080 réis, ou seja, o rendimento conseguido com os dízimos é cerca de 8 vezes superior ao obtido pelo município, na mesma área geográfica e nos mesmos anos!¹⁴²

Através destes números ficamos com uma ideia da real importância dos dízimos, talvez muito próxima da que lhe era atribuída na altura da sua extinção, quando se afirmava que “montam em somma muito superior à proveniente de todas as contribuições restantes”¹⁴³. A eficácia do seu sistema de cobrança apresentava-se, assim, no final do Antigo Regime, avassaladora em comparação com aquela que era possível para os poderes estatal e concelhio.

¹⁴¹ Cf. Relatório do Ministério dos Negócios da Fazenda Apresentado às Cortes pelo Ministro e Secretário de Estado Flório Rodrigues Pereira Forjaz, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840.

¹⁴² Cf. José Viriato Capela, O Minho e os seus municípios..., pág. 217.

¹⁴³ Cf. relatório sobre a extinção dos dízimos citado por Miguel de Bulhões, A Fazenda Pública de Portugal, pp. 18-19.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

O uso dos dízimos como fonte para o estudo dos rendimentos de determinados grupos sociais nos finais do Antigo Regime não é tema novo, tanto entre nós, como no estrangeiro. No caso português temos de destacar os trabalhos pioneiros de Aurélio de Oliveira¹⁴⁴. No estrangeiro, chamamos a atenção para alguns estudos de colegas espanhóis que são especialmente interessantes pela proximidade geográfica e pelas afinidades históricas e sócio-económicas entre os dois países¹⁴⁵.

De todos estes trabalhos obtém-se uma imagem do que representaria o dízimo no total das rendas de determinadas entidades, sejam elas eclesiásticas, como o clero paroquial ou os mosteiros, ou leigas, como é o caso da nobreza. Essa imagem parece ser mais ou menos clara quando falamos dos séculos XVII, XVIII e mesmo do início do XIX e/ou quando observamos aquelas entidades de modo isolado. No entanto, do nosso ponto de vista, para o quadro ficar ainda mais completo, no que diz respeito ao final do Antigo Regime português, impõe-se realizar três importantes análises que têm de ser feitas em conjunto: saber qual o real significado e amplitude do dízimo nos rendimentos dos vários interessados e a sua distribuição social, em particular, numa época de convulsões económicas e sociais, como foram os anos que mediam entre 1820 e 1832; procurar apreender e comparar a posição relativa de cada grupo de interessados, não já

¹⁴⁴ Aurélio de Oliveira, A Abadia de Tibães, 1630-80/1813. Propriedade, exploração e produção agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime, Porto, 1979; Aurélio de Oliveira, “Rendas e Arrendamentos da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães (1684-1731)”, in Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Vol. II, Guimarães, 1981, pág. 99 a 121. Veja-se ainda Fernando de Sousa, “O rendimento das Ordens Religiosas nos finais do Antigo Regime”, in Revista de História Económica e Social, Lisboa, Sá da Costa, n.º 7, 1981; José Viriato Capela, “Igreja, Sociedade e Estado...”; Nuno Gonçalo Monteiro, “Os rendimentos da aristocracia portuguesa na crise do Antigo Regime”, in Análise Social, n.º 111, 1991; Maria Cecília Encabo y Valenciano, O Mosteiro de Rendufe...

¹⁴⁵ Entre outros destacamos José Antonio Alvarez Vázquez, Los Diezmos en Zamora. (1500-1840), Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1984; Manuel Garzon Pareja, Diezmos y tributos del Clero de Granada, Granada, 1974; Maria Dolores Muñoz Dueñas, El diezmo en el obispado de Córdoba. (1750-1845), Córdoba, Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1988 e Angel I. Fernández González, A fiscalidade eclesiástica...

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

de forma isolada, mas num conjunto e dentro de uma determinada área geográfica que seja coerente com o tipo de análise que o dízimo, como prestação de origem eclesiástica, requer; por fim, fazer o estudo das inter-relações geradas entre os vários interessados/beneficiados dos dízimos.

É possível realizar tal estudo e mais uma vez iremos recorrer aos resultados do inquérito aos dízimos mandado elaborar em 29 de Novembro de 1836¹⁴⁶. Se no capítulo anterior usámos essencialmente esta fonte, agora sentimos necessidade de recorrer a outra, complementar, que abarca a mesma área geográfica, mas datada de 1821. Referimo-nos ao inquérito às várias dioceses do país sobre os rendimentos das respectivas igrejas, mandado executar pelas cortes vintistas, em 21 de Maio desse ano¹⁴⁷. O recurso a esta fonte revelou-se essencial em três aspectos: na análise da composição dos rendimentos do clero paroquial, pois apresenta outras fontes de receita dos párocos que não só o dízimo, o que permitiu comparar o peso relativo daquele; na definição da estrutura interna do arcebispado de Braga, em especial das comarcas eclesiásticas de Valença e Braga, sobre as quais incidiam os dados do inquérito de 1836; por fim, pela possibilidade que ofereceu de resolver algumas dúvidas relacionadas, fundamentalmente, com a identificação dos interessados nos dízimos¹⁴⁸.

Na análise que se segue, em que apresentamos os rendimentos médios anuais entre 1827 e 1831, optámos por agrupar os vários interessados de uma forma o mais coerente possível, de modo a facilitar o tratamento e compreensão dos dados. A grupos com uma certa coerência interna, como o clero paroquial, as comendas e a nobreza, os conventos

¹⁴⁶ Relembramos que os resultados deste inquérito foram recolhidos tendo já por base os distritos administrativos de Viana e Braga. Esses dados foram depois convertidos na estrutura administrativa e eclesiástica de Antigo Regime, sendo, como é óbvio, com base nestas duas últimas que iremos continuar a trabalhar.

¹⁴⁷ Voltamos a lembrar que as respostas ao referido inquérito relativas ao arcebispado de Braga encontram-se no Arquivo Histórico Parlamentar, na Secção I-II, nas caixas 7, 8, 10 e 26.

¹⁴⁸ Cabe aqui chamar a atenção para o facto de que os quadros que apresentaremos neste capítulo, no que respeita aos valores absolutos e relativos, com a excepção de alguns relativos ao clero paroquial, que

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

e mosteiros, os cabidos e os seus membros, as fábricas das igrejas, juntámos depois os pensionistas e instituições ou indivíduos que não tinham lugar em nenhum dos conjuntos já referidos. Alguns, porém, pelos seus particularismos, foram analisados isoladamente. É o caso da Mitra Primaz de Braga, do seminário diocesano, da Igreja Patriarcal de Lisboa, da Casa do Infantado e da Universidade de Coimbra. Era também importante saber qual a participação relativa de eclesiásticos e leigos no dízimo e averiguar a parte que, no final do Antigo Regime, ainda cabia aos pobres.

As entidades e indivíduos aqui apresentados podem ser identificados em dois níveis do ponto de vista do acesso ao produto decimal: o primeiro consistia na “propriedade” das dizimarias, ou seja, os interessados recebiam a “massa” dos dízimos por serem proprietários do todo ou de uma parte da dizimaria; o segundo resultava do facto dos interessados, quer pela sua posição social, quer pelo direito canónico, privilégio ou costume, terem acesso a uma “parte” do produto decimal recolhido pelos primeiros. Traduzia-se, assim, este segundo nível em encargos estipulados nas dizimarias que eram propriedade dos primeiros. Depois, se recolhiam esses dízimos eles mesmos ou se entregavam essa tarefa a rendeiros é outro aspecto que será analisado com detalhe no capítulo seguinte.

Este esquema baseia-se na observação das fontes, que indicam os vários interessados e a sua participação nos dízimos, ao mesmo tempo que, por vezes, atribuem a propriedade da dizimaria a um único deles. É frequente dizer-se que algumas das freguesias pertenciam, por exemplo, aos abades ou à Igreja Patriarcal¹⁴⁹. Na maior parte

oportunamente sinalizaremos, se reportam exclusivamente ao inquérito de 1836. Veja-se o que afirmámos na nota 93.

¹⁴⁹ Cf. ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa n.º 4306, por exemplo, os mapas de Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira e Ponte da Barca. No primeiro, nas respostas ao quesito 4.º, é referido que na freguesia de Castelo do Neiva os dízimos “Pertencião” ao abade, que tinha depois de suprir os encargos da freguesia e com outros interessados. O mesmo é afirmado na freguesia de S. Romão de Neiva, desta feita

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

dos casos é também referido que os dízimos eram recolhidos nos celeiros ou tulhas de determinado interessado e que os arrendamentos ou a administração dos mesmos eram “por conta” daquele¹⁵⁰.

Como é evidente esta separação em níveis, este perfeito delinear do acesso aos dízimos por parte dos vários interessados, resulta simples se tivermos em conta a análise de uma só dizimaria ou, mesmo, de um conjunto restrito. Porém, quando observamos diversos casos que, no presente estudo, se reportam a 607 freguesias diferentes, o que era perfeito começa a complicar-se. Assim, para determinadas entidades não havia uma separação rígida entre estes dois níveis, porque muitas eram, ao mesmo tempo, proprietárias de dízimos – interessados principais no todo ou em parte de determinada dizimaria – e beneficiadas com os encargos impostos noutra dizimaria – interessados secundários. É o caso da Mitra Primaz, à qual pertenciam ou estavam “anexas” diversas dizimarias e o seu produto e que, ao mesmo tempo, era interessada secundária nos dízimos de outras paróquias, das quais recebia um certo “foro”, “pensão” ou “costume”, pagos pelos respectivos proprietários.

Porém, casos havia em que determinados interessados só tinham acesso aos dízimos através de um destes níveis. Os exemplos da Universidade de Coimbra e da Casa do Infantado são paradigmáticos do primeiro nível, pois são dois interessados que recolhem a totalidade dos seus dízimos através da propriedade das dizimarias. Em relação à exclusividade do segundo nível, poderíamos referir que uma boa parte do clero paroquial, com a excepção dos abades e priores, só tinha acesso aos dízimos através dos

em relação ao mosteiro beneditino situado na mesma, repetindo-se os dizeres em relação à Igreja Patriarcal na freguesia de Anha. Nos outros concelhos, as expressões podiam diferir um pouco, mas o sentido era o mesmo. A dizimaria pertencia a um ou mais interessados “principais” (proprietários) que tinham depois encargos com interessados “secundários” (não proprietários), normalmente apontados no 3.º quesito.

¹⁵⁰ Cf. ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa n.º 4306 e 4308. Estas indicações aparecem nos quesitos 2 e 5 ou, por vezes, no campo das “observações” dos diversos mapas.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

encargos sobre os rendimentos dos proprietários, que, nestes casos, resultavam nas cóngruas.

No entanto, mais uma vez a distribuição do dízimo complicava-se, pois podia acontecer que a dizimaria fosse propriedade de mais do que um interessado. Não era o mais frequente, mas efectivamente em 83 casos assim se verificava, sendo esta partilha sempre em termos proporcionais. Neste caso, a partilha mais comum era entre 2 interessados, mas podia envolver 3, 4 ou mais. Quando a partilha acontecia entre 2 interessados, em geral dividia-se a dizimaria a meio ($1/2 - 1/2$) ou, então, em três partes, cabendo a um $2/3$ e a outro $1/3$, sendo que ficava com os encargos da dizimaria o que recebesse o maior quinhão¹⁵¹.

Como é evidente, as partilhas iam-se complicando à medida que entravam mais interessados. É o caso, extremo, da freguesia de Ponte de Lima, partilhada por 7 interessados. À Mitra Primaz cabia $1/3$ dos dízimos, ao prior da freguesia $1/6$, o mesmo recebia o Cabido Primaz e um “beneficiado” morador no concelho. Assim se distribuía $2/3$ da dizimaria. O restante terço era dividido em 3 partes, cabendo então $1/18$ dos dízimos ao cura de Ponte de Lima, o mesmo ao pároco de Feitosa e outro tanto ao pároco de S. Bento, freguesias anexas à de Ponte de Lima¹⁵².

Que resultados podemos recolher desta análise? Primeiro que tudo, a complexidade da circulação do dízimo quando, em 607 dizimarias, se encontram presentes 1062 entidades diferentes, muitas delas, geograficamente afastadas das dizimarias onde são interessadas. Em segundo lugar, como se pode deduzir deste cruzamento de interessados “principais” e “secundários” que, conforme a dizimaria

¹⁵¹ Havia casos onde a proporção podia ser de $3/4 - 1/4$ ou mesmo de $5/9 - 4/9$. Quando eram três os interessados principais na dizimaria as cotas podiam ir do simples $1/3$, ao $1/2 - 1/4 - 1/4$. Mais uma vez os encargos ficavam para quem recebia mais.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

abordada, mudam ou não de “nível”, surgem rendimentos e encargos vários e as mais diversas relações sócio-económicas com influência na circulação do produto decimal.

Um último comentário, para referir que esta diferença entre “principal” e “secundário” nem sempre se reflectia numa maior ou menor importância económica dos vários interessados, pois o conjunto de interesses “secundários” de determinada entidade, quando somados, por vezes, faziam com que a mesma assumisse um papel de especial relevância na região. É o caso, por exemplo, do arcediogo de Vila Nova de Cerveira que, através do acesso sempre num nível secundário (por intermédio de pequenas pensões) aos dízimos de 49 freguesias, consegue uma média de rendimento anual superior a 575 mil réis. No entanto, uma coisa é certa, as instituições e indivíduos que eram proprietários dos dízimos eram os mais beneficiados e apresentavam percentagens de rendimento líquido (rendimento dos dízimos depois de deduzidos os encargos) superiores aos que acediam aos mesmos, na maior parte dos casos, através dos encargos impostos nos dízimos dos primeiros.

Quando eram proprietários das dizimarias, os interessados poderiam receber os dízimos em dinheiro, em géneros ou sob forma mista, consoante o costume da paróquia e o sistema de cobrança. Aos restantes interessados os dízimos chegavam através de montantes fixos, podendo depois ser feitos em dinheiro, em géneros ou de forma mista. No fundo, eram estes que verdadeiramente circulavam, correspondendo aos encargos dos vários interessados principais.

Através da análise do quadro 30 e comparando com os totais do quadro 34, podemos verificar que a percentagem de dízimos que circulava (os encargos) entre os vários interessados se resumia a cerca de 15% do total da prestação decimal cobrada. A

¹⁵² Cf. ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa n.º 4306, mapa de Ponte de Lima, freguesia de Ponte de Lima, Feitosa e S. Bento anexas.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

maioria desses pagamentos dos interessados principais aos secundários eram feitos em dinheiro, quer se analise a percentagem de ocorrências ou o seu valor. Efectivamente, os pagamentos em géneros, quando calculados em dinheiro, representavam 8.235\$371 réis, ou seja, menos de 22% do total (quadro 30).

30 - Os dízimos que circulavam entre os vários interessados (mil réis)

Espécie	% Casos	Dinheiro	Géneros	TOTAL*	%T
Géneros	17,10		2855,297	2855,297	7,60
Dinheiro	59,00	20342,611		20342,611	54,00
Misto	23,90	9111,974	5380,074	14492,048	38,40
TOTAL	100,00	29454,585	8235,371	37689,956	100,00

* O valor total aqui apresentado não corresponde ao total dos encargos referido nos quadros 31 e 34, pois optámos por utilizar os recebimentos dos interessados secundários e não os encargos dos interessados principais, uma vez que havia alguns destes encargos que não conseguimos atribuir a nenhuma entidade específica.

Como é evidente, esta distribuição, tanto em dinheiro como em géneros, tinha as suas implicações. Em primeiro lugar, os pagamentos em géneros não estavam sujeitos à erosão da inflação, risco esse que era real no caso das prestações fixas em dinheiro. É claro que aos interessados principais convinha que a prestação a pagar fosse fixada em dinheiro. Em segundo lugar, cremos que o contrário se passaria da parte de quem recebia, pois ao ter direito a uma quantia fixa em dinheiro via, por vezes, em poucos anos, em especial naqueles em que os preços aumentavam, o seu rendimento reduzir-se bastante.

4.1. Tipologia e geografia dos interessados

Comecemos então por esboçar, em linhas gerais, a distribuição do produto decimal. Destinado inicial e teoricamente para sustento do culto e socorro dos pobres, cedo passou a sua repartição a fazer-se em 1/3 para o bispo, um terço para os párocos e

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

outro para os pobres¹⁵³. Mesmo esta norma depressa foi sendo substituída. Os cabidos, os conventos e mosteiros, as comendas das ordens militares e mesmo particulares, eclesiásticos ou não, começaram também a receber dízimos¹⁵⁴. O clero paroquial não foi todo atingido por estas transformações e algum continuou a ter acesso directo aos dízimos. No entanto, as instituições e particulares apontados acima não tinham obrigações pastorais e delegavam-nas nas faixas mais baixas do clero das paróquias, estipulando-lhes um rendimento fixo em dinheiro, em géneros ou misto: a cõngrua¹⁵⁵. Genericamente é esta a situação com que deparamos quando desembocamos no século XIX.

31 - Os rendimentos dos grupos de interessados (mil réis)

Divisões	Rendimentos	%R	Encargos ^(b)	%E	Rend líquido ^(c)	%RL
Eclesiásticos ^(a)	218539,718	76,16	25976,812	64,63	192562,906	78,03
Leigos ^(a)	64130,963	22,35	13799,590	34,33	50331,373	20,40
Pobres ^(a)	2275,958	0,79	230,709	0,57	2045,249	0,83
Fábricas das igrejas	1290,145	0,45	0	0,00	1290,145	0,52
Desconhecidos	721,465	0,25	190,181	0,47	531,284	0,22
TOTAL	286958,249	100,00	40197,292	100,00	246760,957	100,00

(a) Indivíduos e instituições.

(b) Veja-se a nota do quadro 30.

(c) O valor total aqui apresentado não corresponde ao total dos rendimentos dos dízimos apresentado no quadro 29, não só pela questão apontada na nota ao quadro 30, mas também por que neste capítulo foram utilizados os dados das 5 freguesias não incluídas nos cálculos do capítulo anterior (veja-se texto supra sobre “A divisão administrativa civil”).

Pelos dados recolhidos, para o período de 1827 a 1831, podemos claramente afirmar que o desvio dos dízimos das suas teóricas aplicações estava efectivamente concretizado. E já não falamos só da transferência para os leigos, que podemos analisar através do quadro 31, mas, essencialmente, da “terça parte” dos pobres. Esta, na

¹⁵³ A primeira divisão é apontada por Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, Lisboa, Livraria Civilização, Vol. II, pág. 169. No entanto, Manuel de Almeida e Sousa de Lobão, *Dissertações sobre os dízimos eclesiásticos e oblações pias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, pág. 19, refere-se à segunda. Aurélio de Oliveira apresenta a evolução aqui traçada. Cf. *A Abadia de Tibães...*, pp. 395 e 396.

¹⁵⁴ Cf. Viterbo, *Elucidário...*, pp. 170 a 174; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, 1970, pp. 55, 80 e 81; Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, pág. 87; José Viriato Capela, *Os rendimentos dos párocos...*, pág. 7.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

totalidade dos dízimos recolhidos nas comarcas eclesiásticas de Braga e Valença, não chegava a representar 1% do rendimento líquido. Mais reduzido ainda era o quinhão que se dedicava às fábricas das igrejas e que deveria servir para a sua manutenção.

É evidente que a “fatia de leão” ainda era recebida pelos eclesiásticos, com mais de 3/4 dos dízimos, mas os leigos detinham uma posição de destaque, ao perceberem 20,4% de toda a prestação decimal anual que foi possível apurar para esta área do arcebispado de Braga.

Os grandes prejudicados com esta evolução não foram só os pobres, mas também o clero paroquial quando analisado individualmente e o arcebispo aqui representado pelos rendimentos da Mitra Primaz (quadro 32).

32 - Interessados eclesiásticos (indivíduos e instituições) – rendimentos (mil réis)

Denominação	Nº	%Nº	Rendimentos	%R	Encargos	%E	Rend líquido	%RL
Clero paroquial	649	82,25	127931,035	58,54	15983,896	61,53	111947,139	58,13
Conventos e mosteiros	30	3,80	32235,099	14,75	3127,675	12,04	29107,424	15,12
Dignidades e cónegos	36	4,56	16064,166	7,35	2011,379	7,74	14052,787	7,30
Igreja Patriarcal de Lisboa	1	0,13	15674,386	7,17	1746,130	6,72	13928,256	7,23
Cabido e colegiadas	4	0,51	12917,384	5,91	1680,016	6,47	11237,368	5,84
Outros religiosos	59	7,48	6000,879	2,75	97,705	0,38	5903,174	3,07
Mitra Primaz	1	0,13	5903,077	2,70	833,711	3,21	5069,366	2,63
Seminário diocesano	1	0,13	1253,708	0,57	445,240	1,71	808,468	0,42
Outras inst. eclesiásticas	8	1,01	559,984	0,26	51,060	0,20	508,924	0,26
TOTAL	789	100,00	218539,718	100,00	25976,812	100,00	192562,906	100,00

As razões para estes factos serão desenvolvidas mais adiante. No entanto, podemos desde já verificar que no conjunto das entidades eclesiásticas que agrupámos no quadro 32 o clero paroquial detém cerca de 58% do rendimento líquido. Se tal posição se poderia considerar privilegiada, verificamos que assim não é, pois os párocos representam mais de 4/5 do total dos eclesiásticos. Em termos comparativos vemos, por exemplo, que as dignidades e cónegos, apesar de representarem menos de 5% dos

¹⁵⁵ Cf. Fernando de Sousa, *O clero da diocese do Porto...*, pág. 13; José Viriato Capela, *Os rendimentos dos párocos...*, pp. 6 e 7; Ana Mouta Faria, “Função da carreira eclesiástica...”, pág. 31.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

eclesiásticos, detêm mais de 7% do rendimento líquido encontrado para os mesmos. Este sim aparenta ser um grupo muito beneficiado com o dízimo.

Se deixarmos de lado a comparação entre indivíduos e olharmos para as instituições, verificamos que estas são as grandes beneficiárias da repartição dos dízimos. É o caso verdadeiramente único da Igreja Patriarcal, com rendimentos muito próximos do conjunto de dignidades e cônegos, para o que contribui também uma menor percentagem de encargos. Outras instituições com grande peso na distribuição dos dízimos eram os conventos e mosteiros, quando analisados no seu conjunto, e ainda o cabido e as colegiadas. Por tudo isto, não deixa de ser significativo o facto da Mitra Primaz, de todas as instituições ligadas à hierarquia diocesana, ser a que menos participava na massa decimal nas comarcas agora analisadas.

33 - Interessados leigos (indivíduos e instituições) – rendimentos (mil réis)

Denominação	Nº	%Nº	Rendimentos	%R	Encargos	%E	Rend líquido	%RL
Nobreza e comendas	59	45,38	45082,556	70,30	10567,108	76,58	34515,448	68,58
Universidade de Coimbra	1	0,77	5736,522	8,95	644,305	4,67	5092,217	10,12
Pensionistas	55	42,31	4620,000	7,20	0	0,00	4620,000	9,18
Casas do Infantado e de Bragança	2	1,54	5893,096	9,19	1991,375	14,43	3901,721	7,75
Outras inst. e indivíduos leigos	12	9,23	1898,755	2,96	181,872	1,32	1716,883	3,41
Coroa	1	0,77	900,034	1,40	414,930	3,00	485,104	0,96
Total	130	100,00	64130,963	100,00	13799,59	100,00	50331,373	100,00

Vejamos agora como ficavam distribuídos os dízimos que cabiam a leigos (quadro 33). Desde logo ressalta a forte presença da nobreza que, através das comendas, recolhia dos benefícios eclesiásticos das comarcas de Braga e Valença mais de 2/3 do valor total apurado para indivíduos ou instituições leigas. Esta posição podia ainda ser mais significativa se tivermos em conta os seus elevados encargos, que faziam descer muito o rendimento líquido.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

Neste conjunto destacamos, ainda, a Universidade de Coimbra e a Casa do Infantado¹⁵⁶ que se apresentam como instituições verdadeiramente imponentes no conjunto dos interessados, leigos ou não, como podemos observar a seguir (quadros 34 e 35).

34 - Conjunto dos interessados – rendimentos (mil réis)

Denominação	Nº	%Nº	Rendimentos	%R	Encargos ^(a)	%E	Rend líquido ^(b)	%RL
Clero paroquial	649	61,11	127931,035	44,59	15983,896	39,76	111947,139	45,37
Nobreza e comendas	59	5,56	45082,556	15,71	10567,108	26,29	34515,448	13,99
Conventos e mosteiros	30	2,83	32235,099	11,23	3127,675	7,78	29107,424	11,80
Dignidades e cónegos	36	3,39	16064,166	5,60	2011,379	5,01	14052,787	5,69
Igreja Patriarcal de Lisboa	1	0,09	15674,386	5,46	1746,130	4,35	13928,256	5,64
Cabido e colegiadas	4	0,38	12917,384	4,50	1680,016	4,18	11237,368	4,55
Outros religiosos	59	5,56	6000,879	2,09	97,705	0,24	5903,174	2,39
Universidade de Coimbra	1	0,09	5736,522	2,00	644,305	1,60	5092,217	2,06
Mitra Primaz	1	0,09	5903,077	2,06	833,711	2,08	5069,366	2,05
Pensionistas	55	5,18	4620,000	1,61	0,000	0,00	4620,000	1,87
Casas do Infantado e Bragança	2	0,19	5893,096	2,05	1991,375	4,95	3901,721	1,58
Assistência	6	0,57	2275,958	0,79	230,709	0,57	2045,249	0,83
Outras inst. e indivíduos leigos	12	1,13	1898,755	0,66	181,872	0,45	1716,883	0,70
Fábricas das igrejas	132	12,43	1290,145	0,45	0,000	0,00	1290,145	0,52
Seminário diocesano	1	0,09	1253,708	0,44	445,240	1,11	808,468	0,33
Desconhecidos	5	0,47	721,465	0,25	190,181	0,47	531,284	0,22
Outras inst. eclesiásticas	8	0,75	559,984	0,20	51,060	0,13	508,924	0,21
Coroa	1	0,09	900,034	0,31	414,930	1,03	485,104	0,20
TOTAL	1062	100,00	286958,249	100,00	40197,292	100,00	246760,957	100,00

(a) Veja-se a nota do quadro 30.

(b) Veja-se a nota (c) ao quadro 31.

De um total de quase 247 contos de réis anuais distribuídos, entre 1827 e 1831, por 1062 interessados, quase 1/4 ficavam na posse de apenas 12 entidades. Neste conjunto de pouco mais de 1% dos interessados encontramos, então, os verdadeiros beneficiados da irregular distribuição da prestação decimal. Destaca-se, sem qualquer dúvida, a Igreja Patriarcal de Lisboa, seguindo-se as instituições ligadas à diocese. A Universidade de Coimbra chega mesmo a ultrapassar a Mitra Primaz de Braga. Surgem depois alguns membros da nobreza e casas regulares, ressaltando, ainda, a Casa do

¹⁵⁶ Apesar de contabilizarmos em conjunto os rendimentos da Casa do Infantado e da Casa de Bragança os desta última representavam apenas 1,2% do total apurado para os interessados leigos.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

Infantado. Com carácter de excepção encontramos também um membro do clero paroquial, grupo que, em termos médios, andava longe de ser privilegiado.

35 - Os 12* maiores interessados – rendimento líquido (mil réis)

Denominação	Localização	Rendimento líquido
Igreja Patriarcal de Lisboa	Lisboa	13928,256
Cabido Primaz	Braga (cidade)	5310,473
Colegiada de Guimarães	Guimarães	5124,428
Universidade de Coimbra	Coimbra	5092,217
Mitra Primaz	Braga	5069,366
Conde de Lumiares	Lisboa	5059,365
Mosteiro de S Maria de Refóios de Lima	Refóios do Lima	4574,617
Monteiro-mor do Reino	Lisboa	3846,916
Mosteiro de S Vicente de Fora	Lisboa	3764,055
Casa do Infantado	Lisboa	3295,840
Mosteiro de Santa Marinha da Costa	Guimarães	3041,208
Abade	Gavião	2901,574
TOTAL		61008,315
% no rend. total dos interessados		24,72
% no n.º total dos interessados		1,13

* O n.º 12 justifica-se pelo carácter excepcional do abade de Gavião, muito próximo dos 3 contos de réis.

36 - Distribuição por escalões de rendimento

Mil réis	Nº	%	Cum%
Negativo	6	0,56	0,56
0-50	450	42,37	42,94
50-100	138	12,99	55,93
100-200	147	13,84	69,77
200-400	170	16,01	85,78
400-1000	115	10,83	96,61
+ de 1000	36	3,39	100,00
TOTAL	1062	100	

Se analisarmos a distribuição dos rendimentos dos interessados por escalões de rendimento, verificamos que mais de 55% não recebia acima de 100\$000 réis em média por ano e que mais de 85% não auferia rendimentos líquidos superiores a 400\$000. Apenas 3,39% superavam 1 conto de réis.

Estas profundas diferenças resultavam da complicada rede de circulação do dízimo que levava esses 10% da produção agrícola dos campos minhotos até uma

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

grande variedade de interessados, muitos deles ausentes do meio rural, uma parte significativa ausentes mesmo da região e, em termos de Antigo Regime, de distantes paragens. De facto, dos 12 maiores interessados, 4 situavam-se em grandes e importantes centros urbanos da região na altura, como eram Braga e Guimarães, e metade eram exteriores às comarcas eclesiásticas agora estudadas. No fundo, só 2 se encontravam relativamente próximos dos centros produtivos, do meio rural, caso do Mosteiro de Refóios do Lima e do Abade de Gavião.

É possível, porém, obter uma ideia mais clara acerca da distribuição espacial do dízimo se atendermos ao quadro 37, onde distribuímos, em percentagem, os interessados e os seus rendimentos de acordo com a origem daqueles.

O que verificamos é que a grande maioria dos interessados (87,2%) residia na área abrangida pelas duas comarcas eclesiásticas. No entanto, os seus rendimentos não chegavam a atingir 3/4 do total líquido dos dízimos. Neste caso os grandes beneficiados, no que a esta parte do arcebispado de Braga dizia respeito, eram os interessados estranhos à região que, sendo pouco mais de 7%, recolhiam cerca de 64 contos de réis anuais, ou seja, mais de 1/4 do rendimento total.

37 - Origem geográfica dos interessados

Origem	%Int	%Rend
Da comarca de Braga	53,4	44,6
Exterior às comarcas	7,4	25,8
Da comarca de Valença	30,0	23,5
Na área das comarcas*	3,8	4,1
Desconhecida	5,4	2,0

* Interessados que sabemos estarem dentro da área abrangida pelas duas comarcas eclesiásticas, mas que não foi possível saber a qual pertenciam de facto.

Estes particularismos explicam-se por privilégios e costumes, alguns imemoriais, outros perfeitamente datados e que resultam das características próprias dos dízimos e da sua evolução, mas também das entidades e indivíduos neles participantes e que neles

tinham uma grande fonte de rendimento. Na análise de cada grupo de interessados iremos ter a oportunidade de desenvolver certas observações e explicações que, até ao momento, apenas abordámos superficialmente.

4.2. Clero e instituições religiosas

4.2.1. O clero paroquial

Se as paróquias eram a estrutura administrativa de base da Igreja, como vimos no capítulo anterior, o clero paroquial constituía a estrutura humana basilar da mesma. Em conjunto deveriam cumprir os objectivos de cuidado espiritual das populações, pelo que necessitavam de uma dotação material para se manterem. Esta dotação era constituída pelo passal – porção de terra anexa à paróquia e cujo rendimento pertencia ao pároco – e por “determinados direitos”, como o pé-de-altar e estola, as primícias, as oblações e acima de tudo os dízimos¹⁵⁷.

Os rendimentos dos dízimos que cabiam ao clero paroquial figuram no quadro 38. No seu conjunto representavam mais de 45% do total líquido apurado para as duas comarcas eclesiásticas (quadro 34).

Porém, o clero paroquial apresentava vários níveis de rendimentos ligados às diferentes categorias em que se dividia. As fontes referem 6 dessas: abade, prior, reitor, vigário, cura e coadjutor. É igualmente referido o termo geral pároco, mas esta

¹⁵⁷ Cf. António Gonçalves Matoso, “A Paróquia - sua evolução histórica e influencia civilizadora”, in Lumen, Vol. XXVII, 1963, pág. 457. Estes direitos são também referidos por José Viriato Capela, Os rendimentos dos párocos..., pp. 2-3 e por António Franquelim Sampaio Neiva Soares, A Arquidiocese de Braga..., Vol. I, 1993, pp. 120 a 124.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

designação pode englobar qualquer uma das 5 primeiras, em especial a de abade e vigário¹⁵⁸.

38 - Clero paroquial – rendimentos de dízimos (mil réis)

Denominação	Nº	%Nº	Rendimentos	Encargos	Rend líquido	%RL
Abade	279	42,99	104499,120	15233,180	89265,939	79,74
Vigário	146	22,50	7280,460	22,902	7257,558	6,48
Pároco	97	14,95	7763,525	660,844	7102,681	6,34
Reitor	45	6,93	4382,151	0	4382,151	3,91
Cura	69	10,63	2754,581	0,505	2754,076	2,46
Prior	5	0,77	944,748	66,464	878,284	0,78
Coadjutor	8	1,23	306,450	0	306,450	0,27
TOTAL	649	100,00	127931,035	15983,896	111947,139	100,00

Entre o clero paroquial, os abades e priores ocupavam os lugares cimeiros da hierarquia dos rendimentos e eram proprietários de dizimarias; os reitores, vigários e curas os lugares intermédios, recebendo apenas a cônica; por fim, os coadjutores, com o mesmo tipo de rendimento, mas com uma posição nas paróquias inferior à dos restantes, sendo meros auxiliares ou substitutos do pároco principal¹⁵⁹. Essa hierarquia é bem visível no quadro 39 onde expomos o rendimento médio de cada categoria.

É o facto de serem proprietários de dízimos que permite que os priores, por exemplo, que no quadro 38 não chegam a 1% do total, passem para segundo lugar, logo a seguir aos abades, quando analisados os rendimentos médios (quadro 39). Estes últimos são os verdadeiros beneficiados dentro do clero paroquial: representando 43% dos seus membros recebem líquido, anualmente, perto de 90 contos de réis, quase 80%

¹⁵⁸ Esta dedução prende-se com o facto de serem estas as designações mais frequentes, mas também com a observação do inquérito de 1821. Como vimos no primeiro capítulo, aí atribuí-se uma tipologia própria a cada paróquia. Pela análise do conjunto de freguesias que abarcavam as comarcas eclesiásticas de Braga e Valença, verificámos uma predominância para o conjunto de paróquias das duas primeiras tipologias. O Minho era, dentro do arcebispado de Braga, claramente uma região de abadias e vigararias. A esta tipologia das paróquias correspondia a tipologia dos párocos, pelo que julgamos próxima da realidade a nossa hipótese. Cf. AHP, Secção I-II, caixas 7, 8, 10 e 26.

¹⁵⁹ Uma ideia semelhante é, aliás, transmitida em estudos sobre a região elaborados por José Viriato Capela, *Os rendimentos dos párocos...*, pág. 6; *Idem*, “Igreja, Sociedade e Estado...”, pág. 423 e 426; por António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga...*, pág. 127; e por Fernando de Sousa e Jorge Fernandes Alves, *Alto Minho...*, pp. 57-59. Veja-se ainda Fernando de Sousa, *O clero da diocese do Porto...*, pág. 13 e Ana Mouta Faria, “Função da carreira eclesiástica...”, pp. 31 e 44.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

do total apurado para este grupo. Isto atribui-lhes um rendimento médio que, por exemplo, quase lhes permitia serem eleitos deputados de acordo com a Carta Constitucional de 1826 que estabelecia um rendimento mínimo de 400\$000 réis anuais para os elegíveis.

39 - Clero paroquial – rendimentos médios (mil réis)

Denominação	Rendimentos	Encargos	Rend líquido
Abade	374,549	54,599	319,950
Prior	188,950	13,293	175,657
Reitor	97,381	0	97,381
Pároco	80,036	6,813	73,224
Vigário	49,866	0,157	49,709
Cura	39,921	0,007	39,914
Coadjutor	38,306	0	38,306

Vemos assim que, apesar dos rendimentos excepcionais dos abades e em parte dos priores, as restantes categorias do clero paroquial apresentavam rendimentos bastante mais baixos, em média sempre inferiores a 100\$000 e algumas com menos de 50\$000 réis de cômputo anual. É o que transparece quando os distribuímos por escalões de rendimento líquido, como resulta do quadro 40.

40 - Clero Paroquial – Distribuição por escalões de rendimento

MIL RÉIS	% TOTAL	Cum% T	% Ab	Cum% Ab	% Pr	Cum% Pr	% Re	Cum% Re	% Pa	Cum% Pa	% Vi	Cum% Vi	% Cu	Cum% Cu	% Co	Cum% Co
Negativo	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0-50	36	36	5	6	40	40	29	29	58	58	67	67	68	68	62	62
50-100	16	52	8	14	0	0	22	51	21	79	21	88	25	93	38	100
100-200	16	68	18	32	0	0	42	93	13	92	10	98	7	100	0	0
200-400	20	88	41	73	60	100	7	100	7	99	2	100	0	0	0	0
400-1000	11	99	25	98	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0
+ de 1000	1	100	2	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	100	0	100	0	100	0	100	0	100	0	100	0	100	0	100	0

Notas: Ab = Abades; Co = Coadjuutores; Cu = Curas; Pa = Párcos; Pr = Priores; Re = Reitores; Vi = Vigários

Mais de metade do total do clero paroquial tinha rendimentos que não passavam dos 100\$000 réis anuais e somente 12% ultrapassavam a casa dos 400\$000 réis (quadro 40, 3ª coluna). No entanto, existia uma percentagem significativa (20%) de eclesiásticos

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

que recebia entre 200 e 400 mil réis. Esse facto deve-se, claramente, ao rendimento médio dos abades, pois vemos que 41% dos mesmos se situam neste escalão, sendo eles, aliás, os únicos a ultrapassar a barreira dos 400\$000 réis, se exceptuarmos os “párocos”. Relembramos, inclusive, que na lista dos 12 maiores recebedores encontramos precisamente um abade (quadro 35). Em menor número, também os priores contribuía para o destaque daquele escalão, se bem que apresentassem diferenças consideráveis nos seus níveis de rendimento, pois 40% não chegavam a ganhar mais de 50\$000 réis anuais. Uma grande parte dos reitores (42%) consegue superar a casa dos 100\$000 réis, encontrando-se alguns ainda no escalão seguinte dos 200 aos 400 mil réis. O restante clero paroquial, representando mais de 2/3 do grupo, normalmente, por vezes em quase 70% dos casos, ganha menos de 50\$000 réis anuais e só em casos pontuais ultrapassa os 200\$000 réis de rendimento anual.

Estes últimos podiam aumentar os valores totais a receber das freguesias através dos direitos de pé-de-altar e do passal. O inquérito de 1836 é omissos quanto a este tipo de rendimentos, mas o de 1821 dá-nos informações preciosas a este respeito, que nos permitem verificar o peso relativo dos vários tipos de emolumentos no total à disposição do clero paroquial.

A hierarquia do clero paroquial em 1821 era semelhante à que identificámos para 1827-31. Tendo em conta apenas os rendimentos dos dízimos e as cóngruas atribuídas, destacavam-se novamente os abades e os priores e no oposto da escala vigários, curas e coadjutores (quadro 41). Os últimos não tinham direito a receber qualquer outro rendimento o que podia levar, por vezes, a que ficassem vagos os lugares, como aconteceu em Parada do Monte, por exemplo, onde em 1821 não existia coadjutor “por não haver quem sirva por 10\$000 réis que lhe destinão somente”¹⁶⁰.

¹⁶⁰ Cf. AHP, Secção I-II, caixa 7, doc. 72.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

41 - Rendimento médio dos párocos por tipo de paróquia em 1821 (mil réis e %)

Tipo de paróquia	Nº*	Dízimos/ Côngruas	Passal + Pé-de-Altar	Díz/Côn + Passal + Pé-de-Altar	% Passal + Pé-de-Altar
ABADIA	204	314,613	62,673	377,286	16,61
PRIORADO	6	207,883	131,700	339,583	38,78
REITORIA	51	103,004	89,912	192,916	46,61
VIGARARIA	179	62,785	42,134	105,273	40,02
CURATO	12	46,225	49,250	95,475	51,58
<i>Desconhecido</i>	145	171,976	48,822	220,461	22,15
Coadjuutores	96	44,319		44,319	

Fonte: Inquérito de 1821.

* O total de paróquias (597) equivale àquelas para as quais encontramos correspondência entre os inquéritos de 1821 e 1836.

As restantes categorias ficavam com o produto resultante da exploração das terras anexas à residência paroquial e da cobrança de taxas diversas aos paroquianos pela administração dos sacramentos. Estes rendimentos tinham uma importância fundamental no caso dos curas, representando mais de metade do seu rendimento total, mas eram igualmente significativos para reitores, vigários e, mesmo, priores (quadro 41).

As médias apresentadas, porém, escondem uma realidade ainda mais significativa pois, em alguns casos, o valor do passal e do pé-de-altar podia chegar a ser 18 e 20 vezes superior ao das côngruas, como acontecia, respectivamente, com o vigário de Punhe, concelho de Barcelos, e o prior de S. Vítor, na cidade de Braga¹⁶¹. É de notar que nas vigararias e reitorias é o pé-de-altar que melhor complementa a côngrua, ao contrário das abadias onde é o passal que representa o papel fundamental, logo a seguir aos dízimos. Para além disso, é nas freguesias urbanas que normalmente encontramos uma maior diferença entre os valores da côngrua e os do passal e pé-de-altar, em especial este último. O facto de serem paróquias mais populosas tem, como é óbvio,

¹⁶¹ Para já não falar do caso extremo do vigário de Belinho, concelho de Barcelos, que via o seu rendimento subir de 1\$800 (côngrua anual) para 138\$600 devido ao passal e pé-de-altar. Cf. AHP, Secção I-II, caixa 10, doc. 46 e caixa 26, doc. 131. Algo semelhante se verificava na diocese do Porto em 1821. Cf. Fernando de Sousa Sousa, *O clero da diocese do Porto...*, pág. 13. Aí é apontada uma possível duplicação dos rendimentos dos vigários e curas. Também Ana Mouta Faria refere um aumento dos rendimentos do clero paroquial devido ao recurso ao passal e ao pé-de-altar. Cf. "Função da carreira

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

influência neste aspecto, mas o que parece igualmente certo, até pelo valor particularmente baixo da maioria das cômruas nas cidades, é que os proprietários dos dízimos tinham menos embaraços em eximir-se às suas obrigações de sustentação dos párocos, por saberem que, aí, o clero paroquial tinha à sua disposição outras fontes de rendimento, fruto da concentração populacional. Era o que acontecia nas paróquias lisboetas, pelo menos, segundo os liberais no Triénio¹⁶².

As diferenças resultantes dos vários níveis de acesso aos dízimos, se tinham influência nos rendimentos, tinham-na também na questão dos encargos (quadro 39). Se os abades eram quem mais recolhia dízimos, eram também quem mais encargos suportavam.

Quem eram os interessados secundários nas dizimarias que pertenciam aos abades? Na maior parte dos casos, o seminário diocesano, a Mitra Primaz, as dignidades e cónegos e a Igreja Patriarcal. No entanto, em relação aos dois primeiros é de destacar que os encargos eram pequenas pensões, maioritariamente, em dinheiro, que não chegavam, em grande parte das freguesias onde eram impostas, aos mil réis anuais.

Para além destes, temos de apontar ainda os encargos com os pensionistas, as fábricas e o cabido primaz que, apesar de aparecerem em menor número, são mais relevantes, representando, especialmente com os primeiros, significativos pagamentos em dinheiro, em média, cerca de 80\$000 réis anuais.

Os párocos eram o clero que mais próximo estava das populações, presidiam às paróquias e, assim sendo, eram eles também que mais próximos estavam da cobrança dos dízimos e dos problemas dos seus fregueses¹⁶³. Este facto, estamos em crer,

eclesiástica...”, pág. 42. Recurso esse que parece ter-se generalizado e incrementado a partir da década de 80 do século XVIII. Cf. José Tengarrinha, *Movimentos Populares...*, vol. I, pág. 254.

¹⁶² Cf. AHP, Secção I-II, cx. 72, doc. 2.

¹⁶³ Esta proximidade aos campos vai ser determinante na escolha do método de cobrança dos dízimos por parte do clero paroquial, como teremos oportunidade de verificar no capítulo seguinte.

concedia-lhes uma real influência local que, quando não se traduzia em termos económicos, resultava efectiva nos níveis social e moral¹⁶⁴.

4.2.2. A hierarquia diocesana

Neste segundo conjunto de interessados eclesiásticos agrupámos diversas entidades que tinham um papel relevante na estrutura administrativa interna do arcebispado de Braga, fossem elas instituições ou indivíduos¹⁶⁵.

Começando pela Mitra Primaz, órgão tutelado pelo arcebispo, e passando por uma estrutura hierárquica complexa entre o prelado e o clero paroquial que incluía o Cabido Primaz e as colegiadas. Estas duas últimas instituições detinham jurisdição eclesiástica sobre determinadas áreas do arcebispado, ao que correspondia uma certa força económica que, por vezes, podia entrar em confronto com a da figura cimeira da arquidiocese. No seio dessas instituições encontramos indivíduos que estavam no topo da carreira eclesiástica e que, mesmo entre eles, mantinham uma determinada hierarquia que, de momento, simplificaremos entre dignidades e cónegos.

Por fim, iremos analisar uma outra instituição central da diocese, ligada, em grande medida, ao bispo, cuja função era educar novos sacerdotes para fazer face às funções cultuais e pastorais exigidas ao clero secular. Falamos do seminário diocesano de S. Pedro de Braga.

¹⁶⁴ Não deixamos de chamar a atenção para as semelhanças com o caso dos párocos da Galiza. Apresentando características geográficas e económicas parecidas com o Minho é de realçar que também aí os párocos se apresentavam como os principais beneficiários dos dízimos quando analisados em conjunto, detendo uma considerável influência e poder a nível local. Cf. A. Fernández González, “Los grupos de poder local en Galicia, 1750 - 1850”, in *Noticiario de História Agraria*, Universidad de Murcia, n.º 9, Janeiro - Junho, 1995, pág. 141.

¹⁶⁵ Neste caso a única excepção prende-se com a inclusão da colegiada de Vila Viçosa que, apesar de tudo, decidimos manter neste conjunto. Primeiro, por ser uma instituição análoga a outras existentes nas comarcas eclesiásticas agora estudadas e, depois, porque os seus rendimentos não eram muito significativos e, por isso, não se corria o risco de adulterar a perspectiva relativa ao arcebispado como um todo.

4.2.2.1. A Mitra Primaz

A mitra era uma instituição ligada ao arcebispo e que o representava na recolha dos dízimos a que tinha direito. Em confronto com os restantes grupos de interessados a sua posição é modesta, não chegando o seu rendimento a ultrapassar os 2% do total líquido apurado (quadro 34). A isto não será, talvez, alheio o facto do arcebispado ter ficado vago em 1827¹⁶⁶ mas os seus baixos rendimentos explicam-se, principalmente, por algumas razões estruturais de que falaremos adiante. Não deixa, contudo, de ser relevante que, quando analisamos os interessados em termos individuais (quadro 35), a mitra apareça em 5º lugar à frente, por exemplo, dos mosteiros e dos comendadores.

O maior quinhão de dízimos que obtinha na região estudada (85%) era recolhido através da propriedade sobre 27 dizimarias espalhadas pelas duas comarcas eclesiásticas, o que era mais frequente na de Braga (17), do que em Valença.

Apenas em 5 destas dizimarias, a Mitra era proprietária única. Nas restantes 22 tinha de fazer partilhas – na maior parte dos casos cabendo-lhe 2/3, 1/3, 1/4 ou 2/5 – com outros interessados, alguns abades e, em especial, a Igreja Patriarcal.

O resto dos rendimentos dos dízimos era conseguido através de prestações, ou pequenas pensões, em dinheiro, géneros ou mistas recebidas de 91 freguesias diferentes, maioritariamente situadas na comarca eclesiástica de Valença.

Podemos, por fim, perguntar por que razão a Mitra, sendo a representação da figura cimeira do arcebispado, ficava atrás do cabido de Braga ou da colegiada de Guimarães, por exemplo, em termos de rendimento líquido? Pensamos que este facto se deve, tal como aflorámos acima, a razões estruturais. Como já referimos, no princípio da instituição dos dízimos cabiam teoricamente 1/3 dos mesmos ao bispo¹⁶⁷. Porém, a

¹⁶⁶ Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, pág. 511.

¹⁶⁷ Cf. nota 153.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

partir do século XII, no bispado de Braga, deu-se a separação entre a mesa episcopal e a mesa capitular, que até aí tinham andado juntas, sendo sustentadas pelas rendas que na diocese cabiam ao bispo. Formaram-se então, respectivamente, a mitra e o cabido tendo o prelado reservado para si 2/3 de todos os seus rendimentos e cedendo o restante terço ao cabido¹⁶⁸. Porém, com o passar dos anos, com a instituição do direito de padroado¹⁶⁹ e, em especial, com o engrandecimento de outras instituições “concorrentes”, onde irá ressaltar a Igreja Patriarcal de Lisboa, a partir do século XVIII, o bispo foi perdendo poder económico e, em alguns casos, mesmo influência em termos de controle eclesiástico e funções espirituais¹⁷⁰. E o que vemos é que no final do Antigo Regime, apesar da Mitra Primaz ser uma das principais beneficiárias dos dízimos, estava já a ser ultrapassada, em termos de pujança económica, por outras da região, como o próprio cabido bracarense, para não falar das que eram estranhas às comarcas eclesiásticas, como era o caso da já referida Patriarcal ou da Universidade de Coimbra¹⁷¹.

4.2.2.2. O Cabido Primaz e as colegiadas

Neste grupo juntámos, para além do Cabido Primaz e da colegiada de Guimarães, também as colegiadas de Valença e de Vila Viçosa (quadro 42). O alargamento dos territórios cristãos, durante a Idade Média, levou a um crescimento das dioceses, o que implicou uma maior carga administrativa para a Igreja. Os cabidos parecem ter nascido

¹⁶⁸ Cf. *DHP*, Vol. I, pág. 410, “Cabido”.

¹⁶⁹ Cf. *DHP*, Vol. IV, pág. 511 e 512, “Padroados” e “Padroeiros”.

¹⁷⁰ Foi o que aconteceu no caso da Casa do Infantado, com quem a Mitra teve por vezes conflitos relacionados com benefícios eclesiásticos. Cf. Maria Paula Marçal Lourenço, *A Casa e o Estado do Infantado*, Lisboa, JNICT, 1995, pág. 175. Noutros casos era o próprio cabido de Braga ou a colegiada de Guimarães que colocavam entraves ao poder do arcebispo. Veja-se, por exemplo, os conflitos com aquela colegiada que vinham já desde a Idade Média e se prolongaram até 1831. Cf. António Franquelim Sampaio Neiva Soares, “Conflitos jurisdicionais entre a Colegiada e o Arcebispo de Braga (Século XIII a 1831)”, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Vol. II, Guimarães, 1981, pp. 11 a 29.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

com essa função, pois eram auxiliares dos bispos nas cidades sede de diocese e extensões da sua autoridade no mundo rural. A expansão para estas zonas levou também à criação das colegiadas. No arcebispado de Braga não existiam só as de Valença e de Guimarães, já referidas, mas outras, por exemplo, em Viana e em Barcelos, mas nas comarcas que agora estudamos só as duas primeiras aparecem a cobrar dízimos¹⁷².

A princípio os cabidos eram sustentados pelos bispos, porém, o crescimento dos seus bens e encargos fez com que houvesse uma separação económica e administrativa realizada em Portugal por volta do século XII, como já referimos ao falar da Mitra Primaz. Começaram, então, os cabidos a ter autonomia financeira, a recolher os seus próprios rendimentos e a fazer face aos encargos respectivos. Simultaneamente foram surgindo as colegiadas¹⁷³.

Esta separação manteve-se no século XIX e se, em alguns casos, as relações entre os bispos e estas instituições funcionavam proveitosamente, como acontecia com a colegiada de Valença¹⁷⁴, noutros, porém, eram caracterizadas por atritos e rivalidades. Assim parece ter acontecido com a colegiada de Guimarães já desde o século XII, pois, pelos seus privilégios e altos rendimentos, competia com o arcebispo bracarense. Quanto ao Cabido Primaz, a situação parece ter sido idêntica, pois, apesar de mais próximo do arcebispo, não deixaram de ocorrer alguns conflitos¹⁷⁵.

¹⁷¹ Esta secundarização, em termos económicos, em relação ao Cabido já tinha sido detectada por José Viriato Capela, “Igreja, Sociedade e Estado...”, pp. 433 a 436.

¹⁷² Facto que, em parte, poderá resultar das lacunas da fonte no caso da comarca eclesiástica de Braga. Não deixa, contudo, de ser significativo que aquelas que nos aparecem no inquérito eram das mais importantes do país, tendo sobrevivido à extinção dos dízimos e, mesmo, à “lei de 16 de Junho de 1848 [que] autorizou o governo a extinguir e suprimir” a maioria das colegiadas que, desde 1832, tinham ficado “desprovidas de rendimentos suficientes”. Cf. Fortunato de Almeida, História da Igreja em Portugal, Vol. III, pág. 35. No conjunto das que permaneceram estava também a de Barcelos.

¹⁷³ Cf. DHP, Vol. I, pp. 409 a 411, “Cabido” e Vol. II, pp. 99-100, “Colegiadas”.

¹⁷⁴ Cf. António Franquelim Sampaio Neiva Soares, A Arquidiocese de Braga..., pp. 96 a 100.

¹⁷⁵ Efectivamente António Franquelim Sampaio Neiva Soares apresenta estas duas instituições como concorrentes do arcebispo. Cf. A Arquidiocese de Braga..., Vol. I, pp. 83 a 95 e do mesmo autor “Conflitos jurisdicionais...”, pág. 11 a 29.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

O Cabido Primaz era uma instituição central no arcebispado e, por esse facto, tinha inúmeros privilégios e rendimentos na região que agora estudamos. Privilégios que se traduziam em dízimos, exclusivamente, concentrados na comarca eclesiástica de Braga, e num segundo lugar entre as instituições que mais ganhavam com aquela prestação, a qual representaria, segundo uma avaliação feita em 1834, cerca de 70% dos seus rendimentos totais. Nestes, destacava-se, inclusive, da Mitra, o que acontecia pelo menos desde meados do século XVIII, segundo Viriato Capela¹⁷⁶.

42 - Cabido e colegiadas – rendimentos (mil réis)

Denominação	Rendimentos	Encargos	Rend líquido	% RL
Cabido Primaz	6136,684	826,211	5310,473	47,26
Colegiada de Guimarães	5888,728	764,300	5124,428	45,60
Colegiada de Valença	733,495	46,796	686,699	6,11
Colegiada de Vila Viçosa	158,477	42,709	115,768	1,03
TOTAL	12917,384	1680,016	11237,368	100,00

A forma como recolhia esses dízimos era, também ela, curiosa, pois apesar de ter algumas dizimarias anexas (18), conseguia muitos através dos encargos impostos em outras 55. Neste caso é de realçar que recebia quase 600\$000 réis só em géneros. Ressalta o milho alvo que o cabido recolhia em 40 freguesias, a uma média de cerca de 24 alqueires por dizimaria, o que levava a que anualmente armazenasse perto de 960 alqueires que equivaliam a mais de 15 mil litros daquele cereal!

Todos estes rendimentos tinham, pelo menos, um destino certo. Eram para sustentar um imenso quadro de pessoal agregado a esta instituição, em especial as dignidades e os cónegos através de prebendas¹⁷⁷. Estas eram o resultado da divisão do

¹⁷⁶ Cf. “Igreja, Sociedade e Estado...”, pp. 434 a 436. Sobre a avaliação feita pelos liberais e que lhe atribuía um rendimento em dízimos superior a 28 contos de réis (com um provável exagero, tendo em conta as motivações da mesma, “verificar quem deveria ser expulso da catedral”) veja-se A. Luís Vaz, O Cabido de Braga. 1071-1971, Braga, Editor José Dias de Castro, 1971, pp. 225 e 234.

¹⁷⁷ Sabemos que em finais do século XVI o Cabido da Sé de Braga era constituído por 51 elementos, entre dignidades e cónegos: 1 deão, 1 chantre, 1 arcediogo de Braga, 1 arcediogo de Vermoim, 1 mestre escola, 1 tesoureiro, 1 arcediogo de Olivença, 1 arcediogo de Fonte Arcada, 1 arcediogo de Labruje, 1 arcepreste de Valença, 1 arcediogo de Barroso, 1 arcediogo de Neiva, 1 arcediogo de Cerveira, 26 cónegos e 12 coreiros (tercenários). Cf. António Franquelim Sampaio Neiva Soares, A Arquidiocese de Braga..., Vol. I, pág. 84 e 85. Cremos que, possivelmente, nos finais do Antigo Regime, com a inflação dos benefícios

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

monte comum dos rendimentos do cabido em partes iguais. Voltaremos a elas quando analisarmos os rendimentos dos membros dos cabidos. Porém, serviria todo aquele cereal apenas para consumo interno do cabido, para distribuição pelos vários prebendados e pelos necessitados, ou parte dele seria colocado no mercado, funcionando o cabido também como uma entidade especuladora? As fontes não nos dão pistas em nenhum dos sentidos, mas ficam aqui as hipóteses.

Por sua vez, a colegiada de Valença recebia os seus dízimos apenas na comarca do mesmo nome. Existia assim uma clara separação nas áreas de influência do cabido e da colegiada, facto que é explicável pela própria origem da comarca eclesiástica de entre Lima e Minho.

Assim, até ao século XIV, o limite norte da diocese de Braga parava no rio Lima. A região de Portugal entre esse rio e o rio Minho fazia parte do bispado de Tui. No entanto, na altura do Grande Cisma do Ocidente (1378-1417) um conjunto de cónegos do cabido de Tui recusou-se a obedecer ao papa de Avinhão e dirigiu-se a Valença. Aí formou um novo cabido sendo, então, requerida ao papa de Roma a independência eclesiástica, o que foi concedido. Tendo por sede a igreja de S. Estevão de Valença, esta comarca eclesiástica continuou a ser uma quase diocese até 1444, ano em que, a pedido do regente D. Pedro, foi definitivamente desanexada de Tui e incorporada no recém-criado bispado de Ceuta. No entanto, por razões óbvias, de ordem geográfica, em 1512, o arcebispo de Braga trocou os territórios da comarca eclesiástica de Olivença que, na altura, pertenciam àquela arquidiocese pelos de Valença. Assim, passou esta comarca a

eclesiásticos apontada por Ana Mouta Faria, este quadro seria ainda maior. Cf. “Função da carreira eclesiástica ...”, pág. 36. José Viriato Capela apresenta, entre 1750 e 1820, um conjunto de apenas 6 dignidades e 29 canonicatos. Cf. “Igreja, Sociedade e Estado...”, pág. 436.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

pertencer ao arcebispado de Braga mantendo, porém, uma grande autonomia, o que se atesta pela especificidade da recolha de dízimos¹⁷⁸.

No entanto, apesar de ser antiga e de ter muitos privilégios, os dízimos da colegiada de Valença resumiam-se à imposição de pequenas pensões, na maior parte das vezes, em dinheiro em muitas freguesias da comarca sendo proprietária, apenas, das dizimarias de Vila Meã e Valença (S. Estevão), se bem que neste último caso só recebesse 1/3 dos dízimos. Este facto talvez seja explicado pela sua fundação tardia, já, em finais do século XIV.

Quanto à colegiada de Guimarães, é de referir que se apresenta, tal como a Mitra e o Cabido, como uma das principais beneficiárias dos dízimos. Também esta instituição concentrava os seus interesses apenas na comarca de Braga. Igualmente com muitos privilégios, era natural que surgissem conflitos com aquelas instituições centrais do arcebispado. Uma das questões que mais vezes criou dificuldades de relacionamento com o bispo e o cabido de Braga foi a que dizia respeito às visitas pastorais às freguesias e ao clero paroquial. Este problema atingiu proporções graves na Idade Média e princípio da Idade Moderna, mas no final do Antigo Regime, apesar de vários acordos, ainda não estava de todo sanado¹⁷⁹. É o que se pode constatar pela observação das respostas ao inquérito de 1821. Estas foram organizadas em visitas, sob a supervisão do prelado, e a colegiada respondeu também ao inquérito, repetindo as visitas que competiam ao arcebispo pessoalmente, em algumas freguesias do concelho de Guimarães¹⁸⁰.

A forma como esta colegiada acedia aos dízimos era, contudo, diferente da que foi traçada para as outras instituições de que temos estado a falar. Era proprietária de 13

¹⁷⁸ Cf. P. Avelino de Jesus da Costa, “A Comarca Eclesiástica de Valença do Minho”, in Actas do 1º Colóquio Galaico-Minhoto, Vol. I, Ponte de Lima, 1/5 de Setembro de 1981, pág. 132 a 147.

¹⁷⁹ Cf. António Franquelim Sampaio Neiva Soares, “Conflitos jurisdicionais...”, pág. 15 a 23.

¹⁸⁰ Cf. A.H.P., Secção I-II, caixa 10, doc. 45 e 46.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

dizimarias, quase todas localizadas no concelho de Guimarães, e recebia ainda géneros, mas de pouco valor, na própria vila. Na quase totalidade das dizimarias que lhe pertenciam não fazia partilha alguma com outro interessado principal, à excepção da freguesia de Caldelas (S. Tomé), onde o prior da mesma colegiada tinha direito a receber metade. Assim se compreende o grande volume de dízimos apurado para esta instituição, que eram, afinal, a quase totalidade do seu rendimento. Efectivamente foi possível verificarmos que o peso do produto decimal no total de réditos da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, representava, entre 1827 e 1832, uma média de cerca de 93%¹⁸¹!

Resta-nos referir a colegiada de Vila Viçosa que representa apenas 1% do total líquido destas entidades. Resultava este rendimento de metade da dizimaria de Curvos e de 30\$000 réis anuais que recebia como pensão em apenas mais duas freguesias. Por isto podemos afirmar que não seria uma instituição muito beneficiada no arcebispado de Braga, mas suspeitamos que poderia ter alguma importância a nível nacional, quanto mais não fosse pelo facto de ser capela de padroado régio¹⁸².

4.2.2.3. Dignidades e cónegos

Os membros do cabido e das colegiadas não tinham acesso aos dízimos apenas através das prebendas. Também eles tinham direito a receber os 10% da produção agrícola em algumas freguesias ou a participar nos encargos impostos noutras.

¹⁸¹ Cf. Arquivo Municipal de Guimarães, Colegiada de Guimarães, Livro das Contas Gerais da Colegiada, 1827-1832. Uma percentagem similar foi encontrada por Aurélio de Oliveira ao analisar os rendimentos desta colegiada na passagem do século XVII para o XVIII. Cf. Aurélio de Oliveira, “Rendas e Arrendamentos...”, pp. 116.

¹⁸² Cf. DHP, Vol. II, pág. 99 e 100 “Colegiadas”.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

43 - Dignidades e Cónegos – rendimentos (mil réis)

Denominação	Cabido	Rendimentos	Encargos	Rend líquido	%RL
Arcipreste de Loureda	Braga	2920,902	56,487	2864,415	20,38
Prior da Colegiada	Guimarães	1726,573	227,636	1498,937	10,67
Chantre da Colegiada	Guimarães	1202,710	16,694	1186,016	8,44
Cónego da Sé	Braga	930,477	72,730	857,747	6,10
Tesoureiro-mor da Colegiada	Valença	771,895	90,612	681,283	4,85
Deão da Colegiada	Viçosa	755,201	138,700	616,501	4,39
Tesoureiro-mor da Sé	Braga	768,931	161,846	607,085	4,32
Cónego da Colegiada	Valença	782,684	179,093	603,591	4,30
Arcediago de Vila Nova de Cerveira	Braga	575,336	0	575,336	4,09
Arcediago de Sobradelo	Desconh.	646,730	109,154	537,576	3,83
Deão da Sé	Braga	706,230	178,486	527,744	3,76
Tesoureiro-mor da Colegiada	Guimarães	486,621	74,380	412,241	2,93
Cónegos da Colegiada	Viana	341,530	0	341,530	2,43
Chantre da Sé	Braga	390,635	56,440	334,195	2,38
Cónego da Sé	Braga	391,092	77,905	313,187	2,23
Cónego	Desconh.	345,663	80,000	265,663	1,89
Doutoral da Sé	Braga	341,537	79,460	262,077	1,86
Cónego	Desconh.	226,017	19,728	206,289	1,47
Tercenário da Sé	Braga	266,328	70,040	196,288	1,40
Mestre Escola da Sé	Braga	295,926	109,920	186,006	1,32
Arcediago de Braga	Braga	224,276	64,292	159,984	1,14
Cónego	Desconh.	141,514	0	141,514	1,01
Arcipreste de Barcelos	Barcelos	186,300	45,988	140,312	1,00
Cónego da Sé	Braga	100,000	0	100,000	0,71
Arcipreste de Viana	Viana	141,348	55,788	85,560	0,61
Mestre Escola da Colegiada	Guimarães	75,000	0	75,000	0,53
Cónego	Desconh.	114,048	40,000	74,048	0,53
Mestre Escola da Colegiada	Valença	64,637	6,000	58,637	0,42
Tercenário da Sé	Braga	50,000	0	50,000	0,36
Cónegos	Desconh.	48,634	0	48,634	0,35
Arcediago de Vermoim	Braga	28,031	0	28,031	0,20
Arcediago de Labruje	Braga	9,600	0	9,600	0,07
Cónego da Colegiada	Valença	7,760	0	7,760	0,06
Visitadores	Desconh.	0	0	0	0,00
TOTAL		16064,166	2011,379	14052,787	100,00

Assim, vemos aparecerem na circulação do dízimo 34 desses elementos, uns com uma participação maior, outros com rendimentos quase insignificantes (quadro 43). No entanto, este número era ainda superior, pois em alguns casos aparecem referências no plural. O que sabemos, contudo, é que são membros de diversas colegiadas da região e, em especial, do cabido bracarense. Isso mesmo é possível verificar no quadro 43, onde conseguimos identificar a instituição a que 27 deles pertenciam. Os de Braga são

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

claramente maioritários, sendo em número de 15, seguidos pelos de Guimarães (4) e pelos de Valença (4). No fundo, o prestígio da instituição passava para os seus membros, quer em termos económicos, como podemos observar, quer em termos institucionais¹⁸³.

A influência destes eclesiásticos era ainda maior pelas funções de visita às paróquias, ao clero e às populações a cargo de parte deles, em especial das dignidades. Estas eram cónegos que, devido às funções específicas dentro do cabido ou colegiada e no governo da diocese, adquiriam um estatuto privilegiado. Era o caso dos arcediagos e dos arciprestes, dedicados ao “governo externo da diocese”; do deão ou, em algumas colegiadas, do prior que geria a própria instituição; do chantre, do tesoureiro-mor e do mestre-escola que, como o nome indica, estavam ligados, respectivamente, ao coro das catedrais ou igrejas da responsabilidade dos cabidos, às finanças dos mesmos e às escolas que aí se mantinham.

Depois existiam os cónegos, que podiam ser em grande número, e, por fim, numa escala de importância dentro dos cabidos e em relação ao seu rendimento, os porcionários, assim chamados por receberem apenas uma porção da prebenda que, no caso dos tercenários, equivalia a 1/3 da mesma¹⁸⁴.

Os cónegos que acediam às dignidades eram, dentro do clero capitular, os mais privilegiados, pois entre os 10 principais beneficiados deste grupo, sempre com valores acima dos 500\$000 réis, encontramos 8 dignidades (quadro 43). Dos tercenários o que se encontra em melhor posição não chega a conseguir metade daquele rendimento. Se

¹⁸³ Fortunato de Almeida refere que, no caso das colegiadas, algumas “viviam com esplendor e os seus membros gozavam de alta consideração. Em alvará de 4 de Novembro de 1823, determinou El-Rei D. João VI que ao D. Prior da insigne e real colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães (...) se devesse verbalmente e por escrito o tratamento de Excelência. O decreto de 6 de Fevereiro de 1826 concedeu o tratamento de Senhoria ao tesoureiro-mor da Real Capela e colegiada de Vila Viçosa (...).” Cf. *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, pág. 34.

¹⁸⁴ Cf. *DHP*, Vol. I, pág. 176-177 “Arcediago”, pág. 178 “Arcipreste”; Vol. II, pág. 148-149 “Cónego” e pág. 269-270 “Deão”; António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga...*, Vol. I, pág. 81 a 97; Ana Mouta Faria, “Função da carreira eclesiástica...”, pp. 32 e 33.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

tivermos em conta também a média de cada um destes três grupos (quadro 44) e a distribuição por escalões dos seus rendimentos (quadro 45) podemos reforçar esta ideia e constatar que a hierarquia não era apenas de prestígio e de funções, mas resultava também num estatuto económico diferenciado.

44 - Dignidades, cónegos e tercenários – rendimentos médios (mil réis)

Denominação	Rendimentos	Encargos	Rend líquido
Dignidades	586,591	70,090	516,502
Cónegos	311,765	42,678	269,088
Tercenários	158,164	35,020	123,144

45 - Dignidades e cónegos – distribuição por escalões de rendimento (mil réis)

Escalões	% TOTAL	Cum %T	% Dignidades	Cum %Di	% Cónegos	Cum %Co	% Tercenários	Cum %Te
0-50	15	15	14	14	18	18	0	0
50-100	15	30	14	28	9	27	50	50
100-200	18	48	14	42	18	45	50	100
200-400	18	66	11	53	37	82	0	0
400-1000	26	92	33	86	18	100	0	0
+ de 1000	8	100	14	100	0	0	0	0
TOTAL	100	0	100	0	100	0	100	0

Verificamos que mais de 50% das dignidades recebiam dízimos superiores a 200 mil réis anuais e havia mesmo 3, correspondendo a 14%, que ganhavam acima do conto de réis. A maioria dos cónegos passava a barreira dos 200\$000 réis, no entanto já eram mais raros aqueles que ultrapassavam os 400\$000 réis. Os tercenários, como já tínhamos referido, não chegavam sequer a ultrapassar os 200\$000 réis.

Porém, os privilégios do primeiro grupo não se ficavam pela recolha de dízimos e pelo acesso às prebendas inteiras. Nas visitas que tinham de fazer às paróquias da sua responsabilidade, recebiam pequenas pensões que, em alguns casos, podiam aumentar de forma significativa os seus rendimentos. É o caso do arcediogo de Vila Nova de Cerveira e do arcipreste de Loureda. O primeiro, apesar do décimo lugar que ocupa no conjunto, chamou a nossa atenção pelo facto de nunca ser declarado como proprietário de dizimarias, o que explica também o valor nulo na coluna dos encargos.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

Efectivamente, esta entidade apresenta a particularidade de receber “pensões” em muitas freguesias, com um valor médio na casa dos 11\$000 réis. Estas podiam ser em géneros, em dinheiro ou mistas, sendo porém os valores em géneros bastante mais elevados. O segundo, por sua vez era proprietário de algumas dizimarias, mas também não deixa de ser significativo que através de pensões, essencialmente em géneros, chegasse a receber mais de 100\$000 réis anuais.

Pelo que podemos observar, à jurisdição eclesiástica sobre determinadas freguesias correspondia uma participação, em forma de pequenas pensões, nos dízimos das mesmas que, associada à distribuição das prebendas, contribuía, por certo, para “tornar mais procurados tais empregos”. Aliás, as próprias constituições sinodais previam este facto, uma vez que declaravam que uma parte das rendas das igrejas seria sequestrada como paga para as despesas do visitador¹⁸⁵.

Estas eram posições, na hierarquia eclesiástica, bastante apetecidas, uma vez que, para além dos avultados rendimentos, permitiam uma “fuga” às funções pastorais inerentes aos benefícios curados, em parte possibilitada por aqueles¹⁸⁶. Efectivamente, assim acontecia, pois os principais encargos dos membros dos cabidos que, em média, eram reduzidos, deslocavam-se maioritariamente para o clero paroquial.

No geral, estes eram indivíduos privilegiados na distribuição do produto decimal e que detinham uma relevante influência social, pois estavam presentes na região e eram eles que faziam a ligação entre as paróquias e as estruturas centrais da diocese, o que lhes conferia, certamente, um grande poder local, tanto ao nível económico, como social¹⁸⁷.

¹⁸⁵ Cf. *Constituições Sinodais...*, pág. 498.

¹⁸⁶ Ana Mouta Faria, “Função da carreira eclesiástica...”, pág. 31 e 33.

¹⁸⁷ Cf. A. Fernández González, “Los grupos de poder...”, pp. 132 a 138.

4.2.2.4. O seminário diocesano

Deixámos para o fim esta instituição que, apesar de não fazer parte, exactamente, da hierarquia da arquidiocese, não deixava de ter um papel relevante na mesma, uma vez que era no seminário de S. Pedro de Braga que se formavam os sacerdotes nas primeiras letras e doutrinas.

A sua origem resulta das determinações do concílio de Trento, “onde se decretou se instituísse em cada diocese um colégio para prover à educação dos jovens destinados à carreira eclesiástica”. A sua criação em Braga não foi pacífica, pois diversos membros do cabido e outros eclesiásticos não concordavam com ela e achavam que já havia estudos suficientes. No entanto, o verdadeiro motivo desta recusa, provavelmente, prendia-se com o facto de, no mesmo concílio, se ter estipulado que os rendimentos para sustentar estes seminários seriam retirados de parte das mesas episcopal e capitular e dos rendimentos das dignidades, abadias, priorados e dos dízimos pertencentes a leigos. Exceptuavam-se, porém, os “conventos das ordens mendicantes” e as comendas da Ordem de Malta.

Foi iniciada a sua construção em 1571, depois de vários acordos terem estipulado uma percentagem teórica de 2% sobre os rendimentos líquidos das entidades acima nomeadas. Mas era realmente teórica, pois houve constantes fugas e, em 1805, esta imposição estava de tal forma desvalorizada que o bispo bracarense escreveu ao rei pedindo-lhe que permitisse aumentar em 4 vezes aquela prestação, para obviar às dificuldades financeiras do seminário¹⁸⁸.

¹⁸⁸ Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Vol. II, pág. 428 e Vol. III, pág. 363; J. Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (Séc. III - Séc. XX)*, Vila Nova de Famalicão, Mitra Bracarense, Vol. III, 1932, pág. 42, 43 e 405 a 408; António Franquelim Sampaio Neiva Soares, “O Seminário de Braga: origem, dificuldades, criação”, in *Actas do Congresso de História no IV centenário do Seminário de Évora*, Vol. II, Évora, 1994, pp. 65 a 80; *Idem*, *A Arquidiocese de Braga...*, Vol. I, pág. 280 a 293.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

Pelo que nos foi possível observar, entre 1827 e 1831, essa tentativa de aumentar os rendimentos desta instituição não parece ter frutificado, pois o seu rendimento andava muito longe dos 2% do rendimento líquido (quadros 46, 47 e 48) das entidades que para ele tinham de concorrer.

46 - Seminário diocesano – rendimentos (mil réis)

Denominação	Localização	Dizimarias	Rendimentos	Encargos	Rend líquido
Seminário de S Pedro	Braga (cidade)	193	1253,708	445,24	808,468

47 - Seminário diocesano – média do rendimento bruto por dizimaria (mil réis)*

Denominação	Dinheiro	Géneros	Rendimento
Seminário de S Pedro	1,331	0,321	1,652

* Não foi contabilizada a freguesia onde recebia a dizimaria por inteiro e ainda valores “0” em freguesias onde era dado como interessado, mas nas quais não foi possível apurar o seu real rendimento.

48 - Seminário diocesano – % no rendimento líquido das dizimarias

Rend	% de casos*
0-1%	88,5
1-2%	5
2-10%	4,3
+ de 10%	2,2
% Média	0,9
% Mínima	0,009
% Máxima	21,2

* Ver nota do quadro 47.

Esta entidade era a que tinha os seus rendimentos mais dispersos: 193 dizimarias das duas comarcas eclesiásticas (quadro 46). No entanto, se não fosse ter anexa a dizimaria da Correlhã, freguesia do couto do mesmo nome, pertencente à visita da 3ª parte de Nóbrega e Neiva, precisamente da responsabilidade do prelado, os seus rendimentos seriam diminutos. Efectivamente, na maior parte das dizimarias a sua percentagem no rendimento líquido das mesmas não chegava sequer a 1%, sendo que, em apenas 6,5% dos casos, a sua participação igualava ou ultrapassava o estipulado no concílio de Trento (quadro 48). Participação que era mais frequente e mais significativa em dinheiro do que em géneros, como se pode ver no quadro 47.

Quem é que, apesar de tudo, não se isentava ao pagamento de uma pensão ao seminário de S. Pedro, fosse ela pouco significativa ou não? Claramente o clero paroquial, em especial, os abades, pois de um total de 181 dizimarias de onde foi possível apurar o seu rendimento, cerca de 68% pertenciam a párocos. Logo a seguir aparecem os leigos, através das comendas, mas representando apenas 8%. Para além destes, outras entidades que contribuía para os rendimentos do seminário eram os conventos e mosteiros beneditinos e algumas dignidades e cónegos, mas cabendo a cada um destes grupos uma percentagem de cerca de 4%. Através de outras fontes, sabemos que o seminário recebia ainda “8 por milhar” das rendas das igrejas pertencentes à Mitra, encargo que esta fazia questão de sublinhar nos contratos com os rendeiros¹⁸⁹.

No final do Antigo Regime o seminário continuava em funcionamento e conseguia alguns rendimentos, em parte, devido à acção do prelado e ao facto do clero paroquial não “esquecer” com tanta frequência as suas obrigações, ao contrário dos restantes interessados. No fundo, era este grupo o principal beneficiado com o funcionamento daquela instituição que lhe possibilitava uma preparação para o sacerdócio.

4.2.3. Conventos e Mosteiros

O estudo da importância dos dízimos no cômputo geral dos rendimentos do clero regular em Portugal não tem muitos anos, nem tem tido muitos adeptos. Iniciado nos anos 70 por Aurélio de Oliveira, com o seu trabalho sobre o mosteiro de Tibães, pontualmente o mesmo autor tem apresentando ou orientado outros, de diverso fôlego, mas todos úteis para o conhecimento da presença e influência da ordem de S. Bento no

¹⁸⁹ Veja-se, a título de exemplo, alguns contratos de subarrendamento das rendas da Mitra em diversas igrejas, realizados em 1826 e com duração de dois anos. Cf. Arquivo Distrital de Braga, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 177, fl 37-38, 39v-40, 52v-54, 61-62 e 67-68.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

noroeste português¹⁹⁰. Apesar disso, todos eles terminam, invariavelmente, no triénio liberal ou mesmo antes. Para o lapso temporal posterior e até à extinção dos dízimos, em 1832, apenas temos conhecimento de um estudo sobre o clero regular, na perspectiva que enunciámos. O autor apresenta uma visão geral das congregações, a nível nacional, apresentando comparações entre as mesmas que também nos podem ser úteis¹⁹¹.

Nas comarcas eclesiásticas de Braga e Valença encontrámos a receber dízimos 30 casas regulares, 21 masculinas e apenas 9 femininas.

49 - Conventos e mosteiros – rendimentos (mil réis) e n.º de casas por Ordem

Ordem	Nº	%Nº	Rendimentos	Encargos	Rend líquido	%RL
Benedictinos	12	40,00	11660,615	1506,197	10154,418	34,89
Cónegos Regrantes de S Agostinho	2	6,67	9025,978	687,306	8338,672	28,65
Congregação de S Jerónimo	1	3,33	3091,092	49,884	3041,208	10,45
Franciscanos	8	26,67	3214,310	557,911	2656,399	9,13
Bernardos	3	10,00	2519,254	20,000	2499,254	8,59
Eremitas de S Agostinho	1	3,33	1764,873	195,274	1569,599	5,39
Dominicanos	1	3,33	724,898	25,756	699,142	2,40
Cónegos Seculares de S João Evangelista	2	6,67	234,079	85,347	148,732	0,51
TOTAL	30	100,00	32235,099	3127,675	29107,424	100,00

Levando em linha de conta as congregações, vemos que, sem sombra de dúvida, a que ocupa uma posição de destaque é a Ordem de S. Bento, não só pelo número de casas, mas também por estas deterem mais de 1/3 do total de rendimento líquido do conjunto do clero regular (quadro 49). Tendo entrado no território português nos finais do século XI, rapidamente esta ordem desenvolveu a sua influência, fixando-se a maior parte das suas futuras casas no noroeste de Portugal¹⁹². Entre elas sabemos que eram muito importantes os mosteiros de Tibães (casa mãe da congregação em Portugal), de

¹⁹⁰ Cf. Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães...*. Veja-se ainda o trabalho do mesmo autor “Contabilidade Monástica...”, pp. 131 a 179. Como vimos, mais recentes são outros três trabalhos sobre mosteiros: Fernanda Paula Sousa Maia, *O Mosteiro de Bustelo...*; Maria Cecília Encabo y Valenciano, *O Mosteiro de Rendufe...*; Célia Maria Taborda da Silva, *O Mosteiro de Ganfei*.

¹⁹¹ Cf. Fernando de Sousa, “O rendimento das Ordens Religiosas nos finais do Antigo Regime”, in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa, n.º 7, 1981.

¹⁹² Vide *DHP*, pp. 326 e 327; Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães...*, pp. 361, 466 e mapa.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

Rendufe, de Ganfei e de S. Tirso de Riba de Ave, todos institutos muito ricos e com uma forte presença no Minho¹⁹³.

Porém, as casas da ordem de São Bento em termos individuais não seriam das mais privilegiadas com esta prestação eclesiástica na região. Basta para tal recordarmos o quadro 35, dos maiores recebedores de dízimos, onde o mosteiro de S. Maria de Refóios do Lima e o de S. Vicente de Fora, pertencentes aos Cónegos Regrantes de S. Agostinho, e o mosteiro de S. Marinha da Costa, da Congregação de S. Jerónimo, ocupam respectivamente a 7^a, 9^a e 11^a posições. São institutos especialmente privilegiados, todos eles masculinos, que no fundo se apresentam num lugar diferente do ocupado, por exemplo, pelos franciscanos que se encontram numa posição modesta no seio dos restantes institutos masculinos (quadro 50).

50 - Casas masculinas – rendimentos (mil réis)

Denominação	Rendimentos	Encargos	Rend líquido	%RL
Mosteiro de S Maria de Refóios de Lima ^c	4574,617	0	4574,617	19,76
Mosteiro de S Vicente de Fora ^c	4451,361	687,306	3764,055	16,26
Mosteiro de Santa Marinha da Costa ^c	3091,092	49,884	3041,208	13,14
Mosteiro de S Martinho de Tibães ^a	3284,506	587,863	2696,643	11,65
Mosteiro de S Maria de Bouro ^b	2055,084	0	2055,084	8,88
Convento de Nossa Senhora do Pópulo ^g	1764,873	195,274	1569,599	6,78
Mosteiro de S André de Rendufe ^a	1226,393	55,712	1170,681	5,06
Mosteiro de S Maria de Miranda ^a	742,802	0	742,802	3,21
Convento de S Domingos de Viana ^f	724,898	25,756	699,142	3,02
Mosteiro de S Maria de Carvoeiro ^a	715,206	33,250	681,956	2,95
Mosteiro de S Romão de Neiva ^a	680,780	43,749	637,031	2,75
Mosteiro de S Tirso de Riba de Ave ^a	597,028	39,388	557,640	2,41
Mosteiro de S Salvador de Ganfei ^a	335,428	0,370	335,058	1,45
Mosteiro de S Maria de Pombeiro ^a	226,919	13,551	213,368	0,92
Mosteiro de S Salvador de Palme ^a	229,180	23,000	206,180	0,89
Mosteiro de S Maria de Fiães ^b	155,300	0	155,300	0,67
Convento de S Elói do Porto ^d	154,987	40,347	114,640	0,50
Casa de Salvador de Vilar de Frades ^d	79,092	45,000	34,092	0,15
Convento de S António de Caminha ^h	12,000	0	12,000	0,05
Convento de Mosteiro ^h	1,200	0	1,200	0,01
Colégio de S Bento de Coimbra ^a	231,891	341,347	-109,456	-0,47
TOTAL	25334,637	2181,797	23152,840	100,00
MÉDIA POR CASA	1206,411	103,895	1102,516	

Notas: a – Beneditinos; b – Bernardos; c – Cónegos de S. Agostinho; d – Cónegos de S. João Evangelista; e – Congregação de S. Jerónimo; f – Dominicanos; g – Eremitas de S. Agostinho; h – Franciscanos

¹⁹³ Vide nota anterior.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

Das casas masculinas, a maioria é constituída por mosteiros de S. Bento, sendo todos eles proprietários de dizimarias. Os conventos de religiosos, em conjunto, absorviam cerca de 80% do total de dízimos do clero regular, representando o seu rendimento médio quase o dobro do que pode ser encontrado para os institutos femininos (quadro 51).

51 - Casas femininas – rendimentos (mil réis)

Denominação	Rendimentos	Encargos	Rend líquido	%RL
Convento de S Ana de Viana ^a	3084,842	331,967	2752,875	46,23
Convento da Senhora dos Remédios ^h	1707,111	256,578	1450,533	24,36
Convento de S Francisco de Vale de Pereiras ^h	640,706	239,039	401,667	6,75
Convento da Senhora da Conceição de Braga ^h	327,588	0	327,588	5,50
Convento de S Maria de Arouca ^b	308,870	20,000	288,870	4,85
Convento de S Clara de Guimarães ^h	297,355	21,927	275,428	4,63
Convento do Salvador de Braga ^a	305,640	36,000	269,640	4,53
Convento de Chagas de Vila Viçosa ^h	150,000	0	150,000	2,52
Convento de S Clara de Vila do Conde ^h	78,350	40,367	37,983	0,64
TOTAL	6900,462	945,878	5954,584	100,00
MÉDIA POR CASA	766,718	105,098	661,620	

Notas: a – Beneditinos; b – Bernardos; c – Cónegos de S. Agostinho; d – Cónegos de S. João Evangelista; e – Congregação de S. Jerónimo; f – Dominicanos; g – Eremitas de S. Agostinho; h – Franciscanos

No conjunto das casas femininas, mais uma vez se destaca um convento beneditino, o das religiosas de S. Ana de Viana. Porém, na região, a principal presença é das franciscanas com 6 casas em 9 (quadro 51). Todos estes conventos eram proprietários de dízimos, com a excepção do das Chagas de Vila Viçosa que recebia uma pensão anual de 50\$000 réis em dinheiro, nas dizimarias de Tabacô, concelho de Arcos de Valdevez, Vilela, em Póvoa de Lanhoso, e Soajo.

Esta é uma verdadeira excepção, em conjunto com os dois conventos de franciscanos de S. António de Caminha e de Mosteiró, pois, na esmagadora maioria dos casos, as casas regulares tinham dizimarias anexas, o que lhes proporcionava rendimentos relativamente elevados.

Podemos verificar que, no conjunto dos interessados, o clero regular ocupava a terceira posição, pelo que é muito natural que os dízimos representassem uma parcela significativa dos seus rendimentos chegando por vezes a valores que rondavam a casa

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

dos 40%¹⁹⁴. Assim, não podemos deixar de reparar no cuidado posto, por exemplo, pelos religiosos de Tibães em tudo o que dizia respeito a esta prestação, em especial no que tocava aos arrendamentos, forma mais usual de recolher os dízimos a que tinham direito e que na região estudada, entre 1827 e 1831, era a única a que recorriam¹⁹⁵. Na maior parte dos casos, com contratos trienais, este mosteiro – no que era seguido por outros da Ordem de S. Bento, como o mosteiro de Ganfei, localizado em Valença ou o de Bustelo – deixava o encargo da recolha dos dízimos nas freguesias que tinha anexas a rendeiros¹⁹⁶. Estes, suportando um clausulado por vezes excessivo, tinham de cumprir os contratos, pagando as quantias estipuladas ao mosteiro sendo, por vezes, obrigados a garantir alguns dos encargos que eram impostos às dizimarias¹⁹⁷.

Estes últimos prendiam-se, essencialmente, como não podia deixar de ser, com as cóngruas do clero paroquial, mas também com as fábricas das respectivas igrejas e com pequenas pensões ao seminário diocesano, no caso das casas beneditinas, e aos cabidos. Pontualmente, viam os seus rendimentos serem transferidos para outras entidades, como o celeiro do Micho¹⁹⁸, os membros dos cabidos e a Mitra Primaz.

Verificámos que a presença da ordem de S. Bento é verdadeiramente significativa, sendo de destacar a posição do mosteiro de Tibães fruto da sua categoria privilegiada dentro da ordem.

Não podemos deixar de referir também a presença dominante de casas masculinas em detrimento das femininas, bem como das casas sediadas na região do arcebispado,

¹⁹⁴ Cf. Fernando de Sousa, “O rendimento das Ordens Religiosas...”, pág. 14.

¹⁹⁵ Cf. Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães...*, pp. 430 a 448 e ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa 4308.

¹⁹⁶ Cf. Fernanda Paula de Sousa Maia, *O Mosteiro de Bustelo...*, pp. 187 e 188 e Célia Maria Taborda da Silva, *O Mosteiro de Ganfei*, pág. 152.

¹⁹⁷ Cf. Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães...*, pp. 439 a 441.

¹⁹⁸ Este encargo com o “selleiro do Mycho do paço de Braga”, em alguns contratos, era imposto aos rendeiros, tendo estes de aí depositar certas quantidades de géneros, vulgarmente cereais. Cf. Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães...*, pág. 448.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

em relação às que lhe são estranhas. Neste caso eram apenas quatro: o convento de S. Elói do Porto, o colégio de S. Bento de Coimbra (curiosamente com um saldo negativo), o convento das Chagas de Vila Viçosa e o mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa.

Em termos individuais pensamos que esta última, porém, era a casa mais beneficiada do conjunto se atendermos ao facto de ser um interessado ausente e distante em relação às suas dizimarias. Efectivamente, para esse facto aponta também o trabalho de Fernando de Sousa sobre os rendimentos das ordens religiosas, onde é referido que esse instituto recolhia, só em dízimos, por ano, a nível nacional, mais de 20 contos de réis!¹⁹⁹

4.2.4. A Igreja Patriarcal de Lisboa

Criada no século XVIII por D. João V e rodeada de privilégios, a Igreja Patriarcal era uma instituição com muitos membros, a que correspondia, por certo, uma despesa enorme em “ordenados” e outros pagamentos²⁰⁰. No entanto, pelo que observámos, pensamos poder afirmar que essas despesas eram em grande medida cobertas pelos dízimos, pois em termos individuais esta era a principal beneficiária na região (quadro 35), situação que provavelmente se repetiria noutras dioceses do país²⁰¹.

Esta afirmação torna-se ainda mais relevante se tomarmos em linha de conta alguns particularismos do seu acesso aos dízimos. Como podemos ver pelo quadro 52, a maioria do seu rendimento vinha das dizimarias onde era a única proprietária. No entanto, a frequência com que participava na partilha de outras dizimarias acrescentava mais 42% ao total dos dízimos recolhidos. Quando não era proprietária, recebia ainda

¹⁹⁹ Cf. “Os rendimentos das Ordens Religiosas”, pág. 16.

²⁰⁰ Cf. *DHP*, Vol. V, pp. 14 a 16, “Patriarcado de Lisboa”.

²⁰¹ Voltaremos ao assunto no capítulo seguinte.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

pequenas pensões, essencialmente, em dinheiro ou mistas e isto em dizimarias quase sempre propriedade de abades.

52 - Igreja Patriarcal – forma de acesso aos dízimos

Forma de acesso		% de casos*	% do rend bruto
Proprietária	Dizimaria completa	13,5	54,5
	Dizimaria partilhada	42,3	42,0
Não proprietária	Pagamentos mistos	19,8	2,7
	Pagamentos em dinheiro	21,6	0,6
	Pagamentos em géneros	2,7	0,2
TOTAL		100,0	100,0

* Em relação ao total de 111 dizimarias onde era interessada.

Em quase metade dos casos em que partilhava o rendimento das dizimarias, à Patriarcal cabia 1/3 das mesmas, sendo também frequente receber 1/4 ou 4/9²⁰². Mas a Patriarcal, e esse pensamos ser o verdadeiro privilégio, nunca concorria para os encargos destas dizimarias partilhadas, ficando estes sempre à responsabilidade dos outros interessados que eram, na maior parte dos casos, abades, a Mitra Primaz e membros do Cabido Primaz e das colegiadas, com grande destaque para os dois primeiros.

Somente quando recebia a totalidade da dizimaria é que a Patriarcal contribuía para os encargos, pois a sua parte dos dízimos era sempre “livre” de qualquer ónus. Esses encargos dirigiam-se quase exclusivamente para o clero paroquial, pagando também pequenas pensões para o seminário de S. Pedro e à Mitra. Não deixa de ser curioso verificar que a circulação dos dízimos entre a Patriarcal e os outros interessados, em especial o clero paroquial e a Mitra, funcionava quase como um “sem-fim”. Esta instituição através das partilhas ia diminuir os rendimentos daquelas duas entidades, mas depois, através dos encargos noutras freguesias, parte dessas recolhas voltavam a beneficiá-las. Porém, como se pode ver pela posição relativa da Igreja Patriarcal no

conjunto dos interessados (quadro 34) e pelo primeiro lugar que ocupa em termos individuais (quadro 35) este “mecanismo” tinha muitas “folgas” que beneficiavam fortemente esta grande instituição. Era a principal entidade recebedora de dízimos no arcebispado de Braga e estamos em crer que o seria igualmente ao nível de todo o país. A corroborar esta ideia veja-se os 220 contos de réis que lhe são contabilizados como rendimento total em 1821²⁰³. Comparem-se, depois, estes dados com os que deixámos no final do capítulo anterior, relativos aos impostos cobrados pelo Estado, para ficarmos com uma ideia da importância económica desta entidade.

4.3. Indivíduos e instituições laicas

4.3.1. Nobreza e comendas

As dificuldades de tratamento dos rendimentos da nobreza e das comendas foram consideráveis. O inquérito de 1836 nem sempre dava indicações precisas sobre a ordem a que pertencia determinada comenda, nem indicava, por vezes, o nome do respectivo comendador. Houve assim que proceder a um trabalho de averiguação e preenchimento destas lacunas, o que implicou uma investigação suplementar²⁰⁴.

²⁰² Porém, esta proporcionalidade era bastante diversificada, aparecendo casos de 1/16, 1/9, 1/8, 1/5, 2/5 e 1/2. A presença da “terça patriarcal” é atestada noutras dioceses, como é o caso de Évora, por exemplo. Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, pág. 66.

²⁰³ Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, pág. 67.

²⁰⁴ Contámos, neste particular, com a preciosa ajuda do Prof. Doutor Nuno Gonçalo Monteiro a quem, uma vez mais, agradecemos. A leitura dos seus trabalhos sobre a aristocracia no final do Antigo Regime foram fundamentais. Cf. “Notas sobre nobreza, fidalguia e titulares nos finais do Antigo Regime”, in *Ler História*, n.º 10, 1987, pp. 15 a 49 e “Os rendimentos da aristocracia portuguesa na crise do Antigo Regime”, in *Análise Social*, Vol. XXVI, 1991, pp. 361 a 384. Revelou-se também essencial o acesso a outras fontes. Cf. ANTT, Francisco Trancoso, *Mesa da Consciência e Ordens. Reconhecimento Sumário do Núcleo Documental do A.H.M.F.*; *Diário do Governo*, n.º 187, de 10 de Agosto de 1822; Inquérito de 1821, AHP, Secção I-II, caixas 7, 8, 10 e 26; ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Termos de arrematação e fiança das comendas vagas (1826-1836); Extraídos do Conselho da Fazenda e Real Erário, Ordem de Cristo, Termos de arrematação das comendas (1804-25), Rendimento das comendas (1822-31); Ordem de Santiago, Contas correntes das comendas arrendadas (1825-33), Contas das receitas e despesas das comendas das três ordens militares sequestradas pelo governo usurpador (1828-1832); Ordem de

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

53 - Comendas – rendimentos (mil réis)*

Denominação	Ordem	Comendador**	Rendimentos	Encargos	Rend Líquido	%RL
Comenda de S Martinho de Moreira do Rei	Cristo	Conde de Lumiares ^(a)	4640,178	0,000	4640,178	14,25
Comenda de S Maria de Adaúfe	Cristo	Conde de Penafiel	1881,033	114,053	1766,980	5,43
Comenda de S Miguel de Lavradas	Cristo	Conde de Sampaio ^(a)	1375,270	0,000	1375,270	4,22
Comenda de S João de Rio Frio	Cristo	Vaga	1441,032	175,000	1266,032	3,89
Comenda de S Salvador de Banho	Cristo	Monteiro-Mor	1873,272	609,086	1264,186	3,88
Comenda de S Salvador de Bravães	Cristo	Conde de Sabugal ^(a)	1242,340	0,000	1242,340	3,82
Comenda de S Pedro de Merufe	Cristo	Monteiro-Mor	1110,540	0,000	1110,540	3,41
Comenda de S Marta de Portuzelo	Cristo	Vaga	1208,946	121,700	1087,246	3,34
Comenda de S Maria de Carreço	Cristo	Monteiro-Mor	1250,194	172,784	1077,410	3,31
Comenda de S Vicente de Fornelos	Cristo	Conde da Lousã	1185,593	169,872	1015,721	3,12
Comenda de S Silvestre de Requião	Cristo	D António Maria de Menezes	1054,668	62,428	992,240	3,05
Comenda de S Martinho de Sande	Cristo	Marquês de Valença ^(a)	1180,716	188,856	991,860	3,05
Comenda de S Tiago de Pias	Cristo	Marquesa de Niza	922,908	0,000	922,908	2,83
Comenda de S João de Brito	Cristo	Viscondessa de Manique	1174,247	303,828	870,419	2,67
Comenda de S Miguel de Alvarães	Cristo	D António Maria de Menezes	1310,689	534,796	775,893	2,38
Comenda de S Miguel da Facha	Cristo	Marquês de Castelo Melhor ^(b)	913,528	170,047	743,481	2,28
Comenda de S Cristina de Afife	Cristo	Marquês de Fronteira ^(a)	995,959	277,906	718,053	2,21
Comenda de S Marta de Serdedelo	Cristo	Conde de Saldanha ^(c)	690,122	2,700	687,422	2,11
Comenda de Távora	Malta	Desconhecido	1088,869	408,170	680,699	2,09
Comenda de S Tiago de Ronfe	Cristo	D Francisco Sales Pereira Faria Lencastre ^(a)	1042,519	390,439	652,080	2,00
Comenda de S Salvador de Joane	Cristo	Marquês de Sabugosa	926,419	297,274	629,145	1,93
Comenda de S Pedro de Lomar	Cristo	José Pinto Araújo Correia	620,814	60,000	560,814	1,72
Comenda de S Cosme e Damião de Ázere	Cristo	Luís Carlos Pereira de Abreu Bacelar	1098,558	542,759	555,799	1,71
Comenda de S Miguel de Vila Franca	Cristo	Conde de Almada	747,850	198,875	548,975	1,69
Comenda de S Tiago de Lanhoso	Cristo	Francisco António Mariz Sarmento	775,074	261,677	513,397	1,58
Comenda de S Pedro de Seixas e Lanhelas	Cristo	Conde de S Vicente	914,704	434,679	480,025	1,47
Comenda (Gondinhães)	Desc. ^(d)	Conde de Almada	795,956	325,200	470,756	1,45
Comenda de S Pedro de Calvelo	Cristo	Conde de Vila Flor ^(e)	663,200	210,904	452,296	1,39
Comenda de S Tomé de Travassós	Cristo	D Diogo Correia de Sá	741,191	299,476	441,715	1,36
Comenda de S Maria de Nine	Cristo	Conde de Lumiares ^(a)	617,937	198,750	419,187	1,29
Comenda de S André de Vitorino dos Piães	Cristo	Monteiro-Mor	535,876	141,096	394,780	1,21
Comenda de S Maria de Verim	Cristo	Conde de Linhares ^(f)	670,042	183,615	486,427	1,49
Comenda de S Cosme e Damião de Garfe	Cristo	Vaga	600,750	284,369	316,381	0,97
Comenda de S Maria de Monção	Cristo	José Vaz de Carvalho	298,184	0,000	298,184	0,92
Comenda de S João de Coucieiro	Cristo	Marquesa de Niza	663,776	376,820	286,956	0,88
Comenda (Queimadela)	Cristo	Desconhecido	483,596	207,585	276,011	0,85
Comenda (Funtão)	Desc.	Desconhecido	288,544	61,440	227,104	0,70
Comenda de S Salvador do Mosteiro de Souto	Cristo	Vaga	311,969	105,154	206,815	0,64
Comenda de S Cristina de Serzedelo	Cristo	Marquês de Lourical	375,674	177,662	198,012	0,61
Comenda de S Tiago de Guilhofrei	Cristo	Vaga	189,390	0,000	189,390	0,58
Comenda de S Maria de Vila Cova	Cristo	Conde de Valadares ^(g)	408,235	224,176	184,059	0,57
Comenda de S Salvador do Souto	Cristo	Marquês de Fronteira	472,660	294,134	178,526	0,55
Comenda de S Tiago de Caldelas	Cristo	Marquesa de Niza	426,093	268,209	157,884	0,48
Comenda de S Pedro de Merelim	Cristo	Conde de Belmonte	374,666	244,676	129,990	0,40
Comenda de S Maria de Antime	Cristo	Capitão-Mor de Vila Viçosa ^(h)	622,170	509,963	112,207	0,34
Comenda de S Salvador de Lagoa	Cristo	Visconde de Asseca	226,338	130,615	95,723	0,29
Comenda de S Maria de Prado	Cristo	Conde de Rio Pardo ⁽ⁱ⁾	472,543	381,749	90,794	0,28
Comenda de S João Baptista de Chavão	Malta	Desconhecido	5,882	0,000	5,882	0,02
Comenda de S João Baptista de Castelões	Cristo	Vaga	132,134	362,588	-230,454	-0,71
TOTAL			43042,848	10485,110	32557,738	100,00

* Aos rendimentos totais deste quadro devem juntar-se os do quadro 56 relativos a todos os não comendadores por forma a encontrar-se os valores apontados no quadro 34 para a Nobreza e Comendas.

** Apesar de algumas comendas não serem usufruídas sempre pelo mesmo comendador entre 1827-31 optámos por referir no quadro somente o que mais tempo esteve em posse das mesmas. Demos igualmente prioridade à referência ao nobre quando a comenda, por qualquer motivo, ficou vaga no mesmo período. (a) Em 1829 foi sequestrada para a Coroa; (b) O comendador morreu em 1827. Foi administrada pelo provedor de Viana em 1828 e 1829 e arrendada nos anos seguintes; (c) Em 1829 foi sequestrada para a Coroa. Foi administrada pelo Provedor de Viana nesse ano e em 1830. Em 1831 foi atribuída ao Visconde de Montalegre; (d) Pertencia à Casa do Infantado; (e) Em 1829 foi sequestrada para a Coroa. Foi administrada pelo Provedor de Viana nesse ano e arrendada nos seguintes; (f) Em 1829 foi sequestrada para a Coroa. Administrada pelo Provedor de Guimarães; (g) Em 1830 e 1831 foi administrada pelo provedor de Viana pois ficou vaga; (h) Vaga em 1827 e 1828, foi administrada pelo provedor de Guimarães. Em 1829 passou para o Capitão-mor de Vila Viçosa, José António de Sousa e Menezes Brito Pereira; (i) O comendador morreu em 1830. Foi administrada pelo Provedor de Viana nesse ano e pelo Cofre dos Encartes em 1831.

Avís, Contas correntes das Comendas (1825-1833).

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

O acesso da nobreza aos dízimos representava um verdadeiro privilégio se atendermos à segunda posição que este grupo ocupa no conjunto de todos os interessados (quadro 34), com quase 14% do rendimento líquido total apurado para as duas comarcas eclesiásticas, ou à posição destacada de dois comendadores em termos individuais (quadro 35).

A grande maioria dos nobres aqui nomeados eram proprietários de dízimos. Todavia, não usufruíam directamente das dizimarias, mas sim das comendas, cujos rendimentos eram constituídos, entre outros, por dízimos²⁰⁵. Aos nobres era concedido pelos monarcas o usufruto das mesmas e, logo, também dos dízimos eclesiásticos²⁰⁶. Com este tipo de rendimentos vemos essencialmente nobres titulados (quadro 53).

O grupo da nobreza não titular recolhia boa parte dos dízimos através de pensões em dinheiro. Estas seriam, talvez, o resultado dos direitos de padroado que, para além de lhes permitir apresentar o titular do benefício eclesiástico, provavelmente, garantia-lhes a obtenção de um quinhão desses rendimentos, por vezes, bem significativo²⁰⁷.

Foi possível identificar 49 comendas, sendo a grande maioria da Ordem de Cristo e duas da Ordem de Malta (quadro 54). Algumas estavam vagas em 1827 e assim se mantiveram até à abolição dos dízimos, sendo então administradas pela Coroa, através da Mesa da Consciência e Ordens (MCO)²⁰⁸ ou dos provedores de Viana e Guimarães.

²⁰⁵ A excepção é o Conde da Figueira que tinha direito a receber 2/3 da dizimaria de Carrazedo.

²⁰⁶ Cf. Nuno Gonçalo Monteiro, “Notas sobre nobreza...”, pág. 36.

²⁰⁷ Na Galiza, por exemplo, as grandes casas da nobreza tinham acesso aos dízimos precisamente através dos direitos de padroado. Cf. María J. Baz Vicente, *El patrimonio de la casa de Alba en Galicia en el siglo XIX*, Lugo, 1991, pp. 85-86; Angel I. Fernández González, *A fiscalidade eclesiástica...*, pp. 139-141.

²⁰⁸ Esta foi criada em 1532 por D. João III, como tribunal judicial e administrativo ligado aos assuntos régios. Ao ser concedido ao monarca, pelo papa, o mestrado das ordens, passou esta instituição a ocupar-se de tudo o que tinha a ver com aquelas e consequentemente com as comendas. Apesar de desde os finais do século XVIII vir a perder importância, chegando a ser apelidada de “inútil e exorbitante”, com o compreensível exagero do decreto de 16 de Agosto de 1833 que a extinguiu, a MCO desempenhava um papel de relevo na questão da atribuição das comendas e da sua administração. Esta passava frequentemente pelos arrendamento dos dízimos, como teremos oportunidade de verificar no capítulo seguinte. Cf. *DHP*, Vol. IV, pág. 278, “Mesa da Consciência e Ordens”.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

No fundo, estes últimos eram representantes da Coroa a nível regional e estavam, por isso, em melhores condições de zelar pelo interesse régio numa mais eficaz recolha dos seus rendimentos, intervindo, essencialmente, quando as comendas não eram arrendadas.

54 - Comendas – rendimentos totais por ordem (mil réis)

Ordem	Nº	Rendimentos	Encargos	Rend Líquido	%RL
Ordem de Cristo	45	40525,192	9506,685	31018,510	95,73
Desconhecida	2	1084,500	386,640	697,860	2,15
Ordem de Malta	2	1094,751	408,170	686,581	2,12
TOTAL	49	42704,443	10301,495	32402,951	100,00

55 - Rendimento médio das comendas da Ordem de Cristo (mil réis)

Ordem	Rendimentos	Encargos	Rend Líquido
Ordem de Cristo	900,560	211,260	689,300

As comendas da Ordem de Cristo destacam-se claramente pelo seu número e também pela percentagem de dízimos que arrecadavam, mais de 95% (quadro 54). Das da Ordem de Malta, a primeira aparecia apenas na 19ª posição, ficando a outra no último lugar do conjunto, se exceptuarmos os valores negativos da comenda de S. João Baptista de Castelões (quadro 53).

Contudo, sabemos que os rendimentos da comenda de Chavão eram bem mais elevados. O inquérito de 1836 apresenta dados apenas para uma das freguesias que compunham a comenda, mas através do inquérito de 1821 pudemos verificar que os seus rendimentos anuais ultrapassavam 1 conto de réis²⁰⁹. Sendo assim, é provável que os rendimentos das comendas de Malta se aproximassem da média que calculámos para as da Ordem de Cristo (quadro 55).

As comendas levavam a designação do orago e nome de uma determinada freguesia, mas poderiam usufruir de rendimentos noutras, normalmente, em paróquias vizinhas ou geograficamente próximas. Como exemplo veja-se o caso da comenda de S.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

Cosme e Damião de Ázere. Para além dos dízimos de Ázere, pertenciam-lhe também os das freguesias de Parada, Paçô e Rio Cabrão. Este facto podia ser importante ao nível dos rendimentos e, neste caso, a comenda arrecadava cerca de 1 conto de réis em dízimos, mas era-o também, sem dúvida, ao nível dos encargos que absorviam mais de 50% dos seus rendimentos (quadro 53). Por cada paróquia havia clero paroquial a sustentar e várias pensões a pagar, entre outras despesas.

Aliás, este é outro elemento significativo. As comendas apresentavam o mais alto nível de encargos de todos os interessados, reflectindo-se numa quebra geral de cerca de 1/4 nos rendimentos brutos atribuídos ao grupo da “Nobreza e comendas” (quadro 34).

Isto não invalida, porém, a afirmação de que as comendas, tendo por base benefícios eclesiásticos importantes, eram fortemente favorecidas pelos dízimos²¹⁰, o que muito contribuía para a imagem de que estes representariam um papel considerável nos rendimentos da nobreza nos finais do Antigo Regime, como nos refere Nuno Monteiro²¹¹. Algo que, em parte, era verdadeiro também para a vizinha Galiza, mas em moldes diferentes, pois, neste caso, era o direito de padroado que possibilitava, maioritariamente, o acesso aos dízimos²¹².

Mas quem era essa nobreza que via nos dízimos uma boa fonte de receita? Uma rápida observação dos quadros 53 e 56 permite uma primeira conclusão: a forte presença da nobreza titulada. Efectivamente de todos os indivíduos referidos nas fontes,

²⁰⁹ Cf. AHP, cx. 10, doc. 53.

²¹⁰ O peso que as Ordens Militares representavam na repartição do produto decimal parece ser uma situação particular portuguesa. Pelo contrário, na Galiza não recebiam mais de 1,5% do total dos dízimos em 1752. Cf. Angel I. Fernández González, *A fiscalidade eclesiástica...*, pág. 145.

²¹¹ Cf. “Os rendimentos da aristocracia...”, pp. 368 e 371 a 380. Fenómeno este já detectado por Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, pág. 90.

²¹² Cf. María J. Baz Vicente, *El patrimonio de la casa de Alba...*, pág. 88 e Angel I. Fernández González, *A fiscalidade eclesiástica...*, pp. 100, 102 e 147.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

apontados como comendadores ou não, num total de 40, encontramos 9 marqueses, 15 condes e 2 viscondes²¹³, alguns, representantes das mais importantes casas do País.

56 - Nobreza – rendimentos (mil réis)*

Denominação	Tipo de Rend.	Rendimentos	Encargos	Rend Líquido	%RL
Conde de Lumiares	2 comendas	5258,115	198,750	5059,365	16,59
Monteiro-Mor do Reino	4 comendas	4769,882	922,966	3846,916	12,62
D António Maria de Meneses	2 comendas	2365,357	597,224	1768,133	5,80
Conde de Penafiel	1 comenda	1881,033	114,053	1766,980	5,80
Conde de S Paio	1 comenda	1375,270	0,000	1375,270	4,51
Marquesa de Niza	3 comendas	2012,777	645,029	1367,748	4,49
Conde de Sabugal	1 comenda	1242,340	0,000	1242,340	4,07
Conde de Almada	2 comendas	1543,806	524,075	1019,731	3,34
Conde da Louzã	1 comenda	1185,593	169,872	1015,721	3,33
Marquês de Valença	1 comenda	1180,716	188,856	991,860	3,25
Marquês de Fronteira	2 comendas	1468,619	572,040	896,579	2,94
Viscondessa de Manique	1 comenda	1174,247	303,828	870,419	2,85
Marquês de Palmela	Pensão	750,000	0,000	750,000	2,46
Marquês de Castelo Melhor	1 comenda	913,528	170,047	743,481	2,44
Conde de Saldanha	1 comenda	690,122	2,700	687,422	2,25
D Francisco de Salles Pereira de Faria e Lencastre	1 comenda	1042,519	390,439	652,080	2,14
Marquês de Sabugoza	1 comenda	926,419	297,274	629,145	2,06
José Pinto Araújo Correia	1 comenda	620,814	60,000	560,814	1,84
Luís Carlos Pereira de Abreu Bacelar	1 comenda	1098,558	542,759	555,799	1,82
Francisco António Mariz Sarmento	1 comenda	775,074	261,677	513,397	1,68
Conde de S Vicente	1 comenda	914,704	434,679	480,025	1,57
Conde de Vila Flor	1 comenda	663,200	210,904	452,296	1,48
D Diogo Correia de Sá	1 comenda	741,191	299,476	441,715	1,45
D Lourenço de Lima	Pensão	370,000	0,000	370,000	1,21
Conde de Linhares	1 comenda	670,042	183,615	486,427	1,60
Morgado de Sande	Pensão	300,505	0,000	300,505	0,99
José Vaz de Carvalho	1 comenda	298,184	0,000	298,184	0,98
Marquês de Lourical	1 comenda	375,674	177,662	198,012	0,65
Conde de Valadares	1 comenda	408,235	224,176	184,059	0,60
D Pedro de Alencastro	Pensão	150,000	0,000	150,000	0,49
D Tomás de Mello	Pensão	150,000	0,000	150,000	0,49
Conde de Belmonte	1 comenda	374,666	244,676	129,990	0,43
Capitão-mor de Vila Viçosa	1 comenda	622,170	509,963	112,207	0,37
Conde da Figueira	2/3 da dizimaria	193,559	82,000	111,559	0,37
Visconde de Asseca	1 comenda	226,338	130,615	95,723	0,31
Conde do Rio Pardo	1 comenda	472,543	381,749	90,794	0,30
D Luís Pereira da Câmara	Pensão	65,346	0,000	65,346	0,21
D Luisa Rita	Pensão	50,000	0,000	50,000	0,16
Conde de Óbidos	Pensão	7,500	0,000	7,500	0,02
Marquês de Ponte de Lima	Pensão	2,800	0,000	2,800	0,01
TOTAL		39331,446	8841,104	30490,342	100,00

* Neste quadro não foram incluídos os rendimentos das comendas com comendador desconhecido ou vagas. Aos rendimentos dos não comendadores neste quadro devem juntar-se os rendimentos totais do quadro 53 por forma a encontrar-se os valores apontados no quadro 34 para a Nobreza e Comendas.

²¹³ Nos marqueses incluímos também o Monteiro-mor do Reino que era simultaneamente Marquês de Olhão. Os viscondes passam a 3 se incluirmos o Visconde de Montalegre a quem foi atribuída a Comenda de S Marta de Serdedelo, em 1831, depois de ter sido sequestrada ao Conde de Saldanha. Cf. Notas ao quadro 53.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

Para além da alta nobreza do reino, nota-se igualmente a presença, se bem que mais modesta, de uma nobreza mais baixa, certamente de nível local, rural, aqui representada por alguns “Dons”.

Os titulados eram em número significativo e eram também eles que, na sua maioria, ocupavam os primeiros lugares na distribuição dos dízimos, destacando-se claramente o conde de Lumiares e o Monteiro-Mor do Reino, este em resultado do rendimento das quatro comendas a que tinha direito²¹⁴. Por outro lado, os não titulados e, dentro destes, os que não tinham comendas recebiam quantias bem mais modestas, no seio deste grupo social, inferiores na maioria dos casos a 700\$000 réis de rendimento líquido.

Esta presença avassaladora da nobreza titulada na distribuição social dos dízimos já tinha sido verificada a nível nacional, por Nuno Monteiro, para 1822, e pelo que podemos observar neste período final de vigência do dízimo, entre 1827 e 1831, o quadro mantinha-se. Tal vem reforçar a ideia que a nobreza titular era uma das principais entidades privilegiadas com os rendimentos decimais que, neste caso, eram distribuídos pelo rei em forma de comendas enquanto mestre das ordens militares²¹⁵.

Mas se o rei concedia, também, em casos excepcionais, podia retirar. Foi o que, efectivamente, aconteceu a dez comendadores que a partir do ano de 1829 foram privados dos seus rendimentos, em virtude do sequestro que foi imposto nas comendas por parte de D. Miguel²¹⁶. As convulsões políticas e militares do país na época e o facto destes titulares estarem no campo liberal foram as causas para tal atitude.

A circulação dos dízimos dos restantes interessados para a gente nobre fazia-se, no caso das pensões, quase exclusivamente, a partir do clero paroquial. Era este grupo, ou

²¹⁴ Veja-se igualmente o quadro 35.

²¹⁵ Cf. Nuno Gonçalo Monteiro, “Notas sobre nobreza...”, pp. 36 e 37.

²¹⁶ Veja-se notas ao quadro 53.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

melhor dizendo, eram os abades que mais vezes viam as suas dizimarias serem oneradas com este tipo de encargos, resultado, certamente, dos direitos de padroado.

Se tivermos em mente o que já declarámos em relação ao volume dos encargos, na circulação em sentido oposto, vemos que cerca de 25% dos rendimentos totais da nobreza eram distribuídos pelos outros interessados. Neste caso, os principais beneficiados eram o clero paroquial, os pensionistas laicos, de que falaremos mais adiante, as fábricas das igrejas, o cabido Primaz, o celeiro do micho e o seminário diocesano. Participavam também nesta distribuição, mas com menor significado, a Mitra Primaz, a Igreja Patriarcal e alguns conventos, entre outras entidades.

Como Nuno Monteiro mostrou, a relevância dos dízimos não era enjeitada pelas grandes figuras da nobreza da altura que, vivendo na maior parte dos casos na capital, viam os seus rendimentos, constituídos também por bens da Coroa, tenças, bens patrimoniais e juros, serem significativamente aumentados, na ordem dos 30% a 40% em média, pelo acesso aos dízimos eclesiásticos. Em alguns casos essa percentagem poderia ser bem mais elevada, como acontecia com o conde de S. Vicente, presente neste inquérito, e que, no final do Antigo Regime, via os seus rendimentos acrescidos em mais 50% devido às comendas e aos dízimos que estas representavam²¹⁷. A sua abolição em 1832, aliada às perturbações políticas geradas pela guerra civil, constituiu um rude golpe nas bases económicas deste grupo social.

4.3.2. Coroa

Os rendimentos pertencentes à “Fazenda Real” e que atribuímos à Coroa, provavelmente, estariam relacionados com os direitos de padroado dos monarcas. É, no

²¹⁷ Cf. Nuno Gonçalo Monteiro, “Os rendimentos da aristocracia...”, pág. 375.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

entanto, temos de o frisar, apenas uma dedução nossa sem apoio documental, pelo que terá de ser encarada com algum cuidado.

A Fazenda Real era indicada como recebedora de dízimos em apenas 5 freguesias. Recebia 1/3 dos de Vila Nova de Cerveira e das paróquias de S. Estevão e Sr.^a dos Anjos, ambas de Valença. Recebia ainda a totalidade dos dízimos de Monsul e de Santa Comba. Neste último caso, a Coroa passou a receber os dízimos pelo facto de ter morrido o abade da freguesia em 1827²¹⁸.

A Coroa ocupava assim um lugar muito modesto entre todos os interessados. Seria o seu direito ao padroado das igrejas pouco expressivo no Minho? É certo que tinha a concorrência das grandes casas regulares, do arcebispo e outros membros da hierarquia diocesana e mesmo da nobreza. Porém, o facto de não ser declarada como proprietária de dízimos não quer dizer que não fosse padroeira. Efectivamente, o que parece ter acontecido é que a Coroa foi cedendo esse direito, esse privilégio, ao longo dos tempos. E pela análise dos dados do inquérito de 1821 pensamos poder afirmar que as principais entidades beneficiárias dessa “cedência” ou “concessão” foram, uma vez mais, a Igreja Patriarcal de Lisboa e, também, o clero paroquial, em particular, os abades. Registamos apenas dois exemplos, entre outros: na freguesia de São Martinho do Campo, “Abadia de Padroado Real”, era a Patriarcal que recebia “as quartas nonas” de todos os rendimentos da igreja, ficando o restante para o abade; em Santa Maria de Vila Fria, igualmente, “Abadia de Padroado Real”, novamente uma partilha entre o clero paroquial e a Patriarcal, ficando esta com a “terça de tudo”²¹⁹.

²¹⁸ O que, aliás, constituía uma “Receita Ordinaria do Thesouro”, como é declarado no orçamento do Estado para 1827, onde aparece uma rubrica dedicada ao “Rendimento do Anno vago dos Benefícios Ecclesiasticos”, com um saldo superior a 2 contos de réis. Cf. Relatório apresentado na Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa em 11 de Fevereiro de 1828 pelo Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios da Fazenda Manoel António de Carvalho..., Lisboa, Impressão Regia, 1828.

²¹⁹ Cf. AHP, cx. 10, doc. 50 e 51 correspondentes às visitas da 1^a e 3^a partes de Sousa e Ferreira. Veja-se ainda cx. 10, doc. 49 ou cx. 8, doc. 77.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

Para além disso, é necessário fazer um pequeno comentário no que aos rendimentos da Coroa diz respeito. Se os dízimos que são declarados como sua pertença são poucos, não nos podemos esquecer de que a Coroa acabava por participar numa parcela mais significativa desta prestação. Bastará para isso chamar a atenção para o facto do monarca ser detentor das comendas e acabar por usufruir os rendimentos das mesmas, quando estas se encontravam vagas, por intermédio das instituições dele dependentes, caso da Mesa da Consciência e Ordens e das Provedorias.

Se aceitarmos este raciocínio e juntarmos aos seus rendimentos os das comendas declaradas vagas entre 1827 e 1831, então, vemos que a Coroa acabava por ter na sua mão, em média, mais de 3 contos de réis anuais em dízimos das comarcas eclesiásticas de Braga e Valença (quadro 53). Já não falamos das comendas entretanto sequestradas, o que terá multiplicado por dez aquele valor, durante o exílio liberal e os primeiros tempos da Guerra Civil. Juntando as duas situações podemos verificar que a nível nacional este era um rendimento bastante significativo. Veja-se os cerca de 55 contos de réis provenientes das comendas vagas e que são declarados como receita do Estado em 1827²²⁰.

4.3.3. As Casas do Infantado e de Bragança

A Casa do Infantado foi criada em 1654, pelo rei D. João IV, como casa senhorial dos filhos segundos da coroa, para lhes garantir uma dotação material e patrimonial. Em boa medida tal foi possível através da incorporação dos bens do marquês de Vila Real e do duque de Caminha e da doação da cidade de Beja e seu termo. Esta Casa detinha o direito de padroado sobre a maioria das freguesias pertencentes às suas terras e, no caso

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

dos bens dos dois titulares, isso incluía também os rendimentos de muitos benefícios eclesiásticos na região do Alto Minho, ou seja, em última análise, dízimos²²¹. Ao longo dos seus 180 anos de existência, foram-lhe sendo adicionados largos privilégios, tanto em rendas com em terras. No final do Antigo Regime as receitas desta instituição representavam cerca de 3% do total das receitas fiscais do Estado²²².

Estas vinham da indústria, do comércio, da agricultura, de rendas diversas e de comendas, para além dos referidos padroados e dízimos. Estes representavam 3295\$840 réis anuais entre 1827 e 1831 (quadro 57), o que equivalia a cerca de 1,5% do total das suas receitas a nível nacional no ano de 1830²²³.

57 - Casas do Infantado e de Bragança – rendimentos (mil réis)

Denominação	Rendimentos	Encargos	Rend líquido	%RL
Casa do Infantado	5287,215	1991,375	3295,840	84,47
Casa de Bragança	605,881	0	605,881	15,53
Total	5893,096	1991,375	3901,721	100,00

As vicissitudes da sua criação e o facto de ter muitas das suas terras e bens no Alto Minho, onde, aliás, era donatária da comarca civil de Valença²²⁴, terão influenciado, cremos que decisivamente, a forma como esta instituição acedia aos dízimos no final do Antigo Regime. Efectivamente, recolhia aquela prestação em exclusivo na área da comarca eclesiástica de Valença, em especial nos concelhos de Caminha e Valadares, onde estava incluída a totalidade da respectiva comarca civil.

Em termos individuais os seus rendimentos representam mais de 1% do total apurado (quadro 34), encontrando-se entre os 12 maiores interessados nos dízimos das comarcas eclesiásticas de Braga e Valença (quadro 35), o que contribuía, não temos

²²⁰ Cf. Relatório apresentado na Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa em 11 de Fevereiro de 1828 pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda Manoel António de Carvalho..., Lisboa, Impressão Regia, 1828.

²²¹ Cf. DHP, Vol. III, pp. 316 e 317, “Casa do Infantado” e Maria Paula Marçal Lourenço, A Casa e o Estado do Infantado, pág. 25 a 37 e 61.

²²² Cf. DHP, Vol. III, pp. 317, “Casa do Infantado”.

²²³ *Idem*, pág. 317.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

dúvida, para a “projecção desta casa senhorial nas vésperas do seu desaparecimento”, ocorrido em 1834²²⁵.

Nesta secção incluímos também a casa da dinastia reinante que, ao que nos é dado observar, como qualquer outra casa senhorial, tinha também uma parte na circulação e distribuição do produto decimal (quadro 57). Essa parte era modesta na região de Valença e Braga, no final do Antigo Regime, comparando com a Casa do Infantado. Porém, nem sempre terá sido assim, pois no século XVII cerca de 33% dos seus rendimentos vinham, precisamente, do arcebispado de Braga, na sua maioria fruto dos direitos de padroado e da posse de comendas na comarca civil de Barcelos²²⁶.

Como vimos, a nossa fonte apresenta uma lacuna significativa no que diz respeito a essa comarca, pelo que a nossa perspectiva pode não ser totalmente correcta. No fundo, a imagem com que ficamos da participação da Casa de Bragança na distribuição social dos dízimos é muito próxima da que nos apercebemos em relação à Coroa. Provavelmente, muitos dos seus privilégios foram sendo cedidos e os seus rendimentos beneficiavam outros indivíduos e entidades, o que, aliás, não seria novidade tendo em conta que, no século XVII, só usufruía directamente cerca de 20% do rendimento total que lhe era atribuído²²⁷.

4.3.4. A Universidade de Coimbra

A Universidade aparece em papel de relevo no conjunto dos interessados. Sendo uma instituição estranha à região, fica à frente da Mitra Primaz, por exemplo, e em quarto lugar na lista dos 12 maiores interessados (quadros 34 e 35). A sua posição

²²⁴ *Idem*, pág. 316.

²²⁵ Cf. *DHP*, Vol. III, pp. 317, “Casa do Infantado”.

²²⁶ Cf. Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000, pp. 271.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

privilegiada devia-se, em grande medida, ao facto de ser proprietária de um número considerável de dizimarias.

Constituída, maioritariamente, por membros do clero secular e regular, era também à estrutura eclesiástica que ia buscar os seus rendimentos. A maioria dos seus docentes eram dignidades capitulares²²⁸ que, já vimos, tinham a base dos seus rendimentos assente nos dízimos. Segundo o que nos foi possível apurar, também a própria Universidade tinha aí uma forte participação. O que, aliás, parecia resultar da forma como tinha sido dotada na altura da sua instituição, pois em 1288, na solicitação feita ao papa, foi pedido que “o salário dos doutores e mestres” fosse provido com os rendimentos de alguns “mosteiros e igrejas.”²²⁹

Nas comarcas eclesiásticas de Braga e Valença, entre 1827 e 1831, estes baseavam-se exclusivamente em 18 freguesias anexas, nas quais, com excepção de duas, cobrava a totalidade da prestação decimal. Este facto permitia um elevado nível de recolha de dízimos, que se centrava essencialmente na comarca eclesiástica de Valença e, em especial, no concelho de Monção e no couto de Sanfins. Não conseguimos averiguar, porém, se esta especial concentração tinha alguma razão histórica²³⁰.

Este quadro da participação da Universidade de Coimbra na repartição dos dízimos, aparentemente, não apresenta grandes novidades em relação ao conjunto da Península Ibérica. Na maioria das universidades espanholas, com destaque para a de Santiago de Compostela, o dízimo era a principal fonte de rendimentos. No caso desta última e durante o primeiro terço do século XIX, o dízimo representou sempre uma

²²⁷ Cf. Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança...*, pág. 272.

²²⁸ Cf. Ana Mouta Faria, “Função da carreira eclesiástica...”, pág. 35.

²²⁹ Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra...*, pág. 555. O mesmo aconteceu com a Universidade de Santiago de Compostela. Cf. Enrique Martinez Rodriguez, *La Universidad de Santiago de Compostela al final de la época autonómica*, Universidade de Santiago de Compostela, 1981, pág. 42.

²³⁰ Curiosamente, na tese de Fernando Taveira da Fonseca não é feita referência aos dízimos cobrados na região por nós estudada. Cf. *A Universidade de Coimbra...*, pp. 555-600. Terá a Universidade entrado na sua posse apenas após 1771, data limite deste estudo? A hipótese é viável, pois como o mesmo autor

percentagem acima dos 63% no total de ingressos²³¹. Para o caso português a realidade seria, provavelmente, semelhante, tendo em conta os mais de 5 contos de réis em dízimos que a Universidade de Coimbra recolhia nas comarcas eclesiásticas de Braga e Valença²³². Algo que acontecia já, pelo menos, desde o século XVIII, altura em que a Universidade tinha nos dízimos a sua “prestação mais importante”, no conjunto das rendas a que tinha direito²³³.

4.4. O “dízimo de Deus”

Nesta última secção iremos debruçar-nos sobre o que chamámos o “dízimo de Deus”, constituído pelos encargos dirigidos exclusivamente para o culto divino e a caridade. Será, se assim o podemos entender, uma visão sobre aquela parte dos dízimos que teórica e canonicamente deveria estar reservada para a manutenção das igrejas e do culto e para a assistência aos pobres²³⁴ que, como já referimos no início deste capítulo, estava bastante esquecida²³⁵. Importa agora fazer a contabilização desse “esquecimento” e para tal optámos por analisar três aspectos: as despesas relacionadas com o culto divino, com as missas; os encargos com as fábricas das igrejas, com a manutenção dos edifícios e dos paramentos; por fim, os gastos com a assistência e o socorro aos pobres.

afirma a Universidade “mesmo dispondo de uma base material bastante estável, algumas modificações se podem observar, susceptíveis de fazer variar a massa das rendas.” Cf. *Idem*, pág. 569.

²³¹ *Idem*, pp. 41, 52, 56 e 57.

²³² Em Lisboa, também entre 1827 e 1831 a Universidade é apresentada como um dos “grandes colectores” de dízimos. Cf. Dulce Freire, *Dízimos no Distrito de Lisboa...*, pp. 114 e 123. Curiosamente, na região de Coimbra nos mesmos anos, em média, a Universidade recebia pouco mais de 600\$000 réis anuais, ficando muito longe de ser um dos principais beneficiários. Cf. Arnaldo da Silva, *Os Dízimos nas Vésperas da sua Abolição...*, pág. 38 e quadro 13.

²³³ Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra...*, pág. 600 e 760-762.

²³⁴ Cf. nota 153.

²³⁵ Em relação aos pobres o mesmo é afirmado por Aurélio de Oliveira reforçando as nossas convicções. Este autor refere que “a participação dos pobres na pensão decimal foi-se tornando com o tempo cada vez mais problemática e de um modo geral no século XVIII deixou de satisfazer-se, deixando também de

4.4.1 As despesas com o culto divino

Este tipo de encargos não são muito frequentes e resumiam-se, essencialmente, a pequenas quantidades em dinheiro ou géneros atribuídas para a “lâmpada do Senhor” que deveria, segundo as constituições diocesanas, estar sempre acesa diante da imagem de Jesus Cristo²³⁶; para as hóstias e vinho das missas; e para a cera das velas (quadro 58).

58 - As despesas com o culto divino (mil réis)

Nº	Dinheiro	Géneros	TOTAL*
34	66,120	355,584	421,704
Média	1,945	10,458	12,403

* Este valor entra nos encargos dos interessados, porém, não é atribuído como rendimento a nenhum.

O pagamento em géneros era mais frequente e representava um valor maior. Consistia, vulgarmente, no caso da lâmpada em 2 almudes de azeite anuais. Para as velas o mais comum era o pagamento de 2 libras e para as missas eram normalmente fixados 2 alqueires de trigo e 2 almudes de vinho. Infelizmente não temos como verificar se estas quantidades seriam suficientes para as necessidades do culto, mas o que nos parece certo é que esta preocupação não estava, de todo, generalizada, pelo que muitas vezes essa obrigação cairia sobre o clero paroquial ou sobre as populações.

4.4.2. As fábricas das igrejas

Outro dos fins teóricos dos dízimos relacionava-se com a manutenção dos edifícios e paramentos de culto, função atribuída, em parte, à fábrica de cada igreja que

mençãoar-se confirmando-se assim mais uma das abusivas distorções de que a dízima foi sendo objecto.” Cf. *A Abadia de Tibães...*, pág. 438.

²³⁶ Cf. Aurélio de Jesus da Costa, “Constituições Diocesanas Portuguesas dos Séculos XIV e XV”, in *Bracara Augusta*, Braga, Câmara Municipal de Braga, Vol. XXXI, 1977, pág. 55.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

tinha uma administração própria²³⁷. Os gastos com a reparação e manutenção das igrejas referidos no inquérito de 1836 eram frequentes, o que não quer dizer que fossem elevados. Efectivamente aparecem em 132 freguesias, mas no total pouco passavam do conto de réis anuais (quadro 59).

59 - Fábricas das igrejas – rendimentos (mil réis)*

Denominação	Nº	Dinheiro	Géneros	Rendimentos	Encargos	Rend líquido
Fábrica	132	1239,600	50,545	1290,145	0	1290,145

60 - Fábricas das igrejas – rendimento médio (mil réis)*

Denominação	Dinheiro	Géneros	Rendimentos	Encargos	Rend líquido
Fábrica	15,691	0,640	16,331	0	16,331

* O n.º de observações efectivo é de apenas 79 pois a fonte não indicava rendimentos específicos ou foi impossível calculá-los em dinheiro para 53 dizimarias.

Esses pagamentos eram maiores e mais frequentes em dinheiro do que em géneros, mas em média apresentavam-se reduzidos, pouco mais de 16 mil réis anuais (quadro 60).

Mesmo assim é de notar que, em muitos casos, são referidos gastos com as fábricas, mas não são especificados. O mais certo era serem feitos à medida das necessidades do momento, consoante a igreja precisava ou não de obras ou quando era necessário comprar paramentos. É assim um gasto reduzido²³⁸, dando razão a Fortunato de Almeida quando este afirma que os “corpos administrativos fabriqueiros (...) mal podiam desempenhar a sua missão (...)” por falta de recursos²³⁹.

Se em termos médios o montante despendido com as fábricas era diminuto, foi possível, em alguns casos, verificar que as quantias podiam ser mais significativas. É o exemplo da freguesia de Viana, que recebia mais de 45\$000 anuais da Mitra Primaz, ou,

²³⁷ Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, pág. 63.

²³⁸ Consideramos o valor médio encontrado reduzido, tendo em mente os que são apontados num projecto das Cortes de 1827. Aí é declarado como ideal um valor mínimo de 20\$000 a 30\$000 réis anuais para a manutenção das fábricas das igrejas. Este projecto lei foi elaborado por uma comissão na sequência de um outro apresentado por Borges Carneiro na sessão da Câmara dos Deputados de 11 de Dezembro de 1826.

ainda, da freguesia de Vila Mou com 40\$000 pagos anualmente pelo convento de S. Ana de Viana. No outro lado da escala podemos referir o caso da freguesia de Badim, onde a Casa do Infantado despendia com a fábrica apenas 1\$100 réis anuais²⁴⁰.

Este facto vem mais uma vez reforçar a ideia de que o terço dos dízimos que, supostamente, deveria ser dedicado também a este fim estava, no final do Antigo Regime, a ser desviado para outros interesses e interessados, o que onerava o clero paroquial e as populações que, depois de pagarem o dízimo, tinham, em muitos casos, de concorrer para a manutenção das suas igrejas. É o que transparece da leitura do inquérito de 1821, pois são frequentes as respostas em que se afirmava que eram o “pároco e o povo” quem “concorria para a fábrica da igreja”²⁴¹.

4.4.3. A assistência aos pobres

O inquérito de 1836 deu-nos algumas pistas para a análise desta problemática e permitiu-nos entrar em contacto com uma instituição que desconhecíamos e que, supomos, seria de grande importância, apesar de tudo, para aquela tarefa pia. Falamos do celeiro do Micho que é o principal interessado neste conjunto a que decidimos chamar a “terça dos pobres” (quadro 61). A ele voltaremos mais adiante.

Junto com esta instituição encontramos outras três com características distintas, apesar de se dedicarem ao mesmo objectivo de ajuda dos necessitados. É o caso, por um lado, do seminário de S. Caetano e do Recolhimento da Tamanca, ambos situados em Braga, e, por outro, do hospital. O seminário era uma casa fundada em 1791 pelo bispo

Cf. *Gazeta de Lisboa*, 1826, pág. 1315; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, pág. 64.

²³⁹ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, pág. 63.

²⁴⁰ Cf. ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa 4306, mapas de Viana do Castelo e Valadares.

²⁴¹ Cf., por exemplo, as respostas do arcediagado de Braga, do arcediagado de Labruje ou ainda da visita de Lanhoso e Vieira. AHP, Secção I-II, caixa 8, doc. 73 e 80 e caixa 26, doc. 132.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

D. Frei Caetano Brandão que se destinava a acolher e educar rapazes pobres e órfãos e que em 1805 tinha a seu cargo cerca de 150 meninos. O recolhimento era um conservatório de órfãos fundado pelo mesmo prelado, no ano de 1797, que, também em 1805, albergava 80 meninas²⁴². Como podemos ver, os bispos, apesar de nas freguesias pouco ou nada reservarem para a assistência aos pobres, empenhavam-se a nível central em acudir aos mais necessitados, papel interventor que já tínhamos destacado no caso do seminário de S. Pedro²⁴³. Em relação ao hospital, nada conseguimos apurar sobre as suas origens e efectivas funções, mas como o próprio nome indica justifica-se a sua inclusão neste grupo. Para o ajudar no cumprimento da sua função de auxílio aos doentes tinha anexa a dizimaria da freguesia de Medelo, concelho de Montelongo.

61 - A “terça dos pobres” – rendimentos (mil réis)

Denominação	Localização	Pensões em Dinheiro	Pensões em Géneros	Pensões + propriedade das dizimarias	Encargos	Rend líquido	%RL
Micho	Braga	37,130	1174,292	1211,422	0	1211,422	59,22
Seminário de S Caetano	Braga	100,000	0	673,960	120,000	553,960	27,09
Recolhimento da Tamanca	Braga	0	0	145,549	0	145,549	7,12
Hospital	Braga	0	0	231,760	110,709	121,051	5,92
Pobres da freguesia	Ferreiros e Covelas	0	9,517	9,517	0	9,517	0,47
Mendigos	Desconhecida	0	3,750	3,750	0	3,750	0,18
TOTAL		137,130	1187,559	2275,958	230,709	2045,249	100,00

Estas três instituições eram proprietárias de dizimarias, cujo rendimento, no caso do seminário de S. Caetano, era acrescentado com uma pensão anual de 100\$000 réis paga pelo abade de Cavalões, freguesia do concelho de Barcelos.

Como seria de esperar, tendo em conta o que já dissemos, os “pobres da freguesia” não tinham esse privilégio e, efectivamente, só em dois casos é referida uma distribuição a nível local de uma pequena parte dos dízimos, constituída por géneros: 10 alqueires de meado no caso dos “mendigos”; 10 alqueires de milho e 2 almudes de

²⁴² Cf. J. Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (Séc. III - Séc. XX)*, Vila Nova de Famalicão, Mitra Bracarense, Vol. III, 1932, pág. 409 a 411.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

vinho para os “pobres” das freguesias de Ferreiros e Covelas. Curiosamente esta ajuda veio sempre do convento do Pópulo de Braga, dos Eremitas de S. Agostinho.

O celeiro do Micho é um caso bastante interessante, pois apesar de nunca ser apontado como proprietário de dízimos consegue uma quantia, ainda, considerável nas 68 dizimarias onde era interessado. Era um celeiro situado junto ao paço arcebispal e dedicado aos pobres que existia já desde o tempo do bispo D. João de Sousa (1696-1703). Sabemos que no final do século XVII recebia anualmente mais de 7 mil alqueires de cereais pagos pelas igrejas da comarca eclesiástica de Braga, que eram distribuídos pelos pobres, todos os dias, em forma de pequenos pães denominados “michos”²⁴⁴.

62 - O celeiro do Micho – rendimentos (mil réis)

Denominação	Dinh*	Gén*	Misto*	Dinheiro	Géneros	Rendimentos	Encargos	Rend líquido
Micho	4	63	1	37,130	1174,292	1211,422	0	1211,422

* Número de vezes que recebe em dinheiro, géneros ou misto, num total de 68 dizimarias.

63 - Quantidade de géneros recebidos

Géneros	Quantidades	Litros*
Meado	1304 alqueires	21019
Centeio	990 alqueires	15958
Trigo	223 alqueires	3595
Milho	23 alqueires	371
TOTAL	2540 alqueires	40943
Vinho	203 almudes	4811

* Para o cálculo dos litros, neste quadro, foram usadas as medidas de Braga.

Porém, apesar de os rendimentos em géneros serem, sem dúvida, significativos, o celeiro, no final do Antigo Regime, não recebia pensões apenas em cereais e as quantidades a que tinha acesso estavam longe dos 7 mil alqueires de 200 anos antes. Recebia igualmente algumas quantias em dinheiro e vinho. Dentro dos cereais

²⁴³ Esta preocupação dos bispos com a caridade parecia ser frequente desde o século XVII, pelo menos na Galiza. Cf. Pegerto Saavedra Fernández, *Economia, Política y Sociedad en Galicia...*, pp. 547 e 548.

²⁴⁴ Cf. J. Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais...*, Vol. III, pp. 218 e 219 e José Viriato Capela, “Estado, Sociedade e Igreja...”, pág. 458.

4. A Distribuição Social do Produto dos Dízimos

verificamos que os mais representados eram o milho alvo e o centeio, através do meado. Os cereais mais “nobres”, como o trigo e o milho, são os que aparecem em quantidades menores (quadros 62 e 63).

Este reduzido rendimento, se tivermos em conta os números para o século XVII, pode ser o resultado do baixo valor médio por dizimaria (cerca de 17\$000 réis), pois, apesar de receber estas “pensões” em cerca de 70 freguesias, elas não eram muito mais significativas do que as que se dedicavam à manutenção das igrejas. Porém, não nos podemos esquecer de que aqui estamos apenas a estudar uma parte do arcebispado de Braga.

Tendo em conta estes diversos aspectos, pensamos que esta preocupação com os pobres não deixava de estar presente e, mal ou bem, contribuiria para suprir algumas das necessidades dos mais carenciados, em especial em épocas de crise e carestia.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Os dízimos podiam ser administrados pelo proprietário da dizimaria e, neste caso, eram recolhidos pelo próprio ou por funcionários ao seu serviço, ou podiam ser arrendados, estabelecendo-se então um contrato entre o proprietário e um rendeiro, ficando este, mediante o pagamento acordado, com o direito à cobrança ou ao seu subarrendamento.

O inquérito de 1836 dá-nos informações sobre estes aspectos e sobre os agentes que neles intervinham: funcionários e rendeiros. Ficamos a saber que entidades recorriam a uma e a outra forma de gestão dos dízimos, quando o faziam e com que regularidade. A visão que nos é dada por esta fonte, porém, não responde a todas as nossas questões. Apresenta um quadro muito próximo da realidade da cobrança decimal a um nível local. Os rendeiros que refere, por exemplo, na sua maioria são os que efectivamente cobravam as rendas nos campos. Mas queríamos depois saber o perfil social e económico destes indivíduos, que relações estabeleciam com os proprietários das rendas, que características assumiam os contratos de cobrança, como se estruturavam as redes de contratadores. Para tal tivemos de nos socorrer de outras fontes que foram preciosas na clarificação desses e de outros aspectos que abordaremos de seguida. Falamos das notas dos tabeliães, dos registos notariais tão ricos para a nossa História económica e social²⁴⁵.

²⁴⁵ Os elogios que aqui traçamos em relação às actas notariais e à sua utilização não são, como é óbvio, originais. Veja-se, por exemplo, José Álvaro Ferreira da Silva, “Estruturas Agrárias e Relações Sociais - fontes para o seu estudo (décimas e cartórios notariais)”, in Maria José da Silva Leal e Miriam Halpern Pereira (dir.), *Arquivo e Historiografia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, pp. 327 a 353, em especial 332-334; Irene Maria Vaquinhas e Fernando Taveira da Fonseca, “Os actos notariais como fonte para a história económica e social”, in *Idem*, pp. 355 a 377, em especial 356-358; Fernanda Paula Sousa Maia, “A Renda e o Rendeiro na Época Moderna. Breve estudo sociológico”, in *Señorio y Feudalismo en la Península Ibérica*, (eds.) Esteban Sarasa Sánchez e Eliseo Serrano Martín, Zaragoza, Institución «Fernando El Católico», Volume III, 1993, pág. 631. Na recolha dos contratos adoptámos uma metodologia simples, mas que nos pareceu adequada aos propósitos do nosso estudo. Assim, privilegiámos os que diziam respeito a rendas do arcebispado de Braga, tendo incluído outros apenas na

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Foram analisados 444 contratos exclusivamente sobre, ou que incluíam, dízimos²⁴⁶. Trata-se de contratos realizados em diversos notários de várias localidades do Minho e de Lisboa e respeitantes a uma gama variada de entidades, desde a Casa do Infantado à Mitra Primaz, da nobreza aos membros dos cabidos e colegiadas, passando pela Igreja Patriarcal, entre outras instituições e indivíduos. Cremos apresentar assim uma visão muito aproximada do que seria a realidade da cobrança de dízimos e do perfil dos rendeiros: por um lado, foi possível verificar as diferenças no clausulado dos contratos que mudava, por vezes, consoante a categoria do proprietário; por outro, estas fontes dão-nos, muitas vezes, informações sobre os rendeiros, nomeadamente, relações de parentesco, profissões e residência.

5.1. Administração directa ou arrendamento

O arrendamento era o método de cobrança mais utilizado. Porém, não o era da mesma forma por todos os proprietários e, cremos, em todas as épocas (quadro 64). Apesar de tudo, o peso global da administração directa (ligeiramente superior a 40%) foi, em grande medida, uma surpresa²⁴⁷.

Havia factores que influenciavam a escolha do arrendamento ou da administração directa. O factor geográfico é sem dúvida um desses. Pelo quadro 64 podemos verificar

medida em que eram necessários para uma melhor caracterização de determinadas instituições ou de certos rendeiros que se destacavam do conjunto.

²⁴⁶ Ao todo trabalhámos cerca de 520 contratos, pois para alguns rendeiros procurámos informações adicionais sobre as suas actividades.

²⁴⁷ Explicável, como veremos de seguida, mas em todo o caso uma surpresa. Em quase toda a historiografia portuguesa que se tem dedicado, directa ou indirectamente, ao estudo dos dízimos é afirmado o carácter excepcional e pontual que reveste o recurso à administração directa por parte dos proprietários dos dízimos. Cf. Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães...*, pp. 374-375; *Idem*, “Rendas e Arrendamentos da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães (1684-1731)”, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Vol. II, Guimarães, 1981, pág. 114; *Idem*, “Contabilidade Monástica...”, pp. 162-163; Fernanda Paula Sousa Maia, *O Mosteiro de Bustelo...*, pág. 187; Célia Maria Taborda da Silva, *O Mosteiro de Ganfei*, pág. 152; Inês Amorim, *O Mosteiro de Grijó...*, pág. 125; Margarida Sobral Neto, *Terra e Conflito...*, pág. 63.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

que são as entidades cuja residência ou “sede” se encontra no arcebispado de Braga, ou seja, está mais próxima ou coincide com as dizimarias, que mais vezes recorrem à administração directa. As entidades estranhas à região preferem claramente o arrendamento, optando menos vezes pela administração directa. Esta opção podia estar relacionada com dificuldades em encontrar arrematantes para os dízimos, o que seria natural, pois os riscos desta actividade certamente iam sendo maiores à medida que o país caminhava para a instabilidade política e para a guerra civil.

64 - Métodos de cobrança de acordo com a localização dos proprietários

Localização dos proprietários	Arrend.	% Ar	Adm.	% Ad	Total c/dados	Desconhecido	Total geral*
No Arcebispado	1154	48,45	1228	51,55	2382		
Fora do Arcebispado	799	89,78	91	10,22	890		
Desconhecida	25	71,43	10	28,57	35		
Total	1983	100,00	1329	100,00	3312	309	3621
%T	59,87		40,13		100,00	8,53	

* Este valor explica-se pelo facto de termos 607 freguesias, com dados para 5 anos (607x5=3035), muitas delas repartidas por mais do que um proprietário que poderiam optar por métodos de cobrança diferentes.

Se analisarmos os dados do quadro 65 temos a percepção de quem efectivamente optava por um ou outro método de cobrança.

65 - Métodos de cobrança de acordo com a categoria dos proprietários

Proprietários	Arrend.	% Ar	Adm.	% Ad	Total c/dados
Universidade de Coimbra	80	100,00	0	0,00	80
Mitra Primaz	115	95,83	5	4,17	120
Igreja Patriarcal de Lisboa	240	90,91	24	9,09	264
Nobreza	306	88,95	38	11,05	344
Casa do Infantado	73	85,88	12	14,12	85
Cabido e Colegiadas	127	79,38	33	20,63	160
Outros	80	77,67	23	22,33	103
Câmaras Municipais	15	75,00	5	25,00	20
Conventos e mosteiros	289	73,16	106	26,84	395
Abades s/cura - Beneficiados	55	68,75	25	31,25	80
Dignidades e Cónegos	127	54,04	108	45,96	235
Clero paroquial	476	33,38	950	66,62	1426
Total	1983	59,87	1329	40,13	3312

Vemos, então, que são os grandes proprietários de rendas e, em particular, os que se situam fora do arcebispado que recorrem, maioritariamente ou mesmo exclusivamente ao

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

arrendamento dos seus dízimos, como é o caso da Universidade de Coimbra²⁴⁸. No sentido oposto aparece o clero paroquial, dando preferência à administração directa. Também muitas são as vezes em que os membros dos cabidos e colegiadas optam por este método de cobrança e o mesmo se pode dizer das casas de religiosos regulares²⁴⁹. Os abades sem cura e beneficiados também apresentam valores elevados de administração directa. Neste caso seguem, em parte, o exemplo dos abades, com quem, na maior parte das vezes, partilhavam a propriedade das dizimarias, como vimos no capítulo anterior.

No fundo, era não só o factor proximidade que influenciava a escolha do método de cobrança, mas também o volume de rendas a gerir e a sua maior ou menor dispersão geográfica. Não será necessário, neste caso, falar de instituições como a Igreja Patriarcal, a Casa do Infantado ou a Universidade que tinham rendimentos espalhados um pouco por todo o reino, bastará verificar a opção feita pela Mitra de Braga. As suas rendas abrangiam todo o arcebispado e, tendo em conta a dimensão deste, era natural que esta instituição escolhesse predominantemente o arrendamento. Era uma forma de garantir um rendimento certo, sem estar sujeito às incertezas e despesas da administração directa. Opção que era comum a outras dioceses portuguesas e espanholas²⁵⁰.

²⁴⁸ Algo que era já comum a esta instituição desde o século XVIII. Cf. Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra...*, pp. 695 a 700.

²⁴⁹ O que constituiui, repetimos, uma surpresa tendo em conta os testemunhos de diversos trabalhos sobre o clero regular que apontam para um quase monopólio do arrendamento no conjunto dos métodos de cobrança. Veja-se nota 247. Porém, a maioria desses estudos termina no triénio liberal ou mesmo antes e pensamos que a Revolução de 1820 corresponde, precisamente, ao ponto de viragem nesta e noutras questões, como procuraremos demonstrar nas páginas seguintes.

²⁵⁰ Veja-se o caso da mitra de Faro em Joaquim Romero de Magalhães, *O Algarve Económico...*, pág. 187; da mitra de Santiago de Compostela em Ofelia Rey Castelao, “Estructura y evolución de una economía rentista de Antiguo Régimen: La Mitra Arzobispal de Santiago”, in *Compostellanum*, XXXV, Santiago de Compostela, 1990, pág. 470; de várias mitras espanholas cujo estudo foi levado a cabo por Maximiliano Barrio Gozalo em diversos números da revista *Anthologica Annua*, entre 1981 e 1993. Veja-se, por exemplo, o artigo dedicado aos bispos galegos em “Perfil socio-económico de una élite de poder (III): Los obispos del Reino de Galicia, (1600-1840)”, in *Anthologica Annua*, n.º 32, 1985, pp. 62 e 72-75. Uma visão de conjunto sobre as opções de várias entidades e, basicamente, com os mesmos resultados agora apontados por nós, é dada para a Galiza em Angel I. Fernández González, *A fiscalidade*

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Eram os párocos proprietários das dizimarias, os abades, que preferiam administrar os seus rendimentos. Neste caso, mais de 67% optavam predominantemente pela administração directa das suas rendas e 56% só utilizava mesmo este método de cobrança entre 1827 e 1831²⁵¹. Há mesmo casos de abades que, recebendo dízimos de duas freguesias, continuam a optar pela cobrança directa. Encarregam-se eles próprios de recolher os dízimos, pelo menos, na freguesia que pastoreiam e na outra delegam essa tarefa em funcionários ou criados. Era o que acontecia com o abade Francisco Abreu Coutinho, de Meixedo, que entre 1827 e 1831 cobrou os dízimos dessa freguesia e os de Orbacém. Nesta última recorreu aos serviços de uma “colhedora”, Maria Luísa Lourença, viúva e residente na mesma freguesia²⁵².

66 - Métodos de cobrança de acordo com os anos

Ano	Arrend.	% Ar	Adm.	% Ad	Total c/dados
1827	403	60,78	260	39,22	663
1828	396	59,73	267	40,27	663
1829	396	59,82	266	40,18	662
1830	396	59,73	267	40,27	663
1831	392	59,30	269	40,70	661
Total	1983	59,87	1329	40,13	3312

Será que a opção por um ou outro método de cobrança era influenciada pelas épocas de crise, de convulsão social e política? Não nos podemos esquecer de que o inquérito abrange uma época conturbada, correspondente ao reinado de D. Miguel e à guerra civil. Foi considerando esta perspectiva histórica que analisámos a evolução dos valores da administração e do arrendamento que figuram no quadro 66.

eclesiástica..., pp. 182 e 190 a 196. Também este autor refere que ficava mais barato aos proprietários de dízimos arrendar a cobrança dos mesmos do que empregar criados ou administradores pagos por si. Cf. *Idem*, pág. 617.

²⁵¹ As percentagens referem-se, neste caso, ao número de abades e não ao número de observações total, uma vez que também havia priores e outros, poucos, párocos a receber dízimos directamente. Esta preferência dos párocos pela administração directa já tinha sido apontada por Eiras Roel para a Galiza. Cf. “Evolucion del producto decimal en Galicia...”, pág. 55. Algo reafirmado de forma inequívoca por Angel I. Fernández González, A fiscalidade eclesiástica..., pp. 181 e 185 a 190.

²⁵² Cf. ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa 4306, concelho de Caminha.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Apesar de ser pouco significativo, nota-se um ligeiro aumento do número de dízimos administrados directamente quando comparamos 1827(260) e 1831(269). É óbvio que esta evolução pode ser o resultado de uma ou outra opção pontual de um determinado número de proprietários. Não deixa, contudo, de ser uma tendência, talvez, forçada pelo rumo dos acontecimentos uma vez que a instabilidade tendia a afastar os rendeiros. É certo que só temos dados para o período de 1827-31, mas será que esta tendência não vinha já desde a Revolução Liberal?²⁵³

5.2. Administração directa e funcionários

Quando os dízimos andavam em administração podiam existir diversos funcionários encarregues da recolha e gestão dos mesmos. Frequentemente, consoante a importância do proprietário e das rendas a gerir, era nomeado um administrador, sendo a cobrança directa, aparentemente, feita por colhedores. Os primeiros podiam chegar a ser figuras destacadas da administração civil regional e local, como aconteceu com os dízimos da Casa do Infantado, onde, por exemplo, a dizimaria de Riba de Mouro, no ano de 1831, foi administrada pelo corregedor de Valença, João de Mello Pereira de S. Paio, e a de Venade, em 1830 e 1831, pelo juiz de fora de Caminha, António Roberto de Araújo Queiróz²⁵⁴. Podiam, ainda, ser membros da própria instituição proprietária das dizimarias, por exemplo, monges, quando estavam em causa os dízimos dos institutos regulares, como no caso do Mosteiro de Santa Marinha da Costa que, entre 1827 e 1829,

²⁵³ A influência da conjuntura política nos arrendamentos e, mais especificamente, na “desistência progressiva dos homens que controlavam a arrecadação” das rendas senhoriais entre 1818 e 1832 foi realçada por Margarida Sobral Neto no seu trabalho sobre o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Cf. *Terra e Conflito...*, pág. 376. Será que acontecia o mesmo na região de Braga? Ao nível da questão específica da administração directa não temos dados suficientes para o afirmar categoricamente, mas esta perspectiva de “fuga” dos rendeiros foi possível de detectar quando analisámos os contratos de arrendamento. Veja-se o texto infra sobre a duração destes últimos.

²⁵⁴ Cf. respectivamente, ANTT, Casa do Infantado, Livro 834, fl. 136v-137 e ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa 4306, Caminha.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

administrou através de um dos seus religiosos os dízimos, precisamente, da freguesia da Costa²⁵⁵. Para além destes casos pontuais temos poucos dados sobre estes indivíduos (quadro 67).

67 - Funcionários na cobrança dos dízimos

Tipo	Nº	%
Administrador	45	63,38
Colhedor	23	32,39
Encarregado	1	1,41
Feitor	1	1,41
<i>Criados e Feitores*</i>	<i>1</i>	<i>1,41</i>
Total	71	100,00

* Indicação da fonte sem especificar o número.

Falámos até agora somente de administradores e colhedores, pois são estes que, maioritariamente, nos surgem na documentação. As fontes não indicam categorias de funcionários que as próprias constituições referem como sendo responsáveis pela cobrança dos dízimos, “a saber, Priostes, Dizimeiros, Acarretadores, Escrivães”, o que não quer dizer que não existissem²⁵⁶.

Ainda segundo as constituições deveriam estes funcionários exercer apenas por um ano²⁵⁷. Pelo que foi possível observar, esta norma não era de todo seguida, pois nunca encontramos funcionários a trabalhar somente durante um ano. Aliás, o que era comum era estarem vários anos, por vezes, os cinco que foram abrangidos pelo inquérito, envolvidos na cobrança dos dízimos de uma mesma freguesia. Veja-se os casos de Manuel Alvarez Miranda que foi colhedor dos dízimos de Freixo entre 1828 e 1831, ou de Manuel José Pinto, feitor de 1827 a 1831 em Escudeiros²⁵⁸.

Havia até alguns indivíduos que aparentavam fazer deste cargo uma autêntica profissão, não só pelo número de anos em que ficavam encarregues da cobrança, mas

²⁵⁵ Cf. ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa 4308, Guimarães.

²⁵⁶ *Constituições Sinodais...*, pág. 392.

²⁵⁷ *Idem*, pág. 393.

²⁵⁸ Cf. ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa 4306, Ponte de Lima; caixa 4308, Braga.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

também pelo facto de a exercerem em diversas freguesias. Um caso exemplar do que acabámos de afirmar é o de Manuel Monteiro Viegas. Entre 1827 e 1831 foi administrador de nada menos do que 4 dizimarias: Atães, Lobeira, Rendufe (S Romão) e S Torcato. A primeira pertencia ao Mosteiro de Santa Marinha da Costa e as restantes à colegiada de Guimarães. Infelizmente, nunca é declarado o valor que este verdadeiro profissional de cobranças recebia pelo seu trabalho, mas é conhecida a sua “profissão”: era vigário em Atães, recebendo de cômgrua anual 11\$420 réis²⁵⁹! Não admira, portanto, que se entregasse à actividade de administrador de dízimos, tendo em conta os magros rendimentos que obtinha pela função de “cura d’almas”.

Como também não é de admirar que não seja caso único entre o clero paroquial, se tivermos em mente o que ficou dito sobre os seus níveis de rendimento no capítulo anterior. De facto, era relativamente frequente encontrar vigários e curas a cobrar dízimos por conta de outrem. Entre 20 casos para os quais temos informação sobre a categoria social ou profissão dos funcionários 4 são párocos (quadro 68).

Porém, o grupo que está representado em maior número é o dos rendeiros. Encontramos 11 indivíduos que acumulam as duas funções: eram funcionários de cobrança em algumas freguesias e rendeiros de outras. Será que a primeira actividade não serviria de trampolim para mais altos voos, para se passar à actividade de rendeiro? Ou seriam estes indivíduos privilegiados pelos proprietários pelo facto de terem já alguma experiência no terreno, podendo este argumento funcionar em ambos os sentidos, na passagem de administrador a rendeiro ou de rendeiro a administrador? Não o podemos afirmar com certeza, mas deixamos alguns exemplos. Encontramos um lavrador, José Joaquim Carvalho, como administrador, entre 1827 e 1829, na freguesia de Souto de Sobradelo e, nos dois anos seguintes, como rendeiro dos mesmos dízimos.

²⁵⁹ Cf. ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa 4308, Guimarães.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Um outro exemplo é o de João Pedro Matos, também ele lavrador, administrador da dizimaria de Monsul em 1827 e 1828, sendo rendeiro da mesma no ano seguinte²⁶⁰. Este é ainda interessante pelo facto de sabermos que, pelo menos, desde 1822 era também rendeiro em várias freguesias²⁶¹.

68 - Categoria dos funcionários

Categoria	Nº	%
Rendeiro*	11	55
Clero paroquial	4	20
Corregedor	2	10
Juiz de Fora	1	5
Arcediago	1	5
Monge	1	5
Total	20	100

* 3 eram lavradores. Desconhecemos a profissão dos restantes.

Desconhecemos a profissão dos restantes, mas 3 destes rendeiros/funcionários eram lavradores. Também este facto é significativo, pois a proximidade aos campos e o conhecimento da realidade agrícola local era, sem dúvida, um factor essencial para um bom desempenho das funções de cobrança de dízimos. Aliás, não será por acaso que também ao nível dos arrendamentos encontramos o grupo dos lavradores numa posição de destaque, como teremos oportunidade de observar mais adiante.

Em relação ao que poderiam receber com o exercício destas funções pouco podemos adiantar pois os dados são escassos. É indicado um pagamento para apenas 8 funcionários, sempre em dinheiro, variando entre 1\$800 e 24\$000 réis anuais, encontrando-se o Marquês de Olhão e o cabido de Braga entre os melhores pagadores.

²⁶⁰ Cf. ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa 4308, Guimarães e Póvoa de Lanhoso.

²⁶¹ Entre outros veja-se os casos das igrejas de S Emilião, em 1822, Candoso (S Tiago) e Mascotelos, em 1823, S Gens, em 1825 e do Arcediago de Fonte Arcada, em 1826. Cf. AMG, Colegiada de Guimarães, Livro dos arrendamentos das igrejas da mesa capitular da colegiada, p. 441, 442 e 443; ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 176, fl 119-119v.

5.3. Os contratos de arrendamento

Como fizemos referência no início deste capítulo, a questão dos contratos de arrendamento e do perfil social e económico dos rendeiros foi tratada recorrendo a outras fontes para além do inquérito de 1836. Começamos por dar uma perspectiva sobre as normas que regiam esses contratos, a teoria expressa nas constituições sinodais. De seguida apresentaremos a realidade relativa às características, termos e condições dos contratos. Ao mesmo tempo introduziremos já alguns traços caracterizadores dos rendeiros de dízimos, imagem que será sistematizada e aprofundada no sub-capítulo seguinte, onde também daremos um particular destaque à elite destes verdadeiros homens de negócios.

5.3.1. As normas das Constituições

As constituições sinodais dedicavam alguma atenção aos arrendamentos, definindo regras para a sua realização. Os dízimos deveriam ser arrematados em leilão público e os contratos estabelecidos nunca poderiam exceder dois ou três anos. No caso das rendas do Cabido, das colegiadas, dos mosteiros ou de outras instituições, como “não vagão por morte dos possuidores”, podiam os contratos ser feitos por prazo máximo de 3 anos. No caso das rendas dos benefícios o limite era de 2. Para serem válidos os arrendamentos tinham de ser apresentados ao Provisor ou Vigário da diocese no prazo de 30 dias após a data de realização do contrato. Só depois os rendeiros podiam começar a cobrar as rendas ou fazer o subarrendamento. No acto do arrendamento os proprietários não poderiam receber mais de metade do valor total do contrato, por forma a não “prejudicar ao successor”. Destes contratos eram excluídas as

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

ofertas e o pé-de-altar que não podiam ser arrendados a leigos a não ser que a cobrança fosse feita por um eclesiástico. Podiam, no entanto, ser arrendados a eclesiásticos²⁶².

Abria-se assim a porta a que os eclesiásticos, nomeadamente, os párocos pudessem trabalhar como rendeiros. Mas também esta situação estava prevista, pois estes só poderiam participar em arrendamentos desde que fosse para a sua sustentação. Além disso, era proibido aos religiosos tomar de arrendamento “os frutos das Igrejas onde servirem, por evitar inconvenientes, que disso se pode seguir” sob pena de multa de 10 e 20 cruzados²⁶³.

Mas nem só os párocos estavam expostos a penas. Também os rendeiros, se cometessem fraudes, se sujeitavam a punições por parte da Igreja sendo-lhes aplicada a pena de excomunhão. As fraudes eram conhecidas já no século XVII e, provavelmente, seriam frequentes para merecerem a atenção das constituições que as procuravam combater. Uma é mesmo, expressamente, referida: “por quanto nos consta que acontece muitas vezes no arrendar das rendas Ecclesiásticas, negociar-se, que os outros não lancem nellas, para se haverem por menos, com prejuízo das consciencias, & perda notavel das igrejas: por tanto defendemos, que ninguem por si, nem por outrem, em publico, nem em secreto, direita, nem indireitamente, nem por qualquer outra via, ou modo que seja, presuma impedir, nem estorvar os ditos arrendamentos, ou lanços que outrem quizer fazer.”²⁶⁴

5.3.2. A realidade dos contratos

Uma vez estabelecidas as regras gerais eram muitas as normas particulares que variavam consoante as partes e os valores em presença, como também eram algumas as

²⁶² Cf. *Constituições Sinodais...*, pp. 371 a 375.

²⁶³ Cf. *Idem*, pág. 198.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

excepções ou o desrespeito em relação ao que, em teoria, vigorava nas constituições. Diferenças e excepções que podemos detectar através dos contratos de arrendamento e subarrendamento das rendas eclesiásticas e sobre os quais nos debruçaremos a seguir.

Relembremos que os dados analisados foram recolhidos em 444 contratos. No entanto, não nos vamos restringir somente a estes e, sempre que necessário, utilizaremos as informações dos dois inquéritos que temos vindo a usar ao longo deste trabalho, com especial relevo para o de 1836, bem como de outras fontes que iremos indicando ao longo do texto.

5.3.2.1. Tipologia

No quadro 69 estão indicados os tipos de contratos que tinham por base ou incluíam dízimos e a sua frequência.

Mais de 3/4 dos que foram inventariados são de arrendamento, ou seja, são contratos celebrados directamente entre o proprietário das rendas e dois tipos de contratador: ou o “cobrador”, que vai ele mesmo proceder à cobrança nos campos, ou o “negociante”, que será o primeiro elo de uma cadeia de subarrendamentos.

69 - Tipo de contratos

Tipo	N.º	%
Arrendamento	344	78
Subarrendamento	97	22
Total*	441	100

* Os restantes (3) eram contratos que instituíam sociedades para a gestão da cobrança de dízimos.

Nem sempre foi possível verificar se efectivamente alguns dos contratos de arrendamento dariam depois origem a contratos de subarrendamento. Porém, tendo em conta, por um lado, que muitos dos rendeiros dos dízimos que são nomeados no

²⁶⁴ Cf. *Idem*, pág. 378.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

inquérito não aparecem nos contratos celebrados com os proprietários dos mesmos, mais concretamente 201 em 305 (66%) e, por outro, a percentagem elevada de subarrendamentos referida por Fernanda Paula de Sousa Maia, em estudo semelhante, ficamos com a ideia de que poderiam ter existido muitos mais destes últimos contratos, apesar de não terem sido por nós detectados²⁶⁵.

Apesar de tudo, temos elementos suficientes para prosseguir a nossa análise e, nesse sentido, verificar que também neste caso existiam factores que, por vezes, levavam à existência de sublocações. É óbvio que quando os contratos eram celebrados muito longe do local de cobrança efectiva das rendas sobre as quais incidiam, as probabilidades de existirem, depois, subarrendamentos aumentavam. O mesmo acontecia quando os arrendamentos eram feitos sobre um conjunto de rendas de valor muito elevado ou juntando, num mesmo contrato, rendas muito dispersas em termos geográficos. Estes factores, conjugados com uma maior ou menor capacidade financeira dos rendeiros, determinavam, em parte, se os contratos iriam ser de “arrendamento puro”²⁶⁶ ou sujeitos a posterior subarrendamento.

Existem, assim, um conjunto de rendas que estão mais sujeitas a subarrendamentos, caso não só das da Igreja Patriarcal, da Casa do Infantado e das comendas, mas também do Cabido e da Mitra de Braga. É, efectivamente, para as rendas destas entidades que encontramos mais contratos de subarrendamento. Por vezes, três e quatro elos entre o proprietário das rendas e os camponeses que as pagavam. Daremos apenas dois exemplos, elucidativos, um da Igreja Patriarcal e outro de uma comenda.

Em relação à Patriarcal, a totalidade das suas rendas foram, em 5 de Julho de 1825, arrendadas a um grupo de sócios em Lisboa. No ano seguinte, em 18 de Março,

²⁶⁵ Cf. “A Renda e Rendeiro...”, pág. 635.

²⁶⁶ A expressão é de Fernanda Paula de Sousa Maia. Cf. nota anterior.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

parte das mesmas, correspondentes à “Terça da Mitra” do Arcebispado de Braga, eram subarrendadas a Manuel José Ribeiro da Silva, comerciante em Braga²⁶⁷. Este, por sua vez, entre Abril e Setembro de 1826 sublocou diversos ramos dessas rendas a vários rendeiros, um pouco por toda a diocese. Logo em 24 de Abril contratou com João Pedro de Matos, lavrador do concelho de Guimarães, a parte relativa ao Arcediagado de Fonte Arcada e mais algumas igrejas²⁶⁸. Nestas últimas incluía-se a de Taboças que em 19 de Junho foi subarrendada a Francisco José Martins Matos morador na freguesia próxima de Taíde²⁶⁹.

Outro caso. Em 29 de Dezembro de 1825, João Pimenta Correia e Silva, negociante em Lisboa, arrenda a comenda de S Salvador de Bravães, do Conde do Sabugal. Entre essa data e Junho do ano seguinte deve ter contratado o subarrendamento da mesma com Paulo João Cruz Viana, também ele negociante, mas em Braga. É provável que assim tenha sido, pois em 6 de Junho de 1826 encontramos este a fazer novo subarrendamento da referida comenda a Domingos José de Arantes, morador na freguesia de Lage²⁷⁰.

Este distanciamento entre o proprietário das rendas e os que a elas estavam sujeitos, favorecia a multiplicação dos contratos de subarrendamento e tinha, depois, implicações óbvias no rendimento que ficava disponível aos primeiros e naquilo que era exigido aos segundos. Os subarrendamentos eram feitos com o intuito do lucro, como teremos oportunidade de demonstrar, e, para que ele fosse viável, era necessário, sem dúvida, baixar os valores nos primeiros contratos e, provavelmente, ser implacável nas cobranças finais. Para os rendeiros de grandes capitais, este jogo de arrendamento e subarrendamento era facilitado, pois com este tipo de rendas concentradas conseguiam

²⁶⁷ ANTT, Igreja Patriarcal de Lisboa, Lv 49, fl 28v-34 e ANTT, Notários-Lisboa, Cartório 7b, Cx 39, Lv 295, fl 22-23.

²⁶⁸ ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 176, fl 119-119v.

²⁶⁹ AMG, Notários-Guimarães, Nicolau Teixeira de Abreu, N 1390, fl 117-118.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

uma maior margem de manobra na obtenção de lucros²⁷¹. Porém, isto tinha implicações óbvias no tipo de rendeiros que a elas tinham acesso. Constituíam um grupo restrito, claramente identificável e com uma forte capacidade financeira.

Os exemplos que demos são de contratos que se iniciam em Lisboa, mas o mesmo acontecia nos contratos celebrados na região de Braga, com a diferença de, normalmente, serem menos os intervenientes ou intermediários. Com as rendas dos já referidos Cabido e Mitra assim aconteceu, em alguns casos, mas também com os mosteiros. Em 20 de Julho de 1828 as rendas das igrejas de Golães e Vila Nova das Infantas, pertencentes ao mosteiro de S Tirso de Riba de Ave, foram arrendadas por António Luís dos Santos e José António Pinto Guimarães, ambos de S. Tirso. Logo a 16 do mês seguinte, estes deslocam-se a Guimarães onde subarrendam as referidas rendas a Domingos José Ribeiro, morador em Golães²⁷².

Já os casos de “arrendamentos puros”, apesar de ser mais complicado quantificá-los, pois nem sempre temos a certeza de estar na presença do contratador/cobrador, pensamos que eram mais frequentes em rendas de menor valor, que tinham por objecto apenas uma dizimaria e realizados a um nível local. Os dízimos pertencentes a alguns abades poderão ser disso exemplo, pois para estas rendas não encontramos subarrendamentos, o que não quer dizer que não existissem, como é óbvio.

Aparecem poucos registos de contratos que oficializassem sociedades para a gestão da cobrança dos dízimos (apenas 3). Apesar de não termos os contratos é mais do que provável que elas interviessem em muitos mais casos. Parece óbvia essa relação quando encontramos dois ou mais rendeiros a contratarem em conjunto a mesma renda. O número de sócios era variável e apesar de não existir uma relação estrita entre este e o

²⁷⁰ ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 176, fl 88v-89v e Lv 177, fl 44-45.

²⁷¹ José Viriato Capela chama a atenção para este pormenor referindo-se aos rendeiros da rendas da Câmara Municipal de Braga. É bem provável que o mesmo se passasse nas rendas eclesiásticas. Cf. O Minho e os seus municípios..., pág. 48.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

valor dos contratos, é certo que, quando passamos a barreira dos 4 contos de réis, dificilmente encontramos menos de três rendeiros no arrendamento. Os grandes contratos só estavam à disposição das sociedades, muitas vezes das grandes sociedades²⁷³.

No caso dos dízimos encontramos, por um lado, sociedades de apenas dois indivíduos a contratar rendas inferiores a 250\$000 réis anuais, mas que também podem ultrapassar os 2 contos; por outro, no topo da escala surpreendemos uma sociedade com 8 homens de negócio de Lisboa a arrendar a totalidade das rendas da Patriarcal no valor de mais de 112 contos de réis. Este é, precisamente, um dos casos em que encontramos o registo notarial de uma escritura de sociedade. Os valores envolvidos, a duração do arrendamento (4 anos) e o número de sócios levavam a uma oficialização da sociedade. Curiosamente esta só é registada no notário depois do contrato com a Patriarcal, mas estabelece perfeitamente a posição e função de cada um dos sócios no conjunto do negócio²⁷⁴.

No caso dos pequenos contratos e dos pequenos rendeiros o que parecia acontecer era a sociedade funcionar a partir da relação rendeiro/fiador. Os fiadores dos contratos de arrendamento transformavam-se, em alguns casos, em verdadeiros sócios, pois após a renda ser arrematada firmavam-se escrituras de sociedade entre o rendeiro e o seu fiador para ambos administrarem a renda. Foi este o caso de António Francisco Lourenço que foi a Lisboa, em Outubro de 1829, contratar as rendas da igreja de

²⁷² AMG, Notários-Guimarães, Nicolau Teixeira de Abreu, N 1397, fl 80-81.

²⁷³ Esta expressão e a ideia que está na sua base foram já provadas por Nuno Luís Madureira. Também ele, em estudo sobre os contratos régios, afirma que “o contrato, o grande contrato, é o campo da sociedade de negócio e não do indivíduo.” Cf. Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 108. O facto de não encontrarmos muitos contratos de sociedade pode estar relacionado, em parte, com a circunstância do “direito a firmar escrituras de sociedades mercantis válidas em juízo” estar reservado aos negociantes “matriculados na Junta do Comércio”. A afirmação é de Jorge Miguel Pedreira, Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1995, pág. 73.

²⁷⁴ Cf. ANTT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 293, fl. 123-124. Voltaremos a este contrato mais à frente.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Messejões, da Casa do Infantado²⁷⁵. Mais tarde, em 25 de Janeiro de 1831, junta-se em sociedade a um dos fiadores que tinha apresentado, António Joaquim Gonçalves, para gerirem a cobrança dos dois últimos anos da renda, com a condição de caber a cada um 50% em "perca e ganho"²⁷⁶.

Contudo, os contratos de sociedade podiam ser firmados na própria altura em que se contratavam as rendas. Retomemos o exemplo já acima referido relativo às rendas da Terça da Mitra. Como vimos, parte destas foram subarrendadas por um comerciante de Braga a João Pedro de Matos. Este último apresentou como fiadores Bento Joaquim da Costa Gonçalves e João Manuel Gomes da Costa. Neste mesmo contrato foi feita sociedade entre os três indivíduos, ficando o último, também ele lavrador, como administrador. Aí ficou definido que dividiriam em partes iguais tanto os lucros, como os prejuízos²⁷⁷.

Porém, como afirmámos, normalmente este tipo de sociedades é apenas possível de deduzir, pois os contratos que as estabeleciam eram raros. Quando falarmos dos rendeiros e das relações que estabeleciam entre si voltaremos ao assunto.

5.3.2.2. Duração

A duração dos contratos era relativamente variável, diferindo, por vezes, consoante a entidade detentora do direito à cobrança dos dízimos, outras vezes, de acordo com as épocas em que se realizavam os contratos.

Os contratos com duração de 4 anos (quadro 70) são fundamentalmente de alguns comendadores e da Igreja Patriarcal de Lisboa. Apesar de uma certa preferência pelos prazos mais dilatados, a nobreza não fazia dessa característica política geral. A duração

²⁷⁵ ANTT, Casa do Infantado, Lv 743, fl 106v e Lv 810, fl 172v-175v.

²⁷⁶ ADVC, Notariais-Caminha, Isidoro Domingues Rego, 4.9.5.3, fl 56v-57v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

dos arrendamentos celebrados por esta podia variar bastante. Veja-se o caso do Conde de Almada. Detectámos arrendamentos para três comendas que lhe pertenciam. A de S Maria de Airões arrendou-a duas vezes por três anos, em 1827 e 1830²⁷⁸. Já a de S Maria de Duas Igrejas é arrendada em 1828 por 2 anos e em 1830 por um²⁷⁹. Por último, a de S Pedro Fins de Ferreira e Lamoso, em 1829, é contratada com um negociante de Lisboa por um período de 4 anos²⁸⁰. Contratos com esta última duração encontrámos também em comendas pertencentes ao Conde de Valadares e ao Marquês de Fronteira, por exemplo. Do primeiro veja-se o contrato relativo à comenda de S Maria de Vila Cova que duraria de 1 de Julho de 1826 a 30 de Junho de 1830²⁸¹. A mesma duração, inclusive, com as mesmas datas limite, foi aplicada no arrendamento das Comendas de S João da Castanheira, S Julião de Montenegro e S Maria de Viade pertencentes ao Marquês²⁸².

70 - Duração dos contratos

Anos	N.º	%
2	166	39,34
3	110	26,07
1	92	21,80
4	54	12,80
Total c/dados	422	100,00
<i>Desconhecido</i>	19	4,30
Total geral	441	

²⁷⁷ ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 176, fl 119-119v.

²⁷⁸ AMG, Notários-Guimarães, Nicolau Teixeira de Abreu, N 1393, fl 90-91v e N 1401, fl 59v-61.

²⁷⁹ ADV, Notários-Viana, Luís Xavier da Costa Pereira, 4.34.4.23, fl 102v-103 e 4.34.4.25, fl 68v-69v. Neste caso há uma alteração da duração do contrato, diminuindo 1 ano em 1830, mas dá-se também uma alteração do seu valor, descendo de cerca de 784 mil réis para 600\$000 réis anuais.

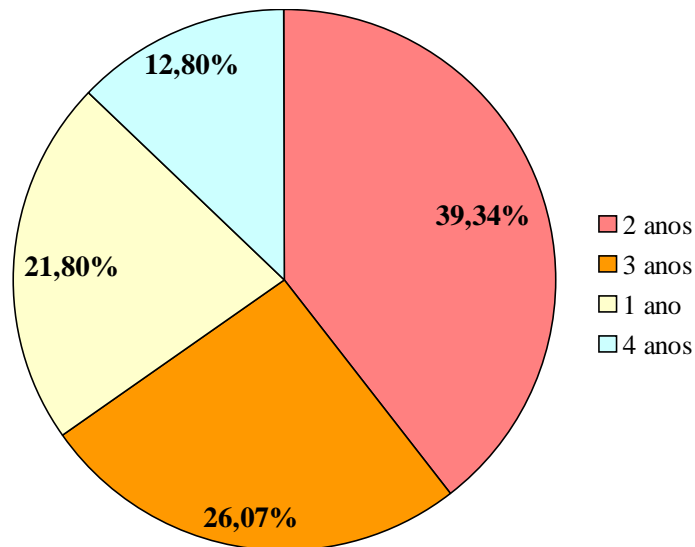
²⁸⁰ ANTT, Notários-Lisboa, Cartório 9b, Cx 52, Lv 247, fl 15-17.

²⁸¹ Cf. ANTT, Notários-Lisboa, Cartório 9b, Cx 48, Lv 234, fl 48v-49v e ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 179, fl 8-8v.

²⁸² Cf. ANTT, Notários-Lisboa, Cartório 9b, Cx 48, Lv 234, fl 56v-57v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Gráfico 1 - Duração dos contratos



Os mais frequentes, contudo, eram os contratos com duração de 2 e 3 anos (quadro 70 e gráfico 1). O cabido bracarense, as colegiadas e alguns conventos, em especial franciscanos e dominicanos, parecem preferir os contratos de 2 anos. No caso do Cabido Primaz essa preferência é muito clara pois, em 41 contratos, 36 (88%) tinham uma duração bianual. Os trienais eram realizados, essencialmente, pelos mosteiros beneditinos e predominavam, sem dúvida, nos arrendamentos dos dízimos que pertenciam à Casa do Infantado (em 26 contratos apenas 1 tinha uma duração diferente). Uma outra instituição que escolhia quase sempre (98% dos casos) 3 anos para fazer os arrendamentos era a Mesa da Consciência e Ordens, curiosamente, nas comendas vagas ou sequestradas, reduzindo em um ano o tempo dos contratos em relação ao que era a prática mais comum dos comendadores. Este facto pode estar, em parte, relacionado com a época conturbada do governo de D. Miguel²⁸³.

Os contratos com duração de 1 ano aparecem, essencialmente, por três razões. Por um lado, julgamos serem da preferência de alguns cónegos e dignidades dos cabidos quando não optavam pela administração directa. Como exemplo, veja-se, entre outros,

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

os contratos do cônego João Nepomeceno Leite Brandão de 1826 e 1827, do Tesoureiro-mor da Colegiada de Valença de 1828 e do Doutoral da Sé de Braga de 1829 e 1831²⁸⁴. Por outro, esta duração é, sem dúvida, a política seguida nos contratos que envolviam benefícios vagos feitos pelo Depósito Geral de Braga, provavelmente, para não prejudicar os futuros beneficiados²⁸⁵. Por fim, alguns destes contratos mais curtos eram, claramente, uma resposta a épocas de crise. Estão neste caso, entre outros, alguns arrendamentos do Cabido Primaz, da Igreja Patriarcal de Lisboa e da Colegiada de Guimarães que, a partir de 1830, têm as suas rendas contratadas apenas por um ano. Aliás, em relação à Colegiada de Nossa Senhora de Oliveira aconteceu o mesmo no triénio liberal, com arrendamentos anuais em 1821 e 1822²⁸⁶.

Este facto era o resultado de maiores cautelas por parte dos rendeiros ou uma estratégia por parte das entidades proprietárias das rendas? Cremos que se conjugavam os dois factores. Os rendeiros não queriam arriscar grandes investimentos em épocas conturbadas, sujeitando-se a cláusulas contratuais muito desfavoráveis no caso de uma quebra acentuada na recolha das rendas²⁸⁷. Os grandes proprietários viam no arrendamento anual uma forma de não comprometer rendimentos futuros, pois nestas alturas os lanços nas arrematações das rendas não deveriam ser muito elevados ou

²⁸³ Sobre a questão das comendas sequestradas veja-se o texto relativo à Nobreza e Comendas no capítulo dedicado à distribuição social dos dízimos.

²⁸⁴ Cf. respectivamente ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 934, fl 88-89 e Lv 935, fl 79v-80v; ADVc, Notários-Viana, Luís Xavier da Costa Pereira, 4.34.4.23, fl 85v-86; ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 938, fl 77v-78v e Lv 940, fl 110v-112.

²⁸⁵ Aparentemente esta era uma instituição ligada à administração central da diocese. Foram 14 os contratos que encontramos todos com a duração de 1 ano. Indicamos somente alguns. ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 934, fl 165v-166v; Lv 935, fl 56-57; Lv 936, fl 156-157. As próprias constituições do bispado definiam, para o século XVII, um limite máximo de 2 anos para os arrendamentos das rendas dos benefícios uma vez que estas “vagão por morte dos possuidores”. Cf. *Constituições Sinodais...*, pág. 371.

²⁸⁶ No caso da Colegiada e apenas como exemplo veja-se a igreja de Azurém. Em 1819 as suas rendas são contratadas por dois anos. Porém, para 1821 e 1822 são feitos contratos anuais. Altera-se a duração dos contratos, mas estes sofrem também grandes oscilações no seu valor: 670\$000 réis em 1819, 403\$500 réis em 1821 (a este assunto voltaremos mais adiante). Cf. AMG, Colegiada de Guimarães, Livro dos arrendamentos das igrejas da mesa capitular da colegiada, pp. 432, 440 e 441.

²⁸⁷ Veja-se o texto infra sobre os valores dos contratos, a sua evolução e as condições impostas nos arrendamentos.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

desciam mesmo em relação aos anos anteriores²⁸⁸. Ainda assim optavam pelo arrendamento, uma vez que, ditava a experiência, a administração directa de grandes volumes de rendas muito dispersas geograficamente era mais prejudicial do que eventuais quebras geradas pelo lucro dos rendeiros²⁸⁹.

Apesar de tudo, como já vimos, havia quem preferisse a administração directa ao arrendamento. É o caso do clero paroquial, ou melhor, dos abades²⁹⁰.

Em parte, este facto explica os poucos contratos de arrendamento que conseguimos detectar tendo abades por intervenientes. Apenas 4, dois em Ponte de Lima e outros tantos em Braga, entre 1825 e 1830²⁹¹. Porém, através do inquérito de 1836 sabemos que cerca de 33% dos abades recorreram ao arrendamento da cobrança dos dízimos. A razão de não termos encontrado estes contratos pode prender-se com duas ordens de factores: por um lado, o facto de não termos visto todos os registos notariais da região, o que era impraticável no âmbito deste trabalho; por outro, provavelmente por envolverem, na maioria dos casos, os dízimos de apenas uma freguesia, não implicarem, também por isso, grandes capitais e serem realizados a um nível local, possivelmente, entre indivíduos que se conheciam – o abade que orientava espiritualmente os seus fregueses e o rendeiro/freguês que assistia à missa – resultariam somente num compromisso oral²⁹².

²⁸⁸ Veja-se, por agora, os exemplos do conde de Almada e da Colegiada de Guimarães nas notas correspondentes.

²⁸⁹ Era o próprio Estado a dar o exemplo, preferindo contratar a administrar directamente, tanto as rendas e os monopólios régios, como, também, os dízimos no Brasil, durante o século XVIII, dos quais a Coroa era a única proprietária. Cf. Nuno Luís Madureira, *Mercado e Privilégios...*, pp. 100, 101 e 116. Aurélio de Oliveira refere, em relação à opção pelo arrendamento, que era uma forma de “evitar inconvenientes” e “assegurar uma receita certa e constante”. Cf. *A Abadia de Tibães...*, pág. 399. Para a Galiza, no caso específico das rendas eclesiásticas, Angel I. Fernández González fala também da opção pelo arrendamento e das desvantagens da administração directa. Cf. *A fiscalidade eclesiástica...*, pág. 617.

²⁹⁰ Veja-se texto supra e quadro 65.

²⁹¹ ADVC, Notários-Ponte de Lima, Boaventura de Palhares Malafaia, 4.22.2.40, fl 45v-46v; João José de Palhares Malafaia, 4.22.2.11, fl 18v-19; ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 935, fl 181v-183; José Bento Ferreira Couto, Lv 179, fl 42v-43v.

5.3.2.3. Locais de realização

Os dados relativos aos locais de realização dos contratos que recolhemos estão expostos no quadro 71. Em relação a esta informação podemos destacar alguns aspectos. Por um lado, uma grande concentração dos contratos em somente três localidades, Braga, Guimarães e Lisboa, isto apesar de termos percorrido um número significativo de tabeliães nas restantes, com a excepção da Maia, Porto e Santo Tirso, onde não consultámos registos notariais.

71 - Local de realização dos contratos

Localidade	Arrendamento	%	Subarrendamento	%	Total	%T
Braga	132	41,12	56	57,73	188	44,98
Guimarães	73	22,74	25	25,77	98	23,44
Lisboa	92	28,66	6	6,19	98	23,44
Viana	13	4,05	3	3,09	16	3,83
Caminha	3	0,93	5	5,15	8	1,91
Valença	5	1,56			5	1,20
Ponte de Lima	2	0,62			2	0,48
Maia			1	1,03	1	0,24
Porto			1	1,03	1	0,24
S Tirso	1	0,31			1	0,24
Total c/dados	321	100,00	97	100,00	418	100,00
<i>Desconhecido</i>	23	6,69			23	5,22
Total geral	344		97		441	

Contudo, a diferença nas percentagens em relação a outras localidades também importantes e que são sedes dos principais concelhos minhotos sobreviventes às reformas administrativas pós 1834, não constituiu uma verdadeira surpresa. Em parte, já verificámos o porquê desta situação: em Lisboa estavam os grandes proprietários de rendas; Braga era a sede do bispado e aí se realizavam os contratos do Cabido, da Mitra, dos cônegos e dignidades, de outras entidades e indivíduos; Guimarães era uma cidade relativamente importante e era a sede de um dos maiores proprietários de dízimos do

²⁹² A hipótese de existência de contratos verbais não é descartada por Aurélio de Oliveira no seu trabalho sobre *A Abadia de Tibães...*, pp. 374-375, 378 e 431.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

arcebispado de Braga, a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira. Para além disso, concluímos igualmente que os proprietários de dízimos que poderiam fazer alterar um pouco esta visão, pela sua implantação a um nível local, nas freguesias, ou seja, os párocos, optavam maioritariamente pela administração directa.

Como consequência, e se tivermos em conta o local de residência dos rendeiros²⁹³, podemos verificar que, na maior parte dos casos, quando estes queriam arrendar dízimos que fossem acessíveis, cujo local de cobrança não se afastasse muito da sua morada, tinham de se deslocar a Lisboa, Braga ou Guimarães ou então, o que provavelmente acontecia com maior frequência, subarrendar os dízimos contratados por outros rendeiros que aí residiam ou que com maior facilidade aí se deslocavam. Como é óbvio este factor vai ter influência na selecção dos rendeiros que tinham acesso às rendas mais importantes e que com elas podiam negociar.

Para contratar rendas longe do local de residência recorriam por vezes a procuradores, indivíduos que podiam ser residentes nos grandes “mercados de rendas” que eram Lisboa, Braga e Guimarães, mas outras vezes podiam deslocar-se pessoalmente. Um caso curioso ocorreu com os dízimos da Casa do Infantado. Em 1826 João José Rodrigues Gomes, alferes de milícias em Riba de Âncora, para arrendar os dízimos da sua freguesia aproveitou a presença em Lisboa de Jacinto Gonçalves da Gandra, natural da freguesia próxima de Arga de Cima, passando-lhe procuração para realizar o respectivo contrato²⁹⁴. Jacinto Gonçalves da Gandra encontrava-se há alguns anos a morar em Lisboa, pelo menos desde 1821, altura em que foi procurador de João Manuel Gonçalves da Gandra, lavrador na mesma freguesia de Arga de Cima e possivelmente seu familiar, na arrematação dos rendimentos da igreja de S. João de

²⁹³ Ver texto infra e quadro 78.

²⁹⁴ ANTT, Casa do Infantado, Lv 743, fl 92 e Lv 810, fl 68-72v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Arga e anexas²⁹⁵. Porém, em 1829 reside já em Arga de Cima e é dado como lavrador. Desloca-se, então, a Lisboa para assinar novo contrato sobre as mesmas rendas, mas desta feita é ele que fica como rendeiro²⁹⁶.

5.3.2.4. Datas de realização

Encontrámos nas datas dos contratos exemplos para todos os meses do ano (quadro 72). Contudo, havia preferências por determinadas épocas, influenciadas não só pelas características do dízimo, uma prestação agrícola, mas também pela especulação que geravam os seus contratos, o negócio dos subarrendamentos.

72 - Datas de realização dos contratos

Mês	Arrendamento	%	Subarrendamento	%	Total	%T
Janeiro	6	2,43	1	1,04	7	2,04
Fevereiro	8	3,24	5	5,21	13	3,79
Março	12	4,86	2	2,08	14	4,08
Abril	29	11,74	9	9,38	38	11,08
Maio	35	14,17	9	9,38	44	12,83
Junho	55	22,27	22	22,92	77	22,45
Julho	35	14,17	5	5,21	40	11,66
Agosto	31	12,55	23	23,96	54	15,74
Setembro	9	3,64	7	7,29	16	4,66
Outubro	12	4,86	3	3,13	15	4,37
Novembro	10	4,05	5	5,21	15	4,37
Dezembro	5	2,02	5	5,21	10	2,92
Total	247	100,00	96	100,00	343	100,00
<i>Desconhecido</i>	97	28,20	1	1,03	98	22,22
Total geral	344		97		441	

Os pregões públicos para o arrendamento dos dízimos eram normalmente feitos em Abril. É o que vem expressamente referido nos contratos feitos pelo Depósito Geral de Braga²⁹⁷. A maioria dos contratos eram depois realizados entre o final deste mês e

²⁹⁵ Cf. ANTT, Casa do Infantado, Livro 743, fl. 71v.

²⁹⁶ Cf. ANTT, Casa do Infantado, Livro 743, fl. 103v.

²⁹⁷ São vários os contratos desta entidade pelo que deixamos apenas alguns exemplos. ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 935, fl 56-57; Lv 936, fl 156-157; Lv 937, fl 62v-63v. Assim acontecia também em Espanha que, como temos vindo a constatar, em muitos casos se podia comparar ao

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Agosto, com uma especial concentração em Junho. Este mês coincidia com a época própria para os arrendamentos. Isso mesmo é afirmado nos contratos, pois no arrendamento das rendas pertencentes à Capela de Rates, administrada pelo Cabido de Braga, feito em 21 de Junho de 1831, é referido que “estava a chegar a altura dos arrendamentos das rendas eclesiásticas”²⁹⁸. Já quanto aos subarrendamentos, estes eram realizados preferencialmente nos meses de Junho e Agosto (quadro 73).

Ou seja, os meses entre Abril e Agosto tinham uma importância fundamental nesta actividade. Eram meses que enquadravam a data teórica de início de todos os contratos de dízimos, o 24 de Junho, dia de S. João²⁹⁹. Eram, também, meses próximos das épocas de colheita e vindima (não nos podemos esquecer do peso que tinham os cereais e o vinho no conjunto dos dízimos) e nos quais seria mais fácil fazer um cálculo dos resultados das mesmas, jogando com essa previsão, não só nos lanços da contratação inicial, como também nas negociações para a realização das sublocações. Objectivo: maximizar o lucro ou, pelo menos, precaver possíveis prejuízos resultantes de um ano agrícola menos bom³⁰⁰.

O que, provavelmente, acontecia com alguma frequência era um rendeiro fazer lanços a uma determinada renda em Abril e assinar o contrato de arrendamento da mesma num tabelião até ao mês de Junho. Se fosse ele mesmo quem iria cobrar as rendas o processo terminava aqui. Porém, se o seu objectivo fosse especular com os contratos, enquanto assinava o arrendamento procurava realizar um subarrendamento que seria também ele rubricado perante um notário, na maioria dos casos, até ao mês de

que se passava em Portugal. Cf. José Antonio Alvarez Vázquez, Los Diezmos en Zamora. (1500-1840), Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1984, pág. 130.

²⁹⁸ Cf. ADB, Notariais-Braga, António José Gomes Chaves, Lv 175, fl 18v.

²⁹⁹ Dia esse definido pelas próprias constituições para o pagamento dos dízimos. Cf. Constituições Sinodais..., pág. 390.

³⁰⁰ Veja-se o que a este respeito afirmam Aurélio de Oliveira, A Abadia de Tibães..., pp. 431 e 435 e Fernanda Paula Sousa Maia, “A Renda e o Rendeiro...”, pp. 634 e 635. O estudo desta última autora aponta, contudo, para uma maior concentração dos contratos até finais de Julho, aparecendo Agosto já

Agosto. E dizemos “provavelmente” somente por não nos ter sido possível encontrar um conjunto de contratos de arrendamento/subarrendamento para uma mesma renda cujas datas coincidissem exactamente com a hipótese proposta. No entanto, num dos poucos exemplos em que conseguimos acompanhar o percurso de uma renda pelos vários contratos a que era sujeita as datas são muito próximas do quadro traçado. As rendas da igreja de Alvelos, em 31 de Julho de 1826, são arrendadas pelo Depósito Geral de Braga a José da Silva Ferreira Barbosa, morador na mesma cidade. Em 14 de Setembro seguinte é a sua vez de subarrendar as mesmas a José da Silva, lavrador em Gualtar³⁰¹.

O que este exemplo permite verificar, sem dúvida, é que o tempo que decorreria entre o arrendamento e o subarrendamento era relativamente curto, podendo em certos casos representar apenas poucos dias³⁰². As rendas da igreja de Silvares (S Maria), pertencentes à Colegiada de Guimarães, são disso exemplo. Em 16 de Novembro de 1827 foram arrendadas a Sebastião José da Costa, de Azurém. Passados apenas 10 dias encontramos este rendeiro a contratar a sublocação das mesmas com um João Ferreira morador em Creixomil³⁰³. Havia mesmo casos de verdadeiros recordes³⁰⁴. José Leite, lavrador em Braga, em 23 de Junho de 1827 arrenda no Depósito Geral da cidade as rendas da igreja de Boivães. Nesse mesmo dia subarrenda as ditas a Francisco José de Arantes da freguesia de Lage, concelho de Larim³⁰⁵.

com um peso bastante inferior. Porém, analisa apenas “os contratos de arrendamento em primeira mão, isto é, os que envolviam directamente o beneficiário da renda e o rendeiro”.

³⁰¹ ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 934, fl 71v-72v; José Bento Ferreira Couto, Lv 177, fl 100-100v.

³⁰² O facto de termos encontrado um grande número de subarrendamentos precisamente no mês de Junho pode, cremos, reforçar esta ideia.

³⁰³ AMG, Notários-Guimarães, Paulo José de Freitas, N 1514, fl 84-86; Gaspar Baptista Barbitel, N 1598, fl 54-55. Este curto espaço de tempo entre os dois contratos foi referenciado também por Fernanda Paula Sousa Maia, “A Renda e o Rendeiro...”, pág. 638.

³⁰⁴ Através do trabalho de Fernanda Paula Sousa Maia que temos vindo a citar, verificámos a existência de subarrendamentos feitos no próprio dia em que se tinha realizado o contrato anterior. Cf. “A Renda e o Rendeiro...”, pág. 642.

³⁰⁵ Cf. ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 935, fl 71-72.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Mas há casos ainda mais curiosos. Manuel José Ribeiro da Silva, em 12 de Abril de 1826, através de um procurador na cidade de Lisboa, toma de subarrendamento, de um conjunto de sócios, a renda da Patriarcal correspondente às 4/9 partes do rendimento da tesouraria-mor da colegiada de Barcelos³⁰⁶. Até aqui nada de estranho, servindo inclusive este exemplo para reforçar algumas das ideias expostas atrás. Porém, num notário de Braga detectámos novo subarrendamento da referida renda feito por este comerciante já nosso conhecido, por coincidência, ao atrás mencionado José Leite. Para além do lucro inerente ao contrato, de que falaremos adiante, o que chamou a nossa atenção foi a data de realização do mesmo: 11 de Abril de 1826! Antes mesmo de estar oficializado o contrato com os rendeiros da Patriarcal já o rendeiro/negociante tinha registado em notário o subarrendamento³⁰⁷.

É claro que a deficiente rede de comunicações no Antigo Regime vem colocar tudo isto no seu devido lugar. O mais certo era Manuel José Ribeiro da Silva já ter acordado com os rendeiros principais a contratação dessa renda tempos antes da sua passagem a escrito. Porém, serviu este caso, tal como os anteriores, para uma vez mais reforçarmos a ideia da existência de uma verdadeira especulação gerada pela circulação destes contratos e realçarmos a perspectiva de que estes homens seriam autênticos negociantes de rendas e, pelo que veremos na análise dos lucros, os verdadeiros beneficiados com os arrendamentos dos dízimos.

5.3.2.5. Datas de início e fim

Os arrendamentos, na sua maioria, começavam na data definida pelas constituições, o dia 24 de Junho. Porém, encontrámos também muitos contratos que

³⁰⁶ Cf. ANTT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 295, fl 54-55v.

³⁰⁷ Cf. ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 176, fl 100-100v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

começavam e acabavam mais de acordo com o calendário civil e não tanto pelo que era estabelecido pela Igreja (quadros 73 e 74). Essa diferença estava relacionada, essencialmente, com três ordens de factores: a tipologia do proprietário dos dízimos, a importância das suas rendas e o facto de residir ou não na região do Arcebispado de Braga.

73 - Data de início dos contratos

Mês	Arrendamento	%	Subarrendamento	%	Total	% T
Janeiro	122	37,5	59	62,1	181	43,1
Junho	177	54,5	34	35,8	211	50,2
Julho	2	0,62	2	2,11	4	0,95
Setembro	24	7,38	0		24	5,71
Total c/dados	325	100	95	100	420	100
<i>Desconhecido</i>	<i>19</i>	<i>5,52</i>	<i>2</i>	<i>2,06</i>	<i>21</i>	<i>4,76</i>
Total geral	344		97		441	

74 - Data de fim dos contratos

Mês	Arrendamento	%	Subarrendamento	%	Total	% T
Janeiro	1	0,31			1	0,24
Abril	1	0,31			1	0,24
Junho	200	61,54	36	37,9	236	56,19
Setembro	1	0,31			1	0,24
Dezembro	122	37,54	59	62,1	181	43,10
Total c/dados	325	100,00	95	100	420	100,00
<i>Desconhecido</i>	<i>19</i>	<i>5,52</i>	<i>2</i>	<i>2,06</i>	<i>21</i>	<i>4,76</i>
Total geral	344		97		441	

As instituições e indivíduos da região, fundamentalmente eclesiásticos, tinham os seus contratos a iniciar-se predominantemente em Junho, terminando invariavelmente no mesmo mês do ano ou anos seguintes, independentemente da data de realização dos mesmos. Isto era particularmente notório no caso do Cabido, dos cônegos e dignidades, dos abades, do Depósito Geral de Braga e de algumas casas regulares. Referimos apenas alguns exemplos. O Cabido Primaz em 18 de Maio de 1828 arrendou as rendas das igrejas de Belinho e Vilar do Monte, por espaço de dois anos, a começar em 24 de Junho de 1828 e a terminar em 23 do mesmo mês de 1830. Para as rendas das igrejas de Dadim e Nogueiró e Vilar de Castanheira manteve-se a duração, o início e o término do

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

contrato apesar deste ter sido rubricado em 21 de Agosto de 1828³⁰⁸. A colegiada de Valença, em dois contratos relativos à mesma renda, apesar da data da sua realização ser muito diferente, mantém as datas de início e término, que continuam a corresponder ao dia de S. João. Os dízimos da igreja de Vila Meã foram então arrendados uma primeira vez em Outubro de 1826, pelo espaço de três anos, uma segunda vez em Junho de 1830, durando este último contrato apenas 1 ano³⁰⁹.

Para além destes, havia depois um conjunto bastante apreciável de arrendamentos que eram contratados entre o dia 1 de Janeiro e o dia 31 de Dezembro. Eram as grandes instituições laicas e alguns comendadores que utilizavam este calendário para o arrendamento dos seus dízimos. Estão neste caso a Mesa da Consciência e Ordens e a Casa do Infantado, isto apesar das datas de realização dos contratos também poderem variar bastante. Para a primeira encontrámos contratos relativos às comendas vagas que vão de 1811, o primeiro, a 1831, o último, e em todos, sem excepção, são indicados os dias acima referidos, sendo que curiosamente estes dois foram realizados no mês de Junho dos respectivos anos. Ou seja, foram efectuados 5 meses após a data em que supostamente deveriam entrar em vigor³¹⁰. O mesmo acontecia com a Casa do Infantado onde verificámos contratos entre 1812 e 1832³¹¹.

Para além dos proprietários laicos também alguns eclesiásticos recorriam predominantemente a este calendário. Aqui, pensamos, imperava o facto de serem grandes detentores de rendas, como seria, provavelmente, o caso da colegiada de Vila Viçosa e, sem dúvida, o caso da Igreja Patriarcal de Lisboa. Esta, tanto nas épocas em que fazia grandes contratos, como quando realizava arrendamentos de ramos mais

³⁰⁸ Cf. respectivamente ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 936, fl 185v-187 e Lv 937, fl 65v-67.

³⁰⁹ Cf. respectivamente ADVc, Notários-Valença, Luís José de Sousa Caldas, 4.56.2.39, fl 80v-81v e Luís Cândido da Silva Borges, 4.57.2.53, fl 43v-44v.

³¹⁰ Cf. ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Lv 273, fl 22 e Lv 274, fl 104-104v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

pequenos do conjunto das suas rendas, utilizava sempre como prazo os dias 1 de Janeiro e 31 de Dezembro. Assim aconteceu quando, em 5 de Julho de 1825, contratou a totalidade das suas rendas com um grupo de sócios de Lisboa, por espaço de 4 anos a começar no primeiro de Janeiro de 1826 e a terminar no último dia do ano de 1829³¹². Os mesmos dias e meses encontramos mais tarde no contrato das rendas da igreja de Vila Cova, relativo ao ano de 1830, e realizado a 13 de Abril de 1830, em Braga, com José Joaquim da Silva, morador em Taíde³¹³.

Outro aspecto interessante relativo à análise do conjunto das datas, tanto as de realização, como as de início e término dos contratos, prende-se com a verificação da não correspondência entre a data de assinatura de um contrato e a data de início do mesmo. Provavelmente, em alguns casos tal facto pode não ser significativo, em especial, quando falamos de contratos que começavam em Junho e eram rubricados em Abril, Maio, Julho ou Agosto. Porém, noutros casos aquela diferença era muito significativa e cremos que a dependência dos proprietários de rendas em relação aos contratadores e/ou as dificuldades de arrendar aquelas em épocas de crise e instabilidade tinham o seu quê de responsabilidade no desencadear destas situações, que traziam também consequências para os rendeiros e para a existência de concorrência dentro do grupo.

Assim, no caso da Patriarcal verificámos que para o arrendamento entre 1826 e 1829 foi feito um contrato bastante antecipado, em Julho de 1825. Pensamos ser este um indicador de uma maior força negocial por parte da entidade proprietária dos dízimos, de uma grande proprietária, e também de uma expectativa elevada em relação a

³¹¹ Indicamos novamente apenas o primeiro e o último dos contratos recolhidos. Cf. ANTT, Casa do Infantado, Lv 743, fl 36 e fl 117v.

³¹² Temos conhecimento de apenas dois dos contratos originais. Cf. ANTT, Igreja Patriarcal de Lisboa, Lv 49, fl 28v-34 e Lv 21, fl 191-196. Contudo, sabemos que foram feitos um conjunto de contratos com os mesmos sócios, abrangendo a totalidade das suas rendas, através do contrato de sociedade firmado

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

possíveis lucros por parte dos rendeiros, o que é confirmado pela verificação do que ocorreu com parte das mesmas rendas anos depois. Para o arrendamento que iria começar no dia 1 de Janeiro de 1830, a Patriarcal não consegue encontrar em Lisboa rendeiros que arrisquem um contrato geral a todas as suas rendas na diocese bracarense, pelo menos, pelos valores do contrato anterior. Em 11 de Fevereiro do mesmo ano envia, então, uma portaria ao seu procurador em Braga para que este arrende aí os diversos ramos³¹⁴. Este, entre Março e Abril, executa a ordem e são contratadas diversas rendas³¹⁵. As dificuldades começavam a surgir e o desfasamento entre a data de realização e a data de início dos contratos mais uma vez está presente, desta feita atrasando a primeira em relação à segunda. E essa diferença tende a aumentar com a Guerra Civil. Em 13 de Novembro de 1832 segue nova portaria para Braga³¹⁶. Mas desta vez o procurador só consegue fazer alguns contratos, já em Agosto de 1833, para arrendamentos que tinham começado no início do ano³¹⁷! Estava a aproximar-se o fim, o decreto de extinção dos dízimos já era conhecido e, provavelmente, alguns desses contratos, com a duração de 2 anos, não chegaram sequer a terminar.

Mas nem só as grandes instituições passavam por dificuldades e estas não surgiam só por causa da Guerra Civil. Quando surgiam, a discrepância entre as datas que temos estado a seguir chega a ser gritante. O convento da Conceição de Pelames, em 25 de Junho de 1827, contrata com João António Rodrigues de Araújo, negociante de

entre estes em Dezembro do mesmo ano. Cf. ANTT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 293, fl. 123-124.

³¹³ Cf. ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 939, fl 10-12.

³¹⁴ Cf. ANTT, Igreja Patriarcal de Lisboa, Lv 49, fl 91-92.

³¹⁵ Veja-se, por exemplo, as rendas das igrejas de Bagunte, Lordelo, Lijó, Longa e Fraião, em finais de Março, as rendas da igreja de Serafão, no princípio de Abril, e as rendas do Arcediagado de Vila Nova de Cerveira, em finais do mesmo mês. Cf. respectivamente ADB, Notários-Braga, António José Gomes Chaves, Lv 172, fl 111v-113v; Manuel Martins da Silva, Lv 939, fl 5-7; António José Gomes Chaves, Lv 173, fl 22v-24v.

³¹⁶ Cf. ANTT, Igreja Patriarcal de Lisboa, Lv 49, fl 124.

³¹⁷ Igualmente a título de exemplo veja-se os casos das rendas das igrejas de Parada do Outeiro, Covelo do Gerês, Ferral, Covas do Barroso e Cervos ou das rendas das igrejas de Lemenhe, Jesufrei e Oliveira (S Pedro). Cf. respectivamente ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 941, fl 141-142v e Lv 941, fl 143-144v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Monção, as rendas das igrejas de Anhões e Luzio por 3 anos. Nada de anormal não fosse o facto de o contrato ir começar apenas em 24 de Junho de 1828! Mais ainda, no mesmo contrato é mencionado o anterior, feito com o mesmo rendeiro, também por espaço de 3 anos, iniciados em 24 de Junho de 1825, mas realizado em 31 de Agosto de 1823, ou seja, dois anos antes do seu início. Há quanto tempo duraria esta dependência das religiosas em relação ao seu rendeiro? De acordo com estes dois arrendamentos pelo menos há 4 anos e com tendência para alargar-se a 8. Essa dependência está quase expressamente declarada, quando as religiosas de Pelames afirmam que faziam o referido contrato por “motivos particulares e arranjos da sua comunidade”³¹⁸. Deviam ser grandes as dificuldades financeiras do convento que justificavam a constante antecipação dos contratos.

Encontramos novo exemplo descendo um pouco mais na hierarquia dos proprietários e da Igreja. Paulo João Cruz Viana, negociante de Braga, e Teotónio Anes Bandeira, abade de Arcozelo, Barcelos, contratam em Agosto de 1827 o arrendamento dos dízimos desta freguesia por três anos e pelo valor anual de 500\$000 réis. O primeiro, logo no acto da escritura que era feita com um ano de antecedência em relação ao início do contrato, o S. João de 1828, adiantou ao segundo quase um terço do valor total do contrato, 491\$535. Para que tal fosse possível, inverteram-se por completo os papéis normais das partes nos contratos de dízimos e, agora, era o abade que tinha de apresentar fiadores, no caso, os seus pais³¹⁹!

Estes factos, tanto os relativos ao convento, como os do abade, indiciam uma tendência para o endividamento que teria como consequência uma dependência dos proprietários das rendas em relação aos rendeiros, facilitando a estes, provavelmente, a gestão das rendas, uma vez que excluía a concorrência e permitiam, se não baixar,

³¹⁸ ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 179, fl 25-26.

³¹⁹ Cf. ADB, Notários-Braga, Bento José Ferreira Couto, Lv 179, fl 42v-43v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

pelo menos, congelar o valor dos contratos. E pelo que veremos, ao falarmos, precisamente, dos montantes dos arrendamentos, cremos que a primeira possibilidade estava a ganhar terreno no final do Antigo Regime.

Um último aspecto relativo ao conjunto das datas dos contratos prende-se com a questão da efectiva abolição dos dízimos. Teoricamente ela aconteceu com o decreto de 30 de Julho de 1832, mas esta prestação só será efectivamente extinta com a vitória definitiva do Liberalismo em Évora-Monte.

As dificuldades nos arrendamentos começam a surgir em 1832, é certo, pois em Junho desse ano encontramos alguns contratos que, apesar de chegarem aos tabeliães, ficam sem efeito por não serem assinados pelos rendeiros que, entretanto, tinham arrematado as respectivas rendas em praça, provavelmente, durante o mês de Abril. Em 5 de Junho de 1832 o Cabido de Braga procurou arrendar a dizimaria de Palmeira, mas o contrato acabou por não se realizar. O mesmo aconteceu com o contrato que o Doutral da Sé procurou fazer em relação aos dízimos de Mogege no dia 6 de Junho. Mais uma vez o rendeiro não assinou e o contrato ficou sem efeito. Alguma cautela nota-se também no contrato de arrendamento dos dízimos de Arcozelo, Ponte de Lima, pertencentes ao Seminário de S. Caetano, arrendados em 1 de Junho de 1832, mas apenas até ao final do ano, ao contrário do que era costume³²⁰.

Porém, apesar destas contrariedades que pareciam assustar alguns rendeiros, continuaram a fazer-se contratos mesmo para além da data do decreto de extinção, como é exemplo o contrato feito entre as religiosas do Convento do Salvador de Braga e Bento José de Macedo, realizado em 22 de Maio de 1833, relativo às dizimarias de

³²⁰ Cf respectivamente ADB, Notariais-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 940, fl 192-192v, fl 192v-193v e António José Gomes Chaves, Lv 176, fl 62v-64.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Cabração, Fontão e Vitorino das Donas³²¹. Este facto só vem demonstrar que a abolição dos dízimos, apesar de ter sido decretada por Mouzinho da Silveira no Porto, só muito mais tarde, com o fim da guerra civil, se tornou efectiva em todo o território nacional, sendo sintomático que durante o ano de 1833 a Patriarcal ainda arrende a cobrança dos seus dízimos e que estes ainda tenham sido pagos nesse ano e em 1834 em algumas zonas do país, como é o caso do concelho de Portel (Évora)³²².

5.3.2.6. Datas dos pagamentos

Antes de passarmos aos valores dos contratos, deixamos alguns breves apontamentos sobre as datas dos pagamentos que eram exigidos nos contratos e sobre a sua periodicidade.

Uma rápida observação do quadro 75 permite verificar que, na esmagadora maioria dos casos, os pagamentos eram definidos em três parcelas, as “terças do costume, Natal, Páscoa e S. João”³²³. Neste quadro juntámos os dados dos dois tipos de contratos, arrendamentos e subarrendamentos, uma vez que verificámos que estas condições não eram alteradas com o trespasse dos arrendamentos.

Como seria natural, ressalta das datas o calendário religioso, juntando-se, ocasionalmente, às três épocas já mencionadas o S. Miguel de Setembro. Quando eram referidas as “terças do costume”, o primeiro pagamento era feito no Natal, recuando para Setembro quando se incluía o S. Miguel.

³²¹ Cf. ADB, Notariais-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 941, fl 105-106v.

³²² Cf. ANTT, AHMF, Tesouro Público, Caixa 4307, Portel.

³²³ Esta expressão é frequente em muitos dos contratos. Apenas como exemplo veja-se ADB, Notários-Braga, Bento José Ferreira Couto, Lv 178, fl 88-88v e Manuel Martins da Silva, Lv 938, fl 27v-28v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

75 - Datas dos pagamentos

Pagamentos	N.º	%
Natal, Páscoa e S João	284	78,02
Março, Junho, Setembro e Dezembro	47	12,91
Natal e S João	5	1,37
Trimestral	5	1,37
S Miguel, Natal, Páscoa e S João	4	1,10
No acto do contrato	4	1,10
Natal e Páscoa	3	0,82
S João	2	0,55
Mensal	2	0,55
Setembro, Dezembro e Março	2	0,55
Anual	2	0,55
Páscoa e S João	1	0,27
No final do contrato	1	0,27
S Miguel, Natal e S João	1	0,27
Junho, Setembro e Dezembro	1	0,27
Total	364	100,00
<i>Calendário religioso</i>	<i>300</i>	<i>82,42</i>
<i>Calendário civil</i>	<i>64</i>	<i>17,58</i>
<i>Três prestações</i>	<i>288</i>	<i>79,12</i>
<i>Quatro prestações</i>	<i>56</i>	<i>15,38</i>
<i>Outras</i>	<i>20</i>	<i>5,50</i>
<i>Desconhecido</i>	<i>77</i>	<i>17,46</i>
Total geral	441	

As datas do calendário civil, onde predominam as quatro prestações, repartidas pelos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro, são correntes nos contratos que tinham o seu início em Janeiro, ou seja, nos contratos da Patriarcal, da Casa do Infantado, da Mesa da Consciência e Ordens e de alguns comendadores.

5.3.2.7. Os valores dos contratos e o lucro dos rendeiros

A amplitude de valores dos contratos que recolhemos é bastante apreciável, como podemos ver pelo quadro 76. O valor médio encontrado ultrapassa o conto de réis. Metade dos mesmos apresenta valores inferiores a 500\$000 réis anuais (quadro 77). Apesar disso, acima dos dois contos de réis encontramos ainda 10% do total dos

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

contratos. Cremos estar na presença de uma amostra muito significativa, que abrange um largo espectro de situações e que nos permite apreender determinados aspectos relacionados, por um lado, com a gestão das rendas que era feita pelos proprietários e, por outro, com a selectividade imposta aos rendeiros no acesso a certos arrendamentos³²⁴.

76 - Valor médio, mínimo e máximo dos contratos (mil réis)

Médio	Mínimo	Máximo
1152,063	45,000	34645,000

77 - Distribuição dos contratos pelos seus valores

Valor (mil réis)	N.º	%	Cum%
0 – 99	12	2,88	2,88
100 – 199	48	11,54	14,42
200 – 499	149	35,82	50,24
500 – 999	100	24,04	74,28
1000 – 1999	68	16,35	90,63
2000 – 3999	21	5,05	95,67
4000 – 9999	12	2,88	98,56
+ de 10000	6	1,44	100,00
Total c/dados	416	100,00	
<i>Desconhecido</i>	25	5,67	
Total geral	441		

Verifiquemos precisamente os que correspondiam aos valores extremos apontados. O valor mais baixo é o de um contrato feito entre a Colegiada de Guimarães e um lavrador da freguesia de Urgez, Manuel José Lopes. Em Julho de 1827, este toma de arrendamento as rendas do vinho de Moreira dos Cónegos, ou seja, apenas parte dos dízimos, correspondentes ao vinho, daquela freguesia³²⁵. O valor mais alto é do contrato sobre a totalidade das rendas que no Arcebispado de Braga cabiam à Igreja Patriarcal de Lisboa³²⁶. Celebrado em Julho de 1825 exigiu o esforço conjunto de 8 homens de negócio de Lisboa³²⁷.

³²⁴ Verificámos já que também o factor geográfico condicionava, em parte, esse mesmo acesso quando analisámos os locais de realização dos contratos. Ver texto supra.

³²⁵ Cf. AMG, Notários-Guimarães, Paulo José de Freitas, N 1514, fl 23v-24v.

³²⁶ Não levámos em consideração o valor de 112 contos de réis que já referimos no texto supra, uma vez que este não correspondia a um único contrato, mas sim a um conjunto de contratos independentes sobre

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Encontramos aqui duas situações distintas. A Patriarcal preferia arrendar os seus dízimos, ou melhor, a totalidade das suas rendas em grandes conjuntos, realizando contratos que abrangessem grandes áreas geográficas, no caso, as dioceses. Como exemplo disso, temos não só o contrato sobre o Arcebispado de Braga, que valia 34.645\$000 réis anuais, mas também outro semelhante e celebrado com os mesmos rendeiros relativo às rendas do Patriarcado, do bispado de Leiria e Ourém, de Santarém e Óbidos equivalente a 17.267\$400 réis³²⁸. Sabemos ainda que, por volta de 1820, a totalidade das suas rendas foram também contratadas em conjunto³²⁹ e que em 1824 continuava a fazer grandes contratos, tendo, então, arrendado de uma só vez as rendas correspondentes à “Terça da Mitra de Braga” num contrato que rendia 25.420\$000 réis anualmente³³⁰. Verificamos assim que era política desta instituição concentrar o todo ou grandes conjuntos das suas rendas em poucos contratos, o que lhe permitia, de três em três meses, periodicidade dos pagamentos que impunha nos seus arrendamentos, receber grandes somas de dinheiro sem grandes esforços administrativos. Só não o fazia, como vimos atrás, quando a situação económica e/ou política do país não o possibilitava, pois deixava de haver rendeiros interessados ou com capacidade financeira para ficar com esses contratos.

Já a Colegiada de Guimarães, apesar de ser uma proprietária de muitas rendas, optava sempre pelo arrendamento em pequenas parcelas, normalmente, correspondentes

as rendas da Patriarcal em diversas dioceses e que, no ano de 1825, foram contratados sempre pela mesma sociedade. Da perspectiva dos rendeiros poderíamos ter optado pela sua utilização, porém, como também queríamos verificar as opções de gestão das rendas pelos proprietários optámos pelo valor dos contratos individuais.

³²⁷ Cf. ANTT, Igreja Patriarcal de Lisboa, Lv 49, fl 28v-34.

³²⁸ Cf. ANTT, Igreja Patriarcal de Lisboa, Lv 21, fl 191-196.

³²⁹ Tivemos conhecimento deste contrato através de um requerimento feito ao Desembargo do Paço pelos sócios responsáveis pela sua gestão. Cf. ANTT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 811, doc. 31.

³³⁰ Cf. ANTT, Igreja Patriarcal de Lisboa, Lv 49, fl 5v-6.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

a apenas uma freguesia³³¹. Apesar disso, em alguns casos, os seus contratos podiam passar os 2 contos de réis, mas isso devia-se à rentabilidade da paróquia e não ao facto de juntar várias num mesmo arrendamento. É o caso das rendas da igreja de Murça que, nos arrendamentos relativos a 1823-25 e 1825-27, foram contratadas, respectivamente, por 2.905\$000 e 2.802\$000 réis anuais³³². O que acontecia normalmente era os seus contratos não ultrapassarem os 500\$000 réis³³³. Como é obvio esta opção afigura-se-nos possível pelo facto de, comparativamente com a Patriarcal, as suas rendas serem menos significativas e estarem, relativamente, pouco dispersas em termos geográficos. Um outro aspecto a realçar era o facto de, com esta política, a Colegiada trazer aos arrendamentos uma maior concorrência entre os rendeiros. Os valores moderados dos seus contratos eram, possivelmente, mais atractivos a um conjunto maior de rendeiros que não tinham a pujança financeira dos grandes negociantes de Lisboa.

Este era sem dúvida um factor importante numa “selecção natural” dos rendeiros, tal como o eram as condições que, para além dos valores dos contratos, eram impostas pelos proprietários de rendas, como teremos oportunidade de verificar adiante. Que rendeiros podiam concorrer a contratos superiores a 2 contos? Já vimos antes, quando falámos dos contratos de sociedade que, para valores superiores a 4 contos, raramente encontramos menos de três sócios. A solução parecia ser a opção pelas sociedades, fosse a nível local ou em Lisboa. Era uma forma de juntar capitais e, ao mesmo tempo, eliminar concorrência.

³³¹ Deixamos aqui apenas alguns exemplos relativos às freguesias de Caldelas, Conde (S. Martinho), Urgezes e Paraíso. Cf. AMG, Notários-Guimarães, Paulo José de Freitas, N 1514, fl 15-16v, fl 18v-20, fl 20-21v e fl 21v-23.

³³² AMG, Colegiada de Guimarães, Livro dos arrendamentos das igrejas da mesa capitular da colegiada, p. 442 e 443.

³³³ Foi o que efectivamente aconteceu em 42 dos 64 contratos que encontramos para esta entidade. Veja-se, novamente a título de exemplo, os de Azurém (403\$500), de Aldão (281\$000), de S. Emilião (190\$000) e das “Searas da Vila” (225\$000), em diversos anos. Cf. AMG, Colegiada de Guimarães, Livro dos arrendamentos das igrejas da mesa capitular da colegiada, p. 359, 440 e 445; Notários-Guimarães, Paulo José de Freitas, N 1514, fl 24v-26.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Porém, esta parecia excluir-se automaticamente quando os valores ultrapassavam a casa dos 10 contos de réis. Neste tipo de contratos encontramos exclusivamente negociantes de Lisboa, Braga e Porto. Vejamos o exemplo das rendas da Patriarcal e da Mitra de Braga. Em 1824 o comerciante de Braga, Manuel José Ribeiro da Silva, em alguns contratos referido como negociante matriculado na Real Junta de Comércio, contrata, em conjunto com três sócios, o arrendamento da “Terça da Mitra de Braga”, renda pertencente à Patriarcal, pelo valor anual de 25.420\$000 réis³³⁴. Em 1826 é novamente ele que consegue as mesmas rendas, desta feita por subarrendamento pagando 31.030\$000 réis ao ano³³⁵. Para além destas, sabemos que tinha igualmente contratado as rendas que pertenciam à Mitra de Braga, pois entre 1825 e 1830 fez diversos subarrendamentos de alguns ramos das mesmas³³⁶. Tendo em conta a diferença nos anos, é provável que nesse período tivesse conseguido pelo menos duas vezes esse contrato.

Eram contratos com um valor muito elevado que obrigavam mesmo ao recurso a sociedades e que, aparentemente, excluía a concorrência, pois durante vários anos são contratados sempre pelo mesmo rendeiro. Poucos negociantes teriam capacidade financeira para entrar nestes jogos dos grandes contratos e para mais quando eles eram realizados na província³³⁷.

No sentido oposto podemos analisar os contratos, já referidos, da Colegiada. Nesses encontramos uma multiplicidade e variedade de rendeiros bastante considerável partindo, uma vez mais, de alguns negociantes, mas onde surgem em grande número

³³⁴ Cf. ANTT, Igreja Patriarcal de Lisboa, Lv 49, fl 5v-6.

³³⁵ Este contrato era relativo a todas as rendas da Patriarcal no arcebispado de Braga. Cf. ANTT, Notários-Lisboa, Cartório 7b, Cx 39, Lv 295, fl 22-23.

³³⁶ Infelizmente não conseguimos encontrar o(s) contrato(s) original entre o rendeiro e a Mitra. Ficam alguns exemplos dos subarrendamentos. Veja-se para 1825-27 ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 176, fl 45v-46v e fl 46v-47v; para 1826-28 José Bento Ferreira Couto, Lv 177, fl 37-38 e Lv 178, fl 21-22; para 1830-32 António José Gomes Chaves, Lv 173, fl 101-102.

³³⁷ Ideia esta exposta igualmente por Nuno Luís Madureira quando analisou os contratos reais. Cf. *Mercado e Privilégios...*, pp. 99 a 128, em especial 108 e 113.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

lavradores e gente dos ofícios, como pedreiros e carpinteiros ou, ainda, vendeiros e padeiros. Um exemplo da concorrência entre rendeiros e da mudança constante destes, possibilitada, estamos em crer, pelos valores baixos dos contratos é o das rendas da igreja de S. Emilião. Entre 1816 e 1831 encontrámos 9 contratos sobre os dízimos desta igreja feitos com 5 rendeiros diferentes, sendo que, apenas, 2 repetem arrendamentos. Os valores anuais dos contratos nunca ultrapassaram os 300\$000 réis³³⁸.

Um outro aspecto importante na análise dos valores dos contratos é tentar verificar a evolução dos mesmos ao longo dos anos. Foi possível proceder a esses cálculos em 65 casos para os quais tínhamos 2 ou mais contratos sobre a mesma renda. Assim, em cerca de 77% (50) verificámos que o valor dos contratos diminuiu, em 17% (11) aumentou e em 6% (4) estagnou. A conclusão a que chegamos é que, a fase final do Antigo Regime, para a grande maioria dos proprietários de dízimos que optavam pelo arrendamento, estava a ser dramática pelas quebras constantes dos contratos.

Havia excepções, como é óbvio, mas eram meramente pontuais e, na maior parte das vezes, em rendas que pouco significado tinham no conjunto de rendimentos das instituições ou dos indivíduos que eram proprietários das mesmas: 9 dos 11 casos em que encontrámos subidas de valor referem-se a contratos que nunca ultrapassaram os 600\$000 réis e 4 não chegavam mesmo aos 200\$000. Eram rendas da Igreja Patriarcal, do Cabido Primaz, da Casa do Infantado, da Colegiada de Guimarães, de um comendador e de um cónego de Braga.

Na maior parte dos casos, entidades que tinham um grande número de igrejas de onde cobravam dízimos e das quais apenas 1, 2 ou, no máximo, 3 delas subiam quando a maioria descia os seus valores. Veja-se o exemplo das rendas da igreja de Apúlia, pertencentes ao Cabido Primaz, sobre as quais encontrámos dois contratos, um de 1827,

³³⁸ Cf. AMG, Colegiada de Guimarães, Livro dos arrendamentos das igrejas da mesa capitular da colegiada, pp. 420, 425 e 440 a 447.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

pelo valor anual de 330\$000, e outro de 1832, com o valor de 480\$000³³⁹. Uma subida bastante significativa, é certo, de mais de 45%, mas caso único num total de 24 rendas diferentes contratadas entre 1826 e 1832 e que foi possível encontrar nos registos notariais.

Um outro exemplo, desta feita, relativo às rendas da Colegiada de Guimarães. A sua igreja mais rentável, Murça, em 1823 foi arrendada por 2.802\$000. Encontrámos novo contrato para 1825 por 2.905\$000³⁴⁰. Uma subida de apenas 3,68%, claramente insuficiente para compensar as quebras ocorridas em 8 das 11 rendas que encontrámos para o período de 1823 a 1831 e, seguindo a tendência geral, o mais provável é que também esta tenha descido o valor nos contratos seguintes.

Ainda sobre as subidas dois exemplos bastante curiosos e interessantes. Referimos que, no conjunto de rendas que subiram, entre dois ou mais contratos, se encontravam as de um comendador e de um cônego. Porém, a informação não é totalmente correcta. É certo que, em ambos os casos, se verificou uma subida no valor dos arrendamentos, mas o que acontece é que essa ascensão ocorreu quando as respectivas rendas já não eram administradas por esses indivíduos. Vejamos os casos concretos.

Em 20 de Dezembro de 1825, o Marquês de Castelo Melhor arrendou a Comenda de S Miguel da Facha por 800\$000 réis anuais. Em 25 de Junho de 1830 encontramos novo arrendamento desta comenda, agora, pelo valor anual de 960\$000. Contudo, este contrato foi conseguido não pelo marquês, a quem a comenda entretanto tinha sido sequestrada, mas sim pela Mesa da Consciência e Ordens³⁴¹.

³³⁹ Cf. ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 935, fl 59v-61 e Lv 940, fl 177v-179.

³⁴⁰ Cf. AMG, Colegiada de Guimarães, Livro dos arrendamentos das igrejas da mesa capitular da colegiada, p. 442 e 443.

³⁴¹ Cf. respectivamente ANTT, Notários-Lisboa, Cartório 9b, Cx 48, Lv 232, fl 134-135v e Mesa da Consciência e Ordens, Lv 274, fl 81-81v. O mesmo aconteceu com a comenda de S. Salvador de Bravães. Em 1825 é arrendada pelo Conde de Sabugal por 350\$000 réis anuais. Em 1830 a Mesa da Consciência e Ordens conseguiu 450\$000 réis pela mesma comenda. Cf. ANTT, Notários-Lisboa, Cartório 15, Lv 850, fl 49-50 e Mesa da Consciência e Ordens, Lv 274, fl 76-76v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

O caso das rendas da igreja de Boivães, propriedade do cónego da Sé de Braga, João Nepomeceno Leite Brandão, é em tudo semelhante. Em 1826 aquele consegue um arrendamento no valor de 300\$000 anuais. O contrato que iria começar em 1828 foi já da responsabilidade do Depósito Geral de Braga, pois o benefício estava vago, talvez, por morte do cónego. O preço deste novo contrato foi de 408\$000 réis³⁴².

São poucos casos, é certo, mas, por um lado, demonstram que havia um maior zelo ou, pelo menos, uma maior capacidade de negociação por parte das instituições tutelares, uma das comendas vagas, outra dos benefícios vagos, na contratação das rendas; por outro, representam mais exemplos, a juntar a outros a que temos vindo a fazer referência ao longo deste capítulo, de uma provável dependência dos proprietários em relação aos rendeiros e das desvantagens que essa situação poderia trazer para as suas rendas, neste caso, resultando em arrendamentos mais baixos.

Falámos até agora somente das subidas, mas significativas, claramente, foram as descidas dos valores dos contratos por nós detectadas. Neste particular temos de chamar a atenção para dois aspectos. Primeiro, pela sua amplitude e características, esta é uma descida geral que afecta todas as rendas, de todos os interessados, em toda a área geográfica agora estudada. Segundo, é uma descida com dois momentos distintos, a passagem da Revolução Liberal de 1820 e o período pós-1827. A justificação para estas quebras encontra-se, cremos, na instabilidade política, social e, fundamentalmente, económica dos anos que decorrem entre 1820 e 1832³⁴³.

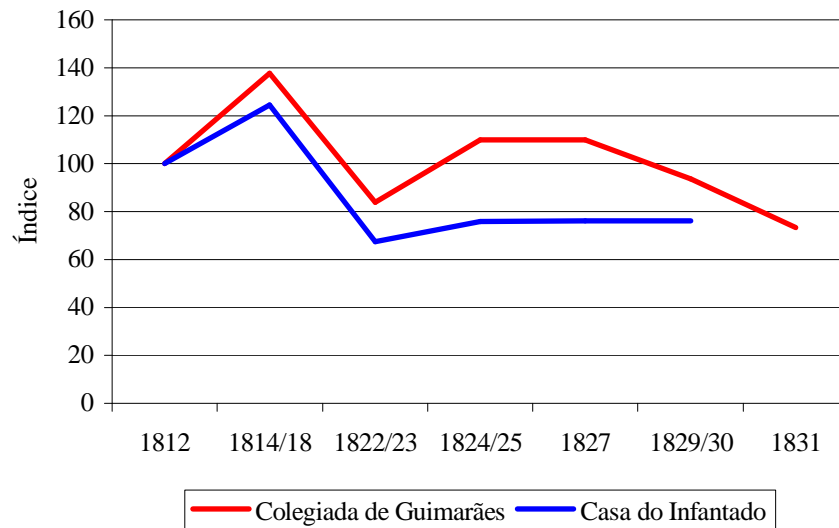
São poucos os casos em que podemos acompanhar uma mesma renda desde antes da Revolução Liberal até 1830-32. Os exemplos que temos permitem, contudo, afirmar que 1820 foi efectivamente um momento de viragem, pela negativa, para os

³⁴² Cf. respectivamente ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 934, fl 88-89 e Lv 935, fl 71-72.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

rendimentos gerados pelos arrendamentos dos dízimos. Para um conjunto de 11 rendas não encontramos uma única subida do valor dos contratos e a média de descida ronda os 34%!

Gráfico 2 - Evolução dos arrendamentos das igrejas de Aldão (Colegiada de Guimarães) e de Riba de Mouro e Tangil (Casa do Infantado)



Vejamos dois casos paradigmáticos desta evolução que permitem, não só verificar a queda abrupta dos valores dos contratos, mas também as diferentes fases por que passaram os arrendamentos dos dízimos na recta final do Antigo Regime (gráfico 2). Começamos pelas rendas da igreja de Aldão, propriedade da Colegiada de Guimarães. O primeiro contrato que temos é de 1812 e nesse ano os dízimos renderam 300\$000 reis ao ano. Em 1814 passaram para 413\$000. O arrendamento seguinte a que tivemos acesso é de 1823 e o valor do contrato desceu para 252\$000. Subiu em 1825 para

³⁴³ Crise essa que tem o seu início ainda antes de 1820 com a queda dos preços em Portugal o que tem uma influência directa nos valores dos arrendamentos. Veja-se sobre este assunto David Justino, *A formação...*, Vol. II, pp. 50-61.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

330\$000, valor que manteve em 1827. Tornou a descer em 1829 (281\$000) e de uma forma mais acentuada em 1831 onde atingiu o valor mínimo de 220\$000 réis anuais³⁴⁴.

Semelhante evolução acompanha as rendas das igrejas de Riba de Mouro e Tangil, da Casa do Infantado: 2.332\$000 réis em 1812; 2.900\$000 em 1818; queda abrupta para os 1.575\$000 em 1822; recuperação em 1824 para os 1.771\$000; estagnação em 1827 e 1830 onde atinge os 1.776\$000 réis anuais³⁴⁵.

Duas rendas diferentes, com valores médios díspares, de proprietários distintos (um da região e eclesiástico, outro estranho à mesma e laico), referentes a áreas geográficas também diferentes (Guimarães e Caminha), porém, uma mesma evolução. Tendência para a alta entre o início e o fim da segunda década de XIX, queda brusca a partir de 1820, por causa dos preços, mas também do Triénio Liberal, ligeira recuperação em 1824-25 e, por fim, estagnação ou queda a partir de 1827, a que não será estranha a crise política e mais tarde a Guerra Civil (gráfico 2). Pensamos ser este o quadro evolutivo dos arrendamentos dos dízimos e, também, da crise dos rendimentos de quem deles, em grande medida, dependia no final do Antigo Regime³⁴⁶.

Nesta situação não só os proprietários de dízimos saíam a perder, como o mesmo acontecia com os rendeiros, o que, por vezes, os podia levar à falência³⁴⁷. Porém, havia quem, mesmo assim, lucrasse e muito, por exemplo, os rendeiros que contratavam

³⁴⁴ Cf. AMG, Colegiada de Guimarães, Livro dos arrendamentos das igrejas da mesa capitular da colegiada, p. 359, 385, 442, 443, 445 e 447; AMG, Notários-Guimarães, Paulo José de Freitas, N 1514, fl 17-18v.

³⁴⁵ Cf. ANTT, Casa do Infantado, Lv 743, fl 36, fl 66, fl 77v-78, fl 86, fl 96 e fl 111v.

³⁴⁶ Para reforçar esta ideia compare-se com a evolução das rendas da Mitra entre 1820 e 1833 traçada por Viriato Capela onde este autor aponta, também, para as datas cruciais de 1820 e 1827. Cf. "Igreja, Sociedade e Estado...", pp. 434-435

³⁴⁷ Não encontramos notícias de falências de rendeiros, mas elas são referidas, precisamente, para 1820 na região de Coimbra por Margarida Sobral Neto, *Terra e Conflito...*, pp. 373-374. Também Aurélio de Oliveira alude a esta questão para a região de Braga, porém, para uma época mais recuada. Cf. *A Abadia de Tibães...*, pp. 449-450.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

rendas com o único objectivo de conseguir lucros com os trespases das mesmas³⁴⁸. Um lucro bastante apetecível e que não era negligenciado, em especial, pelos contratadores com maior capacidade financeira.

Apesar de termos inventariado um número, ainda, apreciável de contratos de subarrendamento, nem sempre foi possível detectar os contratos antecedentes e/ou posteriores ou, mesmo quando tal acontecia, saber os valores envolvidos. Referimos, já, alguns dos que encontrámos e para os quais assinalámos dois, três e, mesmo, quatro elos na ligação entre os proprietários dos dízimos e os camponeses. De todo o conjunto conseguimos descortinar 14 casos onde, através do acompanhamento de uma mesma renda pelas várias escrituras a que foi sujeita, foi possível verificar as margens de lucro³⁴⁹.

Estas variavam entre valores inferiores a 2% ao ano e superiores a 48%, com uma média de lucro que rondava os 13% anuais. Estas percentagens poderiam corresponder a ganhos na ordem dos 10\$000 ou de quase 3 contos de réis, dependendo, como é óbvio, do capital investido. Outro factor a registar é que os contratos de dízimos de entidades que estavam ausentes da região, cujos arrendamentos iniciais tinham de ser realizados em Lisboa e que juntavam um grande volume de rendas, eram os que maiores

³⁴⁸ Não fazemos referência aos lucros ou prejuízos que os rendeiros finais podiam ter por uma série de factores: primeiro, a fonte que nos dá os valores de cobrança de dízimos, essenciais para comparação com os dos contratos, coloca-nos alguns problemas, sobejamente referidos, de onde ressalta uma possível subavaliação (ver anexos); segundo, mesmo que tal fosse possível havia sempre a questão dos contratos serem feitos, na maioria dos casos, sobre o conjunto das rendas de uma igreja e não, apenas, sobre os dízimos pelo que as percentagens seriam sempre indicativas. Para além disso, era necessário ter em conta os encargos que eram impostos aos rendeiros e que nem sempre são possíveis de calcular em dinheiro. Tendo em conta o que acabámos de dizer optámos por calcular os lucros somente nos contratos de subarrendamento.

³⁴⁹ Tanto a questão dos subarrendamentos como a dos lucros não eram novidade para nós quando decidimos pesquisar os arquivos notariais. São vários os autores, na historiografia espanhola e portuguesa, que apresentam percentagens efectivas de lucros, ou levantam a suspeita da sua existência. Eiras Roel indica percentagens que variam entre 10 e 50%, mas também refere alguns prejuízos. Cf. “Evolucion del producto decimal en Galicia...”, pp. 63 e 71-72. Aurélio de Oliveira fala em 15 a 25%. Cf. A Abadia de Tibães..., pág. 398. Enrique Martinez Rodriguez encontrou lucros que podiam chegar aos 44%, mas que em média rondavam os 9%. Também este autor fala de prejuízos, por vezes na ordem dos 30%. Cf. La Universidad de Santiago de Compostela..., pág. 67. Fernanda Paula Sousa Maia detectou

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

percentagens de lucro rendiam aos contratadores, por vezes, a uma série de dois ou três. Estão neste caso as rendas da Patriarcal, da Casa do Infantado e, sem dúvida, das comendas. Já com as rendas contratadas ao nível regional e local era, aparentemente, mais difícil conseguir margens de lucro muito elevadas. Vejamos alguns exemplos que confirmam o que acabámos de expor.

Comecemos por baixo. As rendas da igreja de Alvelos foram contratadas em 31 de Julho de 1826 por José da Silva Ferreira Barbosa, de Braga, junto do Depósito Geral daquela cidade, pelo valor anual de 471\$000 réis. Em pouco mais de um mês consegue com esta renda um lucro de 2,12%, ganhando 10\$000: a 14 de Setembro desse mesmo ano subarrendou as ditas rendas, por 481\$000 réis anuais, a José da Silva lavrador em Gualtar³⁵⁰.

Um outro exemplo, desta feita, com um lucro um pouco superior e realizado em menos tempo. Sebastião José da Costa morador em Azurém, concelho de Guimarães, contrata com a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, em 16 de Novembro de 1827, o arrendamento da igreja de Silvares (S Maria) pelo valor anual de 600\$000 réis. Apenas 10 dias depois subarrenda a mesma a João Ferreira, de Creixomil, por 630\$000, conseguindo um lucro de 5%³⁵¹. Ou seja, em pouco mais de uma semana ganhou o mesmo que ganharia se tivesse emprestado essa quantia a juros durante um ano. Por este exemplo vê-se o quão rentável poderia ser este negócio³⁵².

Ainda na região, vamos subir um pouco mais na escala dos lucros. Em 20 de Julho de 1828, dois sócios de S. Tirso arrendam do Mosteiro de Riba de Ave as rendas das

lucros superiores a 15%. Cf. “A Renda e o Rendeiro...”, pp. 637-638. José Viriato Capela refere que, provavelmente, seriam “enormes os lucros dos rendeiros”. Cf. *O Minho e os seus municípios...*, pág. 49.

³⁵⁰ Cf. ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 934, fl 71v-72v e José Bento Ferreira Couto, Lv 177, fl 100-100v.

³⁵¹ Cf. AMG, Notários-Guimarães, Paulo José de Freitas, N 1514, fl 84-86 e Gaspar Baptista Barbitel, N 1598, fl 54-55.

³⁵² Também Fernanda Paula Sousa Maia e Nuno Luís Madureira fazem essa comparação chegando a semelhante conclusão. Cf. “A Renda e o Rendeiro...”, pp. 637-638 e *Mercado e Privilégios...*, pp. 109-110.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

igrejas de Golães e Vila Nova das Infantas por 1.120\$000 anuais. Com este contrato, em menos de um mês vão lucrar 100\$000 réis, ou seja, 8,93% do capital investido. Para tal, tiveram trabalho na cobrança das rendas? Não foi necessário, bastou uma deslocação a Guimarães, onde em Agosto subarrendaram as ditas a Domingos José Ribeiro, de Golães, por 1.220\$000 réis³⁵³.

Porém, como referimos, as percentagens começam realmente a ser elevadas quando passamos para contratos realizados na capital, junto dos grandes proprietários.

As rendas da Casa do Infantado são um bom exemplo. A igreja de Riba de Âncora foi, em 9 de Agosto de 1826, arrendada por três anos e pela quantia anual de 315\$000 réis a João José Rodrigues Gomes, alferes de Milícias na mesma freguesia. A 4 de Julho de 1827, este contrata o subarrendamento pelos mesmos três anos com José António de Azevedo, morador em Vilarelho. Consegue com esta operação um saldo positivo de 11,7% ao ano, porém, realizando o lucro dos três anos logo no acto do contrato. O que aconteceu foi que o segundo rendeiro teve de pagar, ao rubricar o contrato, 105\$600 réis. Para além disso, o sublocado tinha de fazer todos os pagamentos devidos à Casa do Infantado, bem como as despesas feitas em Lisboa com a realização do “contrato primordial”. Para além do pagamento no acto da escritura tinha que dar nos restantes anos do contrato 2 pipas de vinho e a palha do trigo e do centeio³⁵⁴. Curioso é verificar que José António de Azevedo tinha sido um dos fiadores de João José Rodrigues Gomes no contrato celebrado com a Casa do Infantado³⁵⁵.

Mas também as rendas da Igreja Patriarcal proporcionavam grandes lucros. Já por diversas vezes foi aqui referido o contrato sobre o conjunto das suas rendas feito por um

³⁵³ Cf. AMG, Notários-Guimarães, Nicolau Teixeira de Abreu, N 1397, fl 80-81. Encontrámos somente o contrato de subarrendamento que, contudo, nos forneceu as indicações sobre o primeiro arrendamento.

³⁵⁴ Cf. ANTT, Casa do Infantado, Lv 743, fl 92, Lv 810, fl 68-72v e ADVC, Notários-Caminha, Isidoro Domingues Rego, 4.9.5.1, fl 36v-37v.

³⁵⁵ Daremos novamente atenção a este aspecto quando falarmos, adiante, das sociedades e das relações entre rendeiros e fiadores.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

grupo de 8 sócios de Lisboa, em 1825, pelo preço anual de 112.152\$000 réis. Assim que encontrámos tal escritura pensámos que seria interessante verificar os subarrendamentos, uma vez que sabíamos que, pelo menos, o ramo correspondente à “Terça da Mitra” de Braga tinha sido contratado com o comerciante Manuel José Ribeiro da Silva. As buscas não foram infrutíferas e encontrámos nada menos do que 23 contratos de subarrendamento sobre ramos diversos das rendas da Patriarcal que renderam, em conjunto, 100.043\$300 réis aos negociantes de Lisboa³⁵⁶.

Prejuízo? Pensamos que não. Já aqui referimos que tivemos conhecimento daquele valor total através do contrato de sociedade e que só conseguimos encontrar dois dos contratos originais feitos com a Patriarcal, um referente ao arcebispado de Braga e outro sobre o Patriarcado e a diocese de Leiria³⁵⁷. Ora, comparando os valores deste último (17.267\$400), por exemplo, com os valores dos diversos ramos subarrendados verificámos que conseguiram, neste caso, obter um lucro de 13,72%, ou seja, com os subarrendamentos realizaram todo o capital investido neste contrato e mais 2.747\$600³⁵⁸. Para além disso, acresce o facto de não termos a certeza de no conjunto de contratos por nós encontrados se acharem a totalidade dos ramos que compunham as rendas da Patriarcal nas respectivas dioceses, ou, mesmo, se alguns desses ramos foram administrados pela própria sociedade. Cremos, por isso, ser legítimo presumir que um lucro semelhante terá sido conseguido com a totalidade dos contratos, o que, a verificar-se, equivaleria a um ganho anual de cerca de 15 contos de réis, numa escritura com a duração de 4 anos. Para se ter noção da importância de todos estes valores bastará compará-los, por exemplo, com o volume médio de receita obtida pela Câmara

³⁵⁶ Cf. ANTT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 294, fl. 105v-106v, 108v-110, 111-112, 115-115v, 120-120v, 122-123, 125-126v; lv. 295, fl. 22-23, 26-26v, 27-27v, 29-30, 30v-31v, 44-45, 51-52, 54-55v, 63-63v, 93-93v, 128v-129 e lv. 296, fl. 1-1v, 7v-8v, 23-23v, 29-29v, 39v-40v.

³⁵⁷ Veja-se notas 326 a 329.

³⁵⁸ Cf. ANTT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 294, fl. 111-112, 122-123; lv. 295, fl. 26-26v, 27-27v, 29-30, 63-63v, 93-93v e lv. 296, fl. 7v-8v, 23-23v, 29-29v, 39v-40v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Municipal de Lisboa entre 1820 e 1829 que foi de 143.026\$710 e o saldo positivo mais elevado do conjunto dos seus orçamentos no primeiro terço do século XIX que correspondeu, em 1827, a 13 contos de réis³⁵⁹.

Mas não eram só os negociantes de Lisboa a lucrar com os subarrendamentos das rendas da Patriarcal. O já nosso conhecido Manuel José Ribeiro da Silva para além do ramo da “Terça da Mitra” de Braga contratou com aquela sociedade, através de um procurador, as 4/9 partes das rendas que pertenciam à Patriarcal na tesouraria-mor da colegiada de Barcelos, em 12 de Abril de 1826, pelo valor anual de 385\$000. No dia anterior, em Braga, já tinha subarrendado este ramo a José Leite, lavrador em Nogueira, como fizemos referência acima, pelo preço de 480\$000 réis com um lucro, portanto, de 24,68%³⁶⁰.

Vemos, então, que desde os proprietários até aos camponeses as rendas iam possibilitando chorudos lucros aos vários intermediários que sucessivamente as iam contratando. Um caso verdadeiramente exemplar desta realidade e que aqui deixamos como um último exemplo dos lucros gerados pelos contratos de dízimos é o da Comenda de S Salvador de Bravães. Esta foi arrendada pelo conde de Sabugal em Dezembro de 1825 a um negociante de Lisboa por 350\$000 réis anuais durante 4 anos. Numa data entre Abril e Maio de 1826 este negociante subarrendou a comenda a Paulo João Cruz Viana, negociante em Braga, por 520\$000 réis anuais durante os mesmos 4 anos. Conseguiu assim um lucro anual superior a 48%! Este, por sua vez, subarrendou a mesma apenas por 2 anos, em Junho de 1826, pelo valor anual de 700\$000 réis a Domingos José Arantes, morador em Lage, concelho de Larim. O lucro foi agora

³⁵⁹ Cf. Paulo Jorge Fernandes, *As Faces de Proteu. Elites urbanas e o poder municipal em Lisboa de finais do século XVIII a 1851*, Lisboa, 1999, pp. 61-62.

³⁶⁰ Cf. ANTT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 295, fl. 54-55v e ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 176, fl 100-100v

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

equivalente a cerca de 34%³⁶¹. Porém, esta comenda terá, provavelmente, gerado ainda outra percentagem de lucro significativa a este rendeiro, pois a média de cobrança de dízimos da mesma, entre 1827 e 1831, foi superior a 1 conto e 200 mil réis³⁶².

Cremos que uma simples frase pode traduzir bem todo este esquema de arrendamentos e sucessivos subarrendamentos: lucro fácil para os contratadores, prejuízo para os proprietários das rendas e dependência em relação aos rendeiros e, por fim, forte pressão “fiscal” sobre os camponeses.

5.3.2.8. As outras cláusulas dos contratos

Verificámos já diferentes características dos contratos de arrendamento. Para terminar a sua análise iremos debruçar, agora, a nossa atenção sobre as outras condições impostas aos rendeiros. É que, para além da duração, das datas de início e fim, dos valores a pagar e respectiva periodicidade de pagamentos, os contratos definiam uma série de cláusulas que impunham mais obrigações aos contratadores e resultavam em garantias para os proprietários das rendas. Este clausulado era mais ou menos rígido e abrangente consoante a parte que contratava com o rendeiro. A força de um abade, que apenas tinha o rendimento de uma ou duas freguesias, ou pouco mais, não era a mesma de uma instituição como a Colegiada de Guimarães, a Casa do Infantado ou a Igreja Patriarcal.

Falaremos essencialmente dos contratos de arrendamento, pois os de subarrendamento, na esmagadora maioria dos casos, faziam reflectir para os sublocados

³⁶¹ Cf. ANTT, Notários-Lisboa, Cartório 15, Lv 850, fl 49-50 e ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 177, fl 44-45.

³⁶² Cf. quadro 53. Desconhecemos posteriores subarrendamentos e o inquérito de 1836 também não é de grande ajuda pois é omissivo, tanto, no que diz respeito ao nome do rendeiro, como, no que se refere aos encargos que oneravam a dizimaria. Por esta razão é necessário alguma cautela na utilização destes valores. Cf. ANTT, AHMF, Tesouro Público, cx 4306, Ponte da Barca.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

as condições e obrigações impostas no arrendamento inicial, com a excepção óbvia do preço dos contratos. Aliás, alguns arrendamentos previam logo à partida essa passagem de encargos e garantias para os subarrendamentos. Veja-se o caso da comenda de S Pedro de Lomar, no contrato realizado em 30 de Agosto de 1828, onde, depois de indicados os encargos a que ficava sujeito o rendeiro, é referido que os mesmos se mantinham no caso de haver sublocação³⁶³; ou dos contratos sobre as rendas das igrejas de Balazar, Calvos, Ínfias, Freitas, Taíde e Sanche, pertencentes ao Convento da Senhora dos Remédios de Braga e realizados em 1829 e 1831, sempre, com o mesmo rendeiro. Nestes é referido que, no caso de se fazer a sublocação, os sublocados ficariam com todos os encargos e condições impostas pelo contrato original, não podendo fugir a nenhuma³⁶⁴.

5.3.2.8.1. As condições impostas aos rendeiros

Tendo em conta, então, apenas os contratos de arrendamento, para 344 possíveis encontrámos 320 que expressamente referiam as condições a que estavam sujeitos os rendeiros, para além do valor da arrematação dos dízimos³⁶⁵.

Um primeiro aspecto a assinalar prende-se com as características do pagamento principal, pois outros eram exigidos, como veremos. Em quase todos os contratos o pagamento do arrendamento deveria ser feito “em metal”. Em 60, ou seja, em cerca de 18%, era inclusive a única forma de pagamento aceite. Nos restantes era admitido também o pagamento em “papel-moeda”. Contudo, nestes casos fazia-se a seguinte ressalva: “se houver pagamento em papel-moeda” o rendeiro tem de “pagar o rebate”

³⁶³ Cf. ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 937, fl 72v-74.

³⁶⁴ Cf. ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 938, fl 55-56v e Lv 940, fl 27-28v.

³⁶⁵ Os restantes são contratos dos quais somente tivemos conhecimento indirecto através de declarações noutros contratos e noutras fontes, pelo que não foi possível verificar as condições a que estavam sujeitos.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

válido à altura do pagamento. Esta condição era imposta em contratos tão diferentes como os de um comendador, de um cônego da Sé de Braga, da Colegiada de Guimarães ou do Mosteiro de S André de Rendufe³⁶⁶.

Havia ainda outras cláusulas. Primeira e também a mais importante de todas: o dinheiro que os rendeiros tinham de entregar era livre de encargos para os proprietários. O que queria dizer que, para além do preço acordado, os rendeiros tinham depois de arcar com todas as despesas impostas às dizimarias, ou a sua maior parte. Em 319 contratos é expressamente referida essa condição para o arrendamento, umas vezes de forma geral, outras especificando e quantificando os encargos que os rendeiros tinham de satisfazer.

A única exceção da nossa série refere-se ao contrato já atrás mencionado entre Paulo João Cruz Viana e o abade de Arcozelo, Teotónio Anes Bandeira. Neste, que se assemelha mais a um contrato de empréstimo de dinheiro do que de arrendamento de dízimos, ficava o abade com o encargo da décima eclesiástica, das côngruas e das pensões³⁶⁷.

Em todos os outros, esses encargos passavam para os rendeiros com exceção da décima, como veremos. Em certos contratos poderia ser apenas referido que o preço era “livre de encargos”, como no arrendamento correspondente à quinta parte das rendas da igreja de S. Julião de Parada de Bouro realizado entre o reverendo Manuel Pires, beneficiado da referida igreja, e José da Silva, lavrador da freguesia de Lomar, Braga, em 17 de Março de 1827³⁶⁸. Ou, então, adoptava-se uma fórmula geral que aparece em vários contratos quase sem diferenças. Os padres do Colégio do Pópulo de Braga, em 26 de Maio de 1826, arrendaram a Manoel José Vieira da Silva, negociante de Braga, todos

³⁶⁶ Veja-se respectivamente AMG, Notários-Guimarães, João Teixeira de Araújo, N 1554, fl 35v-36v; ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 935, fl 33v-35; AMG, Notários-Guimarães, Paulo José de Freitas, N 1514, fl 15-16v; ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 940, fl 39-41.

³⁶⁷ Cf. ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 179, fl 42v-43v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

os “Dizimos, Permicias, São Joaneiras, foros e mais cousas pertencentes aos frutos e rendimentos das suas Igrejas unidas a este Colégio, que são as seguintes:” Regadas, Semelhe, Godinhaços, Ferreiros, Pousada, Covelas e S. Leocádia de Briteiros. Tudo pelo valor anual de 3.402\$000 réis, quantia que seria entregue aos padres livre de todo e qualquer encargo, fosse ele “Décimas, Sizas, Fintas, Cômgruas ou Tributos novos ou velhos tenham eles o nome que tiverem”³⁶⁹. Esta mesma expressão foi utilizada, por exemplo, no contrato de arrendamento das rendas da freguesia de S. João do Calendário da Silva, pertencentes ao Deão da Sé de Braga e que valiam 165\$000 réis³⁷⁰.

Noutros casos, porém, os encargos são tipificados e permitem uma quantificação do seu valor e da percentagem que representam em relação ao preço base do contrato. Estão nesta situação os contratos da Colegiada de Guimarães. Escolhemos três, com valores e anos diferentes, correspondentes às freguesias de Urgezes, no ano de 1827, de Aldão, em 1829, e de Paraíso, em 1831³⁷¹. Uma primeira conclusão: estes encargos extra, quando calculados em dinheiro, acrescentavam sempre um valor muito significativo ao preço do contrato, representando cerca de 20% a 30%.

O contrato de Urgezes foi realizado com Manuel José Lopes, lavrador na mesma freguesia, tendo este de pagar “em metal” 620\$000 réis anuais. Para além deste preço ficava com os encargos seguintes: 300 alqueires de pão meado, 3 almudes de azeite, 10 libras de cera, 2 carros de telha e 20 alqueires de castanha verde para a própria Colegiada; 20\$000 réis, 2 alqueires de trigo, 2 almudes de vinho e 2 libras de cera para o vigário da paróquia; 2 almudes de azeite para a “lâmpada do senhor”; 3\$128 réis ao Cabido de Braga; 200 maçãs, meia rasa de nozes, 2 alqueires de castanhas assadas, 2

³⁶⁸ Cf. ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 178, fl 76-77.

³⁶⁹ Cf. ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 177, fl 27-28v.

³⁷⁰ Cf. ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 178, fl 88-88v.

³⁷¹ A escolha da Colegiada e das suas igrejas deve-se ao facto de para esta instituição termos, não só, uma fonte que especificava os encargos a onerar cada igreja, o livro dos arrendamentos que temos citado com frequência, mas, também, porque para Guimarães tínhamos uma série de preços muito completa,

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

dúzias de palha de grandes molhos e 2 almudes de vinho aos “Coreiros”, pelo S. Nicolau. Convertidos os géneros pelos preços do “Livro da liquidação dos frutos” de Guimarães para o respectivo ano, somaram o total dos encargos 206\$253 réis, ou seja, acrescentaram ao valor base do contrato mais 33%³⁷²!

Encargos muito semelhantes são referidos na freguesia de Paraíso. Esta foi arrendada em 1831 a Manuel Moreira Martins Fonseca, morador em Guimarães, pelo preço anual de 190\$000 réis. Tinha de pagar ainda 50 alqueires de meado, 1,5 almudes de azeite, 10 alqueires de castanha verde e 2 carros de telha à Colegiada; 16\$000 réis e 20 alqueires de milhão ao vigário da freguesia. Tudo isto equivalia a 51\$610 réis anuais, mais 27% a acrescentar ao valor base do contrato³⁷³.

Para Aldão os encargos eram idênticos aos de Paraíso e a percentagem encontrada no contrato que a Colegiada fez com Sebastião José da Costa, residente na freguesia de Azurém, foi de 21%, em relação a um preço base de 281\$000 réis³⁷⁴.

No fundo, eram ónus relativos à sustentação da própria Colegiada, do clero paroquial e do culto, a pensões impostas na dizimaria e a privilégios de membros da instituição que competiam, agora, aos rendeiros suprir. Vemos, então, que esta era uma cláusula bastante gravosa para estes últimos e que se não fosse devidamente acautelada lhes poderia trazer alguns dissabores.

Não resistimos a comparar os valores totais destes e outros contratos com os valores dos dízimos declarados nas mesmas freguesias pelo inquérito de 1836. Podemos, então, constatar que, na maioria das vezes, os dados do inquérito estavam subavaliados, pois os valores da cobrança dos dízimos, entre 1827 e 1831, encontravam-

correspondente ao “Livro da liquidação dos frutos”, que permitia calcular em dinheiro os géneros que eram indicados na primeira fonte.

³⁷² Cf. AMG, Notários-Guimarães, Paulo José de Freitas, N 1514, fl 21v-23 e Livro da liquidação dos frutos (1827).

³⁷³ Cf. AMG, Colegiada de Guimarães, Livro dos arrendamentos das igrejas da mesa capitular da colegiada, p. 447 e Livro da liquidação dos frutos (1831).

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

se, quase sempre, muito próximos ou mesmo abaixo dos valores registados nos contratos sobre as mesmas rendas³⁷⁵.

Tendo isto em mente verificámos que em Urgezes, Manuel José Lopes terá ganho somente 1% no primeiro ano do seu contrato, já que a sua dizimaria rendeu 835\$520 réis em 1827. Dois anos mais tarde, para Sebastião José da Costa encontramos a mesma percentagem, no entanto, negativa pois a cobrança de dízimos em Aldão para 1829 foi de apenas 336\$808. Por fim, Manuel Moreira Martins Fonseca, seguindo o mesmo raciocínio, deve ter ficado em dificuldades no ano de 1831, pois a freguesia onde decidiu investir proporcionou-lhe um prejuízo de cerca de 12%, com apenas 213\$340 réis de dízimos cobrados³⁷⁶.

Estes dados são, contudo, meramente indicativos, não só pelo que afirmámos acima, mas também pelo facto de, na maior parte dos casos, como vimos no início da análise dos contratos, as rendas sobre as quais estes recaíam não se resumiam ao dízimo. Bastará para tal verificar, alguns parágrafos atrás, o exemplo que referimos em relação ao Colégio do Pópulo de Braga.

Apesar de tudo, reafirmamos que esta era uma das cláusulas mais duras para os rendeiros. Mesmo que não fossem declaradas com todo o detalhe que verificámos acima, havia sempre alguns aspectos que eram incluídos nos contratos, normalmente referentes aos encargos que mais pesavam nas dizimarias. Era com estes que os proprietários mais se preocupavam e os que mais vezes eram expressamente declarados como obrigação dos rendeiros. Falamos das cóngruas ao clero paroquial e das pensões

³⁷⁴ Cf. AMG, Colegiada de Guimarães, Livro dos arrendamentos das igrejas da mesa capitular da colegiada, p. 445 e Livro da liquidação dos frutos (1829).

³⁷⁵ Por esse facto continuamos a afirmar algum cepticismo, de que já falámos nos capítulos anteriores, sobre a utilização dos valores absolutos dados pelo inquérito de 1836, pelo que é necessário ter esse factor em conta na interpretação dos resultados. Veja-se nota 138.

³⁷⁶ Cf. ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa 4308, concelho de Guimarães.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

impostas nas dizimarias que, como vimos no capítulo anterior, eram os principais encargos que oneravam o rendimento decimal.

Os comendadores são, neste caso, os proprietários mais zelosos. O Marquês de Fronteira, por exemplo, no arrendamento das comendas de S. Nicolau de Carrazedo, S. Miguel de Linhares, S. Tiago de Fonte Arcada e N. S.^a da Conceição de Rosmaninhal, feito em 12 de Junho de 1826, com Sebastião José Ferreira, negociante de Lisboa, impõe ao mesmo, expressamente, o pagamento das pensões e cõngruas que oneravam as comendas³⁷⁷. O mesmo fez o Conde de Valadares que, igualmente, em Junho de 1826, arrendou ao mesmo rendeiro as comendas de S João da Castanheira, S Julião de Montenegro e S Maria de Viade³⁷⁸. No contrato das comendas de S Pedro Fins de Ferreira e Lamoso, em 10 de Setembro de 1829, pertencentes ao Conde de Almada as obrigações do rendeiro, João António Alves de Carvalho, também ele negociante em Lisboa, são idênticas³⁷⁹.

Para além deste zelo, era também nos contratos realizados com os comendadores que aos rendeiros era imposta uma outra condição de que ficavam isentos nos restantes arrendamentos de dízimos. Falamos da décima eclesiástica. Em 110 contratos é expressamente referido que o rendeiro fica com todos os encargos da dizimaria “à excepção da décima eclesiástica”. Porém, a nobreza até isso exigia aos rendeiros.

Para além dos exemplos citados acima, veja-se o caso da comenda de S Miguel da Facha, arrendada pelo Marquês de Castelo Melhor ao já nosso conhecido Paulo João Cruz Viana, em 20 de Dezembro de 1825. Neste contrato é referido que o rendeiro tinha de pagar a décima e todos os mais impostos civis e eclesiásticos, encargos ou pensões

³⁷⁷ Cf. ANTT, Notários-Lisboa, Cartório 15, Lv 853, fl 25v-27.

³⁷⁸ Cf. ANTT, Notários-Lisboa, Cartório 9b, Cx 48, Lv 234, fl 56v-57v.

³⁷⁹ Cf. ANTT, Notários-Lisboa, Cartório 9b, Cx 52, Lv 247, fl 15-17.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

de qualquer natureza. No final do contrato era mesmo exigido que apresentasse documentos comprovativos desses pagamentos³⁸⁰.

Curiosamente, os rendeiros ficavam livres deste encargo quando as comendas eram administradas pela Mesa da Consciência e Ordens, pois nos arrendamentos que fazia das comendas vagas aos contratadores é sempre “levado em conta o pagamento da décima” a que estivessem sujeitos. Interessantes como exemplos, neste caso, são os arrendamentos das comendas de S Tiago de Fonte Arcada e de S Miguel da Facha feitos em 1830, precisamente, com os mesmos rendeiros que tinham contratado em 1826 com os comendadores e que agora ficavam isentos de décima³⁸¹.

Também a Casa do Infantado exigia sempre aos seus rendeiros o pagamento da décima que estes tinham de fazer logo no início dos contratos³⁸². Para além disso, tanto esta entidade como a Mesa da Consciência e Ordens exigiam dos seus rendeiros pagamentos adicionais, respectivamente, de 1 e 2% além do valor da arrematação. No primeiro caso, no início dos contratos, no segundo, em cada ano do arrendamento³⁸³.

Estas instituições exigiam um valor suplementar em dinheiro, mas outras obrigavam os rendeiros à entrega de determinadas quantidades de géneros. Já vimos que assim acontecia com os arrendamentos das igrejas que pertenciam à Colegiada de Guimarães, mas o mesmo se passava com os institutos regulares³⁸⁴. Estas entregas justificavam-se por serem entidades presentes na região e pela própria vida em comunidade que as caracterizava. No Mosteiro de Santa Marinha da Costa, no contrato relativo às rendas da igreja de Cima de Selho (S Jorge), era exigido ao rendeiro 20

³⁸⁰ Cf. ANTT, Notários-Lisboa, Cartório 9b, Cx 48, Lv 232, fl 134-135v e ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 177, fl 66-67.

³⁸¹ Cf. ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Lv 274, fl 81-81v e fl 93-93v.

³⁸² Veja-se os arrendamentos de diversas freguesias do Minho entre 1812 e 1832 em ANTT, Casa do Infantado, Lv 743, fl 36 a 117v.

³⁸³ Para a Casa do Infantado veja-se a nota anterior. Para a Mesa da Consciência e Ordens veja-se os contratos registados em ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Lv 274.

³⁸⁴ Como, aliás, já tinha sido detectado por outros autores. Veja-se, por todos, Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães...*, pp. 437 a 442.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

alqueires de centeio, colocados no celeiro do mosteiro, em cada ano³⁸⁵. O Mosteiro de S Tirso de Riba de Ave impunha o encargo anual de 6 arrobas de presunto e 63 varas de linho, nas rendas das igrejas de Golães e Vila Nova das Infantas³⁸⁶. Pelo Convento de S Clara de Guimarães era pedido ao rendeiro da igreja de Ribeiros mais 320 rasas de milho, 220 rasas de trigo e 5 pipas de vinho, colocados por “sua conta e risco” na porta do convento³⁸⁷.

Esta última condição estava também generalizada, sendo mesmo referida expressamente em 91 contratos. Tanto o preço do arrendamento como todos os outros pagamentos tinham de ser colocados “em casa” do proprietário, fosse na “porta do convento” ou no “palácio do comendador em Lisboa”, como era exigido por D. Diogo Correia de Sá no arrendamento da Comenda de S Tomé de Travassós, feito em 1831, com Custódio José Fernandes, morador em S. Romão, couto de Rendufe³⁸⁸. Como seria natural todos os comendadores, bem como outras entidades com sede em Lisboa, assim o exigiam.

Casos havia em que apareciam ainda exigências particulares e, por vezes, insólitas. Mais uma vez são os comendadores a dar o exemplo. O Conde de Almada no arrendamento da comenda de S Maria de Airães feito a João António da Silva Vilela, negociante em Guimarães, em 10 de Maio de 1827, impunha ao rendeiro a obrigação de “fazer ao mesmo Comendador qualquer adiantamento que lhe exigir”³⁸⁹. Pensamos que as dificuldades financeiras vividas por este grupo social, a que já por diversas vezes aludimos, a isto obrigavam. Os contratos eram feitos, os pagamentos e a sua periodicidade eram acordados, mas sempre que surgisse alguma dificuldade o rendeiro lá estava para servir como entidade credora. Um jogo financeiro sem consequências?

³⁸⁵ Cf. AMG, Notários-Guimarães, Paulo José de Freitas, N 1512, fl 97v-98v.

³⁸⁶ Cf. AMG, Notários-Guimarães, Nicolau Teixeira de Abreu, N 1397, fl 80-81.

³⁸⁷ Cf. AMG, Notários-Guimarães, Nicolau Teixeira de Abreu, N 1406, fl 41v-42.

³⁸⁸ Cf. AMG, Notários-Guimarães, João Teixeira de Araújo, N 1554, fl 35v-36v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Pensamos que não é bastará, para tal, lembrar os casos do abade de Arcozelo, do convento da Conceição de Pelames e a tendência para o endividamento da nobreza no final do Antigo Regime realçada por Nuno Gonçalo Monteiro. Este refere, inclusive, que “os rendeiros [de comendas] antecipam muitas vezes mais de metade do valor de todo o tempo dos arrendamentos” aos nobres, fenómeno que se tornou muito frequente “a partir dos anos 80 do século XVIII” e que se mantém, como também temos oportunidade de verificar, depois de 1820³⁹⁰.

5.3.2.8.2. As garantias exigidas pelos proprietários

Falámos até agora de um conjunto de condições que eram comuns à maioria dos contratos, que agravavam o seu valor base e que colocavam muitos entraves, financeiros ou mesmo logísticos, para que a eles tivessem acesso todas as categorias de rendeiros. Cláusulas gravosas que impunham condições muito duras aos rendeiros e às quais não podiam fugir. Para este fim os proprietários socorriam-se de diversas garantias para assegurar que o pagamento acordado era efectivamente entregue.

Antes de mais, os rendeiros não podiam alegar fosse o que fosse, a expressão é mesmo essa, para não efectuar os pagamentos. E nisto incluía-se tudo ou quase tudo o que pudesse ocorrer enquanto o contrato vigorasse. Vejamos três exemplos extremos, mas muito interessantes.

Comecemos pelo acima referido contrato entre o Conde de Almada e o negociante João António da Silva Vilela. Depois de todas as obrigações e condições do arrendamento, o rendeiro não podia deixar de fazer os pagamentos mesmo com o

³⁸⁹ Cf. AMG, Notários-Guimarães, Nicolau Teixeira de Abreu, N 1393, fl 90-91v.

³⁹⁰ Cf. *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, pp. 367 a 407, em especial 397 a 405.

“pretexto de Guerras, Embargos, esterelidades, ou d'outro acontecimento por mais estranho que seja.”³⁹¹

Mais ainda era referido pelas religiosas do Convento de S Ana de Viana. O já nosso conhecido João António Rodrigues de Araújo, como rendeiro das rendas da igreja de Lara, entre 1826 e 1828, tinha de pagar tudo “sem falta nem diminuição alguma por qualquer caso que suceda solito, ou insolito, cogitado e não cogitado, ou imprevisto, esterilidades, faltas de colheita, ou qualquer outro algum caso imprevisto, como Fomes, Guerras e Embargos, que de nada se poderá valer para se eximir de fazer os ditos pagamentos nos tempos indicados sendo o preço deste Arrendamento Livre para ellas outorgantes, de todos e quaesquer encargos tenham o nome que tiver [sic], porque todos elles Serão de conta do Rendeiro”³⁹².

Também a Igreja Patriarcal de Lisboa era cuidadosa a este respeito. A todos os seus rendeiros era “inadmissivel qualquer espera ou diminuição nos ditos pagamentos, não podendo allegar perdas, ou pedirem quita, ou abonação por quaesquer fructos que deixem de receber, ou cazo imprevisto que possa acontecer de forma que o preço contratado seja sempre proficuo e cobravel para esta Santa Igreja”³⁹³.

Vemos, então, que mesmo em épocas de crise, fosse ela militar, agrícola, económica ou outra, os rendeiros eram obrigados ao cumprimento dos contratos e respectivos pagamentos³⁹⁴. Como é óbvio, quando aquelas chegavam, por vezes, era a “disgraça” que batia à porta dos rendeiros que ficavam “perdidos” não fosse, por vezes, a benevolência dos proprietários. Foi o que aconteceu no triénio liberal com os rendeiros da Patriarcal. “A falta que houvera de frutos” levou “os principaes rendeiros” “da Exma Mitra Patriarchal no Contrato findo em S. João de 1821” a suplicar ao

³⁹¹ Cf. AMG, Notários-Guimarães, Nicolau Teixeira de Abreu, N 1393, fl 90-91v.

³⁹² Cf. ADVC, Notários-Viana, Luís Xavier da Costa Pereira, 4.34.4.22, fl 50-50v.

³⁹³ Cf. ANTT, Igreja Patriarcal de Lisboa, Lv 49, fl 91-92.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

“Emmo Patriarca” o perdão de “alguma parte do preço da Renda”. “Perdoou com efeito S. Ema as tres ultimas Mezadas de 1820”, com a condição de “que não cobrassem dos Sublocados as quantias perdoadas a cada hum”³⁹⁵. Recordemos que a Patriarcal costumava fazer arrendamentos do total ou de grandes volumes das suas rendas a poucos rendeiros. Por este motivo, a falência deles não era, de todo, benéfica para esta instituição, pelo que era preferível perdoar uma parte do que perder o todo³⁹⁶.

As garantias não se ficavam por aqui. Se os rendeiros efectivamente não pagassem nos tempos devidos, ficavam sujeitos a juros de mora, expressamente referidos em 44 contratos, chegando a Colegiada de Guimarães a apontar os 5% como a taxa a aplicar no caso das suas igrejas³⁹⁷. Podiam ainda ser “expulsos” dos contratos “pondo-se as rendas em Praça, ficando os arrematantes e seus Fiadores Responsaveis por toda a diminuição que possa ter, e havendo acrescimo ser a favor” dos proprietários³⁹⁸.

Para que todas estas garantias funcionassem era, por fim, apontada nos contratos uma última condição. Todos os rendeiros tinham de fazer fiança dos seus “bens móveis e de raiz” que podiam ser alvo de “sequestro”, no caso de não pagamento. Para além disso, apresentavam, por vezes, fiadores que também eles podiam ver os seus bens arrestados.

Em 221 dos 344 contratos de arrendamento (64%), os rendeiros tiveram de apresentar fiadores. Não parece que existisse relação entre o valor dos contratos e o número de fiadores apresentados, pois tanto encontramos 1 fiador em contratos que vão

³⁹⁴ O mesmo acontecia com os rendeiros de Tibães como notou Aurélio de Oliveira. Cf. *A Abadia de Tibães...*, pp. 445-446.

³⁹⁵ Cf. ANTT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 811, doc. 31.

³⁹⁶ Esta aparente combinação de interesses e a dependência dos proprietários de rendas em relação aos rendeiros foi também realçada por Margarida Sobral Neto, *Terra e Conflito...*, 373-375.

³⁹⁷ Veja-se, a título de exemplo, as igrejas de Caldelas e de Conde (S Martinho) em 1827. Cf. AMG, Notários-Guimarães, Paulo José de Freitas, N 1514, fl 15-16v e fl 18v-20.

³⁹⁸ Esta é uma expressão utilizada pela Patriarcal nos seus contratos. Cf. ANTT, Igreja Patriarcal de Lisboa, Lv 49, fl 91-92. No entanto, ela é comum a muitos outros de várias entidades como, por exemplo, o Mosteiro de Santa Marinha da Costa, a Colegiada de Guimarães ou o Convento da Senhora dos

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

dos 85\$000 aos 5.800\$000, como 5 fiadores para contratos entre 540\$000 e 1.771\$000 réis, ou 2 fiadores para contratos entre 45\$000 e 16.120\$000. O que importava não era o seu número, mas sim o facto de os fiadores serem pessoas “edoneas e abonadas que (...) possam não só segurar os preços” dos arrendamentos “mas também os pagamentos em seus devidos tempos”³⁹⁹.

5.3.2.8.3. A burocracia

Para além de todas estas cláusulas, condições e garantias, outros obstáculos, desta feita de cariz burocrático, se colocavam àqueles que queriam entrar nos arrendamentos de dízimos, em especial, das grandes entidades nacionais que eram a Casa do Infantado, a Universidade de Coimbra ou a Igreja Patriarcal. Já vimos, inclusive, quando falámos sobre as constituições, que os rendeiros, após a ida aos tabeliães, tinham de apresentar os contratos ao Provisor ou Vigário da diocese. Isto no que dizia respeito aos benefícios. Porém, havia casos em que o processo era bem mais complexo⁴⁰⁰.

Vejamos o exemplo da Casa do Infantado. Para a arrematação final das rendas tinha o rendeiro, primeiro, que pedir provisão ao administrador da Casa do Infantado, no caso D. Miguel. Depois, era necessária uma escritura de fianças, para a qual os fiadores tinham de entregar uma declaração de bens e testemunhas abonatórias. Normalmente, o

Remédios. Cf. respectivamente AMG, Notários-Guimarães, Paulo José de Freitas, N 1512, fl 97v-98v; N 1514, fl 84-86; ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 938, fl 55-56v.

³⁹⁹ Estas expressões foram retiradas de uma portaria que a Patriarcal enviou ao seu procurador de Braga, em 1830, para que este procedesse ao arrendamento das suas rendas. Cf. ANTT, Igreja Patriarcal de Lisboa, Lv 49, fl 91-92. Esta mesma portaria era depois repetida em cada contrato de arrendamento registado nos tabeliães de Braga. Veja-se como exemplo o contrato do “ramo” correspondente ao Arcediagado de Neiva e Igreja de Vila Chã feito com o rendeiro André Bento de Sousa, de Ponte de Lima. Cf. ADB, Notariais-Braga, António José Gomes Chaves, Lv 173, fl 12-13v.

⁴⁰⁰ Para o caso da Universidade de Coimbra não temos dados na nossa documentação, porém todo o processo de arrendamento e burocracia daí resultante, para o século XVIII, foi já tratado e era efectivamente intrincado. Cf. Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra...*, pp 714-736. É provável que, com algumas alterações de pormenor, se possa transpor esse sistema de cobrança para o final do Antigo Regime.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

rendeiro tinha de apresentar um fiador para a décima e outros para o contrato. Estes últimos compareciam nas câmaras municipais de que a Casa do Infantado era donatária e onde se situavam as rendas a contratar. Era ao procurador e aos vereadores camarários que apresentavam a escritura de fiança lavrada num notário local que, por sua vez, era enviada para Lisboa de forma a se poder dar andamento ao processo. Em seguida, e já com a devida autorização, o rendeiro tinha de pedir nova provisão à junta da Casa do Infantado e, então, apresentar um atestado de maioridade e em como estava livre do “Patrio poder”, no caso de ser solteiro. Sendo atribuída a respectiva provisão, passava-se um termo de arrematação. Por fim, o rendeiro tinha de pagar logo 1% do contrato e apresentar as fianças para que lhe fosse passado o alvará de correr, com o qual, finalmente, poderia começar a recolher as suas rendas⁴⁰¹.

Vemos que, não só, pelos tramites burocráticos, como, essencialmente, pelas condições e garantias impostas nos contratos, eram importantes os capitais que os grandes rendeiros tinham disponíveis, a sua fortuna pessoal, os conhecimentos e influências que detinham, as relações que estabeleciam entre si, com os fiadores e com os procuradores e, em certa medida, a sua residência. Sobre estes aspectos nos debruçaremos nas páginas seguintes, à medida que formos desvendando o seu perfil social, económico e profissional.

5.4. Os rendeiros dos dízimos

Quem eram, afinal, estes rendeiros? Formariam um conjunto homogéneo, com características semelhantes fosse qual fosse a perspectiva sobre a qual os

⁴⁰¹ Cf. ANTT, Casa do Infantado, Livro 810, vários fólios de acordo com os contratos.

observássemos? Podemos desde já avançar a resposta a esta última questão e ela é não. Não havia um rendeiro-tipo de dízimos. Ao longo do texto antecedente apontámos para uma distinção base: por um lado, rendeiros/cobreadores, por outro, rendeiros/especuladores⁴⁰². Porém, a verificação, primeiro, dos dados sobre a sua residência e a área geográfica de trabalho e, depois, das suas profissões e diversificação de interesses, de que falaremos adiante, leva a considerar três grupos, mais ou menos, distintos: um, actuando a um nível local, relativamente, indiferenciado em termos económicos e sociais; outro, a uma escala regional que pode ser claramente identificado e caracterizado; por fim, uma elite de indivíduos a trabalhar ao nível do país ou à escala do arcebispado e para a qual o dízimo é, apenas, mais um negócio. Serão as características destes três conjuntos de indivíduos que no total perfazem 482 rendeiros que procuraremos identificar a seguir.

5.4.1. Residência e raio de acção

A esmagadora maioria dos rendeiros tinha residência na área abrangida pelas comarcas eclesiásticas de Braga e Valença. Predominavam os dos concelhos de Braga e Guimarães e, depois, Barcelos, Caminha e Ponte de Lima. Estranhos à região destacavam-se, claramente, os de Lisboa (mapa 21). Os rendeiros de outros concelhos eram menos representativos merecendo, contudo, duas notas (quadro 78a).

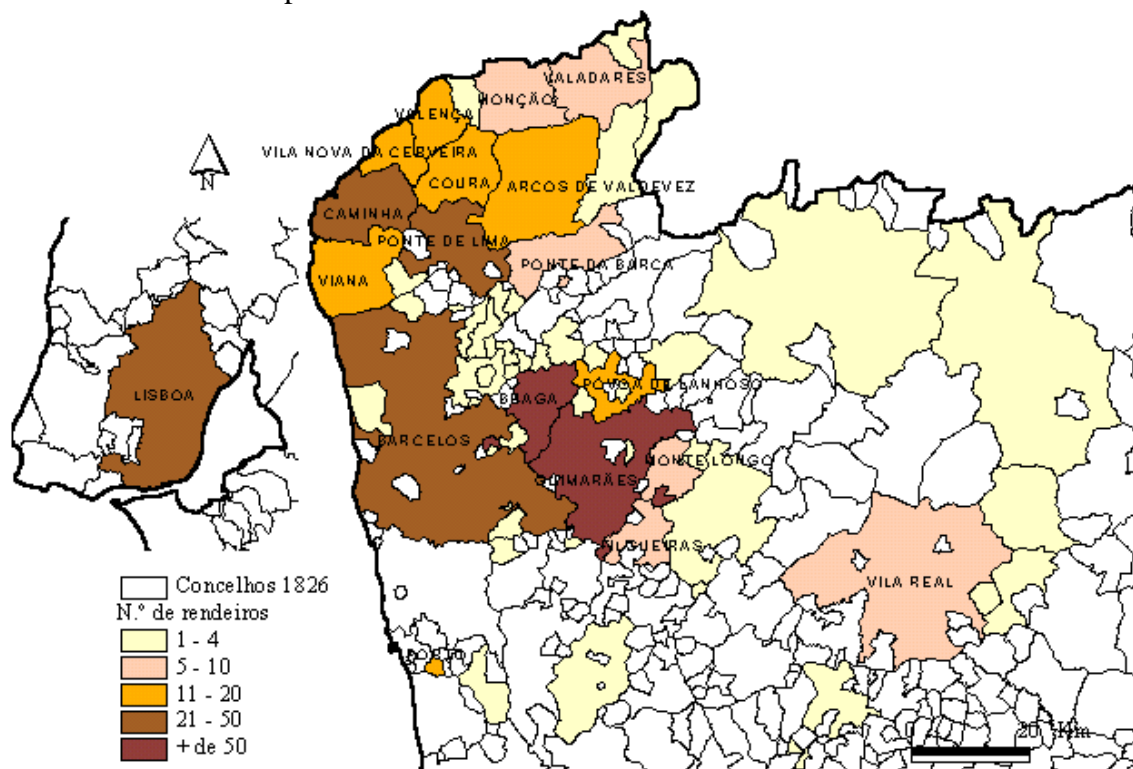
Primeiro, há que referir que mais de 14% dos rendeiros se distribuíam por um conjunto apreciável (39) de pequenos concelhos, espalhados um pouco por todo o Minho e, mesmo, pelo Arcebispado, o que é particularmente notório quando observamos o quadro 78b (mapa 21). Segundo, o que constituiu, em parte, uma surpresa

⁴⁰² Não se entenda aqui especuladores com o produto dos dízimos que os primeiros também o seriam e, provavelmente, em maior grau, mas, sim, especuladores com os contratos de arrendamento.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

foi verificar a posição modesta ocupada tanto por Viana, como pelo Porto. É certo que o tipo de pesquisa que efectuámos privilegiou Lisboa e outras cidades minhotas. Também é certo que era na capital e na sede do bispado que se encontravam os grandes proprietários de rendas (Igreja Patriarcal, comendadores, Mitra e Cabido bracarenses). Se no caso de Viana, futura capital de distrito, os valores encontrados não a afastam muito da média dos concelhos vizinhos, sendo de realçar o facto dos seus rendeiros trabalharem um pouco por todos os concelhos do Alto Minho, já para o Porto o reduzido número de rendeiros com residência na segunda cidade do Reino leva a supor um desinteresse dos seus homens de negócios pelos contratos de dízimos, pelo menos, no que ao Arcebispado de Braga diz respeito.

Mapa 21 - Concelhos de residência dos rendeiros*



Fonte: SIGMA e quadro 78a.

* Optámos por colocar rótulos apenas nos concelhos com mais de 4 rendeiros.

Eram, por certo, outros os atractivos económicos para os negociantes portuenses, sendo, provavelmente, o vinho do Porto um deles. O que não quer dizer que não se

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

envolvessem no negócio dos dízimos. Faziam-no, porém, predominantemente, através de sociedades, cabendo-lhes, na maior parte dos casos, o papel de financeiros ou angariadores das rendas⁴⁰³. Um exemplo que ilustra parcialmente o que acabámos de afirmar é o do rendeiro Narciso José Alves Machado. Este negociante do Porto, em Abril de 1826, toma de arrendamento, em Lisboa, as comendas de S Salvador do Souto e S Salvador do Banho, na Mesa da Consciência e Ordens, em conjunto com um sócio, José António do Nascimento Ferreira, também ele um negociante portuense⁴⁰⁴. Nesse mesmo ano são, igualmente, sócios num contrato sobre o subsídio literário da provedoria de Viana que, em Setembro, subarrendam a dois indivíduos de Valença⁴⁰⁵. Vemos, então, que os seus negócios passavam pelo arrendamento de dízimos, mas também pela cobrança de impostos, ou melhor, pela especulação com os contratos de cobrança. Contudo, ambos tinham também fortes interesses na sua cidade. O primeiro era proprietário de uma quinta na Campanhã de Baixo, na qual produzia vinho e aguardente que fazia recolher num armazém que tinha na Viela da Madeira, provavelmente, com o objectivo de o comercializar⁴⁰⁶. O segundo era proprietário de duas fábricas de velas e pomadas, uma no Campo de S. Ovídio e outra na Rua dos Fogueteiros, em 1827⁴⁰⁷.

Esta é a visão do conjunto dos rendeiros. Porém, se separarmos a nossa informação em dois níveis, entre aqueles que apenas negociavam com as rendas para depois as subarrendarem e os que também actuavam nos campos, podemos aperfeiçoar a nossa perspectiva sobre este conjunto de indivíduos⁴⁰⁸.

⁴⁰³ Veja-se alguns exemplos referidos no texto *infra* sobre a gestão dos contratos de dízimos.

⁴⁰⁴ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Lv 274, fl 10-10v e fl 11-11v.

⁴⁰⁵ ADVC, Notários-Valença, Luís José de Sousa Caldas, 4.56.2.39, fl 79v-80v.

⁴⁰⁶ Arquivo Distrital do Porto, Contadoria da Comarca do Porto, Termos de Fiança e Obrigação, fl. 7 e 65. Estas informações referem-se aos anos de 1833 e 1834, mas pensamos que é possível que já fosse proprietário dos referidos bens em anos anteriores.

⁴⁰⁷ Cf. AHP, Secção I-II, cx 65, doc. 146.

⁴⁰⁸ Esta separação foi feita seguindo um critério simples. Tínhamos dois tipos de informação: uma sobre os rendeiros de 1827-31, através do inquérito de 1836; outra sobre um conjunto mais heterogéneo de

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

78 - Concelhos de residência dos rendeiros*

78a - TOTAL		
Concelho	Nº	%
Braga	79	17,25
Guimarães	51	11,14
Barcelos	38	8,30
Lisboa	35	7,64
Caminha	34	7,42
Ponte de Lima	26	5,68
Coura	17	3,71
Valença	16	3,49
Póvoa de Lanhoso	13	2,84
Viana	13	2,84
Arcos de Valdevez	13	2,84
Porto	13	2,84
Vila Nova de Cerveira	10	2,18
Montelongo	7	1,53
Valadares	7	1,53
Monção	6	1,31
Filgueiras	5	1,09
Vila Real	5	1,09
Ponte da Barca	5	1,09
Outros concelhos (39)	65	14,19
Total c/dados	458	100,00
<i>Desconhecido</i>	24	4,98
Total geral	482	

78b - Rendeiros 1827-31		
Concelho	Nº	%
Guimarães	42	14,69
Braga	39	13,64
Barcelos	26	9,09
Ponte de Lima	24	8,39
Caminha	22	7,69
Coura	17	5,94
Valença	12	4,20
Arcos de Valdevez	12	4,20
Póvoa de Lanhoso	11	3,85
Vila Nova de Cerveira	10	3,50
Valadares	6	2,10
Viana	6	2,10
Porto	6	2,10
Lisboa	5	1,75
Monção	5	1,75
Ponte da Barca	4	1,40
Montelongo	4	1,40
Esposende	3	1,05
Vimieiro	3	1,05
Amares	2	0,70
Fonte Arcada (Couto)	2	0,70
Geraz do Lima	2	0,70
Vieira	2	0,70
Soajo	2	0,70
Larim	2	0,70
Portela de Penela	2	0,70
Landim (Couto)	2	0,70
S. João de Rei	2	0,70
Outros concelhos (11)	11	3,85
Total c/dados	286	100,00
<i>Desconhecido</i>	19	6,23
Total geral	305	

78c - Outros rendeiros		
Concelho	Nº	%
Braga	40	23,26
Lisboa	30	17,44
Barcelos	12	6,98
Caminha	12	6,98
Guimarães	9	5,23
Porto	7	4,07
Viana	7	4,07
Vila Real	5	2,91
Filgueiras	4	2,33
Valença	4	2,33
Montelongo	3	1,74
Celorico de Basto	3	1,74
Penafiel	3	1,74
Chaves	3	1,74
Larim	2	1,16
Montalegre	2	1,16
Ponte de Lima	2	1,16
Sanfins (Couto)	2	1,16
S. Tirso	2	1,16
Póvoa de Lanhoso	2	1,16
Outros concelhos (18)	18	10,47
Total c/dados	172	100,00
<i>Desconhecido</i>	5	2,82
Total geral	177	

* Fontes: Inquérito de 1836, contratos notariais e vários almanaques dos anos de 1807 a 1837 (ver Fontes Impressas).

A maioria dos rendeiros que figuram no quadro 78b são aqueles que cobraram efectivamente as rendas nos campos em, pelo menos, uma dizimaria, no período entre

rendeiros, através dos registos notariais e outras fontes. Pela verificação e confrontação das duas fontes foi possível definir como rendeiros últimos, ou seja rendeiros que efectivamente recolheram as rendas nos campos, a maioria dos que eram nomeados no inquérito de 1836. Depois foi só elaborarmos quadros independentes para uns e outros e é sobre esses dados que iremos trabalhar de seguida. Como é óbvio, esta separação não está isenta de problemas, até, pelo facto de não ser possível fazer uma divisão estrita entre estes dois níveis de rendeiros, uma vez que muitos deles são cobradores e especuladores em simultâneo, mas pensamos que os resultados que se podem obter por esta via são bem mais significativos.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

1827 e 1831. Porém, isto não quer dizer que não pudessem também contratar dízimos com o intuito de os subarrendar o que, em alguns casos, aconteceu e constituiu, mesmo, a sua principal actividade.

Mais uma vez ressaltam Guimarães e Braga e depois os concelhos que já referimos acima. No fundo, as duas principais localidades do Minho em termos económicos correspondiam aos rendeiros mais activos, possivelmente, com maior capacidade de investimento⁴⁰⁹. Além disso, era determinante o factor proximidade, neste caso, aos grandes proprietários de rendas que eram a Mitra, o Cabido, a Colegiada e os respectivos cónegos e dignidades. Proximidade aos detentores dos dízimos, mas também à burocracia que implicava o arrendamento dos mesmos, como já referimos.

Já o quadro 78c reflecte uma outra realidade. Aqui estão representados, essencialmente, dois tipos de rendeiros e, em maior grau, os contratos de subarrendamento. Os rendeiros deste quadro são, por um lado, contratadores de rendas de grandes proprietários e o seu negócio é ganhar dinheiro com a sublocação das mesmas. Não é de estranhar, então, que Braga e Lisboa apareçam à cabeça da lista. Por outro lado, surgem rendeiros residentes num conjunto muito diversificado de concelhos que contratavam com os primeiros a cobrança dos dízimos, umas vezes para serem eles a recolherem os mesmos nos campos, o que nem sempre é fácil de averiguar, outras para também eles constituírem apenas mais um elo na cadeia de subarrendamentos.

Do conjunto dos três quadros ressaltam alguns aspectos fundamentais. Braga é, sem dúvida, o local privilegiado no que respeita à residência dos rendeiros dos dízimos das comarcas eclesiásticas agora estudadas. Não só para os que contratavam directamente com os proprietários das rendas e depois procediam à cobrança nos

⁴⁰⁹ Sobre os aspectos da economia minhota ver o capítulo “As comarcas eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime” e respectivas notas.

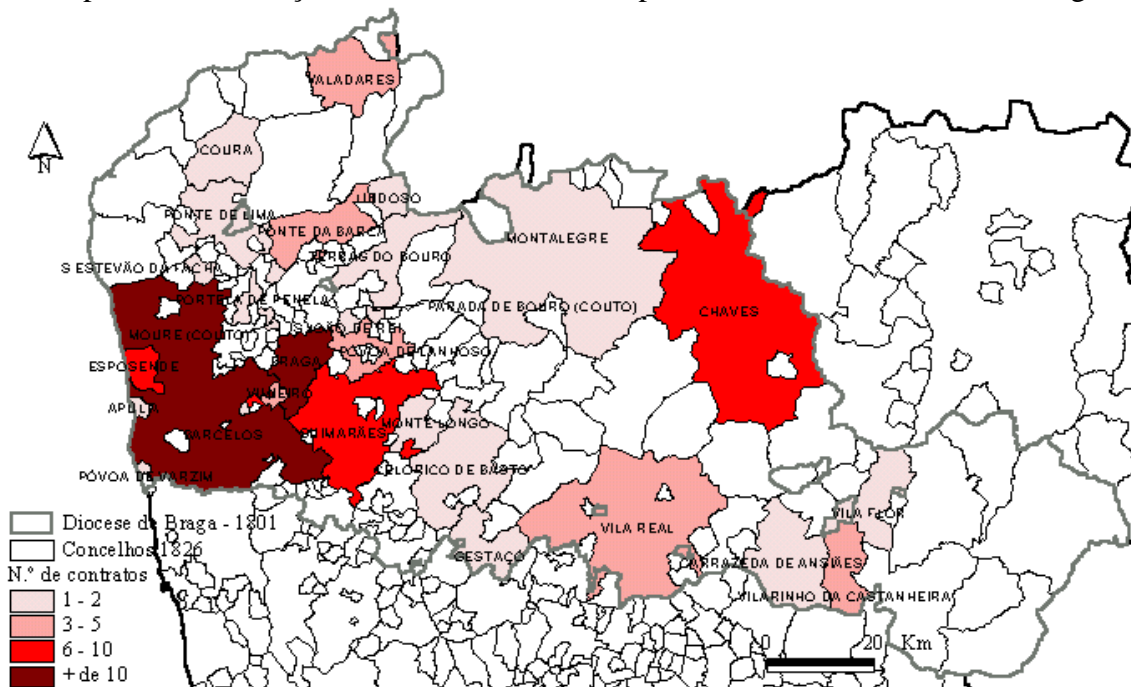
5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

campos, mas também para os que lucravam com esta actividade sem saírem dos seus “escritórios” ou dos tabeliães, simplesmente, arrendando e subarrendando.

Os rendeiros de Lisboa, quer pela sua maior capacidade financeira, quer pelo facto de estarem próximos da “fonte” dos contratos mais atractivos, eram essencialmente negociantes de dízimos, actuando não *no* Arcebispado de Braga, mas sim *com* os dízimos daquela arquidiocese e, alguns, com os de todo o Reino.

Nas restantes localidades, com excepções que confirmam a regra, a imagem com que ficamos é a de um conjunto de rendeiros que funcionava, fundamentalmente, como o último ou o único elo da cadeia de arrendamentos. No primeiro caso, não se estabelecia qualquer vínculo entre eles e os proprietários das rendas, mas em ambos os casos eram sempre eles que estavam presentes nos campos e entravam em contacto com quem tinha de pagar.

Mapa 22 - Localização das rendas contratadas pelos rendeiros residentes em Braga



Fonte: SIGMA, Inquérito de 1836 e contratos notariais.

Para procurar confirmar esta ideia confrontámos os dados relativos à residência dos rendeiros e à localização das rendas que contratavam. Tendo em conta o exposto

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

atrás, não incluímos nesta análise os rendeiros de Lisboa e Porto. É, então, notória uma coincidência entre o “local de trabalho” e o local de residência, especialmente evidente ao nível do concelho.

A exceção é, claramente, Braga, como podemos observar através do mapa 22. Nota-se uma concentração do número de contratos em Barcelos (25) e Braga (49), mas a dispersão das rendas contratadas é óbvia e abrange a quase totalidade do arcebispado. Nesta última imagem tinham influência, não todos os rendeiros de Braga, mas sim um grupo restrito de negociantes sobre os quais nos debruçaremos adiante.

Isto vem, uma vez mais, reforçar a ideia de que era naquela cidade que se encontravam os grandes contratadores de rendas que conseguiam contratos sobre igrejas espalhadas um pouco por todo o arcebispado e que, depois, as subarrendavam a um conjunto bastante diversificado de rendeiros que, na maior parte dos casos, trabalhavam com rendas das próprias freguesias ou de freguesias vizinhas.

Mapa 23 - Raio de acção de alguns rendeiros



Fonte: SIGMA, Inquérito de 1836 e contratos notariais.

Notas à legenda: FRS = Frutuoso Rodrigues da Silva; MCB = Manuel Caetano de Barros; JARA = João António Rodrigues de Araújo.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Vejamos alguns destes casos de rendeiros mais pequenos. Os de Arcos de Valdevez são um bom exemplo dos que, aparentemente, contratavam exclusivamente, ou quase, dízimos na área de residência. Frutuoso Rodrigues da Silva, negociante daquela vila, em 12 de Maio de 1828, arrendou a comenda de S Cosme e Damião de Ázere. Em 1831 ficou com o contrato respeitante às rendas das igrejas de Ázere e Cabreiro. Todas eram cobradas em freguesias do concelho de Arcos de Valdevez⁴¹⁰. O mesmo aconteceu com Manuel Caetano de Barros, morador em Senharei. Os dízimos que contratou com o Depósito Geral de Braga em 1828 referiam-se a freguesias do mesmo concelho, Vale e Rio de Moinhos. A excepção são as rendas da freguesia de Cristelo, do concelho de Coura, a pouco mais de 3 Km⁴¹¹. Um exemplo mais, desta feita, relativo a Monção. João António Rodrigues de Araújo era negociante e residente nessa vila. Entre 1826 e 1830 celebra 6 contratos sobre diversas rendas, curiosamente, todas de conventos de Braga e Viana e de cónegos da Sé. Todos eles diziam respeito a dízimos a cobrar em freguesias exclusivamente do concelho de Monção⁴¹² (mapa 23).

5.4.2. Idade e estado civil

Em relação à idade dos rendeiros não podemos adiantar muito. Não procurámos, neste aspecto, completar as nossas informações, pelo que os dados do quadro 79 são, em grande medida, os que vinham declarados no inquérito de 1836 e os que ocasionalmente nos foram aparecendo noutras fontes. Nesse sentido, resta-nos verificar que, na reduzida amostra que temos, predominam os rendeiros com idades entre os 40 e 50 anos, homens que hoje consideraríamos de “meia-idade”. Apesar disso, havia alguns rendeiros mais

⁴¹⁰ Cf. ADVC, Notários-Viana, Luís Xavier da Costa Pereira, 4.34.4.23, fl 75v-76v e 4.34.4.26, fl 35-35v.

⁴¹¹ Cf. ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 936, fl 156-157 e Lv 937, fl 62v-63v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

velhos, o mais idoso tinha 62 anos em 1827, e existiam também alguns significativamente mais novos. Veja-se o caso de Fradique José Soares, lavrador na freguesia de Palmeira, que com 26 anos contratou, em 18 de Junho de 1828, os dízimos da mesma freguesia com o Cabido Primaz pelo espaço de dois anos e pelo valor anual de 1.451\$000. Apresentava, porém, como fiador o seu pai Domingos José Soares⁴¹³.

79 - Idade dos rendeiros

Idade*	Nº	%
menos de 40 anos	7	23,33
40 - 50 anos	15	50,00
Mais de 50 anos	8	26,67
Total c/dados	30	100,00
<i>Desconhecido</i>	452	93,78
Total geral	482	

* Idade dos rendeiros em 1827. Na maior parte dos casos, esta foi achada através da adição ou subtracção de anos em relação ao que era indicado nas fontes.

80 - Estado civil dos rendeiros

Estado Civil*	Nº	%
Casado	47	81,03
Solteiro	6	10,34
Viúvo	5	8,62
Total c/dados	58	100,00
<i>Desconhecido</i>	424	87,97
Total geral	482	

* Estado civil dos rendeiros em 1827 uma vez que ao longo da nossa série este podia variar.

Apesar de a nossa amostra corresponder a apenas 58 dos 482 rendeiros, as percentagens encontradas quanto ao seu estado civil levam a supor que eram na sua grande maioria homens casados (quadro 80). Apesar disso não deixa de ser interessante apontar outros aspectos. Registamos, por exemplo, a presença de mulheres, entre elas algumas viúvas (3). Estas, porém, não arrendavam os dízimos sozinhas, eram

⁴¹² Cf. ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 176, fl 89v-90, fl 90v-91 e Lv 179, fl 25-26; António José Gomes Chaves, Lv 171, fl 56-57; ADVc, Notários-Viana, Luís Xavier da Costa Pereira, 4.34.4.22, fl 50-50v; 4.34.4.23, fl 97v-98v e 4.34.4.25, fl 93v-94.

⁴¹³ Cf. ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 937, fl 16-17v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

normalmente acompanhadas pelos filhos ou pelos irmãos, aparecendo por vezes à frente de companhias, dando continuidade, neste caso, aos negócios do marido⁴¹⁴.

Um caso exemplar do que acabámos de afirmar é o de Teodora Domingas Maria que, entre Junho e Agosto de 1828, contratou com o Cabido Primaz as rendas das igrejas de Ribeira de Alhariz e anexas, Dadim e Nogueiró e Vilar da Castanheira⁴¹⁵. Era viúva de Manuel José Ferreira Lanhoso, negociante de Braga e também ele rendeiro de dízimos, pelo menos, entre 1807 e 1813⁴¹⁶. Sucedeu ao marido não só no negócio dos dízimos, mas também nos restantes, pois entre 1816 e 1829 é dada como proprietária de uma fábrica de curtumes, precisamente, na freguesia de Dadim e Nogueiró, a qual já existia em 1814 e 1815, sendo então propriedade do marido⁴¹⁷. Nos negócios era, agora, auxiliada pelo filho, Leonardo António Ferreira Lanhoso que, em 1828, rubricou com ela os contratos de dízimos referidos e, pelo menos, desde 1827 geria a dita fábrica⁴¹⁸.

Rendeiros solteiros também aparecem, na sua maioria, já bem estabelecidos. São dados como lavradores e negociantes, aparecendo mesmo um alferes de milícias. É o caso de João José Rodrigues Gomes, de Riba de Âncora, que em 1826 contratou com a Casa do Infantado as rendas da igreja da mesma freguesia⁴¹⁹.

5.4.3. Profissões

Aproveitando inclusive estes exemplos passamos a analisar as profissões dos rendeiros. Sobre estas temos mais informação que optámos, igualmente, por dividir em

⁴¹⁴ Realidade semelhante foi realçada por Maria Dolores Muñoz Dueñas, *El diezmo en el obispado de Córdoba...*, pág. 373.

⁴¹⁵ ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 937, fl 7v-8v, 65v-67.

⁴¹⁶ AMB, Livro das terças do pão das freguesias do termo de Braga, fl 2, 10v e 12v.

⁴¹⁷ Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP), Junta do Comércio, 12, 1788-1814, 1815-1817, 1824-1825, 1829 e AHP, Secção I-II, cx. 65, doc. 146.

⁴¹⁸ Sabemos da gestão da fábrica através de um contrato para estabelecer um casal de Braga como caixeiros de Leonardo Ferreira Lanhoso numa loja de sapatos na dita cidade, em Setembro de 1827. Cf. ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 179, fl 96v-97.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

três quadros, um geral e os outros dois seguindo o mesmo método que ficou apontado para as residências. É certo que, mesmo assim, para uma grande maioria de rendeiros, mais de 67%, desconhecemos a sua profissão ou ocupação, mas consideramos que os dados recolhidos permitem retirar algumas conclusões (quadro 81).

81 - Profissão dos rendeiros*

81a - TOTAL			81b - Rendeiros 1827-31			81c - Outros rendeiros		
Profissão	Nº	%	Profissão	Nº	%	Profissão	Nº	%
Negociante	85	54,49	Negociante	30	40,00	Negociante	55	67,90
Lavrador	31	19,87	Lavrador	21	28,00	Lavrador	10	12,35
Capitão	3	1,92	Boticário	2	2,67	Ferreiro	2	2,47
Escrivão	3	1,92	Capitão	2	2,67	Ourives	2	2,47
Abade	2	1,28	Escrivão	2	2,67	Abade	1	1,23
Boticário	2	1,28	Padeiro	2	2,67	Alferes	1	1,23
Comerciante	2	1,28	Pároco	2	2,67	Armador	1	1,23
Ferreiro	2	1,28	Proprietário	2	2,67	Capitão	1	1,23
Mercador	2	1,28	Abade	1	1,33	Comerciante	1	1,23
Ourives	2	1,28	Alfaiate	1	1,33	Doutor	1	1,23
Padeiro	2	1,28	Carpinteiro	1	1,33	Escrivão	1	1,23
Pároco	2	1,28	Cirurgião	1	1,33	Garfeiro	1	1,23
Proprietário	2	1,28	Comerciante	1	1,33	Mercador	1	1,23
Alfaiate	1	0,64	Estalajadeiro	1	1,33	Sombreireiro	1	1,23
Alferes	1	0,64	Feitor	1	1,33	Tamanqueiro	1	1,23
Armador	1	0,64	Mercador	1	1,33	Vendeiro	1	1,23
Carpinteiro	1	0,64	Monteiro	1	1,33	Total c/dados	81	100,00
Cirurgião	1	0,64	Pedreiro	1	1,33	<i>Desconhecido</i>	96	54,24
Doutor	1	0,64	Rendeiro	1	1,33	Total geral	177	
Estalajadeiro	1	0,64	Tabelião	1	1,33			
Feitor	1	0,64	Total c/dados	75	100,00			
Garfeiro	1	0,64	<i>Desconhecido</i>	230	75,41			
Monteiro	1	0,64	Total geral	305				
Pedreiro	1	0,64						
Rendeiro	1	0,64						
Sombreireiro	1	0,64						
Tabelião	1	0,64						
Tamanqueiro	1	0,64						
Vendeiro	1	0,64						
Total c/dados	156	100,00						
<i>Desconhecido</i>	326	67,63						
Total geral	482							

* Fontes: Inquérito de 1836; contratos notariais; chancelarias régias; actas das vereações do núcleo do Desembargo do Paço do ANTT; núcleo das Assembleias Eleitorais Monárquicas (1826) do AHP; vários almanaques dos anos de 1807 a 1837 (ver Fontes manuscritas e impressas).

⁴¹⁹ Cf. ANTT, Casa do Infantado, Lv 743, fl 92 e Lv 810, fl 68-72v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Uma primeira ideia ressalta da observação do conjunto dos três quadros e, em especial, do dos totais: o arrendamento dos dízimos era, claramente, um campo privilegiado de actuação de negociantes e lavradores. Se aos primeiros adicionarmos todos os que, de uma forma ou outra, estavam ligados ao mundo do comércio e dos negócios, como os comerciantes, os mercadores, os armadores, os estalajadeiros e os vendeiros, obtemos uma percentagem muito próxima dos 60%. Acrescentando o valor relativo aos lavradores, vemos que, em conjunto, estes dois grupos sócio-profissionais correspondem a quase 80% da nossa amostra, pelo que nos dão muita confiança na afirmação que fazemos.

Porém, existem outros grupos que convém realçar. O dos homens ligados aos ofícios é um desses. Ferreiros, carpinteiros, pedreiros, padeiros, alfaiates, entre outros, aparecem ocasionalmente como rendeiros de dízimos. O mesmo se pode dizer dos militares, aqui representados por três capitães e um alferes; do clero paroquial também, com outros 4 elementos; ou dos escrivães/tabeliães em igual número. As restantes profissões ou ocupações correspondem a ocorrências mais ou menos isoladas. Servem, contudo, para verificarmos que era relativamente amplo o conjunto de estratos profissionais que, por vezes, de forma consistente, outras, mais esporadicamente, se dedicavam à contratação da cobrança das rendas eclesiásticas.

Uma referência mais, desta feita, sobre as ausências. Efectivamente, parece-nos significativo o facto de, no conjunto de indivíduos para os quais encontrámos informação sobre a sua ocupação, profissão ou função social, não termos detectado ninguém ligado à nobreza ou fidalguia, fosse de extracção rural ou urbana, ao contrário do que foi referenciado por Aurélio de Oliveira, em Tibães⁴²⁰ ou por Eiras Roel para a

⁴²⁰ Cf. *A Abadia de Tibães...*, pp. 450-451.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Galiza⁴²¹, mas seguindo a tendência encontrada em trabalhos mais recentes de onde se destaca o de M. Concepción Burgo López sobre a região de Lugo⁴²².

Porém, deste quadro geral é necessário distinguir dois níveis distintos. Um relativo ao conjunto de rendeiros que está mais próximo dos campos e que, numa grande parte dos casos, vai estar envolvido na cobrança dos dízimos (quadro 81b). Outro correspondente aos indivíduos que fazem, essencialmente, subarrendamentos (quadro 81c)⁴²³.

Para estes últimos conseguimos uma maior percentagem de identificação das profissões e o que se nota é uma preponderância mais evidente dos homens ligados aos negócios e ao comércio que, seguindo o mesmo agrupamento de categorias atrás proposto, representam neste caso quase 3/4 do total das observações. Quem é que arrenda dízimos em Lisboa aos grandes proprietários de rendas para logo de seguida lucrar com os contratos de sublocação? Essencialmente, negociantes moradores na capital.

Homens como Domingos José de Miranda, negociante em Lisboa, que, pelo menos entre 1825 e 1828, arrenda na capital diversas comendas vagas, as rendas da Igreja Patriarcal, em conjunto com mais sete sócios, e outras rendas, para depois as subarrendar a diversos rendeiros de Ponte de Lima, Braga, Barcelos, Celorico de Basto, Guimarães e, provavelmente, outros pontos do país, pois arrendou também comendas de Serpa e Estremoz. Um desses arrendamentos foi o da Comenda de S André de Vitorino dos Piães que, em 29 de Abril de 1826, contratou com a Mesa da Consciência e Ordens por espaço de três anos juntamente com Francisco José de Miranda, provavelmente, seu

⁴²¹ Cf. “Evolucion del producto decimal en Galicia...”, pág. 61.

⁴²² Cf. “La estructura economica del cabildo de Lugo a finales del siglo XVIII”, in *Obradoiro de Historia Moderna*, nº2, Universidade de Santiago de Compostela, 1993, pp. 73-74. Veja-se ainda Angel I. Fernández González, *A fiscalidade eclesiástica...*, pp. 194 a 196 onde também não é feita referência à fidalguia no conjunto dos rendeiros de rendas eclesiásticas.

⁴²³ Chamamos novamente a atenção para a nota que fizemos ao introduzir o quadro 78.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

familiar e, também, negociante em Lisboa⁴²⁴. Em 3 de Novembro do mesmo ano, ainda em Lisboa, subarrendou a mesma comenda a Manuel da Silva, morador no mesmo concelho onde se situavam as rendas a ser cobradas, Barcelos⁴²⁵.

Um outro exemplo é o de Sebastião José Ferreira também negociante em Lisboa. Entre 1814 e 1830, o seu negócio de arrendamentos prende-se, aparentemente, em exclusivo com comendas que contrata, ora com a Mesa da Consciência e Ordens, ora com diversos nobres⁴²⁶. A perspectiva era mais uma vez o subarrendamento. Assim aconteceu, por exemplo, com a Comenda de S Cristina de Afife que em 1826 toma de arrendamento do Marquês de Fronteira, por quatro anos. Em 7 de Dezembro desse ano encontramos-lo no Porto a fazer o subarrendamento da mesma a José António Martins Viana. Sabemos deste percurso através do contrato de sociedade que este último celebra em Viana, para a gestão da referida renda, com mais dois sócios desta cidade e um terceiro, precisamente, do Porto⁴²⁷.

Um último caso relativo a Domingos José Malheiros negociante com loja de sacos em Alcântara. Em Agosto de 1826 arrenda na Casa do Infantado as rendas das igrejas de Sôpo e Venade para, no mesmo ano, a 9 de Dezembro, subarrendar a última a Bento António Gonçalves e Francisco Luís Lourenço, ambos de Caminha. Curiosamente também ele era natural de uma freguesia do mesmo concelho, Seixas. Talvez aqui resida a explicação para o facto de não ter obtido lucro com o subarrendamento⁴²⁸. Seriam os sublocados sócios no negócio? É provável. No fundo, ele estava em Lisboa onde, com maior facilidade, tinha acesso aos arrendamentos, os outros indivíduos moravam na

⁴²⁴ Neste contrato Domingos José de Miranda ficou como fiador, mas é ele que contrata o subarrendamento pelo que é provável que se tratasse de um negócio familiar. Cf. ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Lv 274, fl 13-13v.

⁴²⁵ Cf. ANTT, Notários-Lisboa, Cartório 7b, Cx 39, Lv 297, fl 84-85.

⁴²⁶ Encontrámos um total de 7 contratos sobre comendas onde este negociante participou. Veja-se, por exemplo, ANTT, Extraídos do Conselho da Fazenda, Ordem de Cristo, Lv 133, fl 51v; Notários-Lisboa, Cartório 9b, Cx 48, Lv 234, fl 56v-57v e Mesa da Consciência e Ordens, Lv 274, fl 93-93v.

⁴²⁷ Cf. ADVC, Notários-Viana, Luís Xavier da Costa Pereira, 4.34.4.22, fl 116.

região onde as rendas seriam cobradas. Este, pelo menos, aparenta ser um caso típico da relação entre sócios urbanos e rurais que Eiras Roel detectou para a Galiza⁴²⁹ e característico, como vimos, em relação à Casa do Infantado.

Mas os negociantes de Lisboa não tinham o exclusivo das rendas que aí eram contratadas. Também os homens de negócio de Braga e de Guimarães se deslocavam à capital para conseguir alguns arrendamentos, para além de dominarem o mercado na própria região. Quando não o podiam fazer eles mesmos confiavam essa tarefa a procuradores. Na sua maioria, tinham como objectivo, igualmente, a especulação com os contratos, o subarrendamento. Mais uma vez predomina o grupo dos negociantes, mas aparecem alguns lavradores, curiosamente, da região do Alto Minho.

O caso de Manuel José Ribeiro da Silva, comerciante em Braga, e que já por diversas vezes citámos, quando falámos das características dos contratos, é exemplar por forma a constatar a capacidade financeira destes homens de província que conseguem, por vezes, competir com os grandes negociantes da capital.

Um outro exemplo é o do negociante Paulo João Cruz Viana, também, de Braga. De 1819 a 1830 aparece em 9 contratos diferentes. Tanto contrata com a Mitra Primaz e alguns abades, em Braga, o arrendamento de diversas igrejas, como arrenda, em Lisboa, várias comendas e toma de subarrendamento outras. Em 1824, 1825 e 1826 teve de arrendamento a comenda de S Maria de Adaúfe pertencente ao Conde de Penafiel⁴³⁰. Nesse último ano subarrendou de outro negociante da capital a comenda de S Salvador de Bravães. Esta, porém, volta a sublocar, já em Braga, num contrato feito em 6 de Junho de 1826 com Domingos José de Arantes, morador em Larim, no qual, como vimos,

⁴²⁸ Cf. ANTT, Casa do Infantado, Lv 743, fl 93v e Lv 810, fl 33v-38; ADVc, Notários-Caminha, João Pereira dos Santos, 4.8.2.34, fl 84v-85v.

⁴²⁹ Cf. “Evolucion del producto decimal en Galicia...”, pág. 58.

⁴³⁰ Cf. AMB, Livro das terças do pão das freguesias do termo de Braga, fl 34v, 37v e 42.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

consegue um bom lucro⁴³¹. Nesse mesmo ano arrenda, ainda, a comenda de S Miguel da Facha ao Marquês de Castelo Melhor, o que volta a fazer em 1830, desta vez, à Mesa da Consciência e Ordens⁴³². Os contratos realizados em Braga são rubricados por si, mas para os de Lisboa confia a tarefa dos arrendamentos ou subarrendamentos a diversos procuradores, também eles negociantes na capital.

Outro exemplo, ainda, desta feita de um negociante de Guimarães, João António da Silva Vilela. Encontrámos 17 contratos onde este rendeiro participa: uns de arrendamento, outros em que é ele a subarrendar. São várias as comendas que entre 1819 e 1831 vai arrendar a Lisboa, ao mesmo tempo que contrata por diversas vezes com a Colegiada de Guimarães o arrendamento de algumas igrejas tanto de Guimarães como de Vila Real. Em algumas o objectivo foi subarrendar as mesmas a outros rendeiros. Vejamos dois exemplos. Em 5 de Novembro de 1827 contrata com o Conde de Rio Pardo, em Lisboa, o arrendamento da comenda de S Maria de Prado. Logo em 16 de Fevereiro de 1828, em Guimarães, subarrenda a mesma a João Lourenço da Costa escrivão, precisamente, da freguesia de Prado⁴³³. Ainda em 1827 tomou de arrendamento as rendas pertencentes ao Prior da Colegiada de Guimarães. Em 22 e 31 de Agosto desse ano encontramo-lo a subarrendar dois ramos dessas rendas, respectivamente, a João Constantino Ferreira Alvares, de Murça, e Custódio José Gonçalves, de Moreira de Rei (Couto)⁴³⁴.

Porém, tal como afirmámos, não eram só negociantes a fazer este tipo de negócios. Embora em muito menor número, provavelmente correspondendo a casos isolados, encontramos também alguns lavradores. É o caso de um grupo bastante activo

⁴³¹ Cf. ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 177, fl 44-45.

⁴³² Cf. ANTT, Notários-Lisboa, Cartório 9b, Cx 48, Lv 232, fl 134-135v e ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 177, fl 66-67; ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Lv 274, fl 81-81v.

⁴³³ Cf. AMG, Notários-Guimarães, Nicolau Teixeira de Abreu, N 1396, fl 42v-44. Tivemos acesso apenas ao segundo contrato onde são referidos os restantes pormenores.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

de homens ligados à terra nos concelhos de Caminha, Coura e Valadares. A origem geográfica deste grupo explica-se pelo facto de contratarem rendas da Casa do Infantado que, relembramos, tinha ali uma grande parte dos seus domínios⁴³⁵.

Estão neste caso, entre outros, João Luís Rodrigues Gomes, de Valadares, António da Cunha Barros e Manuel António Rodrigues, ambos de Coura. O primeiro em 1827 contratou com a Casa do Infantado, através de um procurador em Lisboa, as rendas das igrejas de Riba de Mouro e Tangil⁴³⁶. O segundo arrendou os dízimos da igreja de Riba de Âncora em 1829 e o terceiro os de Arga de S João e anexas em 18 de Julho de 1832, ou seja, 12 dias antes daqueles serem declarados extintos pelo decreto de Mouzinho da Silveira. Também estes dois lavradores recorreram aos serviços de um procurador que, curiosamente, foi o mesmo em ambos os contratos, João António Pereira, de Vila Nova de Cerveira⁴³⁷.

Retirando estes últimos exemplos, vemos que são, efectivamente, os negociantes o grupo de indivíduos que designámos por rendeiros/especuladores, são eles que especulam com as rendas nos diferentes contratos de subarrendamento a que as sujeitam. Obviamente em escalas distintas, os negociantes de Lisboa e de Braga ou Guimarães são os que detêm um acesso privilegiado aos grandes volumes de rendas que alguns proprietários decidem arrematar por grosso. São eles que, estando na capital ou deslocando-se aí, conseguem os contratos das rendas mais elevadas para depois as subarrendarem, por vezes, em diversos ramos aos rendeiros residentes no arcebispado de Braga. São também eles, em especial, os de Braga e de Guimarães que controlam as

⁴³⁴ AMG, Notários-Guimarães, Nicolau Teixeira de Abreu, N 1394, fl 93v-95v e fl 107v-108v. Mais uma vez, tivemos acesso apenas aos contratos de subarrendamento onde são referidos os restantes pormenores.

⁴³⁵ Veja-se a este respeito o texto sobre esta instituição e as notas correspondentes no capítulo sobre a distribuição social dos dízimos.

⁴³⁶ Cf. ANTT, Casa do Infantado, Lv 743, fl 96 e Lv 810, fl 77v-81v.

⁴³⁷ Cf. respectivamente ANTT, Casa do Infantado, Lv 743, fl 104 e fl 117v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

rendas dos grandes proprietários regionais, uma vez mais, com o intuito de lucrarem nos subarrendamentos.

Já no conjunto de rendeiros que, pelo menos uma vez, cobraram eles mesmos os dízimos, apesar de encontrarmos ainda uma percentagem elevada de negociantes estes não representam a maioria (quadro 81b). Aqui destacam-se os lavradores que duplicam em relação ao quadro 81c. Para além destes, verificamos, igualmente, uma maior variedade de profissões e é neste nível que encontramos os membros do clero paroquial que se dedicavam aos arrendamentos.

Apesar disso, não quer dizer que muitos destes indivíduos que cobraram rendas entre 1827 e 1831 não se dedicassem também a fazer subarrendamentos de outras. Para alguns inclusive detectámos uma grande actividade nesse sentido, mas, quando assim era, optavam por trabalhar com rendas que podiam contratar na região, junto dos proprietários regionais e locais que eram a Mitra, o Cabido, as colegiadas, os cônegos, os mosteiros e, em menor grau, os abades.

Um bom exemplo do que temos vindo a falar é o de João Pedro de Matos, lavrador, morador na freguesia de Arosa, concelho de Guimarães. Entre 1822 e 1828 encontramos diversos contratos, tanto de arrendamento como de subarrendamento, onde este reneiro participou. Por vezes, contrata com a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira os dízimos de algumas igrejas, outras, vai a Braga tomar de subarrendamento, de negociantes daquela cidade, as rendas da Patriarcal. Também em Braga consegue alguns arrendamentos de benefícios vagos no Depósito Geral. Em Guimarães, entre outras, contrata rendas de conventos. Os seus interesses são, como vemos, muito variados e abrangem uma área geográfica relativamente ampla nos concelhos de Guimarães, Montelongo, Póvoa de Lanhoso, Barcelos e Amares. Como seria natural,

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

numa parte dos casos não é ele que cobra as rendas, o seu objectivo é sublocar a outros os arrendamentos que vai conseguindo.

Vejamos alguns exemplos. Entre 1822 e 1825 arrenda os dízimos das igrejas de S Emilião, Candoso (S Tiago), Mascotelos e S. Gens pertencentes à Colegiada de Guimarães⁴³⁸. Destes contratos não temos conhecimento de subarrendamentos. Porém, a partir de 1825 começam a surgir mais contratos e, também, os subarrendamentos. Em 23 de Maio de 1826 subarrenda, em Braga, a António Costa, de Barcelos, as rendas da igreja de Gavião, freguesia deste último concelho, por um ano. Contudo já vinha a gerir essa renda desde Junho de 1825 tendo, provavelmente, sido contratada com o abade respectivo⁴³⁹. No mesmo dia e no mesmo tabelião tinha já contratado com Manuel José Ribeiro da Silva um dos ramos das rendas da Igreja Patriarcal correspondente às igrejas de Serafão, Taboças e Souto (S Maria)⁴⁴⁰. Poucos dias depois, em 19 de Junho, subarrenda, por sua vez, uma dessas igrejas, Taboças, a Francisco José Martins Matos da freguesia de Taíde, concelho de Póvoa de Lanhoso conseguindo nesta transação um lucro de quase 6%⁴⁴¹. Em 1827 consegue de subarrendamento de dois sócios de Guimarães, um negociante e um carpinteiro, as igrejas de Freitas e Taíde rendas do Convento da Senhora dos Remédios de Braga, por dois anos e pelo preço anual de 1.770\$000 réis⁴⁴². Também neste caso, provavelmente, o objectivo seria fazer nova sublocação.

O caso de José Leite, lavrador de Braga e já atrás mencionado, é muito semelhante, inclusive, na evolução dos seus contratos. Entre 1811 e 1826 foi rendeiro

⁴³⁸ Cf. AMG, Colegiada de Guimarães, Livro dos arrendamentos das igrejas da mesa capitular da colegiada, p. 441 a 443.

⁴³⁹ Cf. ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 177, fl 25v-26.

⁴⁴⁰ Cf. *Idem*, fl 24v-25v.

⁴⁴¹ AMG, Notários-Guimarães, Nicolau Teixeira de Abreu, N 1390, fl 117-118.

⁴⁴² AMG, Notários-Guimarães, Nicolau Teixeira de Abreu, N 1394, fl 20v-21v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

do Cabido Primaz na igreja de Esporões, freguesia vizinha de Nogueira onde residia⁴⁴³. Aliás, foi também rendeiro dessa, mas apenas entre 1815 e 1817, numa altura em que o abade respectivo optou pelo arrendamento ou em que o benefício estaria vago⁴⁴⁴. A partir de 1826 encontramo-lo já em contratos diferentes. Nesse ano toma de subarrendamento, de Manuel José Ribeiro da Silva, as rendas da Patriarcal correspondentes a 4/9 partes do rendimento da Tesouraria-mor da Colegiada de Barcelos⁴⁴⁵. Em 1827 é a sua vez de fazer um subarrendamento, neste caso, das rendas da igreja de Boivães que entrega a Francisco José de Arantes⁴⁴⁶. Em 1829 contrata com um comendador, em Guimarães, a cobrança das rendas da Comenda de S. Maria de Antime que se situavam na freguesia de Palmeira de Faro⁴⁴⁷. Finalmente, entre 1830 e 1832 foi rendeiro da Colegiada de Vila Viçosa nas freguesias de Fragoso e Curvos. Apesar desta variedade de rendas contratadas, os valores envolvidos nunca são muito elevados, não ultrapassam os 480\$000 réis.

Estes homens, lavradores e residentes em freguesias próximas das cidades onde se transaccionam os grandes volumes de rendas, não deixam de tentar a sua sorte como rendeiros de dízimos. Por vezes, entram eles mesmos nos jogos de especulação de rendas que os negociantes, tanto da capital, como de Braga e Guimarães, tanto praticavam. Apesar disso, o seu mundo é mais restrito em termos geográficos e financeiros. Só pontualmente contratam rendas em Lisboa, preferem trabalhar nos concelhos próximos da área de residência ou subarrendam, quando as rendas a cobrar são mais afastadas. Com raras excepções, não investem grandes somas de dinheiro e

⁴⁴³ AMB, Livro das terças do pão das freguesias do termo de Braga, fl 8, 10v, 18, 19, 23, 25, 28, 30, 32, 38v e 41.

⁴⁴⁴ Cf. *Idem*, fl 17, 19 e 23.

⁴⁴⁵ Cf. ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 176, fl 100-100v.

⁴⁴⁶ Cf. ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 935, fl 71-72.

⁴⁴⁷ Cf. AMG, Notários-Guimarães, Nicolau António Ferreira Guimarães, N 1542, fl 9-10v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

não mantém contratadas ao mesmo tempo grandes volumes de rendas, preferindo diversificar sem arriscar demasiado.

Abaixo destes existia depois uma variedade de rendeiros com profissões muito diversificadas. Alguns aparecem, esporadicamente, apenas num ou dois contratos, outros trabalham durante vários anos seguidos como rendeiros, mas, normalmente, sempre na mesma freguesia ou, quando muito, em duas. Para estes, fossem eles boticários, padeiros, ferreiros, alfaiates, ou de outros ofícios, encontramos, essencialmente, contratos de arrendamento puro ou, então, cremos, os contratos que constituíam o último elo de uma cadeia de subarrendamentos.

Vejamos alguns exemplos. Jerónimo José de Sousa juntou durante vários anos à sua profissão de padeiro em Braga a actividade de rendeiro de dízimos. Este homem, casado e com 49 anos em 1830, entre 1812 e 1833 foi sempre rendeiro das freguesias de Dume e Real, próximas da cidade de Braga⁴⁴⁸. Um outro padeiro, desta feita, de Guimarães, de nome José Ribeiro, mesmo sem saber assinar, arrendou entre 1827 e 1831 os dízimos da igreja de Conde (S Martinho) pertencentes à Colegiada de Guimarães⁴⁴⁹.

Manuel Luís Silva era boticário em Taíde, freguesia do concelho de Póvoa de Lanhoso. Em 1827 e 1828 foi rendeiro dos dízimos de Verim e, em 1830-1831, arrendou os de Monsul⁴⁵⁰. Estas duas freguesias situavam-se no concelho vizinho de S. João de Rei a pouco mais de 7 Km da freguesia de residência do rendeiro.

Um último exemplo, agora, relativo a um alfaiate residente em Ponte de Lima. José Rocha foi rendeiro de dízimos, mas esta sua actividade parecia ser secundária,

⁴⁴⁸ Cf. AMB, Livro das terças do pão das freguesias do termo de Braga, fl 10v, 12v, 14v, 18, 22, 24v, 26v, 29, 31, 33v, 35v, 38v e 41; ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa 4308, Braga; ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 941, fl 153-155.

⁴⁴⁹ Cf. AMG, Notários-Guimarães, Paulo José de Freitas, N 1514, fl 18v-20; ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa 4308, Guimarães; AMG, Colegiada de Guimarães, Livro dos arrendamentos das igrejas da mesa capitular da colegiada, p. 447.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

talvez, uma tentativa, como seriam as restantes mencionadas, de conseguir um rendimento suplementar. Temos conhecimento do seu envolvimento como rendeiro apenas para 1830 e 1831 no isento de Refóios do Lima⁴⁵¹.

Em relação às profissões dos rendeiros duas últimas notas para realçar a presença de dois grupos sociais, os homens das ordenanças e milícias e o clero paroquial, cuja participação nos arrendamentos tem sido destacada em diferentes trabalhos que abordaram a questão dos rendeiros de dízimos, tanto em Portugal, como em Espanha⁴⁵².

Quanto aos eclesiásticos já tínhamos verificado a sua participação como administradores e colhedores de dízimos, mas aparecem alguns também como rendeiros. É o caso dos abades de Deão e de Geraz (S. Estevão) que, mesmo contrariando o estipulado nas constituições da diocese, foram rendeiros dos dízimos das suas próprias freguesias⁴⁵³. Neste caso, contrataram as rendas que naquelas freguesias pertenciam à Igreja Patriarcal⁴⁵⁴. Era, no fundo, uma forma de controlarem a cobrança da totalidade da dizimaria uma vez que lhes cabia uma parte da mesma que administravam directamente.

No caso dos militares deparámos com três capitães e um alferes. A estes poderíamos ter acrescentado mais um oficial. Efectivamente, João Manuel Gomes da Costa, lavrador de Póvoa de Lanhoso, é dado com alferes de milícias em 1814, sendo tenente em 1826⁴⁵⁵.

⁴⁵⁰ Cf. ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa 4308, Póvoa de Lanhoso.

⁴⁵¹ Cf. ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa 4306, Ponte de Lima.

⁴⁵² Para o caso português veja-se alguns exemplos da participação de oficiais das ordenanças apontados por Fernanda Paula Sousa Maia, “A Renda e o Rendeiro...”, pp. 636 a 638; Margarida Sobral Neto, *Terra e Conflito...*, pp. 373 a 376; Inês Amorim, *O Mosteiro de Grijó...*, pp. 127; Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra...*, pág. 703. Para Espanha são referidos os militares, mas também muitos eclesiásticos. Veja-se Maria Dolores Muñoz Dueñas, *El diezmo en el obispado de Córdoba...*, pág. 374; M. Concepción Burgo López, “La estructura económica del cabildo de Lugo...”, pág. 74; Angel I. Fernández González, *A fiscalidade eclesiástica...*, pp. 196 e 694.

⁴⁵³ Cf. *Constituições Sinodais...*, pág. 198.

⁴⁵⁴ Cf. ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 177, fl 19v-20; ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa 4308, Póvoa de Lanhoso.

⁴⁵⁵ Cf. ANTT, Chancelaria de D. João VI, Livro 18, folha 338 e AHP, Assembleias Eleitorais Monárquicas, cx 2, doc. 22.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

João José Rodrigues Gomes era alferes e morador em Riba de Âncora e em 1826 contratou por três anos os dízimos da mesma freguesia à Casa do Infantado⁴⁵⁶. Dos capitães destacava-se claramente Francisco José de Matos Prego, morador em Moreira do Lima. Normalmente em sociedade com José Maria Fernandes, negociante da freguesia de Darque, concelho de Barcelos, arrendou entre 1827 e 1833 um conjunto apreciável de rendas aos conventos da Senhora dos Remédios e do Salvador de Braga e, também, da Capela de S Pedro de Rates. Rendas dispersas pelos concelhos de Caminha, Valença, Monção, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Gestaço e Ponte de Lima, algumas em contratos de valores elevados, como o das igrejas de Vitorino das Donas, Cabração e Fontão, realizado em 16 de Junho de 1827, pelo preço anual de 1.572\$000 réis, ou das igrejas de Balazar, Calvos, Ínfias, Freitas, Taíde, Sanche e medidas e foros de Valença, Monção e anexas arrematadas em conjunto, no dia 29 de Julho de 1833, pela quantia de 1 conto e 650 mil réis⁴⁵⁷. Não encontrámos nenhum subarrendamento destas rendas, mas, tendo em conta a dispersão geográfica das mesmas, é bem provável que tivesse sido esse o fim de algumas delas.

5.4.4. Outras actividades e interesses: esboço de uma elite de rendeiros

Para além das profissões dos rendeiros procurámos levantar mais algumas informações que nos permitissem conhecer melhor este conjunto de indivíduos, em especial, os grandes contratadores, uma elite regional e nacional. Foi possível recolher alguns dados sobre a vida política dos rendeiros, sobre os seus bens e sobre um conjunto de actividades a que se dedicavam para além do arrendamento de dízimos.

⁴⁵⁶ Cf. ANTT, Casa do Infantado, Lv 743, fl 92 e Lv 810, fl 68-72v. No inquérito de 1836 é indicado como rendeiro um dos seus fiadores neste contrato, José António de Azevedo. Cf. ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa 4306, Caminha.

⁴⁵⁷ Cf. ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 935, fl 86-87v e Lv 941, fl 132-133v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Em relação ao primeiro aspecto, tendo em atenção os dados que ficam expostos no quadro 82, o que nos é dado a afirmar é que a grande maioria dos homens que arrendavam dízimos estavam, aparentemente, afastados ou alheados do exercício de cargos políticos a nível municipal. Encontramos somente 10 indivíduos nos arrolamentos das câmaras minhotas dependentes da Coroa, a maioria nos concelhos de Ponte de Lima (4) e Arcos de Valdevez (3)⁴⁵⁸.

82 - Vida política dos rendeiros nas câmaras municipais do Minho (1814 a 1833)*

Informação	N.º	Exerceram
Arrolado para vereador	1	0
Arrolado para procurador	9	4

* Fonte: ANTT, Desembargo do Paço, Minho e Trás-os-Montes, Maços 1387-1388, 1396-1398 e 1401.

É o caso de José Fiuza de Matos que, entre 1825 e 1830, foi rendeiro dos dízimos dos abades de Cendufe e Calheiros e que, para o triénio de 1821-23, foi arrolado para procurador em Ponte de Lima. Era “abundante de bens”, contudo, não foi eleito pois era apontado como “incapaz por ter venda de vinho publicamente”⁴⁵⁹.

Ou de Frutuoso Rodrigues Silva, negociante em Arcos de Valdevez, de que já falámos, enquanto rendeiro da comenda de S Cosme e Damião de Ázere e das rendas das igrejas de Ázere e Cabreiro, entre 1828 e 1830. Foi arrolado para procurador da Câmara de Arcos em 1829-31 e 1832-34 não chegando, também, a ser eleito, apesar de ser considerado “razoavel tanto em fundamentos politicos, como em conduta moral” e

⁴⁵⁸ Teria sido muito interessante consultar documentação sobre a Câmara de Braga, tendo em conta o que temos vindo a afirmar sobre a influência dos rendeiros que aí residiam. Porém, este município era dependente do arcebispo e não da Coroa e, logo, as fontes sobre a mesma não se encontram no arquivo do Desembargo do Paço e não tivemos oportunidade de nos deslocar novamente a Braga. Cf. José Viriato, “Braga, um Município Fidalgo – As lutas pelo controlo da câmara entre 1750 e 1834”, in Cadernos do Noroeste, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Vol. II (2-3), 1989, pág. 305.

⁴⁵⁹ Cf. ADVC, Notários-Ponte de Lima, Boaventura de Palhares Malafaia, 4.22.2.40, fl 45v-46v; João José de Palhares Malafaia, 4.22.2.11, fl 18v-19; ANTT, Desembargo do Paço, Repartição do Minho e Trás-os-Montes, maço 1397.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

de ter os seus bens de raiz avaliados em cerca de 4 mil cruzados, o equivalente a 30 contos de réis⁴⁶⁰.

Como podemos ver, em grande parte, eram arrolados apenas para a classe dos procuradores. Apesar de serem arrolados, fruto da abundância “de bens”, a sua vida de negócio afastava-os da nobreza local, do grupo da gente da governança e, logo, impedia-os, em grande medida, de chegar a exercer os cargos.

Não foi, porém, o que aconteceu com o negociante de Ponte de Lima, José Custódio Silva Guimarães. Arrolado para procurador dessa câmara em 1818-20, 1821-23, 1824-26 e 1827-29, exerceu o cargo em 1821 e 1825. Em 1817 é referido como sendo proprietário e negociante com “loja de mercearia”. Em 1826 as observações são de teor político, sendo apontado como “capaz e muito oposto ao sistema Constitucional”⁴⁶¹. Entre 1827 e 1831 trabalhou como rendeiro nas freguesias de Beiral do Lima, Fornelos e Serdedelo, todas pertencentes ao concelho de Ponte de Lima⁴⁶².

Porém, o facto de a maior parte deles não exercer cargos não quer dizer que não detivessem uma real influência política nos municípios. José Viriato Capela chama a atenção para este ponto no caso da câmara de Braga, onde os rendeiros detinham uma forte influência na “economia, administração e políticas municipais” e “um grande poder e ascendente político-social.” Em grande medida, tal situação ficava a dever-se ao facto dos rendeiros serem uma peça fundamental na política financeira do município, mercê dos contratos de cobrança de rendas e impostos camarários, mas, igualmente, porque Braga era “um grande centro económico e comercial, político-administrativo e de grande actividade «rentista», sede de grandes senhorios e proprietários (laicos e

⁴⁶⁰ Cf. ADVC, Notários-Viana, Luís Xavier da Costa Pereira, 4.34.4.23, fl 75v-76v e 4.34.4.26, fl 35-35v; ANTT, Desembargo do Paço, Repartição do Minho e Trás-os-Montes, maço 1401. A equivalência foi feita pelo valor de 7\$500 réis o cruzado estabelecido por Decreto de 6 de Março de 1822 e que vigorou até ao reinado de D. Maria II. Cf. José Hermano Saraiva (dir.) *História de Portugal*, Lisboa, Alfa, Vol. 5, 1983, pág. 300.

⁴⁶¹ Cf. ANTT, Desembargo do Paço, Repartição do Minho e Trás-os-Montes, maços 1388 e 1397.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

eclesiásticos), e também onde se lançam e arrematam grande volume das rendas eclesiásticas e arquidiocesanas da Mitra e do Cabido e também do Erário Público.”⁴⁶³

Quem chegava a exercer essa influência política e, ao mesmo tempo, uma “grande actividade «rentista»” eram, no fundo, os indivíduos que podemos considerar como uma parte da elite dos rendeiros de dízimos, aquela que funcionava em termos regionais, ao nível do arcebispado. Homens que, contudo, diversificavam as suas actividades. Para além das rendas eclesiásticas, apostavam não só na contratação dos impostos reais e das taxas municipais, mas também emprestavam dinheiro a juros, eram negociantes ou lavradores, podiam ser proprietários de fábricas, conseguiam reunir grandes capitais e possuíam pequenas fortunas em bens de raiz

Um exemplo ligado, mesmo, à tentativa de exercício de cargos políticos é o de João António da Silva Vilela. Negociante em Guimarães, entre 1818 e 1831, são vários os contratos sobre dízimos que efectua, em especial, relativos a comendas e às rendas do Prior e Colegiada de Guimarães⁴⁶⁴. Entretanto, contrata para os anos de 1827 a 1832, também, o Subsídio Literário da provedoria de Guimarães e o Real de Água da comarca. Rendas, aliás, que se dedica a subarrendar em diversos ramos. Assim aconteceu, por exemplo, com o Subsídio Literário de S João de Rei, Fonte Arcada, Lageoza, Pedralva, Ribeira de Soaz, Parada de Bouro e Pouzadela, em 1827, e com o Real de Água de Monte Longo, Cepães, Moreira de Rei e Pedraído em 1828⁴⁶⁵. Indivíduo de grandes capitais começa por aparecer no arrolamento para procurador da Câmara de Guimarães em 1814, para o triénio 1815-17, não chegando a ser eleito. É dado então como “homem de negócio”. Aparece novamente em 1826, sendo-lhe

⁴⁶² Cf. ANTT, AHMF, Tesouro Público, caixa 4306, Ponte de Lima.

⁴⁶³ Cf. *O Minho e os seus municípios...*, pág. 36.

⁴⁶⁴ Entre outros veja-se os contratos relativos à Comenda de S Salvador do Souto de 1818; às rendas da igreja de Murça de 1825; e às rendas da igreja de Caldelas de 1831. Cf. respectivamente ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Lv 273, fl 61; AMG, Colegiada de Guimarães, Livro dos arrendamentos das igrejas da mesa capitular da colegiada, p. 443 e p. 447.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

atribuído 1 conto de réis de renda. Nesse mesmo ano, nas eleições para as Cortes é apontado como elegível para deputado, na freguesia de S. Maria de Oliveira. Em 1831 surge já no arrolamento para vereador nos anos de 1832-34. Mais uma vez, acaba por não exercer, sendo então declarado como “senhor de bom rendimento”⁴⁶⁶. A sua fortuna vinha dos negócios e das muitas propriedades que detinha nos concelhos de Guimarães e Póvoa de Lanhoso, que lhe permitiram dotar o filho e a filha, por ocasião dos respectivos casamentos, em 1826 e 1835, com bens de raiz avaliados num total de cerca de 9 contos de réis⁴⁶⁷.

Para alguns dos rendeiros foi possível verificar que eram proprietários relativamente abastados o que era um factor de peso na contratação dos dízimos, se tivermos em mente as cláusulas dos contratos onde eram exigidas fianças de bens móveis e de raiz. Os três indivíduos citados acima são disso exemplo.

Mas havia outros, como o lavrador e capitão João José Peixoto, morador na freguesia de S. Maria de Moure, concelho de Póvoa de Lanhoso. Era dono de uma “fazenda” no “sitio do Pinheiro” da mesma freguesia e possuía uma “propriedade avultada” repartida pelas freguesias de S. Tiago de Lanhoso e S. Estevão de Geraz, pelo menos, desde 1813. Em 1826 aparece como eleitor de província na freguesia de Moure⁴⁶⁸. Entre 1827 e 1831 foi rendeiro de dízimos em 6 freguesias dos concelhos de Braga e Póvoa de Lanhoso, inclusive, dos de Moure que arrendou do respectivo abade⁴⁶⁹.

O já nosso conhecido João Pedro de Matos estava em situação semelhante. Lavrador na freguesia de Arosa possuía a “Quinta de Sima de Villa”, situada na

⁴⁶⁵ Cf. AMG, Notários-Guimarães, Nicolau Teixeira de Abreu, N 1393, fl 125v-126v e N 1396, fl 14-15.

⁴⁶⁶ Cf. ANTT, Desembargo do Paço, Repartição do Minho e Trás-os-Montes, maço 1387; AHP, Assembleias Eleitorais Monárquicas, cx 2, doc. 14.

⁴⁶⁷ Cf. ANTT, Chancelaria de D. João VI, Livro 18, folha 27, Livro 22, folha 212v e Livro 44, folha 267; Chancelaria de D. Pedro IV, Livro 6, folha 256v; Registo Geral de Mercês de D. Maria II, Livro 5, Folha 78.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

freguesia onde vivia. Perto dessa quinta tinha um terreno e 3 “sortes” aforadas à Câmara de Guimarães, pelo menos, desde 1816 e até 1826 altura em que é dado como eleitor de paróquia⁴⁷⁰.

Ou ainda como António José Marinho da Cruz, para darmos um exemplo de um rendeiro de Lisboa. Este era negociante e “mercador de carvão”. Tinha 4 lojas na rua Direita que rendiam anualmente 118\$000, outras 4 lojas na entrada do cais do Tejo que rendiam 100\$000 e um terreno na rua da Praia que servia de estância de carvão e que rendia 100\$000 por ano. Tinha ainda um prazo foreiro à Câmara de Lisboa por 30\$000 anuais. Ao todo estes bens estavam avaliados em 4.400\$000 réis, em 1830. Para além disso, possuía casas na rua do Salitre, onde morava, e tinha mais bens em Caminha. Bens que permitiram que ficasse como fiador no contrato sobre as rendas da dízima do pescado fresco de Caminha e anexas realizado, em Dezembro de 1830, entre Domingos Eugénio Canas, negociante em Lisboa, e a Casa do Infantado⁴⁷¹. Entre 1827 e 1831 foi fiador em vários contratos de arrendamento de comendas, chegando, em 1831, a arrendar ele mesmo a comenda de S. João Baptista de Castelões à Mesa da Consciência e Ordens⁴⁷².

Já vimos que João António da Silva Vilela, como negociante e grande proprietário, apostava também nos contratos de impostos reais. Não era o único. Relembremos o caso de Narciso José Alves Machado, negociante do Porto, que para além de arrendar comendas contratou o subsídio literário de Viana em 1826 para,

⁴⁶⁸ Cf. ANTT, Chancelaria de D. João VI, Livro 16, fl. 87v e 308; AHP, AEM, cx 2, doc. 15.

⁴⁶⁹ Cf. ANTT, AHMF, Tesouro Público, cx. 4038, Braga e Póvoa de Lanhoso.

⁴⁷⁰ Cf. ANTT, Chancelaria de D. João VI, Livro 20, fl. 314v e Livro 44, fl. 272v; AHP, AEM, cx 2, doc. 17.

⁴⁷¹ Cf. ANTT, Casa do Infantado, Lv 743, fl 113v e Lv 811, fl 28-40.

⁴⁷² Cf. ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Lv 274, fl 104-104v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

depois, sublocar a outros⁴⁷³. Estratégia, aliás, que seguiu em 1829 com a mesma renda⁴⁷⁴.

A Câmara de Braga era outro palco de actuação destes rendeiros. Sirva de exemplo Manuel José Vieira da Silva que, pelo menos, em 1812 contratou com a edilidade a cobrança da “renda da Imposição” por um ano e pelo valor de 1.212\$000 réis⁴⁷⁵. Recordemos que, em 1826, encontramos este rendeiro a arrendar os dízimos do Convento de Nossa Senhora do Pópulo de Braga⁴⁷⁶.

Interesses semelhantes demonstrou Paulo João Cruz Viana que, em 1818, ficou com o contrato da referida renda da câmara por 1.800\$000 réis⁴⁷⁷. Este era um dos rendeiros mais activos no período por nós estudado, em especial, com rendas da Mitra e de várias comendas⁴⁷⁸. Este negociante de Braga era, aliás, um dos indivíduos mais versáteis e, cremos, bastante influente na cidade. Contratava rendas do município, rendas eclesiásticas, tinha terras aforadas à Câmara de Braga⁴⁷⁹, comprava terrenos e casas a fidalgos e abades⁴⁸⁰ e emprestava dinheiro a juros. Assim aconteceu com o “Doutor” Feliciano da Costa Gonçalves, de Braga, a quem Paulo João Cruz Viana, em 10 de Fevereiro de 1826, emprestou 1.600\$000 réis ao “juro de lei”⁴⁸¹. Morava no Largo da Porta do Souto e, para além de todas estas actividades, representava, por vezes, como procurador, os interesses de alguns negociantes de Lisboa e, mesmo, de membros da nobreza, como foi o caso do Conde de Penafiel em 1825⁴⁸².

⁴⁷³ Cf. texto supra e notas 404-405.

⁴⁷⁴ Cf. ADV, Notários-Caminha, João Pereira dos Santos, 4.8.2.35, fl 7v-8v.

⁴⁷⁵ Cf. AMB, Livro para as arrematações e mais termos pertencentes ao Novo Real e Imposição tocante à Câmara desta cidade, fl 11-11v.

⁴⁷⁶ Cf. texto supra e nota 369.

⁴⁷⁷ Cf. AMB, Livro para as arrematações e mais termos pertencentes ao Novo Real e Imposição tocante à Câmara desta cidade, fl 18-18v.

⁴⁷⁸ Cf. texto supra e notas 430 a 432.

⁴⁷⁹ Cf. ANTT, Chancelaria de D. João VI, Livro 25, folha 349.

⁴⁸⁰ Cf. ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 176, fl 6v-7v e Lv 177, fl 72-73.

⁴⁸¹ Cf. ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 176, fl 71-71v.

⁴⁸² Cf. ADB, Notários, Bento José Ferreira Couto, Lv 176, fl 21v a 22 e Lv 177, fl 49 a 50v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Havia depois quem estivesse ligado, também, à indústria. Já referimos o negociante portuense, José António do Nascimento Ferreira. Leonardo António Ferreira Lanhoso é outro desses casos. Em 1827 geria uma fábrica de curtumes propriedade da mãe, senhora viúva a quem auxiliava igualmente em alguns contratos de dízimos, onde chegavam a ter empatados cerca de 12 contos de réis anuais, e tinha loja de comércio de sapatos em Braga⁴⁸³. Para além disso, entrava, em conjunto, com o irmão, José Narciso Ferreira Lanhoso, também ele negociante, nos contratos de rendas da Misericórdia e da Câmara Municipal de Braga⁴⁸⁴. Dedicava-se simultaneamente ao empréstimo de dinheiro a juros. Curiosamente o contrato que encontrámos foi feito com um tamanqueiro⁴⁸⁵.

Também António José Xavier da Silva, negociante da vila de Caminha e rendeiro de dízimos da Casa do Infantado, entre 1822 e 1828⁴⁸⁶, era proprietário de uma fábrica, neste caso, de loiça fina onde, desde 1823, produzia mensalmente “300 dúzias” de “todas as qualidades”. Em 1825, aliás, a informação dada pelo juiz de fora de Caminha para a Junta do Comércio era de que a fábrica “está em seu princípio mas vai em muito aumento”⁴⁸⁷. Essa fábrica situava-se na “Quinta da Cabana” propriedade que tinha de aforamento perpétuo desde 1813⁴⁸⁸. Porém, os acontecimentos políticos vieram deitar por terra esta e outras actividades do rendeiro. Na resposta ao inquérito sobre as fábricas de 1829, o juiz de fora informou que a mesma “achase fichada desde 30 de Agosto de 1829, e em sequestro pela Real Fazenda visto que o dono foi hum dos Reos do crime de

⁴⁸³ Cf. Texto supra e notas 414 a 417.

⁴⁸⁴ Cf. ADB, Notários-Braga, António José Gomes Chaves, Lv 175, fl 127-128.

⁴⁸⁵ Cf. ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 179, fl 93-93v.

⁴⁸⁶ Cf. ANTT, Casa do Infantado, Livro 743, fl. 77v-78; AHMF, Tesouro Público, cx 4306, Caminha.

⁴⁸⁷ Cf. AHMOP, Junta do Comércio, 12 (1824-1825).

⁴⁸⁸ Cf. ANTT, Chancelaria de D. João VI, Livro 42, fl 145 e Chancelaria de D. Pedro IV, Livro 4, fl 169v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Rebelião.” Fechou-se a fábrica e acabaram-se também os arrendamentos de dízimos pois o inquérito de 1836 refere-o, apenas, nos anos de 1827 e 1828⁴⁸⁹.

Falámos até agora de uma parte da elite dos rendeiros, essencialmente, aqueles residentes no Minho e que actuam a um nível regional⁴⁹⁰. Não queremos, porém, encerrar esta parte do capítulo sem fazer referência aos rendeiros de Lisboa. Também eles tinham interesses muito variados que passavam, igualmente, pelos impostos, taxas municipais, comércio de vários produtos. Também eles eram, ao mesmo tempo, rendeiros de dízimos, negociantes, donos de fábricas, proprietários, etc.⁴⁹¹.

Deixamos aqui apenas alguns exemplos. Sebastião José Ferreira, negociante, foi cobrador do Banco de Lisboa, pelo menos, entre 1823 e 1837⁴⁹². Entre 1815 e 1830 detectámos 7 contratos, todos, sobre comendas espalhadas um pouco por todo o país, desde Monsaráz a Aveiro, passando por Chaves, Penafiel e Viana⁴⁹³. O objectivo não era, certamente, proceder à cobrança de dízimos, mas sim lucrar com os subarrendamentos, o que efectivamente aconteceu com a Comenda de S Cristina de Afife. Arrendou esta do Marquês de Fronteira, em 12 de Junho de 1826, por 800\$000 réis anuais, em conjunto com outras, e passados seis meses estava a fazer o subarrendamento com um negociante de Viana pelo valor de 805\$000⁴⁹⁴. Um lucro pequeno, é certo, mas cabe perguntar se terá sido assim com as restantes? Pelo que vimos acima, ao falar dos valores dos contratos e dos lucros, pensamos que não.

⁴⁸⁹ Cf. AHMOP, Junta do Comércio, 12 (1829) e nota 486.

⁴⁹⁰ Não fizemos aqui referência a Manuel José Ribeiro da Silva que, como vimos, era, talvez, o maior contratador de dízimos do Arcebispado de Braga no período estudado. Tal fica a dever-se, não, ao facto de não o considerarmos como fazendo parte desta elite regional mas, sim, ao facto de não termos encontrado qualquer informação sobre outras actividades deste comerciante matriculado na Junta do Comércio. Veja-se, contudo, as frequentes citações que fazemos dele ao longo deste texto. Cf. notas 116, 266-267, 334-336, 356 e 360.

⁴⁹¹ Não desenvolveremos esta parte uma vez que guardámos para o final deste capítulo o retrato de um grande contratador de dízimos, precisamente, de Lisboa e que, pensamos, servirá de modelo para o que julgamos ser uma verdadeira e restrita elite nacional.

⁴⁹² Cf. *Almanaque de Lisboa para o ano de 1823*, parte I, p. 230; *Almanaque Português de 1826*, Lisboa, p. 313 e *Almanaque Estatístico de Lisboa em 1837*, p. 50.

⁴⁹³ Cf. ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Lv 273, fl 40, fl 46 e fl 63, Lv 274, fl 92-92v e fl 93-93v; ANTT, Notários-Lisboa, Cartório 9b, Cx 48, Lv 234, fl 56v-57v e Cartório 15, Lv 853, fl 25v-27.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Um outro exemplo é o de Domingos José de Miranda. Este negociante de Lisboa foi um dos sócios do contrato das rendas da Patriarcal em 1825⁴⁹⁵. Para além destes dízimos a sua preferência parece ter ido também para o negócio das comendas, pois, entre 1825 e 1828, arrendou 9 junto da Mesa da Consciência e Ordens, também de vários pontos do país, desde Serpa a Mogadouro. Sabemos que subarrendou, pelo menos, a de S. André de Vitorino dos Piães a um indivíduo de Barcelos em Novembro de 1826⁴⁹⁶. Desde o final da Invasões Francesas que era dado como negociante da praça de Lisboa⁴⁹⁷. Entre outras coisas comerciava também azeite que recolhia num “armazem na Ribeira da Villa de Santarem” de que era proprietário, em 1815, “donde tem conduzido quantidade para a abundância desta Capital”. É nessa altura declarado como “hum dos Comerciantes de grosso tracto desta Capital matriculado na Real Junta do Comércio”⁴⁹⁸. E fazia justiça a essa designação, pois, em 1822, encontramo-lo a comprar pau-brasil num leilão realizado na Casa da Índia. Arrematou 105 quintais, 3 arrobas e 12 arráteis de pau-brasil de Pernambuco pelo preço total de 5.878\$412 réis. O leilão realizou-se no dia 14 de Maio. O curioso foi ter pago, apenas, \$814 em dinheiro, sendo o restante pagamento feito com letras pelos fornecimentos ao exército liberal desde 24 de Agosto de 1820⁴⁹⁹. Porém, não era só no negócio do pau-brasil que investia o seu capital. Arrematou também o “Subsidio [literário] da Comarca de Setubal” por tempo de 3 anos a começar em 1 de Janeiro de 1827⁵⁰⁰. Aliás, nesse mesmo ano ficamos

⁴⁹⁴ Cf. ADVC, Notários-Viana, Luís Xavier da Costa Pereira, 4.34.4.22, fl 116.

⁴⁹⁵ Cf. ANTT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 293, fl. 123-124.

⁴⁹⁶ Cf. ANTT, Extraídos do Conselho da Fazenda, Ordem de Avis, Lv 28, fl 3v-4, fl 7v-8 e fl 10v-11; Mesa da Consciência e Ordens, Lv 274, fl 30-30v, fl 31-31v, fl 35-35v, fl 36-36v; Notários-Lisboa, Cartório 7b, Cx 39, Lv 297, fl 84-85.

⁴⁹⁷ O *Almanaque de 1807* não o refere aparecendo contudo em 1812. Cf. *Almanaque de Lisboa para o ano de 1812*, p. 537.

⁴⁹⁸ Cf. ANTT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 990, doc. 14.

⁴⁹⁹ Cf. AHP, Secção I-II, caixa 53, doc. 47.

⁵⁰⁰ Cf. ANTT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 296, fl. 128v-129.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

a saber que era proprietário de “hum predio Nobre” em Lisboa⁵⁰¹. Chegou, ainda, a ser membro da Associação Mercantil Lisbonense em 1837⁵⁰².

Esta associação foi fundada por um indivíduo que não poderíamos deixar de destacar no conjunto desta elite, José Ferreira Pinto Basto. O conhecido contratador-geral dos Tabacos, entre 1809 e 1837 dedicava-se, também, ao negócio do arrendamento de dízimos. São poucos os contratos (5) onde detectámos a presença do fundador da fábrica Vista Alegre e referem-se todos a comendas⁵⁰³. Curiosamente, em três deles ficou como fiador do acima nomeado Sebastião José Ferreira e nos outros dois actuou como seu sócio ao lado de outros negociantes, isto, entre 1819 e 1826⁵⁰⁴. O primeiro, com um valor anual superior a 14 contos de réis, é realizado dois anos apenas após a sua vinda para Lisboa e refere-se à Comenda de S Marinha de Avanca, precisamente, da região de Aveiro, onde fundou importantes fábricas de moagem e soda⁵⁰⁵.

Por este e pelos restantes exemplos podemos verificar que os grandes contratadores de dízimos, em especial, os que viviam em Lisboa, Braga ou, mesmo, Guimarães não se restringiam a este negócio, apesar dos lucros que poderiam com ele conseguir. Pensamos, aliás, que faziam dele um complemento para as restantes actividades, em especial, os de Lisboa. Por um lado, os grandes capitais que geriam e/ou os avultados bens que possuíam davam-lhes margem de manobra suficiente para garantirem grandes contratos de dízimos. Por outro lado, usavam esses mesmos

⁵⁰¹ Cf. ANTT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 1560, doc. 6.

⁵⁰² Cf. Almanaque Estatístico de Lisboa em 1837, p. 217.

⁵⁰³ O facto de termos encontrado poucos contratos com este indivíduo pode, em parte, estar relacionado com o método que adoptámos na pesquisa e recolha dos contratos. Como é óbvio, o mesmo se aplica a outros rendeiros. Cf. nota 245.

⁵⁰⁴ Cf. ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Lv 273, fl 63, Lv 274, fl 92-92v e fl 93-93v; Notários-Lisboa, Cartório 9b, Cx 48, Lv 234, fl 56v-57v e Cartório 15, Lv 853, fl 25v-27.

⁵⁰⁵ Sobre a vida e negócios de José Ferreira Pinto Basto veja-se AAVV, Dicionário Enciclopédico da História de Portugal, Lisboa, Publicações Alfa, Vol. II, 1985, pág. 113.

contratos, certamente, para fazer florescer as outras actividades⁵⁰⁶. Será mera coincidência, por exemplo, que um grande negociante como Pinto Basto arrende dízimos (nos quais os cereais tinham um peso fundamental, como vimos) precisamente na região onde possuía uma fábrica de moagem? É evidente que não.

5.4.5. Sócios, fiadores e família: a gestão dos contratos de dízimos

Já atrás referimos alguns exemplos de sociedades, mas, essencialmente, aquelas que resultavam de contratos registados nos tabeliães. Contudo, cremos que são muitos os casos de associações informais. Referimo-nos à junção de dois ou mais rendeiros para contratarem determinadas rendas e, também, à ligação entre os rendeiros e os seus fiadores. Neste particular, daremos uma especial atenção às relações familiares que são relativamente frequentes no universo dos rendeiros de dízimos. Porém, não iremos esquecer os contratos de sociedade formais, no sentido de verificar como se organizavam os rendeiros para a gestão de grandes volumes de rendas contratadas.

Não temos dados suficientes que nos permitam fazer afirmações sobre a duração da maior parte das sociedades e o âmbito dos seus negócios. São poucos os exemplos em que tal acontece e restringem-se às cidades de Lisboa e Porto⁵⁰⁷.

Para esta última cidade podemos destacar o caso dos negociantes Narciso José Alves Machado e José António do Nascimento Ferreira que, para além de comendas,

⁵⁰⁶ Esta polivalência dos negociantes é atestada por Jorge Miguel Pedreira em *Os homens de negócio...*, pp. 62, 63, 76 e 105.

⁵⁰⁷ Nuno Madureira já tinha, em parte, chamado a atenção para algum individualismo no seio dos negociantes contrapondo, porém, um maior “individualismo do negociante nortenho” ao “associativismo pragmático e polivalente do lisboeta” Cf. *Mercado e Privilégios...*, pág. 113. A exceção a esta regra parecem ser as “sociedades familiares” de que falaremos adiante.

formam sociedade, também, para a gestão da cobrança do subsídio literário de Viana, como já deixámos apontado atrás ao falar das residências dos rendeiros⁵⁰⁸.

Para a capital o caso mais evidente e também o mais interessante, para além do que ainda há pouco citámos entre Sebastião José Ferreira e José Ferreira Pinto Basto, é o de João Ferreira Troca, Domingos José de Miranda e Feliciano Ramires da Mata. Sobre o primeiro não vamos, agora, adiantar muitos pormenores pois será alvo de destaque no final deste capítulo. Sobre o segundo já dissemos algo umas poucas de linhas acima. O terceiro era, também ele, negociante em Lisboa, morava “às Cruzes da Sé” e sabemos que tinha uma “loja de bacalhau” na Ribeira Velha⁵⁰⁹. Os três são sócios no contrato das rendas da Patriarcal, sociedade que estendem a outras rendas, por vezes, de uma forma curiosa. Já referimos que Domingos José de Miranda tinha contratado o Subsídio Literário de Setúbal em 1827. Após esta arrematação forma sociedade com João Ferreira Troca para ambos gerirem a renda⁵¹⁰. Por sua vez, este último arrematou, em conjunto, com Feliciano Ramires da Mata o mesmo imposto, nos mesmo anos, para a comarca de Santarém. No mesmo tabelião e numa escritura imediatamente seguinte à da anterior sociedade, estes dois contratadores firmam nova parceria com Domingos José de Miranda⁵¹¹.

Será que esta forma de actuar não constituía um prenúncio de fraude nas arrematações? Será que um mesmo tipo de esquema não acontecia com os dízimos? Provavelmente, apresentar-se-iam como concorrentes nas licitações para aí jogar de forma fraudulenta com os lanços, ou abster-se-iam de concorrer, aparecendo, depois, como sócios na gestão das rendas assim conseguidas. Não temos elementos seguros que comprovem esta hipótese, mas é uma forma de actuação, no mínimo, curiosa.

⁵⁰⁸ Cf. ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Lv 274, fl 10-10v e fl 11-11v e ADVc, Notários-Valença, Luís José de Sousa Caldas, 4.56.2.39, fl 79v-80v.

⁵⁰⁹ Cf. ANTT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 294, fl. 94v e lv. 296, fl. 129.

⁵¹⁰ Cf. ANTT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 296, fl. 128v-129.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Outra processo de detectar sociedades é através da verificação da permanência dos mesmos rendeiros e fiadores em vários contratos, por vezes, invertendo os seus papéis⁵¹². Não são abundantes os exemplos, porém, os que encontrámos são muito interessantes.

Veja-se o caso de José Maria Fernandes, negociante em Darque, Barcelos, e de Francisco José de Matos Prego, capitão em Moreira de Lima, concelho de Ponte de Lima. Entre 1827 e 1833 participam em, pelo menos, 8 contratos de rendas de entidades tão variadas como conventos, o Cabido Primaz e a Igreja Patriarcal de Lisboa. Uma vez ficava o primeiro como rendeiro e o segundo como fiador, noutros contratos invertiam-se as posições⁵¹³. Seria esta entre-ajuda apenas isso ou funcionaria esta associação de interesses como uma verdadeira sociedade? Inclina-mo-nos para a segunda hipótese, pela frequência com que ocorrem os exemplos e pela sua permanência no tempo.

Um caso ainda mais interessante é o de Sebastião José da Costa, José Ribeiro e Domingos José Gonçalves. O primeiro morava em Azurém, concelho de Guimarães, e, entre 1823 e 1831, esteve particularmente activo no que dizia respeito aos arrendamentos de dízimos da Colegiada de Guimarães e do Mosteiro de Santa Marinha da Costa. Para 1826, 1827 e 1828, em 6 desses contratos, 2 deles do mosteiro, foi possível verificar que José Ribeiro, padeiro em Guimarães, e Domingos Gonçalves, negociante na mesma cidade, ficaram sempre como seus fiadores⁵¹⁴. Contudo, esta “sociedade” funcionava igualmente em sentido inverso. José Ribeiro, em 17 de Julho de

⁵¹¹ Cf. ANTT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 296, fl. 129-129v.

⁵¹² Esta alternância foi igualmente detectada para o século XVIII no caso dos rendeiros da Universidade de Coimbra. Cf. Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra...*, pág. 700.

⁵¹³ Cf. ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 935, fl 86-87v, Lv 938, fl 27v-28v, Lv 940, fl 35v-37 e fl 66-67v, Lv 941, fl 2v-3v e fl 132-133v; António José Gomes Chaves, Lv 175, fl 18v-20; ADV, Notários-Viana, Fernando dos Reis Lemos Júnior, 4.34.4.31, fl 28-29.

⁵¹⁴ Cf. AMG, Notários-Guimarães, Paulo José de Freitas, N 1512, fl 97v-98v, N 1514, fl 17-18v, fl 20-21v, fl 82-84, fl 84-86; Nicolau Teixeira de Abreu, N 1397, fl 88v-89v. É provável que para os restantes

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

1827, precisamente, no mesmo dia em que tinha ficado como fiador num dos referidos contratos arrenda ele à Colegiada de Guimarães as rendas da igreja de Conde (S Martinho). Quem ficou como seu fiador? Os já nossos conhecidos Domingos José Gonçalves e Sebastião José da Costa⁵¹⁵. Aliás, este último tinha sido rendeiro dos mesmos dízimos no contrato anterior de 1825 a 1827, volta a sê-lo no contrato seguinte de 1829/1831 para, uma vez mais, ser substituído por José Ribeiro⁵¹⁶.

Existia assim uma rotatividade dos rendeiros nas mesmas rendas que, à primeira vista, poderia passar por concorrência, mas que, verificando de forma atenta, resulta numa sociedade. Teria esta forma de gestão das arrematações consequências para os proprietários de rendas? É difícil de o afirmar com toda a certeza, porém, nesta última renda que temos vindo a seguir o certo é que os valores dos contratos constantemente desceram: 204\$200 réis em 1825, 204\$000 em 1827, 190\$000 em 1829 e 143\$000 em 1831. Uma queda relacionada com a conjuntura a que, aliás, já fizemos referência? Possivelmente, mas tendemos a considerar válida, para o caso dos dízimos, a tese de Nuno Madureira sobre os contratos de exclusivo da Coroa. Nestes existia uma tendência para uma certa “inércia nos preços de contrato por altura da renovação”. “De um período ao seguinte, as *sociedades* de negociantes mostram-se avaras e os acréscimos no arrendamento são mínimos.” “Obviamente, esta ideia tem subjacente uma outra, que a economia de licitação de contratos é uma economia não concorrencial onde os lances são definidos em condição de desigualdade dos potenciais interessados.”⁵¹⁷

contratos se mantivesse esta ligação mas, para esses, só temos como fonte o Livro dos arrendamentos das igrejas da mesa capitular da colegiada que fornece apenas o nome do rendeiro.

⁵¹⁵ Cf. AMG, Notários-Guimarães, Paulo José de Freitas, N 1514, fl 18v-20.

⁵¹⁶ Cf. AMG, Colegiada de Guimarães, Livro dos arrendamentos das igrejas da mesa capitular da colegiada, p. 443, 445 e 447.

⁵¹⁷ Cf. Mercado e Privilégios..., pág. 107(sublinhado nosso). É certo que o autor se refere aos grandes contratos de exclusivos que implicavam avultadas aplicações de capital, porém, também é certo que se refere a Lisboa e aos grandes negociantes homens que tinham uma grande capacidade financeira. Cremos, assim, que o fenómeno seria semelhante, na província, numa escala diferente.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Contudo, para além dos casos de sociedades citados acima, aqueles que nos surgem com maior frequência e, também, com acrescido interesse são, sem dúvida, os que envolvem membros de uma mesma família. Existiam autênticas “empresas” familiares no negócio dos dízimos.

A família Arantes da freguesia de Lage, concelho de Larim, é disso exemplo. Em 1826, Domingos José de Arantes subarrenda de um negociante de Braga a Comenda de S Salvador de Bravães. O seu pai, Francisco Xavier de Arantes, fica, então, como fiador⁵¹⁸. No ano seguinte é a vez de Domingos José apresentar fiança dos seus bens para garantir o contrato, também de subarrendamento, das rendas da igreja de Boivães feito pelo seu filho, Francisco José de Arantes. Foi fiador neste contrato o irmão deste último, Francisco Xavier de Arantes Campo⁵¹⁹. São três gerações, pai, filho e netos, a trabalhar em conjunto na cobrança dos dízimos.

Neste exemplo detectámos apenas dois contratos e somente dois anos. Porém, para outros casos é possível verificar a permanência destas associações ao longo de vários anos. Os irmãos Costa, Domingos José e António José, moradores em Braga, actuam por diversas vezes em conjunto e não só nos contratos que envolviam dízimos. O primeiro, tendo sempre por fiador o seu irmão, em 1826, subarrenda de Manuel José Ribeiro da Silva, comerciante de Braga, diversos ramos das rendas da Patriarcal. No ano seguinte surpreendemo-lo a arrendar a cobrança das medidas e foros da Misericórdia de Braga. Em 1830 contrata directamente com a Patriarcal as rendas da igreja de S Tiago da Cruz e subarrenda, novamente de Manuel José Ribeiro da Silva, as das igrejas de S Vítor de S Lázaro e de Apúlia, pertencentes ao Cabido Primaz. Em 1831 contrata directamente com o Cabido as rendas das igrejas de S Tiago (Sé) e S Tiago da Cividade, da cidade de Braga. Neste último caso recebe o apoio de outro fiador, Domingos José da

⁵¹⁸ Cf. ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 177, fl 44-45.

⁵¹⁹ Cf. ADB, Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv 935, fl 71-72.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Costa, armador, precisamente, seu sobrinho e filho de António José da Costa⁵²⁰. Assim, desde 1826 até 1833, data em que termina o último contrato, estes irmãos contratam diversas rendas, actuam de facto como se de uma sociedade se tratasse, apesar desta nunca ser expressamente declarada.

É, pelo menos, evidente que os familiares se ajudavam mutuamente para conseguir contratar os dízimos ou outras rendas. Pais são fiadores dos filhos; estes ficam como fiadores dos seus progenitores; irmãos trabalham em conjunto; sobrinhos e tios assinam os mesmos contratos⁵²¹. A família associava-se para garantir as fianças necessárias à realização dos contratos, mas também para contratarem em conjunto. Suspeitamos que alguns dos exemplos acima mencionados, apesar de terem uma relação rendeiro/fiador, resultavam na prática numa gestão em comum da cobrança das rendas. Mas há casos em que expressamente irmãos se unem para em conjunto contratarem algumas rendas.

Estas sociedades podiam ter por objectivo a reunião de capitais suficientes para a contratação da renda ou uma conjugação de esforços para uma melhor gestão do negócio. Como exemplo do primeiro caso podem ser referidos os irmãos António Lourenço do Alferes e Pedro Lourenço do Alferes, moradores em Seixas, que, em 1827, contratam com António José Xavier e Silva, negociante em Caminha, o subarrendamento da Comenda de S Pedro de Seixas e Lanhelas pelo valor anual de 1.425\$000 réis⁵²². O montante envolvido era elevado o que, só por si, justificava a associação.

Em relação ao segundo objectivo, o caso dos irmãos Custódio José Fernandes Dias e Manuel José Fernandes Dias, ambos negociantes, o primeiro residente no Porto e o

⁵²⁰ Cf. ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 177, fl 67-68; Manuel Martins da Silva, Lv 936, fl 6-7; Lv 939, fl 7-9; Lv 940, fl 55v-57; António José Gomes Chaves, Lv 173, fl 101-102.

⁵²¹ Fernanda Paula Sousa Maia refere um exemplo destes negócios familiares. Cf. “A Renda e Rendeiro...”, pp. 642 e 643. Estas relações familiares entre rendeiros foram também detectadas no bispado de Córdoba. Cf. Maria Dolores Muñoz Dueñas, El diezmo en el obispado de Córdoba, (1750-1845), Córdoba, Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1988, pág. 373.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

segundo em Braga é, sem dúvida, interessante. Em 28 de Junho de 1826, em conjunto com Francisco José de Araújo, negociante em Lisboa, contratam com o Conde de Valadares, num notário da capital, o arrendamento da Comenda de S Maria de Vila Cova⁵²³. A utilidade desta sociedade parece clara: uma associação com um negociante de Lisboa que tinha, por isso, um acesso privilegiado ao proprietário da renda em questão; a junção dos capitais necessários ao negócio que implicava ainda um investimento de 800\$000 réis anuais e, finalmente, a residência de um dos sócios em Braga, mais perto do local de cobrança das rendas que compunham a comenda e/ou com uma maior facilidade de a subarrendar a terceiros. E, efectivamente, é o que acontece, embora por motivos imprevistos. O contrato tinha a duração de 4 anos e o primeiro deles parece ter corrido com normalidade. Porém, em 1827 Manuel José Fernandes Dias morre e a viúva, aparentemente, vê-se na obrigação de fazer um subarrendamento. Talvez esta situação explique o facto de, em conjunto com o cunhado, não ter conseguido mais do que os referidos 800\$000 réis, quando, em 9 de Junho de 1827, contratou a cobrança dos três anos seguintes com Bento Pereira Barreto, morador em Punhe⁵²⁴.

Para esta sociedade não tivemos conhecimento da existência de um contrato que a formalizasse. Porém, uma outra em moldes parecidos, mas já fora do âmbito familiar, é descrita nas notas de um tabelião de Viana. José António Martins Viana, negociante na capital do Alto Minho, em Março de 1827, firma uma sociedade para gerir a cobrança das rendas da comenda de S Cristina de Afife com António Luís Pereira, também ele de Viana, Tomás Alves Conceição, negociante em Afife, e Manuel Gomes Costa, negociante do Porto. Temos aqui alguns pontos de contacto com o exemplo anterior. Uma junção de interesses entre dois sócios que vivem em Viana, provavelmente os

⁵²² Cf. ADVC, Notários-Caminha, José Joaquim de Sousa, 4.11.1.18, fl 41-42v.

⁵²³ Cf. ANTT, Notários-Lisboa, Cartório 9b, Cx 48, Lv 234, fl 48v-49v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

capitalistas da sociedade que implicava um pagamento anual de 805\$000 réis, e um terceiro que mora na freguesia onde seriam cobradas as rendas, um possível administrador. Aparece-nos ainda um quarto elemento, do Porto. Porquê? O contrato de sociedade também nos responde a esta questão. Tinha sido precisamente naquela cidade, em Dezembro de 1826, que a sociedade tinha subarrendado a referida comenda das mãos de Sebastião José Ferreira, negociante em Lisboa⁵²⁵.

Pelas informações recolhidas por outros autores, para diferentes épocas e regiões, tínhamos a noção de que este tipo de associação de interesses era frequente⁵²⁶. Os dados agora analisados permitem definir com uma clareza reforçada, cremos, os contornos dessa realidade, pelo menos, para os finais do Antigo Regime e no que ao Arcebispado de Braga diz respeito. Pensamos estar na presença de associações de interesses, é certo, mas um pouco mais complexas, onde podemos detectar uma estratégia de gestão bem definida e onde a cada membro da “sociedade”, formal ou informal, cabe uma função específica de angariação, de financiamento e de administração dos contratos.

Pensamos ser útil terminar esta análise com a descrição daquele que é, precisamente, o mais importante contrato de sociedade sobre dízimos que tivemos oportunidade de encontrar. Referimo-nos à sociedade formada em 1825 para gerir a totalidade das rendas da Patriarcal no conjunto do país. O contrato, ou melhor, o conjunto de contratos realizados com aquela instituição foram celebrados em 5 de Junho de 1825 pelo valor de 112.152\$000, além das “propinas” e outras despesas. A 5 de Dezembro do mesmo ano é assinado o contrato que estabelecia a sociedade. São sócios João Ferreira Troca, Domingos José de Miranda, Feliciano Ramires da Mata, José

⁵²⁴ Cf. ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv 179, fl 8-8v.

⁵²⁵ Cf. ADVC, Notários-Viana, Luís Xavier da Costa Pereira, 4.34.4.22, fl 116.

⁵²⁶ António Eiras Roel fala de associações entre “un socio industrial (arrendatario de diezmos) y un socio capitalista (fiador)”. Cf. “Evolucion del producto decimal en Galicia...”, pág. 58. Veja-se ainda Maria Dolores Muñoz Dueñas, *El diezmo en el obispado de Córdoba...*, pp. 371 e 373 e Angel I. Fernández González, *A fiscalidade eclesiástica...*, pág. 618.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Maria Cró, José Joaquim Teixeira, Francisco Fernandes de Miranda, José Gaspar e Joaquim Ferreira Duarte, todos eles negociantes e todos de Lisboa.

A escritura de sociedade estabelece as posições e funções dos vários sócios. João Ferreira Troca ficava como principal arrematante; Domingos José de Miranda e José Maria Cró, para além de fiadores, ficavam como “Caixas e Administradores”, encarregues das “chaves do Cofre” onde se guardariam os fundos e o dinheiro do contrato e das sublocações dos vários ramos; os restantes eram sócios e fiadores.

Entretanto, neste lapso de tempo, a burocracia com a Patriarcal deve ter decorrido, bem como as negociações para alguns subarrendamentos. O contrato iria começar a 1 de Janeiro de 1826 e duraria até 31 de Dezembro de 1829. Porém, para que os rendeiros pudessem começar a cobrar as rendas ou fazer sublocações tinham de esperar que lhes fosse passado um “Alvará de Correr”, através do qual a Patriarcal transferia para os rendeiros o direito de livremente cobrarem as rendas que lhe eram devidas. Esse documento só é elaborado em 14 de Fevereiro de 1826. Apenas 4 dias depois, encontramos o primeiro subarrendamento que, tal como todos os restantes, era rubricado por Domingos José Miranda e José Maria Cró⁵²⁷.

5.4.6. Um grande contratador de dízimos: João Ferreira Troca

Destacámos acima um conjunto de rendeiros que consideramos como a elite regional e nacional dos contratadores de dízimos. Homens de negócios que investiam grandes somas de dinheiro nos arrendamentos, tanto de rendas eclesiásticas, como de impostos e taxas diversas. Negociantes que gravitavam em torno do Estado, jogando com os seus contratos e, ao mesmo tempo, servindo de seus fornecedores, seja em

⁵²⁷ Cf. ANTT, Igreja Patriarcal de Lisboa, Lv 21, fl 191-196 e Lv 49, fl 28v-34; Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 293, fl. 123-124 e lv. 294, fl. 105v-106v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

dinheiro, seja em abastecimentos de diversos géneros. Produtos que comercializavam em lojas ou por grosso ou que produziam nas suas fábricas. Alguns juntavam a tudo isto um conjunto de bens de raiz digno de nota.

Tudo isto e um pouco mais é o resumo da vida de negócios de João Ferreira Troca, um caso exemplar e extraordinário de rendeiro de dízimos, cuja importância e influência fomos aos poucos descobrindo, a ponto de decidirmos aprofundar melhor o nosso conhecimento acerca deste indivíduo e das suas actividades. É um pouco da sua história, certamente incompleta, que aqui deixamos em jeito de conclusão a este capítulo.

Era natural de S. Antão do Tojal e filho de Veríssimo Ferreira. Terá nascido cerca de 1770⁵²⁸. As primeiras notícias que temos dele datam de inícios do século XIX. Era já nessa altura, com pouco mais de 30 anos, um homem de grandes capitais e alguns bens de raiz que começava a diversificar os seus interesses. Ainda antes das Invasões Francesas dedicava-se ao empréstimo de dinheiro a juros, aparentando ser credor privilegiado de militares. Em 1807 tinha emprestado a um coronel de milícias a módica quantia de 7.160\$000 réis, dívida de que ainda se encontrava credor em 1814, aparentemente, por causa das campanhas militares⁵²⁹. Para além deste empréstimo tinha feito um outro, numa data anterior a 1809, em conjunto com um sócio, Joaquim José Marrocos. Desta feita eram “largas somas de dinheiro” emprestadas a José Joaquim de Miranda, capitão de cavalaria. Como este não conseguia pagar a dívida, os credores, em 1809, exigiam a penhora de todos os seus bens e rendas⁵³⁰.

É provável que esta tenha sido uma das formas com que iniciou a sua caminhada rumo à categoria de grande proprietário, de homem “que vive de seus bens”, como era denominado nos vários contratos que encontramos cerca de 20 anos mais tarde. Certo é

⁵²⁸ Em 13 de Março de 1816 são-lhe atribuídos 46 anos de idade. Cf. ANTT, Registo Geral de Mercês, lv. 1, fl. 354v.

⁵²⁹ Cf. ANTT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 715, doc. 31 e Maço 1205, doc. 125.

⁵³⁰ Cf. ANTT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 1475, doc. 6.

que, já em 1807, era proprietário de duas herdades, “de Matta Lobinhos e Lombo do Bispo”, na vila de Coruche. Propriedades que andavam arrendadas a José Pires Algibebe, morador na dita vila, o qual João Ferreira Troca queria “expulçar” uma vez que pretendia “cultivar por sua conta as referidas herdades estabelecendo a competente lavoura, abiguaria, e criação de gados de que he capaz”⁵³¹. Em 1809 alcança a sua pretensão e toma conta das ditas propriedades⁵³². E a sua capacidade ficou demonstrada, pois em 1821 tinha, já, “enormes rebanhos” a pastar em Évora (Alcobaça)⁵³³.

Porém, não era homem de uma só actividade e, em simultâneo com a criação de gado, este “poderoso negociante e financeiro” investia, ou garantia os investimentos de outros, um pouco por todo o Reino⁵³⁴. Em 1812, morando em Lisboa, ficou como fiador de Francisco Cândido Ferreira (morador na vila da Lourinhã) no contrato das sisas das cavalgaduras que principiou em Janeiro, pelo tempo de 3 anos e preço anual de 5.135\$000 réis⁵³⁵. Em 1815, foi fiador de Francisco Rodrigues Camarate (morador em Lisboa e com “Loga de Confeiteiro”) no contrato do subsídio literário de Torres Vedras, igualmente, por 3 anos e implicando um investimento anual de 7.120\$000 réis. Em 1816, foi fiador de José Maria Cró, precisamente, um dos negociantes que viria a ser seu sócio no contrato com a Patriarcal, nove anos mais tarde. Neste caso, a associação deveu-se a um contrato sobre o subsídio literário de Leiria no valor anual de 4.500\$000 réis⁵³⁶. No ano seguinte, é a sua vez de arrematar no Conselho da Fazenda o contrato da Prebenda de Coimbra, por 4 anos e por 32.600\$000 réis, a começar em 1 de Janeiro de 1817. Foram seus fiadores Francisco José de Araújo e José Joaquim Teixeira, ambos de

⁵³¹ Cf. ANTT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 397, doc. 15.

⁵³² Cf. ANTT, Chancelaria de D. João VI, Lv. 11, fl. 274.

⁵³³ Cf. José Tengarrinha, *Movimentos Populares...*, Vol. II, pág. 212.

⁵³⁴ A expressão é de José Tengarrinha, quando descreve a intervenção de João Ferreira Troca num contrato sobre direitos banais, em 1816, em Penela, e é confirmada pelos valores dos contratos que descreveremos a seguir. Cf. *Movimentos Populares...*, Vol. II, pp. 104-105.

⁵³⁵ Cf. ANTT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 121, fl. 53v.

⁵³⁶ Cf. ANTT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 121, fl. 117v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

Lisboa⁵³⁷. Este último seria outro dos seus sócios em 1825. Por aqui se vê, igualmente, que a relação rendeiro/fiador era, por vezes, bem mais do que uma simples “associação de interesses” momentânea ou casual.

Também no caso de João Ferreira Troca nos apercebemos de um outro tipo de relações de que falámos acima e que envolviam membros de uma mesma família. Não temos a certeza se o atrás referido Francisco Cândido Ferreira seria seu familiar, mas não deixa de ser curioso que a mesma renda, num contrato a começar em 1818, fosse arrematada pelo filho de João Ferreira Troca, António Ferreira, pelo valor anual de 7.266\$666 réis, tendo o pai ficado como fiador⁵³⁸. O mesmo aconteceria, acumulando, por vezes, com a posição de seu sócio, em 1818, no contrato das “Terças de Mirandella”; novamente, sobre a sisa das cavalgaduras em 1821; sobre o subsídio literário de Santarém em 1824; ou, uma vez mais, sobre a sisa das cavalgaduras em 1830 e 1833⁵³⁹.

Logo a seguir ao Triénio Liberal e, provavelmente, aproveitando a abundante criação de gado, encontramos-lo como proprietário de uma fábrica de curtumes. Criada por provisão régia de 10 de Março de 1824 localizava-se na Junqueira, Lisboa, e produzia “solla, besêrros, carneiras e cordovões [sic]”. Em 1826 empregava 1 mestre, 13 oficiais, 2 aprendizes e 23 serventes, utilizava como matéria-prima “couros e peles verdes” e era uma fábrica “muito florescente”⁵⁴⁰. Porém, não era a única que possuía pois, pela mesma altura, “na Villa de Alhandra”, tinha também “humas Fabricas de telha, e tijollo” na qual, em 1829, empregava 9 mestres e 13 oficiais⁵⁴¹. Fábricas que sabemos

⁵³⁷ Cf. ANTT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 121, fl. 123.

⁵³⁸ Cf. ANTT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 121, fl. 124v. Esta relação de parentesco foi confirmada, não só, pela morada que era a mesma para os dois mas, também, pelo que é afirmado num outro contrato uns anos depois. Cf. *Idem*, Lv. 122, fl. 45v.

⁵³⁹ Cf. ANTT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 121, fl. 126, fl. 168, fl. 187 e Lv. 122, fl. 106v, fl. 133v.

⁵⁴⁰ Cf. AHMOP, Junta do Comércio, 12 (1826-1828).

⁵⁴¹ Cf. ANTT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 625, doc. 29 e AHMOP, Junta do Comércio, 12 (1829).

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

estarem ainda em funcionamento nas vésperas da entrada das tropas liberais em Lisboa⁵⁴².

A altura em que “floresce” a sua experiência industrial é, precisamente, a época em que encontramos João Ferreira Troca numa fervilhante actividade de contratador. A Revolução Liberal não parece afectá-lo, muito pelo contrário. Um pouco antes, em 13 de Abril de 1820, arrematou o contrato da sisa das carnes de Lisboa e seu termo, por 3 anos, a começar em 1 de Janeiro de 1821, pelo preço anual de 133.040\$000 réis. Porém, provavelmente por causa da Revolução Liberal, aquele contrato foi interrompido e fez-se novo pregão que andou na “Praça nos dias 5, 6 e 7 de Novembro” de 1821. No último dia o maior lanço tinha sido novamente de João Ferreira Troca que ofereceu 110.000\$000 réis, por 3 anos, entre 1822 e 1824. Aparentemente, este lanço não foi aceite e o contrato foi de novo à praça e, uma vez mais, foi ele que fez o maior lanço, desta feita mais generoso, de 129.020\$000, em 18 de Março de 1822. Contudo, esta renda não estava a ser fácil de conseguir e mais uma vez voltou à praça. Para não variar, tornou a ser ele a fazer a maior oferta, arrematando finalmente a sisa das carnes, em 22 de Maio de 1822, por 130.000\$000 num contrato de 4 anos, a começar em Janeiro de 1822⁵⁴³. Apesar de todas as contrariedades, conseguiu poupar 3 contos de réis em relação ao contrato inicial e, ao mesmo tempo, acrescentar-lhe mais dois anos, até 1825.

Este, aliás, parece ser um ano de ouro para o nosso rendeiro. Recordemos que, em Julho, ficou como principal arrematante da totalidade das rendas da Igreja Patriarcal no valor de cerca de 112 contos anuais. Porém, já desde 1823 que trazia arrematadas várias rendas, entre elas, a sisa das cavalgaduras na Alfândega das Sete Casas, a que junta, em 1826, o “Pescado Fresco” contratado por três anos com a Casa de Bragança, a mesa da

⁵⁴² Cf. AHMOP, Junta do Comércio, 12 (1832). Em relação à primeira a indicação que temos é para 1833 e consta de uma relação manuscrita não datada que se encontra na referida cota.

⁵⁴³ Cf. ANTT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 121, fl. 163v, fl. 173, fl. 176v e fl. 177.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

portagem, a mesa da fruta e, novamente, a sisa da mesa das carnes, esta última, em sociedade com Bernardino João Afonso e Feliciano Ramires da Mata, precisamente, outro dos seus sócios no contrato da Patriarcal⁵⁴⁴.

Com este último, aliás, parecia manter uma sólida sociedade, pois em 1825 encontram-se os dois a arrematar a renda do Subsídio Literário de Viseu, de Tomar e do Porto por 3 anos entre 1825 e 1827, algo que repetem neste último ano, desta feita, com o “Subsidio da Comarca de Santarem”. Este imposto parecia ser uma das suas apostas, pois sabemos que contratou, ainda, o subsídio literário de Castelo Branco, entre 1 de Janeiro de 1826 e 31 de Dezembro de 1828, os de Aveiro, Évora e Setúbal, entre 1827 e 1829, no último caso, em sociedade com Domingos José de Miranda, e, novamente, os de Tomar, como fiador de Feliciano Ramires da Mata, entre 1828 e 1830⁵⁴⁵. Como é óbvio e tal como acontecia com outros negociantes, o objectivo era, essencialmente, garantir o lucro com a realização de várias sublocações actuando, por vezes, em sociedade⁵⁴⁶. Esquema que aplicava tanto aos contratos régios como aos dízimos, como sabemos.

Quanto a estes, para além dos da Patriarcal, arrendou também comendas, dízimos pertencentes à Universidade de Coimbra em Enxara do Bispo, entre 1827 e 1831, e outros à Coroa em S. Tirso de Paramos, entre 1826 e 1828. Nesses mesmos anos foi ainda fiador de Feliciano Ramires da Mata no contrato dos dízimos das freguesias de Massinhata de Seixas, Vilar Maior, Sanguedo e Seixezelo, também, da Coroa⁵⁴⁷.

⁵⁴⁴ Cf. Almanaque de Lisboa para o ano de 1823, parte II, p. 103; Almanaque Português de 1826, Lisboa, p. 292, 295 e 298; ANTT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 292, fl. 120; Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 122, fl. 2, fl. 10 e fl. 18.

⁵⁴⁵ Cf. ANTT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 122, fl. 29, fl. 30, fl. 31, fl. 31v, fl. 49, fl. 49v, fl. 50v, fl. 51v e fl. 61.

⁵⁴⁶ Cf. ANTT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 293, fl. 64v-65, lv. 296, fl. 49v-50v, fl. 128v-129 e fl. 129-129v.

⁵⁴⁷ Cf. ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Lv 274, fl 1; Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 122, fl. 41 e fl. 42, Veja-se, ainda, Dulce Freire, Dízimos no Distrito de Lisboa..., pág. 97-98.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

No que diz respeito às rendas decimais, é curioso verificar que no contrato da Patriarcal, para além de ficar como arrematante principal da sociedade, contratou com a mesma tomar de subarrendamento os dízimos e mais rendas de diversas igrejas em Sintra, Loures, Tojal, Tojalinho, Caneças, Fanhões, Benfica, Frielas, Lumiar, Chamusca, Sacavém, Camarate e São João da Talha, bem como as respeitantes à terça do arcebispado de Évora e rendimentos de várias igrejas e herdades da mesma diocese. Tudo por um preço anual superior a 11 contos de réis⁵⁴⁸. Ao mesmo tempo foi fiador de José Maria Cró nas arrematações de rendas que pertenciam à Basílica de S. Maria Maior em Mafra, Ericeira, Sintra, Odivelas, Lisboa e Barcelos. Contratos esses feitos em 30 de Julho de 1825 em Lisboa⁵⁴⁹.

Em ambos os casos, se exceptuarmos Évora e Barcelos, não podemos deixar de reparar que correspondiam a dízimos a cobrar na periferia de Lisboa, os contratos que João Ferreira Troca garante fianças ou decide administrar sozinho, fora da sociedade que tinha estabelecido em Dezembro de 1825. Se a esta observação juntarmos o facto de este negociante deter, também, a partir de 1826 as rendas dos impostos que recaíam sobre diversos géneros alimentícios e a sua circulação cabe perguntar que papel e influência teria no abastecimento alimentar da capital em meados da década de 1820?

É difícil dar uma resposta a esta questão, porém, uma coisa parece certa: João Ferreira Troca era, nessa época, um dos grandes negociantes da capital. Bastará, para isso, fazermos um pequeno exercício de matemática e calcular os encargos a que estaria sujeito durante o ano de 1827 em todos os contratos que encontrámos e onde ele era principal ou único arrematante, sabendo que todas essas escrituras exigiam fianças de bens móveis e de raiz. E a soma de todos eles corresponde a uma verba que ronda os 140 contos de réis e que o coloca, segundo a classificação dos níveis de riqueza dos

⁵⁴⁸ Cf. ANTT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 295, fl. 26-26v e 128v-129.

⁵⁴⁹ Cf. ANTT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 292, fl. 64v-66v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

agrupamentos profissionais nos finais do Antigo Regime, elaborada por Nuno Luís Madureira, muito acima da média que foi achada para os “grandes negociantes”, cerca de 65 contos⁵⁵⁰. Posição essa que deve ter continuado a ocupar pelo menos até 1833⁵⁵¹.

Para além desta crescente actividade especulativa citadina, não esquecia a sua vertente de lavrador/proprietário e continuava a adquirir ou a arrendar propriedades agrícolas, inclusive, “Lisiria[s]” que, por vezes, subarrendava⁵⁵². Entre 1819 e 1825 são vários os prazos que compra nas lezírias de Vila Franca de Xira⁵⁵³. Prosseguia, além disso, com a aquisição de diversos bens espalhados um pouco por todo o país e pelos quais pagava avultadas somas, note-se, em títulos de dívida pública. Foi o caso de um campo na “Villa de Abrantes”, por 30.030\$000 réis; de uma “horta no limite da Ribeira de Abrançalha”, também, em Abrantes, por 6.597\$500; de diversos bens pertencentes a uma capela na provedoria de Aveiro, por 1.800\$635 réis; dos bens de outra em Alverca, por 1.100\$000; de um prazo na vila de Almeida, provedoria de Lamego, pertencente aos bens do extinto convento de Nossa Senhora do Loreto, por 200\$000; de um casal composto por dezanove terrenos e duas casas em Valeijas e Laveiras, concelho de Lisboa, por 7 contos de réis; de um “Casal da Charneca”, no termo de Santarém, composto por “Terras de Pão, Olival, Pastagens, e Arvores de Montado” por 7.247\$000

⁵⁵⁰ Cf. Nuno Luís Madureira, *Inventários. Aspectos do consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Economia e Sociologia Históricas, séculos XV-XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1989, pág. 61. Sabemos que este é um cálculo simplista que não leva em conta, por exemplo, o papel de alguns fiadores nos contratos, porém, não deixa de ser um valor indicativo e, mais do que isso, impressionante. Cf. ANTT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 293, fl. 123-124; Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 122, fl. 1v, 10, 18, 29, 31, 31v, 41, 49, 49v, 50v e 51v. Apesar de se referir, essencialmente, a finais do século XVIII, compare-se esta visão do homem de negócio com a que nos é dada por Jorge Miguel Pedreira para os negociantes de Lisboa. Cf. *Os homens de negócio...*, pp. 62, 63, 76 e 105.

⁵⁵¹ São várias as rendas que volta a arrematar nos períodos seguintes aos acima indicados. Veja-se por exemplo os contratos das sisas das carnes e da fruta de 1829, 1830 e 1832 ainda e sempre acompanhado por Feliciano Ramires da Mata. Cf. ANTT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 122, fl. 105v, 108v e 132v.

⁵⁵² Cf. ANTT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, cx 29, lv. 292, fl. 77v-78, lv. 297, fl. 1v-2.

⁵⁵³ Cf. ANTT, Chancelaria de D. João VI, Lv. 30, fl. 200, Lv. 40, fl. 202 e Chancelaria de D. Pedro IV – Usurpação, Lv. 12, fl. 64-68v.

5. O Sistema de Cobrança dos Dízimos

réis; e, por fim, de uma propriedade da extinta Inquisição em Avis, provedoria de Évora, por 700\$000. Tudo isto apenas entre 1823 e 1829⁵⁵⁴.

Não admira, por tudo o que temos vindo a referir, que neste último ano declare que “a sua caza, e cazal se acha embaraçada com muitos Contratos Reaes e outras transacções dependentes de grande apure, e liquidação, sendo outro sim certo que pela immensidade de Bens de Raiz, sitos em diversas Províncias”, não tinha ainda conseguido concluir o inventário dos seus bens que lhe era exigido por morte de sua mulher, D. Rosa Maria do Espírito Santo⁵⁵⁵. Tinha vários filhos, todos maiores em 1829. Um já conhecemos, era António Ferreira e parecia seguir os negócios do pai. Outro deles chamava-se João Ferreira da Luz e era, em parte, por causa da morte deste, ocorrida, também, em 1829, que em 1833 ainda não tinha concluído o dito inventário. Mantém, então, o mesmo discurso sobre a sua “casa” que era “summamente grande, e com Bens em diversas partes, ou para melhor dizer em quasi todo o Reino, estando outro sim complicada athe com Contratos Reais”⁵⁵⁶.

Morava, pelo menos, desde 1812 na Rua do Príncipe ao Passeio Público, n.º 68, local onde se deslocavam, quase sempre, o tabelião e as várias partes envolvidas nos diversos contratos que celebrava, sendo este, pensamos, mais um sinal da importância e influência deste grande contratador de dízimos que, contudo, em todas as escrituras assinava somente de cruz! Faleceu em 1840⁵⁵⁷.

⁵⁵⁴ Cf. ANTT, Chancelaria de D. João VI, Lv. 19, fl. 171 e Lv. 27, fl. 219; Chancelaria de D. Pedro IV, Livro 10, fl. 63v; Chancelaria de D. Pedro IV – Usurpação, Livro 8, fl. 113-113v, Livro 9, fl. 139-140v, fl. 140v-141v, fl. 141v-142v e Lv. 12, fl. 79v-81.

⁵⁵⁵ Cf. ANTT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 735, doc. 47 e Maço 341, doc. 19.

⁵⁵⁶ Cf. ANTT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 350, doc. 16 e Maço 675, doc. 60; Chancelaria de D. Pedro IV – Usurpação, Lv. 17, fl. 76v.

6. Conclusão

“O historiador (...) está consciente de que escolhe, [na história da humanidade], aquilo de que fala e, assim fazendo, coloca, a esse passado, questões selectivas. Por outras palavras, constrói o seu objecto de estudo delimitando não só o seu período, o conjunto dos acontecimentos, mas também os problemas colocados por esse período e por esses acontecimentos, e que terá de resolver.”⁵⁵⁸

Que características assumia o dízimo no final do Antigo Regime? Que produtos agrícolas eram alvo desta prestação eclesiástica? Como e por quem era repartido o produto decimal? Como era administrada a sua cobrança?

Estes eram alguns dos “problemas colocados” quando iniciámos o nosso estudo. À medida que lhes procurávamos dar resposta, outros foram surgindo. Os valores que tínhamos reflectiriam a produção agrícola bruta? Que peso tinham os laicos na distribuição social dos dízimos? O que era partilhado com os pobres? Quem eram os rendeiros?

Com o decorrer do trabalho novas perspectivas se foram impondo. Como estava organizado institucional e geograficamente o arcebispado de Braga, alvo da nossa análise? Que relações se estabeleciam entre os diferentes beneficiários dos dízimos? E entre estes e os rendeiros? Constituiriam os indivíduos que se dedicavam à cobrança de dízimos um grupo social e economicamente homogéneo?

Chegada a altura da conclusão resta saber se teremos formulado “as boas questões”, nas palavras de François Furet. Nas linhas que se seguem, procuraremos

⁵⁵⁷ Cf. Dulce Freire, Dízimos no Distrito de Lisboa..., pág. 97.

⁵⁵⁸ François Furet, A Oficina da História, Lisboa, Gradiva, s.d., pág. 84.

6. Conclusão

responder às que foram enunciadas, sistematizando e realçando as ideias elaboradas ao longo deste estudo.

Sabíamos, à partida, que a época que escolhemos não era fácil, se é que existem épocas fáceis na História. O estudo do período entre a Revolução de 1820 e o final da Guerra Civil, em 1834, só pelos acontecimentos nomeados, uma revolução e uma guerra, afigurava-se complicado, mas tinha vários aliciantes: uma época de transição, na qual as mutações se apresentavam muito dinâmicas e significativas; um terreno, em parte, desconhecido e, ainda, por desbravar; um corte temporal bem definido e para o qual dispúnhamos de um conjunto de fontes com muita informação e dados interessantes.

Aqueles que seleccionámos abrangiam uma parte significativa, tanto da diocese de Braga, como da província do Minho, no final do Antigo Regime. Correspondiam, em grande medida, às comarcas eclesiásticas de Braga e Valença e às civis de Barcelos, Braga, Guimarães, Viana e Valença.

A divisão do arcebispado era, tanto ao nível da diocese, como das comarcas eclesiásticas, muito diferente das circunscrições civis. Estas, quer no que dizia respeito às comarcas, quer aos concelhos, eram caracterizadas por descontinuidades geográficas e encravamentos que lhes conferiam um aspecto de quase “irracionalidade”, algo que não acontecia na divisão eclesiástica de topo.

As circunscrições civis estavam, isso sim, mais próximas das áreas visitacionais, cuja definição correspondia, essencialmente, a critérios de privilégio eclesiástico e económico. Mesmo neste caso, contudo, foi possível verificar uma diferença clara entre as áreas de visita de Trás-os-Montes e as do Minho. As primeiras, basicamente, mantinham alguma coerência geográfica, que detectámos para as comarcas

6. Conclusão

eclesiásticas, para o que contribuía o facto de serem zonas do arcebispado ainda controladas directamente pelo prelado, ou pelos seus representantes directos, e onde não se fazia sentir tanto a influência de outras entidades muito importantes no governo da diocese, como eram o cabido bracarense, as colegiadas e os respectivos membros. No Minho, através da presença destes poderes, por vezes, concorrentes e com a distribuição espacial das suas áreas de influência, as visitas formavam uma teia de interesses que se foi tornando cada vez mais complexa com o passar dos séculos.

Tanto no Minho, como em Trás-os-Montes, esta organização espacial eclesiástica era determinante na própria distribuição social do produto dos dízimos, especialmente, entre as várias entidades ligadas ao clero secular do arcebispado: o bispo, o cabido, as colegiadas, as dignidades e os cónegos.

Abaixo das visitas a Igreja estava representada territorialmente através de uma apertada malha de paróquias que, no caso do arcebispado de Braga, correspondiam a cerca de 1290 nos inícios do século XIX. Estas tinham uma tipologia própria ligada a uma hierarquia expressa em termos institucionais e económicos que, neste último caso, se reflectia, também, nos párocos que as regiam. Abadias e priorados destacavam-se das restantes nas duas vertentes, sendo seguidas pelas reitorias, vigararias e curatos. A diocese bracarense era constituída, essencialmente, por vigararias e abadias que representavam cerca de 2/3 do total das suas paróquias.

À frente de todas elas estava um clero paroquial ainda bastante numeroso, em termos de Antigo Regime. Os párocos, em conjunto com o restante clero secular, representavam cerca de 1% da população total do arcebispado, nas primeiras décadas de oitocentos.

No caso das comarcas eclesiásticas de Braga e Valença, este clero servia uma população caracterizada por uma forte densidade populacional, que se concentrava,

6. Conclusão

particularmente, ao longo dos cursos de água e em alguns centros urbanos relativamente importantes, como Braga, Guimarães ou Viana.

Esta concentração populacional tinha razões históricas, mas era também muito determinada pelas condições naturais do Minho que, através da sua ampla rede hidrográfica e do seu clima ameno, favoreciam em muito a prática da agricultura, principal actividade económica da gente minhota.

Foi possível, através do inquérito de 1836, pelos valores médios da cobrança anual de dízimos, entre 1827 e 1831, traçar um quadro aproximado dessa actividade agrícola no final do Antigo Regime, para uma área relativamente abrangente. As conclusões, neste particular, não são inovadoras e não se afastam significativamente do que já era conhecido sobre a região através de várias monografias. Porém, também este facto é de destacar pela validade que confere aos dados que apurámos através das nossas fontes.

As produções cerealífera e vinícola eram as que verdadeiramente se destacavam, sendo as únicas alvo da cobrança de dízimos em todos os concelhos estudados e representando, em conjunto, cerca de 90% do total anual cobrado, quando calculado em dinheiro.

Nos cereais, reportando-nos às quantidades em géneros, o peso do milho era avassalador, com cerca de 85% do total. A grande distância aparecia o centeio (cerca de 11%) e, ainda com valores mais baixos, o trigo, não representando mais de 2,5%. Os restantes cereais eram, mesmo, insignificantes na economia agrícola da região. Havia, assim, uma primeira separação entre o cereal que melhor se adaptava às condições geográficas e climáticas do Minho (milho) e os restantes e, depois, uma separação entre

6. Conclusão

os cereais panificáveis (milho, centeio e trigo) e aqueles que não o eram (cevada e aveia).

Tanto os cereais, como o vinho, eram a base da agricultura, mas também da alimentação e – não nos podemos esquecer que falamos de uma prestação eclesiástica – estavam presentes na eucaristia através da hóstia e do cálice, o que é, significativamente, referido nas fontes a respeito dos encargos impostos em algumas dizimarias.

A seguir a estas produções aparecia a pecuária, pesca e derivados, onde, mais em termos de importância económica do que em quantidades cobradas, para além do peso esmagador do gado suíno, se destacavam a pesca de rio, as aves de capoeira, os ovinos e caprinos. Neste caso, é de referir a ausência de valores para o gado bovino, o que, como é óbvio, não pode ser entendido como um reflexo da produção, mas sim uma consequência das próprias características do dízimo.

Relativamente significativa era, ainda, a produção hortícola, representada nos dízimos, essencialmente, pelo feijão e, em menor grau, pela cebola. Dos outros produtos destacavam-se apenas a castanha, o linho e o azeite, pois os restantes não pareciam representar, quer nos dízimos, quer na produção agrícola regional, qualquer papel de relevo.

Em relação a todos os produtos declarados na cobrança de dízimos, entre 1827 e 1831, é importante realçar, por fim, dois aspectos: por um lado, eles resultavam numa extensa lista de produtos (37 ao todo, se não tivermos em conta as diferentes variedades de milho), sendo que uma grande parte deles não representavam mais do que uma resistência anacrónica da pretensa universalidade da cobrança decimal, declarada nas constituições sinodais de Braga, no século XVII; por outro, à excepção dos cereais, do vinho, do feijão e de um ou outro animal, que ainda eram o espelho da respectiva

6. Conclusão

produção, a cobrança dos dízimos, no final do Antigo Regime, variava de paróquia em paróquia, fruto do costume local e, provavelmente, da maior ou menor relutância das populações em se eximirem ao pagamento desses dízimos menores.

Neste quadro agrícola destacavam-se os concelhos de Barcelos, Guimarães e Arcos de Valdevez com mais de 1/3 da média anual de dízimos cobrados entre 1827 e 1831. Eram municípios que estavam na frente em termos do total da produção agrícola e, igualmente, no que dizia respeito aos principais produtos, casos do milho, do vinho, do feijão, do gado suíno e das aves de capoeira.

Chamámos, depois, a atenção para um segundo grupo, composto pelos concelhos de Ponte da Barca, Viana, Braga e Ponte de Lima, que, em conjunto, representavam ainda 1/5 do total de cobranças de dízimos. Eram seguidos por um terceiro grupo de municípios, mais amplo, dos quais ainda podemos realçar Monção, Coura, Póvoa de Lanhoso e Caminha, correspondendo a cada um cerca de 3% do produto decimal apurado.

Por fim, 42 concelhos, na sua maioria, de pequenas dimensões, constituídos por uma, duas, ou pouco mais freguesias e cujo rendimento em dízimos equivalia, no conjunto, a um valor inferior a 14%, ou seja, em média, em termos individuais a somente 0,3%, o que fazia com que estes municípios representassem um papel quase insignificante na economia da região, onde a actividade agrícola era, sem dúvida, predominante.

Tendo isto em mente, cabe perguntar se será mera coincidência o facto dos 21 concelhos que superam o 1% do total do rendimento decimal, tirando uma ou outra excepção, serem os que vão “sobreviver” às reformas administrativas liberais e da grande maioria dos restantes ter sido “dissolvida” nos primeiros? Pensamos que não. Como também não foi, certamente, coincidência que de uma boa parte das freguesias

6. Conclusão

que compunham o concelho de Barcelos em 1826, tão disperso geograficamente e o mais rentável em termos agrícolas entre 1827 e 1831, se atendermos aos valores dos dízimos, tenha sido criado o concelho de Famalicão cerca de dez anos mais tarde⁵⁵⁹. O desenvolvimento da agricultura não foi, certamente, o único critério para estas mudanças, mas não terá deixado de representar um factor decisivo.

Falámos em “desenvolvimento” em termos relativos, na comparação concelho a concelho, mas será que as características da cobrança dos dízimos não apontam precisamente em sentido contrário, quando observamos a agricultura minhota como um todo? Será que a análise do dízimo no final do Antigo Regime não vem demonstrar que a produção agrícola regional continuava a ser, essencialmente, uma actividade de subsistência? É certo que existiam excedentes, logo, havia exportação, havia comércio, mas ao contrário da Inglaterra, por exemplo, o capitalismo, o factor monetário não parecia ter ainda penetrado nos campos do Minho, o que talvez explique o peso quase insignificante que representavam os pagamentos de dízimos em dinheiro.

Na distribuição social do dízimo começámos por detectar dois níveis de acesso das várias entidades a esta prestação eclesiástica: o que resultava da propriedade das dizimarias e o que derivava de encargos impostos nas mesmas. As instituições e indivíduos que, exclusivamente ou na maior parte dos casos, beneficiavam dos dízimos através do primeiro nível eram, sem dúvida, os mais favorecidos, detendo a propriedade da totalidade ou de parte das dizimarias e conseguindo um rendimento, em média, muito superior aos restantes. Este rendimento era, também em termos médios, reduzido em cerca de 15% pelos encargos impostos sobre a prestação decimal e que iam beneficiar,

⁵⁵⁹ Precisamente em 1836. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1997, pp. 46-47.

6. Conclusão

então, as restantes entidades. Criava-se, deste modo, uma complexa teia de repartição dos dízimos entre os 1062 beneficiários das 607 dizimarias estudadas.

Estas podiam ser partilhadas por vários proprietários, sendo que essa partilha era sempre proporcional e que o proprietário que ficasse com a maior quota arcava com os encargos da dizimaria. Estes, por sua vez, eram sempre fixos e, na maioria, tanto em número de casos, como no valor que representavam, eram mais expressivos em dinheiro.

Nos encargos avultavam, sem dúvida, as cóngruas ao clero paroquial. Depois, as pensões em moeda pagas a diversos indivíduos, eclesiásticos ou não, resultando algumas, decerto, dos direitos de padroado e que, por vezes, representavam uma fatia considerável do rendimento das dizimarias. Importantes eram, ainda, outras pensões, mais pequenas, mas também mais generalizadas, distribuídas, por vezes em géneros, em grande medida, pelas entidades e indivíduos ligados ao governo da diocese, como a Mitra, o cabido, as dignidades e o seminário diocesano.

Os dízimos, no final do Antigo Regime e no arcebispado de Braga, continuavam, na sua grande maioria, na posse ou a beneficiar eclesiásticos. Apesar disso, a participação de laicos não era de desprezar, representando 1/5 do total cobrado anualmente entre 1827 e 1831.

Quem ficava, realmente, a perder eram as próprias igrejas, para cuja manutenção nem sempre era destinado dinheiro, e os pobres, que viam a sua teórica terça parte reduzida a uns meros 0,83%! Para as primeiras contribuía, depois, as populações, constituindo isto um encargo suplementar que acrescia aos dízimos. Aos pobres, apesar de tudo, era destinada uma parte dos dízimos, pequena, é certo, que se traduzia, fundamentalmente, nos géneros distribuídos pelo celeiro do Miço e num esforço do prelado detectável através da instituição e manutenção de recolhimentos para órfãos.

6. Conclusão

Dentro de cada um dos dois grandes grupos, eclesiásticos e laicos, existiam diversas entidades ou indivíduos que se destacavam. Nos primeiros, era o caso da Igreja Patriarcal de Lisboa, do cabido, das colegiadas e de alguns institutos regulares. No caso dos laicos o realce vai obviamente para a nobreza, para a Universidade de Coimbra e para a Casa do Infantado.

Ressaltam, significativamente, os “membros” estranhos ao “corpo” diocesano que beneficiavam dos dízimos do arcebispado e se encontravam longe, pois, fossem eles de Coimbra ou de Lisboa, o certo é que recolhiam 1/4 dos dízimos cobrados anualmente nas comarcas eclesiásticas de Braga e Valença, representando pouco mais de 7% do número total dos interessados. O produto do dízimo circulava local e regionalmente, sem dúvida, mas uma parte ainda importante deste rendimento que, em última análise, se traduzia em riqueza agrícola, saía da região e servia de sustentáculo financeiro a instituições plenas de “fausto” e “esplendor”, como a Igreja Patriarcal de Lisboa, e a um modo de vida cada vez mais necessitado de fundos, como era o da nobreza titular portuguesa no final do Antigo Regime.

Esta diversidade e dispersão de interesses prejudicava, igualmente, a principal instituição do arcebispado, a Mitra Primaz, aparecendo numa posição que poderíamos considerar modesta, no seio dos principais beneficiários dos dízimos. Contudo, é necessário levantar a hipótese desta imagem se poder alterar parcialmente, caso tivesse sido possível estudar a totalidade da diocese. Tendo em conta o que afirmámos em relação à divisão do arcebispado e à geografia de interesses nas comarcas eclesiásticas de Trás-os-Montes, será que nestas o bispo não superaria todas as outras entidades em termos de acesso aos dízimos?

Porém, no conjunto dos dois grandes grupos de interessados havia quem, sem qualquer dúvida, via consumada a fuga de uma prestação que, igualmente em teoria, lhe

6. Conclusão

deveria ser destinada. Era o caso do clero paroquial que, em termos individuais, estando mais perto dos locais de cobrança dos dízimos e exercendo as funções cultuais e pastorais que deveriam ser sustentadas por aqueles, via, literalmente, fugirem-lhe os mesmos por entre as mãos, fruto dos mais variados privilégios, costumes e abusos. Isto fazia com que uma grande parte dos párocos dependesse, depois, de outros rendimentos para completar a sua magra cômputo, como o que conseguiam retirar do passal, o que cobravam aos paroquianos pela administração dos sacramentos, ou, inclusive, o que ganhavam, por exemplo, trabalhando na cobrança de dízimos como funcionários ou rendeiros.

Apesar de tudo, se o seu rendimento médio, a nível individual, era dos mais baixos entre todos os interessados nos dízimos, permitia-lhes ainda ser incluídos na pequena minoria dos portugueses que tinham rendimentos suficientes para serem eleitores de paróquia. Havia, contudo, quem conseguisse superar largamente esse escalão, caso dos abades que mantinham a propriedade das dizimarias, o que, em termos individuais, os colocava numa posição mais ou menos confortável, chegando alguns a terem capacidade de se apresentar como elegíveis para deputados, segundo o regime da Carta Constitucional de 1826.

Apesar de se destacarem, estavam abaixo dos níveis de rendimento conseguidos pelos membros do cabido e das colegiadas, verdadeira elite do clero secular diocesano, tanto em termos de influência religiosa e de governo do arcebispado, como em termos económicos. Para a importância destes não era alheia a própria organização da diocese, cabendo, a uma boa parte deles, a jurisdição sobre zonas determinadas do arcebispado, as áreas visitacionais, através das quais exerciam o seu poder espiritual e institucional, mas onde recolham, também, benefícios económicos, a que juntavam, não só a

6. Conclusão

propriedade de algumas dizimarias, mas igualmente a partilha dos rendimentos que cabiam às instituições a que pertenciam.

Chamámos, ainda, a atenção para a ampla diversidade de interesses presentes, fossem eles eclesiásticos ou não, sendo que em pouco mais de 600 freguesias encontramos para cima de mil beneficiários: desde colegiadas riquíssimas, como a de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, a mosteiros imponentes, de onde se destacavam, em termos de conjunto, as casas masculinas e os institutos pertencentes à ordem de S. Bento; desde confrarias e capelas, a seminários e recolhimentos; desde duas câmaras municipais, para as quais o dízimo era uma importante fonte de recursos, à nobreza, passando por um número impressionante de pensionistas e outros beneficiários que abarcavam diversos estratos sociais, da fidalguia rural, à burguesia letrada; por fim, toda uma classe de eclesiásticos que, provavelmente, não tendo benefício curado próprio viviam das pensões impostas nas dizimarias.

Esta distribuição social, bastante desigual, dos dízimos pode, por fim, ser analisada em termos geográficos. Ao nível local, que no caso das comarcas eclesiásticas de Braga e Valença poderíamos apontar como correspondendo às áreas visitacionais, aparecem como relativamente importantes, na circulação do produto decimal, as casas regulares e os membros dos cabidos, estes fruto das suas funções de visita e os primeiros pela forte implantação e influência nos meios rurais. À escala das comarcas eclesiásticas vemos destacarem-se o cabido e as colegiadas, por vezes com áreas de influência bem definidas. Quando falamos do arcebispado como um todo, há, apesar de tudo, que referir o papel da Mitra Primaz como instituição tutelar e representativa do poder do prelado. Porém, quando ultrapassamos o nível da diocese e abarcamos o todo nacional, encontramos, então, os grandes beneficiários dos dízimos. Estão neste caso algumas das maiores casas da nobreza titular do final do Antigo Regime, privilegiadas

6. Conclusão

com as comendas, e quatro entidades verdadeiramente únicas: a Casa do Infantado, o Mosteiro de S. Vicente de Fora, a Universidade de Coimbra e, no topo da pirâmide, a Igreja Patriarcal de Lisboa.

Em contraste com esta complexa teia de beneficiários, interesses e privilégios, o sistema de cobrança dos dízimos apresentava-se, na aparência, simples. Aqueles eram administrados pelos proprietários das dizimarias ou arrendados a indivíduos a troco de uma prestação contratual. Este sistema, porém, só em teoria se poderia classificar de simples, correspondendo, isso sim, a mais um nível de apropriação da renda agrícola, desta feita, não pelos detentores de direitos sobre os dízimos, mas sim por um conjunto de indivíduos encarregues da sua cobrança.

Uma surpresa foi termos chegado à conclusão de que uma parte significativa dos beneficiários, cerca de 40%, recorria preferencialmente à administração directa das suas rendas, facto que era ainda mais evidente no caso dos que tinham a sua residência ou sede dentro dos limites do arcebispado de Braga. Neste caso a administração directa era mesmo maioritária. O inverso acontecia com os dízimos dos interessados que estavam distantes, que se localizavam fora da diocese. Estes eram, na esmagadora maioria dos casos (quase 90%) arrendados.

Ambas as situações eram influenciadas pelas opções maioritárias de determinados grupos de interessados. Para os valores elevados da administração directa concorriam, sem dúvida, os abades (a elite do clero paroquial) e, também, as dignidades e os cónegos. No fundo, interessados em nome individual que detinham a propriedade de apenas uma, duas ou pouco mais dizimarias, o que facilitaria a gestão da cobrança e não implicaria um grande esforço financeiro no caso da contratação de funcionários para auxiliar nessa administração. O facto de ser uma cobrança de nível local, na maior parte

6. Conclusão

dos casos, em especial dos abades, realizada na própria freguesia de residência ou em freguesias vizinhas, contribuía, certamente, para o predomínio dessa opção.

Quem recorria a rendeiros, para além de, normalmente, estar ausente, detinha um grande volume de rendas dispersas geograficamente. Neste particular encontramos, essencialmente grandes instituições, como a Universidade, a Mitra, a Patriarcal, o Cabido, a Colegiada de Guimarães ou a Casa do Infantado. A nobreza era a excepção em termos individuais, explicável pelo facto de aparecerem, na maior parte dos casos, titulares residentes em Lisboa.

Podemos, então, afirmar que uma maior ou menor separação física entre os que se apropriavam dos dízimos e as terras onde estes eram recolhidos e um maior ou menor volume e dispersão dessa prestação eclesiástica tinham uma influência determinante na escolha dos métodos de cobrança.

Os dízimos administrados directamente podiam ser recolhidos pelos próprios. Cremos que no caso dos abades, até pelo facto de coincidir a residência com o local de cobrança, eram eles mesmos, na maioria dos casos, que a faziam. Quando tal não acontecia, eram utilizados ou contratados indivíduos que podiam ser gente quase anónima ou altos funcionários, como corregedores, dependendo da categoria do proprietário. Uma coisa, porém, parece certa: eram pessoas com um bom conhecimento dos locais de cobrança, dos campos e da realidade agrícola local ou regional. Não é por acaso que vemos surgir entre elas párocos e lavradores, alguns acumulando com a actividade de rendeiros.

Estes últimos intervinham quando os proprietários das dizimarias optavam pelo arrendamento, ficando com o direito à cobrança dos dízimos através de um contrato, na maioria dos casos, cremos, registado em notário.

6. Conclusão

As características dos contratos podiam alterar-se consoante o tipo de proprietário envolvido, resultado, em especial no que diz respeito às instituições, de diferentes estratégias de gestão das rendas. O que não quer dizer que não se possa estabelecer um contrato padrão, até porque determinadas cláusulas e condições eram comuns à maioria deles.

A sua duração podia variar entre 1 e 4 anos. Nunca encontramos contratos com um prazo mais dilatado, tendo 2/3 dos mesmos uma duração de 2 a 3 anos. Esta amplitude temporal era a mais utilizada pela maioria das grandes instituições detentoras de dízimos, caso do Cabido e da Mitra de Braga, das colegiadas, dos conventos e mosteiros, ou da Casa do Infantado e da Mesa da Consciência e Ordens. A grande excepção era a Igreja Patriarcal que ora recorria aos 4 anos e à arrematação de grandes conjuntos de rendas, em anos em que a concorrência entre rendeiros e a conjuntura económica e política eram favoráveis, ora optava por contratos anuais, em épocas de crise.

Este era, aliás, um factor determinante. Em épocas conturbadas, tanto no triénio liberal, como no período pós-1830, vemos surgir em maior número os contratos com duração de apenas 1 ano, resultado de uma prudência reforçada dos rendeiros, mas também de uma estratégia das instituições para não comprometer rendimentos futuros.

Se existiam entidades que podiam e conseguiam mudar a sua forma de gestão, combatendo as vicissitudes das conjunturas, outras havia que se tornavam dependentes deste sistema de cobrança e, em particular, dos contratadores. Já afirmámos não ter encontrado contratos dilatados, contudo, em alguns casos (destacámos, em particular, os institutos regulares e a nobreza), a assinatura de um novo contrato parecia resultar num mero pró-forma, uma vez que se mantinham os rendeiros, as condições e, por vezes, o

6. Conclusão

valor das escrituras anteriores, havendo casos em que tal relação se assemelhava mais a uma vulgar operação financeira de empréstimo do que a um contrato de arrendamento.

Estando a analisar o sistema de cobrança dos dízimos no arcebispado de Braga, nada mais natural do que verificar que a grande maioria dos contratos encontrados eram realizados na área da diocese, com um especial destaque para Braga e, depois, Guimarães. A relevância destas resultava, essencialmente, do facto de serem sedes de importantes instituições proprietárias de muitas dizimarias. Porém, Lisboa tinha também um papel de realce ou não fosse aí que residiam alguns indivíduos ou se situavam algumas das entidades que apontámos como as principais beneficiárias dos dízimos no final do Antigo Regime: a nobreza titular, a Casa do Infantado e a Igreja Patriarcal.

A realização dos contratos acompanhava, essencialmente, o calendário agrícola, com um especial destaque para os meses próximos das épocas de colheita e vindima, ou seja, entre Abril, data eleita para o pregão público a que os dízimos eram sujeitos, e Agosto, com uma particular concentração em Junho. Esta última explica-se, igualmente, pela coincidência com as datas de início e fim de uma boa parte dos contratos, o 24 de Junho, dia de S. João.

Porém, neste caso havia uma clara dicotomia. Embora fossem tidas em conta, pela maioria dos proprietários e, certamente, pelos rendeiros, as expectativas relativas ao ano agrícola para a assinatura dos contratos, e daí a concentração nos meses que referimos, os beneficiários laicos (Mesa da Consciência e Ordens, Casa do Infantado e comendadores) optavam por um calendário civil para o início e o término dos mesmos, com princípio em Janeiro e fim em Dezembro; os eclesiásticos mantinham a data que era indicada pelas Constituições Sinodais. A excepção era, uma vez mais, a Igreja Patriarcal cujos contratos começavam e terminavam, invariável e respectivamente, no primeiro e último dias do ano.

6. Conclusão

Estas diferentes opções de calendário reflectiam-se depois, também, nas datas de pagamento dos valores dos contratos e na sua periodicidade. Predominavam as três prestações anuais, seguindo as épocas religiosas, o Natal, a Páscoa e o S. João, mas nos contratos iniciados em Janeiro os pagamentos eram feitos em 4 tranches, nos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro.

Algumas condições e garantias exigidas pelos proprietários eram comuns à grande maioria dos contratos. A mais significativa dessas condições, a que tinham de se sujeitar os rendeiros se quisessem ficar com o direito de poder cobrar os dízimos, era a de, para além do montante acordado para o arrendamento, terem de arcar com os encargos impostos nas dizimarias. Ou seja, para os proprietários dos dízimos o valor estipulado nos contratos era sempre líquido.

Esses encargos abrangiam uma larga variedade de situações, desde impostos vários, às cóngruas do clero paroquial e às pensões, passando por despesas com o culto e manutenção das igrejas e pagamentos adicionais em dinheiro ou géneros, por vezes, em quantidades apreciáveis. No fundo, um conjunto de obrigações de que já falámos e que correspondiam à circulação e distribuição social dos dízimos, diminuindo o rendimento disponível para os proprietários das dizimarias, fosse em administração directa, pois nesse caso tinham de ser eles mesmos a efectuar o pagamento desses encargos, fosse em arrendamento, pois os rendeiros aos lançarem nas arrematações tinham já em mente essas despesas adicionais. Estas significavam um esforço financeiro adicional que podia rondar os 20 a 30% do valor dos arrendamentos.

Para além de ser líquido, o montante do arrendamento deveria ser pago “em casa” do proprietário, fosse este de Braga ou de Lisboa, o que podia, igualmente, constituir mais uma despesa para os rendeiros e mesmo a necessidade de recorrerem, por vezes, a procuradores ou a sócios residentes nos grandes centros rentistas.

6. Conclusão

Todas estas cláusulas e condições tinham de ser escrupulosamente cumpridas pelos rendeiros. Era-lhes negada a possibilidade de alegar perdas ou atrasos em qualquer situação, por mais grave que esta fosse. Não cumprindo ficavam sujeitos a juros de mora e a serem expulsos dos contratos, sendo-lhes sequestrados os bens móveis e de raiz, sobre os quais tinham feito fiança na assinatura do contrato. Numa grande maioria dos contratos era-lhes exigida, ainda, a apresentação de fiadores.

Como é óbvio, todas estas características contratuais implicavam à partida uma selecção dos candidatos a rendeiros. Era já, certamente, restrito o grupo de indivíduos que se podiam deslocar a Braga ou, por maioria de razão, a Lisboa para aí contratar com os proprietários dos dízimos o seu arrendamento. Reduzido seria também o número daqueles com capacidade financeira para contratar grandes conjuntos de rendas em bloco ou mesmo ficar com contratos que, em média, no conjunto dos que inventariámos, representavam um investimento anual de mais de 1 conto de réis. A tudo isto havia depois que juntar a necessidade de apresentar fiadores e um conjunto de bens móveis e de raiz que servissem de garantia à escritura.

Apesar de tudo, numa área que pouco ia além das comarcas eclesiásticas de Braga e Valença, num conjunto de anos, relativamente, restrito, de 1825 a 1832, com algumas excepções pontuais, encontrámos um conjunto de quase 500 indivíduos que se dedicavam à actividade de rendeiros de dízimos.

Apesar de esporadicamente poderem aparecer mulheres, sempre acompanhadas de um elemento masculino, normalmente, um familiar, os rendeiros eram homens, na sua maioria casados e, na época que estudámos, rondando os 40 a 50 anos.

Nem todos exerciam a actividade da mesma forma ou com a mesma intensidade e nem todos o faziam com o mesmo objectivo. A motivação essa era a mesma, retirar lucro do negócio dos arrendamentos de dízimos.

6. Conclusão

Neste sentido verificámos a existência de dois tipos de rendeiros: por um lado, um conjunto de indivíduos restrito, cuja perspectiva em relação ao arrendamento dos dízimos era de mera especulação com posteriores contratos de sublocação, a que chamámos de rendeiros-especuladores; por outro lado, um grupo mais amplo que, contratando com os primeiros ou com alguns proprietários, tinha por objectivo a cobrança efectiva dos dízimos.

Era um negócio, tanto num caso, como no outro, claramente de indivíduos residentes no próprio arcebispado, especialmente, em Braga e Guimarães. Havia depois um conjunto importante de rendeiros de Lisboa e, com menor significado, do Porto. Porém, no que diz respeito à origem geográfica dos rendeiros existia uma clara diferença de acordo com a tipologia definida acima: os rendeiros-especuladores eram, claramente, oriundos de Braga e Lisboa; os outros rendeiros, apesar de ainda se concentrarem em Guimarães e na sede da diocese, distribuíam-se um pouco por todo o arcebispado.

No fundo, os primeiros estavam próximos dos grandes mercados de arrendamento, Braga e Lisboa, onde podiam, com relativa facilidade, contratar a cobrança das rendas junto dos vários proprietários também aí residentes. Já os segundos aproximavam-se dos campos, trabalhavam ao nível local, ficando, na maioria das vezes, com os contratos de subarrendamento.

Do conjunto dos rendeiros destacavam-se, sem dúvida, aqueles ligados ao mundo dos negócios e à terra, negociantes e lavradores, correspondendo, numa visão simplista, respectivamente, aos dois tipos de rendeiros enunciados. Os primeiros, homens de grossos capitais, que investiam boas somas de dinheiro nos arrendamentos para lucrar, em seguida, com os subarrendamentos. Os segundos, homens ligados à agricultura, com

6. Conclusão

um conhecimento particular do campo de acção onde actuavam, a cobrança dos dízimos na “eyra & lagar”.

Vimos que uma grande maioria dos contratos de arrendamento sobre dízimos de grandes beneficiários de Lisboa, como a Casa do Infantado, a Igreja Patriarcal ou a nobreza, eram realizados por negociantes aí residentes. Depois eram eles mesmo que, ainda na capital, subarrendavam a indivíduos residentes nos concelhos de Braga, Guimarães, Barcelos ou Caminha, na maioria dos casos negociantes ou lavradores. Eram estes indivíduos que cobravam as rendas ou que, por fim, faziam um último subarrendamento a rendeiros normalmente residentes nas freguesias onde se cobravam os dízimos arrendados ou em freguesias próximas.

No caso das rendas de grandes proprietários residentes no arcebispado, como a Mitra, o Cabido, a Colegiada de Guimarães e os respectivos membros, eram os rendeiros de Braga e Guimarães, novamente negociantes, mas já alguns lavradores, que se destacavam. Existia depois um conjunto relativamente amplo de médios rendeiros que arrendavam a cobrança dos dízimos a nível local e, ocasionalmente, regional, por vezes subarrendando os contratos conseguidos pelos primeiros. Aqui encontramos negociantes das cidades e vilas mais dinâmicas do Minho, como Braga, Guimarães, Viana, Ponte de Lima, Caminha ou Arcos de Valdevez. Mas também alguns lavradores, gente das ordenanças e um ou outro mestre de ofício.

Por fim, encontramos uma teia de pequenos rendeiros que trabalhavam essencialmente ao nível local, contratando os dízimos da freguesia de residência ou das freguesias vizinhas, aparecendo esporadicamente, normalmente, em contratos de baixo valor.

6. Conclusão

Os primeiros, aqueles que contratavam directamente com os grandes beneficiários, tanto no caso de Lisboa, como do arcebispado de Braga, constituíam, a nosso ver, a elite dos rendeiros de dízimos.

Como é óbvio, a existência destes vários níveis de rendeiros propiciava o estabelecimento de relações entre eles, construindo-se uma espécie de teia que se interpunha entre o proprietário das rendas e os que a elas estavam sujeitos, os camponeses.

Em casos extremos encontramos quatro degraus, quatro níveis de rendeiros a participar no negócio dos dízimos. Negócio arriscado, pelas pesadas cláusulas que eram impostas pelos proprietários, mas, também, muito rentável, em especial, para os intermediários, cujos lucros na realização destes arrendamentos e subarrendamentos poderiam ultrapassar os 48%. Lucro que, por vezes, podia ser conseguido no espaço de poucos meses, ou mesmo dias, e que era o objectivo, na maioria dos casos realizado, de cada um dos subarrendamentos.

Este facto trazia algumas consequências que nos parecem importantes. Lucrando os rendeiros, cada um dos rendeiros envolvidos, é óbvio que os valores dos contratos primordiais e, logo, os montantes que ficavam disponíveis para os proprietários eram, claramente, subavaliados, representando um prejuízo significativo para estes. Por sua vez, a especulação exercida pelos vários rendeiros à medida que vamos descendo em direcção aos campos levava, com certeza, a que o último deles exercesse uma verdadeira “opressão sobre os agricultores”, nas palavras de Tengarrinha, no sentido de não lhes conceder qualquer isenção nos dízimos e controlando, inclusive, pelo seu conhecimento do mundo local – veja-se o papel de relevo ocupado pelos lavradores no sistema de cobrança – as tentativas de fuga ao pagamento ou ocultação da produção.

6. Conclusão

Não surpreende, por isso, que no final do Antigo Regime se mantivesse muito vivo o quadro de “protestos, levantamentos e revoltas das populações” contra a actividade dos contratadores, sujeitas que estavam aos “arbítrios e abusos na cobrança das rendas”, certamente, praticados por estes homens e que eram significativos no fim da centúria anterior⁵⁶⁰.

Uma maior pressão fiscal oprimia os que estavam sujeitos ao pagamento dos dízimos. Aqueles que detinham o direito de os cobrar, os proprietários, para além de verem os seus rendimentos baixar artificialmente na exacta medida da especulação dos rendeiros, sofreram também, desde a Revolução de 1820, com a quebra acentuada e generalizada que então se verificou nos valores dos contratos, fruto da crise económica e política. Porém, cabe perguntar, para além da influência dos preços agrícolas, se o papel dos rendeiros, não terá sido fundamental para a verificação, depois de passada a convulsão de 1821-23, de uma quase estagnação naqueles mesmos valores? Pensamos que sim.

Para esta situação contribuiria, certamente, uma conjunto de estratégias de gestão destes contratos levadas a cabo pelos rendeiros. Destas destacavam-se as sociedades, umas vezes formalizadas, outras, a maioria, provavelmente informais, traduzidas na entre-ajuda familiar e nas relações estabelecidas com os fiadores.

Para conseguir contratar grandes volumes de rendas que, depois, permitiam a realização de chorudos lucros, através da subcontratação de ramos mais pequenos, estes homens, normalmente negociantes de profissão, associavam-se entre si. Desta forma juntavam os capitais suficientes, eliminavam o factor concorrencial e geriam de uma forma mais eficaz os contratos de subarrendamento. Isto ao nível da elite dos rendeiros, em Lisboa e, em menor número, em Braga. As sociedades funcionavam igualmente com

⁵⁶⁰ Cf. Albert Silbert, *Le Problème Agraire Portugais...*, pp. 240-244; José Tengarrinha, *Movimentos Populares...*, vol. I, pág. 244-248.

6. Conclusão

contratos mais pequenos e onde o objectivo podia ser, também, a cobrança efectiva. Nestes casos, era comum associarem-se um angariador dos contratos, normalmente, residente em Lisboa, Porto ou Braga, um ou dois sócios capitalistas, normalmente residentes em Braga, e um último elemento, residente na freguesia ou no concelho onde se localizavam as rendas.

Tanto este tipo de gestão, como, em maior número, as simples sociedades de dois indivíduos, eram, igualmente, campo preferencial de actuação de membros de uma mesma família. Por vezes, estas sociedades familiares funcionavam a partir da necessidade do recurso a fiadores, estabelecida, quase, como norma geral nos contratos.

Esta ligação entre os rendeiros e os fiadores constituía, por vezes, um aspecto curioso e representava igualmente uma forma de gestão, tanto dos contratos, como das próprias arrematações dos mesmos. Com alguma frequência aquilo que julgávamos ser uma simples relação rendeiro/fiador, funcionava depois como uma verdadeira sociedade e, por vezes, indiciava mesmo uma prática fraudulenta. Havia casos de aparente rotatividade concorrencial entre contratadores que resultavam, efectivamente, em sociedades onde apenas mudavam, de contrato a contrato, os “testas de ferro”. Era, aliás, uma forma de actuação que percorria todos os níveis de rendeiros.

Um grupo restrito destes, correspondendo à elite nacional e regional, identificada com negociantes e alguns lavradores de Lisboa e Braga, fazia dos arrendamentos dos dízimos, aparentemente, apenas mais uma actividade entre outras. Eram, em grande medida, contratadores, jogando com as rendas eclesiásticas, mas também com as laicas, camarárias e da Coroa. A este mundo de negócios principal, juntavam a categoria de proprietários ou, mesmo, de grandes proprietários, que se revelava essencial como garantia dos investimentos ou funcionando, por vezes, como uma forma autónoma de

6. Conclusão

investimento dos lucros gerados pelos contratos. Falamos de proprietários de terras, mas, igualmente, de fábricas.

Estas facetas de contratadores, possidentes e empreendedores podiam estar relacionadas de uma forma meramente casual com a actividade de dízimos, mas será que continuava a ser coincidência arrendar os dízimos na freguesia onde se era proprietário ou foreiro de grande número de terrenos agrícolas? Ou contratar os dízimos de uma região onde se tinha implantado uma fábrica de moagem? Ou, ainda, ficar com a cobrança dos dízimos numa extensa região em redor de Lisboa quando se tinha nas mãos a cobrança das rendas alfandegárias impostas aos géneros com que se abastecia a capital? É óbvio que não. Para estes homens, por um lado, o desafogo material em bens móveis e de raiz possibilitava-lhes vencer a concorrência na corrida às arrematações de uma renda tão lucrativa como era esta prestação eclesiástica; por outro lado, os lucros gerados pelo negócio dos dízimos ou as vantagens conseguidas com o seu arrendamento, seriam postos ao serviço das outras actividades a que se dedicavam.

Era, assim, todo um mundo capitalista ou, se preferirmos, empreendedor aquele que se advinha por trás do aparentemente simples, como referimos, sistema de cobrança dos dízimos. Um mundo bastante selectivo ao nível da elite, onde se movimentavam, apenas com dízimos, largas dezenas de contos de réis, em termos anuais, mas que não fechava as portas à intervenção de toda uma panóplia de indivíduos de diversificados estratos sociais e categorias profissionais, que viam no arrendamento dos dízimos um modo de fazer fortuna ou conseguirem um rendimento suplementar. Era um mundo caracterizado, uma vez mais usando palavras de José Tengarrinha, não por “qualquer privilégio social mas [pela] (...) força do dinheiro”. E este facto parecia ser, talvez, o

6. Conclusão

único ou o último entrave a uma expressão mais alargada do seu poder, a uma influência política directa⁵⁶¹.

Efectivamente, o Antigo Regime não reconhecia, a uma grande maioria destes indivíduos, pertencessem ou não à elite dos rendeiros, direitos políticos. Eles não faziam parte das gentes da governança das terras e muito menos, provavelmente, teriam acesso aos altos cargos administrativos. Porém, possibilitava-lhes um mundo de negócios verdadeiramente capitalista, onde, através da mera especulação, ganhavam pequenas fortunas e onde, apesar de tudo, conseguiam exercer uma certa pressão política na tomada de algumas decisões, podendo representar, por exemplo, um “factor de resistência à reforma de certas cargas fiscais”, como o próprio dízimo eclesiástico⁵⁶².

A manutenção deste até 1832, sem intervenções de vulto por parte do poder central, não foi, como é óbvio, exclusivamente obra deste poder económico. Resultou, sem dúvida, do papel influente da Igreja na sociedade e junto dos órgãos de decisão; da aceitação desta prestação eclesiástica, sem grande contestação aparente por parte dessa sociedade, pelo menos, no que aos fundamentos do dízimo dizia respeito; e, provavelmente, da incapacidade política da Coroa para proceder a uma reforma profunda, tendo em conta os interesses sociais instalados e a necessidade para muitos deles, eclesiásticos ou laicos, de manutenção de um rendimento que era uma peça importante na sua sobrevivência financeira.

Por sua vez, ao conjunto dos rendeiros o Liberalismo acenava, aparentemente, com uma maior participação na vida política. Numa sondagem não exaustiva que fizemos, verificámos, para 1826, que muitos eram declarados como eleitores de paróquia ou de província e alguns chegavam a ser, mesmo, elegíveis para deputados. Funcionava agora o critério económico. Porém, a legislação liberal veio, em grande

⁵⁶¹ Cf. José Tengarrinha, *Movimentos Populares...*, vol. I, pág. 190.

⁵⁶² Cf. José Tengarrinha, *Movimentos Populares...*, vol. I, pág. 66.

6. Conclusão

medida, acabar com muitos dos negócios destes indivíduos, pondo fim a actividades muito rentáveis, de que a contratação de dízimos é exemplo. Será que estes homens aderiram sem reservas ao novo regime? Terá sido mais importante, para eles, o factor político ou o económico? Como reagiram estes “capitalistas” ao advento das “liberdades” e à queda, pelo menos parcial, do seu mundo de negócios?

Estas são algumas das questões que deixamos em aberto. Poderíamos referir outras, procurando olhar um pouco para lá da abolição dos dízimos e para a conjuntura inicial de afirmação do Liberalismo saído vencedor da Guerra Civil.

É certo que, quase em simultâneo, foram extintos conventos, mosteiros, muitas colegiadas e os dízimos, mas será que aquelas instituições teriam sobrevivido economicamente sem esta prestação eclesiástica? Talvez, mas certamente com dificuldades acrescidas, tendo em conta o peso relativo dos dízimos no conjunto dos seus rendimentos. Para além disso, o próprio Estado Liberal, mesmo que quisesse, não teria, certamente, condições económicas e políticas para as sustentar, da mesma forma que não teve para acudir ao clero paroquial que, privado da sua, apesar de tudo, principal fonte de rendimento, uma vez mais se viu na necessidade de recorrer aos fregueses, desta feita, para além dos direitos paroquiais, através de uma derrama, lançada pelo Estado, no sentido de compor a sua “decente sustentação”. Serão de estranhar as dificuldades de implantação do liberalismo quando este não conseguiu ganhar para o seu lado a força, ainda, significativa do “púlpito”?

E será que se consegue perceber toda a amplitude e significado das conturbadas relações entre o Estado e a Igreja, pós-1834, sem ter em conta a questão do dízimo e a rude machadada que, com a sua extinção, sofreu toda a hierarquia eclesiástica? É provável que não, sendo, inclusive, curioso verificar o comportamento e opções

6. Conclusão

políticas, por exemplo, dos bispos portugueses na própria câmara dos pares, onde tinham assento definido por lei, mas onde só ingressam a partir de 1844⁵⁶³.

E quanto à nobreza titular? Fortemente beneficiada pelos dízimos, mas fraccionada no apoio às duas frentes da Guerra Civil, qual terá sido a sua posição face à abolição decretada por Mouzinho da Silveira? Esta representou um rude golpe nas suas finanças, mas aquela parte vitoriosa em Évora-Monte, à qual os dízimos tinham sido sequestrados anos antes, não perdeu a oportunidade gerada pela questão das indemnizações, politicamente importante nos primeiros anos do Liberalismo, para também aí jogar a compensação pelos rendimentos perdidos.

Não queremos com isto afirmar que a extinção do dízimo terá sido o motor da transformação da sociedade portuguesa do segundo terço do século XIX, porém, pensamos que contribuiu de uma forma decisiva para a revolução económica e social proposta pelo liberalismo, apesar de, em alguns aspectos, possivelmente, não ter correspondido às expectativas que se depositavam no seu desaparecimento. David Justino, seguindo a opinião de contemporâneos do início do novo regime, afirma mesmo que terão sido “fracos” os “efeitos directos da supressão dos dízimos”, no que diz respeito ao aumento da produção, em particular dos cereais, ou da quantidade de terras cultivadas⁵⁶⁴.

Uma coisa, porém, parece certa, aumentou o montante da renda agrícola disponível para quem trabalhava a terra e é provável que este não tenha sido um ganho momentâneo e passageiro. O dízimo no Antigo Regime representou claramente uma imposição muito mais pesada sobre a produção agrícola, do que os impostos estatais na mesma altura ou nos primeiros tempos de implantação do Regime Liberal. Os poderes

⁵⁶³ Cf. Luís Nuno Espinha da Silveira, “Revolução Liberal e Pariato (1832-1842)”, in *Análise Social*, n.º 116 - 117, 1992, pp. 337-338.

⁵⁶⁴ Cf. José David Gomes Justino, *A formação...*, Vol. II, pp. 106-107.

6. Conclusão

civis, quer ao nível central, quer local, não conseguiam antes, como não o conseguiram imediatamente após 1834, rivalizar com a Igreja na pressão fiscal exercida sobre a principal actividade económica do país, possibilitada por uma forte implantação territorial, expressa num elevado número de paróquias que funcionavam, no fundo, como a base do eficaz sistema de cobrança dos dízimos.

A sua extinção constituiu a concretização do liberalismo económico e social, ao libertar a terra e o rendimento por ela gerado de uma prestação muito abrangente e onerosa e, em simultâneo, ao ferir um edifício social de Antigo Regime que tinha nos dízimos um dos seus pilares fundamentais.

7. Fontes e Bibliografia

7. Fontes e Bibliografia

7.1. Fontes Manuscritas

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

- *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças:*

Tesouro Público, Dízimos - Caixas 4306, 4307 e 4308

- *Casa do Infantado:*

Livros de registo dos termos das fianças das arrematações das rendas da Casa do Infantado. (1813-1831)

Livro das contas correntes dos almoxarifes, contratadores e mais rendeiros da Casa do Infantado. (Depois de 1827)

Livro de registo das condições de arrematação dos almoxarifados e prestimónios das igrejas pertencentes à Casa do Infantado. (1813-1833)

Livro de registo dos termos dos contratos e arrematações das rendas pertencentes à Casa do Infantado. (1804-1833)

- *Chancelaria de D. Maria I:*

Livros 77 e 79

- *Chancelaria de D. Pedro IV:*

Livros 4, 6 e 10

- *Chancelaria de D. Pedro IV – Usurpação:*

Livros 2, 8, 9, 14, 19, 21 e 22

- *Conselho da Fazenda e Real Erário:*

Ordem de Cristo - Termos de arrematação das comendas (1804-1825)

Ordem de Cristo - Rendimento das comendas (1822-1831)

7. Fontes e Bibliografia

Ordem de Santiago - Contas correntes das comendas arrendadas (1825-1833)

Ordem de Santiago - Contas das receitas e despesas das comendas das três ordens militares sequestradas pelo governo usurpador (1828-1832)

Ordem de Avís - Contas correntes das Comendas (1825-1833)

- Desembargo do Paço - Repartição do Minho e Trás-os-Montes:

Maços 242, 293, 350, 397, 625, 675, 715, 735, 811, 990, 1205, 1387, 1388, 1396, 1397, 1398, 1401, 1475 e 1560

- Igreja Patriarcal de Lisboa:

Livro de registo de portarias e alvarás pertencentes ao correr dos rendeiros da Patriarcal, a saber: Patriarcado, Santarém, Óbidos, Bispado de Leiria e Ourém (1787-1825)

Livro de registo de portarias e alvarás pertencentes ao correr dos rendeiros da Patriarcal, a saber: Patriarcado, Santarém, Óbidos, Bispado de Leiria e Ourém (1826-1833)

Livro de registo das provisões, ordens e alvarás pertencentes à repartição de Braga (1823-1833)

- Mesa da Consciência e Ordens:

Termos de arrematação e fiança das comendas vagas - (1826-1836)

Termos de fiança das comendas vagas - (1804-1825)

- Registo Geral de Mercês de D. Maria II:

Livros 1, 5, 9, 10, 25, 26, 28, 29, 31, 33, 34, 38 e 45

- Registos Notariais de Lisboa:

Cartório 1, Livro 724; Cartório 2, Livros 245 e 246; Cartório 3, Livros 211 e 212; Cartório 5a, Livro 138; Cartório 6, Livro 238; Cartório 7b, Livros 292 a 297; Cartório 8b, Livros 124 e 125; Cartório 9b, Livros 232 a 248; Cartório 15, Livros 849 a 853

Arquivo Histórico Parlamentar

- *Assembleias Eleitorais Monárquicas:*

Caixas 2, 3, 4 e 6

- *Secção I-II:*

Caixas 7, 8, 10, 26, 110

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

- *Conselho de Guerra:*

Documentos respeitantes à Superintendência das Coudelarias de Guimarães (1815-1819)

Documentos respeitantes à Superintendência das Coudelarias de Viana (1813-1820)

- *Junta do Comércio:*

Livro de matrícula dos mestres, oficiais e aprendizes de fabricantes (1788-1833)

Mapas das fábricas existentes no Reino (1788-1833)

- *Ministério do Reino:*

Correspondência recebida do Ministério do Reino - Correspondência recebida dos Governos Cíveis a enviar mapas estatísticos anuais da colheita, consumo e sementes de cereais nos concelhos (1836-1840)

- *Subinspeção Geral dos Correios:*

Livro de termos de fiança e contratos (1821-1857)

Arquivo Distrital de Braga

- *Notários – Braga:*

CHAVES, António José Gomes, Livros 168 a 176

COUTO, Bento José Ferreira, Livros 176 a 179

7. Fontes e Bibliografia

SILVA, Manuel Martins da, Livros 934 a 941

SILVA, Manuel José Gomes, Livros 180 e 181

CARVALHO, Joaquim Manuel, Livros 182 a 185

Arquivo Distrital do Porto

- Cartório do Cabido da Sé do Porto:

Livros de registo das rendas arrematadas (1757-1832)

- Confraria do Santíssimo Sacramento da Sé:

Actas das Eleições (1734-1843)

- Contadoria da Comarca do Porto:

Termos de Fiança e Obrigação (1833-1834)

Arquivo Distrital de Viana do Castelo

- Misericórdia de Viana do Castelo:

Livros de registo de irmãos (1752-1845)

Livros dos termos de eleições (1771-1873)

Relação das pessoas que se propõem a ser eleitas para o exercício dos cargos de provedor, escrivão e irmãos de maior condição da nova Mesa (Séc. XIX)

Colecções de relações dos arrendatários dos bens pertencentes à Santa Casa (Séc. XIX)

- Notários - Caminha:

MACHADO, Manuel António Rei (1826-1834)

REGO, Isidoro Domingues (1826-1834)

SANTOS, João Pereira dos (1824-1832)

SOUSA, José Joaquim de (1826-1832)

- Notários - Ponte de Lima:

7. Fontes e Bibliografia

GUERREIRO, João Manuel de Sousa (1826-1829)

MALAFIA, Boaventura de Palhares (1823-1835)

MALAFIA, João José de Palhares (1830-1832)

- Notários - Valença:

AMORIM, José Joaquim de (1829-1831)

AZEVEDO, Gaspar Pereira Ferraz de (1825-1831)

BARRETO, António Diogo Pedrosa Velho (1830-1831)

BORGES, Luís Cândido da Silva (1830)

CALDAS, Luís José de Sousa (1825-1831)

SILVA, João António da (1827-1830)

- Notários - Viana do Castelo:

ARAÚJO, António da Rocha Páris e (1827-1828)

GUIMARÃES, João António Vieira (1826-1831)

JÚNIOR, Fernando dos Reis Lemos (1828-1834)

LEMOS, António dos Reis (1828-1832)

PÁRIS, José da Rocha (1825-1828)

PEREIRA, Luís Xavier da Costa (1826-1831)

SILVA, Inácio José Gomes da Costa e (1826-1834)

Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo

- Juízo da Provedoria da Comarca:

Registo das ordens da Mesa da Consciência relativas às Comendas vagas ou providas
(1819-1833)

- Juízo da Correição de Viana do Castelo:

Arrolamento do imposto das janelas dos concelhos de Viana (1832-1835)

7. Fontes e Bibliografia

- *Superintendência dos tabacos reais, saboarias e alfândegas da província do Minho:*

Registo particular do cartório (1824-1827)

- *Outros:*

Mapa do produto dos dízimos (1836)

Arquivo Municipal de Braga

Livro do Fiel da Alfândega (1827-1831)

Listas de Ordenanças (1826-1831)

Livro das rendas e arrematamentos e mais termos e contratos (1802-1832)

Livro dos termos competentes para a factura das terças do pão das freguesias do termo desta cidade (1807-1826)

Livro para as arrematações e mais termos pertencentes ao Novo Real e Imposição tocante à Câmara desta cidade (1802-1835)

Arquivo Municipal de Esposende

Livro do Fiel da Câmara.

Arquivo Municipal de Guimarães

- *Colegiada de Guimarães:*

Arrendamentos das igrejas que pertencem à Mesa Capitular da Colegiada (1744-1831)

Contas Gerais da Colegiada (1807-1834)

- *Notários - Guimarães:*

ABREU, Nicolau Teixeira de, Livros 1390 a 1406

ARAÚJO, João Teixeira de, Livros 1549 a 1554

BARBITEL, Gaspar Baptista, Livros 1594 a 1598

7. Fontes e Bibliografia

FREITAS, Paulo José de, Livros 1512 a 1520

GUIMARÃES, António Joaquim de Oliveira, Livros 1604 e 1605

GUIMARÃES, Nicolau António Ferreira, Livros 1540 a 1542

- Outros:

Livro da liquidação dos frutos (1827-1831)

Arquivo Histórico Municipal-Casa do Infante-Porto

Arrematações das Rendas (Sisas)(1808-1832)

Arrematações da Junta Inspectora da Iluminação da cidade do Porto e de Vila Nova de Gaia (1824-1840)

Índice Geral dos Testamentos (Séc. XVIII-1842)

Eleições da Confraria de Nossa Senhora da Batalha - Porto (1818-1870)

Diversas Eleições e Actas (1836-1851)

Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão

Livro dos Preços Camarários (1827-1830)

7.2. Fontes Impressas

ALBUQUERQUE, António Tavares de, Índice Alfabético e Remissivo dos Trabalhos Parlamentares das Câmaras Geraes da Nação Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, Vol. I e II, 1901 e 1903.

Almanaque de Lisboa para o ano de 1812

Almanaque de Lisboa para o ano de 1814

Almanaque de Lisboa para o ano de 1817

7. Fontes e Bibliografia

Almanaque de Lisboa para o ano de 1823

Almanaque de Portugal para 1855

Almanaque de Portugal para 1856

Almanaque do Ano de 1807, Lisboa.

Almanaque Estatístico de Lisboa em 1837

Almanaque para o ano de 1820

Almanaque Português, Lisboa, Imprensa Régia, 1825 e 1826.

BULHÕES, Miguel de, A Fazenda Pública de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884.

CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de, “Descrição da Comarca da Feira 1801 feita pelo Desembargador, Corregedor...”, (Introdução e estudo crítico de Inês Amorim), *in* Revista da Faculdade de Letras – História, II série, Vol. XI, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1994, pp. 227 a 285.

Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.

Contas da Comissão Interina da Junta do Crédito Público até 10 de Setembro de 1836, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836.

Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas no anno de 1639 pelo Illustríssimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Mato e Noronha: E mandadas imprimir a primeira vez pelo Illustríssimo Senhor D. João de Sousa, Lisboa, 1697.

HERCULANO, Alexandre, “Mouzinho da Silveira ou la revolution portugaise”, *in* Opúsculos, Lisboa, Editorial Presença, 1982, vol. I, pp. 289-311.

LOBÃO, Manuel de Almeida e Sousa de, Dissertações sobre os dízimos ecclesiásticos e oblações pias, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867.

7. Fontes e Bibliografia

LOBO, Constantino Botelho de Lacerda, “Viagem sobre a agricultura da Província do Minho, feita no ano de 1789”, in O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Literário, n.º LXXVI, Outubro de 1817.

Memórias para as Cortes Luzitanas em 1821 que comprehendem Corpos Regulares d’hum, e d’outro Sexo, Ordens Militares, Corpo Ecclesiastico, Bispos, Abbades, Dizimos, Bullas, Inquizição, Justiça, Tropa, Pensões, Economia, e Policia, Lisboa, Imprensa Nacional, 1821.

MONTEIRO, António Xavier de Sousa, Manual de Direito Administrativo Parochial para uso dos Párocos, Coimbra, Imprensa Literária, 1866.

RIBEIRO, João Pedro, “Memória Histórica sobre a Epocha em que se estabelecerão os Dízimos Ecclesiásticos no nosso Reino pelo Conselheiro...”, in Repositório Literário, n.º 6, Porto, 1835.

SILVA, António Delgado da, Colecção de Legislação Portuguesa, Lisboa,

SILVEIRA, Joaquim Fradesso, Mappas das Medidas do Novo Systema Legal comparadas com as antigas nos diversos concelhos e ilhas, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e, Esboço de um dicionário jurídico, teórico e práctico remissivo às leis compiladas extravagantes, Lisboa, 2 vol., 1825-27.

VILAS-BOAS, Custódio José Gomes de, Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do século XVIII, António Cruz (publicação), Porto, Universidade do Porto, 1970.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de, Elucidário das Palavras, Termos e Frases ..., Lisboa, Livraria Civilização, Vol. I e II, s. d..

7. Fontes e Bibliografia

7.3. Obras Gerais

AAVV, I Congreso Internacional del Monacato Femenino en España, Portugal y América, 1492-1992, Universidad de León, Secretariado de Publicaciones, 2 Volumes, 1993.

AAVV, Actas de las I jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Históricas. III - Historia Moderna, Santiago de Compustela, 1975.

AAVV, Actas do 1º Colóquio Galaico-Minhoto, Vol. I-II, Ponte de Lima, 1/5 de Setembro de 1981.

AAVV, Actas do Colóquio de História Local e Regional, Santo Tirso, 1982.

AAVV, Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Vol. II, Guimarães, 1981.

AAVV, Desamortización y Hacienda Pública, Madrid, Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentacion e Ministério de Economia y Hacienda, Tomo II, 1986.

AAVV, Diccionario de Historia Eclesiastica de España, (dir.) Quintin Aldea Vaquero, Tomas Marin Martinez e Jose Vives Gatel, Madrid, Instituto Henrique Florez, 5 volumes, 1972-1987.

AAVV, Dicionário de História da Igreja em Portugal, 2 Vol., Lisboa, Editorial Resistência, 1980 e 1983.

AAVV, Dicionário de História de Portugal, (dir.) Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, Vols. I a VI, s.d..

AAVV, Donos de seu. Estudios de historia agraria de Galicia, (ed.) Ramón Villares, Barcelona, Sotelo Blanco, 1988.

AAVV, Galicia Historia, (dir.) Francisco Rodríguez Iglesias, Coruña, Hercules de Ediciones, Vol. III e V, 1991.

7. Fontes e Bibliografia

AAVV, Historia Agraria de la España Contemporánea, (eds.) Angel García Sanz e Ramon Garrabou, Barcelona, Editorial Crítica, 1985.

AAVV, História de Portugal, (dir.) José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. V, 1993.

AAVV, Iglesia y Sociedad en el Antiguo Régimen, (eds.) Enrique Martínez Ruiz e Vicente Suárez Grimón, Asociación Española de História Moderna, Volume I da III Reunión Científica, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1994.

AAVV, Les fluctuations du produit de la dîme, (org.) Joseph Goy e Emmanuel Le Roy Ladurie, Paris, Mouton & Co, 1972.

AAVV, O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX, Lisboa, Sá da Costa, Vol. I e II, 1982.

AAVV, Prestations paysannes, dîmes, rente foncière et Mouvement de la production agricole à l'époque préindustrielle, (org.) Joseph Goy e Emmanuel Le Roy Ladurie, Paris, Mouton Éditeur, 2 Volumes, 1982.

AAVV, Señores y campesinos en la Península Ibérica, siglos XVIII-XX, (eds.) Pegerto Saavedra e Ramón Villares, Barcelona, Editorial Crítica, 2 Volumes, 1991.

AAVV, Señorio y Feudalismo en la Península Ibérica, (eds.) Esteban Sarasa Sánchez e Eliseo Serrano Martín, Zaragoza, Institución «Fernando El Católico», 4 Volumes, 1993.

ALMEIDA, Fortunato de, História de Portugal, Coimbra, Tomos III e V, 1925.

ALMEIDA, Fortunato de, História da Igreja em Portugal, Lisboa, Livraria Civilização, Vol. III, 1970.

COSTA, Fernando Marques da, DOMINGUES, Francisco Contente, MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Organizadores), Do Antigo Regime ao Liberalismo. 1750-1850, Lisboa, Vega, 1989.

7. Fontes e Bibliografia

EIRAS ROEL, António, *et alli*, Las Fuentes e los Métodos. 15 trabajos de historia cuantitativa serial de Galicia, Santiago, 1977.

MACHADO, José Pedro, Grande Dicionário da Língua Portuguesa, Lisboa, Amigos do Livro, Vols. I a VI, 1981.

MARQUES, A. H. de Oliveira, História de Portugal, 3.^a edição, Lisboa, Palas Editores, Vol. III, 1986.

OLIVEIRA, P. Miguel de, História Eclesiástica de Portugal, Lisboa, 1940.

SILVA, António de Moraes, Grande Dicionário da Língua Portuguesa, Lisboa, 10^a edição, Editorial Confluência, s. d..

7.4. Estudos e Artigos

ALEXANDRE, Valentim, “Um momento crucial do subdesenvolvimento português: efeitos económicos da perda do Império Brasileiro”, *in* Ler História, Lisboa, Edições Salamandra, n.º 7, 1986.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, “A Paróquia e o seu território”, *in* Cadernos do Noroeste - Sociedade, Espaço, Cultura, Braga, Universidade do Minho, 1986.

ALVAREZ, P., “Cabildos”, *in* Diccionario de Historia Eclesiastica de España, (dir.) Quintin Aldea Vaquero, Tomas Marin Martinez e Jose Vives Gatel, Madrid, Instituto Henrique Florez, I volume, 1972, pp. 299 e 300.

ALVAREZ, P., “Dignidades Eclesiasticas”, *in* Diccionario de Historia Eclesiastica de España, (dir.) Quintin Aldea Vaquero, Tomas Marin Martinez e Jose Vives Gatel, Madrid, Instituto Henrique Florez, II volume, 1972, pp. 758 e 759.

7. Fontes e Bibliografía

ALVAREZ FERNÁNDEZ, Francisco José, “Aproximación al análisis de una economía monástica: Santa María de Sandoval (1800-1835)”, in Estudios Humanísticos. Geografía, Historia, Arte, n.º 16, Universidad de León, 1994, pp. 181 a 204.

ALVAREZ VÁZQUEZ, José Antonio, Los Diezmos en Zamora. (1500-1840), Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1984.

ALVES, Lourenço, A comenda de Santa Maria de Carreço, Carreço, Junta de Freguesia, 1989.

AMORIM, Inês, O Mosteiro de Grijó. Senhorio e Propriedade: 1560-1720 (formação, estrutura e exploração do seu domínio), Braga, Edição da Autora, 1997.

ANES ALVAREZ, Gonzalo, “Las crisis vitícolas. Cosechas, diezmos y precios en la comarca aviense. Resultados de una primera confrontación”, in Boletín de la Universidad Compostelana, n.º 75-76 (1967-68), pp. 251-268.

ARAGÓN MATEOS, Santiago, “Notas sobre el clero secular en el Antiguo Régimen: los presbíteros del obispado de Coria en el siglo XVIII”, in Hispania Sacra, Vol. XLVII (n.º 95), Madrid, Centro de Estudios Historicos, 1995, pp. 171 a 216.

BADA ELÍAS, Joan, “Iglesia y Sociedad en el Antiguo Regimen: el clero secular”, in Iglesia y Sociedad en el Antiguo Régimen, (eds.) Enrique Martínez Ruiz e Vicente Suárez Grimón, Asociación Española de História Moderna, Volume I da III Reunión Científica, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1994, pp. 81 a 91.

BARREIRO MALLÓN, Baudilio, “La produccion agricola de Xallas a traves de los arrendamientos diexmales: intento de aproximación”, in Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Históricas. III - Historia Moderna, Santiago de Compustela, 1975, pp. 91 a 108.

7. Fontes e Bibliografía

BARREIRO MALLÓN, Baudilio, “El clero de la diócesis de Santiago: estructura y comportamientos, siglos XVI-XIX”, in Compostellanum, XXXIII, Santiago de Compostela, 1988, pp. 469 a 507.

BARRIO GOZALO, Maximiliano, “Perfil socio-económico de una élite de poder: Los obispos de Castilla la Vieja, (1600-1840)”, in Anthologica Annua, n.º 28-29, 1981-82, pp. 71 a 138.

BARRIO GOZALO, Maximiliano, “Perfil socio-económico de una élite de poder (II): Los obispos del Reino de León, (1600-1840)”, in Anthologica Annua, n.º 30-31, 1983-84, pp. 209 a 291.

BARRIO GOZALO, Maximiliano, “Perfil socio-económico de una élite de poder (III): Los obispos del Reino de Galicia, (1600-1840)”, in Anthologica Annua, n.º 32, 1985, pp. 11 a 107.

BARRIO GOZALO, Maximiliano, “Perfil socio-económico de una élite de poder (IV): Los obispos de Castilla la Nueva y Extremadura, (1600-1840)”, in Anthologica Annua, n.º 33, 1986, pp. 159 a 302.

BARRIO GOZALO, Maximiliano, “Perfil socio-económico de una élite de poder (V): Los obispos de Andalucía, (1600-1840)”, in Anthologica Annua, n.º 34, 1987, pp. 11 a 188.

BARRIO GOZALO, Maximiliano, “Perfil socio-económico de una élite de poder (VI): Los obispos de Pamplona, (1556-1834)”, in Anthologica Annua, n.º 38, 1991, pp. 43 a 106.

BARRIO GOZALO, Maximiliano, “Perfil socio-económico de una élite de poder (VII): Los obispos de Cartagena-Murcia, (1556-1834)”, in Anthologica Annua, n.º 39, 1992, pp. 103 a 166.

7. Fontes e Bibliografia

BARRIO GOZALO, Maximiliano, “Perfil socio-económico de una élite de poder (VIII): Los obispos del Reino de Aragón, (1536-1834)”, in Anthologica Annua, n.º 43, 1993, pp. 107 a 211.

BARRIO GOZALO, Maximiliano, “Los conventos de Monjas en la Segovia del Antiguo Regimen (1768-1836). Aspectos demograficos y economicos”, in Hispania Sacra, Vol. XLV (n.º 92), Madrid, Centro de Estudios Historicos, 1993, pp. 631 a 653.

BAULANT, Micheline, “Du bon usage des dîmes dans la région parisienne”, in Les fluctuations du produit de la dîme, (org.) Joseph Goy e Emmanuel Le Roy Ladurie, Paris, Mouton & Co, 1972, pp. 25 a 39.

BAZ VICENTE, María J., El patrimonio de la casa de Alba em Galicia en el siglo XIX, Lugo, 1991.

BECKETT, J. V., The Agricultural Revolution, Osford, Blackwell, 1990.

BILBAO, Luis María e FERNÁNDEZ DE PINEDO, Emiliano, “Evolución del producto agrícola bruto en el País Vasco peninsular, 1537-1850. Primera aproximación a través de los diezmos y de la primicia”, in Prestations paysannes, dîmes, rente foncière et mouvement de la production agricole à l'époque préindustrielle, (org.) Joseph Goy e Emmanuel Le Roy Ladurie, Paris, Mouton Éditeur, Volume I, 1982, pp. 313 a 327.

BILBAO, Luis María e FERNÁNDEZ DE PINEDO, Emiliano, “La evolucion del producto agricola bruto en la llanada Alavesa, 1611-1813”, in Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Históricas. III - Historia Moderna, Santiago de Compostela, 1975, pp. 109 a 141.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “A revolução de 9 de Setembro de 1836: a lógica dos acontecimentos”, in Análise Social, XVIII, 1982, pp. 331 e 370.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “Comércio Externo e Política Pautal na 1.^a Metade do Séc. XIX”, in Ler História, Lisboa, Edições Salamandra, n.º 10, 1987.

7. Fontes e Bibliografia

BRANDÃO, Maria de Fátima S., Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal. O caso de Mosteiro no século XIX, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

BRANDÃO, Maria de Fátima S. e FEIJÓ, Rui Graça, “O discurso reformador de Mouzinho da Silveira”, in Análise Social, n.º 61-62, 1980, pp. 237 a 258.

BRAVO DE LOZANO, Jesús, “Cura rico/Cura pobre. Notas sobre rentas eclesiásticas en el Madrid de fines del siglo XVII”, in Iglesia y Sociedad en el Antiguo Régimen, (eds.) Enrique Martínez Ruiz e Vicente Suárez Grimón, Asociación Española de História Moderna, Volume I da III Reunión Científica, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1994, pp. 129 a 139.

BURGO LÓPEZ, M. Concepción, “La estructura economica del cabildo de Lugo a finales del siglo XVIII”, in Obradoiro de Historia Moderna, nº2, Universidade de Santiago de Compostela, 1993, pp. 65-83.

BURGO LÓPEZ, M. Concepción, “Politica económica y gestion administrativa en las entidades monasticas femeninas”, in I Congreso Internacional del Monacato Femenino en España, Portugal y América, 1492-1992, Universidad de León, Secretariado de Publicaciones, Volume II, 1993, pp. 569 a 585.

BRIC, Maurice J., “The Tithe System in XVIIIth-Century Ireland”, in Proceedings of the Royal Irish Academy, nº 86, 1986, pp. 271-288.

CABRAL, João de Pina, “O pároco rural e o conflito entre visões do mundo no Minho”, in Estudos Contemporâneos, n.º 2-3, Porto, 1981.

CALLAHAM, William J, Iglesia, poder y sociedad en España, 1750-1874, Madrid, Nerea, 1989.

CANALES, Esteban, “Hacienda, Iglesia y diezmos durante el Trienio Constitucional”, in O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX, Lisboa, Sá da Costa, Vol. I, 1982.

7. Fontes e Bibliografia

CANALES, Esteban, “Diezmos y Revolución Burguesa en España”, in Historia Agraria de la España Contemporánea, (eds.) Ángel García Sanz y Ramon Garrabou, Barcelona, Editorial Crítica, Vol. I, 1985, pp. 245 a 274.

CAPELA, José Viriato, Os votos de Santiago no Arcebispado de Braga, Braga, 1979.

CAPELA, José Viriato, Os rendimentos dos párocos do concelho e arciprestado de Barcelos nos fins do Antigo Regime e durante o séc. XIX, separata de Barcellos Revista, Barcelos, 2 (1), 1984.

CAPELA, José Viriato, Produção e comércio do vinho dos Arcos (1750-1850), Arcos de Valdevez, 1984.

CAPELA, José Viriato, Entre Douro e Minho 1750-1830. Finanças, administração e bloqueamentos estruturais no Portugal moderno, (Tese de Doutoramento), Braga, 1987.

CAPELA, José Viriato, “Braga, um Município Fidalgo – As lutas pelo controlo da câmara entre 1750 e 1834”, in Cadernos do Noroeste, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Vol. II (2-3), 1989, pp. 301 a 339.

CAPELA, José Viriato, “Igreja, Sociedade e Estado na partilha dos bens eclesiásticos: dízimos e direitos paroquiais no Arcebispado de Braga nos fins do Antigo Regime”, in Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga, Vol. II, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1990, pp. 421 a 488.

CAPELA, José Viriato, “Esposende nos fins do Antigo Regime. Horizontes marítimos, bloqueamentos terrestres e concorrência regional”, in Cadernos do Noroeste, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Vol. IV (6-7), 1991, pp. 101 a 127.

7. Fontes e Bibliografia

CAPELA, José Viriato, O Minho e os seus municípios. Estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal, Braga, Universidade do Minho, 1995.

CAPELA, José Viriato, A Revolução do Minho de 1846. Os difíceis anos de implantação do liberalismo, Braga, Governo Civil de Braga, 1997.

CARDOSO, José Luís, O Pensamento Económico em Portugal nos Finais do Século XVIII 1780-1808, Lisboa, Editorial Estampa, 1989.

CARVALHO, J. Vaz de, “A Igreja em Portugal - Implantação Territorial e Estrutural”, in Economia e Sociologia, n.º 25-26, Évora, 1981, pp. 9 a 32.

CHARBONNIER, Pierre, “Les dîmes auvergnates du XVe au XVIIIe siècle”, in Les fluctuations du produit de la dîme, (org.) Joseph Goy e Emmanuel Le Roy Ladurie, Paris, Mouton & Co, 1972, pp. 180 a 213.

CLAVERO SALVADOR, Bartolomé, “«Fiscus ecclesiasticus»: cuestión del derecho canónico ante la desamortización”, in Desamortización y Hacienda Pública, Madrid, Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentacion e Ministério de Economia y Hacienda, Tomo II, 1986, pp. 613-628.

CORREIA, José Eduardo Horta, Liberalismo e Catolicismo. O problema congreganista (1820 - 1823), Coimbra, 1974.

COSTA, Fernando Dore, “Capitalistas e serviços: empréstimos, contratos e mercês no final do século XVIII”, in Análise Social, n.ºs 116 - 117, 1992, pp. 441 a 460.

COSTA, P. Avelino de Jesus da, O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga, Coimbra, 1959.

7. Fontes e Bibliografia

COSTA, P. Avelino de Jesus da, “Constituições Diocesanas Portuguesas dos Séculos XIV e XV”, in Bracara Augusta, Braga, Câmara Municipal de Braga, Vol. XXXI, 1977.

COSTA, P. Avelino de Jesus da, “A Comarca Eclesiástica de Valença do Minho”, in Actas do 1º Colóquio Galaico-Minhoto, Vol. I, Ponte de Lima, 1/5 de Setembro de 1981, pp. 69 a 240.

CUENCA TORIBIO, José Manuel, La Iglesia Española ante la revolución liberal, Madrid, 1971.

CUENCA TORIBIO, José Manuel, Sociedad y clero en la España del XIX, 1980.

CUNHA, Mafalda Soares da, A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

DOMINGUEZ ORTIZ, Antonio, Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen, Madrid, Istmo, 1979.

DOMÍNGUEZ ORTIZ, António, “Un alegato de los párocos de la Diócesis Toledana contra el desigual reparto de los diezmos”, in Hispania Sacra, n.º 68, Madrid, Centro de Estudios Historicos, 1981, pp. 533 a 539.

EIRAS ROEL, António, “Evolucion del producto decimal en Galicia a finales del Antiguo Regimen: primeras series diezmales”, in Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Históricas. III - Historia Moderna, Santiago de Compostela, 1975, pp. 51 a 90.

EIRAS ROEL, António, “Producción y precios agrícolas en la Galicia atlántica en los siglos XVII-XVIII. Un intento de aproximación a la coyuntura agraria”, in Congresso de Historia Rural. Siglos XV al XIX, U.C.M., 184, pp. 393-414.

ENCABO Y VALENCIANO, Maria Cecília, O Mosteiro de Rendufe. Propriedade e Produção agrícola (1629-1674 e 1713-1822), Porto, 1993.

7. Fontes e Bibliografia

ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA DE PONTE DE LIMA, Subsídios para a História do convento de Refóios, Ponte de Lima, 1988.

EVANS, Eric, The contentions tithe. The tithe problem and English agriculture, 1750-1850, Londres, 1976.

FARIA, Ana Mouta, O clero na conjuntura vintista (Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica), ISCTE, 1986.

FARIA, Ana Mouta, “A condição do clero português durante a primeira experiência de implantação do liberalismo: as influências do processo revolucionário francês e seus limites”, in Revista Portuguesa de História, Tomo XXIII, 1987.

FARIA, Ana Mouta, “Função da carreira eclesiástica na organização do tecido social do Antigo Regime”, in Ler História, Lisboa, Edições Salamandra, n.º 11, 1987.

FEIJÓ, Rui Graça, Liberalismo e Transformação Social, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1992.

FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho, “A classificação Sócio-profissional: uma questão em aberto”, in População e Sociedade, n.º 1, Porto, 1995, pp. 177 a 208.

FERNANDES, Paulo Jorge, As Faces de Proteu. Elites urbanas e o poder municipal em Lisboa de finais do século XVIII a 1851, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1999.

FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Angel I., “Los grupos de poder local en Galicia, 1750 - 1850”, in Noticiario de Historia Agraria, n.º 9, Universidad de Murcia, Janeiro - Junho, 1995.

FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Angel I., A fiscalidade eclesiástica en Galicia, 1750-1850, Universidade de Santiago de Compostela, tese de doutoramento inédita, 1995.

7. Fontes e Bibliografia

FERREIRA, António Matos, “A Questão Religiosa: um aspecto das relações Igreja-Estado no Portugal Oitocentista”, in Estudos Contemporâneos, nº4, Porto, 1982, pp. 113 a 135.

FERREIRA, J. Augusto, Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (Séc. III - Séc. XX), Vila Nova de Famalicão, Mitra Bracarense, Vol. I a IV, 1928 a 1934.

FONSECA, Fernando Taveira da, A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo Social e Económico, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1995.

FRÊCHE, Georges, “Dîme et production agricole. Remarques méthodologiques à propos de la région toulousaine”, in Les fluctuations du produit de la dîme, (org.) Joseph Goy e Emmanuel Le Roy Ladurie, Paris, Mouton & Co, 1972, pp. 214 a 244.

FREIRE, Dulce, Dízimos no distrito de Lisboa: os últimos 5 anos (1827-1831), Lisboa, F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, 1996.

GARCIA FIGUEROLA, Luis Carlos, La economia del cabildo salmantino del siglo XVIII, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1989.

GARCÍA SANZ, Angel, “Los Diezmos del Obispado de Segovia del Siglo XV al XIX: problemas de método, modos de percepcion y regimenes sucesivos de explotacion”, in Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Históricas. III - Historia Moderna, Santiago de Compostela, 1975, pp. 143 a 152.

GARCÍA SANZ, Angel, La production de cereales y leguminosas en Castilla La Vieja: Los Diezmos del Obispado de Segovia de 1570 - 1800, Madrid, 1977.

GARZON PAREJA, Manuel, Diezmos y tributos del Clero de Granada, Granada, 1974.

GARZON PAREJA, Manuel, Tributos Campesinos a la Iglesia en el Reino de Granada, Granada, 1977.

7. Fontes e Bibliografia

GODINHO, Vitorino Magalhães, Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa, 2.^a edição, Lisboa, Editora Arcádia, 1975.

GOMES, Joaquim Ferreira, Estudos para a História da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1991.

GONZALVO VALLESPÍ, José Carlos, “La abolición del diezmo y la disolución del régimen señorial en el ducado de Híjar”, in Señorio y Feudalismo en la Península Ibérica, (eds.) Esteban Sarasa Sánchez e Eliseo Serrano Martín, Zaragoza, Institución «Fernando El Católico», Volume IV, 1993, pp. 397 a 411.

HERNANZ ELVIRA, José Luis e JIMÉNEZ DE LA HERA, Fernando, “Estructuración de la renta feudal en los conventos de la Orden Militar de Santiago a fines del Antiguo Régimen”, in Señorio y Feudalismo en la Península Ibérica, (eds.) Esteban Sarasa Sánchez e Eliseo Serrano Martín, Zaragoza, Institución «Fernando El Católico», Volume III, 1993, pp. 527 a 545.

IBÁÑEZ RODRÍGUEZ, Santiago, “El diezmo en La Rioja (XVI-XVIII)”, in Brocar. Cuadernos de Investigación Histórica, n.º 18, Universidad de La Rioja, 1994, pp. 189 a 222.

JUSTINO, José David Gomes, A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810 - 1913, Lisboa, Vols. I e II, 1986.

KAIN, Roger J. P. e PRINCE, Hugh, The Tithe Surveys of England and Wales, Cambridge, University Press, 1985.

LADURIE, Emmanuel Le Roy e GOY, Joseph, Tithe & Agrarian History from the Fourteenth to the Nineteenth Century, Cambridge, University Press, 1982.

LAGO PEÑAS, Pedro, “A abolición do décimo en Galicia”, in Donos de seu. Estudos de historia agraria de Galicia, (ed.) Ramón Villares, Barcelona, Sotelo Blanco, 1988, pp. 21 a 77.

7. Fontes e Bibliografia

LOMBARDERO-VIÑAS, Jaime Garcia, “Hacia una Historia economica de las nacionalidades. Datos para el estudio de la estructura del poder economico del clero galego en el siglo XVIII”, in Hacienda Pública Española, 38, 1976, pp. 101 a 109.

LORCIN, M.-T., “La fraude des décimables: mouvement court ou mouvement long?”, in Prestations paysannes, dîmes, rente foncière et Mouvement de la production agricole à l’époque préindustrielle, (org.) Joseph Goy e Emmanuel Le Roy Ladurie, Paris, Mouton Éditeur, Volume II, 1982, pp. 599 a 606.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal, A Casa e o Estado do Infantado 1654-1706, Lisboa, JNICT, 1995.

LOUSADA, Maria Alexandre, O miguelismo (1828-1834). O discurso político e o apoio da nobreza titulada, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1987.

LOUSADA, Maria Alexandre e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Revoltas absolutistas e movimentação camponesa no Norte, 1826-1827 (algumas notas)”, in AAVV, O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX, Lisboa, Sá da Costa, Vol. II, 1982, pp. 169 a 181.

MACEDO, Jorge Borges de Macedo, “O Anti-clericalismo em Portugal no século XIX”, in Communio, Revista Internacional Católica, n.º 5, Lisboa, 1985.

MADUREIRA, Nuno Luís, Inventários. Aspectos do consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Economia e Sociologia Históricas, séculos XV-XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1989.

MADUREIRA, Nuno Luís, Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

7. Fontes e Bibliografia

MAGALHÃES, Joaquim Romero de, “Alguns aspectos da produção agrícola no Algarve: fins do século XVIII – princípios do século XIX”, in Revista Portuguesa de História, n.º 22, 1985, pp. 1 a 29.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de, O Algarve Económico 1600-1773, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

MAIA, Fernanda Paula Sousa, “Um episódio de especulação com cereais em finais do séc. XVIII”, in Revista de Ciências Históricas, Universidade Portucalense, Vol. IV, 1989, pp. 321 a 325.

MAIA, Fernanda Paula Sousa, O Mosteiro de Bustelo: propriedade e produção agrícola no Antigo Regime (1638 - 1670 e 1710 - 1821), Porto, Universidade Portucalense, 1991.

MAIA, Fernanda Paula Sousa, “A Renda e o Rendeiro na Época Moderna. Breve estudo sociológico”, in Señorio y Feudalismo en la Península Ibérica, (eds.) Esteban Sarasa Sánchez e Eliseo Serrano Martín, Zaragoza, Institución «Fernando El Católico», Volume III, 1993, pp. 631 a 648.

MARCADÉ, Jacques, “Le diocèse de Beja dans la seconde moitié du XVIIIe siècle”, in Bulletin des Etudes Portugaises, Institut Français au Portugal, N.º 32, 1971, pp. 55 a 69.

MARTINEZ RODRIGUEZ, Enrique, La Universidad de Santiago de Compostela al final de la época autonómica, Universidade de Santiago de Compostela, 1981.

MARTÍN RIEGO, Manuel, Diezmos eclesiásticos, renta y gastos de la mesa arzobispal hispalense (1750-1800), Sevilha, 1990.

MATTOSO, António Gonçalves, “A paróquia - sua evolução histórica e influência civilizadora”, in Lumen, Vol. XXVII, 1963.

7. Fontes e Bibliografia

MATTOSO, José, “A História das Paróquias em Portugal”, in Aufsätze Zur Portugiesischen Kulturgeschichte, n.º 16, 1980, pp. 1 a 15.

MELÓN JIMÉNEZ, Miguel Ángel, “Los diezmos de la diócesis de Coria (1566-1773)”, in Studia Historica. Historia Moderna, Vol. V, Universidad de Salamanca, 1987, pp. 177 a 191.

MENDES, José Maria Amado, Memória sobre a Província do Minho pelo 2º Visconde de Balsemão, Coimbra, Universidade, 1980.

MENDES, José Maria Amado, “A Província de Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII”, in Estudos Contemporâneos, n.º 1, Porto, Secretaria de Estado da Cultura, 1980, pp. 9 a 44.

MENDES, José Maria Amado, Trás-os-Montes nos fins do séc. XVIII, segundo um manuscrito de 1796, Coimbra, INIC, 1981.

MÓNICA, Maria Filomena, “Negócios e política: os tabacos (1800-1890)”, in Análise Social, n.º 116 - 117, 1992, pp. 461-479.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Lavradores, Frades e Forais: Revolução Liberal e Regime Senhoria na Comarca de Alcobaça (1820-1824)”, in Ler História, n.º 4, 1985, pp. 31 a 87.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Notas sobre Nobreza, Fidalguia e Titulares nos Finais do Antigo Regime”, in Ler História, n.º 10, 1987, pp. 15 a 49.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Revolução Liberal e Regime Senhoria: «A Questão dos Forais» na Conjuntura Vintista”, in Revista Portuguesa de História, Tomo XXIII, 1987, pp. 143 a 182.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Os rendimentos da aristocracia portuguesa na crise do Antigo Regime”, in Análise Social, n.º 111, 1991, pp. 361 a 384.

7. Fontes e Bibliografia

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832), Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Os comendadores das ordens militares (1668-1832): perspectivas de uma investigação”, in As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa – Actas do II Encontro sobre Ordens Militares, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 1997, pp. 217-229.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo e OLIVAL, Fernanda, Mobilidade Social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820), texto policopiado, s. d.

MORGADO GARCÍA, Arturo, “El bajo clero secular de la diócesis de Perpiñan (Elna) en el siglo XVIII”, in Pedralbes. Revista d’Història Moderna, n.º 11, Barcelona, Universitat de Barcelona, 1989, pp. 137 a 155.

MORGADO GARCÍA, Arturo, “La Iglesia Gaditana ante la crisis del Antiguo Régimen (1800-1833)”, in Hispania Sacra, Vol. XLVIII (n.º 97), Madrid, Centro de Estudios Historicos, 1996, pp. 301 a 327.

MORGADO GARCÍA, Arturo, “El alto clero gaditano durante el Antiguo Régimen (1600-1833)”, in Sutia Historica. Historia Moderna, n.º 16, Universidad de Salamanca, 1997, pp. 223 a 255.

MUÑOZ DUEÑAS, María Dolores, “Desamortización y abolición del diezmo en Córdoba”, in Desamortización y Hacienda Pública, Madrid, Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentacion e Ministério de Economia y Hacienda, Tomo II, 1986, pp. 499 a 521.

MUÑOZ DUEÑAS, Maria Dolores, El diezmo en el obispado de Córdoba, (1750-1845), Córdoba, Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1988.

7. Fontes e Bibliografia

NETO, Vítor, “O Estado e a Igreja”, in História de Portugal, (dir.) José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. V, 1993, pp. 265-283.

OLIVEIRA, Aurélio de, Elementos para a história dos preços na região bracarense (1680 - 1830), separata de Bracara Augusta, Braga, Vol. XXV - XXVI, 1973.

OLIVEIRA, Aurélio de, A Abadia de Tibães, 1630-80/1813. Propriedade, exploração e produção agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime, Porto, 1979.

OLIVEIRA, Aurélio de, “A renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (Séculos XVII e XVIII). Alguns aspectos e problemas”, in Revista de História Económica e Social, nº6, Julho-Dezembro, 1980, pp. 1 a 56.

OLIVEIRA, Aurélio de, “Rendas e Arrendamentos da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães (1684-1731)”, in Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Vol. II, Guimarães, 1981, pp. 99 a 121.

OLIVEIRA, Aurélio de, “Dîmes et mouvement de la production agricole. Le Nord-Ouest portugais, 1626-1821”, in Prestations paysannes, dîmes, rente foncière et Mouvement de la production agricole à l'époque préindustrielle, (org.) Joseph Goy e Emmanuel Le Roy Ladurie, Paris, Mouton Éditeur, Volume I, 1982, pp. 463 a 477.

OLIVEIRA, Aurélio de, “Contabilidade Monástica e Produção Agrícola durante o Antigo Regime: os Dízimos do Mosteiro de Santo Tirso. 1626-1821”, in Actas do Colóquio de História Local e Regional, Santo Tirso, 1982, pp. 131 a 179.

OLIVEIRA, Aurélio de, Mercados a Norte do Douro. Algumas considerações sobre a história dos preços em Portugal e a importância dos mercados regionais: (séculos XVII - XVIII), Porto, 1985.

OLIVEIRA, Aurélio de, Níveis de produção vinícola no Entre Douro e Minho. 1629-1822, Porto, 1986.

7. Fontes e Bibliografia

OLIVEIRA, Aurélio de, “A Mitra e o Clero bracarense na crise do século XVII”, *in* Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga, Vol. II, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1990, pp. 181 a 207.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de, O edifício do convento do Salvador, Braga, 1994.

OLIVEIRA, João Nunes de, A produção agrícola de Viseu entre 1550 e 1700, Câmara Municipal de Viseu, 1990.

OLIVEIRA, P. Miguel de, As paróquias rurais portuguesas, sua origem e formação, Lisboa, União Gráfica, 1950.

OLIVEIRA, P. Miguel de, Privilégios do Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa, Lisboa, União Gráfica, 1950.

PEDREIRA, Jorge Miguel, “Indústria e atraso económico em Portugal (1800-25). Uma perspectiva estrutural”, *in* Análise Social, n.º 97, 1987, pp. 563-596.

PEDREIRA, Jorge Miguel, “Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais”, *in* Análise Social, n.ºs 116 - 117, 1992, pp. 407-446.

PEDREIRA, Jorge Miguel, Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, (Tese de Doutoramento em Sociologia), 1995.

PEIXOTO, José Carlos Gonçalves, O Colégio de S. Caetano. Instituição bracarense (1791-1998), Braga, Colégio de S. Caetano, 1998.

PEREIRA, Isaías da Rosa, Inventário provisório do Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa, Lisboa, União Gráfica, 1972.

PEREIRA, Miriam Halpern (coord.), Mouzinho da Silveira. Obras, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2 vols., 1989.

7. Fontes e Bibliografia

PÉREZ GARCÍA, José Manuel, “La agricultura gallega e os sus rendimientos. Un estudo evolutivo, 1700/1850”, in Revista Gallega de Estudos Agrarios, 9, 1983.

PÉREZ GARCÍA, José Manuel, “La agricultura gallega de mediados del siglo XVIII a través de sus rendimientos. Una respuesta alternativa.”, in Congresso de História Rural. Siglos XV al XIX, U.C.M., 1984, pp. 415-450.

PINTO, José Madureira, “Solidariedade de vizinhança e oposições de classe em meio rural”, in Análise Social, XVII, 1981, pp. 199 a 229.

RAMOS, Carlos R. e PITA, Luís, “A Apicultura em Portugal no Século XIX”, in AAVV, Vipasca. Arqueologia e História, Aljustrel, Câmara Municipal de Aljustrel, n.º 6, 1997, pp. 55-94.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, “Situação do Cabido bracarense no regime liberal” in Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga, Vol. II, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1990, pp. 527 a 541.

REIS, António do Carmo, O Liberalismo em Portugal e a Igreja Católica, Lisboa, Editorial Notícias, 1988.

REIS, António P. Matos, Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, Braga, 1980.

REIS, António P. Matos, “O preço dos cereais em Ponte de Lima (1625-1925)”, Sep. do Almanaque de Ponte de Lima, Ponte de Lima, 1980.

REIS, Jaime, “Aspectos económicos de Viana do Castelo em 1840: um inquérito esquecido.”, in Studium Generali, Porto, n.º 2-3, 1981, pp. 143 a 198.

REY CASTELAO, Ofelia, “Estructura y evolución de una economía rentista de Antiguo Régimen: La Mitra Arzobispal de Santiago”, in Compostellanum, XXXV, Santiago de Compostela, 1990, pp. 459 a 488.

7. Fontes e Bibliografia

REY CASTELAO, Ofelia, “La crisis de la economía de las instituciones eclesiásticas de Galicia”, in Señores y campesinos en la Península Ibérica, siglos XVIII-XX, (eds.) Pegerto Saavedra e Ramón Villares, Barcelona, Editorial Crítica, Volume I, 1991, pp. 261 a 303.

REY CASTELAO, Ofelia, “El reparto social del diezmo en Galicia”, in Obradoiro de Historia Moderna, nº1, Universidade de Santiago de Compostela, 1992, pp. 145-162.

REY CASTELAO, Ofelia, “Las economías monásticas femeninas ante la crisis del Antiguo Regimen”, in I Congreso Internacional del Monacato Femenino en España, Portugal y América, 1492-1992, Universidad de León, Secretariado de Publicaciones, Volume II, 1993, pp. 105 a 130.

RIBEIRO, Orlando, Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico, Lisboa, Sá da Costa, 1987.

RIBEIRO, Orlando, Entre Douro e Minho, Universidade do Porto, 1987.

RIBEIRO, Orlando e LAUTENSACH, Hermann, Geografia de Portugal, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 4 Vols., 1987.

ROWLAND, Robert, “Âncora e Montaria, 1827. Duas freguesias do Noroeste segundo os livros de registo das Companhias de Ordenanças”, in Estudos Contemporâneos, n.º 1, Porto, Secretaria de Estado da Cultura, 1980, pp. 199 a 242.

SAAVEDRA FERNÁNDEZ, Pegerto, Economía, Política y Sociedad en Galicia: La provincia de Mondoñedo 1480-1830, Santiago, 1985.

SAAVEDRA FERNÁNDEZ, Pegerto, “La economía del monasterio de Carracedo, ca. 1700-1834”, in Studia Historica. Historia Moderna, Vol. V, Universidad de Salamanca, 1987, pp. 241-282.

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, A 2ª experiência constitucional portuguesa, 1826-1828, Dissertação de Doutoramento em Estudos Portugueses

7. Fontes e Bibliografia

apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988, policopiado.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1997.

SERRÃO, Joel; DIAS, José Pedro da Silva; MATA, Maria Eugénia e VALÉRIO, Nuno, “População activa e população na vida religiosa em Trás-os-Montes nos finais do Séc. XVIII”, in Análise Social, n.º 47, Vol. XII, 1976, pp. 748 a 762.

SILBERT, Albert, Le Problème Agraire Portugais au Temps des Premières Cortès Libérales, Paris, PUF, 1968.

SILBERT, Albert, Le Portugal Méditerranéen à la fin de l’Ancien Régime, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 3 Vols., 1978.

SILBERT, Albert, Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista, Lisboa, Livros Horizonte, 1981.

SILVA, Célia Maria Taborda da, O Mosteiro de Ganfei, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1994.

SILVA, José Álvaro Ferreira da, “Estruturas Agrárias e Relações Sociais - fontes para o seu estudo (décimas e cartórios notariais)”, in Maria José da Silva Leal e Miriam Halpern Pereira (dir.), Arquivo e Historiografia, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, pp. 327 a 353.

SILVEIRA, Luís Espinha da, “Aspectos da evolução das finanças públicas nas primeiras décadas do século XIX (1800-27)”, in Análise Social, n.º 97, 1987.

SILVEIRA, Luís Espinha da, Revolução Liberal e Propriedade. A Venda dos Bens Nacionais no Distrito de Évora (1834-1852), Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988.

7. Fontes e Bibliografia

SILVEIRA, Luís Espinha da, “La desamortización en Portugal”, in La Desamortización en la Península Ibérica, German Rueda (ed.), Madrid, Marcial Pons, 1993, pp. 29-60.

SILVEIRA, Luís Espinha da, Território e Poder. Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal, Cascais, Patrimonia Historica, 1997.

SILVEIRA, Luís Espinha da (coord.), Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849. Edição Crítica, Lisboa, INE, 3 vols., 2001.

SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva, Visitações e Inquéritos Paroquiais da Comarca de Torre de Moncorvo de 1775-1845, Braga, Tip. “diário do Minho”, 1981.

SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva, “Conflitos jurisdicionais entre a Colegiada e o Arcebispo de Braga (Século XIII a 1831)”, in Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Vol. II, Guimarães, 1981, pp. 11 a 29.

SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva, “O Arciprestado de Guimarães no inquérito de 1845”, in Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Vol. III, Guimarães, 1981, pp. 39 a 74.

SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva, A sociedade Pontelimiense na primeira metade do século XIX: o inquérito do arciprestado de 1845-46, Ponte de Lima, Arquivo de Ponte de Lima, 1986.

SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva, Monografia de S. Pedro de Esmeriz, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1987.

SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva, A Arquidiocese de Braga no Século XVII. Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550 - 1700), Braga, Universidade do Minho, Vol. I e II, 1993.

7. Fontes e Bibliografia

SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva, “O Seminário de Braga: origem, dificuldades, criação”, in Actas do Congresso de História no IV centenário do Seminário de Évora, Vol. II, Évora, 1994, pp. 65 a 80.

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, Senhorio e Feudalismo em Portugal. (Sécs XII-XIX). Reflexões sobre um debate historiográfico, separata de Señorio y Feudalismo en la Península Ibérica. SS. XII.XIX, Zaragoza, Institución “Fernando El Católico”, 1993.

SOUSA, Fernando de, Subsídios para a história social do arcebispado de Braga. A comarca de Vila Real nos fins do século XVIII, separata da revista Bracara Augusta, Braga, Tomo XXX, fascículo 70, 1976.

SOUSA, Fernando de, A população portuguesa nos inícios do século XIX, Porto, Vols. I e II, 1979.

SOUSA, Fernando de, O Clero a Norte do Douro em Finais de Setecentos, Tese complementar de doutoramento, Universidade do Porto, 1979.

SOUSA, Fernando de, O clero da diocese do Porto ao tempo das Cortes Constituintes, Porto, 1979.

SOUSA, Fernando de, “O Rendimento das Ordens Religiosas nos Finais do Antigo Regime”, in Revista de História Económica e Social, Lisboa, Sá da Costa, n.º 7, 1981.

SOUSA, Fernando de e ALVES, Jorge Fernandes, Alto Minho. População e Economia nos Finais de Setecentos, Lisboa, Editorial Presença, 1997.

TENGARRINHA, José, Movimentos Populares Agrários em Portugal, 2 vols., Mem-Martins, Europa-América, 1994.

TERUEL GREGORIO DE TAJADA, Manuel, Obispos liberales. La utopía de un proyecto (1820-1823), Lleida, Milenio, 1996.

7. Fontes e Bibliografia

VAN BATH, B. H. Slicher, História Agrária da Europa Ocidental. 500-1850,

VAQUINHAS, Irene Maria e FONSECA, Fernando Taveira da, “Os actos notariais como fonte para a história económica e social”, *in* Maria José da Silva Leal e Miriam Halpern Pereira (dir.), Arquivo e Historiografia, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, pp. 355 a 377.

VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome de, Inventário das Visitas e Devassas, Braga, Arquivo Distrital de Braga, 1986.

VAZ, A. Luís, O Cabido de Braga. 1071-1971, Braga, Editor José Dias de Castro, 1971.

VILLARES PAZ, Ramón, “La economia del clero regular gallego ante la desamortización”, *in* Cuadernos de Estudos Gallegos, XXXII (96-97), Santiago de Compostela, 1981, pp. 81 a 139.

VILLARES PAZ, Ramón, Foros, Frades e Fidalgos. Estudos de Historia Social de Galicia, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 1982.

VILLARES PAZ, Ramón, “A desamortização dos bens do clero regular na província de Lugo, 1837-51”, *in* Cadernos de Ciências Sociais, nº 5, Porto, 1984, pp. 95-112.

VILLARES PAZ, Ramón, História da Galiza, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

VILLARES PAZ, Ramón, “A História Agrária da Espanha Contemporânea. Interpretações e tendências”, *in* Ler História, n.º 35, 1998, pp. 153 a 178.

VOGT, Jean, “Pour une étude sociale de la dîme. Esquisse de la tenure de la dîme en Alsace, XVIe-XVIIIe siècles”, *in* Les fluctuations du produit de la dîme, (org.) Joseph Goy e Emmanuel Le Roy Ladurie, Paris, Mouton & Co, 1972, pp. 103 a 133.

1 – Descrição e crítica das fontes

O inquérito de 1821

O inquérito de 1821 foi mandado elaborar na sequência das discussões parlamentares sobre os dízimos e os rendimentos do clero. No preâmbulo da circular que lhe deu origem é referido que o inquérito iria recolher informações “sobre o estado das Paróchias, e a importancia e applicação dos Dizimos”, tendo em vista “extinguir (...) os direitos de estola e pé de altar” e “aumentar as congruas” dos párocos.

Os quesitos eram variados⁵⁶⁵, no entanto, as respostas recebidas não foram completas. No caso do arcebispado de Braga, os mapas enviados para o parlamento forneciam dados sobre o número de paróquias, de fogos, o valor dos dízimos, dos direitos de pé de altar e estola e dos passais por paróquia, a quem pertenciam os dízimos e os restantes rendimentos, quais as cõngruas dos párocos e quem concorria para os encargos com a fábrica das igrejas. Porém, ficaram a faltar, na maioria dos casos, informações detalhadas acerca dos produtos sobre os quais recaía o dízimo, sobre as mudanças na malha paroquial, sobre o número de clérigos e párocos necessários para a manutenção dessa nova rede de paróquias e sobre a possibilidade de se extinguirem colegiadas e benefícios simples.

Que validade podemos atribuir às informações constantes dos mapas? Um inquérito deste género necessita ser encarado com algum cuidado. Primeiro, não nos podemos esquecer de que foi feito num período conturbado, pouco tempo depois de uma revolução. Depois, os próprios objectivos a que se propunha, que implicavam uma profunda reforma da Igreja, tanto na sua base material, como na sua estrutura

⁵⁶⁵ Cf. AHP, Secção I-II, cx. 72, doc. 2.

administrativa, não facilitaram, certamente, uma adesão sem conflitos ou desconfianças por parte da hierarquia religiosa. Prova disso são as poucas respostas, e quase sempre vagas, que se podem encontrar nos mapas sobre as mudanças nas paróquias, no número de religiosos ou no valor das suas cóngruas. A Igreja, pelo menos o arcebispado de Braga, dava informações sobre a situação actual, mas não se queria comprometer para o futuro, recusando opiniões sobre as reformas ou, então, afirmando simplesmente que estas iriam trazer incómodos às populações.

Contudo, pensamos poder aproveitar, com alguma confiança, os dados referentes à estrutura do arcebispado, aos rendimentos das paróquias e à sua repartição pelos vários interessados. É evidente que uma análise mesmo superficial dos valores apontados para os dízimos ou o pé de altar, por exemplo, leva à verificação da existência de arredondamentos e, em alguns casos, certamente, subvalorização. Não nos podemos esquecer de que estas informações poderiam servir não só para uma alteração dos rendimentos eclesiásticos, mas, também, para fins fiscais. Porém, a utilização destes dados é possível pois trata-se, essencialmente, de verificar o peso relativo dos direitos paroquiais no rendimento total dos párocos, em confronto com os rendimentos dos dízimos ou das cóngruas e não do recurso sistemático aos valores absolutos.

Outra utilização é, claramente, a de complemento em relação ao inquérito de 1836 no que se refere às informações de carácter qualitativo, nomeadamente, na questão dos interessados ou proprietários dos dízimos. Neste caso foi possível aferir da fiabilidade das duas fontes através da comparação com informes recolhidos nos arquivos das próprias instituições beneficiárias, como era o caso, por exemplo, da Casa do Infantado ou da Colegiada de Guimarães.

Por fim, outro dos factores que nos levou a utilizar esta fonte foi o facto de ela se nos apresentar como única para o período em questão. Em mais nenhum documento da

época, pelo menos até ao momento conhecido, podemos encontrar informações tão sistematizadas e abrangentes como as que são possíveis de recolher através do inquérito de 1821. Convém destacar o facto de os mapas dele resultantes abarcarem a quase totalidade do arcebispado de Braga, que tinha cerca de 1290 freguesias, e apresentarem dados uniformes ao nível da paróquia.

O inquérito de 1836

Este mesmo argumento pode ser tido em conta quando abordamos o inquérito de 1836. Também ele apresenta dados para uma vasta região, no caso presente, correspondente às antigas comarcas civis de Valença, Braga e a parte das de Viana, Guimarães e Barcelos e às eclesiásticas de Valença e grande parte da de Braga. O Inquérito era constituído por 5 quesitos: nos dois primeiros eram requeridos o produto dos dízimos de cada paróquia, as espécies e quantidade da sua arrecadação e os locais onde eram armazenados. Com o terceiro pretendia-se averiguar os encargos que recaíam sobre os dízimos, as suas quotas e quantidades e se eram pagos antes ou depois da distribuição dos mesmos. O quarto pedia informes sobre os interessados nos dízimos e as respectivas quotas. Por fim, com o quinto quesito procurava-se saber o método de arrecadação daqueles, sendo indicado o nome e residência dos rendeiros, no caso de arrendamento, ou dos administradores e feitores, quando administrados directamente.⁵⁶⁶ Tudo para os anos de 1827 a 1831.

Deste inquérito, mandado executar por portaria de 29 de Novembro de 1836, resultariam diversos "mapas" concelhios que seriam, depois, agrupados num "mapa geral demonstrativo" de cada distrito. Todos estes, bem como as informações que lhe

⁵⁶⁶ Cf. Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837, pp. 175-176.

tinham servido de suporte, deveriam ser enviados para o Tesouro Público Nacional com a "maior urgência".

É assim que no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (AHMF), depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), se encontram os referidos mapas acondicionados em diversas caixas. As respostas dos distritos de Viana e Braga estão guardadas, respectivamente, nas caixas n.º 4306 e 4308.

Os quesitos vêm respondidos em 3 “mapas” distintos para cada concelho. Um primeiro, "letra B", apresenta os dados quantitativos, sendo referidos os produtos de que se cobravam dízimos e as suas quantidades por freguesias e por anos. Num segundo mapa, igualmente, identificado com a "letra B" são respondidos os quesitos segundo, terceiro, quarto e quinto. Por fim, é apresentado um mapa "letra A" onde se faz um cálculo médio do produto da cobrança dos dízimos nos 5 anos, por freguesias. Estes são depois reunidos num quarto "mapa geral demonstrativo" do distrito.

O tratamento e utilização de toda esta informação foi problemático. Em primeiro lugar não temos a certeza dos reais motivos da realização deste inquérito. Podemos fazer conjecturas, mas não passam disso mesmo. O inquérito foi mandado realizar na “ditadura” do Setembrismo, época conturbada e politicamente instável. É sabido que a esquerda radical que estava na base do referido movimento tinha como um dos pontos do seu programa político a questão das indemnizações⁵⁶⁷. Por outro lado, as suas concepções sobre a resolução da crise financeira que então afectava o Estado passavam, também, por uma reforma do sistema tributário⁵⁶⁸. Poderiam os dados recolhidos ser igualmente utilizados na solução da questão dos rendimentos dos párocos, problema que foi alvo de legislação pelo menos em 1835, 1836 e 1838. Como é óbvio, o inquérito poderia ser usado para qualquer um destes fins, mas inclinamo-nos para a segunda

⁵⁶⁷ Cf. Vasco Pulido Valente, *Os Devoristas*, Lisboa, Quetzal Editores, 1993, pp. 71 a 77.

hipótese reforçada pela opinião de Jaime Reis que o classifica como um inquérito fiscal⁵⁶⁹. Porém, aparentemente nem os próprios contemporâneos do inquérito conseguiram deslindar o verdadeiro motivo da realização do mesmo, pois em 30 de Abril de 1842 uma portaria do ministério do Reino estranhava que “se houvesse incumbido semelhante trabalho aos administradores, sem que o governo de sua magestade conhecesse o que dera lugar a um tal procedimento!”⁵⁷⁰

Aquele suposto objectivo fiscal pode ter levado a uma fuga à prestação de declarações ou mesmo a declarações inexactas. Inclusive o facto de ser um inquérito mandado fazer 4 anos após a abolição dos dízimos não deve ter ajudado a uma correcta resposta ao mesmo. Efectivamente, temos conhecimento, através dos ofícios que acompanharam o envio da documentação para o “Tesouro Público”, das dificuldades que se colocaram à sua concretização⁵⁷¹. Estas prendiam-se, essencialmente, com o facto de em alguns casos não ser possível recorrer às fontes originais onde estariam registados os dados sobre os dízimos. Era o caso dos “livros dos dízimos” ou “Livros de Receita dos Dízimos”, muitos deles já desaparecidos ou, provavelmente, escondidos, o que levou a que os administradores dos concelhos tivessem de recorrer a informações orais dos párocos, colhedores ou rendeiros. Como, por vezes, nos próprios mapas é apontado os dados assim recolhidos eram “aproximativos”, não tinha sido possível “obter melhores esclarecimentos” e os que eram transmitidos resultavam de “hum calculo” ou da “lembrança” daqueles indivíduos.

Tudo isto agravado pelo facto do inquérito, mandado executar em 1836, ter sido respondido ao longo de vários anos e após diversas insistências da administração

⁵⁶⁸ Cf. Maria de Fátima Bonifácio, “A revolução de 9 de Setembro de 1836: a lógica dos acontecimentos”, in *Análise Social*, XVIII, 1982, pp. 360 e 361 e Vasco Pulido Valente, *Os Devoristas*, pp. 134 e 135.

⁵⁶⁹ Cf. Jaime Reis, “Aspectos económicos de Viana do Castelo em 1840: um inquérito esquecido.”, in *Studium Generali*, Porto, n.º 2-3, 1981, pp. 158.

⁵⁷⁰ Cf. Miguel de Bulhões, *A Fazenda Pública de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, pág. 20.

⁵⁷¹ Cf. Ofícios em ANTT, AHMF, cx. 4306 e 4308.

central. A maioria dos concelhos dos distritos de Viana e Braga responderam durante o primeiro semestre de 1838, um no segundo semestre, outro no ano de 1839, quatro em 1840, outro em 1841 e, por fim, um em 1842. Apesar das diligências houve, porém, alguns concelhos, essencialmente, de Braga que acabaram por não enviar qualquer resposta ao inquérito. É o caso de Barcelos, Cabeceiras de Basto, Celourico de Basto, Penela, Pico de Regalados, Terras de Bouro e Vila Chã e Larim ou Vila Verde. Temos assim uma melhor cobertura, quase perfeita, das freguesias da zona entre Minho e Lima, mas algumas lacunas para as da região a sul deste último rio⁵⁷². Ao todo foi possível coligir e aproveitar dados referentes a 607 freguesias.

Estes dados, pelo que já apontámos acima, puderam ser trabalhados com algumas cautelas que foram redobradas no que diz respeito às quantidades cobradas de produtos alvo de dízimo nesses cinco anos. A própria crítica interna da fonte, recorrendo a comparações entre freguesias que aparecem repetidas em dois concelhos diferentes, Aboim da Nóbrega e Ponte da Barca, permitiu verificar que dificilmente os dados dos dízimos poderiam ser aproveitados para um cálculo realista que tivesse por objectivo encontrar os valores absolutos da produção agrícola⁵⁷³. Esta lacuna foi, aliás, realçada

⁵⁷² Do distrito de Viana ficaram a faltar somente as freguesias de Aguião e Rio de Moinhos no concelho de Arcos de Valdevez e de Torre em Viana do Castelo.

⁵⁷³ As respostas às freguesias de Azias, Codeceda, Covas, Entre-Ambos-os-Rios, Grovelas, Penascals e Valões, todas do concelho de Aboim da Nóbrega, apareciam também no concelho de Ponte da Barca. Como havia repetição de informação houve que fazer uma escolha da que parecia mais fiável. Assim, no que respeita aos produtos dizimados e às suas quantidades, optou-se pela informação de Aboim da Nóbrega, pois a de Ponte da Barca era apresentada em números muito arredondados, o que parecia ser obra de um cálculo aproximado na falta de dados directos como, aliás, é referido na própria fonte. As restantes informações, sobre a distribuição dos dízimos e os rendeiros, eram complementares e não contraditórias, pelo que se optou por analisar as duas fontes e apresentar um único resultado das duas observações.

por contemporâneos do inquérito⁵⁷⁴ e também por quem sobre ele se debruçou ainda no século XIX⁵⁷⁵.

Assim, quanto às informações quantitativas tivemos o máximo de cautelas e optámos por utilizar, quase sempre, valores resultantes da média dos cinco anos declarados, para além de recorrermos o menos possível a números absolutos. Deste modo cremos que se tornou viável a sua utilização como indicadores da posição relativa e hierarquização dos vários produtos agrícolas na região minhota. Pensamos poder afirmar o mesmo para os rendimentos dos interessados nos dízimos, análise que resultou, igualmente, do recurso às mesmas médias.

Quanto às informações de carácter qualitativo, nomeadamente, as partilhas dos dízimos entre os interessados, a circulação e distribuição do produto decimal, os métodos de cobrança e administração e os informes relativos aos rendeiros, pensamos serem fiáveis e utilizáveis. Neste caso a comparação com os dados do inquérito de 1821, com dados recolhidos na documentação das diversas instituições proprietárias de dízimos e nos arquivos notariais permitiram verificar que as informações do inquérito de 1836 eram, na sua grande maioria, correctas. Serviu esta comparação, inclusive, em alguns casos, não para corrigir, mas sim para completar ou preencher lacunas e falhas de informação.

A utilidade e validade deste inquérito é evidente ao nível da distribuição dos dízimos pelos vários interessados numa mesma freguesia, pois congrega num só registo informações que, de outra forma, seriam muito difíceis de recolher e trabalhar através da documentação dispersa. Se tivéssemos tentado estabelecer o complexo quadro da

⁵⁷⁴ Efectivamente o administrador geral de Viana do Castelo escrevia, em 25 de Janeiro de 1840, que a “Relação dos Dízimos de 1827 a 1831 inclusive, exigida no fim de 1836 às Administrações dos concelhos” pecava por “falta de exactidão para menos”. Cf. Jaime Reis, “Aspectos económicos de Viana do Castelo...”, pp. 157-158.

⁵⁷⁵ Miguel de Bulhões em 1884 refere que “o resultado d’aquella portaria de 1836 foi (...) pouco valioso. Apenas vieram informações de dez governos civis, e essas incompletas, merecendo confiança bem

distribuição e circulação dos dízimos através das fontes relativas às instituições ou pelos registos notariais ficaríamos, muitas vezes, com uma visão parcial da teia de interesses que envolvia esta prestação eclesiástica nos finais do Antigo Regime. O mesmo podemos afirmar em relação aos métodos de cobrança dos dízimos, quer sobre a administração directa e, neste caso, é mesmo a única fonte que nos permite ter conhecimento dessa informação, quer sobre os arrendamentos, pois dá-nos uma quantidade de informação que, de outra forma, seria difícil de recolher pela dispersão e grande quantidade das fontes, nomeadamente, os registos notariais.

Os registos notariais e a documentação das instituições

O recurso às notas de tabeliães e outra documentação começou por ter o objectivo de confrontar e confirmar os dados dos inquéritos. Porém, a riqueza das suas informações e o facto de contemplarem outras que os inquéritos não afloravam, levou a que lhes dedicássemos uma maior atenção.

No caso dos registos notariais, numa primeira fase, adoptámos como método recolher os dados dos contratos de arrendamento que diziam respeito apenas às dizimarias declaradas no inquérito e, num segundo momento, de outros contratos em que estivessem envolvidos os rendeiros que eram já nossos conhecidos através das informações do inquérito de 1836. Assim, foi possível compilar dados para proceder a uma caracterização dos contratos de arrendamento e a um estudo do perfil sócio-económico dos rendeiros.

Centrámos a nossa atenção, como não podia deixar de ser, nas fontes relativas ao Minho e, em especial, nos registos notariais depositados nos arquivos distritais de Braga e Viana e no arquivo municipal de Guimarães. À medida que fomos avançando com a

mediocre.” Isto no que à “media dos dízimos cobrados” dizia respeito. Cf. A Fazenda Pública de Portugal, pp. 19 e 20.

nossa pesquisa vimos necessidade de alargar um pouco mais a nossa área de investigação e, nesse sentido, procedemos à consulta das fontes notariais de Lisboa.

O intervalo cronológico adoptado, pois tínhamos necessariamente de restringir a nossa pesquisa pelo grande volume de informação disponível, foi o de 1825 a 1832. Anos que cobriam os que eram declarados no inquérito e mesmo o facto de a maioria dos contratos não serem de duração anual, daí o recuo para 1825. Porém, também aqui, uma vez mais, decidimos alargar um pouco, em casos pontuais, o âmbito cronológico da pesquisa, na medida em que, para algumas instituições, era possível seguir a evolução dos arrendamentos entre a segunda década de oitocentos e o período posterior à Revolução Liberal de 1820. Numa mesma perspectiva de verificação da evolução procurámos, para alguns rendeiros, os que nos pareceram mais importantes, informações adicionais, tendo, em alguns casos, recuado até perto das Invasões Francesas.

Em relação às instituições adoptámos, em parte, o mesmo método de pesquisa que para os registos notariais, ou seja, recolhemos informação apenas daquelas que estavam presentes no inquérito.

Em relação a estas, nos arquivos minhotos não tivemos muita sorte pois, tanto a informação sobre a mitra e o cabido bracarenses, como sobre a colegiada de Valença, estavam em fase de inventariação, pelo que não nos foi permitido o acesso à mesma. Registamos, porém, o facto da documentação referente à mitra e ao cabido, depositada no Arquivo Distrital de Braga, já ter sido consultada por outros investigadores à mais de dez anos e ainda continuar em processo de inventariação.

Tivemos mais sorte no Arquivo Municipal de Guimarães, onde encontrámos uma excelente série sobre os arrendamentos das rendas da Colegiada de Nossa Senhora de Oliveira e outra sobre receita e despesa da mesma instituição.

Em Lisboa centrámos a nossa atenção na documentação da Igreja Patriarcal de Lisboa, da Casa do Infantado e da Mesa da Consciência e Ordens, tendo consultado diversos livros sobre arrendamentos das rendas que pertenciam ou eram administradas por essas entidades.

Esta documentação pelo seu carácter oficial e pela ausência de lacunas de maior, para o período que nos interessava, revelou-se muito útil conferindo um grau elevado de fiabilidade às informações aí recolhidas.

Em relação às escrituras notariais, é reconhecido que “constituem um núcleo sobre o qual se torna possível alicerçar numerosos estudos” e que asseguram “ao historiador uma base material sólida que, ao possibilitar um tratamento estatístico dos dados, confere garantia e objectividade às suas conclusões.”⁵⁷⁶

Preços e medidas

Em relação aos preços é necessário referir que os do distrito de Viana vieram com as respostas ao inquérito de 1836. No entanto, havia concelhos que não apresentavam preços para determinados produtos. Este conjunto de dados sobre os preços, em parte, merece a nossa confiança. Os próprios ofícios que acompanhavam os mapas dos dízimos referiam que, em alguns casos, resultavam em “calculos aproximados as declarações dos preços dos géneros quando absolutamente para isso lhes faltarão dados exactos”. Porém, a comparação com outras séries permitiu constatar que as diferenças nos preços dos principais géneros, os cereais e o vinho, não eram significativas, de modo que adoptámos essa relação, igualmente, por ser a mais completa de que dispúnhamos.

⁵⁷⁶ Cf. Irene Maria Vaquinhas e Fernando Taveira da Fonseca, “Os actos notariais como fonte para a história económica e social”, *in* Maria José da Silva Leal e Miriam Halpern Pereira (dir.), Arquivo e Historiografia, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, pág. 356.

Para Ponte de Lima, por exemplo, foi possível comparar para os anos de 1827 a 1831 os preços do trigo, do milho e do centeio⁵⁷⁷. Verificámos, então, que as diferenças entre a nossa série e aquela que era apresentada por António Matos Reis nunca ultrapassavam os \$060 réis, estando os preços do inquérito subvalorizados, sendo que, em alguns casos, tal se ficou a dever a claros arredondamentos.

Para Braga tínhamos notícia de uma fonte onde tal informação poderia ser encontrada e, por isso, decidimos deslocar-nos ao respectivo Arquivo Municipal⁵⁷⁸. No entanto, os esforços foram infrutíferos, pois a falta de organização do referido arquivo não nos permitiu a consulta dos *Livros do Fiel da Alfândega*⁵⁷⁹.

A utilização desta fonte teria sido bastante útil, pois ficaríamos com uma relação de preços dos principais produtos transaccionados no principal centro económico da região, o que poderia servir de baliza para os preços dos restantes concelhos. A solução foi, então, efectuar uma busca por outros arquivos municipais minhotos.

Com esse intuito deslocámo-nos aos arquivos municipais de Guimarães, de Vila Nova de Famalicão e de Esposende. No primeiro foi-nos possível consultar o *Livro da Liquidação dos Frutos*, uma excelente série de preços anuais médios das três principais feiras de Guimarães que abarca todo o século XIX. Em Famalicão, no *Livro dos Preços Camarários*, recolhemos preços para 1830-1831 numa série que termina em 1863. Este livro começou a ser preenchido em 1844, em substituição do antigo, tendo sido copiados desse os preços dos anos anteriores, começando em 1830. Por fim, em Esposende o *Livro do Fiel da Câmara* forneceu-nos preços anuais para os 5 anos que nos interessavam, numa série que começa em 1794 e termina em 1866.

⁵⁷⁷ Veja-se António P. Matos Reis, *O preço dos cereais em Ponte de Lima (1625-1925)*, 1980.

⁵⁷⁸ Esta foi utilizada por José David Gomes Justino, *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810 - 1913*, Lisboa, Vol. II, 1986, pág. 282.

⁵⁷⁹ Mesmo com as indicações que nos foram gentilmente fornecidas por David Justino e que aqui agradecemos não foi possível detectar a fonte no dito arquivo.

A recolha destes preços pareceu-nos satisfatória, pois em substituição dos preços de Braga, que seriam os ideais, tínhamos, agora, os de Guimarães, concelho que só por si representava, com 85 freguesias, uma larga fatia do inquérito, e os de 2 concelhos que poderiam servir de comparação.

A utilização destes preços camarários não coloca grandes problemas, pois as fontes onde se encontram são fiáveis e comparáveis, representando, segundo David Justino, um conjunto de “informações de pessoas idóneas, os louvados ou os medidores, respeitantes a uma determinada unidade espacial (numa vila, num concelho, ou numa província), e assumindo, na maior parte dos casos, carácter consensual.”⁵⁸⁰

2 – Metodologia

Preços e medidas

Tendo em conta a descrição que fizemos sobre as fontes relativas aos preços, convém agora referir como as utilizámos. Assim, os preços dos concelhos do futuro distrito de Braga são vários. Os de Esposende, Vila Nova de Famalicão e Guimarães são os das respectivas câmaras municipais para os anos de 1827-31. Neste caso, também não apareciam preços para determinados produtos. Para os restantes concelhos, para os produtos dos quais se ignorava o preço, ou para os anos em que faltava informação, adoptaram-se os preços da média entre Guimarães e Arcos de Valdevez que eram as séries mais completas do conjunto. Também se levou em conta o facto das suas medidas de capacidade serem as que estavam mais próximas da média de todos os concelhos (com a excepção de Soajo e Castro Laboreiro, cujas medidas eram bastante anormais), bem como a sua posição geográfica relativamente central, em relação ao restante conjunto. No caso dos produtos para os quais um dos dois concelhos referidos não tinha

⁵⁸⁰ Cf. José David Gomes Justino, *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810 - 1913*, Lisboa, Vols. II, 1986, pág. 281.

preços, não se recorreu à média, mas sim à atribuição do preço exacto do concelho onde este era apontado.

Os preços a atribuir a cada concelho não foram corrigidos de acordo com as diferenças das medidas de capacidade, que variavam de concelho para concelho, pois onde foi possível a comparação, apesar dessas diferenças, que na maior parte dos casos eram pequenas, não se notavam grandes disparidades de preços. Mesmo nos casos mais significativos, as diferenças de preços não são relevantes. Por exemplo, um alqueire de centeio de Castro Laboreiro levava muito mais litros daquele cereal que um alqueire do mesmo de Arcos de Valdevez, mas a diferença de preço era mínima, ou mesmo inexistente, o mesmo acontecendo em relação ao almude fosse ele de vinho ou de azeite.

Os preços do vinho para o distrito de Viana estavam na fonte em relação à canada. Foram alterados, através da sua multiplicação por 12, para o almude, para harmonizar a base de dados, uma vez que tanto o azeite, como o mosto, bem como os valores destes três produtos para o distrito de Braga, estavam em almudes.

No distrito de Viana o dízimo do vinho era contabilizado em canadas, mas foi mais uma vez alterado, pelas mesmas razões apontadas para os preços, para almudes.

No distrito de Braga a lã era contabilizada na fonte em libras e em Viana em arráteis. Como antigamente libra era usado como sinónimo de arrátel uniformizei todas as medidas para arráteis⁵⁸¹.

Cabaço ou cabaça era uma antiga medida de vinho que equivalia a meio almude⁵⁸². Foi assim contabilizada para calcular o valor deste tipo de pagamentos entre interessados nos dízimos. Foi necessário uniformizar essas medidas e optou-se pelo almude, no caso do vinho.

⁵⁸¹ Cf. José Pedro Machado, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. III, pág. 574.

⁵⁸² Cf. *Idem*, vol. I, pp. 621 e 622.

Carro é outra medida que aparece, especialmente com o milhão. Neste caso equivalia a 40 alqueires⁵⁸³.

O linho aparece na fonte contabilizado em “mãos”. Não foi possível estabelecer uma equivalência desta “medida” com qualquer outra conhecida, pelo que o produto foi assim contabilizado. Porém, um vez que, quando aparecia, o preço do mesmo estava também em “mãos”, podemos não saber ao certo a quantidade de linho cobrado, mas ficamos com a certeza do seu valor.

As quantidades em que os géneros eram declarados correspondiam às medidas concelhias antes da uniformização levada a cabo nos anos 60 do século XIX. Foi então necessário proceder a uma uniformização das medidas que eram referidas em cada concelho, uma vez que, por exemplo, um alqueire em Braga não era igual a um de Guimarães ou de Viana, pelo que recorremos às tabelas de medidas e pesos elaboradas por Fradesso da Silveira⁵⁸⁴. Temos que referir, contudo, que nestas não eram apontadas medidas para o concelho de Aboim da Nóbrega o que levou a que optássemos pela utilização das de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo. Esta escolha prendeu-se com razões de proximidade e contiguidade geográfica dos dois concelhos. Foi assim possível converter os valores do inquérito em litros e quilos, mantendo-se, apenas, as quantidades originais dos géneros que eram contabilizados em unidades ou daqueles cuja conversão, pelos seus particularismos, não foi possível efectuar.

Apesar de tudo, para alguns produtos não foi possível encontrar preços, pelo que todos eles, nomeados de seguida, foram contabilizados em géneros e não em dinheiro.

A maçã é um desses produtos, neste caso, cobrado só no concelho de Guimarães, em cerca de 50 freguesias. Os chicharos são cobrados em apenas 8 freguesias de Póvoa de Lanhoso mas só se encontrou preços para este produto em Valença pelo que se optou

⁵⁸³ Cf. *Idem*, vol. II, pág. 16.

pela sua não utilização, tendo em conta a conversão já feita de preços. A besta é alvo de dízimo apenas na freguesia de Brito, concelho de Guimarães. O sal só é cobrado por 3 anos e somente na freguesia de Lanhoso, concelho de Póvoa de Lanhoso. Preços para este produto só existiam nos concelhos de Ponte de Lima, Valadares, Valença e Vila Nova de Cerveira, os quais não foram utilizados, mais uma vez, tendo em conta a conversão já feita dos preços.

O caso do linho é mais complicado, pois é um produto cobrado em quase todos os concelhos. Os preços que foram possíveis de recolher para este produto eram em “mãos”. No entanto, nas freguesias de Parada (S. Salvador) e S. Maria de Bouro e nos concelhos de Amares e Caminha, este produto é contabilizado, na fonte, em arráteis; nos concelhos de Coura e Vila Nova de Cerveira em cordas; no de Monção em feixes e no de Valadares em varas. Devido a estas diferenças de medidas, o linho nestas freguesias e concelhos não é contabilizado em dinheiro pois não se encontrou um preço equivalente.

Estrutura da base de dados

As informações recolhidas no inquérito de 1836 foram sendo introduzidas numa base de dados. Numa primeira tabela foram registados os valores da cobrança dos dízimos em cada um dos anos com as medidas que vinham nas fontes e com a divisão administrativa que elas reflectiam. Numa segunda tabela foram introduzidos os preços dos diferentes géneros para os concelhos e anos respectivos. Noutras duas tabelas foram colocadas as medidas de capacidade e peso dos diferentes concelhos com a respectiva conversão para litros e quilos. Foram registados ainda, em tabelas distintas, os interessados na partilha dos dízimos, os funcionários e os rendeiros.

⁵⁸⁴ Joaquim Fradesso da Silveira, Mappas das Medidas do Novo Systema Legal comparadas com as antigas nos diversos concelhos e ilhas, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, pp. 41 a 48 e 229 a 236.

Tudo isto correspondia a uma parte da informação das fontes. Contudo, era depois necessário proceder à análise das relações que se estabeleciam entre os diferentes intervenientes no processo de cobrança, distribuição e circulação dos dízimos. Assim, em 3 tabelas de ligação foram registadas essas mesmas relações para cada freguesia e para cada ano do inquérito. Uma com os interessados nos dízimos e os funcionários da administração directa; outra com os interessados e os rendeiros; outra, por fim, com os interessados e as relações que se estabeleciam entre si nas diferentes freguesias e nos diferentes anos⁵⁸⁵. Para se ter uma noção da complexidade dessas relações atente-se no facto de termos informação para 607 freguesias, para 5 anos diferentes e nas quais encontrámos, para além de um número razoável de funcionários e rendeiros, 1062 indivíduos ou instituições de algum modo interessados na partilha dos dízimos.

A introdução de todos estes dados no computador foi morosa, mas permitiu depois um tratamento da informação extraordinariamente rápido e fiável. Procedeu-se de forma automática, possibilitada pela utilização de códigos de ligação comuns às várias tabelas, à conversão dos géneros em litros e quilos, respeitando as medidas dos diferentes concelhos. Um segundo passo levou à conversão em dinheiro dos mesmos géneros, através da utilização dos preços dos vários concelhos.

Compatibilização da divisão administrativa e eclesiástica

A partir daqui passou-se a uma vertentes distinta na análise da informação. De modo a trabalhar os valores da produção agrícola e a cobrança de dízimos em relação à divisão eclesiástica, encontrou-se, primeiro, o valor médio anual dos cinco anos, tanto das quantidades de géneros, como do dinheiro, para cada freguesia. Procedeu-se, de seguida, à associação das freguesias à divisão administrativa de 1826. Aqui colocava-se

⁵⁸⁵ A autoria desta estrutura de base de dados é do Prof. Doutor Luís Espinha da Silveira.

um problema, pois as respostas ao inquérito de 1836 estavam organizadas de tal forma que reflectiam a reforma administrativa liberal de 1835 e posteriores desenvolvimentos que impôs os distritos, concelhos e freguesias como células da divisão do território nacional⁵⁸⁶. Isto para retratar uma realidade de Antigo Regime, onde as diferenças na divisão administrativa eram óbvias⁵⁸⁷. Para além disso, não nos podemos esquecer de que o dízimo era uma realidade profundamente ligada à Igreja e à sua própria estrutura administrativa que era, ela também, muito diferente da divisão civil⁵⁸⁸.

Para resolver estes problemas foi necessário adequar as três realidades em presença, tarefa só possível através do recurso ao *SIGMA*, sistema a que fizemos referência no texto da tese. Este permitiu pegar nas informações ao nível da freguesia e trabalhá-las através dos agrupamentos que nos pareceram mais válidos: os concelhos de Antigo Regime e as divisões internas das comarcas eclesiásticas de Valença e Braga.

Este processo, porém, não está isento de problemas que, apesar de quantificáveis e pouco significativos, não podem deixar de ser referidos. Do total de freguesias que compunham os distritos de Braga e Viana no inquérito de 1836 foi possível fazer a correspondência com 602 freguesias da divisão administrativa de 1826. Ficaram por identificar, por não se ter encontrado correspondência entre as diferentes divisões administrativas, 5 freguesias de 1836 que são: Arentim (Salvador), Aves (S Estevão), Mosteiro de Arnoso, Mosteiro de Oliveira e Vem.

Dessas 602 foi possível identificar 597 no inquérito de 1821. Ficaram por identificar as freguesias de Fiães, Lamas de Mouro, Boivães, Refóios do Lima (S Maria e S Eulália) e Perre. No caso de Fiães e Refóios do Lima a não identificação prende-se

⁵⁸⁶ Em relação às reformas administrativas no período de realização do inquérito, que já vimos ter decorrido entre 1836 e 1842, veja-se Luís Espinha da Silveira, Território e Poder. Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal, Cascais, Patrimonia Historica, 1997, pp. 81 e segs.

⁵⁸⁷ *Idem*, pp. 117 a 128, em especial o mapa 19 com a comparação entre a divisão administrativa de Antigo Regime e a do Liberalismo, precisamente para o Minho.

com o facto de estas serem freguesias que pertenciam a isentos e, por isso, fugirem ao controlo do bispo, facto pelo qual não aparecem no inquérito de 1821.

A justificação para a utilização da divisão administrativa de 1826, na transposição dos dados, prende-se com o facto de ser a representação da realidade administrativa do Antigo Regime mais próxima dos anos a que se reportam os dados dos inquéritos de 1821 e 1836. Como se pode ver as lacunas não chegam a representar 1% da amostragem e, mesmo assim, só se reflectem na cartografia e no cálculo da produção agrícola pois só nestes casos é que tínhamos, obrigatoriamente, de utilizar a divisão administrativa de 1826. Para a circulação e distribuição dos dízimos, uma vez que esta foi analisada a partir das freguesias e não dos concelhos, tal problema não se colocou.

Feita a identificação e transposição de dados foi possível, assim, somar os valores encontrados para todas as freguesias para se achar o total médio anual dos concelhos de Antigo Regime. Foi, então, este valor anual médio do rendimento dos dízimos por concelhos que foi utilizado para todos os cálculos da produção agrícola. O mesmo processo foi utilizado para achar o valor médio anual do rendimento dos dízimos das comarcas e visitas eclesiásticas.

A caracterização dos rendeiros

O inquérito de 1836 dá-nos algumas informações sobre os métodos de cobrança dos dízimos para 1827-31 e para a caracterização dos rendeiros. Neste último caso, fornecia dados, essencialmente, sobre os seus nomes e a sua residência.

Todas estas informações foram, também, introduzidas na base de dados, fazendo-se, sempre, a ligação de cada um dos rendeiros, num total de 305, através de códigos numéricos identificadores, com a respectiva freguesia, o ano e a entidade proprietária

⁵⁸⁸ *Idem*, pág. 44. Os aspectos ligados à divisão administrativa civil e eclesiástica, são tratados com mais pormenor no capítulo “As Comarcas Eclesiásticas de Braga e Valença no final do Antigo Regime”.

dos dízimos que eles tinham sido contratados para cobrar. Foi possível, assim, estabelecer as relações dos rendeiros com os proprietários das dizimarias e, mesmo, as relações que estabeleciam entre si.

Porém, para a caracterização sócio-económica dos rendeiros era necessário recolher um outro conjunto de informações, que apenas esporadicamente eram fornecidas pelo inquérito de 1836. Falamos, essencialmente, das profissões, mas também das relações de parentesco e de dados sobre outras actividades dos rendeiros.

Para tal, recorremos às fontes das diversas instituições que estudámos, a vários almanaques, às actas das eleições camarárias depositadas no núcleo do Desembargo do Paço do ANTT, ao núcleo das Assembleias Eleitorais Monárquicas do AHP e, especialmente, às actas notariais.

Como é óbvio, não nos foi possível abarcar a totalidade das notas de tabeliães para a região em causa, razão pela qual tivemos de recorrer a “métodos de sondagem”⁵⁸⁹, seleccionando as fontes que deixámos apontadas atrás.

Para a elaboração do perfil sócio-económico dos rendeiros recorremos ao “cruzamento nominativo de informação”⁵⁹⁰ facilitado, neste caso, pela utilização da base de dados. Nesse sentido foram criadas cinco novas tabelas: uma para registar as informações respeitantes aos contratos; outra para os dados sobre os indivíduos ou instituições que constituíam a primeira parte dos contratos; outra para a segunda parte; outra para os fiadores; por fim, uma tabela de ligação entre as restantes de modo a que, através de códigos, se pudessem estabelecer as relações entre proprietários, contratadores, fiadores e os respectivos contratos em que participavam.

⁵⁸⁹ Necessidade por que passa qualquer investigador na “impossibilidade material de conseguir a exaustividade”. Irene Maria Vaquinhas e Fernando Taveira da Fonseca, “Os actos notariais...”, pág. 357.

⁵⁹⁰ Esta expressão e o desenvolvimento da metodologia subjacente encontram-se em José Álvaro Ferreira da Silva, “Estruturas Agrárias e Relações Sociais - fontes para o seu estudo (décimas e cartórios notariais)”, in Maria José da Silva Leal e Miriam Halpern Pereira (dir.), *Arquivo e Historiografia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, pp. 327 a 353.

3 – Lista dos rendeiros

Residência, profissão, idade e estado civil

Nome	Freguesia 1826	Concelho 1826	Profissão	Idade	Estado Civil	Observações
Aires Rocha Sá	Ceivães	Valadares	Desconhecida		Casado	
Alexandre António Esteves	Cabreiro	Arcos de Valdevez	Desconhecida			
Alexandre José Barros Brito	Arcos de Valdevez	Arcos de Valdevez	Desconhecida			
Alexandre José Fernandes	Pedralva	Pedralva (Couto)	Desconhecida			
André Bento de Sousa	Ponte da Barca	Ponte da Barca	Desconhecida			
André Pita Maciel	Darque	Barcelos	Desconhecida			
Anselmo António Martins	Lisboa	Lisboa	Negociante			
Antónia Rodrigues	Silva (S Julião)	Valença	Desconhecida		Casada	Mulher de José Luís de Araújo
António Afonso Cunha	Punhe	Barcelos	Desconhecida			
António Afonso Neves	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
António Araújo	Castelões	Guimarães	Desconhecida			
António Bento Dantas	Rubiães	Coura	Desconhecida			
António Caetano Alvares do Cabido	Argela	Caminha	Desconhecida			
António Carvalho	Freixo	Barcelos	Desconhecida			
António Costa	Antas	Barcelos	Desconhecida			
António Costa	Coura	Coura	Desconhecida			
António Costa Fernandes	Gondomil	Sanfins (Couto)	Desconhecida			
António Cunha Barros	Covas	Caminha	Lavrador		Casado	
António da Mota Ribeiro	Viana	Viana	Desconhecida			
António da Rocha Neves	Lagares	Penafiel	Desconhecida			
António Domingues Leitão	Vila Nova de Famalicão	Barcelos	Desconhecida			Genro de Domingos José Vaz
António Ferreira de Azevedo	S. Domingos	Favares	Mercador			
António Francisco Lourenço	Arga de Baixo	Caminha	Desconhecida		Casado	
António Francisco Oliveira	Viana	Viana	Desconhecida			
António Freitas	Ponte da Barca	Ponte da Barca	Desconhecida			
António Gonçalves Cardante	Viana	Viana	Desconhecida			
António Joaquim Gonçalves	Arga de Baixo	Caminha	Desconhecida			
António José	Azurém	Guimarães	Desconhecida			
António José Araújo	Castelões	Guimarães	Desconhecida			
António José Barbosa	Aguar	Barcelos	Desconhecida			
António José Barbosa	Braga	Braga	Ourives	39	Casado	Idade: 42 anos em 1830.
António José Barbosa Fujacal	Esporões	Braga	Desconhecida			
António José Carvalho	Vilar de Mouros	Caminha	Desconhecida			
António José Costa	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
António José da Cunha	Verdoejo	Sanfins (Couto)	Desconhecida			Pai de Manuel Joaquim da Cunha
António José de Freitas	Fafe	Montelongo	Desconhecida			
António José de Miranda Júnior	Lisboa	Lisboa	Negociante			Negociante matriculado na praça de Lisboa, Cavaleiro da Ordem de N. Sª da Conceição de Vila Viçosa, Tesoureiro das comendas sequestradas das 3 Ordens militares. Filho de António José de Miranda, também ele negociante em Lisboa.
António José Dias	Arcos de Valdevez	Arcos de Valdevez	Negociante	41		Idade: 31 anos em 1817.
António José Fernandes	Braga	Braga	Desconhecida			
António José Ferreira Cardoso	Afife	Viana	Desconhecida			
António José Gomes Carvalho	Vila Cova	Barcelos	Desconhecida			
António José Gomes da Costa	Braga	Braga	Negociante			Provavelmente familiar de Manuel José Gomes da Costa Júnior
António José Magalhães	Braga	Braga	Negociante			
António José Marinho Cruz	Lisboa	Lisboa	Negociante		Casado	Profissão: mercador de carvão.
António José Martins	Freixo	Barcelos	Desconhecida			
António José Oliveira	Porto	Porto	Desconhecida			
António José Pereira	Braga	Braga	Desconhecida			
António José Portela	Coura	Coura	Desconhecida			
António José Ribeiro	Braga	Braga	Ferreiro	45	Casado	Idade: 48 anos em 1830. Marido de Teresa Maria de Oliveira
António José Ribeiro	Valença	Valença	Ourives			
António José Ribeiro	Golães	Guimarães	Desconhecida			
António José Ribeiro	Caminha	Caminha	Desconhecida			
António José Rodrigues Monteiro	Arcos de Valdevez	Arcos de Valdevez	Escrivão	47		Idade: 60 anos em 1840.
António José Souto	Caminha	Caminha	Desconhecida			
António José Teixeira de Brito	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
António José Vaz	Silva (S Julião)	Valença	Desconhecida			
António José Vieira Araújo	Real	Braga	Desconhecida			
António José Vieira da Cruz	Braga	Braga	Negociante			
António José Vieira Rocha	Ponte de Lima	Ponte de Lima	Negociante			
António José Xavier Silva	Caminha	Caminha	Negociante			

Anexos

Nome	Freguesia 1826	Concelho 1826	Profissão	Idade	Estado Civil	Observações
António Lourenço Alferes	Seixas	Caminha	Desconhecida	43		
António Lourenço Ruivo	Torre	Valença	Desconhecida			
António Luís dos Santos	S. Tirso	S. Tirso	Desconhecida			
António Luís Jorge	Arcos de Valdevez	Arcos de Valdevez	Desconhecida			
António Luís Pereira	Viana	Viana	Desconhecida			
António Luís Pereira	Braga	Braga	Desconhecida			
António Luís Santos	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
António Manuel	Ponte de Lima	Ponte de Lima	Desconhecida			
António Manuel Alves Rego	Caminha	Caminha	Desconhecida			
António Manuel Esteves	Penso	Valadares	Lavrador			
António Martins	Cabreiros	Braga	Desconhecida			
António Martins Rua	Caminha	Caminha	Desconhecida		Casado	
António Meira	Cima de Selho (S. Lourenço)	Guimarães	Lavrador			Proprietário
António Pereira	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
António Pereira Amorim	Soajo	Soajo	Desconhecida			
António Regadas	Vila Nova de Famalicão	Barcelos	Desconhecida			
António Ribeiro Neves	Lisboa	Lisboa	Negociante			
António Rocha	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
António Rodrigues de Oliveira	Caminha	Caminha	Desconhecida			
António Rosa	Ponte de Lima	Ponte de Lima	Desconhecida			
António Teófilo de Araújo	Lisboa	Lisboa	Desconhecida			
António Vagas	Braga	Braga	Desconhecida			
Bento António Gonçalves	Seixas	Caminha	Desconhecida			
Bento António Moura	Guimarães	Guimarães	Desconhecida			
Bento Castro	Jesufrei	Barcelos	Desconhecida			
Bento Chozza [Sousa]	Braga	Braga	Desconhecida			
Bento Correia	Anta (S. Martinho)	Vila Real	Desconhecida			
Bento Fernandes	Arão	Valença	Desconhecida			
Bento José Alves Ferreira	Coura	Coura	Desconhecida		Casado	
Bento José Araújo Lima	Caminha	Caminha	Desconhecida			
Bento José Domingos	Alvaredo	Valadares	Desconhecida			
Bento José Fernandes	Mesão Frio	Guimarães	Desconhecida			
Bento José Macedo	Freiriz	Freiriz (Couto)	Proprietário			
Bento José Rodrigues Guimarães	Guimarães	Guimarães	Carpinteiro			
Bento Pereira Barreto	Punhe	Barcelos	Desconhecida			
Bento Rocha Novo	Mujães	Barcelos	Desconhecida			
Bernardo Correia	Vila Real	Vila Real	Desconhecida			
Bernardo José Faria	Polvoreira	Guimarães	Desconhecida			
Bráz Lourenço Sobral	Gondarém	Vila Nova de Cerveira	Desconhecida			
Cabaco	Braga	Braga	Desconhecida			
Cachapus	Braga	Braga	Desconhecida			
Caetano Gonçalves	Campos	Vila Nova de Cerveira	Desconhecida			
Camilo Martins de Amorim	Afife	Viana	Desconhecida			
Capelão	Celeirós	Vimieiro	Desconhecida			
Carlos José de Faria	Braga	Braga	Garfeiro	41	Casado	Idade: 44 anos em 1830.
Carlos Luís	Ponte de Lima	Ponte de Lima	Desconhecida			
Constâncio José Morais Sarmento	Arcos de Valdevez	Arcos de Valdevez	Boticário	47	Casado	Idade: 46 anos em 1826.
Constantino Azevedo	Fiscal	Amares	Desconhecida			
Constantino José Vieira	Maximinos	Braga	Desconhecida			Filho de Francisco Vieira
Custódio de Sousa	Lagares	Penafiel	Desconhecida			
Custódio Fernandes Dias	Laje	Moure (Couto)	Desconhecida			
Custódio Fernandes Reis	Vila Cova	Guimarães	Desconhecida			
Custódio Joaquim e Silva	Várzea	Filgueiras	Desconhecida			
Custódio José Costa	Braga	Braga	Rendeiro	49		Tio de Domingos José da Costa (Armador). Idade: 52 anos em 1830.
Custódio José Fernandes	Leitões	Guimarães	Desconhecida			
Custódio José Fernandes	S. Romão	Rendufe (Couto)	Desconhecida			
Custódio José Fernandes Dias	Porto	Porto	Negociante		Solteiro	Irmão de Manuel José Fernandes Dias, cunhado de Dona Maria Luduvina Cândida e filho de Maria Francisca e Domingos Fernandes dos Santos. Solteiro em 1827. Negociante matriculado na Junta do Comércio.
Custódio José Gonçalves	S. Martinho	Moreira de Rei (Couto)	Desconhecida			
Custódio José Lopes	Braga	Braga	Desconhecida			
Custódio José Rodrigues	Fonte Arcada	Penafiel	Desconhecida			
Custódio José Silva	Fafe	Montelongo	Desconhecida			
Custódio Lourenço	Coura	Coura	Desconhecida			
Custódio Luís Ferreira	Ínfias	Guimarães	Desconhecida			
Diogo Rodrigues Correia	Viana	Viana	Negociante			Profissão: negociante de fazendas.
Dionísio Ferreira Silva Guimarães	Margaride	Filgueiras	Negociante			
Domingos António Gonçalves	Candemil	Vila Nova de Cerveira	Lavrador		Casado	
Domingos Brito	Sá	Ponte de Lima	Desconhecida			
Domingos Eugénio Canas	Lisboa	Lisboa	Negociante		Solteiro	Filho de Eugénio Fernandes Canas
Domingos José Cruz	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			

Anexos

Nome	Freguesia 1826	Concelho 1826	Profissão	Idade	Estado Civil	Observações
Domingos José da Silva Machado	Ponte de Lima	Ponte de Lima	Negociante			
Domingos José de Arantes	Lage	Larim	Desconhecida			Filho de Francisco Xavier de Arantes e pai de Francisco José de Arantes e Francisco Xavier de Arantes Campo
Domingos José dos Santos Lage	Braga	Braga	Negociante		Solteiro	Filho de Manuel José Francisco (Lavrador)
Domingos José Durão	Melgaço (S Paio)	Melgaço	Desconhecida			
Domingos José Fernandes de Macedo	Souto	Guimarães	Desconhecida			
Domingos José Ferreira	Queimadela	Guimarães	Desconhecida			
Domingos José Malheiros	Alcântara	Lisboa	Negociante			Com Loja de Sacos. Natural de Seixas.
Domingos José Miranda	Lisboa	Lisboa	Negociante			Morada: até 1817 morava ao Cais de Santarém, em Lisboa, e em 1820 aparece já a morar na Travessa da Parreirinha, n.º 11, também em Lisboa.
Domingos José Pereira	Arcos de Valdevez	Arcos de Valdevez	Negociante	47	Casado	Idade: 43 anos em 1823 e 35 anos em 1817.
Domingos José Ribeiro	Golães	Guimarães	Desconhecida			
Domingos José Soares	Palmeira	Braga	Lavrador	50	Casado	Idade: 52 anos em 1829.
Domingos José Vaz	Celeirós	Vimieiro	Monteiro-mor			Profissão: Monteiro-mor do couro de Vimieiro. Sogro de António Domingues Leitão.
Domingos Pereira Costa	Corvite	Guimarães	Desconhecida			
Domingos Rocha	Braga	Braga	Pedreiro	51	Casado	Profissão: Mestre pedreiro. Idade: 54 anos em 1830.
Domingos Villaboa	Campos	Vila Nova de Cerveira	Desconhecida			
Faustino Silva	Barcelos	Barcelos	Desconhecida			
Feliciano da Costa Gonçalves	Braga	Braga	Doutor		Casado	Casado com Dona Ana Emília da Purificação e filho de Aleixo José Francisco (morador na rua de S. João em Braga)
Feliciano Ramires da Mata	Lisboa	Lisboa	Negociante			Com loja de bacalhau à Ribeira Velha.
Félix Coelho de Araújo Ribeiro	Braga	Braga	Negociante			
Fernando António Zamite	Viana	Viana	Cirurgião			
Filipe José Alves	Sôpo	Caminha	Desconhecida			
Fradique José Soares	Palmeira	Braga	Lavrador	25	Casado	Filho de Domingos José Soares. Idade: 27 anos em 1829
Francisca Teresa	Real	Braga	Desconhecida		Viúva	
Francisco	Ponte de Lima	Ponte de Lima	Desconhecida			
Francisco Alvarez	Soajo	Soajo	Desconhecida			
Francisco Alves	Varziela	Filgueiras	Desconhecida			
Francisco Alves Ribeiro Guimarães	Guimarães	Guimarães	Desconhecida			Morada: em 1819 morava no lugar do Souto, Guimarães.
Francisco António	Braga	Braga	Estalajadeiro			
Francisco António Costa	Tenões	Braga	Sombreireiro	32	Casado	Idade: 35 anos em 1830.
Francisco António Cunha	Caires	Amares	Desconhecida			
Francisco António Lopes	Gumieira	Ponte de Lima	Negociante			Profissão: negociante em Viana do Castelo.
Francisco António Vilela	Porto	Porto	Negociante			
Francisco Araújo	S Lázaro	Braga	Desconhecida			
Francisco Bento Bacelar	Monte Redondo	Arcos de Valdevez	Pároco			
Francisco Bento Costa	Coura	Coura	Desconhecida			
Francisco Cardoso Guimarães	Monção	Monção	Desconhecida			
Francisco Correia Sampaio	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
Francisco Fernandes de Miranda	Lisboa	Lisboa	Negociante			
Francisco Joaquim Araújo	Arcos de Valdevez	Arcos de Valdevez	Desconhecida			
Francisco Joaquim Faria Tinoco	Monsul	S. João de Rei	Desconhecida			
Francisco José Alves Ferreira	Coura	Coura	Desconhecida			
Francisco José Castro	Arões (S Romão)	Guimarães	Desconhecida			
Francisco José de Almeida Soares	Lisboa	Lisboa	Desconhecida			
Francisco José de Arantes	Lage	Larim	Desconhecida		Casado	Neto de Francisco Xavier de Arantes, filho de Domingos José de Arantes e irmão de Francisco Xavier de Arantes Campo
Francisco José de Araújo	Lisboa	Lisboa	Negociante			
Francisco José de Miranda	Lisboa	Lisboa	Negociante			
Francisco José Domingues Vieira	Lisboa	Lisboa	Desconhecida			Nascido em Grade (Arcos de Valdevez)
Francisco José Fernandes	Braga	Braga	Tamanqueiro			
Francisco José Freire Andrade	Infesta	Coura	Desconhecida		Casado	
Francisco José Gonçalves	Campos	Vila Nova de Cerveira	Desconhecida			
Francisco José Loures	Cristelo Covo	Valença	Desconhecida			
Francisco José Martins Matos	Taíde	Póvoa de Lanhoso	Desconhecida			Já falecido em 1837.

Anexos

Nome	Freguesia 1826	Concelho 1826	Profissão	Idade	Estado Civil	Observações
Francisco José Matos Prego	Moreira do Lima	Ponte de Lima	Capitão			
Francisco José Ribeiro Guimarães	Guimarães	Guimarães	Desconhecida			
Francisco José Silva Pereira	Braga	Braga	Desconhecida			
Francisco José Vieira	Taíde	Póvoa de Lanhoso	Desconhecida			
Francisco José Vinhão	S. Lourenço do Mato	Albergaria	Desconhecida			
Francisco José Vinhedo	Friastelos	Barcelos	Desconhecida			
Francisco Luís Lourenço	Seixas	Caminha	Desconhecida			
Francisco Luís Sousa	Barbeita	Monção	Desconhecida			
Francisco Manuel Domingues	Guilhofrei (S Tiago)	Vieira	Desconhecida			
Francisco Manuel Fernandes	Arcozelo	Ponte de Lima	Desconhecida			
Francisco Martins	Barcelos	Barcelos	Desconhecida			
Francisco Mez	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
Francisco Pereira Faria	Porto	Porto	Escrivão			
Francisco Saleiro	Ponte da Barca	Ponte da Barca	Desconhecida			
Francisco Ventura Fernandes Pinto	Braga	Braga	Negociante			Capitão
Francisco Vieira	Maximinos	Braga	Lavrador			
Francisco Vieira	Taíde	Póvoa de Lanhoso	Desconhecida			
Francisco Xavier Alves	Dume	Braga	Lavrador	57		Idade: 58 anos em 1828.
Francisco Xavier Silva	Caminha	Caminha	Negociante			
Frutuoso Rodrigues Silva	Arcos de Valdevez	Arcos de Valdevez	Negociante	39	Casado	
Gabriel José Vieira	Porto	Porto	Desconhecida			
Hipólito	Aguilar (S. Lucrécia)	Barcelos	Desconhecida			
Inácio José Faria Tinoco	Monsul	S. João de Rei	Desconhecida			
Isidoro Domingues Rego	Caminha	Caminha	Tabelião			
Jacinto Aprígio Marques	Lisboa	Lisboa	Negociante			
Jacinto Gonçalves Gandra	Arga de Cima	Caminha	Lavrador			Morada: morador em Lisboa pelo menos entre 1821 e 1827, primeiro à Boavista, n.º 15 e depois no Terreiro de S. Catarina, n.º 8.
Jacinto José Gonçalves de Azevedo	Argela	Caminha	Desconhecida			
Jerónimo José Sousa	Braga	Braga	Padeiro	46	Casado	Idade: 49 anos em 1830
Joana Maria	Braga	Braga	Desconhecida		Casada	Mulher de Manuel José Correia
João Alves	Silvares	Guimarães	Desconhecida			
João António	Adaúfe	Braga	Desconhecida			
João António	Braga	Braga	Desconhecida			
João António Alves de Carvalho	Lisboa	Lisboa	Negociante			
João António Araújo	Castelões	Guimarães	Desconhecida			
João António da Costa	Lisboa	Lisboa	Negociante			Negociante de mercearia por grosso
João António da Mota	Carvalho	Celorico de Basto	Desconhecida			
João António Fernandes Araújo	Braga	Braga	Mercador			Profissão: mercador ou negociante.
João António Reis	Seixas	Caminha	Desconhecida			
João António Rodrigues Araújo	Monção	Monção	Negociante			
João António Silva Vilela	Guimarães	Guimarães	Negociante	57	Casado	Idade: 31 anos em 1814, 56 em 1826 e 50 em 1831.
João António Sousa	Vila Nova de Cerveira	Vila Nova de Cerveira	Desconhecida			
João Baptista Pereira	Golães	Guimarães	Desconhecida			Pai de Manuel José Batista
João Barros	Cossourado	Coura	Desconhecida			
João Batista Lopes Malheiro	Fonte Arcada	Fonte Arcada (Couto)	Desconhecida			
João Batista Ramalho Machado	Geraz (S. Estevão)	Póvoa de Lanhoso	Pároco			Abade da freguesia de Geraz e S. Tecla.
João Canas	Caminha	Caminha	Desconhecida			
João Constantino Ferreira Alvares	Murça	Murça	Desconhecida			
João Correia	Vermoim	Barcelos	Desconhecida			Já falecido em 1837.
João Costa Fernandes	Lagares	Penafiel	Desconhecida			
João Costa Pereira	Azurém	Guimarães	Desconhecida			
João Cruzeiro	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
João da Cunha	Lamego	Lamego	Desconhecida			
João da Silva Alexandrino	Braga	Braga	Desconhecida			Filho de Pedro António Marques
João de Barros	Quinchães	Montelongo	Desconhecida			
João de Sousa	Barbeita	Monção	Desconhecida			
João de Sousa Aguiar	Guimarães	Guimarães	Negociante			
João Eanes Maceira	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
João Evangelista de Sousa Torres e Almeida	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
João Evangelista Viana Narigão	Balugães	Barcelos	Desconhecida			
João Fernandes Canas	Caminha	Caminha	Negociante			
João Ferreira	Creixomil	Guimarães	Desconhecida			
João Ferreira Troca	Lisboa	Lisboa	Negociante	57	Casado	Idade: 46 anos em 1816.
João Francisco Arraes	Punhe	Barcelos	Desconhecida			
João Francisco Arraes Neves	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
João Francisco Castro	Coura	Coura	Lavrador			
João Francisco Correia	Braga	Braga	Desconhecida			
João Francisco Costa	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
João Francisco Duarte	Barco	Guimarães	Desconhecida			
João Francisco Ribeiro	Cervães	Cervães (couto)	Desconhecida			
João Inácio da Silva Correia	Encourados	Barcelos	Desconhecida			Cunhado de António

Anexos

Nome	Freguesia 1826	Concelho 1826	Profissão	Idade	Estado Civil	Observações
João Inácio Peixoto Martins Barroso	Barcelos	Barcelos	Desconhecida			Martins Serqueira
João José Almeida	Braga	Braga	Lavrador	41	Casado	Idade: 45 anos em 1831
João José Pedrosa	Vila Nova de Famalicão	Barcelos	Desconhecida			
João José Pedrosa	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
João José Peixoto	Moure	Póvoa de Lanhoso	Lavrador			
João José Rodrigues Gomes	Riba de Âncora	Caminha	Alferes		Solteiro	Filho de José Rodrigues Gomes. Provavelmente irmão de João Luís Rodrigues Gomes.
João José Silva Sousa	Turiz	Larim	Desconhecida			
João Lajes	Campos	Vila Nova de Cerveira	Desconhecida			
João Leite Marinho	Agilde	Celorico de Basto	Desconhecida			
João Lourenço da Costa	Prado	Prado	Escrivão			Escrivão do público, judicial, sizas e direitos reais do Prado
João Lourenço Ruivo	Torre	Valença	Desconhecida			
João Luís Rodrigues Gomes	Ceivães	Valadares	Lavrador		Solteiro	
João Macedo	Prado	Prado (Couto)	Desconhecida			
João Manuel	Lara	Monção	Desconhecida			
João Manuel	Taíde	Póvoa de Lanhoso	Desconhecida			
João Manuel Gomes Costa	Campo (S Martinho)	Póvoa de Lanhoso	Lavrador			Cunhado de Bento Joaquim da Costa Gonçalves
João Manuel Gonçalves da Gandra	Arga de Cima	Caminha	Lavrador			
João Matias	Riba de Ave	Barcelos	Desconhecida			
João Pedro de Miranda	Lisboa	Lisboa	Negociante			
João Pedro Matos	Arosa	Guimarães	Lavrador			Cunhado de José Custódio Fernandes
João Pereira Barreto	Punhe	Barcelos	Capitão			
João Pimenta Correia e Silva	Lisboa	Lisboa	Negociante			
João Raposo	Calvos	Guimarães	Desconhecida			
João Rebelo da Silva	Braga	Braga	Negociante			Sócio de Manuel José Vieira da Cruz
João Ribeiro	Turiz	Larim	Desconhecida			
João Rodrigues da Silva	Lisboa	Lisboa	Negociante			
João Rodrigues Fontes	Silva (S Julião)	Valença	Desconhecida			
João Silva	Silvares	Guimarães	Desconhecida			
João Silva Vieira	Fonte Arcada	Fonte Arcada (Couto)	Desconhecida			
João Teixeira de Melo	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
João Tomás Lopes	Valpaços	Chaves	Desconhecida			
Joaquim António Moreira	Coura	Coura	Desconhecida			
Joaquim Antunes Pereira	Braga	Braga	Desconhecida			
Joaquim Cardoso	Vale (S Martinho)	Barcelos	Desconhecida			
Joaquim da Costa Leite	Porto	Porto	Desconhecida			
Joaquim Diniz da Fonte	Campeã	Vila Real	Desconhecida			
Joaquim Fernandes Dantas	Real	Braga	Ferreiro	32	Casado	Idade: 34 anos em 1829.
Joaquim José Ferreira Cunha	Negreiros	Barcelos	Desconhecida			
Joaquim José Ferreira da Cunha Guimarães	Negrelos (S. Mamede)	Negrelos	Desconhecida			
Joaquim José Moreira	Formariz	Coura	Desconhecida			
Joaquim José Oliveira Braga	Braga	Braga	Negociante			Morada: em 1818 morava em Lisboa, na rua do Alegrim, n.º 30.
Joaquim Lauriano	Coura	Coura	Desconhecida			
Joaquim Plácido de Macedo	Lisboa	Lisboa	Negociante			
Joaquim Silva	Fafe	Montelongo	Desconhecida			
Joaquim Sousa Rego	Caminha	Caminha	Desconhecida			
José Afonso	Serafão	Guimarães	Lavrador			
José Alves	Geraz (S Leocádia)	Geraz do Lima	Desconhecida			
José Alves Martins	Alijó	Alijó	Desconhecida			
José António Azevedo	Vilarelho	Caminha	Desconhecida		Casado	
José António Barbosa	Viana	Viana	Desconhecida			
José António Bastos de Pinho	Lisboa	Lisboa	Negociante			
José António Borges da Silva	Lisboa	Lisboa	Negociante			
José António do Nascimento Ferreira	Porto	Porto	Negociante			Proprietário de duas fábricas de velas e pomadas, uma no Campo de S. Ovídio e outra na Rua dos Fogueteiros, Porto, em 1827.
José António Fernandes Braga	Braga	Braga	Negociante	47	Casado	Idade: 50 anos em 1830
José António Ferreira Sousa	Priscos	Vimieiro	Desconhecida			
José António Filipe da Silva Vieira	Fafe	Montelongo	Desconhecida			
José António Gomes	Briteiros (S Leocádia)	Guimarães	Desconhecida			
José António Martins Viana	Viana	Viana	Negociante			
José António Novais	Margaride	Filgueiras	Desconhecida			
José António Oliveira	Gandra	Valença	Desconhecida			
José António Pinto Guimarães	S. Tirso	S. Tirso	Desconhecida			
José António Soares	Adaúfe	Braga	Lavrador	44	Casado	Idade: 45 anos em 1828.
José Bento Faria	Polvoreira	Guimarães	Desconhecida			
José Costa	Esposende	Esposende	Desconhecida			
José Custódio Fernandes	S Emilião	Póvoa de Lanhoso	Desconhecida			Cunhado do rendeiro

Anexos

Nome	Freguesia 1826	Concelho 1826	Profissão	Idade	Estado Civil	Observações
José Custódio Silva Guimarães	Ponte de Lima	Ponte de Lima	Negociante	39	Casado	João Pedro de Matos Profissão: em 1817 é dono de uma loja de mercearia.
José Custódio Sousa	Escariz	Portela de Penela	Desconhecida			
José da Costa	Frossos	Braga	Lavrador			
José da Silva	Lomar	Braga	Lavrador			Pai de José da Silva, de Gualtar, Braga. Falecido em 1827.
José da Silva Ferreira Barbosa	Braga	Braga	Desconhecida			
José da Silva Magalhães	Silvares (S. Martinho)	Guimarães	Desconhecida			
José de Oliveira Borges	Porto	Porto	Negociante			
José Diogo de Moraes Ferráz	Braga	Braga	Desconhecida			
José dos Santos Pereira Júnior	Anta (S. Martinho)	Vila Real	Desconhecida			
José Félix Carneiro	Landim (S. Marinha)	Landim (Couto)	Desconhecida			
José Fernandes Viana	Afife	Viana	Desconhecida			
José Ferreira	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
José Ferreira Pinto Basto	Lisboa	Lisboa	Negociante			
José Fiuza Matos	Arcozelo	Ponte de Lima	Comerciante	52	Casado	Profissão: tinha "venda de vinho publicamente" em 1820. Idade: 45 anos em 1820.
José Francisco Ferreira	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
José Francisco Ribeiro	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
José Francisco Severino	Frossos	Braga	Negociante			
José Gaspar	Lisboa	Lisboa	Negociante			
José Gonçalves	Ronfe	Guimarães	Desconhecida			
José Gonçalves Castanheira	Lanheses	Lanheses	Desconhecida			
José Guitarra	Darque	Barcelos	Desconhecida			
José Joaquim	Passos	Celorico de Basto	Desconhecida			
José Joaquim	Ponte de Lima	Ponte de Lima	Desconhecida			
José Joaquim Abreu Machado	Monção	Monção	Desconhecida			
José Joaquim Carvalho	Serafão	Guimarães	Lavrador			
José Joaquim Faria	Nogueira	Vila Nova de Cerveira	Desconhecida			
José Joaquim Fernandes	Braga	Braga	Negociante			Negociante de panos de lã e seda
José Joaquim Gonçalves	Valença	Valença	Desconhecida			
José Joaquim Machado	Braga	Braga	Negociante			
José Joaquim Oliveira	Escariz (S. Martinho)	Portela de Penela	Desconhecida			
José Joaquim Silva	Taíde	Póvoa de Lanhoso	Desconhecida			
José Joaquim Silva Guimarães	Ponte de Lima	Ponte de Lima	Negociante			
José Joaquim Teixeira	Lisboa	Lisboa	Negociante			
José Leite	Nogueira	Braga	Lavrador	45	Casado	Cunhado de Manuel José da Silva. Idade: 48 anos em 1830.
José Lourenço Gomes	Guimarães	Guimarães	Vendeiro			
José Luís Araújo	Silva (S. Julião)	Valença	Desconhecida		Casado	
José Luís Ribeiro	Gumieira	Ponte de Lima	Desconhecida			
José Luís Rodrigues	Candemil	Vila Nova de Cerveira	Lavrador		Casado	
José Manuel de Carvalho	Lisboa	Lisboa	Desconhecida			
José Maria	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
José Maria Cró	Lisboa	Lisboa	Negociante			Profissão: Escrivão da receita das aguardentes na Alfândega das Sete Casas e Negociante
José Maria Fernandes	Darque	Barcelos	Negociante			
José Maria Monteiro	Prazins (S. Tirso)	Guimarães	Desconhecida			
José Martins	Fontoura	Valença	Desconhecida			
José Muia	Guimarães	Guimarães	Desconhecida			
José Narciso Ferreira Lanhoso	Braga	Braga	Negociante			Negociante de Ferragens, filho de Manuel José Ferreira Lanhoso e de Teodora Domingas Maria e irmão de Leonardo António Ferreira Lanhoso.
José Pereira Torres	Caminha	Caminha	Desconhecida			
José Pinto	Sarraquinhos	Montalegre	Capitão			Capitão de Ordenanças e de Voluntários Realistas
José Querio	Taíde	Póvoa de Lanhoso	Desconhecida			
José Rebelo	Mosteiro	Vieira	Desconhecida			
José Ribeiro	Guimarães	Guimarães	Padeiro			
José Rocha	Ponte de Lima	Ponte de Lima	Alfaiate			
José Rodrigo da Silva Gomes	Porto	Porto	Negociante			
José Rodrigues Gomes	Riba de Âncora	Caminha	Desconhecida			
José Silva	Gualtar	Braga	Lavrador	35	Casado	Idade: 38 anos em 1830.
José Suzebio Costa	Coura	Coura	Desconhecida			
José Valério Costa Neves	Gemeses	Esposende	Feitor			Profissão: feitor da alfândega de Esposende pelo menos em 1824 e 1825.
José Veloso Freitas	Ponte da Barca	Ponte da Barca	Desconhecida			
José Vieira Pinto	Lisboa	Lisboa	Negociante			
Leandro José Campelo	Lisboa	Lisboa	Armador		Casado	Marido de Maria Rosa Joaquina e pai de João

Anexos

Nome	Freguesia 1826	Concelho 1826	Profissão	Idade	Estado Civil	Observações
						dos Santos Campelo
Leonardo António Ferreira Lanhoso	Braga	Braga	Negociante			Filho de Manuel José Ferreira Lanhoso e de Teodora Domingas Maria e irmão de José Narciso Ferreira Lanhoso.
Lourenço José Mesquita	Caminha	Caminha	Desconhecida			
Luís António da Silva	Atães	Guimarães	Desconhecida			
Luís António Gomes	S. José de S. Lázaro	Braga	Lavrador	62	Casado	Idade: 65 anos em 1830.
Luís António Rodrigues Costa	Arcos de Valdevez	Arcos de Valdevez	Desconhecida			
Luís António Silva	Ponte de Lima	Ponte de Lima	Desconhecida			
Luís Félix de Lopes	Valpaços	Chaves	Desconhecida			
Luís José Andrade	Cavalões	Barcelos	Desconhecida		Viúvo	
Luís José de Lima	Gandarela	Barcelos	Negociante			Negociante em Monção
Luís Lopes de Freitas	Montalegre	Montalegre	Desconhecida			
Luís Sá	Braga	Braga	Desconhecida			
Luís Teixeira	Arão	Valença	Desconhecida			
Manuel António Araújo	Fontoura	Valença	Desconhecida			
Manuel António Chaves	Chaves	Chaves	Desconhecida			
Manuel António da Costa	Lousada	Barcelos	Desconhecida			
Manuel António Rodrigues	Coura	Coura	Lavrador			
Manuel Azevedo	Ponte de Lima	Ponte de Lima	Desconhecida			
Manuel Caetano Barros	Senharei	Arcos de Valdevez	Desconhecida			
Manuel Caetano Rocha	Alvaredo	Valadares	Desconhecida		Casado	
Manuel Cerveira	Silva (S. Maria)	Valença	Desconhecida			
Manuel Costa	Guimarães	Guimarães	Desconhecida			
Manuel Cunha	Ferreiros	Braga	Desconhecida			
Manuel Custódio Vieira Rocha	Ponte de Lima	Ponte de Lima	Negociante			
Manuel da Costa Fernandes	Mouquim	Barcelos	Desconhecida			
Manuel de Carvalho Baniás	Vila Real	Vila Real	Desconhecida			
Manuel Faria Costa	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
Manuel Gomes Costa	Porto	Porto	Negociante			
Manuel Gomes Sá	Lavradas	Ponte da Barca	Lavrador			
Manuel Gonçalves	Grade	Arcos de Valdevez	Desconhecida			
Manuel Henrique Condero	Castro Laboreiro	Castro Laboreiro	Desconhecida			
Manuel Joaquim da Cunha	Verdoejo	Sanfins (Couto)	Desconhecida			Filho de António José da Cunha
Manuel José	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
Manuel José Alvares	Serafão	Guimarães	Lavrador			
Manuel José Alves	Arcozelo	Ponte de Lima	Desconhecida			
Manuel José Batista	Golães	Guimarães	Desconhecida			
Manuel José Carneiro	Landim (S. Marinha)	Landim (Couto)	Desconhecida			
Manuel José Carvalho Amarante	Barcelos	Barcelos	Desconhecida			
Manuel José Correia	Braga	Braga	Desconhecida		Casado	Marido de Joana Maria
Manuel José Correia Silva	Ponte de Lima	Ponte de Lima	Negociante	49	Casado	Idade: 50 anos em 1823, 38 em 1826 e 48 anos também em 1826.
Manuel José Coura	Seixas	Caminha	Desconhecida			
Manuel José de Abreu	Mogege	Barcelos	Lavrador			
Manuel José Fernandes Dias	Braga	Braga	Negociante		Casado	Marido de Dona Maria Luduvina Cândida, irmão de Custódio José Fernandes Dias e filho de Maria Francisca e Domingos Fernandes dos Santos.
Manuel José Ferreira Lanhoso	Braga	Braga	Negociante		Casado	Casado com Teodora Domingas Maria. Pai de Leonardo António Ferreira Lanhoso e José Narciso Ferreira Lanhoso. Faleceu cerca de 1815.
Manuel José Joaquim	S Cruz de Riba Tâmega	Amarante	Desconhecida			
Manuel José Lopes	Urgezes	Guimarães	Lavrador			
Manuel José Lopes dos Santos	Braga	Braga	Negociante			
Manuel José Matos Prego	Moreira do Lima	Ponte de Lima	Desconhecida			
Manuel José Ribeiro da Silva	Braga	Braga	Comerciante			Negociante matriculado na Real Junta de Comércio.
Manuel José Silva Alvares	S Lázaro	Braga	Negociante			
Manuel José Silva Costa	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
Manuel José Soares	Valença	Valença	Negociante			
Manuel José Soares de Caldas	Nogueira	Vila Nova de Cerveira	Desconhecida			
Manuel José Vieira	Galegos	Póvoa de Lanhoso	Desconhecida			
Manuel José Vieira da Cruz	Braga	Braga	Negociante			Sócio de João Rebelo da Silva. Negociante de panos de lã e seda.
Manuel José Vieira da Silva	Braga	Braga	Negociante			
Manuel José Vieira de Carvalho	Braga	Braga	Negociante			
Manuel Luís	Curvos	Esposende	Desconhecida			
Manuel Luís Pereira	Jesufrei	Barcelos	Desconhecida			
Manuel Luís Rodrigues	Viana	Viana	Negociante			
Manuel Luís Silva	Taíde	Póvoa de Lanhoso	Boticário			

Anexos

Nome	Freguesia 1826	Concelho 1826	Profissão	Idade	Estado Civil	Observações
Manuel Marques	Fafe	Montelongo	Desconhecida			
Manuel Martins Coelho	Arentim	Arentim (coto)	Desconhecida			
Manuel Meira da Rocha	Deão	Geraz do Lima	Abade			Abade de Deão. Irmão de António Rodrigues Meira
Manuel Moreira Martins Fonseca	Guimarães	Guimarães	Desconhecida			
Manuel Pereira Guimarães	Porto	Porto	Negociante			
Manuel Pinto Lopes	Silvares	Guimarães	Lavrador			
Manuel Silva	Punhe	Barcelos	Desconhecida			
Manuel Silva Matos	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecida			
Manuel Sousa Lobato	Badim	Valadares	Desconhecida		Casado	
Manuel Tomás Pires	Orbacém	Caminha	Desconhecida			
Maria Rosa Joaquina	Braga	Braga	Desconhecida		Casada	Mulher de Leandro José Campelo e mãe de João dos Santos Campelo
Maria Rosa Rodrigues	Badim	Valadares	Desconhecida		Casada	Mulher de Manuel de Sousa Lobato e mãe de Manuel José de Sousa
Maria Teresa	Lomar	Braga	Desconhecida		Viúva	Mãe de José Leite
Miguel António Soares	Fafe	Montelongo	Desconhecida			
Miguel Carolo Sousa	Coura	Coura	Desconhecida			
Narciso José Alves Machado	Porto	Porto	Negociante	46		Idade: 53 anos em 1834.
Nicolau José da Rocha	Punhe	Barcelos	Desconhecida			
Paulo João Cruz Viana	Braga	Braga	Negociante			
Pedro António Pereira	Taíde	Póvoa de Lanhoso	Desconhecida			
Pedro da Cunha	Braga	Braga	Negociante	61		Idade: 65 anos em 1831.
Pedro José Rodrigues	Sande (S Martinho)	Guimarães	Desconhecida			
Pedro Lopes Alves Guimarães	Coura	Coura	Desconhecida			
Pedro Lourenço do Alferes	Seixas	Caminha	Desconhecida			Não sabia assinar. Filho de Teotónio Lourenço e Rosa Lourença; neto de parte paterna de Manuel Lourenço do Alferes e irmão de António Lourenço do Alferes e Domingos Lourenço do Alferes.
Pedro Luís Costa	Tebosa	Barcelos	Desconhecida			
Pedro Luís Pereira	Tebosa	Braga	Desconhecida			
Pedro Martins Pereira	Caminha	Caminha	Desconhecida		Solteiro	
Pedro Paulo	Lisboa	Lisboa	Desconhecida			
Rodrigo Abreu Machado	Porto	Porto	Negociante			
Sebastião Areia	Guimarães	Guimarães	Desconhecida			
Sebastião Fernandes	Ponte de Lima	Ponte de Lima	Desconhecida			
Sebastião José Costa	Guimarães	Guimarães	Desconhecida			
Sebastião José Fernandes Caixeiro	Arcozelo	Ponte de Lima	Desconhecida			
Sebastião José Ferreira	Lisboa	Lisboa	Negociante			Morada: até 1819 morou na Rua da Mouraria, n.º 62 ou 63, freguesia de N. Sª do Socorro, Lisboa.
Sebastião Luís Fiuza	Arcozelo	Ponte de Lima	Desconhecida			
Tadeu Luís Costa	Cima de Selho (S Lourenço)	Guimarães	Desconhecida			
Teodora Domingas Maria	Braga	Braga	Desconhecida		Viúva	Viúva de Manuel José Ferreira Lanhoso e mãe de Leonardo António Ferreira Lanhoso e José Narciso Ferreira Lanhoso
Teresa Maria de Oliveira	Braga	Braga	Desconhecida		Casada	Mulher de António José Ribeiro
Terrozo	Braga	Braga	Desconhecida			
Tomás Alves Conceição	Alife	Viana	Negociante			
Tomás Malheiro Correia Brandão	Ponte de Lima	Ponte de Lima	Proprietário	55	Viúvo	Idade: 48 anos em 1820.
Tomás Martins	Gondomar	Gondomar	Desconhecida			
Venteira Alonso	Vila Nova de Cerveira	Vila Nova de Cerveira	Desconhecida			
Viúva Barroso	Lisboa	Lisboa	Negociante			Firma Viúva Barroso. D. Francisca Mouller Barroso

Índice de Quadros

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Duração dos contratos	167
Gráfico 2 - Evolução dos arrendamentos das igrejas de Aldão (Colegiada de Guimarães) e de Riba de Mouro e Tangil (Casa do Infantado)	191

Índice de Mapas

Mapa 1 - Comarcas da província do Minho em 1826	30
Mapa 2 - Concelhos da província do Minho em 1826	31
Mapa 3 - As freguesias abrangidas pelo inquérito de 1836.....	32
Mapa 4 - Os concelhos de 1826 com dados do inquérito de 1836*	32
Mapa 5 - As comarcas civis de 1826 com dados do inquérito de 1836	34
Mapa 6 - O Arcebispado de Braga em 1801	37
Mapa 7 - As comarcas eclesiásticas em 1821	38
Mapa 8 - As áreas visitacionais no arcebispado de Braga em 1821	40
Mapa 9 - As visitas nas comarcas eclesiásticas de Braga e Valença em 1821	42
Mapa 10 - Tipos de paróquias na diocese de Braga em 1821	46
Mapa 11 - Densidade populacional em 1801 na província do Minho*	49
Mapa 12 - Habitantes em 1801 na província do Minho*	51
Mapa 13 - Dízimo do milho*	58
Mapa 14 - Dízimo do centeio*	61
Mapa 15 - Dízimo do trigo*	62
Mapa 16 - Dízimo do vinho*	64
Mapa 17 - Dízimo do azeite*	66
Mapa 18 - Dízimo do feijão*	68
Mapa 19 - Dízimo da castanha*	69
Mapa 20 - Cobrança média anual de dízimos por concelhos (1827-31)*	86
Mapa 21 - Concelhos de residência dos rendeiros*	213
Mapa 22 - Localização das rendas contratadas pelos rendeiros residentes em Braga..	217
Mapa 23 - Raio de acção de alguns rendeiros	218

Índice de Quadros

1 - N.º de freguesias e área dos concelhos de 1826 com dados do inquérito de 1836....	33
2 - N.º de freguesias e área das comarcas de 1826 com dados do inquérito de 1836....	34
3 - Comarca eclesiástica de Braga – média anual de dízimos por visita (1827-31).....	43
4 - Comarca eclesiástica de Valença – média anual de dízimos por visita (1827-31) ...	44
5 - Isentos – rendimentos (mil réis)	44
6 - Desconhecidas – rendimentos (mil réis)	44
7 - Arcebispado de Braga – Tipo de paróquias (1821).....	47
8 - Média anual de dízimos cobrados por tipo de paróquia (1827-31).....	48
9 - Evolução da população na área abrangida pelo inquérito de 1836	51
10 - Dízimos dos cereais: totais e percentagens	56
11 - Dízimo do milho (litros).....	57
12 - Dízimo do centeio (litros)	60
13 - Dízimo do trigo (litros)	62
14 - Dízimo do vinho e do mosto (litros)	63
15 - Dízimo do azeite (litros).....	65
16 - Dízimo do feijão (litros).....	67

17 - Dízimo da castanha e da noz (litros)	69
18 - Dízimo do linho.....	70
19 - Dízimos Prediais (mil réis).....	72
20 - Dízimo do frango (unidades)	74
21 - Dízimo da galinha e do capão (unidades)	74
22 - Dízimo do porco e do leitão (unidades)	75
23 - Dízimo do carneiro (unidades).....	76
24 - Dízimo do cabrito (unidades).....	77
25 - Dízimo do pescado (unidades)	78
26 - Dízimo da lã (quilogramas).....	79
27 - Dízimo do mel (litros) e da cera (quilogramas)	79
28 - Dízimos Mistos (mil réis).....	80
29 - Concelhos: rendimento anual (mil réis)	83
30 - Os dízimos que circulavam entre os vários interessados (mil réis).....	95
31 - Os rendimentos dos grupos de interessados (mil réis)	96
32 - Interessados eclesiásticos (indivíduos e instituições) – rendimentos (mil réis).....	97
33 - Interessados leigos (indivíduos e instituições) – rendimentos (mil réis)	98
34 - Conjunto dos interessados – rendimentos (mil réis)	99
35 - Os 12* maiores interessados – rendimento líquido (mil réis).....	100
36 - Distribuição por escalões de rendimento	100
37 - Origem geográfica dos interessados.....	101
38 - Clero paroquial – rendimentos de dízimos (mil réis).....	103
39 - Clero paroquial – rendimentos médios (mil réis).....	104
40 - Clero Paroquial – Distribuição por escalões de rendimento	104
41 - Rendimento médio dos párocos por tipo de paróquia em 1821 (mil réis e %)	106
42 - Cabido e colegiadas – rendimentos (mil réis)	112
43 - Dignidades e Cónegos – rendimentos (mil réis)	116
44 - Dignidades, cónegos e tercenários – rendimentos médios (mil réis)	118
45 - Dignidades e cónegos – distribuição por escalões de rendimento (mil réis)	118
46 - Seminário diocesano – rendimentos (mil réis).....	121
47 - Seminário diocesano – média do rendimento bruto por dizimaria (mil réis)*	121
48 - Seminário diocesano – % no rendimento líquido das dizimarias.....	121
49 - Conventos e mosteiros – rendimentos (mil réis) e n.º de casas por Ordem	123
50 - Casas masculinas – rendimentos (mil réis)	124
51 - Casas femininas – rendimentos (mil réis)	125
52 - Igreja Patriarcal – forma de acesso aos dízimos	128
53 - Comendas – rendimentos (mil réis)*	130
54 - Comendas – rendimentos totais por ordem (mil réis)	132
55 - Rendimento médio das comendas da Ordem de Cristo (mil réis).....	132
56 - Nobreza – rendimentos (mil réis)*	134
57 - Casas do Infantado e de Bragança – rendimentos (mil réis)	139
58 - As despesas com o culto divino (mil réis)	143
59 - Fábricas das igrejas – rendimentos (mil réis)*	144
60 - Fábricas das igrejas – rendimento médio (mil réis)*	144
61 - A “terça dos pobres” – rendimentos (mil réis).....	146
62 - O celeiro do Micho – rendimentos (mil réis)	147
63 - Quantidade de géneros recebidos.....	147
64 - Métodos de cobrança de acordo com a localização dos proprietários	151
65 - Métodos de cobrança de acordo com a categoria dos proprietários.....	151
66 - Métodos de cobrança de acordo com os anos	153

Índice de Quadros

67 - Funcionários na cobrança dos dízimos.....	155
68 - Categoria dos funcionários.....	157
69 - Tipo de contratos.....	160
70 - Duração dos contratos.....	166
71 - Local de realização dos contratos.....	170
72 - Datas de realização dos contratos.....	172
73 - Data de início dos contratos.....	176
74 - Data de fim dos contratos.....	176
75 - Datas dos pagamentos.....	183
76 - Valor médio, mínimo e máximo dos contratos (mil réis).....	184
77 - Distribuição dos contratos pelos seus valores.....	184
78 - Concelhos de residência dos rendeiros*.....	215
79 - Idade dos rendeiros.....	220
80 - Estado civil dos rendeiros.....	220
81 - Profissão dos rendeiros*.....	222
82 - Vida política dos rendeiros nas câmaras municipais do Minho (1814 a 1833)*...	235